

PRODUTO 15 Consolidação dos PAPs



Câmara Metropolitana

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Fernando Pezão | *Governador*
Francisco Dornelles | *Vice Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Affonso Henriques Monnerat Alves da Cruz |
Secretário
Vicente de Paula Loureiro | *Diretor Executivo da*
Câmara Metropolitana de Integração Governamental

COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Paulo César Costa | *Diretor Executivo Adjunto da*
Câmara Metropolitana de Integração Governamental
Luiz Firmino Martins Pereira | *Superintendente de*
Planejamento
Gerard Andres Fischgold | *Superintendente de*
Projetos
Affonso Junqueira Accorsi | *Coordenador de*
Planejamento

EQUIPE TÉCNICA – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Ana Paula Sant'Anna Masiero | *Engenheira Civil*
Paulo Aguiar | *Arquiteto e Urbanista*

Bruno Jorge Vaz Sasson | *Engenheiro Civil*
Carmem Lúcia Petrágliã | *Engenheira Civil*
Christiane Lemos Ammon | *Arquiteta e Urbanista*
Edison Rodrigues Barreto Junior | *Economista*
Jelcy Willekems Trigueiro Filho | *Técnico em*
Planejamento
Márcia da Costa Ribeiro Campos | *Arquiteta e*
Urbanista
Marcus Galvão Fernandes de Vasconcelos |
Jornalista
Milton de Mello Bastos | *Arquiteto e Urbanista*
Nelson Caldeira | *Administrador*
Pedro Motta Lima Cascon | *Arquiteto e Urbanista*
Sydney Dias Menezes | *Arquiteto e Urbanista*
Solange Maria de Freitas Bezerra | *Assistente Social*
Vera Lúcia Sanches França e Leite | *Arquiteta e*
Urbanista

CONSULTORES – GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

Paulo Aguiar | *Arquiteto e Urbanista*
Victor Zveibil | *Sustentabilidade Ambiental e Social*



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palácio Guanabara
Rua Pinheiro Machado, S/N | Laranjeiras | Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.231-090
Tel.: +55 (21) 2332-2819

Consórcio Quanta | Lerner

EQUIPE CHAVE

Willy Müller | *Coordenador Geral*
Jaime Lerner | *Coordenador de Estratégias / Especialista em Planejamento Urbano*
Roberto Smith | *Especialista em Economia*
Alberto Maia da Rocha Paranhos | *Especialista em Administração Pública*
Rômulo Dante Orrico Filho | *Especialista em Transportes*
Paulo Canedo de Magalhães | *Especialista em Saneamento Básico*

COORDENAÇÃO

Alexandre Weber Aragão Veloso | *Coordenação Técnica*
Cid Blanco Junior | *Diretor de Projeto*
Jaime Lerner | *Coordenador de Estratégias / Especialista em Planejamento Urbano*
José de Ribamar Sousa | *Coordenador Gerencial*
Marina Cabreira Bastos | *Coordenadora Administrativa*
Taco Roorda | *Coordenação Técnica*
Willy Müller | *Coordenador Geral*

EQUIPE TÉCNICA

Alberto Maia da Rocha Paranhos | *Especialista em Administração Pública*
Alexandre Weber Aragão Veloso | *Especialista em Planejamento do Território*
Nerêo Cardoso de Mattos Júnior | *Especialista em Direito Urbano*
Paula Lemos Azem | *Especialista em Monitoramento e Avaliação*
Paulo Canedo de Magalhães | *Especialista em Saneamento Básico*
Pedro Daniel Strozemberg | *Especialista em Mecanismos de Participação*
Ricardo Duarte Pontual | *Especialista em Habitação*
Riley Rodrigues de Oliveira | *Especialista em Economia*
Rita Fernandes | *Especialista em Comunicação*
Rômulo Dante Orrico Filho | *Especialista em Transportes*
Taco Roorda | *Especialista em Planejamento do Território*
Valéria Figueiredo Bechara Elias | *Especialista em Patrimônio Histórico e Cultural*

EQUIPE DE APOIO

Aline Pires Veról | *Apoio Técnico em Saneamento*
André Sales Sousa | *Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo*
Anna Beatriz Ribeiro da Cruz Franco | *Apoio Técnico em Saneamento*
Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira | *Apoio Técnico em Saneamento*
Ariadne dos Santos Daher | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*
Augusto Rodrigues | *Apoio em Pesquisas*
Barbara Schlösser | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*
Bruna Peres Battemarco | *Apoio Técnico em Saneamento*
Carlos Cruz | *Apoio em Mídias Sociais e Cobertura de Eventos*
Cicero Matos Arrais | *Apoio Técnico em Saneamento*
Danielle Schappo | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*
Debora Ciociola | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*
Érika Poletto | *Apoio em Desenvolvimento e Valorização Patrimônio Natural e Cultural*
Fabiana Moro Martins | *Apoio em Pesquisas*
Fernando Antonio Canalli | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*
Felipe Guerra | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*
Francis Martins Miranda | *Apoio Técnico em Saneamento*
Gianna de Rossi | *Apoio em Pesquisas*
Guilherme Leiva | *Apoio Técnico em Mobilidade*
Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna | *Apoio Técnico em Economia*
Ianic Bigate Lourenço | *Apoio Técnico em Saneamento*
Ígor Godeiro de Oliveira Maranhão | *Apoio Técnico em Mobilidade*
Isabel Sanchez | *Apoio em Desenvolvimento Valorização Patrimônio Natural e Cultural*
Jeniffer Cristina da Costa | *Apoio em Desenho Técnico*
José Brandão de Paiva Neto | *Apoio Técnico em Mobilidade*
Lucas Roni de Lacerda | *Apoio em Desenvolvimento de Projetos*
Marcelo Gomes Miguez | *Apoio Técnico em Saneamento*
Marina Schulman | *Estagiário de Arquitetura e Urbanismo*
Matheus Martins de Sousa | *Apoio Técnico em Saneamento*
Osvaldo Moura Rezende | *Apoio Técnico em Saneamento*
Paulo Kawahara | *Apoio em Desenvolvimento Reconfiguração Espacial e Centralidades*
Pedro Geaquinto | *Apoio Técnico em Geo processamento*
Renata Alves Moreira | *Apoio Administrativo*

CONSÓRCIO QUANTA | LERNER

Edifício São Borja
Av. Rio Branco, n° 277, sala 1604 | Centro | Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20.040-009
Tel.: +55 (21) 2533-7030

Ficha de Contrato

Nº DO CONTRATO	002/2015
Nº DO PROCESSO	E-15/001/691/2015
CONTRATANTE	Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Estado de Governo - SEGOV e da UGP Metropolitana/ SEGOV
CONTRATADO	Consórcio Quanta-Lerner (Quanta Consultoria Ltda e Jaime Lerner Arquitetos Associados)
OBJETO	Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - PEDUI
PROGRAMA	Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado - Rio Metrópole - Progestão II
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial
Nº EMPRÉSTIMO	LOAN 8327-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, conforme SDP 001/2014
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço Global
VALOR DO CONTRATO	7713242,29
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	14 de Janeiro de 2016
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	21 de Janeiro de 2016
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Affonso Junqueira Accorsi - Membro

O PLANO

Uma iniciativa do governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Câmara Metropolitana, o primeiro Plano Estratégico da Região Metropolitana vai orientar decisões governamentais e da sociedade fluminense nos anos futuros.

Sumário

PAG.	CAP.	
1	-	APRESENTAÇÃO
2	1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3
6	2.	PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)
6	2.1.	Premissas
7	2.1.1	Diagnóstico e Visão de Futuro Síntese da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
7	2.1.2	Estrutura de Governança Metropolitana Prevista (PLC 10/2015)
9	2.1.3	Objetivos Metropolitanos
12	2.1.4	Salvaguardas
13	2.2	Estratégia de Implementação do PDUI/RMRJ
13	2.2.1	Cenários Propostos (2018-2040)
16	2.2.2	Estimativa da Capacidade de Investimento
26	2.2.3	Estratégia de Implementação
28	2.3	Programas
30	2.3.1	Programa Metrópole Inteligente - PMI
42	2.3.2	Programa Metrópole Sustentável - PMS
53	2.3.3	Programa Equilibrar a Metrópole – PEM
64	2.3.4	Programa Habitar a Metrópole – PHM
80	2.3.5	Programa Baía Reinventada – PBR
87	2.3.6	Programa Governar a Metrópole – PGM
94	3.	INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO
94	3.1.	Arranjos Institucionais
95	3.1.1	Consórcios Públicos
100	3.1.2	Parcerias Público-Privadas
101	3.2	Mecanismos de Participação
102	3.2.1	Diagnóstico
105	3.2.2	Propostas
110	3.3	Mecanismos Financeiros
113	3.3.1	Transferências Intergovernamentais
120	3.3.2	Financiamentos e Empréstimos
138	3.4	Gestão da Informação
139	3.4.1	Diagnóstico
146	3.4.2	Propostas
157	3.5	Ajustes Jurídicos

160	4.	PROGRAMAS COMPLEMENTARES
160	4.1.	Comunicação
164	4.1.1	Metodologia e Estratégia
167	4.1.2	Centralidade e Integração do Programa de Comunicação
169	4.2	Capacitação
171	4.3	Monitoramento e Avaliação (M&A)
176	5.	RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA RMRJ
176	5.1.	Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM)
177	5.1.1	A Configuração Atual do Território Metropolitano
183	5.1.2	A Configuração Atual da Área Urbana
192	5.1.3	A Proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM)
206	5.2.	Zoneamento Metropolitano (ZM)
210	5.3.	Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs)
219	5.4.	Reconfiguração Espacial em Função dos PAPS
247	6.	PRÓXIMOS PASSOS: ETAPA 4

ANEXOS

- 1 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017
- 2 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017
- 3 | RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017
- 4 | RELATÓRIO - 4ª REUNIAO DO CONSELHO CONSULTIVO 24-07-2017
- 5 | RELATÓRIO - COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATEGIAS METROPOLITANAS 17-08-2017
- 6 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - MECANISMOS FINANCEIROS
- 7 | MANUAL PARA INSTRUÇÃO DE PLEITOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
- 8 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- 9 | REFERÊNCIAS - ESTRUTURA DA EQUIPE DE M&A





modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A **Etapa 3 - Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos**, composta por 9 (nove) documentos, é a penúltima etapa de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI/RMRJ). O **Produto 15 – Consolidação dos Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** é o último dos documentos que finaliza essa etapa.

Nele serão apresentados a versão revisada do balanço da etapa atual, incluindo ações realizadas nos meses de julho e agosto, além do arcabouço metodológico que conduziu a definição dos **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)**, começando pelas premissas que serviram de base para a discussão e a elaboração das propostas que os compõem. Essa apresentação inclui os Instrumentos de Implementação e os Programas Complementares, que integram os PAPs. Ademais, a reconfiguração espacial proposta para a RMRJ terá suas bases apresentadas, com os subsídios que impactarão no novo desenho do território, uma proposta de zoneamento e o impacto dos PAPs na Região Metropolitana no curto, médio e longo prazos.

O Capítulo 01, denominado **Considerações Iniciais: Balanço Etapa 3**, traz uma versão revisada da análise dessa fase do PDUI, iniciada em outubro de 2016, com a apresentação do Produto 7 (Relatório de Consolidação e Preparação para Cenários - Parcial), momento em o processo de participação foi ampliado com os Grupos de Discussão e foram iniciados os debates sobre os cenários possíveis. Foram inseridas nessa versão as atividades realizadas nos meses de julho e agosto de 2017.

No Capítulo 02 – **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** – são apresentadas as Premissas utilizadas para a elaboração das propostas e dos programas (diagnóstico e visão de futuro síntese; estrutura de governança metropolitana; objetivos metropolitanos; e salvaguardas) e a Estratégia de Implementação do Plano, com seus componentes (Cenários Propostos; Estimativa da Capacidade de Investimento). Além disso, os próprios PAPs são apresentados e descritos, acrescidos de uma tabela resumo das propostas que os compõem.

Os próximos capítulos, **Instrumentos de Implementação** (Capítulo 03) e **Programas Complementares** (Capítulo 04), trazem os mecanismos necessários para garantir a implementação e a sustentabilidade dos PAPs, por se tratarem das principais ferramentas de estruturação das propostas definidas.

O Capítulo 05, intitulado **Reconfiguração Espacial da RMRJ**, apresenta a Proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM), que traz as sugestões de disposição territorial que permitirá a execução do conjunto de propostas dos eixos estruturantes do PDUI/RMRJ e a proposta de Zoneamento Metropolitano (ZM), que consolida uma visão inicial de usos e finalidades para grandes porções do território. Esses dois itens são a base sobre a qual as propostas que compõem os PAPs foram distribuídas no território metropolitano no curto, médio e longo prazos que são aqui apresentadas.

Para finalizar, os **Próximos Passos: Etapa 4** apontam os caminhos possíveis para a execução da quarta e última etapa do PDUI/RMRJ - **Plano Integrado** - uma vez que várias situações impedem sua concretização no prazo viável - e os diversos **Anexos** complementam as informações apresentadas no documento.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: BALANÇO ETAPA 3

Iniciada em outubro de 2016, a **Etapa 3** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, intitulada de **Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação**, coincidiu com o início do novo plano de participação do PDUI/RMRJ. Integram essa fase nove documentos (Produtos 7 ao 15), que tratam desde a construção e a definição dos cenários de curto, médio e longo prazos, até a elaboração dos PAPs, com seus instrumentos de implementação e programas complementares.

No novo plano de participação foi estabelecida a realização de Grupos de Discussão por Eixo Estratégico, divididos em duas etapas, complementados por Oficinas Regionais e Setoriais, além de reuniões do recém-criado Comitê Consultivo¹. As contribuições dos processos participativos passaram a ser incorporadas a partir do Produto 8 - Relatório Final de Consolidação e Preparação de Cenários, em especial as que foram realizadas durante os Grupos de Discussão. Todas as ações contaram com a participação de atores de diferentes segmentos da sociedade (órgãos públicos, gestores, técnicos, sociedade civil, concessionárias, setor privado, entidades de classe, etc.), selecionados a partir de sua atuação e envolvimento com as temáticas em questão.

Os **Grupos de Discussão (GD)** surgiram como uma nova proposta de encontros para o aprofundamento e a qualificação das discussões em torno dos conteúdos dos **eixos estruturantes do PDUI**. Desse modo, eles cumpriram o papel de promover um espaço de interlocução específico para cada um dos **temas prioritários** do plano: **Mobilidade, Saneamento e Resiliência Ambiental, Reconfiguração Espacial e Centralidades Urbanas, Habitação e Equipamentos Sociais, Expansão Econômica, Patrimônio Natural e Cultural, e Gestão Pública**.

A dinâmica, conduzida pelo Consórcio, teve duas etapas específicas. Na primeira, realizada na segunda semana de outubro (10-14) com a participação de 182 pessoas, foram apresentados os cenários e a visão de futuro da metrópole pelos especialistas de cada eixo. Os convidados foram estimulados a enviar, em até 30 dias, propostas e críticas do conteúdo apresentado por e-mail. Em seguida, na segunda rodada de reuniões presenciais – realizada na penúltima semana de novembro (21-25) com 155 participantes - novos avanços na construção de cenários e propostas foram apresentados em diálogo com as contribuições aportadas pelos convidados presentes na primeira rodada.

Ao final das duas etapas, em dezembro de 2016, foi organizado um encontro reunindo o conjunto dos participantes dos 7 (sete) GDs, com o objetivo de estimular a integração dos temas de forma transversal no território, a partir da apresentação de mapas-síntese das 5 (cinco) Macrozonas de Planejamento (MDPs) do PDUI. A quantidade e a diversidade das contribuições, nem todas pertinentes ao contexto metropolitano, possibilitaram um processo de reflexão interno importante dentro da equipe do Consórcio, que colaborou na definição dos rumos decididos para a continuidade dos trabalhos.

Já as **Oficinas Regionais** cumpriram o papel de reunir diversos atores dos municípios vizinhos uns aos outros para refletirem sobre as potencialidades e as fragilidades do contexto metropolitano. A partir da união de diferentes segmentos da sociedade e seus respectivos conhecimentos sobre o território e as políticas públicas nele implementadas, buscou-se identificar as especificidades de um conjunto de

¹ Composto por 12 representantes do Conselho Consultivo do Plano, especialistas nos temas pertinentes ao PDUI, escolhidos pela Câmara.

municípios com relação a outros, entendidas enquanto vocações complementares para promoção de um novo modelo de desenvolvimento integrado da RMRJ. Nesse sentido, as dinâmicas dos encontros tiveram como foco a proposição de projetos e a construção coletiva de diferentes cenários futuros para a metrópole, com base na apresentação prévia dos resultados da visão de futuro e do diagnóstico elaborados na fase anterior do plano.

Foram previstas 6 (seis) oficinas² até dezembro de 2016, com a priorização das localidades que ainda não haviam sediado encontros do PDUI. Além do município anfitrião da atividade, foram selecionados municípios vizinhos que apresentassem potencial de conexão no processo de formulação de projetos intermunicipais. Diante do agravamento da crise institucional e política, além do encerramento das gestões municipais, com o período de transição de governos e suas equipes, das 6 (seis) oficinas previstas, foram realizadas apenas 3 (três), que contaram com a presença de 127 pessoas. Mais uma vez, a possibilidade de contato direto com o cidadão metropolitano apontou a necessidade da ampliação e diversificação das ações da área de comunicação do Plano e a importância de se ir até o território para apresentar e debater suas propostas.

Além disso, também foram realizadas outras atividades que colaboram com o desenvolvimento dessa etapa: (i) uma reunião com as **universidades** do Estado do Rio de Janeiro para promover maior aproximação entre a Câmara Metropolitana, o processo de elaboração do Plano e o conhecimento de ponta produzido por alunos e professores; (ii) duas reuniões do **Conselho Consultivo**; (iii) duas reuniões do **Comitê Consultivo do Plano**; (iv) duas reuniões do **Comitê Municipal de Estratégias Metropolitanas**; e (v) e uma reunião do **Comitê Estadual de Estratégias Metropolitanas**.

Data	Atividade
10/10/2016	Grupo de Discussão Saneamento e Resiliência Ambiental
10/10/2016	Grupo de Discussão Habitação e Equipamentos Sociais
11/10/2016	Grupo de Discussão Mobilidade
11/10/2016	Grupo de Discussão Gestão Pública
13/10/2016	Grupo de Discussão Expansão Econômica
13/10/2016	Grupo de Discussão Reconfiguração Espacial e Centralidades
14/10/2016	Grupo de Discussão Valorização do Patrimônio Natural e Cultural
14/10/2016	Comitê Consultivo
19/10/2016	Oficina Regional de Guapimirim
24/10/2016	Conselho Consultivo do PDUI
03/11/2016	Comitê Consultivo
03/11/2016	Oficina Regional de Maricá
16/11/2016	Oficina Regional de Belford Roxo
18/11/2016	Oficina Setorial com Universidades
21/11/2016	Grupo de Discussão Habitação e Equipamentos Sociais
21/11/2016	Grupo de Discussão Mobilidade

² OR1: Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu; OR2: Maricá, Tanguá, Rio Bonito e Niterói; OR3: Itaboraí e São Gonçalo; OR4: Queimados, Nova Iguaçu; Paracambi e Japeri; OR5: Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias; e OR6: Seropédica, Itaguaí e Rio de Janeiro (Rural – zona oeste).

22/11/2016	Grupo de Discussão Expansão Econômica
22/11/2016	Grupo de Discussão Saneamento e Resiliência Ambiental
23/11/2016	Grupo de Discussão Reconfiguração Espacial e Centralidades
25/11/2016	Grupo de Discussão Gestão Pública
25/11/2016	Grupo de Discussão Valorização do Patrimônio Natural e Cultural
15/12/2016	Grupo de Discussão de Integração dos Eixos Estratégicos
23/03/2017	Comitê Municipal de Estratégias Metropolitanas
24/07/2017	Conselho Consultivo do PDUI
08/08/2017	Comitê Estadual/Municipal de Estratégias Metropolitanas
17/08/2017	Grupo de Discussão de Integração dos Eixos Estratégicos

O enfoque principal dos debates foram as propostas preliminares elaboradas pelos especialistas de cada eixo estruturante. As informações debatidas nas atividades participativas foram inseridas a partir do Produto 8 e o trabalho foi complementado na medida em que os cenários foram sendo construídos e definidos, nos produtos seguintes (**Produto 9** - Relatório Parcial de Propostas de Cenários; **Produto 10** – Relatório Final de Propostas de Cenários; **Produto 11** - Relatório de Definição de Cenário). Para a composição desses documentos foram contratados **estudos complementares** (economia da saúde, demografia, equipamentos sociais e economia criativa) e **avaliações** (meio ambiente) e foi realizada uma análise completa dos relatórios técnicos até então apresentados pela Câmara Metropolitana, de modo a garantir que ao término da Fase 3 não houvesse nenhuma pendência não atendida.

Todas essas ações garantiram não somente o cumprimento dos itens previstos no Termo de Referência do PDUI, mas principalmente uma melhor qualidade dos documentos entregues, embasados nas contribuições recebidas e nas metodologias propostas no Plano de Trabalho (Produto 1) e revisadas no decorrer do andamento das atividades (Produtos 5 e 12).

A construção e a definição dos **cenários** de curto (2018-2020), médio (2021-2028) e longo (2029-2040) prazos foi acompanhada da realização de análises detalhadas da situação financeira dos integrantes da futura governança metropolitana, de modo a se ter uma previsão da capacidade de investimentos até 2040 e assim orientar a distribuição no tempo das ações que integram os PAPs. Esse quadro realista do momento financeiro no qual se encontram os integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possibilitará a construção de um Plano factível, adequado às verdadeiras condições de execução das ações propostas.

Além das ações de mobilização e participação, integram a lista de responsabilidades do Consórcio, atividades de **transferência de conhecimento e tecnologias**, visando qualificar todos os técnicos envolvidos. Destaque para a participação do consultor internacional do PDUI/RMRJ, Willy Müller, e do arquiteto Jaime Lerner, coordenador de estratégias do Plano em reuniões e encontros, no Rio de Janeiro ou em Curitiba, para aprofundar os debates sobre as principais estratégias de elaboração do Plano. No total foram realizadas 6 (seis) atividades, incluindo um workshop sobre metodologia de PDUI, realizado em dezembro de 2016, com participação de representantes da Prefeitura de São Paulo, do Consórcio do Grande ABC, do Governo do Estado de Minas Gerais, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Destaque também para o encontro com os alunos de diversos países - como Paquistão, Índia, Turquia, Rússia, França e Estados Unidos - do Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha (IAAC), fundado por Willy Muller, que ocorreu em fevereiro de 2017. No curso, que tem um olhar especial para cidades

inteligentes do futuro, os alunos desenvolveram propostas para a região norte do Rio de Janeiro e os municípios adjacentes.

O desenvolvimento do trabalho foi complementado por diversas ações da **área de comunicação**, com a valorização pela imprensa da etapa de cenários e construção de propostas e a execução de ações estratégicas de assessoria de imprensa. Foi intensificada também a transparência das ações e dos resultados do Plano com a revisão do boletim informativo quinzenal e a difusão dos temas nas redes sociais e no site do projeto, que ganhou novas seções com mais documentos disponíveis para consulta e download. Essas ações resultaram em matérias exclusivas, nas versões impressas e digitais dos principais jornais do Rio de Janeiro, e na ampliação nos acessos no site e nas redes sociais, consolidando o PDUI/RMRJ como referência no momento onde todas as regiões metropolitanas do país estão elaborando seus Planos.

Infelizmente, o agravamento da crise financeira do Estado e a impossibilidade de solução no curto prazo, levaram a **paralisação temporária das atividades** do Consórcio por cerca de dois meses no primeiro semestre de 2017, causando o adiamento de ações de participação previstas e o atraso na entrega de produtos da Etapa 3. Esse fato não impediu a entrega dos produtos que compõem a fase de Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação, cuja elaboração foi realizada durante a paralisação do contrato, garantindo que todo o conteúdo do Plano fosse entregue antes do término oficial do projeto (30 de junho de 2017).

Apesar da conjuntura política e econômica desfavorável para a mobilização e a continuidade dos trabalhos, a Câmara Metropolitana, em parceria com a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ), realizou nos meses de maio e julho de 2017³, uma série de encontros temáticos sobre o PDUI/RMRJ. A base dos debates foi o material entregue até então (Produto 10), composto principalmente da lista preliminar de propostas estratégicas para a implementação do Plano. Os eventos contaram com a presença de representantes de diferentes setores sociais e foram fundamentais para a manutenção do engajamento em torno do processo de elaboração do Plano e sua contínua difusão.

Ainda que realizados durante o período de paralisação das atividades, os eventos sempre contaram com a participação da equipe do Consórcio, seja como palestrantes ou ouvintes, de modo que os conteúdos foram constantemente debatidos e inseridos nos documentos elaborados durante o período.

Na retomada dos trabalhos, o Consórcio Quanta Lerner realizou uma série de reuniões, no formato de grupos de discussão internos, com a presença de especialistas convidados para debater, junto com o coordenador de cada eixo, as propostas preliminares elaboradas e apresentadas no Produto 11.

Em suma, as atividades desenvolvidas na Etapa 3 do PDUI/RMRJ contribuíram para que a elaboração do Plano ganhasse um olhar mais abrangente e estruturado e se disseminasse entre uma gama mais ampla de atores e territórios, consolidando as propostas que comporão os PAPs e melhor definindo os cenários escolhidos, com um ganho qualitativo na densidade da interlocução entre os especialistas do Consórcio, a Câmara Metropolitana e os diversos setores da sociedade.

³ Economia (16/05/2017); Plataforma Logística (23/05/2017); Baía de Guanabara (30/05/2017); Segurança Hídrica e Sanitária (13/06/2017); Cidade e Periferia Metropolitana (20/06/2017); Zonas de Produção Mineral (27/06/2017); Mobilidade (04/07/2017); Infraestrutura (11/07/2017); Cinturão Agrícola (18/07/2017).



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

2 | PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)

2. PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs)

Os **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** são a base da implementação imediata do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Eles serão executados no intuito de levar a bom termo as diferentes estratégias estabelecidas para o desenvolvimento de um território mais equilibrado espacialmente, justo e competitivo e são constituídos por um conjunto de ações concretas a se realizar em um tempo determinado.

Cada PAP terá vínculos com quantos **Instrumentos de Implementação** forem necessários. Nesses instrumentos são especificados todos os aspectos dos mecanismos de gestão de implementação das ações dos PAPs, identificando, inclusive, as possibilidades de financiamento, os agentes executores e as características precisas para coordenação dessa execução.

Os PAPs contarão também com suporte de **Programas Complementares** de Capacitação e Comunicação, que visam potencializar a participação de um maior número de sujeitos qualificados no processo de elaboração e implementação do PDUI. O investimento em Capacitação e Comunicação faz parte da estratégia de valorizar o capital humano envolvido com a temática metropolitana e promover maior transparência das informações relevantes para a população.

Cabe observar que os Programas de Ações Prioritárias deverão considerar a aplicação de **Instrumentos Urbanísticos**, previstos no Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/15), referenciados no Estatuto das Cidades, considerados um recurso importantíssimo para a gestão territorial, onde a competência metropolitana deverá ser convergente com as ações de caráter municipal.

Nesse momento, é importante frisar que o Estatuto da Metrópole tem como principal alicerce a compreensão do território metropolitano como um espaço único, onde temas específicos deverão ser debatidos e equacionados em conjunto. As questões da **governança interfederativa** e as **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** são as representações desse ponto.

As FPICs previstas no Projeto de Lei Complementar 10/2015, que trata da Governança Metropolitana da RMRJ, ordenamento territorial, saneamento básico, mobilidade urbana, mitigação de efeitos climáticos e serviços de comunicação digital, se alinham perfeitamente com reconfiguração espacial e centralidade; saneamento e resiliência ambiental, mobilidade e expansão econômica, eixos estruturantes do PDUI.

2.1. PREMISSAS

A partir da **análise do diagnóstico e da visão de futuro** elaborados para cada eixo estratégico do PDUI/RMRJ e do **resultado dos debates e contribuições** realizadas nos **eventos de mobilização e participação** que ocorreram no decorrer dessa etapa, bem como por meio da internet (site e correio eletrônico), foram desenvolvidas **diretrizes** e **propostas preliminares**, que visam alcançar os **objetivos metropolitanos** definidos, e que compõem cada um dos **Programas de Ações Prioritárias** que serão descritos a seguir.

Essa análise também permitiu a elaboração de um **diagnóstico e uma visão de futuro síntese** para toda a **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, que junto com os **Objetivos Metropolitanos** (que foram revisados), a proposta de **Governança Metropolitana** em aprovação na Assembleia Legislativa, e as questões referentes à **sustentabilidade** e a **resiliência social**, assim como as **salvaguardas** de referência do Banco Mundial - sem as quais nenhuma proposta será considerada aceitável, e, portanto, apresentada – formam as principais **premissas** que foram consideradas para a elaboração das diretrizes e propostas preliminares dos PAPs.

Merecem destaque também como orientadores desse processo, os recentes acordos internacionais que resultaram na aprovação da **Nova Agenda Urbana**, na Conferência HABITAT III (Quito, 2016) e nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (Nova York, 2015), que também serviram de base na elaboração da proposta de monitoramento e avaliação do PDUI/RMRJ.

2.1.1. DIAGNÓSTICO E VISÃO DE FUTURO SÍNTESE DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Desigualdade e desarticulação: essa é a síntese do diagnóstico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segunda maior economia metropolitana do Brasil, o Rio perdeu sua força econômica nos últimos anos e há desigualdade socioeconômica de diferentes formas. O cenário é de extrema concentração de empregos na região central da metrópole – Rio de Janeiro e Niterói, para onde convergem os principais eixos e fluxos de mobilidade e onde estão os melhores serviços. A estrutura radial, que privilegia o transporte individual em detrimento do coletivo, promove a saturação desses eixos e coloca a RMRJ como aquela em que se gasta mais tempo entre a moradia e o trabalho no país.

A população de maior renda encontra-se na faixa litorânea, com infraestrutura urbana, equipamentos e serviços. Já a população de baixa renda, com poucas opções no mercado formal de trabalho e de habitação, estabelece moradias em favelas e assentamentos informais, localizados na periferia, com déficit de infraestrutura urbana e de segurança. Desta forma, ocorre um processo de urbanização desordenada e de expansão da periferia de 32km²/ano, o equivalente à área do município de São João de Meriti. O pano de fundo de tudo isso é a enorme degradação ambiental, marcada especialmente pela situação da Baía de Guanabara, mas que atinge também as áreas de rios e lagoas.

A desarticulação entre os municípios é outro entrave ao desenvolvimento, reflexo da ausência de uma gestão compartilhada do território, em 28 anos sem qualquer tipo de organismo metropolitano. Nesse período, prevaleceu a competição predatória entre os entes federados, em detrimento do processo de cooperação. A falta de integração das políticas das cidades é notória e observada em casos como a falta de articulação entre os diferentes modais de transporte. Não houve planejamento integrado, e os municípios elaboraram Planos Diretores e setoriais sem considerar a continuidade do tecido urbano onde estão inseridos. Para completar, a Governança da Região Metropolitana ainda não foi instituída, aguardando sua aprovação na ALERJ.

Numa visão de futuro, é primordial a construção de um espaço mais equânime, com oferta de moradias, empregos, infraestrutura e serviços, em toda a sua extensão. O que só se torna possível, primeiro, diante da revitalização da economia do Rio de Janeiro, e ao se deslocar a dependência que há de um único setor produtivo, o petróleo, para novos ambientes, inclusive de tecnologia e inovação, economia criativa e outros, com estímulo à geração de emprego e renda de forma descentralizada.

A longo prazo, o caminho para o desenvolvimento e equidade social indica a reconfiguração do território metropolitano, no sentido de se fortalecer centralidades secundárias e áreas mais densas, com usos diversificados e serviços mais complexos, buscando maior equidade na oferta de infraestrutura, transporte e empregos. Busca-se um ambiente urbano mais inclusivo, contando com a universalização do acesso à infraestrutura social e urbana, inclusive para os assentamentos precários. Também a implantação de um sistema de saneamento e resiliência ambiental sustentável e para todos. Para se alcançar com sucesso essa visão de futuro, é essencial que a Governança Metropolitana seja instituída, contando com forte interação entre sociedade civil, governo e iniciativa privada.

2.1.2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA METROPOLITANA PREVISTA (PLC 10/2015)

A elaboração das diretrizes e propostas preliminares também levaram em consideração a **estrutura de governança e atribuições** da futura Agência Metropolitana, conforme Projeto de Lei que está no presente momento em debate na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos do **PLC 10/2015**, são de **interesse metropolitano**:

1. Ordenamento territorial metropolitano (art.2º, Inc.I), incluindo:

- delimitação de zonas metropolitanas de interesse estratégico (art.5º, Inc. VI, “a”);
- anuência prévia de atividades e empreendimentos de impacto metropolitano (art.5º, Inc.VI, “b”);
- elaborar, aprovar e fiscalizar PDUI e Planos Multi-setoriais Integrados Metropolitanos (art.5º, Inc.I);
- elaborar, aprovar e fiscalizar alterações nos planos acima (art.5º, Inc.I);
- outras atividades de planejamento e ordenamento de impacto metropolitano (art.5º, Inc.VI, “c”).

2. Resíduos sólidos:

- transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada (art.2º, Inc.II, “a”);
- elaborar, aprovar e fiscalizar o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos (art.5º, Inc.VIII, “b”);
- aprovar localização de equipamentos fixos (art.5º, Inc.VIII, “c”).

3. Água potável e esgotamento sanitário:

- exercer plenamente sua titularidade em relação aos serviços, infra e instalações (art.5º; Inc.VII), incluindo:
 - estabelecer diretrizes e aprovar planos (art.5º, Inc.VII, “a”)
 - definir o ente responsável pela regulação dos serviços (art.5º, Inc.VII, “e”).
 - drenagem e manejo de águas pluviais:
 - macrodrenagem de águas pluviais (art.2º, Inc.II, “b”).

4. Mobilidade urbana:

- circulação e transporte de grande capacidade (qualquer modal); vias e infra de cargas e passageiros que tenham caráter metropolitano (Inciso III).
- transporte metropolitano = deslocamentos no âmbito da RM não caracterizado como local ou sub-regional .

5. Mudança climática:

- enfrentar os efeitos adversos com impacto metropolitano, incluídas mitigação e adaptação (art.2º, Inc.IV; art.5º, Inc.XI, “b”, “c”),
- impor metas de emissão a quaisquer serviços de transporte operados na RM (art.5º, Inc.XI, “d”).

6. Serviços de comunicação digital (Inciso V):

- Efetuar as contratações e articulações necessárias ou úteis à fruição desses serviços (art.5º, Inc.XII).

7. Outros serviços aprovados por 2/3 dos votos do Conselho Deliberativo (Parágrafo único).

Até a presente data, o Projeto de Lei Complementar nº 10/2015 que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, e cria a Agência Executiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Significa dizer: o comando imposto pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.842/RJ de 2013 ainda não foi atendido, em que pese não ter ocorrido, do ponto de vista técnico, a conclusão do julgado, pois estão pendentes de apreciação 3 (três) embargos de declaração opostos contra o acórdão. Todavia, a obrigatoriedade de se instituir uma governança interfederativa que aprove o plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana decorre, ainda, do Estatuto da Metrópole.

Evidente a incerteza jurídica que, sem embargo, não prejudicou a elaboração e o debate das propostas, pois os parâmetros fixados pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 1.842/RJ, notadamente os relativos à necessidade de gestão compartilhada dos entes e a preservação da autonomia municipal, foram levados em consideração.

2.1.3. OBJETIVO METROPOLITANOS

No sentido de estruturar os elementos de destaque na visão de futuro, e já preparando um guia para definição de grandes áreas de atuação, e desdobramentos em ações mais específicas e seus respectivos indicadores, foram definidos grandes Objetivos Metropolitanos, que nortearão a elaboração e debate dos Programas de Ações Prioritárias.

Tabela 2.1.3-A – Objetivos Metropolitanos

OM-1	DAR DENSIDADE À BASE ECONÔMICA AO VALORIZAR OS DIFERENTES ATIVOS ECONÔMICOS DA METRÓPOLE	1.1. Adensar cadeias produtivas existentes
		1.2. Diversificar Base Econômica
		1.3. Valorar e valorizar potencial econômico de ativos naturais e culturais metropolitanos
		1.4. Estruturar uma política metropolitana de desenvolvimento econômico integrado
OM-2	GERAR EMPREGO E ATIVIDADES ECONÔMICAS DE FORMA A EQUILIBRAR ESPACIALMENTE A METRÓPOLE	2.1. Proporcionar infraestruturas de produção, comunicação e logística ao longo da Metrópole
		2.2. Criar uma política de qualificação técnica da mão-de-obra
		2.3. Reduzir o desequilíbrio na oferta de emprego X local da moradia nos municípios metropolitanos
		2.4. Elevar a receita tributária de estado e municípios (e garantir estabilidade) em função de maior e mais diversificada produção econômica
OM-3	DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E RELAÇÕES QUE PROPICIEM BASES INOVADORES DE PRODUÇÃO	3.1. Proporcionar infraestrutura e legislação necessária para geração de inovação
		3.2. Atrair mão-de-obra qualificada, capaz de gerar inovação
		3.3. Adaptar mão-de-obra às novas tecnologias, provenientes da 4ª revolução industrial
		3.4. Consolidar polo de conhecimento capaz de atrair atividades econômicas de toda natureza como marca da RMRJ
OM-4	AUMENTAR A CAPACIDADE DOS MUNICÍPIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL INTERGRADA	4.1. Estabelecer novas parcerias entre o Estado e grupos de municípios para a promoção de projetos habitacionais de interesse social em pontos estratégicos do território
		4.2. Estimular e apoiar os municípios na racionalização e simplificação das normas de gestão e controle urbanístico
		4.3 Implementar um Sistema Georreferenciado de Informações Locacionais, SGIL, operado centralmente e pelas Prefeituras, para apoiar o planejamento e as decisões referentes a mobilização de áreas destinadas à instalação de projetos habitacionais e de equipamentos sociais
OM-5	CRIAR DE NOVAS MODALIDADES DE INTERVENÇÕES HABITACIONAIS NO TERRITÓRIO	5.1. Requalificar antigas edificações comerciais, industriais e de outros tipos que perderam uso ou foram abandonadas, localizadas em pontos estratégicos do território, para aproveitamento em projetos habitacionais de interesse social
		5.2. Criar um patamar mínimo de adequação urbanística e qualidade ambiental entre os bairros da RMRJ, complementando

		<p>a infraestrutura e os equipamentos sociais, e implementando paralelamente medidas para a utilização compulsória de terrenos ociosos existentes nas localidades beneficiadas.</p> <p>5.3. Aumentar a densidade de ocupação das áreas urbanas em pontos estratégicos do território</p> <p>5.4. Implementar novos empreendimentos habitacionais de interesse social em bairros já consolidados</p> <p>5.5. Produzir projetos habitacionais urbanística e socialmente integrados que contemplem, além de moradias para diferentes faixas de renda, instalações geradoras de trabalho e renda</p> <p>5.6. Incentivar a assistência técnica para a autoconstrução por grupos de menores recursos</p> <p>5.7. Estimular a reativação de programas de urbanização e regularização fundiária de assentamentos informais (favelas e outros)</p>
OM-6	GERAR NOVAS FONTES DE RECURSO PARA OS PROGRAMAS HABITACIONAIS	<p>6.1. Criar sistema de poupança prévia para os interessados na obtenção de financiamento habitacional</p> <p>6.2. Estimular a ampliação de recursos orçamentários do Estado para o FEHIS e dos municípios para os FMHIS</p> <p>6.3. Estimular a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para o aproveitamento das mais valias - surgidas em função das ações do setor público - em benefício de investimentos habitacionais de interesse social e de equipamentos sociais</p>
OM-7	REDUZIR A ESTRUTURA RADIAL DOS DESLOCAMENTOS METROPOLITANOS	<p>7.1. Reduzir o tempo médio de viagem</p> <p>7.2. Reduzir a distância média de viagem</p> <p>7.3. Promover o desenvolvimento de novas regiões, através de uma rede hierarquizada de centralidades</p> <p>7.4. Estimular a Gestão Compartilhada do Sistema de Transporte</p>
OM-8	OTIMIZAR OS RECURSOS EM MOBILIDADE	<p>8.1. Reduzir investimentos em “grandes” obras de infraestrutura viária</p> <p>8.2. Aumentar a eficiência na operação do transporte coletivo</p> <p>8.3. Reduzir os gastos com transporte por parte do usuário</p> <p>8.4. Financiar o transporte público</p>
OM-9	REORIENTAR O USO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO	<p>9.1. Consolidar a divisão modal existente, com prioridade ao transporte público e não motorizado</p> <p>9.2. Ampliar a integração modal através de rotas de pedestres e ciclistas</p> <p>9.3. Ampliar investimentos em transporte sobre trilhos e aquaviário de média e alta capacidade</p> <p>9.4. Reduzir emissões de poluentes</p>
OM-10	MELHORAR A QUALIDADE DOS DESLOCAMENTOS	<p>10.1. Melhorar a segurança dos deslocamentos</p> <p>10.2. Proporcionar possibilidade de acesso por todos da sociedade</p> <p>10.3. Avaliar a resiliência dos modos de transportes</p>

OM-11	CRIAR CONDIÇÕES PARA UM SANEAMENTO AMBIENTAL AMPLO E A INTEGRAÇÃO DE AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO, COM FOCO NA REVITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DESTA ÚLTIMA PARA SUPORTE A UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES	11.1. Aprimorar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, garantindo a universalização
		11.2. Aprimorar o Sistema de Manejo de Águas Pluviais, integrando soluções de drenagem aos espaços livres, criando oportunidades de incremento de biodiversidade e revitalização urbana
		11.3. Garantir o correto funcionamento do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
		11.4. Sempre que possível, priorizar projetos multifuncionais de soluções multisetoriais
		11.5. Buscar alternativas para armazenagem de recursos hídricos (segurança hídrica), redução de perdas do sistema, e uso sustentável da água
OM-12	APRESENTAR RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	12.1. Proteger e viabilizar áreas com Potenciais Ambientais
		12.2. Gerir riscos pertinentes ao eixo de Resiliência Ambiental
OM-13	GARANTIR A INTEGRIDADE E A COEXISTÊNCIA DOS BENS DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DA RMRJ	13.1. Promover a identificação, reconhecimento e gestão integrada dos bens patrimoniais
		13.2. Promover a conscientização da população sobre a importância dos bens patrimoniais, papel de cada geração enquanto fiel depositária do patrimônio
OM-14	CONCILIAR AS DINÂMICAS PERTINENTES AO PLENO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO AS CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL	14.1. Fazer dos elementos do Patrimônio Natural e Cultural referências para o ordenamento territorial
		14.2. Atribuir valor econômico aos bens patrimoniais
OM-15	PROMOVER A APROPRIAÇÃO DOS BENS DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL PELA POPULAÇÃO DA RMRJ	15.1. Utilizar os bens patrimoniais em prol do desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais
		15.2. Tornar os bens patrimoniais parte da perspectiva urbana, do cotidiano das pessoas e do sentimento de pertencimento
OM-16	DESENVOLVER REDE COLABORATIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS DA RMRJ	16.1. Fortalecer a Agência Metropolitana
		16.2. Recuperar a capacidade de planejamento municipal integrado
		16.3. Alinhar o PDUI com os Programas de investimento municipais, estaduais e federais convergentes
		16.4. Promover a integração entre as diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano e de políticas setoriais das esferas federal, estadual e municipais.
OM-17	MELHORAR AUTONOMIA (FISCAL E GESTÃO) DE CADA MUNICÍPIO DA RMRJ	17.1. Promover bases sustentáveis para alavancagem de recursos financeiros adicionais
		17.2. Garantir equidade nas decisões que os municípios tomem em âmbito metropolitano
		17.3. Recuperar a capacidade de planejamento municipal
OM-18	GARANTIR MAIS QUALIDADE DE VIDA PARA O CIDADÃO METROPOLITANO	18.1. Prestar melhores serviços à população
		18.2. Ampliar a eficiência do gasto público e nas políticas públicas
OM-19	INCLUIR A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO PROCESSO DECISÓRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (INCLUINDO A	19.1. Promover integração eficiente da sociedade civil organizada no planejamento metropolitano e municipal

	FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS)	19.2. Integrar processo de planejamento retroalimentado por avaliações periódicas com acompanhamento cidadão
OM-20	GARANTIR O ACOMPANHAMENTO DO CIDADÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTO DO PDUI	20.1. Disponibilizar espaços e ferramentas que permitam diálogo entre o poder público e a sociedade
		20.2. Ampliar e divulgar a transparência na agenda de decisões de âmbito metropolitano
OM-21	GARANTIR ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO (PRESENCIAL E WEB) E MANTER TRANSPARÊNCIA DE GASTOS E AÇÕES	21.1. Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público
		21.2. Elaborar indicadores (metropolitanos) de monitoramento e <i>accountability</i>

2.1.4. SALVAGUARDAS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Câmara Metropolitana, financiado pelo Banco Mundial, cujas políticas de salvaguarda contribuem para a sustentabilidade e a eficácia do desenvolvimento de seus projetos, ajudando a evitar ou atenuar danos às pessoas e ao meio ambiente, e impulsionando o desenvolvimento sustentável por meio da geração de capacidades e reforço institucional.

Durante todo o processo de elaboração e discussão das propostas que compõem os PAPs, as salvaguardas a seguir foram consideradas e incorporadas às propostas, de modo que, todas estão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Banco.

NAS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais é a norma global que fornece a base processual para uma avaliação ambiental e social integrada de projetos de forma orientada para o risco e proporcional. Estabelece a necessidade de caracterizar como grupos desfavorecidos e vulneráveis podem ser afetados por projetos e como os impactos podem ser abordados. Baseia-se na OP/BP4 existente (Avaliação Ambiental) e, juntamente com a NAS10, aplica-se a todos os projetos. Fortalece disposições para a avaliação social e introduz o conceito de serviços ecossistêmicos. Fornece definições de projeto mais claras para os mutuários e introduz um sistema de gestão de risco claro e acionável.

NAS2: Condições de emprego e trabalho marca a primeira vez que o Banco Mundial tem uma norma sobre as condições de emprego e trabalho. Portanto, amplas consultas foram feitas junto à Organização Internacional do Trabalho (ILO). Para informar a elaboração da norma, uma revisão global da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, bem como ocorreram oito convenções da OIT fundamentais do trabalho. Como resultado, a norma reflete os princípios e direitos fundamentais no trabalho e engloba as crianças e o trabalho forçado, liberdade de associação e negociação coletiva. Também inclui requisitos para a prestação de um mecanismo de reclamações para os trabalhadores do projeto. Capturando as partes relevantes das Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHSG), inclui requisitos em matéria de Saúde e Segurança ocupacional.

NAS3: Eficiência de Recursos e Prevenção de Gestão de Poluição incorpora disposições fundamentais da OP4.09 (Manejo de Pragas) e inclui a gestão eficiente de energia, água, matérias-primas e outros recursos. Também exige que os mutuários calculem os efeitos dos gases de efeito relacionados ao projeto (GHG) e considerem as opções para reduzir os poluentes relacionados ao projeto.

NAS4: Saúde e Segurança da Comunidade incide sobre os riscos e impactos dos projetos nas comunidades. Este NAS incorpora disposições fundamentais da OP/BP4.37 (Segurança de Barragens), e aborda os aspectos de concepção e segurança da infraestrutura, equipamentos, serviços, tráfego e materiais perigosos. Inclui requisitos relativos à utilização de equipe de segurança.

NAS5: Aquisição de Terras, Restrições sobre Uso da Terra e Reassentamento Involuntário mantém disposições fundamentais da OP/BP4.12 (Reassentamento Involuntário), incluindo os princípios fundamentais da compensação pelo custo de reposição e assistência para a restauração ou melhoria da subsistência. Reconhecimento explícito é dado ao reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento e à importância de explorar maneiras para as pessoas afetadas compartilharem os benefícios do projeto. A cobertura da norma estende-se a todas as categorias de pessoas afetadas, incluindo aquelas sem direitos legais sobre a terra que ocupam.

NAS6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos recursos naturais vivos incorpora as principais disposições da OP/BP4.04 (Habitats naturais) e OP/BP4.36 (Florestas) e exige que o mutuário avalie e adote medidas para mitigar os impactos do projeto sobre a biodiversidade, incluindo serviços de ecossistemas, perda de habitat, degradação e espécies exóticas invasoras. Além disso, estabelece princípios que regem a utilização sustentável dos recursos, tais como florestas e pescas.

NAS7: Povos Indígenas mantém disposições fundamentais da OP/BP4.10 (Povos Indígenas) e fortalece ainda mais as proteções do Banco Mundial aos Povos Indígenas, esclarecendo as principais definições e introduzindo o Consentimento livre, Prévio e Informado (FPIC), em circunstâncias determinadas. Reconhece o pastoreio como uma possível base para a indigenidade e inclui disposições para grupos em isolamento voluntário.

NAS8: Patrimônio Cultural reafirma os objetivos da atual OP/BP4.11 (Recursos Culturais Físicos), requer que os projetos adotem o procedimento em conjunto com outros procedimentos para a proteção do patrimônio cultural, e prevê a consulta às comunidades afetadas. Ele amplia a definição de patrimônio cultural para incluir tanto a herança cultural tangível e intangível.

NAS9: Intermediários Financeiros requer que os intermediários financeiros (FI) coloquem em prática os procedimentos ambientais e sociais compatíveis com a natureza do FI e o nível de riscos e impactos associados ao projeto e potenciais subprojetos.

NAS10: Divulgação de Informações e Engajamento das Partes Interessadas consolida e melhora disposições sobre o envolvimento do Banco Mundial com as partes interessadas, incluindo a consulta significativa, o acesso à informação e reclamação de reparação. Prevê um diálogo permanente entre Mutuário e as partes interessadas, incluindo as partes afetadas pelo projeto ao longo da vida de um projeto.

2.2. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDUI/RMRJ

A **Estratégia de Implementação** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentada a seguir, toma por base os **Cenários Propostos** para a sua implantação - considerando curto, médio e longo prazos - além da **Estimativa da Capacidade de Investimento** dos integrantes da Região Metropolitana, e de valorizar os pressupostos definidos no Termo de Referência do PDUI, a Visão de Futuro e os Objetivos Metropolitanos, as principais diretrizes dos Eixos Estruturantes, e o processo participativo ocorrido durante a elaboração do Plano.

2.2.1. CENÁRIOS PROPOSTOS (2018-2040)

A construção de cenários de curto, médio e longo prazos, propostos para o desenvolvimento do PDUI/RMRJ, teve como diretriz de variáveis o **ritmo de crescimento** econômico que se vislumbra no futuro (variável sobre a qual não se tem controle direto) e a **qualidade da gestão pública** (variável para a qual se pode ter algum controle porque só depende de vontade política).

Optou-se por considerar que o ritmo do crescimento econômico será inercial, ie não vai piorar de 2018 em diante, mas tem uma característica fundamental: estudos do Senado Federal¹ apontam para uma lenta recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro, que só terá recursos para investimento a partir de 2028 ou 2029. Isso significa que os **investimentos públicos estarão apoiados na capacidade dos Municípios** em investir diretamente ou alavancar recursos de terceiros (governo federal, setor privado, fontes internacionais). Nesse contexto, a **melhoria da qualidade da gestão pública aparece como uma estratégia *sine qua non*** para o processo de implementação do PDUI. Essa melhoria tem duas vertentes principais: (i) fortalecer/incrementar a arrecadação municipal própria, e (ii) reforçar a capacitação de servidores públicos municipais e estaduais, por meio de cursos com foco seletivo (ie, tematicamente importantes).

Ao se realizar essa melhoria no curto prazo (2019 e 2020), espera-se um aumento significativo da arrecadação própria municipal de modo a sustentar um aumento do nível de investimento. Sucessivamente, entre 2021 e 2028 (médio prazo), espera-se que essa arrecadação continue crescendo, mas já com os repasses federais (FPM, FUNDEB, etc) e estaduais (ICMS, IPVA, outros) retomando seus níveis pré-crise, o que poderia acelerar a implementação do pacote de investimentos do PDUI. Somente no longo prazo, a partir de 2028 (ou 2029) é que a entrada firme dos recursos próprios estaduais provocaria novo patamar de aceleração desse processo.

Em suma, a escolha de ações que serão adotadas para impulsionar o crescimento socioeconômico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro até 2040 depende, basicamente, das condições de investimento por parte dos entes federados (Municípios, Estado e União), da própria estrutura da Governança Metropolitana, por meio de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, e da construção de um ambiente de negócios amigável ao investimento privado (não o investimento vegetativo da manutenção dos negócios e busca de ocupação de vazios ou de tomada de espaços nos mercados, um processo natural na economia, em especial em épocas de crise, mas o investimento novo, cujos recursos não se originam de negócios internos, mas da implantação de novos instrumentos negociais).

Essas condições não acontecerão espontaneamente, por força da “mão invisível” do mercado: elas precisarão ser construídas, especialmente pelos entes públicos, de cujas ações dependem os equilíbrios fiscais dos Municípios, Estado e União e a boa gestão em um ambiente de recursos escassos e demandas abundantes, seja por investimentos em funções urbanas prioritárias, seja em melhoramento das condições já estabelecidas para que o ambiente se torne atrativo e, acima de tudo, saudável. Num primeiro momento (período 2018-2020), parece ser mais factível a melhora da gestão pública municipal, dependendo apenas da vontade política das autoridades eleitas em 2016, que podem ser pressionadas pela sociedade civil e suas organizações cidadãs. Porém, apenas intervenções de baixo custo e efeito significativo caberiam dentro dos orçamentos previsíveis nesse período, o que traria, pelo menos, uma sensação positiva de evolução na implementação do PDUI após sua aprovação formal, inicialmente, pela Governança Metropolitana, e em seguida pela ALERJ.

CURTO PRAZO (2018-2020)

A situação atual (2017) e sua avaliação realista não permitem prever um crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro, no curto prazo, com poder de alavancar significativamente a capacidade de investimento municipal e estadual. Por isso, o horizonte dito “desejável” para 2020 é o descrito no quadrante “G+/E=” da matriz de cenários, onde se supõe a manutenção do ritmo de crescimento econômico, porém com algum ganho em qualidade da gestão. Nesse contexto, os investimentos estariam mais dependentes da capacidade financeira dos municípios, com base em seus recursos próprios, pois não haveria muita alteração nos volumes financeiros de uso livre transferidos pelo Estado (ICMS, IPVA) ou pelo Governo Federal (FPM). Essa melhora é possível, como se demonstra abaixo.

¹http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529485/RAF_mar17_completo.pdf?sequence=1

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	Alguno ganho em qualidade	Bom, com eficiência	Ótimo, com eficiência
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	Bom, mantendo qualidade dos gastos	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis

Nesse mesmo prazo (horizonte de 2020), é importante que todos os Municípios revejam seus respectivos Planos Diretores de modo a atualizá-los, caso já estejam obsoletos por alcançar ou superar os 10 anos de sua elaboração ou última revisão, alinhando aos objetivos e propostas do PDUJ. Da mesma forma, algumas iniciativas rápidas de capacitação de servidores municipais e estaduais poderiam ser empreendidas com apoio técnico da academia e organizações da sociedade civil, no sentido de construir habilidades nos corpos técnicos para utilizar plenamente as ferramentas mais modernas de análise e gestão territorial, como, por exemplo, a mencionada acima sobre a utilização da cartografia georreferenciada.

MÉDIO PRAZO (2021-2028)

Para o período de médio prazo, entre 2021 e 2028, supõe-se uma maior retomada da economia como um todo, acarretando maior volume na arrecadação tributária própria dos municípios e também nas transferências constitucionais dos governos estadual e federal, para uso livre dos municípios.

Assim, o itinerário entre cenários passaria do quadrante “E=/G+” para o quadrante “E=/G=”, em caso de retrocesso eventual na qualidade da Gestão Pública, ou, no melhor dos casos, para o quadrante “E+/G+”, mostrando efetivamente um melhor aproveitamento das oportunidades dessa retomada, conforme indica a ilustração abaixo.

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	Alguno ganho em qualidade	Bom, com eficiência	Ótimo, com eficiência
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	Bom, mantendo qualidade dos gastos	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis

Ocorrendo esse último caso, já poderiam ser experimentados arranjos institucionais diferenciados, com a adoção de Consórcios Intermunicipais ou Interfederativos, negociação de PPP's, tomada de empréstimos federais e até mesmo internacionais alavancados pelos recursos municipais reforçados, incrementando o ritmo dos investimentos, conforme se estima na seção seguinte. Em havendo a capacitação dos servidores municipais e estaduais, e estando todos os planos diretores e setoriais alinhados ao PDUI, os programas de investimento metropolitano estarão alcançando seus melhores impactos, ao atender simultaneamente as carências municipais e as prioridades metropolitanas.

LONGO PRAZO (2029-2040)

Para o período de longo prazo, entre 2029 e 2040, supõe-se, inicialmente, que o Estado do Rio de Janeiro já haverá superado sua crise fiscal e poderá somar recursos próprios ao Fundo Metropolitano para reforçar e acelerar o programa de investimentos. Adicionalmente, as experimentações havidas com arranjos institucionais diferenciados e a melhor capacitação funcional de servidores terão construído um ambiente mais propício e custo-eficiente à continuação e aceleração do programa de investimentos metropolitanos.

		Ritmo de Crescimento da Expansão Econômica			
		Ruim (-)	Tendencial (=)	Provável (+)	Alvo (++)
Gestão Pública (Qualidade do Gasto)	+	Melhor Qualidade de gestão evitaria retrocesso	Algum ganho em qualidade	Bom, com eficiência	Ótimo, com Eficiência
	=	Possível Retrocesso	Mantém o crescimento, ou retrocesso tendencial (inercial)	Bom, mantendo qualidade dos gastos	Ótimo, com custo alto desnecessário
	-	Recessão, com maior brecha de desigualdade	Algumas perdas de qualidade e de oportunidades	Melhorias, com deseconomias e custos desnecessários	Ineficiência, com inchaços indesejáveis

2.2.2. ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Para compreender os cenários elegidos, é necessário compreender o quadro atual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Começamos analisando a situação econômica federal: crise internacional, decisões equivocadas de gestão, retração nas atividades da indústria e no setor de serviços, queda da arrecadação, déficit previdenciário e aumento de impostos levaram a um quadro de crise nacional, agravada pela corrupção institucionalizada revelada pela Operação Lava-Jato. Esses fatores levaram a uma retração tão grave na economia que as estimativas indicam que o pico do Produto Interno Bruto per capita alcançado em 2013 só será superado no início da próxima década, entre 2022 e 2023, quando deverá atingir R\$ 31 mil/ano (em valores deflacionados), contra R\$ 30,8 mil/ano de 2013.

No caso do Estado do Rio de Janeiro a situação será mais grave, uma vez que até 2038 o estado ainda estará às voltas com o pagamento dos juros e da amortização da dívida com a União. Segundo o IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado Federal) o Estado do Rio de Janeiro tem um déficit acumulado de R\$ 23 bilhões (março de 2017). As estimativas de curto prazo são de que, até 2020, o déficit acumulado deverá ultrapassar R\$ 80 bilhões (as estimativas para a Receita Corrente Líquida para 2018 são de R\$ 52,2 bilhões ante uma despesa estimada em R\$ 72.5 bilhões - totalizando R\$ 20,3 bilhões de déficit). Apesar de alto, o valor é 7,7% menor do

que o déficit previsto para 2017, de R\$ 22 bilhões. As previsões indicam que o déficit só será revertido no início de 2025. Mesmo com o plano de recuperação fiscal, os juros e amortização das dívidas com a União só deverão ser sanadas em 2038 – com um superávit de 10% da receita do estado (considerado ideal) a partir de 2029.

Diante dessas previsões, os municípios precisarão encontrar formas de financiar suas ações e investimentos que não sejam dependentes de volumosos recursos estaduais pelos próximos 20 anos, ou seja, cinco governos. A estimativa do PIB dos municípios nos indica um processo de lenta recuperação das finanças nos próximos anos. Este quadro corrobora com a necessidade de criação de mecanismos de financiamento metropolitanos, uma vez que a capacidade de investimento dos municípios é extremamente desigual e dependentes de recursos estaduais e federais.

Dessa forma, o primeiro passo a se definir na seleção das estratégias que permitirão a construção desse ambiente amigável é o real conhecimento das condições existentes nas quais esse processo de estruturação do ambiente humano, urbano, econômico e social deverá ser construído. Para isso, após a consideração de medidas adotadas pelos governos municipais estaduais e federal com foco no combate à crise fiscal e na recuperação econômica, identificamos que o cenário a ser buscado nos próximos anos se refere ao conjunto “G+/E=”. Mesmo não havendo melhora no médio prazo da situação econômica que permeiam a construção desse cenário, as estratégias de investimento poderão, por exemplo, considerar folga gerada pela melhor gestão dos recursos existentes em contrapartidas a serem oferecidas para empréstimos ou parcerias com o setor privado ou outras esferas de governo.

Já se demonstrou em relatórios precedentes a grande dependência dos municípios com relação às transferências das esferas estadual (ICMS, IPVA, outras) e federal (FPM, FUNDEB, outras). Esses níveis de dependência variavam (2010) de 38,3% (Rio de Janeiro) e 44,6% (Niterói) até 72,4% (São Gonçalo) e 89,8% (Paracambi), com média da RMRJ em 48,5% dado o peso relativo dos dois primeiros. Já em 2015, o reflexo da crise é evidente: essa dependência diminui em todos os casos (ver tabela 2.2.2-A), e o próprio volume de recursos repassados diminui em 15 dos 21 municípios, gerando **uma brecha de recursos da ordem de R\$ 3,2 milhões**. As exceções, em ordem decrescente de recursos, são: Rio de Janeiro, Queimados, Duque de Caxias, Seropédica, Nova Iguaçu, Rio Bonito e Tanguá. Isso se dá por conta das regras de operação de algumas rubricas.

Tabela 2.2.2-A - Evolução da Receita Corrente (R) e Transferência Corrente (T) (R\$ mil; constante, 2015)

	2000 (R)	2000 (T)	2000 (%T/R)	2010 (R)	2010 (T)	2010 (%T/R)	2015 (R)	2015 (T)	2015 (%T/R)	Gap 2010>2015
Belfort Roxo	271.761,02	223.650,32	82,30	585.550,34	453.653,97	77,47	559.288,00	414.639,00	74,14	39.014,97
Cach Macacu	51.489,86	36.708,04	71,29	188.443,06	139.812,02	74,19	160.349,00	96.212,00	60,00	43.600,02
Dq Caxias	800.559,67	595.525,84	74,39	2.040.958,32	1.416.850,68	69,42	2.082.967,00	1.165.399,00	55,95	251.451,68
Guapimirim	43.791,47	37.553,11	85,75	140.436,28	120.834,84	86,04	145.414,00	79.009,00	54,33	41.825,84
Itaboraí	168.284,24	134.440,49	79,89	436.109,10	275.549,18	63,18	606.390,00	314.559,00	51,87	-39.009,82
Itaguaí	137.033,86	99.706,33	72,76	464.807,01	226.827,96	48,80	540.281,00	195.500,00	36,18	31.327,96
Japeri	63.163,60	48.845,20	77,33	161.234,47	141.727,52	87,90	192.364,00	139.585,00	72,56	2.142,52
Magé	134.055,27	99.949,57	74,56	401.314,07	323.653,98	80,65	406.224,00	268.359,00	66,06	55.294,98
Maricá	83.807,26	47.665,98	56,88	252.359,41	174.894,42	69,30	583.500,00	170.412,00	29,21	4.482,42
Mesquita	71.702,79	50.692,57	70,70	251.231,56	210.621,21	83,84	228.810,00	160.880,00	70,31	49.741,21
Nilópolis	89.452,35	73.955,26	82,68	228.771,45	171.343,35	74,90	252.007,00	166.634,00	66,12	4.709,35
Niterói	797.772,97	342.950,14	42,99	1.467.319,02	654.708,95	44,62	1.918.975,00	596.948,00	31,11	57.760,95
Nova Iguaçu	445.570,82	333.838,57	74,92	1.019.691,07	743.310,17	72,90	1.179.854,00	752.425,00	63,77	-9.114,83
Paracambi	37.294,36	32.667,22	87,59	120.090,05	107.853,70	89,81	110.457,00	86.630,00	78,43	21.223,70
Queimados	76.238,09	68.154,33	89,40	191.134,23	153.051,90	80,08	294.660,00	203.617,00	69,10	-50.565,10
Rio Bonito	65.586,94	48.880,27	74,53	157.788,14	119.532,09	75,75	180.131,00	125.880,00	69,88	-6.347,91
Rio de Janeiro	12.135.016,35	5.592.916,20	46,09	18.697.467,54	7.154.949,84	38,27	21.484.634,00	7.687.905,00	35,78	-532.955,16
São Gonçalo	510.448,66	324.791,47	63,63	963.379,90	696.962,91	72,35	1.023.624,00	645.960,00	63,11	51.002,91
São João de Meriti	254.892,23	199.798,68	78,39	467.763,96	320.954,78	68,61	511.620,00	314.211,00	61,41	6.743,78
Seropédica	56.757,42	45.583,29	80,31	159.609,81	134.299,95	84,14	213.120,00	149.493,00	70,14	-15.193,05
Tanguá	33.655,23	30.078,24	89,37	66.516,68	59.649,26	89,68	79.967,00	63.588,00	79,52	-3.938,74
Total RMRJ	16.328.334,43	8.468.351,09	51,86	28.461.975,46	13.801.042,68	48,49	32.754.636,00	13.797.845,00	42,12	3.197,68

Como as transferências correntes abrangem diversos tipos de rubrica, vamos observar mais de perto a evolução das três principais, que não respondem a obrigações de gasto (lembrando que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB² é uma rubrica muito importante em volume, mas tem que ser aplicada em Educação Básica): elas são o FPM, o ICMS e o IPVA. Com a crise econômica, a atividade econômica diminui e, em consequência, a arrecadação federal também diminui, afetando os repasses do FPM. No caso dos repasses estaduais, essa mesma crise tem impacto negativo na arrecadação do ICMS, mas nenhum, em teoria, na arrecadação e repasse do IPVA (salvo aumento na inadimplência de proprietários de veículos), como demonstra a tabela 2.2.2-B. Nas duas primeiras rubricas (FPM e ICMS), a **brecha de repasses** entre os patamares de 2010 e 2015 para o conjunto da RMRJ é da ordem de **R\$ 160 milhões!**

² Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, uma das grandes transferências estaduais.

Tabela 2.2.2-B - Evolução 2000>2010>2015 de Transferências Seleccionadas (R\$ mil; constantes de 2015)

	Evolução 2000>2010>2015 de Transferências Seleccionadas (R\$ mil; constantes de 2015)				FPM		ICMS		IPVA		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015	2000	2010	2000	2010	2015
Belfort Roxo	30.250,81	49.694,09	42.722,00	70.114,72	102.240,06	89.193,00	2.430,03	9.174,42	2.430,03	9.174,42	10.933,00
Cach Macacu	9.293,84	20.430,58	18.501,00	18.597,35	38.637,91	31.110,00	834,42	1.779,88	834,42	1.779,88	2.397,00
Dq Caxias	31.121,00	49.694,09	42.722,00	293.195,58	733.544,08	562.592,00	11.912,98	32.028,15	11.912,98	32.028,15	34.299,00
Guapimirim	8.727,37	18.573,25	18.501,00	14.067,16	23.362,40	20.575,00	519,62	1.281,30	519,62	1.281,30	1.699,00
Itaboraí	30.250,81	49.694,09	42.722,00	30.691,36	38.026,71	51.976,00	1.908,40	6.952,18	1.908,40	6.952,18	7.862,00
Itaguaí	18.976,51	29.717,21	28.593,00	38.853,40	55.037,42	44.731,00	2.319,82	4.829,65	2.319,82	4.829,65	5.622,00
Japeri	14.128,28	27.869,88	26.229,00	10.648,83	29.020,83	19.673,00	415,73	941,92	415,73	941,92	1.499,00
Magé	30.310,08	49.694,09	42.610,00	29.191,24	39.177,86	40.541,00	2.170,64	5.197,60	2.170,64	5.197,60	7.169,00
Maricá	11.127,39	31.761,11	41.040,00	12.182,39	25.926,59	26.780,00	1.463,70	6.597,44	1.463,70	6.597,44	7.768,00
Mesquita	17.550,62	50.328,99	42.722,00	11.849,36	39.785,86	28.373,00	121,35	5.709,24	121,35	5.709,24	6.236,00
Nilópolis	24.047,74	49.694,09	42.722,00	19.615,70	28.705,24	26.193,00	2.716,99	6.563,07	2.716,99	6.563,07	6.386,00
Niterói	30.371,07	49.694,09	42.722,00	113.302,45	192.670,03	210.335,00	45.519,52	69.139,90	45.519,52	69.139,90	63.624,00
Nova Iguaçu	23.240,71	49.694,09	42.722,00	90.164,69	152.529,51	132.396,00	13.364,59	23.513,70	13.364,59	23.513,70	27.346,00
Paracambi	9.818,29	18.573,25	16.815,00	12.809,02	19.486,81	17.334,00	554,46	1.528,41	554,46	1.528,41	1.701,00
Queimados	14.893,25	33.431,86	41.040,00	29.634,43	32.258,79	39.694,00	886,31	2.535,59	886,31	2.535,59	3.473,00
Rio Bonito	5.767,44	20.430,58	18.501,00	15.674,07	22.897,17	19.646,00	3.195,22	5.518,81	3.195,22	5.518,81	4.302,00
Rio de Janeiro	128.175,42	243.833,67	249.451,00	2.206.003,87	2.273.846,51	2.395.892,00	433.899,55	608.790,48	433.899,55	608.790,48	673.661,00
São Gonçalo	27.505,09	52.830,98	42.722,00	109.321,76	164.223,20	144.074,00	13.002,67	33.001,29	13.002,67	33.001,29	35.943,00
São João de Meriti	28.162,47	49.694,09	43.471,00	52.935,21	67.098,17	65.970,00	4.650,45	13.379,75	4.650,45	13.379,75	15.088,00
Seropédica	10.178,88	24.145,23	24.198,00	13.299,88	26.054,75	31.488,00	549,97	2.330,63	549,97	2.330,63	3.115,00
Tanguá	7.636,45	10.509,84	13.455,00	13.020,96	13.749,65	14.702,00	151,32	439,18	151,32	439,18	1.020,00
Total RMRJ	511.533,50	979.979,11	924.181,00	3.205.173,44	4.118.279,57	4.013.288,00	542.587,73	841.232,59	542.587,73	841.232,59	921.143,00
Gap 2010>2015			-55.798,11			-105.011,57					79.910,41

Todo o raciocínio acima ainda precisaria ser complementado com a questão dos *royalties* do petróleo e gás, que são uma importante fonte de receita para alguns municípios, como Maricá, por exemplo. Sendo o Rio de Janeiro o Estado que representa quase 70% da produção nacional de petróleo e 40% do gás, qualquer variação nesse cenário afeta diretamente as finanças estaduais e, por conseqüências, as finanças dos municípios que estejam na ponta desse encadeamento tributário. Mesmo com o aumento da produção, a redução do preço internacional do barril em quase 50% afetou as vendas e, em conseqüência, a distribuição de *royalties*. Infelizmente, não se prevê recuperação do preço no curto prazo. Para não prejudicar muito o nível de investimento estadual, houve tomada de empréstimos cujos juros, junto com as despesas fixas e crescentes de Pessoal mais Encargos Sociais, e ainda a Previdência oficial, formam um pacote de gastos de difícil redução, o que explica uma parte da crise fiscal do Estado.

Assim, os Municípios deverão fazer um esforço adicional para aumentar a eficácia da gestão de suas receitas próprias, diminuindo consideravelmente a dependência das transferências intergovernamentais (Estado e União).

Entre as medidas que precisam ser adotadas imediatamente sugere-se, principalmente:

- Atualização da legislação municipal, contemplando a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a LC 123/2006, a LC 116/03, com as leis e os regulamentos necessários;
- Instituição de todos os tributos de competência municipal e do devido regulamento do Processo Tributário Administrativo;
- Previsão na legislação das obrigações acessórias para os contribuintes, como a entrega de declarações, cópia de notas fiscais, apresentação de documentos fiscais para vistoria;
- Implantação e manutenção da atualização do Cadastro Técnico Municipal, com os dados Imobiliários e os Econômicos ou Mobiliários;
- Lançamento estritamente dentro da lei e cobrança dos impostos, taxas e contribuição de melhoria – IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública e demais Taxa pelo Poder de Polícia, além dos Preços Públicos ou Tarifas;
- Manutenção de agente fiscal atualizando os cadastros, verificando atividades não licenciadas e homologando o ISSQN;
- Promoção da gestão dos maiores contribuintes;
- Gestão do Simples Nacional e integração com as Receitas Federal e Estadual

NÍVEIS DE INVESTIMENTO

Em 2010, o nível de investimento do conjunto de municípios da **RMRJ** era da ordem de **R\$ 3,18 bilhões** (valor nominal de R\$ 2,28 bilhões de 2010 corrigido para valores de 2015), o que não é nada desprezível. Entretanto, há que se considerar a grande preponderância da participação do **Rio de Janeiro**, responsável sozinho por **R\$ 2,17 bilhões**, ie cerca de 68% do total.

Em 2015, o cenário melhora bastante, apesar do início da crise: o nível de investimento passa a **R\$ 6,03 bilhões**, ie praticamente o dobro do patamar de 2010, mas tendo o **Rio de Janeiro** como responsável por **R\$ 5,18 bilhões**, ie **85,9% do total**. Esse patamar é anormal, pois engloba investimentos das Olimpíadas, entre outros programas especiais que não se repetem. Assim, se tomarmos apenas o **subtotal dos demais municípios**, veremos que a evolução dos investimentos foi negativa, passando de **R\$ 1,01 bilhão** para **R\$ 0,85 bilhão**. Ainda assim, dispor de R\$ 850 milhões ao ano é uma boa margem. O problema é que esse conjunto mal chega para atender os compromissos das carências já existentes nos municípios. Ao ter que atender igualmente os Programas do PDUI, será necessário contar, por um lado, com muito comprometimento político e solidariedade intermunicipal, e, por outro lado, um alinhamento estreito das **prioridades metropolitanas com impacto direto na resolução simultânea de carências municipais**.

É provável que os níveis fiscais municipais de 2016 e 2017 sejam ainda inferiores (em termos de valores constantes) aos patamares de 2015, em função da crise econômica, e 2018 ainda parece incerto. Porém, pode-se imaginar que 2019 retome o nível de 2015 e, a partir das melhoras comentadas acima com respeito ao fortalecimento das receitas municipais e do desempenho funcional dos servidores públicos, esse processo melhore a partir de 2020, crescendo em termos reais acima da inflação.

Como piso estimativo de partida, pode-se considerar que em **2018 as ações executivas estarão capitaneadas por atividades de revisão dos Planos Diretores, estudos internos para maior/melhor captação de recursos próprios e capacitação de servidores**, sendo a maioria delas com pequeno custo adicional, envolvendo principalmente uma realocação de tempo do corpo funcional. Algum apoio técnico local talvez seja preciso para a revisão dos Planos Diretores e seu alinhamento com o PDUI, bem assim a capacitação de servidores (muito especialmente uma capacitação para melhor aproveitamento das imagens da cartografia digitalizada para efeitos de controle do uso do solo e atualização da base de contribuintes do IPTU). Por isso, **em 2018 não se vai considerar nenhum investimento direto em obras**. Já a partir de 2019, vai-se considerar um nível de investimento na regra abaixo, como exercício inicial de experimentação da colaboração intermunicipal. Outro tema de capacitação que precisa ser enfrentado é a adoção de um rito correto para a cobrança da Contribuição de Melhoria, de modo a recuperar, pelo menos em boa parte, a valorização imobiliária provocada pelas obras e investimentos do PDUI. Cabe destacar, entretanto, que esses processos arrecadatórios precisam ter um olho na **capacidade de pagamento da população-alvo**, não podendo ultrapassá-la: isso é justiça fiscal com enfoque socioterritorial. Tudo isso deverá levar à preparação de Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA's)³ mais robustas para o orçamento de 2019.

Como referências iniciais, que poderiam ser melhor calibradas para a definição dos PAPs, adotam-se as seguintes diretrizes:

- a) Em 2019, o nível de investimento total será equivalente ao de 2015;
- b) Em 2020, poderá haver um incremento de 5 a 10%, em consequência preliminar das atividades de capacitação e ajuste das bases de contribuintes;
- c) Em 2021, esse impacto de melhoria daria um salto de qualidade com um incremento de 20% sobre o nível de 2020, em qualquer dos Cenários mencionados adiante.

Como exercício inicial, vai-se considerar para o nível de investimento um Cenário Conservador e outro, Otimista, definidos dentro dos critérios da matriz indicada abaixo.

Tabela 2.2.2-C

Horizontes	Conservador	Otimista
2019	Nível de investimento será equivalente ao ocorrido em 2015	
2020	Incremento de 5% sobre o nível de 2019	Incremento de 10% sobre o nível de 2019
2021	Incremento de 20% sobre o nível de 2020, em função das melhorias nas bases de dados e na inovação de cobrança de tributos.	
2022 a 2028	Incremento anual de 5% sobre o ano anterior.	Incremento anual de 10% sobre o ano anterior
2029 a 2040	Mesma regra anterior, mas incluindo uma contribuição do Estado equivalente a 33% das contribuições municipais.	Mesma regra anterior, mas incluindo uma contribuição do Estado equivalente a 50% das contribuições municipais.

³ Ambas as leis são sujeitas a audiências públicas obrigatórias, antes de serem levadas à Câmara Municipal, que poderá ou não repetir esse processo.

Uma questão da maior importância, vinculada à aprovação da governança metropolitana (PLC 10/2015), é a criação e alimentação do **Fundo de Desenvolvimento Metropolitano**, previsto no Projeto de Lei Complementar. O principal óbice nesse assunto será a forma de contribuição dos municípios, que deveria estar associada, de alguma maneira, à sua capacidade de voto no Conselho Deliberativo: quem tem mais votos deveria contribuir mais. É claro que esse ponto suscitará grandes debates, já que os maiores afetados em contribuições serão o Município do Rio de Janeiro e o próprio Estado. Por outro lado, é impensável ter um programa de investimentos que dependa mais de outras fontes de recursos que não os orçamentos próprios dos entes federativos (além do setor privado, pela via das PPP's).

Como simples exercício inicial de cálculo e referências, imagine-se que essa alimentação será dada por 30% do nível de investimento de cada município (ficando os demais 70% para investimentos locais não associados às prioridades metropolitanas). Nos curto e médio prazos, o Fundo somente terá alimentação municipal (e talvez alguma coisa federal, se for o caso), pois o Estado não terá condições para isso. Entretanto, dependendo de como avance a recuperação financeira do estado, este poderia fazer contribuições ocasionais a partir de repasses voluntários, para intervenções específicas. Afinal, mesmo sem capacidade de investimento, seria muito malvisto que o Estado tenha grande poder de voto (e conseqüentemente muita influência no processo decisório de priorização de investimentos no programa de obras e serviços) sem contribuir nada para o custeio desse programa. Por precaução conservadora, esses valores não estão incluídos nas estimativas feitas nas tabelas 2.2.2-D e E. A partir de 2028, a contribuição formal do Estado poderia oscilar entre 33% e 50% do volume municipal, segundo cada um dos dois cenários propostos.

Tabela 2.2.2-D - Cenário Conservador
(em R\$ milhões, valores constantes de 2015 e considerando apenas os recursos próprios)

Ano	Municípios Total	Municípios PDUI	Estado PDUI	Total	SubTotais
2019	1.700,00	510,00	0,00	510,00	
2020	1.785,00	535,50	0,00	535,50	1.045,50
2021	2.142,00	642,60	0,00	642,60	
2022	2.249,10	674,73	0,00	674,73	
2023	2.361,56	708,47	0,00	708,47	
2024	2.479,63	743,89	0,00	743,89	
2025	2.603,61	781,08	0,00	781,08	
2026	2.733,80	820,14	0,00	820,14	
2027	2.870,48	861,15	0,00	861,15	
2028	3.014,01	904,20	0,00	904,20	6.136,26
2029	3.164,71	949,41	316,47	1.265,88	
2030	3.322,95	996,88	332,29	1.329,18	
2031	3.489,09	1.046,73	348,91	1.395,64	
2032	3.663,55	1.099,06	366,35	1.465,42	
2033	3.846,72	1.154,02	384,67	1.538,69	
2034	4.039,06	1.211,72	403,91	1.615,62	
2035	4.241,01	1.272,30	424,10	1.696,41	
2036	4.453,06	1.335,92	445,31	1.781,23	
2037	4.675,72	1.402,72	467,57	1.870,29	
2038	4.909,50	1.472,85	490,95	1.963,80	
2039	5.154,98	1.546,49	515,50	2.061,99	
2040	5.412,73	1.623,82	541,27	2.165,09	20.149,23
Total				27.330,99	

Curto prazo
 Médio prazo
 Longo prazo

Nota: a) Para 2018, considerou-se que as ações são de tipo político-administrativo (aprovação Governança-base e Lei PDUI), sem custo de investimento direto; b) Para 2019, tomou-se o valor do subtotal dos Municípios em 2015, exceto o Rio de Janeiro, e uma contribuição carioca de igual montante; c) A partir de 2029, considerou-se que o Estado poderia contribuir com 33% da soma das contribuições municipais.

Tabela 2.2.2-E - Cenário Conservador
(em R\$ milhões, valores constantes de 2015 e considerando apenas os recursos próprios)

Ano	Municípios Total	Municípios PDUI	Estado PDUI	Total	SubTotais
2019	1.700,00	510,00	0,00	510,00	
2020	1.870,00	561,00	0,00	561,00	1.071,00
2021	2.244,00	673,20	0,00	673,20	
2022	2.468,40	740,52	0,00	740,52	
2023	2.715,24	814,57	0,00	814,57	
2024	2.986,76	896,03	0,00	896,03	
2025	3.285,44	985,63	0,00	985,63	
2026	3.613,98	1.084,20	0,00	1.084,20	
2027	3.975,38	1.192,61	0,00	1.192,61	
2028	4.372,92	1.311,88	0,00	1.311,88	7.698,64
2029	4.810,21	1.443,06	721,53	2.164,60	
2030	5.291,23	1.587,37	793,69	2.381,06	
2031	5.820,36	1.746,11	873,05	2.619,16	
2032	6.402,39	1.920,72	960,36	2.881,08	
2033	7.042,63	2.112,79	1.056,39	3.169,18	
2034	7.746,90	2.324,07	1.162,03	3.486,10	
2035	8.521,59	2.556,48	1.278,24	3.834,71	
2036	9.373,74	2.812,12	1.406,06	4.218,19	
2037	10.311,12	3.093,34	1.546,67	4.640,00	
2038	11.342,23	3.402,67	1.701,33	5.104,00	
2039	12.476,45	3.742,94	1.871,47	5.614,40	
2040	13.724,10	4.117,23	2.058,61	6.175,84	46.288,33
Total				55.057,97	

Curto prazo
 Médio prazo
 Longo prazo

a) Para 2018, considerou-se que as ações são de tipo político-administrativo (aprovação Governança-base e Lei PDUI), sem custo de investimento direto; b) Para 2019, tomou-se o valor do subtotal dos Municípios em 2015, exceto o Rio de Janeiro, e uma contribuição carioca de igual montante; c) A partir de 2029, considerou-se que o Estado poderia contribuir com 50% da soma das contribuições municipais.

No Cenário Conservador, assim como no Cenário Otimista, fica estimado um nível de investimento total pouco maior que **R\$ 1 bilhão para o curto prazo** (horizonte 2020).

Para o **médio prazo** (horizonte 2028), esse nível de investimento se eleva a um total de **R\$ 6,1 bilhões** no cenário Conservador e R\$ 7,7 bilhões no cenário Otimista.

Para o **longo prazo** (horizonte 2040), com a entrada das contribuições estaduais, o nível de investimento cresce para **R\$ 20,1 bilhões** no cenário Conservador e R\$ 46,2 bilhões no cenário Otimista.

Faz-se um alerta de que é imprescindível organizar e implementar com seriedade um mecanismo de monitoramento da arrecadação municipal e estadual, bem assim da alimentação do Fundo Metropolitano. Uma forma de monitoramento dessa evolução seria correlacioná-la à evolução do PIB municipal e estadual. Existem estimativas para os PIB's municipais feitas pelo eixo de Economia, mas ainda não há estimativas para o PIB estadual.

Nesse contexto, o Fundo Metropolitan de Financiamento e Investimento, previsto na proposta de Lei Complementar enviada à ALERJ, e ainda em discussão, aparece como o principal ente financeiro para a implementação das propostas do PDUI. Insistimos em que esse fundo deve ter por objetivo precípua garantir recursos para financiar, em todo ou em parte, os projetos destacados como de **interesse metropolitano**, ie aqueles cuja região de abrangência ou área de impacto extrapolem os limites administrativos de um único município. Para tal, podem ser consideradas todas as propostas contidas no PDUI ou derivadas do mandato da Agência Executiva da RMRJ.

Já as receitas que alimentarão o fundo, além das dotações orçamentárias municipais, estaduais e federais que vierem a ser estabelecidas, deverão constar em Lei as possibilidades de recebimento de produtos de operações de crédito, financiamentos para operações de repasse e rendas provenientes da aplicação de seus recursos. Uma rubrica de especial interesse deverá ser a possibilidade de receber doações de pessoas físicas e jurídicas, entregues na forma de “*endowment*”, utilizando-se como recursos operacionais aqueles derivados dos rendimentos de aplicação desse montante principal. Destaca-se a necessidade de que sejam previstas restrições à aplicação desses recursos em despesas correntes, à exceção de uma porcentagem pequena e máxima, para financiar o custo de administração da Agência Executiva e a gestão mesma dos recursos principais. Outra definição essencial é o estabelecimento de que os recursos municipais, do Estado e da União, destinados ao financiamento dos projetos de interesse metropolitano, somente poderão ser aplicados através do Fundo Metropolitan de Financiamento e Investimento.

Finalmente, ainda com relação ao Fundo Metropolitan, deverá ser definida uma instituição do sistema financeiro para a sua administração financeira, incluindo o encaminhamento mensal de relatórios operacionais (entradas e saídas de recursos), prestando informações à Agência Executiva, aos membros da governança metropolitana e abrindo informações à sociedade civil em geral, sobre todas as operações do Fundo.

2.2.3. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Além de considerar os cenários de curto, médio e longo prazos propostos e a capacidade de investimento dos integrantes da Região Metropolitana, a elaboração do PDUI/RMRJ adotou a estratégia de promover ações integradas, organizadas em ideias-força (Programas de Ações Prioritárias - PAPs), que traduzem um conjunto de prioridades, contemplando todos os eixos estruturantes e propostas de municípios e da sociedade.

É estratégico para o PDUI priorizar ações que: (i) apresentem a melhor relação de custo-benefício; (ii) tenham grande reconhecimento e atendam necessidades básicas da população; (iii) possam servir de exemplo e tenham potencialidade para alavancar outras iniciativas similares, criando ciclos positivos ao longo do tempo e do território; (iv) e possam ser realizadas com recursos possíveis de serem mobilizados, a curto e médio e longo prazos. O Plano utiliza a estratégia de “**mudar para fazer**”, ou seja, realizar ações que tratem de entregar resultados palpáveis e/ou emblemáticos, que possam mobilizar mais recursos e apoio social e empresarial, e se traduzir em maior sustentabilidade econômica, social e ambiental para a metrópole, no curto, médio e longo prazos.

Considerando os cenários propostos para a implantação do PDUI, é estratégico investir, no curto prazo, em **Governança Metropolitana e Gestão Pública**. Em primeiro lugar, é fundamental formalizar o arranjo institucional de Governança Metropolitana, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 10/15, com as alterações que forem pertinentes ao processo legislativo, de maneira a se estabelecer uma institucionalidade que viabilize um processo estável e previsível de tomada de decisões, gestão compartilhada e financiamento solidário de projetos metropolitanos. Nesse bojo, deverá também ser aprovado o próprio PDUI, conferindo ao instrumento uma força de lei que será relevante no seu processo de implementação.

Em um cenário de grande restrição orçamentária, a Governança Metropolitana deverá: (i) incentivar projetos realizados em parcerias interfederativas, onde possam se articular recursos de Municípios, Estado e União; (ii) estimular parcerias público-privadas (PPP), explorando instrumentos inovadores na ótica financeira e no aproveitamento do dinamismo urbanístico e econômico; (iii) apoiar a estruturação de gestões públicas para atrair investimentos privados; (iv) promover a utilização de ativos imobiliários de Municípios, Estado e União, para

composição de fundos e projetos de interesse público; (v) e adotar novos paradigmas sustentáveis de financiamento de projetos, obras e serviços, utilizando recursos de taxas e subsídios cruzados arrecadados no próprio setor (a exemplo do saneamento e da mobilidade).

É estratégico a Governança Metropolitana alcançar, no menor prazo possível, a articulação de políticas, planos e instrumentos urbanísticos e setoriais de Municípios, Estado e Governo Federal, alcançando as bases necessárias para o sucesso da implementação dos Programas e Ações previstos no PDUI. À estrutura da Governança Metropolitana caberá estimular a cooperação intermunicipal e interfederativa, incentivar a modernização e o uso eficiente de todos os instrumentos de planejamento territorial, urbanístico, ambiental e financeiro, contribuindo inclusive com insumos e capacitação. A Governança Metropolitana deverá ainda garantir a participação e a adesão da sociedade aos projetos metropolitanos, viabilizando o acesso às informações dos programas e ações públicas, possibilitando seu monitoramento, avaliação e correção de rumos ao longo do processo de implantação do PDUI.

Para além das iniciativas que objetivam alavancar recursos financeiros, a Governança Metropolitana deverá promover parcerias com instituições públicas e privadas, de âmbito local, nacional ou internacional, que disponham de recursos humanos e experiência técnica e possam participar de projetos e ações de interesse da Região, a exemplo de iniciativas de capacitação, consultoria e orientação técnica, elaboração de projetos, revisão de instrumentos de políticas públicas, entre outras atividades. A Governança Metropolitana poderá ainda estimular a articulação de iniciativas com organizações não governamentais, entidades sem fins lucrativos, organizações de movimentos sociais, entre outras instituições que possam promover a participação de grupos sociais em projetos e ações sintonizadas com as diretrizes do Plano Metropolitanano.

A Governança Metropolitana também deverá adotar a estratégia de valorizar as iniciativas locais afinadas com o Plano, o que pode ser implementado com a criação de um selo metropolitanano e um sistema de apoio financeiro e de divulgação, e que tem como objetivo valorizar os gestores comprometidos com a metrópole, a articulação federativa e o sentimento de pertencimento e de cidadania metropolitanana. No mesmo sentido, a RMRJ deverá propor a realização de campanhas educativas, concursos públicos de ideias, premiações artísticas, atividades culturais, entre outras atividades que busquem elevar o sentimento de cidadania e valorizar a imagem da metrópole, o seu patrimônio material e imaterial e a sua população.

A implantação do PDUI avançará na medida em que a Governança Metropolitana enfrentar e superar desafios tais como: (i) desenvolver um espírito de solidariedade e cooperação entre os municípios, estado e União; (ii) acordar uma estratégia de financiamento comum para as prioridades metropolitananas; (iii) evitar que os municípios menores se tornem reféns das prioridades do Estado e/ou do município-polo; (iv) alinhar políticas setoriais com as prioridades metropolitananas; (v) definir um protocolo que vincule as ações dos entes autônomos às decisões do processo de planejamento participativo; (vi) apoiar a elaboração de projetos e sensibilizar a União para financiar Programas e Ações do PDUI; (vii) construir um sentimento de cidadania metropolitanana e mobilizar a sociedade para as suas iniciativas; (viii) oferecer segurança institucional e mobilizar investimentos privados; entre outros.

A melhoria da gestão pública, no curto prazo, implica na realização de reformas administrativas, fiscais e de legislação no âmbito dos Municípios, Estado e União. No caso dos municípios, é necessário melhorar o desempenho tributário e reduzir a dependência de transferências federais (FPM), e estaduais (ICMS, IPVA), as quais estão correlacionadas com o nível de atividade econômica e são fortemente reduzidas nos momentos de crise. Nesse sentido, é importante implantar ou atualizar os mecanismos e referências para cobrança de tributos e taxas municipais (IPTU, ISS, ITBI) bem como, promover a capacitação técnica de funcionários públicos, e atualizar instrumentos de gestão, a exemplo dos Planos Diretores. Além disso, cabe aos municípios ampliar a capacidade de investimento e endividamento, muito reduzidas na maioria das cidades que compõem a RMRJ.

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro é pertinente a **melhoria da gestão**, de maneira a superar as crises fiscal, financeira e política, restaurando a confiança de investidores, possibilitando a recuperação da capacidade de investimentos, a realização de parcerias interfederativas e a retomada de financiamentos de projetos por meio de organismos e agentes financeiros nacionais e internacionais. Ao Governo Federal, cabe a

disponibilização de recursos para projetos metropolitanos alinhados com as políticas da área de desenvolvimento urbano, bem como, é pertinente a revisão da legislação do Estatuto da Metrópole, considerando as experiências de governança em curso nas principais regiões do país.

Como premissa geral, é estratégico para o PDUI promover a redução das desigualdades territoriais, sejam elas econômicas, sociais, ambientais ou de infraestrutura, a fim de alcançar uma metrópole mais equilibrada, como aponta a Visão de Futuro metropolitana. A **redução das desigualdades** é uma estratégia transversal que perpassa todos os eixos setoriais e corrobora diretamente com os Objetivos Metropolitanos, a exemplo daqueles que indicam o desenvolvimento e a consolidação das centralidades metropolitanas secundárias e a redução da estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos.

Observa-se que a Nova Agenda Urbana (Conferência Habitat III), adota o conceito de "enfoque territorial do desenvolvimento", mesmo considerando que equidade territorial plena é uma utopia. Para reduzir as desigualdades, a Nova Agenda Urbana alerta que é necessário uma transformação radical na cultura de governança, estabelecendo relações mais estreitas de cooperação entre municípios e diferentes esferas de governo, de modo a fomentar um sistema urbano mais integrado e equilibrado, favorecendo a coesão territorial, com base na superação completa das carências socioeconômicas e de infraestrutura que são o primeiro passo para diminuir a desigualdades e o desequilíbrio territorial.

O PDUI também adota como estratégia geral apoiar e promover a ampliação e a qualificação das áreas de proteção ambiental da região, de maneira a transformar a RMRJ em uma metrópole com destacado patrimônio ambiental, evidenciando externalidades positivas da cidade em relação às outras metrópoles brasileiras e globais. Ao adotar essa estratégia, o PDUI inclui a valorização da diversidade sócio, cultural e ambiental da Região Metropolitana, buscando aproximar comunidades locais de oportunidades de geração de trabalho e renda, colaborando com o equilíbrio territorial da metrópole.

Ressaltasse que as iniciativas de Governança Metropolitana e de Gestão Pública que vierem a ser realizadas em curto prazo, ditarão a escolha das ações prioritárias e o ritmo da implantação do Plano Metropolitano nas etapas seguintes, de médio e longo prazo, bem como, o alcance dos resultados previstos.

2.3. PROGRAMAS

A definição dos **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)** do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ocorreu a partir da análise do conjunto de **diagnósticos** elaborados, destacando **"ideias-força"** consideradas estratégicas no processo de planejamento metropolitano. Os Programas, organizados territorialmente ou por áreas temáticas, são emblemáticos e fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da metrópole, na perspectiva de alcançar os Objetivos Metropolitanos e a Visão de Futuro do PDUI/RMRJ. A estratégia é reunir e integrar ações de diferentes eixos, promovendo maior sinergia entre as ações, criando marcas positivas no território, possibilitando resultados mais expressivos para o conjunto da Região Metropolitana.

Os PAPs são constituídos por **ações diversas** que foram formuladas pelos Eixos Estruturantes do PDUI - Reconfiguração Espacial e Centralidades, Expansão Econômica, Mobilidade, Patrimônio Cultural e Ambiental, Saneamento e Resiliência, Habitação e Equipamentos Sociais - de caráter setorial, acrescidos do Eixo Transversal de Gestão Pública. Eles conformam um **conjunto de atividades relevantes** para os propósitos de cada "ideia-força", considerados imprescindíveis para o desenvolvimento da Região Metropolitana, justamente por **articular** ações que se complementam e criam sinergias territoriais que têm importância estratégica para o desenvolvimento da metrópole.

As ações prioritárias, assim denominadas: **Programa Metrópole Inteligente - PMI**; **Programa Metrópole Sustentável - PMS**; **Programa Equilibrar a Metrópole – PEM**; **Programa Habitar a Metrópole – PHM**; **Programa Baía Reinventada – PBR**; e **Programa Governar a Metrópole – PGM**.

A seguir, cada PAP é apresentado, evidenciando e articulando as proposições mais relevantes, aqui reunidas numa Planilha Síntese, numa Planilha Detalhada, e num Cronograma de Atividades distribuídas em cada um dos PAPs.

A **Planilha Síntese** apresenta uma visão geral do conteúdo de cada PAP, apontando: Diretriz; Título; Descrição; Questão a ser Solucionada; e Local das Ações.

A **Planilha Detalhada** indica Eixos Estruturantes Participantes da Ação; Objetivos Metropolitanos Associados; Macrozona de Planejamento; Municípios Beneficiados; Público Alvo; População Beneficiada; Ente Responsável; Custo Estimado; Fonte de Financiamento; e Atividades para Curto, Médio e Longo Prazos.

Os **Custos Estimados** apresentados na Planilha Detalhada foram definidos pelos especialistas dos eixos estruturantes do PDU/RMRJ, com base em experiências recentes de serviços e obras realizadas em cada setor, ou em referências de preços reconhecidas. Os valores apresentados constituem apenas referências de ordem de grandeza dos serviços e obras, cujo orçamento deverá ser elaborado detalhadamente com base em Termos de Referência e especificações de serviços de cada atividade.

As **Atividades** definidas para **Curto, Médio e Longo Prazos** consideram o Cenário Escolhido, baseado na perspectiva de desenvolvimento econômico e na evolução da gestão pública da Região Metropolitana e entes federados envolvidos, bem como, leva em conta as etapas de Atividades de Preparação, Atividades de Implementação e Atividades de Operação, Monitoramento e Avaliação, cuja descrição é apresentada em Glossário de Atividades dos PAPs, apresentado ao final desse item.

O **Cronograma de Atividades** dos PAPs apresenta o desenvolvimento de cada Ação Prioritária, para os períodos de Curto, Médio e Longo Prazos, considerando o Glossário já mencionado. De um modo geral, as atividades de Preparação se concentram no curto prazo e as Atividades de Implementação de Serviços e Obras iniciam-se no Médio e Longo Prazos.

GLOSSÁRIO DE ATIVIDADES

Atividades de Preparação	
Articulação Institucional	Articulação de municípios, estado e União; órgãos públicos setoriais; MP, universidades, entidades da sociedade, outras instituições importantes para determinado plano ou projeto.
Elaboração de Estudos	Estudos de Viabilidade Técnica – Econômica, Ambiental, Social; Avaliação Institucional; Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Vizinhança (EIV); pesquisas situação fundiária, populacional, outras; estudos ambientais; inventários fotográficos ambiental e cultural; cadastramentos; sondagens; prospecções arqueológicas; concursos públicos, entre outros.
Organização de Programas e Parcerias	Programas de Cooperação Pública; Parcerias Público Privadas; Consórcios Públicos; Consórcios Privados; Consórcios Interfederativos; Parcerias com Universidades e Centros de PD & I; Parcerias Internacionais; Programas de Assessoria Técnica, Capacitação, Gerencial, Gestão Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas de Informação.
Elaboração ou Revisão de Planos	Planos de Desenvolvimento Regional; Plano de Desenvolvimento Sustentável; Planos de Recuperação Ambiental; Planos Estratégicos; Planos de Redução de Riscos; Planos de Contingência; Planos Diretores Municipais; Planos Setoriais – Saúde, Educação, Segurança, outros; Planos de Manejo
Elaboração ou Revisão de Projetos	Elaboração de projetos de arquitetura, engenharia para edificações, saneamento, urbanizações, regularização fundiária; projetos ambientais; projetos sociais; projetos culturais; projetos turísticos; entre outros.
Licenciamentos	Licenciamentos Urbanísticos; Ambientais; etc.
Recursos e Financiamentos	Identificação e análise de fontes de recursos; análise de capacidade institucional para captação de recursos; planejamento e previsão orçamentária; formulação e aprovação de programas em instituições internacionais de financiamento; articulação de apoio de instituições e agências nacionais e internacionais.

Atividades de Implementação

Articulação Institucional	Articulação de municípios, estado e União; órgãos públicos setoriais; MP, universidades, entidades da sociedade, outras instituições importantes para programas, planos, projetos.
Constituição e Implementação de Programas e Parcerias	Formulação, articulação e definição de programas de cooperação pública; parcerias público privadas; consórcios públicos; consórcios privados; consórcios interfederativos; parcerias com universidades e centros de PD & I; parcerias internacionais; programas de assessoria técnica, capacitação, gestão ambiental; formulações e revisões legislações e regulamentações.
Implementação de Planos	Avaliação técnica, elaboração de Termos de Referência, licitação, contratação e implementação de Planos de Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Recuperação Ambiental, Estratégicos, Redução de Riscos, Contingência, Manejo, Diretores Municipais, Setoriais – saúde, educação, segurança, comunicação, assistência social, outros.
Implementação de Projetos	Avaliação técnica, elaboração de termos de referência, licitação, contratação e execução de obras civis decorrentes de projetos de arquitetura e engenharia para edificações, saneamento, urbanizações; serviços para regularização fundiária, projetos ambientais, sociais; culturais; turísticos, outros projetos; Sistemas de Informação.

Atividades de Operação, Monitoramento, Avaliação

Articulação Institucional	Articulação de municípios, estado e União; órgãos públicos setoriais; MP, universidades, entidades da sociedade, outras instituições importantes para programas, planos, projetos
Elaboração de Estudos	Elaboração de Termos de Referência, contratação e elaboração de metodologias e estudos de acompanhamento da qualidade técnica de obras civis, prestação de serviços, programas, contratos, convênios, financiamentos, parcerias público-privadas; Estudos de Impactos Ambientais, Impacto de Vizinhança; Estudos de Desempenho Econômico Financeiro.
Constituição e Implementação de Programas e Parcerias de Monitoramento e Avaliação	Constituir programas de cooperação, metodologias, sistemas de informação; avaliação institucional.

Ademais, as propostas de cada PAP na Tabela Síntese estão divididas e relacionadas pelos **Eixos Estruturantes** correspondentes e orientadas espacialmente, além de locais e municípios, pelas cinco **Macrozonas de Planejamento**. Os **dados populacionais** utilizados na referida tabela tiveram por base o Estudo Complementar de Demografia realizado no âmbito do PDUI/RMRJ⁴. Abaixo, segue listagem de siglas correspondentes.

Sigla	Eixo	Sigla	Macrozona
REC	Reconfiguração Espacial e Centralidades	MDPO	Macrozona de Planejamento Oeste
EE	Expansão Econômica	MDPN	Macrozona de Planejamento Norte
PNC	Patrimônio Natural e Cultural	MDPH	Macrozona de Planejamento dos Hipercentros
MOB	Mobilidade	MDPNE	Macrozona de Planejamento Nordeste
HES	Habitação e Equipamentos Sociais	MDPL	Macrozona de Planejamento Leste
SRA	Saneamento e Resiliência Ambiental		
GP	Gestão Pública		

2.3.1. PROGRAMA METRÓPOLE INTELIGENTE – PMI

O **Programa MetrÓpole Inteligente (PMI)** busca alinhar a RMRJ com o processo de desenvolvimento tecnológico em curso na atualidade, também denominado de 4ª Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que ressalta o patrimônio cultural e a história da cidade, promove atividades associadas à sua exuberância ambiental e valoriza o potencial criativo dos seus habitantes. Ele é composto de 32 ações prioritárias.

⁴ Estudo de demografia realizado pelo Prof. Dr. Kaizô Iwakami Beltrão e pela Profª Drª. Sonoe Sugahara Pinheiro e equipe.

As ações do PMI tratam de promover a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como cidade global, uma plataforma logística internacional, porta de entrada e de conexão com o Brasil e a América do Sul. A RMRJ é vista como centro internacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aproveitando os setores de óleo e gás, saúde, defesa, indústria naval e energia, ampliando a convergência e a sinergia entre as instituições, atraindo capital humano.

O PMI propõe investir na Região Metropolitana para ampliar seu papel de liderança na área da economia criativa, avançando nas relações internacionais através da integração com áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) voltadas para indústria, serviços de engenharia, design, produção cinematográfica, atividades culturais, áreas associadas à preservação e serviços ambientais, e outras importantes para a consolidação internacional da marca da RMRJ e do país.

A Metrópole Inteligente promove a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, como forma de conscientizar os cidadãos e valorizar as suas formas de expressão, os seus modos de criar, fazer e viver, as suas produções científicas, artísticas e tecnológicas, as suas obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Na mesma direção, o PMI aposta na preservação ambiental dos ecossistemas da RMRJ e na promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região que circunda e interage com o espaço urbano, destacando a potencialidade dos territórios rurais para atividades de grande valor agregado, que podem ganhar maior projeção com um selo de procedência reconhecido nacional e internacionalmente e articulação com as áreas de P, D & I.

O Programa Metrópole Inteligente avalia que a ampliação das atividades de P, D & I, a valorização do patrimônio histórico, a liderança cultural e a exuberância ambiental da Região elevam a sua condição como polo nacional e internacional de turismo, destacando segmentos como negócios & eventos, intercâmbio científico, esportes e aventura, atividades náuticas, entre outras áreas.

Para ser bem-sucedido, o Programa Metrópole Inteligente entende que deve valorizar e reconhecer o talento e a criatividade dos habitantes de toda a Região Metropolitana, apoiando a criação de oportunidades de formação distribuída por todo o território. Além disso, o PMI valoriza e promove a preservação das comunidades tradicionais e a paisagem cultural.

A Metrópole Inteligente também se realiza por meio de iniciativas de outros Programas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, em especial as medidas que visam garantir maior sustentabilidade ambiental, econômica e social para a Região Metropolitana; e aquelas iniciativas que tratam de promover maior equilíbrio territorial, reduzindo as desigualdades econômicas, sociais e de infraestrutura urbana.

Metrópole Inteligente

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MI 01	Incentivar ações para consolidar o Corredor Tecnológico da RMRJ, que concentra instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação	Incentivar ações para consolidar o Corredor Tecnológico da RMRJ, promovendo um conjunto de medidas visando a integração das instituições públicas e privadas, para ganhos de escala, produtividade, atuações articuladas e aproveitamento de sinergias que reúnem as instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação, assim como a produção industrial de alta tecnologia. Promover a construção do Polo Científico e Tecnológico do Exército em Guaratiba - PCTEG.	Setores de inteligência possuem desenvolvimento limitado devido à falta de interação entre instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação - P,D&I, para aproveitamento da sinergia das atividades comuns ou complementares, e entre as instituições de P,D&I, empresas e órgãos públicos finalísticos.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Seropédica, São Gonçalo e Itaboraí.
MI 02	Promover a adoção de legislação específica voltada a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse	Promover a adoção de legislação específica voltada a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse da área de pesquisa, desenvolvimento e inovação - P,D&I, aumentando o processo de cooperação entre os agentes que atuam na área, especialmente em locais de grande potencial, incluindo incentivos econômicos previstos em lei, capazes de promover o estímulo necessário para o desenvolvimento de toda a cadeia industrial relacionada à cadeia do conhecimento.	Áreas de grande potencial econômico não são exploradas devido a ausência de incentivo e articulação das cadeias de conhecimento e processos industriais tecnológicos.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Seropédica, São Gonçalo e Itaboraí.
MI 03	Articular projetos de inovação tecnológica voltados para a 4ª Revolução Industrial	Promover a articulação, em parceria com centros de ensino e empresas locais, nacionais e internacionais, de projetos de inovação tecnológica voltados para a 4ª Revolução Industrial (impressão 3D, realidade aumentada, ciberprodução e ciberatividades, e internet das coisas), além de inovações nas áreas de geração de energia sustentável, resíduos sólidos e transmissão de dados.	Ausência de planejamento para a questão das novas formas produtivas a partir da revolução tecnológica e da economia do ciberespaço. Há a necessidade de se elaborar um programa de integração entre os centros acadêmicos e o setor produtivo, em especial a relação da tríplice hélice (defesa - indústria - academia).	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Seropédica, São Gonçalo e Itaboraí.
MI 04	Promover a criação de selo de procedência, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do Arco Rural (Agroecológico) e a preservação do ambiente	Promover a criação de políticas para incentivar a utilização da área verde do território periurbano, de forma a valorizar os produtos locais e garantir a fixação dos produtores no território, de maneira a preservar o espaço rural e evitar a expansão urbana inadequada, incluindo a qualificação da produção rural e a criação de uma referência que valorize a produção, na forma de um selo de procedência.	O esvaziamento da insipiente produção rural metropolitana e o avanço da urbanização descontrolada sobre as áreas produtivas, incentivada pelas mudanças nos zoneamentos municipais; e a falta de incentivo para os produtores rurais.	Municípios do Arco Rural (Agroecológico).
MI 05	Ampliar marca da RMRJ como centro nacional de economia criativa	Promover investimentos em eventos e atividades para qualificar, ampliar e divulgar a produção da RMRJ na área de econômica criativa, de maneira a ampliar o seu reconhecimento como centro nacional e internacional do setor, em especial nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	Baixo reconhecimento da marca da RMRJ como centro nacional de economia criativa, em especial nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	RMRJ.
MI 06	Incentivar a criação de programas de bolsas de estudo para setores de maior valor agregado, através de parcerias com o setor produtivo	Incentivar a criação programas de ensino nos níveis acadêmico e profissionalizante para os setores de maior valor agregado, através de parcerias com o setor produtivo, e estimular o intercâmbio internacional, de forma a tornar a RMRJ um "destino de cérebros".	Ausência de planejamento para a questão das novas formas produtivas a partir da revolução tecnológica e da economia do ciberespaço. Há a necessidade de se elaborar um programa de integração entre os centros acadêmicos e o setor produtivo, em especial a relação da tríplice hélice (defesa - indústria - academia).	RMRJ.
MI 07	Estimular a oferta de cursos de formação superior em centralidades secundárias, desconcentrando da cidade do Rio de Janeiro	Estimular a oferta de cursos de formação superior em centralidades secundárias, de maneira a ampliar as oportunidades para formação em áreas de interesse de jovens, especialmente as relacionadas à economia criativa e pesquisa, desenvolvimento e inovação - P,D&I.	Desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana de equipamentos de ensino superior e profissionalizante, em especial nas áreas tecnológicas.	RMRJ.
MI 08	Promover a gestão integrada do patrimônio cultural em todas as instâncias a partir da criação de um cadastro único para bens culturais	Promover a integração de banco de dados e informações georeferenciados do patrimônio tombado pelas esferas federal, estadual e municipal a fim de melhorar a performance de manutenção e monitoramento de bens culturais materiais, além de registro de bens imateriais dos 21 municípios da RMRJ. O cadastro único permitirá a identificação, o monitoramento do estado de conservação e de necessidades, o acompanhamento das intervenções aplicadas -obras/financiamento/usos -, priorização para intervenção e obras de restauro, aplicabilidade de novos usos compatíveis às suas condições de permanência e valorização, entre outros.	Deterioração, destruição e ociosidade, bem como a dificuldade de acesso às informações gerais e estado de conservação dos bens culturais existentes nos municípios metropolitanos.	RMRJ.
MI 09	Promover a criação de linhas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural, incluindo a fonte Fundo Metropolitano	Promover a criação de linhas de financiamento para ações de valorização do patrimônio com objetivo colaborar efetivamente no restauro e manutenção do patrimônio edificado - público ou privado. Promover a utilização de recursos do fundo metropolitano, a ser criado, o vinculando à apresentação de alguns quesitos, tais como: importância do bem de interesse da área ou região de atingimento, do setor da cultura a que está ou estará vinculado, projeto e benefícios diretos e indiretos, entre outros. Ou seja, promover um programa de financiamento para a área do patrimônio.	Inexistência de linhas de crédito especiais voltadas à manutenção e conservação de imóveis de interesse cultural.	RMRJ.

Metrópole Inteligente

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MI 10	Criação de uma chancela de interesse de patrimônio	A partir do cadastro único, a chancela poderá ser aplicada aos imóveis isolados, bem como aos conjuntos edificados para que seus proprietários tenham acesso às linhas de financiamento e auxílio técnico.	Deterioração, destruição e ociosidade, bem como a dificuldade de acesso às linhas de financiamento e auxílio técnico para o patrimônio edificado.	RMRJ.
MI 11	Promover a criação de programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação histórica	Promover a criação de programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação histórica. Nesta linha, propõe-se criar condições de uso dos imóveis de interesse histórico e adequá-los para diversas finalidades: residencial, cultural e atividades características da economia criativa. Ou seja, criar programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação capaz de, simultaneamente, a) restaurar/adequar o imóvel e trazer a instalação de empreendedores, transformando edificações tombadas em oportunidade de negócios geradores de emprego e renda, e b) restaurar/adequar os imóveis para fins residenciais e institucionais.	Má conservação e ociosidade de bens de interesse cultural.	RMRJ.
MI 12	Promover o uso efetivo do instrumento de transferência de potencial construtivo para a preservação de patrimônio histórico	Promover a utilização do instrumento de transferência de potencial construtivo como uma ferramenta de planejamento para a permanência efetiva do patrimônio edificado, de maneira a permitir a venda do direito de construção do solo no endereço no qual está inserido para uma outra área, onde o planejamento urbano aponte como área de adensamento. Tecnicamente, funciona com uma compensação no endereço do imóvel e um ganho para o endereço de destino.	Demolição dos imóveis para o ganho financeiro adquirido pelas leis de zoneamento, bem como a dificuldade financeira de proprietários de imóveis de interesse cultural para realizar as manutenções necessárias à conservação.	RMRJ.
MI 13	Promover a criação de programas de capacitação profissional voltados aos servidores públicos e aos profissionais das áreas de patrimônio e cultura	Promover a criação de programas de capacitação profissional para aperfeiçoar avaliações, contratação de serviços, aprovação e acompanhamento de projetos e financiamentos nos setores de planejamento e gestão cultural e ambiental; criar programas de capacitação profissional para as diferentes atividades culturais a fim de qualificar e melhorar a elaboração de projetos e execução de serviços em todas as atividades que envolvam a manutenção e restauração dos bens de interesse do patrimônio, bem como da produção cultural em geral.	Dificuldade financeira e institucional de estado e municípios para atividades voltadas a preservação/qualificação dos saberes e a educação/ensino dos ofícios para as boas práticas de conservação de bens naturais e culturais.	RMRJ.
MI 14	Promover a delimitação de conjuntos urbanos de interesse arquitetônico e histórico	Promover condições de salvaguarda da memória, da identidade e da escala local a partir do estabelecimento de um perímetro para a elaboração de planos de estruturação urbana - PEUs que indicarão os parâmetros de compatibilização entre as novas ocupações, características da dinâmica urbana, e os interesses de valorização do patrimônio ambiental urbano, cultural e imaterial. Assim, é fundamental elaborar estudos e projetos no tema.	Descaracterização e homogeneização do entorno de bens tombados e de conjuntos urbanos históricos.	RMRJ.
MI 15	Promover a criação de roteiros ambientais e históricos	Promover a criação de roteiros com os diferentes ambientes, do natural ao histórico/artístico/cultural presentes na metrópole, que devem ser considerados ativos, que podem ser convertidos em elementos da transformação econômica e melhoria de bem-estar para as comunidades metropolitanas. Assim, é fundamental elaborar estudos e projetos no tema.	A perda de oportunidade de valorização de ativos naturais e históricos presentes na metrópole.	RMRJ.
MI 16	Promover a criação de calendário de eventos culturais para a metrópole	Os diferentes ambientes, do natural ao histórico/artístico/cultural presentes na metrópole, se constituem em reservas de ativos que podem ser convertidos em elementos da transformação econômica e melhoria do bem-estar para as comunidades metropolitanas. Podem ser eventos voltados à natureza, esportivos, de conteúdo histórico, de conteúdo das artes, entre outros. Como pré-requisito, é necessário o conhecimento das potencialidades locais, a implantação das estruturas, a elaboração de calendários e de uma divulgação sistêmica e integrada. Por isso, está na proposta implementar um programa integrado.	Dificuldade institucional de municípios metropolitanos no conhecimento de seus ativos patrimoniais e a inexistência de uma plataforma com conteúdo ambiental/cultural da metrópole.	RMRJ.
MI 17	Promover a criação de novas delimitações de paisagem cultural e definir parâmetros para sua valorização	Promover estudos para a criação de novas áreas, cujos limites formarão os novos recortes de paisagens culturais, visando preservar de maneira integrada os conjuntos formados pelos diferentes bens existentes no território da metrópole, prioritariamente aqueles conjuntos formados pela presença simultânea de elementos característicos do patrimônio ambiental, cultural e imaterial. Assim, deve-se regulamentar a Chancela da Paisagem Cultural no âmbito municipal, com exigência de estudos sobre regulação da paisagem cultural; estudo de impacto de vizinhança - EIV; relatório de impacto ambiental - EIA/RIMA e regulamentação de instrumentos como o direito de preempção. Assim é necessário estudo e programa para solucionar o problema.	Destruição e/ou descaracterização de bens naturais e culturais e a consequente perda de importantes elementos, físicos e imateriais, formadores da identidade e do sentido de pertencimento local ou regional.	RMRJ.

Metrópole Inteligente

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MI 18	Promover a regulamentação do instrumento de chancela da paisagem cultural	Promover estudos para: a) garantir benefícios fiscais através de isenção b) permitir o acesso a financiamento através de linhas de crédito especiais e c) articular atores do território entendido enquanto paisagem cultural para ações em conjunto apoiadas pelos setores público, privado e não-governamentais. Também é importante implantar um programa com objetivo específico no tema.	Dificuldade de conservação e perpetuação de práticas culturais, de bens materiais e da paisagem natural.	RMRJ.
MI 19	Promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos da área de Ponta Negra	Promover estudo, levantamento e elaboração de projetos a fim de promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos, da área de Ponta Negra. Também deve-se apoiar a manutenção das atividades de pesca artesanal da região.	Degradação de bens culturais e naturais, além de possível conflito com estrutura portuária prevista para a região.	Maricá.
MI 20	Promover a viabilização da chancela da paisagem cultural (estadual ou municipal) para área da RESEX Itaipu	Promover a articulação de atores interessados no processo de chancela, para que se fortaleça o reconhecimento e a manutenção da escala local e atividade tradicional. Pode-se elaborar estudo e plano com esse objetivo.	Especulação imobiliária impede acesso dos pescadores à terra adjacente às águas do perímetro da RESEX Itaipu.	Niterói.
MI 21	Promover a criação de parques históricos no entorno de bens do interesse do patrimônio	Promover a criação de parques históricos no entorno de bens do interesse do patrimônio nos conjuntos formados por importantes fragmentos arquitetônicos, em melhor ou pior estado de conservação e por suas regiões de entorno, esquecidas pela economia e pela urbanidade, que constituem oportunidades singulares para a melhoria da qualidade de vida do sujeito metropolitano. Os parques com prioridade de implantação são: Parque Histórico Vila Iguassu, Parque Histórico de Queimados e Parque Histórico do Convento São Boaventura. A proposta consiste em elaborar estudos e projetos relacionados ao tema.	Degradação do meio ambiente: é necessário a salvaguarda da ambiência de bens culturais, a proteção de áreas verdes remanescentes, a criação de espaços públicos de lazer, a criação de polos de pesquisa e a educação patrimonial.	Itaboraí, Nova Iguaçu e Queimados.
MI 22	Promover a criação de um centro de arqueologia em área adjacente às ruínas do Convento de São Boaventura	Criação de centro de arqueologia, centro de restauro e centro de cultura imaterial, em área junto ao Convento de São Boaventura (considerar propostas do IDEC-RJ). Deve-se elaborar projeto para criação da área.	Subaproveitamento de bem cultural importante, do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional, ambiental, histórico, turístico e educacional.	Itaboraí.
MI 23	Incentivar o turismo de negócios	Incentivar o turismo de negócios, por meio de uma política de marketing específica para as instituições e empresas que promovem grandes eventos de negócios, apresentando infraestruturas existentes e os diferenciais da RMRJ e promovendo ampla divulgação de um calendário metropolitano de eventos.	A falta de informação disponível e de um planejamento para receber visitantes e de um calendário turístico, com eventos que explorem cada uma das atividades existentes e estimulem o turismo de negócios & eventos, que pode gerar grandes receitas para a metrópole.	RMRJ.
MI 24	Incentivar o turismo científico e de intercâmbio	Incentivar o turismo científico e de intercâmbio na RMRJ, em especial ao redor da Baía da Guanabara, aproveitando os atrativos da Baía da Guanabara e as instituições de inteligência avançada e economia criativa do local, por meio de uma política de marketing para instituições acadêmicas e de pesquisa, divulgando as características e diferenciais da RMRJ.	A falta de geração de valor econômico ao turismo na RMRJ, especialmente ao redor da Baía da Guanabara, centro da metrópole, capaz de gerar, de maneira sinérgica, turismo e inovação.	RMRJ.
MI 25	Incentivar o turismo relacionado com o meio ambiente	Incentivar o turismo relacionado com o meio ambiente (rural, ambiental, de aventura), por meio de uma política de marketing específica para o público alvo, estimulando a preservação do meio ambiente em conjunto com o desenvolvimento econômico e social da região do Arco Rural (Agroecológico) e das grandes florestas urbanas.	Embora a RMRJ possua enorme área verde, esse espaço é pouco utilizado para turismo, deixando de gerar valor no local e dificultando a preservação do meio ambiente (em contraste com a expansão urbana ininterrupta).	RMRJ.
MI 26	Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ	Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ (além do samba, carnaval, praia, esportes), reforçando sua identidade como capital cultural e principal destino turístico do Brasil, valorizando atributos e diferenciais da metrópole como um todo.	Turismo centralizado na área mais rica da metrópole, sem explorar outros locais, que também possuem atrativos.	RMRJ.
MI 27	Incentivar o turismo Intrametropolitano	Incentivar o turismo intrametropolitano, por meio da criação de um mapa de turismo da RMRJ e da promoção de atrativos desconhecidos, promovendo maior circulação de ativos em áreas turísticas, estimulando a melhoria na oferta de infraestruturas e serviços nas áreas eleitas, aumentando, em longo prazo, a escala de oferta turística desses locais (de local para nacional ou internacional).	Falta de movimentação interna desestimula a existência de infraestrutura e serviços permanentes em pontos de potencial turístico, gerando um ciclo vicioso, pois leva ao desinteresse de turistas.	RMRJ.
MI 28	Incentivar o turismo nacional e internacional	Incentivar o turismo nacional e internacional, através de um marketing direcionado a públicos-alvo estratégicos (de acordo com características como idade e orientação sexual) e outras particularidades e especificidades de cada grupo.	Falta de uma política estruturada de turismo, com o foco de atrair recursos para a metrópole e expandir sua marca como centro de turismo diversificado nacional e internacional.	RMRJ.
MI 29	Promover integração entre os municípios da metrópole para elaborar planos de turismo complementares	Promover a integração entre os municípios para organizar estrategicamente planos de turismo, criando rotas de turismo, explorando a vocação de cada local e estimulando ações de capacitação de funcionários, de marketing e de incentivos diversos para o desenvolvimento da atividade, aproveitando sinergias entre os diferentes tipos de turismo existentes.	A falta de um cadastro de fatores de interesse turístico em todos os municípios, baixa qualidade (quando existente) das infraestruturas turísticas e falta de um plano de turismo que apoie empreendedores na implantação de negócios voltados a explorar o setor, além da falta de um cadastro confiável de movimentação turística na região.	RMRJ.

Metrópole Inteligente

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MI 30	Promover a qualificação de infraestruturas críticas (rodovia, ferrovia, portos, aeroportos e dutovias), ampliando as conexões por terra, elevando a capacidade de circulação de mercadorias	<ul style="list-style-type: none"> a) Conclusão do Arco Metropolitano (trecho leste); b) Construção do Arco Ferroviário Metropolitano e alteração do acesso ao porto, via projeto Porto do Século XXI; c) construção do Anel Viário de Campos Elíseos; d) Construção dos acessos ao Porto do Rio de Janeiro (Avenida Portuária - Av. Brasil - porto) e conclusão da infraestrutura da Avenida Alternativa (Av. Brasil - Porto via Caiu). 	A infraestrutura dos empreendimentos logísticos da RMRJ é insuficiente, o que leva a um desperdício de recursos e de potencial econômico do território.	Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito, Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Itaboraí, Paracambi e Rio de Janeiro.
MI 31	Incentivar o aumento da oferta de áreas de apoio logístico, com a criação de retroáreas e outras melhorias para qualificação dessas estruturas logísticas, para reduzir custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor	<ul style="list-style-type: none"> a) Novo terminal de contêineres no Porto de Itaguaí; b) Retroáreas externas aos polígonos dos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí (distritos industriais, Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs ou Zonas de Atividade Logística - ZALs); c) Qualificação do Porto de Niterói e das zonas dos estaleiros de Niterói e São Gonçalo para atividades diversas da produção naval; d) Construção do Terminal de Petróleo de Ponta Negra, em Maricá. 	Baixa oferta de áreas de apoio logístico na retroárea das infraestruturas críticas.	Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e municípios cortados pelo Arco Metropolitano Rodoviário.
MI 32	Ampliar a oferta de linhas de conexões internacionais marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil, através das dragagens das baías de Sepetiba e Guanabara e da ampliação do Aeroporto do Galeão	<ul style="list-style-type: none"> a) Dragagens das baías de Guanabara e Sepetiba; b) Ampliação do Aeroporto do Galeão; c) Melhoria dos acessos aos portos e aeroporto. 	Baixa oferta de linhas de conexões internacionais marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil.	Rio de Janeiro e Itaguaí.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	ATIVIDADES		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MI 01	Incentivar ações para consolidar o Corredor Tecnológico da RMRJ, que concentra instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação	REC, EE, MOB e GP	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal e Governo Estadual.	Construção do Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação em Guaratiba (PCTEG): 2,5 bilhões.	Governos federal, estadual, municípios e setor privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias e a criação de clusters no Corredor Tecnológico.	Elaboração, constituição e implementação do Projeto do Corredor Tecnológico.	-
MI 02	Promover a adoção de legislação específica voltada a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse	REC, EE, MOB e GP	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal (no que se refere a IPI e outros), Governo Estadual e municípios.	Não há custo na formulação de leis e concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento de setores potenciais.	Governos federal, estadual, municípios e setor privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias e elaboração de estudo e planos de estruturação da produção.	Início de implementação do projeto.	Institucionalização, constituição e implementação de uma identidade produtiva nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
MI 03	Articular projetos de inovação tecnológica voltados para a 4ª Revolução Industrial	REC, EE e MOB	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Áreas do Corredor Tecnológico nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Niterói.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Investir em processos que integrem o modelo tríptico hélice (defesa - indústria - academia), aproveitando as estruturas existentes para gerar o salto tecnológico produtivo sem que haja necessidade de grandes investimentos na mudança da infraestrutura de formação de conhecimento, que atenderia a um processo contínuo de transformação, acompanhando as mudanças geradas pelo processo tríptico hélice.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração dos planos e programas, identificação de fontes de recursos e implementação de planos e programas, nas áreas definidas a partir do Corredor Tecnológico.	Organização de parcerias locais, nacionais e internacionais para incentivar o desenvolvimento tecnológico. Institucionalização do Corredor Tecnológico.	Elaboração dos planos e programas de apoio às mudanças no processo produtivo.
MI 04	Promover a criação de selo de procedência, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do Arco Rural (Agroecológico) e a preservação do ambiente	REC, EE, PNC e GP	OM02 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá	Toda população da RMRJ, pelos impactos agregados em todos os fatores produtivos da cadeia da agroindústria e do turismo rural, em todos os níveis produtivos.	10.870.682	Governo Estadual e municípios.	O custo está concentrado na melhoria da qualidade, pois o processo de certificação no mapa não possui custo. Pode-se considerar, pela média, o custo de investimento em sistemas de produção agroecológica ou orgânica, de até R\$ 165 mil/ano, por beneficiário.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional, Organização de Programas e Parcerias, Elaboração de Estudo e Planos com foco na melhoria da qualidade da produção rural. Constituição e Implementação de Programas de assessoria técnica	Constituição e Implementação de registro de procedência da produção agroecológica metropolitana.	Elaboração e implementação de planos de marketing e promoção com reconhecimento de procedência.
MI 05	Ampliar marca da RMRJ como centro nacional de economia criativa	EE e PNC	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	1ª fase: nas áreas de concentração da economia criativa em seus diversos segmentos (notadamente Centro e Zona Sul do Rio de Janeiro e Zona Oeste de Niterói), como forma de consolidar a marca. 2ª fase: expansão para as áreas de entorno da concentração de atividades organizadas e estabelecimentos voltados a incentivar o desenvolvimento da economia criativa (Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Campanha de marketing internacional, realização de eventos, programas de incentivo aos setores criativos e estruturação de espaços culturais. Previsão inicial: 200 milhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Estruturar a campanha de marketing internacional e implementar calendário de eventos, programas e espaços culturais.	Implementar a campanha, com publicidade dirigida nos principais veículos de comunicação, em especial naqueles cujo público sejam investidores e turistas. Descentralizar os espaços culturais pela RMRJ.	Implementar fundos especiais para a produção criativa - exceto pesquisa desenvolvimento e inovação - P,D&I com foco na atração de produção e empreendedores para a RMRJ.
MI 06	Incentivar a criação de programas de bolsas de estudo para setores de maior valor agregado, através de parcerias com o setor produtivo	REC, EE e MOB	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Estudantes de ensino superior e de áreas profissionalizantes de setores tecnológicos - o processo demandará uma alteração no processo de formação de conhecimento, com mudanças nos currículos dos cursos.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Investir em cursos destinados a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas tecnológicas focadas em redesenhar processos produtivos, sistemas de informação e materiais construtivos, incluindo laboratórios. Custo estimado por curso: 100 milhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias junto às universidades, centros de pesquisa e empresas e elaboração de estudo e planos de apoio a incubadoras e startups.	Elaboração de estudos e planos e parcerias junto às universidades com foco na revisão das grades curriculares de cursos de qualificação profissional relacionados aos novos processos tecnológicos.	Constituição e Implementação de um ambiente de referência global em ensino e processos produtivos tecnológicos, consolidando um "destino de cérebros".
MI 07	Estimular a oferta de cursos de formação superior em centralidades secundárias, desconcentrando da cidade do Rio de Janeiro	REC, EE, MOB, HES e GP	OM02, OM03, OM07, OM08, OM10, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	1 milhão.	Governo Federal, Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de plano setorial interfederativo metropolitano.	Articulação institucional e Início de Implementação de plano setorial interfederativo metropolitano.	Articulação institucional, implementação de plano metropolitano e monitoramento e avaliação.
MI 08	Promover a gestão integrada do patrimônio cultural em todas as instâncias a partir da criação de um cadastro único para bens culturais	PNC	OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 - 2 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação Institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos e início de implementação do programa.	Apoio ao início de implementação do programa.	Implementação do programa.
MI 09	Promover a criação de linhas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural, incluindo a fonte Fundo Metropolitan	PNC e GP	OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial proprietários de imóveis de interesse cultural.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 - 2 milhões.	BIRD - empréstimos para investimentos específicos.	Articulação institucional e elaboração de estudos e apoio à criação de linhas de financiamento.	Início de implementação do programa.	Implementação do programa.
MI 10	Criação de uma chancela de interesse de patrimônio	PNC	OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	1 - 2 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação Institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Identificação de fontes de financiamento e início de implementação do programa.	Implementação do programa.
MI 11	Promover a criação de programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação histórica	EE, HES e PNC	OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	1 - 2 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação Institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Identificação de fontes de financiamento e implementação do programa.	Implementação do programa.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	ATIVIDADES		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MI 12	Promover o uso efetivo do instrumento de transferência de potencial construtivo para a preservação de patrimônio histórico	PNC, REC e GP	OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial proprietários de imóveis de interesse cultural.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 – 2 milhões.	BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação Institucional, constituição de parcerias e elaboração do programa.	Implementação do programa.	Implementação do programa.
MI 13	Promover a criação de programas de capacitação profissional voltados aos servidores públicos e aos profissionais das áreas de patrimônio e cultura	GP	OM02, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Servidores públicos da área de cultura e patrimônio.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 – 2 milhões.	BNDES Finem - modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos - PMAT e BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação Institucional, constituição de parcerias e início de implementação do programa.	Implementação do programa (início).	Monitoramento.
MI 14	Promover a delimitação de conjuntos urbanos de interesse arquitetônico e histórico	PNC e REC	OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação institucional, constituição de parcerias, identificação de fontes de financiamento, elaboração de estudos e elaboração de projetos.	Implementação do projeto (início).	Implementação dos projetos.
MI 15	Promover a criação de roteiros ambientais e históricos	PNC e EE	OM1, OM2, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES fundo social e CAIXA - turismo no Brasil.	Articulação institucional, constituição de parcerias, identificação de fontes de financiamento e elaboração de estudos e projetos.	Implementação do projeto (início).	Implementação dos projetos.
MI 16	Promover a criação de calendário de eventos culturais para a metrópole	PNC	OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial as comunidades tradicionais e os atores culturais.	12.150.493	INEPAC.	1 – 2 milhões.	BNDES Finem - educação, saúde e assistência social e CAIXA - turismo no Brasil.	Articulação institucional, constituição de parcerias, identificação de fontes de financiamento e elaboração de estudos.	Implementação e constituição do calendário.	Implementação do calendário.
MI 17	Promover a criação de novas delimitações de paisagem cultural e definir parâmetros para sua valorização	PNC e REC	OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Programa: 1 – 2 milhões.	BNDES Finem - desenvolvimento integrado dos municípios.	Articulação institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos e início de implementação do programa.	Implementação do programa (início).	Implementação do programa.
MI 18	Promover a regulamentação do instrumento de chancela da paisagem cultural	PNC e GP	OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	1 – 2 milhões.	BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos e início de implementação do programa.	Implementação do programa.	Implementação do programa.
MI 19	Promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos da área de Ponta Negra	PNC, EE e REC	OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPL	Maricá	Pescadores artesanais de Maricá.	131.351	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Plano: 1,5 – 3 milhões.	BNDES Finem - desenvolvimento integrado dos municípios.	Articulação institucional, constituição de parcerias, identificação de fontes de financiamento e elaboração de estudos.	Elaboração de plano e implementação do plano (início).	Implementação do plano.
MI 20	Promover a viabilização da chancela da paisagem cultural (estadual ou municipal) para área da RESEX Itaipu	PNC, REC e GP	OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPL	Niterói	População de Niterói, em especial os pescadores artesanais.	517.881	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES fundo social.	Articulação institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos e início de implementação do programa.	Implementação do programa (início).	Implementação do programa.
MI 21	Promover a criação de parques históricos no entorno de bens do interesse do patrimônio	PNC e REC	OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES Finem - desenvolvimento integrado dos municípios e CAIXA - turismo no Brasil.	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto, identificação de fontes de Financiamento e implementação do projeto.	Implementação do projeto.
MI 22	Promover a criação de um centro de arqueologia em área adjacente às ruínas do Convento de São Boaventura	PNC	OM13, OM14 e OM15	MDPL	Itaboraí	População de Itaboraí.	220.823	IPHAN.	Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES automático - projetos de investimento.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto, identificação de fontes de financiamento e implementação do projeto.	Implementação do projeto.
MI 23	Incentivar o turismo de negócios	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População de áreas de alta infraestrutura (não necessariamente alta renda) e empreendedores, inclusive sociais.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios (Embratur).	O desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável pode custar 500 mil, conforme proposta do PDITS da RMBH.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional com entes federados e setor privado, organização de programas e parcerias e elaboração de estudo e do plano.	Implementação dos calendários de eventos de turismo de negócio.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 24	Incentivar o turismo científico e de intercâmbio	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Acadêmicos, pesquisadores públicos e privados, estudantes e instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação, com geração e disseminação de conhecimento.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	O desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável pode custar 500 mil, conforme proposta do PDITS da RMBH.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de programas e parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 25	Incentivar o turismo relacionado com o meio ambiente	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População dos municípios e áreas localizadas nas regiões onde a natureza está preservada (franjas metropolitana), e próximas às grandes florestas urbanas.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	O desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável pode custar 500 mil, conforme proposta do PDITS da RMBH.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de Programas e Parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 26	Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Com a exploração das características históricas e culturais dos municípios para o turismo interno e externo, é possível atender, em maior ou menor grau, todos os municípios metropolitanos.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios (Embratur).	O desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável pode custar 500 mil, conforme proposta do PDITS da RMBH.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de Programas e Parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 27	Incentivar o turismo Intrametropolitano	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01, OM02, OM14 e OM15	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Com a exploração dos atrativos permanentes e temporários (ex: tapetes de Corpus Christie na Baixada Fluminense) dos municípios para o turismo interno e externo, é possível atender, em maior ou menor grau, todos os municípios metropolitanos.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Estruturação de calendários metropolitanos por grandes áreas motrizes e segmentos turísticos, implantação de centros de informação ao turista (locais e web, com versões em inglês e espanhol), divulgação dos calendários e implantação de infraestrutura adequada à tipologia de turismo. Previsão inicial: 2 bilhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, organização de parcerias, elaboração dos planos e programas, identificação de fontes de recursos e Implementação de planos e programas.	Implementação de planos e programas priorizando áreas de maior atratividade, integradas a roteiros alternativos.	Constituição e Implementação de um calendário múltiplo por grandes eventos e destinos motrizes, por segmentos específicos e por locais potenciais a serem desenvolvidos.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	ATIVIDADES		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MI 28	Incentivar o turismo nacional e internacional	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Com a exploração das características municipais para o turismo interno e externo, é possível atender, em maior ou menor grau, todos os municípios metropolitanos.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios (Embratur).	Estruturação de calendários metropolitanos por grandes áreas motrizes e segmentos turísticos, implantação de centros de informação ao turista (locais e web, com versões em inglês e espanhol), divulgação dos calendários e implantação de infraestrutura adequada à tipologia de turismo. Previsão inicial: 2 bilhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional e organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de programas e parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 29	Promover integração entre os municípios da metrópole para elaborar planos de turismo complementares	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01, OM02 e OM16	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Com a exploração das características municipais para o turismo interno e externo, é possível atender, em maior ou menor grau, todos os municípios metropolitanos.	12.150.493	Municípios.	Estruturação de calendários metropolitanos por grandes áreas motrizes e segmentos turísticos, implantação de centros de informação ao turista (locais e web, com versões em inglês e espanhol), divulgação dos calendários e implantação de infraestrutura adequada à tipologia de turismo. Previsão inicial: 2 bilhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional e organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de programas e parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição, implementação e institucionalização do calendário.
MI 30	Promover a qualificação de infraestruturas críticas (rodovia, ferrovia, portos, aeroportos e dutovias), ampliando as conexões por terra, elevando a capacidade de circulação de mercadorias	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população metropolitana, pelos impactos agregados em todos os fatores produtivos da cadeia logística internacional.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	a) 300 milhões; b) 5,5 bilhões (toda a linha Nova Iguaçu - Cariacica); c) 60 milhões (Duque de Caxias); d) 180 milhões (Rio de Janeiro); e) 500 milhões (Duque de Caxias e Rio de Janeiro).	Investimento privado.	a) 50% de implementação; b) Articulação institucional, revisão de projeto, licenciamento e identificação de fontes de recursos; c) Articulação institucional, revisão de projeto, licenciamento e identificação de fontes de recursos; d) Articulação Institucional, elaboração de projeto, licenciamento e identificação de fontes de recursos; e) Construção do novo acesso ferroviário ao Porto do Rio de Janeiro: elaboração de projeto, licenciamento e identificação de fontes de recursos.	a) 100% de implementação; b) Início de implementação do projeto; c) Início de implementação do projeto; d) Início de Implementação do Projeto; e) Início de implementação do projeto.	a) -; b) Conclusão do projeto; c) Conclusão do projeto; d) Conclusão do projeto; e) Conclusão do projeto.
MI 31	Incentivar o aumento da oferta de áreas de apoio logístico, com a criação de retroáreas e outras melhorias para qualificação dessas estruturas logísticas, para reduzir custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população metropolitana, pelos impactos agregados em todos os fatores produtivos da cadeia logística internacional.	12.150.493	Governo Federal.	a) 500 milhões; b) 6 bilhões; c) 2 bilhões; d) 5 bilhões.	Investimento privado.	a) Elaboração de projeto e licenciamento; b) Articulação Institucional, elaboração de projeto e licenciamento; c) Articulação Institucional, elaboração de projeto e licenciamento; d) Licenciamento.	a) Implementação do Projeto; b) Início de implementação do projeto; c) Início de implementação do projeto; d) Início de implementação do projeto.	a) Conclusão do projeto; b) Conclusão do projeto; c) Conclusão do projeto; d) Conclusão do projeto.
MI 32	Ampliar a oferta de linhas de conexões internacionais marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil, através das dragagens das baías de Sepetiba e Guanabara e da ampliação do Aeroporto do Galeão	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população metropolitana, pelos impactos agregados em todos os fatores produtivos da cadeia logística internacional.	12.150.493	Governo Federal.	a) 2 bilhões; b) 3 bilhões.	Investimento privado.	a) Elaboração de projeto e licenciamento; b) Elaboração de projeto e licenciamento.	a) Início de implementação do projeto e conclusão da implementação do projeto da dragagem da Baía de Sepetiba; b) Início de implementação do projeto.	a) Conclusão do projeto; b) Conclusão do projeto.

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE INTELIGENTE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
MI 01	Incentivar ações para consolidar o Corredor Tecnológico da RMRJ, que concentra instalações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação																							
MI 02	Promover a adoção de legislação específica voltada a incentivar a instalação de indústrias de cadeias produtivas de interesse																							
MI 03	Articular projetos de inovação tecnológica voltados para a 4ª Revolução Industrial																							
MI 04	Promover a criação de selo de procedência, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do Arco Rural (Agroecológico) e a preservação do ambiente																							
MI 05	Ampliar marca da RMRJ como centro nacional de economia criativa																							
MI 06	Incentivar a criação de programas de bolsas de estudo para setores de maior valor agregado, através de parcerias com o setor produtivo																							
MI 07	Estimular a oferta de cursos de formação superior em centralidades secundárias, desconcentrando da cidade do Rio de Janeiro																							
MI 08	Promover a gestão integrada do patrimônio cultural em todas as instâncias a partir da criação de um cadastro único para bens culturais																							
MI 09	Promover a criação de linhas de financiamento para ações de interesse do patrimônio cultural, incluindo a fonte Fundo Metropolitano																							
MI 10	Criação de uma chancela de interesse de patrimônio																							
MI 11	Promover a criação de programa para ocupação de imóveis de interesse de preservação histórica																							
MI 12	Promover o uso efetivo do instrumento de transferência de potencial construtivo para a preservação de patrimônio histórico																							
MI 13	Promover a criação de programas de capacitação profissional voltados aos servidores públicos e aos profissionais das áreas de patrimônio e cultura																							
MI 14	Promover a delimitação de conjuntos urbanos de interesse arquitetônico e histórico																							

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE INTELIGENTE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO											
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
MI 15 Promover a criação de roteiros ambientais e históricos	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 16 Promover a criação de calendário de eventos culturais para a metrópole	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 17 Promover a criação de novas delimitações de paisagem cultural e definir parâmetros para sua valorização	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 18 Promover a regulamentação do instrumento de chancela da paisagem cultural	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 19 Promover a preservação dos atributos naturais, culturais, paisagísticos e biológicos da área de Ponta Negra	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 20 Promover a viabilização da chancela da paisagem cultural (estadual ou municipal) para área da RESEX Itaipu	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 21 Promover a criação de parques históricos no entorno de bens do interesse do patrimônio	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 22 Promover a criação de um centro de arqueologia em área adjacente às ruínas do Convento de São Boaventura	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 23 Incentivar o turismo de negócios	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 24 Incentivar o turismo científico e de intercâmbio	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 25 Incentivar o turismo relacionado com o meio ambiente	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 26 Estimular o turismo conectado à cultura da RMRJ	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 27 Incentivar o turismo Intrametropolitano	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MI 28 Incentivar o turismo nacional e internacional	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE INTELIGENTE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
MI 29 Promover integração entre os municípios da metrópole para elaborar planos de turismo complementares																								
MI 30 Promover a qualificação de infraestruturas críticas (rodovia, ferrovia, portos, aeroportos e dutovias), ampliando as conexões por terra, elevando a capacidade de circulação de mercadorias																								
MI 31 Incentivar o aumento da oferta de áreas de apoio logístico, com a criação de retroáreas e outras melhorias para qualificação dessas estruturas logísticas, para reduzir custos de armazenagem de cargas dentro do território metropolitano e aumentar a competitividade do setor																								
MI 32 Ampliar a oferta de linhas de conexões internacionais marítimas e, especialmente, aéreas, para ganhar mercado como "portão" internacional de negócios do Brasil, através das dragagens das baías de Sepetiba e Guanabara e da ampliação do Aeroporto do Galeão																								

LEGENDA

- Atividades de Preparação
- Atividades de Preparação / Implementação
- Atividades de Implementação
- Atividades de Implementação / Operação
- Atividades de Operação

2.3.2. PROGRAMA METRÓPOLE SUSTENTÁVEL – PMS

No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da RMRJ, o **Programa Metrópole Sustentável (PMS)** tem um papel preponderante e está vinculado diretamente à valorização do meio ambiente, ao território que circunda as áreas urbanas da metrópole, à qualificação das baías de Guanabara e Sepetiba, à proteção dos recursos hídricos, aos investimentos em resiliência ambiental. O PMS é composto por 37 ações prioritárias.

Promover o desenvolvimento econômico e social das áreas periurbanas e rurais é um propósito estratégico do PDUI/RMRJ, na medida em que valoriza a população dessas regiões, cria atividades econômicas que podem manter as terras com uso rural, evitando o espraiamento descontrolado da mancha urbana, sem infraestrutura adequada, possibilitando a implantação de atividades sustentáveis compatíveis com o ambiente.

No mesmo sentido, as atividades produtivas realizadas no entorno da área urbana da metrópole, reduzem a dependência da Região Metropolitana às economias externas, ampliam a circulação de mercadorias e serviços na própria região, promovem a produção rural agroecológica e orgânica (com maior valor agregado), mobilizam investimentos em agroindústria, atraem turistas, e possibilitam a prestação de serviços ambientais, atividades de pesquisa e inovação, oferecendo maiores condições de sustentabilidade econômico e social para a população dessa região.

Nesse contexto, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Regional do entorno do reservatório do Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu, onde se pretende investir na sustentabilidade social e econômica, de forma a permitir a implantação de um Circuito das Águas, que viabilize atividades turísticas e valorize a população local, que deverá ser atingida e reassentada devido às obras necessárias para a segurança hídrica da metrópole.

A preservação do ambiente se dá por meio do apoio às Unidades de Conservação, para elaborar Planos de Manejo e implantar as medidas indicadas. Também por meio do apoio à implantação de uma extensa rede de conectividade ambiental entre unidades de conservação da RM, além da proposição de novas áreas de proteção, Mosaicos de Unidades de Conservação, parques ambientais, parques multifuncionais ao longo de cursos d'água para controle de inundações ou junto a obras com vocação de segurança hídrica, entre outras medidas. A sustentabilidade das áreas de preservação ambiental da RMRJ é estratégica para o seu desenvolvimento.

Ainda sobre o tema da preservação, destaca-se a promoção da recuperação ambiental e a governança da Baía de Guanabara, que foi considerada como um Programa de Ação Prioritária do PDUI, bem como a proteção da Baía de Sepetiba, sistema lagunar das regiões Leste e Oeste da RMRJ, e demais corpos hídricos desta região. Nesse sentido, é importante frisar a estratégia de promover a implantação de redes de esgoto de tempo seco, tratamento prioritário de efluentes em Estações de Tratamento de Esgotos existentes subutilizadas, cinturão receptor na Baía de Guanabara e lagoas e redes com sistema separador absoluto em longo prazo, como meta final de universalização.

A segurança hídrica de longo prazo também faz parte da sustentabilidade da Região Metropolitana e implica, em primeiro lugar, no apoio à criação de programa de redução de perdas físicas na rede de água, conscientização da população para evitar desperdícios e reduzir o volume de consumo, além da utilização de reservas alternativos para a indústria – como no exemplo das Cavas de Seropédica, águas reutilizadas do Saracuruna e otimização da reserva de Lages.

Outras medidas de resiliência ambiental estão relacionadas ao Programa Metrópole Sustentável e visam promover destinação final adequada de resíduos sólidos à reciclagem, logística reversa, e reaproveitamento de recursos hoje descartados; promover obras de controle de inundação de macrodrenagem para evitar enchentes decorrentes de eventos extremos relacionadas às mudanças climáticas, com priorização de reservatórios integrados à paisagem e revitalização urbana, além da mitigação de riscos de escorregamento de encostas em áreas habitadas, entre outras medidas.

Metrópole Sustentável				
ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MS 01	Promover o desenvolvimento sustentável do território periurbano da RMRJ - Arco Rural (Agroecológico)	Promover o desenvolvimento socioeconômico do território periurbano da metrópole, a partir da valorização das condições ambientais e das potencialidades locais; estimular a produção agroecológica e orgânica, agroindústria, turismo rural, entre outras atividades, colaborando para a contenção do espraiamento urbano e contribuindo para o fortalecimento das atividades agroecológicas tradicionais, além de novas atividades potenciais relacionadas à produção, turismo e pesquisa científica, levando em consideração o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE em elaboração. Portanto, é importante a elaboração de programa e planos.	Baixo aproveitamento da região periurbana para realização de atividades econômicas tradicionais e relacionadas ao fortalecimento da questão ambiental e espraiamento contínuo da mancha urbana.	RMRJ.
MS 02	Promover a elaboração e a implantação de Plano de Desenvolvimento Regional, na região da barragem no Rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu e região	Promover a elaboração e a implantação de plano de desenvolvimento regional na região da barragem no Rio Guapiaçu, incluindo a criação do Circuito das Águas (aproveitando rios, córregos e cachoeiras e área de entorno da represa), estimulando atividades econômicas (turismo e lazer rural, pousadas e SPAs, agricultura agroecológica, outras), garantindo medidas compensatórias para as famílias e produtores que sofrerem impacto com a implantação do reservatório, implantando infraestrutura e equipamentos sociais e levando o desenvolvimento socioeconômico da região, de maneira sustentável, preservando o meio ambiente. Consiste na elaboração de programa, plano e projetos.	Necessidade de mitigar impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação do reservatório do Guapiaçu, necessário para garantir o abastecimento de água na RMRJ.	Cachoeiras de Macacu e entorno.
MS 03	Promover a qualificação das unidades de preservação ambiental existentes, apoiando e instrumentalizando a gestão a fim de incentivar usos sustentáveis e evitar ocupações irregulares	Promover o fortalecimento da gestão das unidades de conservação ambiental por meio da articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas, visando a implementação do PDUI.	Ausência de articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	RMRJ.
MS 04	Promover a proteção de áreas com fragilidade ambiental e áreas rurais localizadas no entorno da mancha urbana, por meio da criação de áreas de preservação ambiental de uso sustentável e outros entes previstos em lei federal	Promover o fortalecimento da gestão das unidades de conservação ambiental por meio da articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas, visando a implementação do PDUI.	Ausência de articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	RMRJ.
MS 05	Promover a elaboração e apoiar a implantação de planos de manejo de todas as unidades de conservação ambiental	Promover a elaboração de planos de manejo, que estabelece normas, restrições ao uso, ações a serem desenvolvidas e o manejo dos recursos naturais das UCs e seu entorno. Das 202 Unidades de Conservação da RMRJ, 2 unidades federais, 6 estaduais e quase todas as municipais não possuem Plano de Manejo. Assim, deve-se apoiar a implantação das medidas previstas nos planos de manejo e elaborar planos.	Dificuldade de gestão de unidades de conservação municipais e estaduais; falta de coordenação entre ações de gestão de unidades de conservação vizinhas.	RMRJ.
MS 06	Promover a elaboração/revisão e apoiar a implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba	Promover a elaboração/revisão e apoiar a implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba, incluindo aspecto de contingência para áreas e situações de risco; considerar Plano SEA/BID para a Baía da Guanabara; Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba; Projetos dos Comitês de Recursos Hídricos das baías de Sepetiba e Guanabara; e elaborar/atualizar planos.	Poluição do meio ambiente decorrente de esgotamento sanitário, atividades portuárias, oleodutos e outros usos de alto risco nas baías e seu entorno.	Baías de Guanabara e Sepetiba.
MS 07	Promover a preservação de áreas ao longo de cursos de água, barragens, vias urbanas e outros meios, possibilitando a implantação de corredores de conexão ambiental entre as áreas de preservação ambiental existentes e propostas	Promover a preservação de áreas de ao longo de cursos de água por meio da articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas, visando a implementação do PDUI.	Ausência de articulação de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	RMRJ.
MS 08	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Parque Estadual da Pedra Branca e a Restinga de Marambaia	Promover a criação de eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 09	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o P.E. da Pedra Branca, o ParNa da Tijuca e o P.E. do Mendanha	Promover a criação de eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 10	Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação eixo de conectividade ambiental entre o P. E. do Mendanha, a APA Guandu e o Rebio Tinguá	Promover a criação eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 11	Rede de conectividade ambiental: Promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Parque Gramacho, a APA do Alto Iguaçu e a Rebio do Tinguá	Promover a criação eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 12	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Baía da Guanabara, a APA do Suruí e a ParNa Serra dos Órgãos	Promover a criação de eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 13	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Rebio do Tinguá e a ParNa Serra dos Órgãos	Promover a criação de eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 14	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá e o ParNa da Serra do Barbosão	Promover a criação eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.

Metrópole Sustentável				
ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MS 15	Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação do eixo de conectividade ambiental entre a ESEC da Guanabara, a APA da Bacia do Rio Macacu e o ParNa dos Três Picos	Promover a criação de eixo de conectividade a partir da conexão dos fragmentos de vegetação existentes e da recomposição vegetal. Necessita de realização de estudo.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	RMRJ.
MS 16	Promover a criação de novo mosaico de unidade de conservação na região de Niterói, Maricá e São Gonçalo	Propor o mosaico a partir do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá, APA de Maricá e outras unidades municipais, por meio da elaboração de estudo e gestão institucional. Necessita de realização de estudo elaboração de plano.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica.	Maricá e São Gonçalo.
MS 17	Incentivar a conexão de fragmentos de floresta através da criação de reservas legais em propriedades rurais	Promover a criação de áreas de reserva legal (obrigatória para todo imóvel rural de acordo com a Lei 12.651/2012), inclusive sendo possível o arrendamento de áreas sob regime de servidão ambiental, a fim de ampliar os corredores de conectividade da biodiversidade através da articulação das áreas de reserva legal. Consiste na elaboração de um programa.	Dificuldade de ampliação da cobertura de floresta em áreas de propriedade privada.	RMRJ.
MS 18	Promover a realização de estudos visando a implantação de pequenas represas junto à Serra do Mar	Estimular a criação ou implantação de reservatórios de água de pequeno porte na região de transição, a jusante das áreas de preservação ambiental, na encosta da Serra do Mar, visando utilização para segurança hídrica, turismo e lazer. Promover a realização de estudo.	Desperdício de recursos hídricos, que deveriam ser utilizados para abastecimento de água e para o desenvolvimento socioeconômico da região.	Municípios da periferia da RMRJ.
MS 19	Apoiar a criação de um parque na bacia do Rio Guapimirim	Apoiar a criação de um parque para requalificar o Rio Guapimirim, que apresenta diversos sinais de erosão, canalizações com consequências negativas como o acúmulo de sedimentos, desequilíbrio do ecossistema; promover a remeandrização do rio ou a implantação de obras para controle dos sedimentos sem provocar risco de inundações para a área urbana; coleta e tratamento de esgoto sanitário de Guapimirim. Promover a realização de estudo para implantar o parque.	Degradação ambiental da região do Rio Guapimirim.	Guapimirim e Magé.
MS 20	Promover a recuperação ambiental e utilização dos recursos hídricos das Cavas de Seropédica	Promover a recuperação do passivo ambiental de mineração de areia em Seropédica, por meio da implantação de parque ambiental e usos habitacional e comercial, levando renovação e requalificação urbana, redesenho da região das cavas para implantar nova paisagem, integração do entorno, uso da reserva de água bruta para o polo industrial, a integração da Universidade Rural e Nova Iguaçu. Promover a realização de estudo, projeto e concurso.	Degradação ambiental provocada pela extração de areia.	Seropédica e Itaguaí.
MS 21	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem, garantindo a integração com outras áreas setoriais da governança metropolitana, acompanhamento e monitoramento.	Falta de interação dos planos municipais no âmbito metropolitano.	RMRJ.
MS 22	Promover estudo de locais com potencial para implantação de futuros CTRs (centrais de tratamento de resíduos sólidos)	Promover o levantamento de locais com potencial para implantação de futuros aterros sanitários, o que é considerado estratégico, uma vez que parte dos aterros sanitários da RMRJ terá sua capacidade de receber rejeitos da produção de resíduos sólidos, esgotada antes do final do horizonte de planejamento do PDUJ.	Destinação inadequada dos rejeitos de resíduos sólidos.	RMRJ.
MS 23	Promover a gaseificação como alternativa para destinação dos rejeitos de resíduos sólidos, estimulando a possibilidade de aproveitamento energético	Promover a gaseificação como alternativa para destinação dos rejeitos de resíduos sólidos, uma tecnologia segura em termos de emissões e contaminação, que se destaca pelo fato de ser uma tecnologia nacional e gerar energia. Possibilita a geração de emprego, a partir da criação de oficinas de fabricação de combustível derivado de resíduo - CDR. A gaseificação pode ser uma alternativa também para a disposição de lodo de estação de tratamento de esgoto - ETE.	Não aproveitamento do potencial energético dos resíduos sólidos e excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ.
MS 24	Promover a reciclagem de resíduos da construção civil - RCC e apoiar a gestão articulada de municípios para RCCs	Apoiar a articulação do estado e dos municípios para promover a elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos da construção civil - RCCs, regularizar todas as áreas de descarte, bem como de reciclagem de RCC, com incentivo a investimentos para estruturação de novas usinas de beneficiamento e reciclagem dos RCCs ou fortalecimento das existentes.	Não aproveitamento do potencial energético dos resíduos de construção civil - RCCs e excesso de resíduos sólidos descartados.	RMRJ.
MS 25	Promover atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico para as bacias dos mananciais de recursos hídricos da RMRJ	Promover atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico para as bacias dos mananciais de recursos hídricos da RMRJ, considerando os Comitês de Bacias e a gestão da outorga dos recursos hídricos. Esta proposta engloba a preservação de microbacias dos mananciais que nascem na Serra do mar a partir da exploração turística, através de circuitos de água natural, da produção de água e de recursos do ICMS Verde.	Deterioração dos cursos d'água que abastecem a RMRJ.	RMRJ.
MS 26	Promover ações resilientes para o setor de abastecimento de água	Promover um conjunto de ações que visa garantir o abastecimento de água potável para a população, a longo prazo, mesmo em situações de crise, em períodos de secas prolongadas, fenômenos com previsão de ocorrências mais frequentes devido às mudanças climáticas.	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole.	RMRJ.

Metrópole Sustentável				
ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
MS 27	Promover ações resilientes para o setor de esgotamento sanitário	Promover a implantação de redes de esgotamento sanitário de tempo seco nas localidades, comunidades e vias onde foi identificada a existência de esgoto a céu aberto, a fim de garantir as condições mínimas de salubridade para os habitantes, evitando-se doenças de veiculação hídrica.	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole.	RMRJ.
MS 28	Promover ações resilientes para o setor manejo de resíduos sólidos	Promover a otimização do espaço ocupado pela destinação final dos resíduos. Tal ocupação é mitigada quando políticas de reciclagem, logística reversa e reaproveitamento dos resíduos de construção civil são incentivados.	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole.	RMRJ.
MS 29	Promover ações resilientes para o setor de manejo das águas pluviais	Promover ações que visem mitigar efeitos de enchentes em regiões habitadas, principalmente na área urbana, onde há maior densidade e áreas de risco identificadas, prevenindo-se atuações distribuídas sobre a paisagem urbana da bacia, de forma a reduzir e retardar picos de cheia, permitir a recarga do lençol freático (tanto quanto possível) e buscar restaurar as condições aproximadas do escoamento natural.	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole.	RMRJ.
MS 30	Incentivar a elaboração ou revisão de planos de redução de risco, segundo diretrizes metropolitanas	Promover a definição de diretrizes e apoiar a elaboração de planos municipais de redução de risco e planos setoriais que tenham componentes de resiliência econômica e social.	Falta de resiliência dos setores de saneamento da metrópole	RMRJ.
MS 31	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara para a captação de linhas de drenagem antes do seu aporte à Baía da Guanabara por meio de um cinturão coletor, através do qual suas águas contaminadas seriam direcionadas para uma estação de tratamento de esgoto - ETE antes do despejo na Baía da Guanabara.	Poluição da Baía da Guanabara.	Municípios da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara.
MS 32	Promover a preservação e recuperação ambiental do sistema lagunar da RMRJ	Elaboração de plano de recuperação ambiental do sistema lagunar da região metropolitana e implementação de atividades pertinentes, incluindo as lagoas de Marapendi, Rodrigo de Freitas, Piratiniga, Maricá e demais lagoas a identificar. Está contido na proposta elaboração de programa específico e plano.	Poluição do meio ambiente decorrente da antropização do entorno das lagoas e do despejo de esgoto sanitário, entre outros aspectos ambientais.	RMRJ.
MS 33	Promover a criação de um programa de redução de perdas físicas de água	Promover a criação de um programa de redução de perdas físicas de água de forma a reduzir o elevado número de perdas do sistema de abastecimento de água da RMRJ, com as seguintes metas: a) Implantar dispositivos, como válvulas redutoras, e reservatórios para diminuir pressões excessivas na rede de abastecimento e b) substituir tubulações deterioradas das redes de abastecimento e das adutoras.	Elevado número de perdas do sistema de abastecimento de água da RMRJ.	RMRJ.
MS 34	Promover a implantação da barragem do Rio Major Archer	Promover estudos relativos à proposta, que conta com duas ações: a) utilizar a barragem de Saracuruna, hoje responsável por fornecer água bruta para a Refinaria Duque de Caxias, como reforço ao abastecimento humano de Duque de Caxias. A REDUC passaria a utilizar água do Rio Saracuruna (coletada junto ao Arco Metropolitano, onde está livre de sal marinho) após tratamento para fins industriais e b) implantar uma barragem no Rio Major Archer, cuja bacia está sob condições hidrológicas e possui dimensões similares às do Rio Saracuruna no local de implantação de sua barragem, para o reforço do abastecimento humano de Duque de Caxias.	Déficit hídrico em grande parte dos bairros da região da bacia do Rio Saracuruna e insegurança hídrica da RMRJ.	RMRJ.
MS 35	Promover a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica	Promover a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica, visto a relevância de se manter o funcionamento e a instalação das indústrias em Itaguaí para garantia do desenvolvimento da região e considerando a prioridade do abastecimento humano, que coloca estas indústrias em posição de fragilidade operacional, propõe-se como alternativa para a redundância hídrica do complexo a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica.	Insegurança hídrica.	Rio Claro e Pirai (Fora da RMRJ).
MS 36	Promover estudo para utilização da barragem de Juturnaíba	Promover estudo para utilização da barragem de Juturnaíba, considerando que o aumento da disponibilidade hídrica a ser obtido pelo Reservatório de Guapiaçu não é suficiente para atender a demanda do Sistema Imunana/Laranjal até o final do horizonte de planejamento do PDUJ.	Insegurança hídrica.	Araruama e Silva Jardim (Fora da RMRJ).
MS 37	Promover a realização de estudos sobre a adoção do conceito do poluidor-pagador	Promover estudos sobre a adoção do conceito do poluidor-pagador, considerando que, de acordo com o arcabouço jurídico vigente, o poluidor poderá ser o prestador do serviço de esgotamento sanitário. O operador, no entanto, compartilhará com todos os domicílios da bacia que não pagam pelo serviço de esgotamento sanitário e não têm soluções individuais de disposição de seus esgotos.	Falta de investimentos no setor de esgotamento sanitário e falta de controle da eficiência do serviço prestado.	RMRJ.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MS 01	Promover o desenvolvimento sustentável do território periurbano da RMRJ - Arco Rural (Agroecológico)	REC, EE, PNC e SRA	OM01, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPNE e MDPL	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá	População das áreas rurais da RMRJ.	8.858.352	Agência Metropolitana.	1 – 2 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional, constituição de parcerias, identificação de fontes de financiamento e elaboração de estudos, plano e organização do programa.	Início da implementação do programa do Arco Rural (Agroecológico) priorizando produtos de maior potencial de mercado local, nacional e internacional.	Continuidade da implementação do programa Arco Rural (Agroecológico).
MS 02	Promover a elaboração e a implantação de Plano de Desenvolvimento Regional, na região da barragem no Rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu e região	REC, EE, PNC e SRA	OM11, OM12, OM13, OM14, OM16, OM18 e OM19	MDPNE e MDPL	Cachoeiras de Macacu e Guapimirim	População atendida pelo Sistema Imunana/Laranjal.	1.811.756	Governo Estadual e municípios (Cachoeiras de Macacu e Guapimirim).	200 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e da fonte de financiamento, elaboração ou revisão de estudos (impacto ambiental, outros), elaboração ou revisão do projeto (reservatório e instalações contratação do e início da elaboração de plano de desenvolvimento regional.	Articulação institucional, licenciamento das obras civis, licenciamento ambiental, definição de Recursos e financiamento e implementação (contratação e execução das obras).	Implementação do plano de desenvolvimento regional, articulação institucional, operação das instalações, monitoramento e avaliação, conclusão da implementação do plano de desenvolvimento regional de barragem no Rio Guapiaçu.
MS 03	Promover a qualificação das unidades de preservação ambiental existentes, apoiando e instrumentalizando a gestão a fim de incentivar usos sustentáveis e evitar ocupações irregulares	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
MS 04	Promover a proteção de áreas com fragilidade ambiental e áreas rurais localizadas no entorno da mancha urbana, por meio da criação de áreas de preservação ambiental de uso sustentável e outros entes previstos em lei federal	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
MS 05	Promover a elaboração e apoiar a implantação de planos de manejo de todas as unidades de conservação ambiental	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Unidades de conservação sem recursos financeiros e humanos para gestão adequada.	12.150.493	ICMBIO, INEA e municípios.	1,5 – 3 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Elaboração de planos de manejo (prioridades).	Implementação de planos e elaboração de planos de manejo.	Implementação de medidas e elaboração de planos de manejo.
MS 06	Promover a elaboração/revisão e apoiar a implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba	PNC e SRA	OM12 e OM13	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	População afetada por questões ambientais.	9.419.478	INEA.	1,5 – 3 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional, elaboração/atualização de planos e identificação de fontes de financiamento.	Elaboração de projetos e apoio a implementação de planos e projetos (início).	Elaboração de projetos e apoio a implementação de planos e projetos.
MS 07	Promover a preservação de áreas ao longo de cursos de água, barragens, vias urbanas e outros meios, possibilitando a implantação de corredores de conexão ambiental entre as áreas de preservação ambiental existentes e propostas	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
MS 08	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Parque Estadual da Pedra Branca e a Restinga de Marambaia	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
MS 09	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o P.E. da Pedra Branca, o ParNa da Tijuca e o P.E. do Mendanha	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Elaboração de projetos e início da implementação do projeto de conectividade das unidades do P.E. da Pedra Branca e ParNa da Tijuca.	Elaboração do projeto, identificação de fontes de financiamento e início da implementação do projeto.	Implementação do projeto das demais conectividades.
MS 10	Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação eixo de conectividade ambiental entre o P. E. do Mendanha, a APA Guandu e o Rebio Tinguá	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto, identificação de fontes de financiamento e início da implementação do projeto.	Conclusão da implementação do projeto.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MS 11	Rede de conectividade ambiental: Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o Parque Gramacho, a APA do Alto Iguaçu e a Rebio do Tinguá	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
MS 12	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Baía da Guanabara, a APA do Suruí e a ParNa Serra dos Órgãos	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
MS 13	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Rebio do Tinguá e a ParNa Serra dos Órgãos	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.493	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional, elaboração de estudos e revisão de projeto.	Implementação do projeto.	-
MS 14	Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá e o ParNa da Serra do Barbosão	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM19	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.494	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
MS 15	Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação do eixo de conectividade ambiental entre a ESEC da Guanabara, a APA da Bacia do Rio Macacu e o ParNa dos Três Picos	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM20	MDPO e MDPH	Itaguaí e Rio de Janeiro	Toda população da RMRJ, em especial população afetada por questões ambientais.	12.150.495	INEA.	2,5 – 5 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
MS 16	Promover a criação de novo mosaico de unidade de conservação na região de Niterói, Maricá e São Gonçalo	REC, PNC e SRA	OM12, OM13, OM14, OM15, OM16 e OM18	MDPL	Maricá, Niterói e São Gonçalo	Unidades de conservação sem recursos financeiros e/ou humanos para gestão adequada.	1.669.672	INEA.	1,5 – 3 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Elaboração de plano.	Implementação de plano.	Monitoramento.
MS 17	Incentivar a conexão de fragmentos de floresta através da criação de reservas legais em propriedades rurais	REC, EE e PNC	OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Proprietários rurais.	12.150.493	INEA e municípios.	1 – 2 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Elaboração de programa.	Implementação de programa.	Implementação de programa.
MS 18	Promover a realização de estudos visando a implantação de pequenas represas junto à Serra do Mar	PNC e SRA-AA	OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPNE	Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Paracambi	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	3 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos de viabilidade técnica.	Elaboração de projetos e articulação de fontes de financiamento.	Implementação de projetos - início.
MS 19	Apoiar a criação de um parque na bacia do Rio Guapimirim	PNC e SRA	OM12	MDPNE	Guapimirim	População da Bacia do Rio Guapimirim.	90.000	Governo Estadual.	5 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Guapimirim.	Implementação (licitação e execução da obra de criação de um parque na Bacia do Rio Guapimirim).	Articulação institucional e operação, manutenção e avaliação.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MS 20	Promover a recuperação ambiental e utilização dos recursos hídricos das Cavas de Seropédica	REC, EE, HES, PNC e SRA	OM01, OM11, OM12, OM13, OM14 e OM18	MDPO	Itaguaí, Rio de Janeiro e Seropédica	População no entorno das cavas e indústrias.	6.591.876	INEA e municípios.	30 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitano, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional, elaboração de estudos de viabilidade, organização de parceria com Complexo Industrial de Sepetiba e com as prefeituras de Itaguaí e Seropédica e articulação das fontes de financiamento.	Contratação e início da elaboração de plano de desenvolvimento regional, elaboração do projeto, licenciamentos, definição da fonte de financiamento e articulação institucional.	Implementação (licitação, contratação para execução de obras de utilização dos recursos hídricos localizados nas Cavas de Seropédica), articulação institucional, operação, monitoramento e avaliação e conclusão da implementação do plano de desenvolvimento regional.
MS 21	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem	SRA-DR e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de estudos existentes e elaboração do plano de gestão.	Implementação do plano de gestão e gestão adequada das atividades de macrodrenagem a partir do plano implementado.	Gestão adequada das atividades de macrodrenagem a partir do plano implementado.
MS 22	Promover estudo de locais com potencial para implantação de futuros CTRs (centrais de tratamento de resíduos sólidos)	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional e elaboração de estudos para definição da metodologia de análise para os locais adequados para implantação de centros de tratamento de resíduos - CTRs e da forma de localiza-los utilizando ferramentas SIG (sistema de informação geográfica).	Articulação institucional e aplicação da metodologia, obtendo o levantamento dos locais potenciais para implantação de centros de tratamento de resíduos - CTRs.	Articulação institucional e planejar a partir do arcabouço de locais com potencial os futuros centros de tratamento de resíduos - CTRs da RMRJ.
MS 23	Promover a gaseificação como alternativa para destinação dos rejeitos de resíduos sólidos, estimulando a possibilidade de aproveitamento energético	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana e municípios.	10 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e promover parcerias com universidades e centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação - P,D&I.	Elaboração de plano para verificação da gaseificação como alternativa para destinação dos rejeito de resíduos sólidos, licenciamento e fonte de financiamento e articulação institucional.	Implementação (licitação e início da aplicação do plano).
MS 24	Promover a reciclagem de resíduos da construção civil - RCC e apoiar a gestão articulada de municípios para RCCs	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	1 milhão.	Financiamento público e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes, definindo as deficiências dos municípios e promover parcerias com entidades representativas para onde se destinam os resíduos da construção civil.	Elaboração do plano de reciclagem de resíduos da construção civil - RCC na RMRJ, articulação institucional e implementação do plano com apoio aos municípios - início.	Apoio aos municípios no manejo de resíduos de construção civil.
MS 25	Promover atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico para as bacias dos mananciais de recursos hídricos da RMRJ	PNC e SRA-AA	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	10 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de viabilidade, elaboração de projetos e parcerias de gestão ambiental e articulação da fonte de financiamento.	Elaboração de planos de desenvolvimento sustentável, implementação de atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico - início.	Implementação de atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico.
MS 26	Promover ações resilientes para o setor de abastecimento de água	SRA-RA/AA	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	490 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor em questão. Todas as propostas do setor tem por objetivo o alcance de uma maior resiliência.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de abastecimento de água.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de abastecimento de água.
MS 27	Promover ações resilientes para o setor de esgotamento sanitário	SRA-RA/ES	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	2 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor em questão. Todas as propostas do setor tem por objetivo o alcance de uma maior resiliência.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de esgotamento sanitário.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de esgotamento sanitário.
MS 28	Promover ações resilientes para o setor manejo de resíduos sólidos	SRA-RA/RS	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	2 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor em questão. Todas as propostas do setor tem por objetivo o alcance de uma maior resiliência.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de manejo de resíduos sólidos.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de manejo de resíduos sólidos.
MS 29	Promover ações resilientes para o setor de manejo de águas pluviais	SRA-RA/DR	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	2 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor em questão. Todas as propostas do setor tem por objetivo o alcance de uma maior resiliência.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de manejo de águas pluviais.	Acompanhamento das propostas sinalizadas pelo PDUI para o setor de manejo de águas pluviais.
MS 30	Incentivar a elaboração ou revisão de planos de redução de risco, segundo diretrizes metropolitanas	SRA-RA	OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de compatibilização de diretrizes existentes e elaboração das diretrizes para os planos municipais de redução de risco e planos setoriais que tenham componentes de resiliência econômica e social.	Articulação institucional e implementação de apoio aos planos municipais de redução de risco.	Acompanhamento dos planos municipais.
MS 31	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara	PNC e SRA-ES/DR	OM11 e OM12	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São João de Meriti, São Gonçalo e Tanguá	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	200 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e análise de viabilidade técnica - econômica, ambiental e social.	Elaboração do projeto de implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, identificação e análise de fontes de recursos e licenciamento.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras), operação da parcela finalizada, manutenção e avaliação.
MS 32	Promover a preservação e recuperação ambiental do sistema lagunar da RMRJ	PNC e SRA	OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPH e MDPL	Maricá, Niterói e Rio de Janeiro	População afetada por questões ambientais e população dos municípios de Maricá, Niterói e Rio de Janeiro.	7.051.240	Municípios.	Estudo: 2,5 - 5 milhões; projeto: 5 - 15 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitano, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto, licenciamento e identificação de fontes de financiamento.	Implementação dos projetos.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
MS 33	Promover a criação de um programa de redução de perdas físicas de água	SRA-AA e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Empresa de saneamento.	10 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos de validação e compatibilização de projetos existentes, organização do programa e definição de parcerias e articulação de fontes de financiamento.	Articulação institucional e implementação do programa de redução de perdas.	Manutenção do programa de redução de perdas.
MS 34	Promover a implantação da barragem do Rio Major Archer	SRA-AA	OM11	MDPN	Duque de Caxias	Bairros de Saracuruna e redondezas.	452.378	Governo Estadual.	60 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional, elaboração ou revisão	Elaboração do Projeto, licenciamentos, definição da fonte de financiamento e articulação institucional.	Implementação (licitação, contratação e início execução de obras), articulação institucional e operação, manutenção e avaliação.
MS 35	Promover a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica	EE e SRA-AA	OM12	MDPO	Todos	População afetada pelo Complexo Industrial de Sepetiba.	12.150.493	Governo Estadual.	20 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional; revisão de estudos de viabilidade, organização de parceria (Complexo Industrial de Sepetiba) e com a Prefeitura de Itaguaí, articulação da fonte de financiamento e elaboração do projeto.	Articulação institucional, avaliação, implementação (início e fim da mudança na operação do volume de reserva realizada no Reservatório de Lajes), operação e manutenção.	Continuação da operação e manutenção e avaliação.
MS 36	Promover estudo para utilização da barragem de Juturnaíba	SRA-AA	OM11	MDPL	Todos	População do Sistema Imunana/Laranjal.	12.150.493	Governo Federal.	150 milhões.	Financiamento público e investimento privado.	Articulação institucional.	Realização de estudo.	Monitoramento.
MS 37	Promover a realização de estudos sobre a adoção do conceito do poluidor-pagador	SRA-ES e GP	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica jurídica e social e avaliação institucional da adoção do conceito do poluidor-pagador.	Articulação institucional, elaboração do projeto e escolha do ente responsável pela aplicação do conceito.	Aplicação do conceito e aplicação de multas.

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE SUSTENTÁVEL

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
MS 01 Promover o desenvolvimento sustentável do território periurbano da RMRJ - Arco Rural (Agroecológico)																								
MS 02 Promover a elaboração e a implantação de Plano de Desenvolvimento Regional, na região da barragem no Rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu e região																								
MS 03 Promover a qualificação das unidades de preservação ambiental existentes, apoiando e instrumentalizando a gestão a fim de incentivar usos sustentáveis e evitar ocupações irregulares																								
MS 04 Promover a proteção de áreas com fragilidade ambiental e áreas rurais localizadas no entorno da mancha urbana, por meio da criação de áreas de preservação ambiental de uso sustentável e outros entes previstos em lei federal																								
MS 05 Promover a elaboração e apoiar a implantação de planos de manejo de todas as unidades de conservação ambiental																								
MS 06 Promover a elaboração/revisão e apoiar a implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba																								
MS 07 Promover a preservação de áreas ao longo de cursos de água, barragens, vias urbanas e outros meios, possibilitando a implantação de corredores de conexão ambiental entre as áreas de preservação ambiental existentes e propostas																								
MS 08 Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Parque Estadual da Pedra Branca e a Restinga de Marambaia																								
MS 09 Rede de conectividade ambiental: promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o P.E. da Pedra Branca, o ParNa da Tijuca e o P.E. do Mendanha																								
MS 10 Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação eixo de conectividade ambiental entre o P. E. do Mendanha, a APA Guandu e o Rebio Tinguá																								
MS 11 Rede de conectividade ambiental: Promover a criação eixo de conectividade ambiental entre o Parque Gramacho, a APA do Alto Iguaçu e a Rebio do Tinguá																								
MS 12 Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Baía da Guanabara, a APA do Suruí e a ParNa Serra dos Órgãos																								
MS 13 Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre a Rebio do Tinguá e a ParNa Serra dos Órgãos																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE SUSTENTÁVEL

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
MS 14 Rede de conectividade ambiental: promover a criação de eixo de conectividade ambiental entre o Refúgio da Vida Silvestre da Serra de Maricá e o ParNa da Serra do Barbosão																								
MS 15 Rede de conectividade ambiental: promover a consolidação do eixo de conectividade ambiental entre a ESEC da Guanabara, a APA da Bacia do Rio Macacu e o ParNa dos Três Picos																								
MS 16 Promover a criação de novo mosaico de unidade de conservação na região de Niterói, Maricá e São Gonçalo																								
MS 17 Incentivar a conexão de fragmentos de floresta através da criação de reservas legais em propriedades rurais																								
MS 18 Promover a realização de estudos visando a implantação de pequenas represas junto à Serra do Mar																								
MS 19 Apoiar a criação de um parque na bacia do Rio Guapimirim																								
MS 20 Promover a recuperação ambiental e utilização dos recursos hídricos das Cavas de Seropédica																								
MS 21 Promover a gestão das atividades de macrodrenagem																								
MS 22 Promover estudo de locais com potencial para implantação de futuros CTRs (centrais de tratamento de resíduos sólidos)																								
MS 23 Promover a gaseificação como alternativa para destinação dos rejeitos de resíduos sólidos, estimulando a possibilidade de aproveitamento energético																								
MS 24 Promover a reciclagem de resíduos da construção civil - RCC e apoiar a gestão articulada de municípios para RCCs																								
MS 25 Promover atividades de preservação ambiental, reflorestamento, controle da poluição agrícola e industrial e saneamento básico para as bacias dos mananciais de recursos hídricos da RMRJ																								
MS 26 Promover ações resilientes para o setor de abastecimento de água																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - METRÓPOLE SUSTENTÁVEL

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO											
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
MS 27 Promover ações resilientes para o setor de esgotamento sanitário																							
MS 28 Promover ações resilientes para o setor manejo de resíduos sólidos																							
MS 29 Promover ações resilientes para o setor de manejo de águas pluviais																							
MS 30 Incentivar a elaboração ou revisão de planos de redução de risco, segundo diretrizes metropolitanas																							
MS 31 Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara																							
MS 32 Promover a preservação e recuperação ambiental do sistema lagunar da RMRJ																							
MS 33 Promover a criação de um programa de redução de perdas físicas de água																							
MS 34 Promover a implantação da barragem do Rio Major Archer																							
MS 35 Promover a utilização de parte do volume do Reservatório de Lajes como reserva estratégica																							
MS 36 Promover estudo para utilização da barragem de Juturnaíba																							
MS 37 Promover a realização de estudos sobre a adoção do conceito do poluidor-pagador																							

LEGENDA

- Atividades de Preparação
- Atividades de Preparação / Implementação
- Atividades de Implementação
- Atividades de Implementação / Operação
- Atividades de Operação

2.3.3. PROGRAMA EQUILIBRAR A METRÓPOLE – PEM

O **Programa Equilibrar a Metrópole (PEM)** atende a uma das premissas do PDUI que aponta a necessidade de implantar uma estrutura urbana policêntrica, a fim de superar a concentração de atividades econômicas, serviços e equipamentos públicos na região central da metrópole, o que impõe uma estrutura radial e exige longos deslocamentos diários da população para acessar empregos e serviços sociais.

Nesse sentido, o PEM – com suas 29 ações prioritárias - aponta para a necessidade de se promover a redução das desigualdades territoriais verificadas na Região Metropolitana, o que abrange as condições sociais e econômicas da população e a infraestrutura urbana, bem como de se incentivar a descentralização das atividades geradoras de emprego e renda na Região.

O Programa propõe o fortalecimento de um conjunto de centralidades secundárias, localizadas na periferia da Região Metropolitana, atendendo às suas diferentes porções territoriais, bem como propõe medidas para uma rede de centros de bairros e municípios, que deverão ser qualificados com a implantação de infraestrutura urbana, equipamentos sociais e meios de acesso à mobilidade.

Nesse sentido, o PEM aponta a importância de fortalecer as centralidades de Nova Iguaçu e Duque de Caixas, na Baixada Fluminense (Macrozona de Planejamento Norte), o Centro de São Gonçalo e bairro de Alcântara (Macrozona de Planejamento Leste), Campo Grande, Itaguaí e Seropédica (Macrozona de Planejamento Oeste), e Magé (Macrozona de Planejamento Noroeste).

A fim de fortalecer as centralidades da periferia, o PEM propõe ampliar a conectividade entre centralidades de uma mesma região e entre estas centralidades e o seu entorno, por meio de melhorias e direcionamento do transporte coletivo, implantação de eixos transversais e complementares (São Gonçalo – Niterói, Santa Cruz – Itaguaí e VLT Maricá).

Faz parte do PEM, a proposta de implantação de Eixos Transversais Multifuncionais, ao longo do Rio Alcântara (São Gonçalo) e Rio Sarapuí (Duque de Caxias - Nilópolis), onde deverão ser construídas infraestruturas de macrodrenagem que trarão benefícios diretos para o controle de inundação e também maior resiliência para as regiões dos seus respectivos entornos. Esses projetos deverão incluir transporte coletivo, parques fluviais e medidas para capturar a mais valia imobiliária.

As ações do Programa Equilibrar a Metrópole visam implantar negócios e gerar empregos nas centralidades secundárias, bem como são estimuladas atividades geradoras de emprego na periferia, nas retroáreas de logísticas para a atividade portuária, junto ao Arco Metropolitano, e atividades industriais associadas ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

O Equilibrar a Metrópole também defende a contenção do espraiamento urbano, uma vez que este não poderá continuar a crescer numa média de 32 km²/ano, e conta com o desenvolvimento econômico e social do entorno rural da cidade, mantendo e potencializando esta vocação rural, com circuito de águas, turismo ecológico, prestação de serviços ecossistêmicos, reservas de áreas permeáveis para controle de escoamentos, agricultura familiar, entre outros, como forma de corroborar com esta limitação da área urbana.

Com objetivo de também melhorar as condições sociais e econômicas da população, de forma geral, o PEM apoia a promoção de ações que apóiem maior atenção para os territórios em condições desfavoráveis de educação e propõe programas sociais e culturais para crianças e jovens moradores de territórios vulneráveis.

Para favorecer a população de menor renda, o PEM propõe ocupação de vazios urbanos, como forma de destinar áreas infraestruturadas bem localizadas para a habitação de interesse social, além da qualificação urbanística e fundiária de favelas e áreas precárias na periferia.

Programa Equilibrar a Metrópole

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
EM 01	Incentivar o fortalecimento das centralidades urbanas propostas, sendo: de segundo nível: Campo Grande; terceiro nível: Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu e São Gonçalo; quarto nível: Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica	Incentivar o fortalecimento das centralidades propostas e seus entornos, por meio da integração entre diretrizes metropolitanas e instrumentos de planejamento urbano, previstos nos estatutos da Cidade e da Metrópole, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educação, saúde, entre outros.	Desequilíbrio na distribuição espacial de equipamentos e serviços públicos, oferta de moradia e oportunidades de emprego na região metropolitana e a ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas, visando a implementação do PDUI.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 02	Promover investimentos em infraestrutura, qualificação e mobilidade nas centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDUI	Promover, nas centralidades urbanas a serem fortalecidas pelo PDUI e seus entornos, a implantação de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta de resíduos sólidos, energia elétrica, telefonia e rede de dados), qualificação do ambiente urbano (acessos viários pavimentados, calçadas, mobiliários, sinalização, arborização, parques, praças), mobilidade (transportes coletivos, acesso para pedestres, ciclovias, acesso com condições adaptadas para deficientes), visando melhoria e ampliação das condições para a geração de negócios, acesso ao trabalho, acesso a equipamentos e serviços sociais, aumento da densidade habitacional e diversificação do uso do solo.	Desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana de infraestrutura urbana, qualificação do ambiente urbano, oferta e qualidade de meios de mobilidade, oferta de serviços públicos, oferta de habitação e oportunidades de emprego.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 03	Incentivar a implantação de infraestrutura de equipamentos sociais em centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDUI	Incentivar a implantação de infraestrutura social nas centralidades urbanas a serem fortalecidas pelo PDUI, priorizando equipamentos públicos nas áreas da saúde (incluindo serviços de prevenção, de baixa e média complexidade), educação (incluindo melhoria da qualidade e oferta do nível fundamental, médio, técnico e universitário), de forma a atender as demandas da população local e do entorno e reduzir as viagens pendulares; e estrutura de segurança pública, para garantir o bem estar dos cidadãos, o patrimônio e as atividades de negócio.	Desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana de equipamentos sociais que promovem a qualificação do ambiente urbano.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 04	Promover disponibilização de áreas para implantação de equipamentos públicos regionais em Zonas de Interesse Metropolitano - ZIMs	Promover a identificação, desapropriação ou disponibilização por meio de instrumentos dos estatutos da Cidade e da Metrópole, de áreas para implantação de equipamentos públicos regionais em Zonas de Interesse Metropolitano, onde for adequado do ponto de vista urbanístico, respeitados os condicionantes ambientais.	Limitação de áreas bem localizadas para implantar equipamentos sociais que promovem a qualificação do ambiente urbano e reduzem o desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 05	Incentivar implantação de negócios nas centralidades secundárias, por meio de apoio ao empreendedorismo	Incentivar a implantação de negócios nas centralidades a serem fortalecidas pelo PDUI, por meio de apoio ao empreendedorismo (a exemplo de quiosques do Sebrae com orientação, capacitação para empreendedorismo e orientação para crédito), oferta unificada e simplificada de serviços públicos (com prestação de diversos serviços como alvará, MEIs, etc.), feiras temáticas e eventos culturais atrativos para promoção local e atração da população, entre outras iniciativas que visem movimentar a economia.	Desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana de empregos formais e diversificação da economia e oferta de comércio e serviços para a população.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 06	Incentivar atividades de economia criativa relacionadas à população de baixa renda	Incentivar implantação de negócios relacionados às diversas áreas da economia criativa nas centralidades, por meio de programas de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação (inclusive formação especializada), de apoio ao empreendedorismo, capacitação técnica, feiras e eventos dirigidos para as diversas atividades.	Desequilíbrio na distribuição espacial metropolitana de polos econômicos, empregos formais de maior qualificação, de formação educacional especializada, de diversificação de atividades econômicas e da oferta de comércio e serviços para a população.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 07	Eixo Transversal Alcântara - promover a implantação de projeto multifuncional na bacia do Rio Alcântara	Promover a implantação de um projeto multifuncional ao longo do Rio Alcântara, a partir da construção de canal auxiliar para que o Rio Alcântara by-passe o manguezal da APA-Guapimirim, contribuindo para a sua preservação. Esta obra aliviará as cheias da bacia do Rio Alcântara e do Rio Guaxindiba. Também funcionará como um "limite físico" para o avanço da mancha urbana na direção da APA. Prevê-se a implantação de sistema viário local, parque fluvial, adensamento da ocupação do solo nas áreas lindeiras, com ênfase habitacional, aproveitamento da mais valia de valorização urbana e outros aspectos a definir. Trata-se de uma Zona de Interesse Metropolitano - ZIM.	Inundações na bacia do Rio Alcântara. Como solução, propõe-se aproveitamento de áreas livres inundáveis para qualificação urbana da região e viabilização do projeto.	São Gonçalo (e Rio Alcântara).

Programa Equilibrar a Metrópole

ID	Título da proposta	Descri�o	Questão a ser solucionada	Localiza�o
EM 08	Eixo Transversal Sarapui - promover a implanta�o de projeto multifuncional e mitiga�o de inunda�es na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapui	Promover a implanta�o de um projeto multifuncional ao longo do Rio Sarapui, Duque de Caxias - Nilópolis, a partir da implanta�o de sistema de macrodrenagem que inclui a recupera�o de diques contínuos ao longo do rio e sistemas de p�lder e canais auxiliares; inclui a implanta�o de via Interbaixada 01, unindo a BR 040 � Via Light, com sistema de transporte coletivo, e a implanta�o de parques fluviais/área de lazer; o projeto deverá incluir a constru�o de moradias de interesse social para reassentamento de famílias de baixa renda na região e desenvolvimento econômico e social e outros aspectos a definir. Trata-se de uma Zona de Interesse Metropolitano - ZIM.	Inunda�es dos Rios Sarapui e Iguaçu. Como soluço, propõe-se aproveitamento de áreas livres inundáveis para qualifica�o urbana da região e viabiliza�o do projeto.	Duque de Caxias, Nilópolis e outras áreas da Baixada Fluminense.
EM 09	Promover a conectividade das centralidades urbanas propostas com seu entorno e com outras centralidades propostas	Promover a conectividade das centralidades propostas com seu entorno e com outras centralidades, a exemplo dos casos de Duque de Caxias - Nova Iguaçu e Baixada Fluminense; Niterói - São Gonçalo, Alcântara e Região; por meio da integra�o entre diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano, previstos nos estatutos da Cidade e da Metrópole, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educa�o, saúde, entre outros.	Desequilíbrio na distribui�o espacial de equipamentos e serviços públicos, oferta de moradia e oportunidades de emprego na região metropolitana, e ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas, visando a implementa�o do PDUI.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.
EM 10	Promover a cria�o e/ou adequa�o de eixos transversais de articula�o para o transporte coletivo - vias projetadas	Promover a cria�o e/ou adequa�o de eixos transversais de articula�o para o transporte coletivo baseada na premissa de fortalecimento dos deslocamentos internos � centralidade e entre a centralidade e seus arredores, aproveitando as vias que se contraponham a orienta�o radial do atual sistema de transportes, utilizando obras de macrodrenagem previstas para serem executadas ao longo do Rio Sarapui. - Interbaixada 1 (Centro de Nova Iguaçu - Jardim Primavera).	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público � organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da Rio de Janeiro. O deslocamento transversal � difícil e limitado, o que desestimula o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Além disso, o transporte ativo � limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas. Para tanto, pretende-se reduzir a predominância de serviços e infraestruturas de transporte público coletivo que reforçam a estrutura de caráter radial, através de vias que possibilitem a liga�o com centralidades próximas.	Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu e São João do Meriti.
EM 11	Promover a cria�o e/ou adequa�o de eixos transversais de articula�o para o transporte coletivo - junto a obras de qualifica�o urbana	Promover a cria�o e/ou adequa�o de eixos transversais de articula�o para o transporte coletivo, baseada na premissa de fortalecimento dos deslocamentos internos � centralidade e entre a centralidade e seus arredores, utilizando vias existentes, com prioridade ao transporte público e ativo, que contraponham a orienta�o radial do atual sistema de transportes, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado. - Interbaixada Leste (proximidades do Rio Alcântara).	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público � organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da Rio de Janeiro. O deslocamento transversal � difícil e limitado, o que desestimula o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Além disso, o transporte ativo � limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas. Para tanto, pretende-se reduzir a predominância de serviços e infraestruturas de transporte público coletivo que reforçam a estrutura de caráter radial, através de vias que possibilitem a liga�o com centralidades próximas.	São Gonçalo.
EM 12	Promover a cria�o e/ou adequa�o de eixos transversais de articula�o para o transporte coletivo - estabelecer a conexão de centralidades a reforçar e entorno	Construir vias com prioridade ao transporte público e ativo que contraponham a orienta�o radial do atual sistema de transportes, utilizando vias existentes, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado. a) BRS e Ciclovia RJ 105 Duque de Caxias - Nova Iguaçu - Campo Grande (Estrada de Madureira); b) BRS e Ciclovia Pacheco - Interbaixada Leste; c) BRS e Ciclovia Pacheco - Guaxindiba; d) BRS e Ciclovia Nilópolis - Duque de Caxias; e) BRS e Ciclovia Nilópolis - São João de Meriti - Vilar do Teles; f) BRS e Ciclovia Via Imboa�u (proximidades do Rio Imboa�u).	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público � organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da Rio de Janeiro. O deslocamento transversal � difícil e limitado, o que desestimula o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Além disso, o transporte ativo � limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas. Para tanto, pretende-se reduzir a predominância de serviços e infraestruturas de transporte público coletivo que reforçam a estrutura de caráter radial, através de vias que possibilitem a liga�o com centralidades próximas.	Campo Grande, Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica.

Programa Equilibrar a Metrópole

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
EM 13	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - metrô	Expandir linhas de Metrô e BRT, mesmo em princípio radiais, para otimizar a nova rede proposta, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado a) Metrô subterrâneo Linha 3 Niterói - São Gonçalo; b) Metrô subterrâneo Linha 3 São Gonçalo - Itaboraí.	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	São Gonçalo, Itaboraí e Niterói.
EM 14	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - outros meios de transporte	Expandir linhas de metrô e BRT, mesmo em princípio radiais, para otimizar a nova rede proposta, salvaguardando em projeto premissas de desestímulo ao transporte individual nas regiões e de adensamento desejado a) Eixo Pavuna - Nova Iguaçu; b) BRT Transniterói; c) BRT/BRS da Ilha do Governador; d) Conclusão do Arco Metropolitano entre BR 116 BR 101; e) Ramal Santa Cruz - Itaguaí; f) VLT Amaral Peixoto - Maricá	Ausências de vias que possibilitem a ligação com prioridade ao transporte público entre centralidades próximas.	São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Niterói, Rio de Janeiro, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí e Maricá.
EM 15	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região. a) 1ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía da Guanabara; b) 2ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía da Guanabara; c) VLT Vila Inhomirim; d) VLT Saracuruna.	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Já o transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí.
EM 16	Criar linhas de transporte público coletivo, por ônibus, para reforçar ligação entre centralidades	Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades de cada macrozona, entre as centralidades e sua vizinhança e interna às próprias centralidades, estimulando diferentes tarifas sujeitas ao papel e ao alcance de cada linha.	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Já o transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	RMRJ.
EM 17	Promover a reorganização da rede transporte público de forma a aumentar sua eficiência	Promover a reorganização da atual rede de transporte público, de forma a aumentar sua eficiência e estimular e reorientar o desenvolvimento urbano segundo os preceitos de enraizamento, Integração e articulação, equilibrando a concorrência e reduzindo a dependência.	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Já o transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	RMRJ.
EM 18	Promover a outorga da operação de linhas de transporte aquaviário na Baía da Guanabara para atender às demandas locais e regionais	Promover a outorga da operação de linhas de transporte aquaviário na Baía da Guanabara para atender às demandas locais e regionais.	Problema sistêmico de mobilidade na RMRJ: o transporte público é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. Já o transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	Municípios do entorno da Baía da Guanabara.
EM 19	Articular a criação uma entidade responsável pelo transporte público na RMRJ	Articular a criação uma entidade que irá ser responsável pelo planejamento, fiscalização e gestão do transporte público na RMRJ.	Falta de uma entidade responsável pelo transporte público na RMRJ.	RMRJ.
EM 20	Promover a criação de fontes de financiamento contínuo para transportes públicos na RMRJ	Criação de fontes de financiamento contínuo para serviços e infraestruturas de transporte público na RMRJ, como a tributação sobre o preço dos combustíveis de veículos automotores, comumente chamada de taxa de combustíveis, a tributação sobre o uso da via pública por veículos automotores conforme amparado legalmente na Lei 12.587/12 (política nacional de mobilidade urbana), notadamente no seu inciso III do artigo 23, e a tributação sobre a disponibilidade de via pública para o uso de veículos, que toma forma na tributação pelo direito de circular na região.	Falta de fluxo contínuo e sustentável de recursos para financiar as ações de transporte público na RMRJ.	RMRJ.

Programa Equilibrar a Metrópole

ID	Título da proposta	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
EM 21	Promover a ocupação dos vazios urbanos, principalmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, junto às estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno	Promover a ocupação dos vazios urbanos por meio da integração entre diretrizes metropolitanas e dos instrumentos de planejamento urbano, previstos nos estatutos da Cidade e da Metrópole, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educação, saúde, entre outros.	Existência de lotes urbanos vazios ou subutilizados, bem localizados, em áreas com infraestrutura financiada pela sociedade, em contraposição às áreas de periferia, sem infraestrutura, utilizadas para moradia de famílias de menor renda. Além disso, há uma ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	Áreas urbanizadas junto aos principais eixos de mobilidade, estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno.
EM 22	Incentivar o adensamento urbano orientado nas áreas com infraestrutura e condições urbanas e sociais favoráveis junto às centralidades, aos principais eixos de mobilidade e nos principais pontos de intersecção dos eixos de mobilidade (pontos nodais)	Incentivar o adensamento urbano orientado por meio da integração entre diretrizes metropolitanas e dos instrumentos de planejamento urbano, previstos nos estatutos da Cidade e da Metrópole, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educação, saúde, entre outros.	Baixa densidade habitacional de áreas urbanas bem localizadas, junto a eixos de mobilidade, em áreas com infraestrutura urbana, em contraposição às áreas de periferia, sem infraestrutura, para onde se expande a cidade. Além disso, há uma ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	Áreas urbanizadas junto aos principais eixos de mobilidade, estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno.
EM 23	Promover a qualificação das áreas precárias da mancha urbana, principalmente nas porções localizadas na periferia da metrópole	Promover a qualificação de assentamentos precários por meio da integração entre diretrizes metropolitanas e dos instrumentos de planejamento urbano, previstos nos estatutos da Cidade e da Metrópole, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educação, saúde, entre outros.	Existência de extensas áreas com precariedade urbanística, localizadas principalmente na periferia da metrópole, como apontam indicadores apurados pelo IBGE, referente ao entorno das moradias, que apontam ausência de pavimentação, calçadas, drenagem, entre outros itens.	Áreas precariamente urbanizadas, localizadas principalmente na periferia da RMRJ.
EM 24	Incentivar a realização de programas de urbanização e regularização fundiária de loteamentos irregulares e ilegais e/ou com Índice de Bem Estar Urbano - IBEU abaixo de um nível mínimo	Desenvolver estudos incentivar a criação de programas de urbanização e regularização fundiária de loteamentos irregulares além de bairros com indicadores urbanísticos abaixo de um nível mínimo pré estabelecido, tomando como apoio o estudo que hierarquiza necessidades desenvolvido no PDUI, o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, e outros indicadores.	Ausência de políticas sistemáticas e permanentes para o solucionar a questão da informalidade habitacional nas suas várias modalidades (favelas, loteamentos irregulares e ilegais), não obstante os vastos contingentes populacionais que vivem nesses assentamentos; descontinuidade de programas importantes nessa linha, no município do Rio de Janeiro, criados no passado (Favela Bairro, Morar Carioca, regularização de loteamentos).	Áreas precariamente urbanizadas, localizadas principalmente na periferia da RMRJ.
EM 25	Promover maior atenção aos territórios em situação crítica, com educação inadequada nos dois ciclos do ensino fundamental	Incentivar a recuperação da qualidade do ensino fundamental, com a promoção da implantação de estrutura e equipamentos adequados e de melhoria na qualidade de ensino em áreas com indicadores sociais baixos.	Oferta de equipamentos e serviços públicos de educação básica com maior qualidade são concentrados em centralidades que já estão "superlotadas", favorecendo o processo de gentrificação.	Toda a RMRJ, mas com olhar especial para as seguintes unidades metropolitanas de informação - UMLs: Ramos/Olaria, Centro de Niterói, Jardim Primavera, Centro de São João de Meriti, Alcântara, Gramacho, Centro de Duque de Caxias, Centro de Nova Iguaçu e Centro de São Gonçalo.
EM 26	Estimular programas educacionais e culturais que tenham como público alvo os jovens residentes dos territórios mais vulneráveis	Incentivar a implantação de programas articulados que promovam a formação e a qualificação de jovens moradores de territórios onde os indicadores socioeconômicos estão em níveis mais baixos.	Jovens que vivem em periferias não possuem oportunidades de integração a sociedade, o que leva a serem tratados como um grupo marginalizado, o que também pode incentivar a violência.	Toda a RMRJ, mas com olhar especial para as seguintes unidades metropolitanas de informação - UMLs: Ramos/Olaria, Centro de Niterói, Jardim Primavera, Centro de São João de Meriti, Alcântara, Gramacho, Centro de Duque de Caxias, Centro de Nova Iguaçu e Centro de São Gonçalo.
EM 27	Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade	Os parques lineares são a principal solução para que as áreas urbanas contribuam para a resiliência dos ecossistemas da metrópole, promovendo de maneira integrada a limpeza de córregos, a conexão da vegetação arbórea e a manutenção do habitat das espécies da fauna local. A recuperação dos rios urbanos deve prever a condição de inserção paisagística e possibilidades de novas perspectivas no tecido urbano. Desta forma, as soluções de parques lineares apresentadas pelo eixo de saneamento e resiliência ambiental devem ser prioritárias.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de mata atlântica, limitação de parques e áreas de lazer e de ambiência urbana, poluição dos rios urbanos e consequente poluição das baías.	RMRJ.
EM 28	Articular a integração metropolitana do corredor de BRT TransBrasil	Articular, com o município do Rio de Janeiro, a organização de serviços integrados ao corredor de BRT TransBrasil, com vistas a eficiência da rede e ao interesse metropolitano.	A falta de integração metropolitana do corredor TransBrasil acarreta diversas externalidades negativas, como o aumento dos custos na rede de transporte e o aumento dos tempos de viagens.	Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu e São João do Meriti.
EM 29	Articular a interlocução com concessionários municipais e federais para adequação de investimentos e integração de interesse metropolitano	Articular juntos a municípios, governo federal e concessionárias a criação de canais de comunicação com fins de melhorar a sinergia no âmbito da planejamento, implementação e regulação.	Ausência de cooperação e integração não se dá apenas entre as prefeituras e o estado, mas também, e em especial, nas relações com o governo federal que tem jurisdição sobre uma vasta gama de ativos ligados à mobilidade no ambiente metropolitano. Exemplos são a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Presidente Dutra, as rodovias BR 101 e BR 040, além de portos, trechos ferroviários e todos aeroportos. As múltiplas concessões da operação e exploração comercial dessas infraestruturas, por diferentes prazos e diferentes formas, terminam por compor mais uma importante barreira ao bom funcionamento, merecendo portanto ação direta do governo do estado. A perda de sinergia causada por essas múltiplas e por vezes conflitantes regulações é uma perda concreta para a economia e para a sociedade da RMRJ e, por extensão, do estado do Rio de Janeiro.	RMRJ.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
EM 01	Incentivar o fortalecimento das centralidades urbanas propostas, sendo: de segundo nível: Campo Grande; terceiro nível: Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu e São Gonçalo; quarto nível: Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.281.844	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
EM 02	Promover investimentos em infraestrutura, qualificação e mobilidade nas centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDU	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01, OM02, OM03, OM04, OM07, OM08, OM09, OM10 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População de áreas de menor dinamismo econômico, dotada de menos elementos de infraestrutura urbana e social.	12.281.844	Governo Estadual e municípios.	O custo de implementação de infraestruturas urbanas usado nessa estimativa é de R\$ 53,62 por m² (Fonte: elaboração própria a partir de: USA. Department of the Army. Cost and Economic Analysis Center. Cost Analysis Manual; Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos, São Paulo; Orçamento e Custos na Construção Civil, São Paulo).	Governo Federal, Governo Estadual, municípios, setor privado (PPP) e fundos internacionais (no caso de saneamento).	Articulação institucional e elaboração dos planos e programas setoriais e identificação de fontes de recursos visando implementação para as centralidades identificadas como prioridades.	Implementação dos planos, programas e projetos nas centralidades de maior concentração habitacional do entorno e maiores índices de deficiência dos serviços.	Implementação dos planos, programas e projetos nas centralidades.
EM 03	Incentivar a implantação de infraestrutura de equipamentos sociais em centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDU	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01, OM02, OM03, OM04, OM07, OM08, OM09, OM10 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População de áreas de menor dinamismo econômico, dotada de menos elementos de infraestrutura urbana e social.	12.281.844	Municípios.	O custo médio de construção de uma UPA é de R\$ 500 mil, incluindo equipamentos. A manutenção dos serviços custa, em média, R\$ 250 mil, segundo média das 37 PPPs de saúde pública realizadas no Brasil (financiamento CEF). O custo médio de construção de uma escola para 500 alunos é de R\$ 3 milhões, incluindo equipamentos. A manutenção da unidade (excluindo a área pedagógica) custa, em média, R\$ 900 mil, segundo média do Programa de PPPs de Minas Gerais. O custo médio de construção de um centro universitário para 2.000 alunos é de R\$ 15 milhões (apenas a estrutura predial equipamentos básicos), conforme média do Ministério da Educação no Campi da UFRRJ em Três Rios e Nova Iguaçu.	Governo Federal, Governo Estadual, municípios, setor privado (PPP) e fundos internacionais (no caso de saneamento).	Articulação institucional e elaboração dos planos e programas setoriais interfederativos para áreas de educação, saúde e segurança.	Implementação dos planos e programas priorizando áreas de maior concentração populacional e potencial de desenvolvimento.	Implementação dos planos e programas para atender as demais centralidades.
EM 04	Promover disponibilização de áreas para implantação de equipamentos públicos regionais em Zonas de Interesse Metropolitano - ZIMs	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.281.844	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Articulação institucional e elaboração de plano setorial interfederativo metropolitano.	Elaboração de planos setoriais e início de implementação dos planos.	Articulação institucional, implementação de plano metropolitano e monitoramento e avaliação.
EM 05	Incentivar implantação de negócios nas centralidades secundárias, por meio de apoio ao empreendedorismo	REC, EE, MOB, HES e GP	OM01, OM02, OM03, OM04, OM07, OM08, OM09, OM10 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População de áreas de menor dinamismo econômico, dotada de menos elementos de infraestrutura urbana e social.	12.281.844	Governo Estadual e municípios.	Organização de feira de pequeno porte: R\$ 60 mil (SINDIPROM-ES). Funcionamento de balcão de apoio, com cursos de qualificação e gestão - parceria com Sebrae, pagamento de professor, ao custo médio de R\$ 1.000,00 por curso de 4 horas (média estabelecida pelo custo de cursos profissionalizantes do Senai).	Governo Federal, Governo Estadual, municípios, setor privado (PPP) e fundos internacionais (no caso de saneamento).	Articulação institucional, organização de parcerias, elaboração dos planos e programas Identificação de fontes de recursos e implementação de planos e programas priorizando as áreas selecionadas.	Implementação de planos e programas priorizando as áreas de maior concentração habitacional, potenciais para o desenvolvimento.	Implementação de planos e programas priorizando novas centralidades.
EM 06	Incentivar atividades de economia criativa relacionadas à população de baixa renda	REC, EE, PNC e GP	OM01, OM02 e OM03	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População de áreas mais deprimidas dos municípios, com foco nos grupos de menor renda.	12.281.844	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Funcionamento de balcão de apoio, com cursos de qualificação e gestão - parceria com Sebrae, pagamento de professor, ao custo médio de R\$ 1.000,00 por curso de 4 horas (média estabelecida pelo custo de cursos profissionalizantes do Senai).	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional, organização de programas e parcerias junto às universidades, centros de pesquisa e empresas; elaboração de estudo e planos de apoio a incubadoras e Startups.	Elaboração de estudos e planos e parcerias junto às universidades com foco na revisão das grades curriculares de cursos de qualificação profissional relacionados aos novos processos tecnológicos.	Constituição e Implementação de um ambiente de referência global em ensino e processos produtivos tecnológicos, consolidando um "destino de cérebros".
EM 07	Eixo Transversal Alcântara - promover a implantação de projeto multifuncional na bacia do Rio Alcântara	REC, EE, MOB, HES e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPL	São Gonçalo	População da Bacia do Rio Alcântara.	690.000	Agência Metropolitana.	100 milhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de São Gonçalo.	Articulação institucional, elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução das obras de drenagem, parque fluvial, outros).
EM 08	Eixo Transversal Sarapuí - promover a implantação de projeto multifuncional e mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí	REC, EE, MOB, HES e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti	População da Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	2.190.000	Agência Metropolitana.	200 milhões.	Financiamento público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parcerias com as Prefeituras de Belford Roxo, Duque de Caxias e São João de Meriti.	Elaboração de projeto, licenciamento, fonte de financiamento articulação institucional e implementação.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução das obras de drenagem, parque fluvial, outros).
EM 09	Promover a conectividade das centralidades urbanas propostas com seu entorno e com outras centralidades propostas	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.281.844	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
EM 10	Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - vias projetadas - Interbaixada 1 (Centro de Nova Iguaçu - Jardim Primavera)	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPN	Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João do Meriti	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	2.952.819	Governo Estadual e municípios.	900 milhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (tributação específica sobre uso via pública), financiamento privado e fundos internacionais.	Articulação institucional. Elaboração e revisão do projeto das vias com prioridade ao transporte público	Obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos. Licenciamentos	Implementação do projeto das vias com prioridade ao transporte público e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.
EM 11	Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - junto a obras de qualificação urbana - Interbaixada Leste (proximidades do rio Alcântara)	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPL	São Gonçalo	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	1.020.440	Governo Estadual e municípios.	180 milhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (tributação específica sobre uso via pública), financiamento Privado e fundos internacionais.	Articulação institucional: reorganização da rede de transporte público por ônibus, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos; licenciamentos; e elaboração e revisão do projeto das vias com prioridade ao transporte público.	Implementação do projeto das vias com prioridade ao transporte público. Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação	

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
EM 12	Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - estabelecer a conexão de centralidades a reforçar e entorno a) BRS e Ciclovia RJ 105 Duque de Caxias - Nova Iguaçu - Campo Grande (Estrada de Madureira) b) BRS e Ciclovia Pacheco - Interbaixada Leste c) BRS e Ciclovia Pacheco - Guaxindiba d) BRS e Ciclovia Nilópolis - Duque de Caxias e) BRS e Ciclovia Nilópolis - S. J. de Meriti - Vilar do Teles f) BRS e Ciclovia Via Imboaçú (Proximidades do rio Imboaçú)	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPN e MDPL	Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João do Meriti	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	10.333.849	Governo Estadual e municípios.	a) 186,6 milhões; b) 12 milhões; c) 20,5 milhões; d) 55,5 milhões; e) 23,3 milhões; f) 11,1 milhões.	Governo Estadual (IPVA) e municípios (repasso dos usuários de carro).	Articulação institucional; reorganização da rede de transporte público por ônibus, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração; elaboração e revisão do projeto das vias com prioridade ao transporte público; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos; e implementação do projeto das vias com prioridade ao transporte público - linhas prioritárias.	Implementação do projeto das vias com prioridade ao transporte público - outras linhas. Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação	
EM 13	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - metrô a) Metrô subterrâneo Linha 3 Niterói - São Gonçalo b) Metrô subterrâneo Linha 3 São Gonçalo - Itaboraí	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPL	Itaboraí, Niterói e São Gonçalo	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	1.759.144	Governo Estadual e municípios.	a) 2,5 bilhões; b) 2,6 bilhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA) e municípios (tributação específica sobre uso via pública), financiamento privado e fundos internacionais.	a) Articulação institucional; reorganização da rede de transporte público por ônibus, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos; elaboração e revisão dos projetos propostos e licenciamentos; b) Articulação institucional e elaboração do projeto.	a) Implementação dos projetos propostos, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação; b) Revisão do projeto, obtenção de recursos e financiamentos para implementação do projeto e licenciamentos.	a) Monitoramento e avaliação; b) Implementação do projeto, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.
EM 14	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - outros meios de transporte a) Eixo Pavuna - Nova Iguaçu b) BRT Transniterói c) BRT/BRS da Ilha do Governador d) Conclusão do arco metropolitano entre BR 116 BR 101 e) Ramal Santa Cruz - Itaguaí f) M.T. Amacal, Peivoto, Maricá	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPN, MDPNE e MDPL	Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Maricá, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São João de Meriti	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	9.361.393	Governo Estadual e municípios.	a) 480 milhões; b) 385 milhões; c) 320 milhões; d) 300 milhões; e) 455 milhões; f) 350 milhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (tributação específica sobre uso via pública) e financiamento privado.	Articulação institucional; reorganização da rede de transporte público por ônibus, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração; estudos de viabilidade; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos; elaboração e revisão dos projetos propostos; e licenciamentos.	Implementação dos projetos propostos e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	
EM 15	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região a) 1ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara b) 2ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara c) VLT Vila Inhomirim d) VLT Saracuruna	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPN, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé e Rio de Janeiro	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	7.771.192	Governo Estadual e municípios.	a) 780 milhões; b) 918 milhões; c) 130 milhões; d) 160 milhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (tributação específica sobre uso via pública) e financiamento privado.	Articulação institucional; reorganização da rede de transporte público por ônibus, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação dos projetos; elaboração e revisão dos projetos propostos; e licenciamentos.	Implementação dos projetos e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	
EM 16	Criar linhas de transporte público coletivo, por ônibus, para reforçar ligação entre centralidades	REC, EE, PNC, MOB, HES e GP	OM08	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA) e municípios (FPM, tributação específica sobre uso via pública).	Articulação institucional; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos e, também, para elaboração e implementação do projeto, elaboração de estudos e projetos, licenciamentos, implementação de projetos, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	Obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos e, também, para elaboração e implementação do projeto, elaboração de estudos e projetos, licenciamentos, implementação de projetos, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	Monitoramento e avaliação.
EM 17	Promover a reorganização da rede transporte público de forma a aumentar sua eficiência	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM08	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público dos municípios beneficiados.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA) e municípios (FPM, Tributação específica sobre uso via pública).	Articulação institucional; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos e, também, para elaboração e implementação do projeto; elaboração de estudos e projetos; e licenciamentos.	Obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos e, também, para elaboração e implementação do projeto, elaboração de estudos e projetos, licenciamentos, implementação de projetos, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	Monitoramento e avaliação.
EM 18	Promover a outorga da operação de linhas de transporte aquaviário na Baía da Guanabara para atender às demandas locais e regionais	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM09	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	9.309.497	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pro-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (FPM, tributação específica sobre uso via pública) e financiamento privado.	Articulação institucional; obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos; organização de programas e parcerias para a outorga, baseada nas diretrizes de enraizamento; e integração.	Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação e implementação de projetos.	Monitoramento e avaliação.
EM 19	Articular a criação uma entidade responsável pelo transporte público na RMRJ	MOB e GP	OM10	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Estadual e municípios.	Articulação institucional para configuração do escopo e escala da entidade.	Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	
EM 20	Promover a criação de fontes de financiamento contínuo para transportes públicos na RMRJ	MOB e GP	OM10	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Estadual e municípios.	Articulação institucional para elaboração de planos de obtenção de recursos e financiamentos; e implementação dos	Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
EM 21	Promover a ocupação dos vazios urbanos, principalmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, junto às estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
EM 22	Incentivar o adensamento urbano orientado nas áreas com infraestrutura e condições urbanas e sociais favoráveis junto às centralidades, aos principais eixos de mobilidade e nos principais pontos de intersecção dos eixos de mobilidade (pontos nodais)	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
EM 23	Promover a qualificação das áreas precárias da mancha urbana, principalmente nas porções localizadas na periferia da metrópole	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
EM 24	Incentivar a realização de programas de urbanização e regularização fundiária de loteamentos irregulares e ilegais e/ou com Índice de Bem Estar Urbano - IBEU abaixo de um nível mínimo	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM12, OM18 e OM19	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda.	154 mil famílias de baixa renda	Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 1 milhão; operação: 1,2 bilhões.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, articulação de financiamento público e elaboração de estudos, planos e projetos.	Articulação Institucional, implementação de programas - início e elaboração de planos e projetos.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
EM 25	Promover maior atenção aos territórios em situação crítica, com educação inadequada nos dois ciclos do ensino fundamental	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial crianças e jovens residentes nos	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Articulação institucional e elaboração de plano setorial interfederativo metropolitano.	Elaboração de planos setoriais e início de implementação dos planos.	Articulação institucional, implementação de plano metropolitano e monitoramento e avaliação.
EM 26	Estimular programas educacionais e culturais que tenham como público alvo os jovens residentes dos territórios mais vulneráveis	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial os jovens residentes nos territórios	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Articulação institucional e elaboração de plano setorial interfederativo metropolitano.	Elaboração de planos setoriais e início de implementação dos planos.	Articulação institucional, implementação de plano metropolitano e monitoramento e avaliação.
EM 27	Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade	REC, PNC, SRA e MOB	OM10, OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População das áreas urbanas	12.150.493	Agência Metropolitana	Projeto: 5 – 15 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitan, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração de projeto e identificação de fontes de financiamento.	Articulação institucional, elaboração de projetos e licenciamento.	Implementação do projeto.
EM 28	Articular a integração metropolitana do corredor de BRT TransBrasil	MOB e GP	OM10	MDPN e MDPH	Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e São João do Meriti	Usuários de transporte público	9.354.827	Governo Estadual e	Estudo inicial: 1 milhão.	-	Articulação institucional, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação e organização de programas e parcerias.	-	-
EM 29	Articular a interlocução com concessionários municipais e federais para adequação de investimentos e integração de interesse metropolitano	MOB e GP	OM10	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público	12.150.493	Governo Estadual e	Estudo inicial: 1 milhão.	-	Articulação institucional, constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação e organização de programas e parcerias.	-	-

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - EQUILIBRAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
EM 01 Incentivar o fortalecimento das centralidades urbanas propostas, sendo: de segundo nível: Campo Grande; terceiro nível: Duque de Caxias, Madureira, Nova Iguaçu e São Gonçalo; quarto nível: Itaboraí, Itaguaí, Magé, Queimados, Maricá e Seropédica																								
EM 02 Promover investimentos em infraestrutura, qualificação e mobilidade nas centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDU																								
EM 03 Incentivar a implantação de infraestrutura de equipamentos sociais em centralidades urbanas de segundo, terceiro e quarto nível a serem fortalecidas pelo PDU																								
EM 04 Promover disponibilização de áreas para implantação de equipamentos públicos regionais em Zonas de Interesse Metropolitano - ZIMs																								
EM 05 Incentivar implantação de negócios nas centralidades secundárias, por meio de apoio ao empreendedorismo																								
EM 06 Incentivar atividades de economia criativa relacionadas à população de baixa renda																								
EM 07 Eixo Transversal Alcântara - promover a implantação de projeto multifuncional na bacia do Rio Alcântara																								
EM 08 Eixo Transversal Sarapuí - promover a implantação de projeto multifuncional e mitigação de inundações na Bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí																								
EM 09 Promover a conectividade das centralidades urbanas propostas com seu entorno e com outras centralidades propostas																								
EM 10 Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - vias projetadas																								
EM 11 Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - junto a obras de qualificação urbana																								
EM 12 Promover a criação e/ou adequação de eixos transversais de articulação para o transporte coletivo - estabelecer a conexão de centralidades a reforçar e entorno																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - EQUILIBRAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO											
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
EM 13	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - metrô																						
EM 14	Promover a criação e/ou adequação de eixos complementares de articulação, com prioridade ao transporte público, entre centralidades de uma mesma macrozona - outros meios de transporte																						
EM 15	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região																						
EM 16	Criar linhas de transporte público coletivo, por ônibus, para reforçar ligação entre centralidades																						
EM 17	Promover a reorganização da rede transporte público de forma a aumentar sua eficiência																						
EM 18	Promover a outorga da operação de linhas de transporte aquaviário na Baía da Guanabara para atender às demandas locais e regionais																						
EM 19	Articular a criação uma entidade responsável pelo transporte público na RMRJ																						
EM 20	Promover a criação de fontes de financiamento contínuo para transportes públicos na RMRJ																						
EM 21	Promover a ocupação dos vazios urbanos, principalmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, junto às estações ferroviárias da Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, e junto às centralidades urbanas propostas e seu entorno																						
EM 22	Incentivar o adensamento urbano orientado nas áreas com infraestrutura e condições urbanas e sociais favoráveis junto às centralidades, aos principais eixos de mobilidade e nos principais pontos de intersecção dos eixos de mobilidade (pontos nodais)																						
EM 23	Promover a qualificação das áreas precárias da mancha urbana, principalmente nas porções localizadas na periferia da metrópole																						
EM 24	Incentivar a realização de programas de urbanização e regularização fundiária de loteamentos irregulares e ilegais e/ou com Índice de Bem Estar Urbano - IBEU abaixo de um nível mínimo																						
EM 25	Promover maior atenção aos territórios em situação crítica, com educação inadequada nos dois ciclos do ensino fundamental																						

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - EQUILIBRAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO											
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
EM 26 Estimular programas educacionais e culturais que tenham como público alvo os jovens residentes dos territórios mais vulneráveis																							
EM 27 Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade																							
EM 28 Articular a integração metropolitana do corredor de BRT TransBrasil																							
EM 29 Articular a interlocução com concessionários municipais e federais para adequação de investimentos e integração de interesse metropolitano																							

LEGENDA

	Atividades de Preparação
	Atividades de Preparação / Implementação
	Atividades de Implementação
	Atividades de Implementação / Operação
	Atividades de Operação

2.3.4. PROGRAMA HABITAR A METRÓPOLE – PHM

O **Programa Habitar a Metrópole (PMH)** visa alcançar melhorias no bem-estar nas cidades e garantir o acesso à infraestrutura urbana; aos serviços e equipamentos sociais; a melhores condições de urbanidade e moradia; acesso à mobilidade; segurança e resiliência ambiental.

Em primeiro lugar, o PHM propõe ações para o saneamento básico. De forma a solucionar o déficit hídrico no atendimento à população, o PHM aponta a construção da barragem do Guapiaçu (Cachoeira de Macacu) e outras barragens de menor porte; e define a implantação da rede de esgotamento sanitário de tempo seco como primeira etapa de um processo de recuperação ambiental e revitalização urbana. O PHM indica ainda soluções de drenagem para evitar enchentes, e meios de qualificar a coleta de resíduos sólidos. Todas essas questões de infraestrutura são centrais para dar suporte a um programa de habitação saudável, além de atuar no resgate de moradias hoje precárias e que contribuem para o déficit habitacional. Ele é composto no total por 53 ações prioritárias.

O Programa defende a importância de se promover progressivamente a urbanização e a regularização fundiária de favelas (aglomerados subnormais), loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais degradados e outros assentamentos precários. No mesmo sentido, indica a necessidade de produção de moradia de mercado para baixa renda, moradias para reassentamento de famílias moradoras em áreas de risco (quando então a população precisa ser protegida contra desastres e amparada em um processo de relocação), moradias para aluguel social, para áreas rurais, adaptadas para idosos, além de projetos de autogestão, com assistência técnica profissional.

O PHM entende que a melhoria das condições de habitabilidade da Metrópole é impulsionada pelo adensamento habitacional, coesão social e diversificação de uso urbano ao longo de eixos selecionados de transporte coletivo, eixos de transporte ferroviário, pontos de interseção de eixos de transporte, centralidades secundárias e suas vizinhanças dotadas de boa infraestrutura urbana e resiliência ambiental.

Promover a recuperação de estações ferroviárias, requalificação urbana e paisagística do seu entorno é uma estratégia adotada pelo PHM como indutora da revitalização das áreas próximas às estações dos trens suburbanos, contribuindo para a valorização da autoestima da população e da descentralização urbanística.

A melhoria da qualidade de vida na Metrópole também está associada a implantação de parques lineares em grandes vias urbanas e parques fluviais ao longo de cursos de água e reservatórios implantados em projetos de macrodrenagem, programas de arborização e implantação de praças e áreas de lazer, e de valorização de transporte ativo (bicicleta, caminhada).

Faz parte do PHM incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano, evitando o uso habitacional no entorno e estimulando, nas áreas sem restrições ambientais, usos industriais e de logística e serviços de médio e grande porte. De forma geral, a região ao norte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro deve ter sua vocação ambiental incentivada, evitando-se ali o espraiamento urbano.

Programa Habitar a Metrópole				
ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
HM 01	Promover estudos, projetos e a implantação de obras para o sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados	Promover o desenvolvimento de estudos, projetos e implantações de obras necessárias para garantir o abastecimento de água com qualidade para a região de abrangência do sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados de abastecimento de água.	Déficit hídrico para abastecimento da população, particularmente no Sistema Imunana Laranjal, que atende a região Leste da RMRJ, e sistemas isolados que atendem ao demais municípios.	São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeiro de Macacu, Guapimirim, Magé e Maricá.
HM 02	Promover a continuidade e a complementação das obras de abastecimento de água planejadas do Sistema Guandú	Promover a continuidade, a avaliação e a complementação (se necessário) das obras de abastecimento de água planejadas para o Sistema Guandú, incluindo a duplicação da ETA Guandú, e a implantação de nova adutora e reservatórios de equilíbrio para a Baixada Fluminense.	Déficit hídrico para abastecimento da população, particularmente na região da Baixada Fluminense, e baixa segurança operacional do sistema de abastecimento de água para a região Oeste da RMRJ.	Baixada Fluminense e Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.
HM 03	Promover a conscientização e participação da população para utilização racionalizada da água potável	Promover a conscientização da população por meio de forte e decisivo apoio à hidrometração individual, bem como do agravamento das penalizações tarifárias para consumos elevados; promover a participação popular para utilização racionalizada de água; criação e/ou aperfeiçoamento de plataformas digitais que sejam de fácil entendimento e acesso para contribuição da população na fiscalização de perdas e vazamentos.	Uso indiscriminado dos recursos hídricos pela população metropolitana, volume elevado de gasto por habitante e alto índice de perda de água.	RMRJ.
HM 04	Apoiar a adoção de tarifa social para famílias de baixa renda	Apoiar a adoção de tarifa social calculada de modo cumulativo para famílias de baixa renda, por morador, estimulando a redução do consumo per capita de água potável (conforme projeto de lei do senado nº 505 de 2013, com revisões).	Dificuldades da população de baixa renda prover recursos para os serviços de abastecimento de água, uso indiscriminado dos recursos hídricos pela população metropolitana, volume elevado de gasto por habitante e alto índice de perda de água.	Áreas de assentamentos precários, periferia da RMRJ e aglomerados subnormais.
HM 05	Promover a gestão das atividades de abastecimento de água	Promover a gestão das atividades de abastecimento de água, a integração setorial com outras áreas, a articulação com planos e instrumentos municipais, o acompanhamento e o monitoramento das ações pertinentes ao setor.	Falhas na gestão do setor de abastecimento de água.	RMRJ.
HM 06	Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário como solução de transição para um sistema separador absoluto	Promover a implantação de rede de tempo seco para esgotamento sanitário, primeiro estágio do processo de captação e tratamento de esgotos urbanos, como solução de transição para um sistema separador, que deverá ser implantado em etapas. A rede remanescente da infraestrutura de captação em tempo seco poderá, futuramente, ser utilizada para tratamento da poluição difusa, quando a rede separadora estiver completamente instalada e operando a contento.	Índices elevados de poluição dos corpos hídricos da RMRJ, associados aos altos custos e prazos para a universalização do serviço de esgotamento sanitário por meio de redes com separador absoluto.	RMRJ.
HM 07	Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento	Promover a captação em tempo seco para interceptar os desvios de função da rede de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento, antes do aporte à corpos hídricos, uma vez que a rede de drenagem separada não prevê o tratamento de suas vazões. As redes com sistema de separador absoluto implantadas tendem a falhar e a aportar esgoto às redes de drenagem, devido a instalações irregulares e aumento da contribuição de esgoto pelos domicílios.	Índices elevados de poluição dos corpos hídricos da RMRJ, mesmo em regiões que contam com serviços de esgotamento sanitário por meio de redes com separador absoluto.	RMRJ.
HM 08	Promover a coleta unificada e a quantificação do lodo de esgotamento sanitário tratado	Promover a coleta unificada e a quantificação do lodo de esgotamento sanitário tratado, a fim de monitorar e gerenciar o desempenho de cada sistema sanitário implantado, a partir do controle do produto final do processo de tratamento, com base em referências locais e internacionais.	Falta de investimentos no setor de esgotamento sanitário e falta de controle da eficiência do serviço prestado.	RMRJ.
HM 09	Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário	Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário, garantindo a integração com outras áreas setoriais da governança metropolitana, articulação com planos e instrumentos municipais, acompanhamento e monitoramento.	Falhas na gestão do setor de esgotamento sanitário.	RMRJ.
HM 10	Promover a criação de um sistema metropolitano de logística reversa para redução de volume resíduos sólidos	Promover a redução do volume per capita de resíduos sólidos, por meio da responsabilidade compartilhada entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes envolvidos no ciclo de vida dos produtos. Deve-se implantar um sistema metropolitano de logística reversa como instrumento de desenvolvimento econômico e social com procedimentos destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento - outra destinação final ambientalmente adequada.	Volume per capita elevado de resíduos sólidos descartados pela população, gerados indiscriminadamente pela indústria.	RMRJ.
HM 11	Incentivar a coleta seletiva e a destinação de resíduos sólidos para usinas e cooperativas de reciclagem	Incentivar os municípios da Região Metropolitana para estabelecer um sistema de coleta seletiva para a reciclagem dos resíduos, com a participação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Apoiar a elaboração de plano de coleta seletiva para materiais recicláveis e aquisição de infraestrutura mínima que viabilize o serviço como galpões para triagem, equipamentos e veículos de transporte. Incentivar a participação dos municípios no Programa Coleta Seletiva Solidária do Estado do Rio de Janeiro.	Volume per capita elevado de resíduos sólidos descartados pela população, gerados indiscriminadamente pela indústria.	RMRJ.
HM 12	Incentivar os municípios para implantarem ou expandirem a coleta de lixo comunitária	Incentivar os municípios a implantar atividade como a proposta criada pelo Programa Favela Limpa, COMLURB, no Rio de Janeiro, a fim de resolver a coleta de resíduos sólidos em favelas, que não constam com serviços convencionais regulares de coleta devido as peculiaridades do tecido urbano e social.	Acúmulo de resíduos sólidos em áreas com problemas específicos dentro da RMRJ.	Aglomerados subnormais.

Programa Habitar a Metrópole				
ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
HM 13	Promover a retomada do programa de eliminação de lixões, em implementação pelo Estado do Rio de Janeiro, com participação de órgãos municipais	Promover a retomada do Programa Lixão Zero, que conseguiu o fechamento dos lixões no estado, e a criação de consórcios regionais, diminuindo o custo para as municipalidades. A solução definitiva ainda depende da completa remediação de todos os lixões que, mesmo após o encerramento, ainda continuam produzindo chorume que atingem os corpos hídricos.	Destinação inadequada dos rejeitos de resíduos sólidos.	RMRJ.
HM 14	Promover a mitigação dos problemas de drenagem urbana na Bacia do Canal do Mangue	Promover a mitigação dos problemas de drenagem urbana na bacia do Canal do Mangue, com a transformação dos canais do Mangue e Francisco Eugenio em reservatórios de espera de cheia, com controle de comportas e bombeamento junto à foz, na Rodoviária. Isto gerará benefícios para o Porto do Rio, que passará a evitar sistemáticas dragagens junto à foz do Canal do Mangue.	Inundações na Bacia do Canal do Mangue.	Centro do Rio de Janeiro.
HM 15	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Guerengué com a implantação de reservatórios de cheias	Promover a implantação de dois grandes reservatórios de cheias no Rio Guerengué, junto à região da Colônia Juliano Moreira, para mitigação das cheias da localidade densamente habitada, possibilitando a implantação de área de lazer com trilhas ambientais, em áreas de recreação onde se pode aproveitar 3 piscinas naturais com volume total de 180.000 m ³ .	Inundações na bacia do Rio Guerengué, Jacarepaguá.	Jacarepaguá.
HM 16	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Imboáçu através da implantação de uma barragem	Promover a implantação de uma barragem para mitigar enchentes do Rio Imboáçu possibilitando oferecer segurança para centenas de domicílios; utilização de pedreiras da Carioca Ltda. e da Anhanguera S/A nas proximidades do Bairro da Rocha; execução de barramento simplificado do Rio Imboáçu para inundar as pedreiras, que, pela exploração do minério já possui cota suficiente para ser alagada e assim amortecer parte das vazões em eventos extremos.	Inundações na bacia do Rio Imboáçu, São Gonçalo.	São Gonçalo.
HM 17	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí com a implantação de uma barragem no Rio Registro	Promover a implantação de barragem no rio Registro, afluente do rio Capivari, em Xerém, de forma a colaborar com o controle de inundações dos bairros de Pilar e Figueira. A barragem do Rio Registro deverá funcionar também para armazenar água e reforçar o abastecimento da população.	Inundações dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	Baixada Fluminense.
HM 18	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da construção de uma barragem no Rio Dona Eugênia	Promover a implantação de barragem para mitigação de cheias da bacia do Rio Dona Eugênia. Isto possibilita a construção de um corredor verde/azul, usando o rio como eixo, através da área urbana, e junto a área de preservação ambiental, a montante, incluindo um novo parque, com áreas úmidas. Essa concepção permite que a barragem do Rio Dona Eugênia sirva como forma de abastecimento de água para a população do município de Mesquita.	Inundações do Rio Dona Eugênia.	Mesquita.
HM 19	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da conexão entre os Rios Pilar e Calombé	Promover a proposta que consiste em descarregar parte das águas do Córrego Calombé para o Rio Pilar, por meio de um canal extravasor e, posteriormente, inundar áreas livres nas margens do Rio Pilar localizadas acima do Arco Metropolitano, para resolver os problemas de inundação na bacia do Rio Pilar. Também pretende-se promover a reestruturação habitacional nesta área alagável, que pode ser incentivada a gerar produção agroecológica.	Inundações na bacia dos Rios Iguaçu e Sarapuí.	Duque de Caxias.
HM 20	Promover a mitigação de inundações nas bacias dos rios Sarapuí e Pavuna através da comunicação entre eles na Barragem de Gericinó	Promover a proposta de comunicação dos rios Sarapuí e Pavuna, visto que as suas bacias possuem características diferentes, sendo esperado que, em eventos de chuva extrema, não haja sobreposição dos seus picos de cheia, apresentando tempos distintos de concentração, de forma a aumentar o amortecimento na vazão efluente tanto do Rio Sarapuí, como do Rio Pavuna.	Inundações nas bacias dos Rios Sarapuí e Pavuna-Meriti.	Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
HM 21	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Acari, com a transposição de parte dos seus volumes de cheia em direção à barragem de Gericinó	Promover o amortecimento de cheias por meio da Barragem de Gericinó, com a transposição de parte das águas do Rio Acari em direção à citada barragem por meio de uma tubulação de transferência do excesso de vazões geradas pelos eventos de chuva extrema.	Inundações na bacia do Rio Acari.	Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
HM 22	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Campo da Bomba	Promover a instalação de um canal de interligação entre os rios Iguaçu e Sarapuí, e uma adequada área de espraiamento, a fim de tornar possível garantir a função de mitigação das cheias, permitindo assim a ocupação do restante da área da gleba do Campo da Bomba (3.000.000 m ²), situada às margens da BR-040, compatibilizando as funções ambientais, com a possibilidade de uso para indústrias, além de usos habitacionais e de serviços.	Dificuldade de descarga dos rios Iguaçu e Sarapuí em sua foz.	Duque de Caxias.

Programa Habitar a Metrópole				
ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
HM 23	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas	Promover a consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas para proteger terrenos próximos às suas margens. Os diques ainda podem servir para implantação de um reservatório para controle de cheias, situada na junção dos dois rios e pode servir como base para uma rodovia - Transbaixada 2, fazendo uma ligação da Avenida Leonel Brizola com o Arco Metropolitano.	Inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí.	Baixada Fluminense.
HM 24	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Saracuruna com a implantação de um dique em sua margem direita	Promover a implantação de um dique na margem direita do Rio Saracuruna, afastado da calha principal, formando uma extensa planície de alagamento para solucionar os problemas de inundações existentes. Posteriormente, o dique projetado poderá ser utilizado com base para implantação de via de transporte, conectando a área industrial da REDUC às rodovias a BR-040 (Arquinho).	Inundações na bacia do Rio Saracuruna.	Duque de Caxias.
HM 25	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Cidade dos Meninos	Promover a utilização parcial da Gleba Cidade dos Meninos para absorver as fortes enchentes do Rio Iguaçu com a criação da barragem do Capivari, possibilitando uso da área para outros tipos de ocupação, para promover o desenvolvimento econômico e social da região.	Inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí.	Baixada Fluminense.
HM 26	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Acari com a implantação de reservatórios e parques inundáveis	Promover a implantação de reservatórios e parques inundáveis para solução dos problemas de enchentes no Bairro de Acari, região com frequentes inundações causadas pelas cheias do Rio Acari, tornando possível a construção da Rodoviária Interestadual prevista para ser instalada na região.	Inundações na bacia do Rio Acari.	Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
HM 27	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Pavuna através do uso adequado de uma gleba localizada nas proximidades da sua foz	Promover a utilização de gleba localizada junto a foz do Rio Pavuna, utilizada pela Marinha do Brasil, como bacia para mitigar as cheias na região; possibilitar o uso compartilhado da área para o desenvolvimento econômico e social local.	Inundações do Rio Pavuna e restrição na disponibilização de áreas para o desenvolvimento urbano.	Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.
HM 28	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem, garantindo a integração com outras áreas setoriais da governança metropolitana, além de acompanhamento e monitoramento.	Falta de interação dos planos municipais no âmbito metropolitano.	RMRJ.
HM 29	Incentivar a urbanização e a regularização fundiárias de favelas (aglomerados subnormais)	Incentivar a elaboração de estudos para dimensionar e apoiar a criação de programas de urbanização e regularização fundiária de favelas (aglomerados subnormais), por meio de ações articuladas entre União, estado e municípios.	Contingente expressivo da população (cerca de 18%) moradora em favelas e aglomerados subnormais a serem urbanizados e regularizados.	Moradores de aglomerados subnormais.
HM 30	Incentivar a realização de programas de regularização fundiária e recuperação de conjuntos habitacionais degradados	Promover estudos para dimensionar e apoiar a criação de programas de recuperação de conjuntos habitacionais degradados, por meio de ações articuladas entre União, estado e municípios.	Conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação - BNH (extinto em 1986, sendo incorporado pela Caixa Econômica Federal), em mau estado de conservação.	Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro.
HM 31	Incentivar ampliação e racionalização de programas para promover melhorias habitacionais com financiamento de materiais de construção	Incentivar a elaboração de estudos para verificar a eficiência e impacto dos programas de financiamento de material de construção, principalmente através da Caixa (Construcard).	A maior proporção das moradias edificadas por famílias de baixa renda é realizada através da autoconstrução progressiva - sem sinergias com o desenvolvimento urbano. A lei 11.888/08 criou o direito de essas famílias terem assistência técnica gratuita, no entanto esse direito não se tornou uma prática sistemática nas políticas governamentais.	RMRJ.
HM 32	Promover a criação de incentivos para que os municípios providenciem programas de assistência técnica à autoconstrução habitacional feita por famílias de baixa renda	Promover estudo e apoiar um programa metropolitano de assistência técnica sistemática, a ser implantado pelos municípios, às famílias autoconstrutoras de baixa renda, através da mobilização de profissionais jovens e estudantes das áreas de arquitetura e engenharia e outras áreas associadas.	A absoluta maioria das moradias das famílias de baixa renda é realizada a través da auto construção progressiva. A lei 11.888/08 criou o direito de essas famílias terem assistência técnica gratuita, no entanto esse direito não se tornou uma prática sistemática nas políticas governamentais.	RMRJ.
HM 33	Estimular e coordenar a racionalização e simplificação das normas de controle urbanístico a serem desenvolvidas pelos municípios (e a compatibilização entre elas)	Estimular a elaboração de estudos para caracterização dos gargalos e problemas decorrentes da aplicação de normas urbanísticas e código de obras.	Os procedimentos de controle urbanístico são burocratizados, demorados e de difícil compreensão. As normas e padrões, geralmente elitistas, desestimulam o seu atendimento nos processos construtivos desenvolvidos pelas famílias de baixa renda e também dificultam, oneram ou inviabilizam a construção de empreendimentos formais.	RMRJ.
HM 34	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 0 a 3 SM) em áreas prioritárias, com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis	Incentivar a realização de projetos Habitacionais de Interesse Social - HIS, para que atendam com eficiência e equidade as necessidades de eliminação gradativa do déficit da Região Metropolitana - atualmente calculado em cerca de 271 mil unidades habitacionais (famílias com renda de até 3 SM) e sirvam também como instrumento de organização e estruturação do território urbano (para combater déficit habitacional).	A produção de moradias com apoio de recursos públicos não tem sido suficiente para acompanhar o aumento da demanda nem reduzir o déficit habitacional de forma significativa e sustentável. A dispersão espacial dos conjuntos habitacionais, tipo Minha Casa Minha Vida - MCMV, promove: a) o rebaixamento das densidades do solo; b) o agravamento do problema do distanciamento entre o local da moradia e do trabalho e serviços; c) o aumento desnecessário do preço das terras e dos custos de implantação e manutenção da infraestrutura; d) maior dificuldade para a coordenação de investimentos intersetoriais; e v) a perturbação de tendências de crescimento, natural ou planejado, da área urbana.	RMRJ.

Programa Habitar a Metrópole				
ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
HM 35	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 0 a 3 SM) e HMP - habitação de mercado popular (de 3 a 5 SM) em áreas prioritárias com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis	Incentivar a realização de projetos Habitacionais das faixas de habitação de interesse social - HIS e habitação de mercado popular - HMP que atendam com eficiência e equidade as necessidades de acompanhamento do aumento de uma parte da demanda correspondente (141 mil unidades), de um total estimado em cerca de 563 mil unidades habitacionais (2017/45), e sirvam também como instrumento de organização e estruturação do território urbano (contemplando aumento de parte da demanda).	A produção de moradias com apoio de recursos públicos não tem sido suficiente para acompanhar o aumento da demanda nem reduzir o déficit habitacional de forma significativa e sustentável. A dispersão espacial dos conjuntos habitacionais, tipo Minha Casa Minha Vida - MCMV, promove: a) o rebaixamento das densidades do solo; b) o agravamento do problema do distanciamento entre o local da moradia e do trabalho e serviços; c) o aumento desnecessário do preço das terras e dos custos de implantação e manutenção da infraestrutura; d) maior dificuldade para a coordenação de investimentos intersetoriais; e e) a perturbação de tendências de crescimento, natural ou planejado, da área urbana.	RMRJ.
HM 36	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social - visando o reassentamento de famílias para mitigação de riscos	Incentivar a elaboração de estudos para apoiar a política habitacional do estado do Rio de Janeiro e dos municípios, além de programa permanente voltado para as necessidades habitacionais das famílias que ocupam áreas de risco e áreas situadas em localidades que serão afetadas por grandes intervenções (viárias, aeroportuárias, hidro sanitárias etc.), visando seu reassentamento em local próximo à sua residência, evitando-se remoções e deslocamentos no ambiente urbano e de relações sociais.	O alto número de moradias em situação de risco na metrópole. Em cálculo preliminar, o PDUI estima em 160 mil o número de moradias em situação de risco na RMRJ. O número de unidades habitacionais em risco na RMRJ deverá ser motivo de estudo detalhado, com a participação dos municípios, de órgãos do estado, da União e da sociedade, com base em critérios definidos conjuntamente, considerando os planos municipais de redução de risco dos municípios e outros estudos já realizados.	RMRJ.
HM 37	Incentivar a produção de empreendimentos de unidades habitacionais para locação social	Incentivar a criação de um programa de financiamento e implementação de unidades habitacionais para locação social, por agentes públicos e privados, possibilitando uma alternativa de moradia de baixo custo para a população de baixa renda.	Déficit habitacional quantitativo, especialmente o componente de custo excessivo com aluguel.	RMRJ.
HM 38	Incentivar a produção de empreendimentos de HIS - habitação de interesse social - visando o atendimento específico de idosos	Incentivar a criação de programa voltados para o atendimento habitacional de idosos - cuja proporção na população total da RMRJ passará dos atuais 11% para mais de 23% em 2045, sendo que, em algumas unidades metropolitanas de informação - UMI essa proporção será superior a 30% - por apresentarem necessidades especiais (por exemplo, dificuldades de subidas de escadas, com moradores solitários frequentemente sujeitos a acidentes). Serão necessárias moradias que atendam essas limitações.	A falta de infraestrutura para idosos que apresentam necessidades especiais de acesso, mobilidade e condições gerais de sua moradia, que não são consideradas no desenho das soluções habitacionais padrão. O problema tende a se agravar, uma vez que as projeções indicam que o número de idosos irá aumentar nos próximos anos.	RMRJ.
HM 39	Incentivar a produção de empreendimentos HIS - habitação de interesse social - por meio de iniciativas de autogestão.	Incentivar a criação de soluções coletivas para a produção de moradias. A população de menor renda constrói moradias independente de qualquer ajuda dos programas oficiais. Essas ações, contudo, são geralmente individuais, cabendo aproveitar o potencial de associações de representantes de grupos sociais de baixa renda (associações de moradores, sindicais, profissionais, etc.).	O baixo aproveitamento de empreendimentos de habitação de interesse social - HIS, cuja implantação já está prevista no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e nos normativos da Caixa, mas que permanece com baixa demanda e sem apoio efetivo da Caixa.	RMRJ.
HM 40	Incentivar a requalificação e a utilização de edificações abandonadas para projetos de HIS - habitação de interesse social	Incentivar a elaboração de estudo para caracterização, dimensionamento e classificação de edificações antigas abandonadas visando sua requalificação para aproveitamento em programas de HIS - habitação de interesse social e HMP - habitação de mercado popular. A Prefeitura do município do Rio de Janeiro, pela experiência no cadastramentos desses imóveis, principalmente no centro da cidade, pode ser importante parceira da Câmara Metropolitana na modelagem e aplicação desse estudo.	É considerável a quantidade de construções, principalmente nos centros urbanos mais antigos e bairros onde houve esvaziamento de atividades econômicas, principalmente industriais, que poderiam ser requalificadas para aproveitamento na redução do déficit habitacional e oferta simultânea de espaços para instalação de serviços sociais e pequenas atividades geradoras de renda.	RMRJ.
HM 41	Promover a criação de um banco de terras de terras públicas e privadas vocacionadas para o aproveitamento em projetos de HIS - habitação de interesse social - e para implantação de equipamentos sociais	Promover a realização de estudo para a criação de banco de terras vinculado à empresa urbanizadora social (transformação da Cehab/Iterj) que teria como objetivo a disponibilização de áreas para aproveitamento nos programas habitacionais de HIS - habitação de interesse social e para a construção ou ampliação de equipamentos sociais. Seriam cadastrados e/ou adquiridos previamente terrenos públicos ociosos e de propriedade privada em localidades consideradas estratégicas.	O elevado custo de terrenos tem sido o principal fator determinante da localização dos empreendimentos habitacionais do Minha Casa Minha Vida - MCMV nas periferias das cidades. Muitas vezes as valorizações das áreas decorrem dos investimentos que os governos realizam; o banco de terras, através de esquemas adequados (por exemplo, associado à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade) permitirá a retirada dessa áreas do mercado antes da valorização das mesmas.	RMRJ.
HM 42	Incentivar a criação de novos mecanismos de financiamento para o setor habitacional	Incentivar a criação de novos mecanismos de financiamento para o setor habitacional, bem como promover a revisão nas modalidades de aplicação dos mecanismos financeiros atuais dos governos federal e estadual, visando atender as diretrizes e programas propostos para a Região Metropolitana.	A total subordinação da política habitacional do país aos normativos dos programas da Caixa dificulta ou mesmo inviabiliza a adoção de intervenções habitacionais mais flexíveis e abrangentes, como os projetos integrados e de múltiplos objetivos.	RMRJ.
HM 43	Promover a criação de um sistema de informações territoriais, georreferenciado, para apoiar o planejamento de programas de habitação e de equipamentos sociais	Promover a criação de um sistema de informações territoriais, georreferenciado, considerando estudos preliminares desenvolvidos no PDUI, visando apoiar estado e municípios para: a) o planejamento da localização das intervenções habitacionais e de melhorias urbanas; b) a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; c) a adequação dos normativos urbanísticos necessários; e d) integração das ações das concessionárias de serviços públicos e dos agentes dos programas sociais.	Ausência de sistemas de informação habitacionais integrados para apoiar o planejamento do setor.	RMRJ.

Programa Habitar a Metrópole				
ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
HM 44	Incentivar a unificação da CEHAB-RJ e do ITERJ em uma empresa para atuar na habitação e na urbanização social	Incentivar a unificação da Cehab/Iterj em empresa com papel de urbanizadora social com responsabilidade de viabilizar áreas com infraestrutura para empreendimentos habitacionais, inclusive integrados, em vazios urbanos e em áreas adensáveis, promovidos por agentes que atuam na faixa de HIS - habitação de interesse social e HMP - habitação de mercado popular, de acordo com os objetivos do PEHIS - Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e dos PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social locais.	Inexistência da atuação institucional que assegure a retirada de terras do mercado em pontos estratégicos do território, antes das valorizações. Inexistência de mecanismo que viabilize a implantação de projetos habitacionais integrados em terras retiradas previamente do mercado.	RMRJ.
HM 45	Incentivar a ocupação urbana diversificada	Incentivar a ocupação urbana diversificada, com uso misto de habitação, comércio e serviços, especialmente ao longo dos principais eixos de mobilidade, nas centralidades propostas, nos principais pontos nodais (pontos de interseção dos eixos de mobilidade) e em outras áreas a definir.	Estratificação urbana, longas distâncias entre moradia e emprego, comércio, serviços e equipamentos sociais de maior importância.	RMRJ.
HM 46	Incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano	Incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano, evitando o uso habitacional no entorno e estimulando, nas áreas sem restrições ambientais, usos industriais e de logística e serviços de médio e grande porte.	Evitar a ocupação urbana desordenada de áreas ambientalmente frágeis ou áreas destinadas a atividades econômicas geradoras de emprego.	RMRJ.
HM 47	Incentivar a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do uso no entorno das estações ferroviárias	Incentivar a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do solo no entorno das estações ferroviárias, respeitadas as características urbanas, históricas e culturais existentes.	Áreas não exploradas com grande potencial econômico e para uso habitacional, devido a meios de mobilidade e patrimônio cultural deficientes.	RMRJ.
HM 48	Estimular a requalificação das estações do sistema ferroviário suburbano	Promover a requalificação das estações de trem está para além do transporte. É necessário voltar-se às questões relacionadas ao sentido de pertencimento, com o propósito de refazer os elos de identidade das comunidades que, pelo trem, tiveram suas origens e através dele tiveram seus fluxos do cotidiano traçados. A requalificação das estações poderá iniciar o processo de requalificação da tessitura urbana, dos bens culturais materiais e imateriais de cada uma das comunidades ao trem vinculadas. É necessário considerar a implantação de equipamentos e serviços públicos e de comércio e elaborar projetos para, aproximadamente, 10 estações.	Deterioração do patrimônio cultural material e imaterial, especialmente das áreas urbanas limdeiras aos eixos ferroviários.	RMRJ.
HM 49	Promover a contratação de projetos para a identificação e delimitação do perímetro de interesse do patrimônio, no entorno das estações do sistema ferroviário suburbano para a criação de Zona de Paisagem Cultural Suburbana - ZPCS	O entorno das estações representa o lugar da história e da dinâmica socioeconômica, desde sua ocupação aos dias de hoje. A proposta consiste na delimitação de Zonas de Paisagem Cultural Suburbana - ZPCSs como definição do perímetro urbano capaz de salvaguardar a memória, a identidade e a escala local.	O movimento de desvalorização, empobrecimento e esvaziamento de significado e identidade dos bairros no entorno do eixos ferroviários; e a desorganização dos equipamentos e das estações dos modais de transporte existentes, sendo necessária a integração dos bairros divididos pelo ramal ferroviário.	Zona Norte do Rio de Janeiro.
HM 50	Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade	Os parques lineares são a principal solução para que as áreas urbanas contribuam para a resiliência dos ecossistemas da metrópole, promovendo de maneira integrada a limpeza de córregos, a conexão da vegetação arbórea e a manutenção do habitat das espécies da fauna local. A recuperação dos rios urbanos deve prever a condição de inserção paisagística e possibilidades de novas perspectivas no tecido urbano. Desta forma, as soluções de parques lineares apresentadas pelo eixo de saneamento e resiliência ambiental devem ser prioritárias.	Ausência de conectividade entre os fragmentos de Mata Atlântica, a limitação de parques e áreas de lazer e de ambiência urbana, a poluição dos rios urbanos e a consequente poluição das baías.	RMRJ.
HM 51	Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades a reforçar	Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades de cada macrozona, entre as centralidades e sua vizinhança e interna às próprias centralidades, estimulando diferentes tarifas sujeitas ao papel e ao alcance de cada linha.	Problema sistêmico de mobilidade: o transporte público na RMRJ é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. O transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	RMRJ.
HM 52	Promover a definição de estações de integração que sejam estratégicas para o desenvolvimento local e otimização do sistema de transporte	Promover a definição de estações de integração de transporte público que sejam estratégicas para o desenvolvimento local e otimização do sistema de transporte. Foco no transporte não motorizado e coletivo.	Problema sistêmico de mobilidade: o transporte público na RMRJ é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ e não adota políticas para as estações de integração de transporte público.	RMRJ.
HM 53	Promoverem articulação com os municípios na adoção de políticas de incentivo aos transportes ativos	Promover, em articulação com os municípios, a adoção de políticas de incentivo aos transportes ativos, na transformação dos espaços públicos degradados em ambientes caminháveis e no auxílio à elaboração de planos cicloviários e identificação e implementação de possíveis redes de rotas cicláveis integradas à rede metropolitana de transporte.	Limitação do transporte ativo, devido à ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	RMRJ.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
HM 01	Promover estudos, projetos e a implantação de obras para o sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados	SRA-AA	OM11	MDPL	Todos	População do Sistema Imunana/Laranjal e demais sistemas isolados.	1.188.244	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de avaliação das obras para o Sistema Imunana Laranjal, verificação da necessidade de complementação e definir programa de ação.	Implementação do projeto de complementação de obras do Sistema Imunana Laranjal.	Monitoramento do projeto Imunana Laranjal.
HM 02	Promover a continuidade e a complementação das obras de abastecimento de água planejadas do Sistema Guandú	SRA-AA	OM11	MDPO, MDPN e MDPH	Todos	Parcela da população do sistema Guandú.	3.000.000	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de avaliação das obras para o Sistema Guandú, verificação da necessidade de complementação e definir programa de ação.	Implementação do projeto de complementação de obras do Sistema Guandú.	Monitoramento do projeto Sistema Guandú.
HM 03	Promover a conscientização e participação da população para utilização racionalizada da água potável	SRA-AA	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Empresa de saneamento.	1 milhão.	Investimento privado e financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos de validação e compatibilização de projetos existentes, organização da campanha de conscientização e participação popular, definição de parcerias e articulação de fontes de financiamento.	Implementação do programa de conscientização e participação popular para utilização racionalizada da água potável - início.	Implementação do projeto de conscientização e participação popular para utilização racionalizada da água potável.
HM 04	Apoiar a adoção de tarifa social para famílias de baixa renda	SRA-AA e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ, em especial a população de baixa renda.	210.509	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, avaliação, complementação e adaptação para a RMRJ do Projeto de Lei existente e implementação da tarifa social da água potável para famílias de baixa renda.	Implementação do projeto de aplicação da tarifa social adaptada para a realidade da RMRJ.	Monitoramento do projeto de aplicação da tarifa social adaptada para a realidade da RMRJ.
HM 05	Promover a gestão das atividades de abastecimento de água	SRA-AA e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de estudos existentes e elaboração do plano de gestão.	Implementação do plano de gestão das atividades e gestão adequada das atividades de abastecimento de água a partir do plano implementado.	Gestão adequada das atividades de abastecimento de água a partir do plano implementado.
HM 06	Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário como solução de transição para um sistema separador absoluto	SRA-ES/DR	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	600 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, análise de viabilidade técnica – econômica, ambiental e social e elaboração do projeto de implantação de redes de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário.	Identificação e análise de fontes de recursos, licenciamento, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras), operação da parcela finalizada, manutenção e avaliação.
HM 07	Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento	SRA-ES/DR	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	200 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, análise de viabilidade técnica – econômica, ambiental e social e elaboração do projeto de implantação de redes de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário.	Identificação e análise de fontes de recursos, licenciamento, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras), operação da parcela finalizada, manutenção e avaliação.
HM 08	Promover a coleta unificada e a quantificação do lodo de esgotamento sanitário tratado	SRA-ES e GP	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público e investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos de viabilidade técnica econômica, com definição da metodologia para utilizar o lodo como indicador de tratamento do esgoto sanitário e elaboração do projeto.	Articulação institucional, estudo do arcabouço conceitual e legislativo necessário para implementação do conceito e elaboração do projeto.	Implementação do projeto com probabilidade de controlar o tratamento da rede de esgotamento sanitário e manutenção do indicador para alcance das metas almejadas do setor.
HM 09	Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário	SRA-ES e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	2 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de estudos existentes, elaboração do plano de gestão e implementação do plano de gestão das atividades.	Gestão adequada das atividades de esgotamento sanitário a partir do plano implementado.	Gestão adequada das atividades de esgotamento sanitário a partir do plano implementado.
HM 10	Promover a criação de um sistema metropolitano de logística reversa para redução de volume resíduos sólidos	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e de experiências em outras cidades/regiões e promover parcerias com entidades representativas do setor produtivo.	Elaboração da proposta de instituição do sistema metropolitano de logística reversa para servir de subsídio na sua implantação.	Acompanhamento da implementação do sistema metropolitano de logística reversa.
HM 11	Incentivar a coleta seletiva e a destinação de resíduos sólidos para usinas e cooperativas de reciclagem	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Municípios	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes, definindo as deficiências dos municípios, promover parcerias com entidades representativas para onde se destinam os resíduos sólidos e elaboração do Plano de Coleta Seletiva na RMRJ.	Articulação institucional e implementação do plano de coleta seletiva nos municípios (início).	Implementação do plano de coleta seletiva nos municípios.
HM 12	Incentivar os municípios para implantarem ou expandirem a coleta de lixo comunitária	SRA-RS	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Municípios.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e elaboração do plano de implantação de coleta de lixo comunitária.	Articulação institucional e implementação da coleta comunitária de lixo nos municípios.	Articulação institucional e implementação da coleta comunitária de lixo nos municípios.
HM 13	Promover a retomada do programa de eliminação de lixões, em implementação pelo Estado do Rio de Janeiro, com participação de órgãos municipais	SRA-RS	OM11 e OM12	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para revisão e adaptação do programa "Lixão Zero", articulação de fonte de recursos e implementação do programa revisado.	Articulação institucional, implementação do programa e fiscalização dos vazadouros em desconformidade com a legislação.	Articulação institucional, manutenção do programa e fiscalização dos vazadouros em desconformidade com a legislação.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
HM 14	Promover a mitigação dos problemas de drenagem urbana na Bacia do Canal do Mangue	EE e SRA-DR	OM11	MDPH	Rio de Janeiro	População da Bacia do Canal do Mangue.	500.000	Governo Municipal do Rio de Janeiro.	60 milhões.	Investimento privado e financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e com Porto do Rio.	Elaboração de projeto, licenciamento, fonte de financiamento e articulação institucional.	Implementação (licitação e execução da obra de mitigação de inundações na Bacia do Canal do Mangue), articulação institucional, operação, manutenção e avaliação.
HM 15	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Guerengué com a implantação de reservatórios de cheias	SRA-DR	OM11 e OM12	MDPH	Rio de Janeiro	População da Bacia do Rio Guerengué.	78.000	Governo Municipal do Rio de Janeiro.	20 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra de mitigação de inundações na Bacia do Rio Guerengué).
HM 16	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Imboaçú através da implantação de uma barragem	SRA-DR	OM11 e OM12	MDPL	São Gonçalo	População da Bacia do Rio Imboaçú.	110.000	Agência Metropolitana.	20 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de São Gonçalo.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra de mitigação de inundações na bacia do Rio Imboaçú).
HM 17	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí com a implantação de uma barragem no Rio Registro	SRA-DR/AA	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Agência Metropolitana.	25 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Elaboração de projeto, licenciamento, fonte de financiamento e articulação institucional.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra de mitigação de inundações na Bacia do Rio Imboaçú).
HM 18	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí através da construção de uma barragem no Rio Dona Eugênia	REC e SRA-DR/AA	OM11 e OM12	MDPN	Mesquita	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Agência Metropolitana.	50 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Mesquita.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento, articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).	Articulação institucional, operação, manutenção e avaliação.
HM 19	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí através da conexão entre os Rios Pilar e Calomé	SRA-DR e HES	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Agência Metropolitana.	15 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e Parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento, articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).	Articulação institucional, operação, manutenção e avaliação.
HM 20	Promover a mitigação de inundações nas bacias dos rios Sarapuí e Pavuna através da comunicação entre eles na Barragem de Gericinó	SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro	População da Bacia dos rios Iguaçú, Sarapuí e Pavuna.	2.590.000	Agência Metropolitana.	15 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parcerias com as Prefeituras do Rio de Janeiro, Nilópolis e Mesquita.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento, articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).	Articulação institucional, operação, manutenção e avaliação.
HM 21	Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Acari, com a transposição de parte dos seus volumes de cheia em direção à barragem de Gericinó	SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro	População da Bacia do Rio Acari.	875.000	Governo Municipal do Rio de Janeiro.	50 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Elaboração de Projeto, licenciamento, fonte de financiamento articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).
HM 22	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí através do uso adequado da gleba Campo da Bomba	EE, HES e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Governo Municipal de Duque de Caxias.	50 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento, articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).	Articulação institucional, operação, manutenção e avaliação.
HM 23	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí através da consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas	SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Agência Metropolitana.	100 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Articulação institucional e elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução da obra), operação, manutenção e avaliação.
HM 24	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Saracuruna com a implantação de um dique em sua margem direita	EE, MOB e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia do Rio Saracuruna.	430.000	Agência Metropolitana.	120 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes, promover parceria com a REDUC e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Articulação institucional e elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra viária).
HM 25	Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí através do uso adequado da gleba Cidade dos Meninos	REC, EE, HES e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias	População da Bacia dos rios Iguaçú e Sarapuí.	2.190.000	Governo Municipal de Duque de Caxias.	120 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento, articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra).	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra de uso da gleba).
HM 26	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Acari com a implantação de reservatórios e parques inundáveis	EE, MOB e SRA-DR	OM11 e OM12	MDPN	Rio de Janeiro	População da Bacia do Rio Acari.	875.000	Governo Municipal do Rio de Janeiro.	30 milhões.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro.	Articulação institucional e elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional e implementação (licitação e execução da obra do reservatório e parques).
HM 27	Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Pavuna através do uso adequado de uma gleba localizada nas proximidades da sua foz	REC, EE, HES e SRA-DR/ES	OM11 e OM12	MDPN	Duque de Caxias e Rio de Janeiro	População da Bacia do Rio Pavuna.	400.000	Governo Municipal de Duque de Caxias.	20 milhões.	Investimento privado e financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias e Rio de Janeiro.	Elaboração de projeto, licenciamento e fonte de financiamento.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução da obra de mitigação de inundações na Bacia do Rio Pavuna), operação, manutenção e avaliação.
HM 28	Promover a gestão das atividades de macrodrenagem	SRA-DR e GP	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	1 milhão.	Financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e elaboração do plano de gestão.	Implementação do Plano de Gestão e Gestão adequada das atividades de macrodrenagem a partir do Plano implementado.	Gestão adequada das atividades de macrodrenagem a partir do plano implementado.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
HM 29	Incentivar a urbanização e a regularização fundiária de favelas (aglomerados subnormais)	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM12, OM18 e OM19	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias residentes em favelas.	322 mil domicílios	Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 500 mil; adesão por município: 200 mil; operação: 2,5 bilhões.	Governo Federal (OGU); Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, articulação de financiamento público e elaboração de estudos, planos e projetos.	Articulação institucional, implementação de programas (início) e elaboração de planos e projetos.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 30	Incentivar a realização de programas de regularização fundiária e recuperação de conjuntos habitacionais degradados	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM05, OM06, OM07, OM12 e OM18	MDPO, MDPN, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda (residentes em conjuntos habitacionais degradados).	Residentes em conjuntos habitacionais degradados	Governo Estadual e Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 1,5 milhões; adesão por município: 200 mil; operação: 250 milhões.	Governo Federal (OGU); Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, articulação de financiamento público e elaboração de estudos, planos e projetos.	Articulação institucional, implementação de programas (início) e elaboração de planos e projetos.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 31	Incentivar ampliação e racionalização de programas para promover melhorias habitacionais com financiamento de materiais de construção	HES e GP	OM04, OM05, OM12 e OM18	MDPO, MDPN, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda.	Famílias de Baixa renda	Municípios, Agência Metropolitana (estudos) e promotores habitacionais.	Estudo inicial: 80 mil.	Governo Estadual, municípios e fundos federais.	Articulação institucional com municípios, apoio à assistência técnica e organização de capacitação.	Articulação institucional, apoio à assistência técnica e implementação de programas - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 32	Promover a criação de incentivos para que os municípios providenciem programas de assistência técnica à autoconstrução habitacional feita por famílias de baixa renda	HES e GP	OM04, OM05, OM12 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda.	Famílias de Baixa renda	Municípios, Agência Metropolitana (estudos), conselhos, academia e ONGs (assistência técnica).	Estudo inicial: 80 mil.	Governo Estadual e fundos federais.	Articulação institucional, apoio à Assistência Técnica e organização de parcerias de capacitação.	Articulação institucional, apoio à assistência técnica e implementação de programas - início.	Implementação de programas e implementação de projetos.
HM 33	Estimular e coordenar a racionalização e simplificação das normas de controle urbanístico a serem desenvolvidas pelos municípios (e a compatibilização entre elas)	HES e GP	OM03, OM04, OM05, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda.	Famílias de Baixa renda	Municípios (operação) e Agência Metropolitana (estudos e monitoramento).	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Estadual e fundos federais.	Articulação institucional, assessoria técnica aos municípios, organização de parcerias de capacitação e implementação de simplificações.	Articulação institucional e assessoria técnica aos municípios.	Monitoramento e revisão.
HM 34	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 0 a 3 SM) em áreas prioritárias, com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM05, OM06, OM07, OM10, OM16 e OM18	MDPH, MDPNE, MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 3 SM.	Cerca de 271 mil famílias	Governo Estadual, promotores habitacionais e empresas privadas.	Operação: 18,7 bilhões.	Governo Federal (OGU+FGTS+FAT), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários).	Articulação institucional, revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do estatuto das cidades - EC, revisão de programas de financiamento público e disponibilização de terras públicas.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento público - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 35	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 3 a 5 SM) e HMP - habitação de mercado popular (de 3 a 5 SM) em áreas prioritárias com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM05, OM06, OM07, OM10, OM16 e OM18	MDPH, MDPNE, MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 5 SM (habitação de interesse social - HIS e habitação de mercado popular - HMP).	Cerca de 141 mil famílias	Governo Estadual, promotores habitacionais e empresas privadas.	Operação: 8,0 bilhões.	Governo Federal (OGU+FGTS+FAT), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e recursos privados (na produção).	Articulação institucional, revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do estatuto das cidades - EC, revisão de programas de financiamento com subsídio e disponibilização de terras públicas.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento com subsídio - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 36	Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social - visando o reassentamento de famílias para mitigação de riscos	MOB, HES, SRA e GP	OM05, OM12 e OM18	MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias vivendo em áreas de risco.	Cerca de 160 mil famílias	Municípios, Agência Metropolitana (estudos e monitoramento) e promotores habitacionais.	Estudo inicial: 200 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do estatuto das cidades - EC, revisão de programas de financiamento com subsídio e disponibilização de terras públicas.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento com subsídio - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 37	Incentivar a produção de empreendimentos de unidades habitacionais para locação social	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM05 e OM18	MDPH, MDPNE, MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 3 SM prevendo-se tratamento especial para famílias chefiadas por mulheres e famílias em situação de risco.	A definir	Municípios, Agência Metropolitana (estudos) e promotores habitacionais.	Estudo inicial: 200 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, Revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do estatuto das cidades - EC e organização de programa de financiamento para setor privado.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento com subsídio - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 38	Incentivar a produção de empreendimentos de HIS - habitação de interesse social - visando o atendimento específico de idosos	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM05 e OM18	MDPH, MDPNE, MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias chefiadas por idosos ou com maioria de idosos e com renda de até 3 SM.	População de idosos na RMRJ que passará de 505 mil (11,3%) em 2017 para 1,7 milhões (23,3%) em 2045	Municípios, Agência Metropolitana (estudos) e promotores habitacionais.	Estudo inicial: 200 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, Revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do estatuto das cidades - EC e organização de programa de financiamento para setor privado.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento com subsídio - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 39	Incentivar a produção de empreendimentos HIS - habitação de interesse social - por meio de iniciativas de autogestão.	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM05 e OM18	MDPH, MDPNE, MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 5 SM (habitação de interesse social - HIS e habitação de mercado popular - HMP).	Cerca de 141 mil famílias	Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana (estudos)	Estudo inicial: 200 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, apoio à assistência técnica, disponibilização de terras públicas e revisão de programas de financiamento público.	Articulação institucional, elaboração de projetos, aprovação de projetos e implementação de programas - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 40	Incentivar a requalificação e a utilização de edificações abandonadas para projetos de HIS - habitação de interesse social	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM05, OM07, OM10, OM12, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 5 SM (habitação de interesse social - HIS e habitação de mercado popular - HMP).	Cerca de 141 mil famílias	Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana (estudos)	Estudo inicial: 500 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, Revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do EC e revisão de programas de financiamento público.	Articulação institucional, implementação de Instrumentos do estatuto das cidades - EC e implementação de programas de financiamento com subsídio - início.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
HM 41	Promover a criação de um banco de terras de terras públicas e privadas vocacionadas para o aproveitamento em projetos de HIS - habitação de interesse social - e para implantação de equipamentos sociais	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM05 e OM07	MDPO, MDPN e MDPL	Todos	Famílias com renda de até 5 SM (habitação de interesse social - HIS e habitação de mercado popular - HMP).	Cerca de 141 mil famílias	Governo Estadual e Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 500 mil.	Governo Federal (OGU), Governo Estadual, municípios (recursos orçamentários) e fundos internacionais.	Articulação institucional, revisão de planos diretores - PDs, instrumentos do EC e cadastramento de terras públicas municipais, estaduais e federais.	Disponibilização de terras públicas para projetos de habitação de interesse social - HIS, implementação de instrumentos do estatuto das cidades - EC e aquisição de terras privadas.	Articulação institucional, implementação de projetos e monitoramento.
HM 42	Incentivar a criação de novos mecanismos de financiamento para o setor habitacional	EE, HES e GP	OM04, OM05, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de Baixa renda.	Famílias de baixa renda	Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 100 mil.	Governo Estadual e fundos federais.	Articulação institucional, elaboração de propostas de programas e articulação de financiamentos.	Implementação de programas e parcerias.	Implementação de programas e parcerias.
HM 43	Promover a criação de um sistema de informações territoriais, georreferenciado, para apoiar o planejamento de programas de habitação e de equipamentos sociais	REC, EE, MOB, HES, SRA e GP	OM04, OM05, OM06, OM07, OM16, OM17, OM18 e OM19	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Câmara Metropolitana (planejamento) com órgãos de planejamento dos municípios.	Famílias na faixa de renda de até 5 SM, com prioridade para a faixa de até 3 SM	Municípios (operação) e Agência Metropolitana (estudos e monitoramento).	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Estadual, fundos federais e fundos internacionais.	Articulação institucional, organização de programas e treinamento de equipes.	Implementação de programas.	Implementação de programas.
HM 44	Incentivar a unificação da CEHAB-RJ e do ITERJ em uma empresa para atuar na habitação e na urbanização social	EE, HES e GP	OM04, OM05, OM16 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Famílias de baixa renda.	Famílias de baixa renda	Agência Metropolitana (estudos).	Estudo inicial: 100 mil.	Governo Estadual e fundos federais.	Articulação institucional, elaboração de propostas de programas e articulação de financiamentos.	Implementação de programas e parcerias.	Implementação de programas e parcerias.
HM 45	Incentivar a ocupação urbana diversificada	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual, Municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
HM 46	Incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual, Municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
HM 47	Incentivar a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do uso no entorno das estações ferroviárias	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
HM 48	Estimular a requalificação das estações do sistema ferroviário suburbano	PNC e REC	OM08, OM10, OM13, OM14 e OM15	MDPN, MDPH e MDPO	Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti	População da Baixada Fluminense, em especial usuários do trem de subúrbio.	9.591.114	Agência Metropolitana.	Projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES Automático - projetos de investimento.	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Identificação de fontes de financiamento, elaboração de projeto e implementação de projetos nas estações prioritárias.	Implementação de projeto.
HM 49	Promover a contratação de projetos para a identificação e delimitação do perímetro de interesse do patrimônio, no entorno das estações do sistema ferroviário suburbano para a criação de Zona de Paisagem Cultural Suburbana - ZPCS	PNC e REC	OM10, OM13, OM14 e OM15	MDPN, MDPH e MDPO	Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro e São João de Meriti	População da Baixada Fluminense, em especial usuários do trem de subúrbio.	9.591.114	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; plano: 1,5 – 3 milhões.	BNDES Finem - modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos - PMAT e BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Identificação de fontes de financiamento e elaboração do plano.	
HM 50	Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade	REC, PNC, SRA e MOB	OM10, OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População das áreas urbanas da RMRJ.	12.150.493	Agência Metropolitana.	Projeto: 5 – 15 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitano, Fecam e organismos Internacionais.	Articulação institucional, elaboração de projeto e identificação de fontes de financiamento.	Articulação institucional, elaboração de projetos e licenciamento.	Implementação do projeto.
HM 51	Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades a reforçar	REC, EE, PNC, MOB, HES e GP	OM08	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Refrota, Pró-Transporte), Governo Estadual (IPVA) e municípios (FPM, Tributação específica sobre uso via pública).	Articulação institucional, elaboração de estudos e projetos, obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos, para elaboração e para implementação do projeto, licenciamentos e implementação de projetos.	Obtenção de recursos, elaboração e financiamentos para estudos e implementação do projeto, e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	Implementação do projeto.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
HM 52	Promover a definição de estações de integração que sejam estratégicas para o desenvolvimento local e otimização do sistema de transporte	REC, EE, PNC, MOB, HES e GP	OM08	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	12.150.493	Governo Estadual e municípios.	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Refrota, Pró-Transporte), Governo Estadual (IPVA), municípios (FPM, Tributação específica sobre uso via pública) e financiamento privado.	Articulação institucional, elaboração de estudos e projetos, obtenção de recursos e financiamentos para elaboração de estudos, para elaboração e para implementação do projeto, licenciamentos e implementação de projetos.	Obtenção de recursos, elaboração e financiamentos para estudos e implementação do projeto, e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.	Monitoramento e avaliação.
HM 53	Promoverem articulação com os municípios na adoção de políticas de incentivo aos transportes ativos	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM10	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	12.150.493	Governo Estadual e municípios	Estudo inicial: 1 milhão.	Governo Federal (Cide, ICMS, Refrota, Pró-Transporte), Governo Estadual (IPVA), municípios (FPM, Tributação específica sobre uso via pública) e financiamento privado.	Articulação institucional, obtenção de recursos e financiamentos para os planos de incentivo e elaboração dos planos e projetos.	Implementação dos planos e projetos prioritários.	Implementação dos planos e projetos prioritários e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - HABITAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
HM 01 Promover estudos, projetos e a implantação de obras para o sistema Imunana Laranjal e demais sistemas isolados																								
HM 02 Promover a continuidade e a complementação das obras de abastecimento de água planejadas do Sistema Guandú																								
HM 03 Promover a conscientização e participação da população para utilização racionalizada da água potável																								
HM 04 Apoiar a adoção de tarifa social para famílias de baixa renda																								
HM 05 Promover a gestão das atividades de abastecimento de água																								
HM 06 Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário como solução de transição para um sistema separador absoluto																								
HM 07 Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento																								
HM 08 Promover a coleta unificada e a quantificação do lodo de esgotamento sanitário tratado																								
HM 09 Promover a gestão das atividades de esgotamento sanitário																								
HM 10 Promover a criação de um sistema metropolitano de logística reversa para redução de volume resíduos sólidos																								
HM 11 Incentivar a coleta seletiva e a destinação de resíduos sólidos para usinas e cooperativas de reciclagem																								
HM 12 Incentivar os municípios para implantarem ou expandirem a coleta de lixo comunitária																								
HM 13 Promover a retomada do programa de eliminação de lixões, em implementação pelo Estado do Rio de Janeiro, com participação de órgãos municipais																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - HABITAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
HM 15 Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Guerengê com a implantação de reservatórios de cheias																								
HM 16 Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Imboaçú através da implantação de uma barragem																								
HM 17 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí com a implantação de uma barragem no Rio Registro																								
HM 18 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da construção de uma barragem no Rio Dona Eugênia																								
HM 19 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da conexão entre os Rios Pilar e Calombé																								
HM 20 Promover a mitigação de inundações nas bacias dos rios Sarapuí e Pavuna através da comunicação entre eles na Barragem de Gericinó																								
HM 21 Promover a mitigação de inundações na bacia do Rio Acari, com a transposição de parte dos seus volumes de cheia em direção à barragem de Gericinó																								
HM 22 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Campo da Bomba																								
HM 23 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através da consolidação dos diques do Rio Capivari e Águas Pretas																								
HM 24 Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Saracuruna com a implantação de um dique em sua margem direita																								
HM 25 Promover a mitigação de inundações na bacia dos rios Iguaçu e Sarapuí através do uso adequado da gleba Cidade dos Meninos																								
HM 26 Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Acari com a implantação de reservatórios e parques inundáveis																								
HM 27 Promover a mitigação de inundações na Bacia do Rio Pavuna através do uso adequado de uma gleba localizada nas proximidades da sua foz																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - HABITAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
HM 28 Promover a gestão das atividades de macrodrenagem																								
HM 29 Incentivar a urbanização e a regularização fundiárias de favelas (aglomerados subnormais)																								
HM 30 Incentivar a realização de programas de regularização fundiária e recuperação de conjuntos habitacionais degradados																								
HM 31 Incentivar ampliação e racionalização de programas para promover melhorias habitacionais com financiamento de materiais de construção																								
HM 32 Promover a criação de incentivos para que os municípios providenciem programas de assistência técnica à autoconstrução habitacional feita por famílias de baixa renda																								
HM 33 Estimular e coordenar a racionalização e simplificação das normas de controle urbanístico a serem desenvolvidas pelos municípios (e a compatibilização entre elas)																								
HM 34 Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 0 a 3 SM) em áreas prioritárias, com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis																								
HM 35 Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social (de 0 a 3 SM) e HMP - habitação de mercado popular (de 3 a 5 SM) em áreas prioritárias com infraestrutura e diversificação de usos, seja em vazios urbanos ou localidades adensáveis																								
HM 36 Incentivar a produção de unidades HIS - habitação de interesse social - visando o reassentamento de famílias para mitigação de riscos																								
HM 37 Incentivar a produção de empreendimentos de unidades habitacionais para locação social																								
HM 38 Incentivar a produção de empreendimentos de HIS - habitação de interesse social - visando o atendimento específico de idosos																								
HM 39 Incentivar a produção de empreendimentos HIS - habitação de interesse social - por meio de iniciativas de autogestão.																								
HM 40 Incentivar a requalificação e a utilização de edificações abandonadas para projetos de HIS - habitação de interesse social																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - HABITAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
HM 41 Promover a criação de um banco de terras de terras públicas e privadas vocacionadas para o aproveitamento em projetos de HIS - habitação de interesse social - e para implantação de equipamento sociais																								
HM 42 Incentivar a criação de novos mecanismos de financiamento para o setor habitacional																								
HM 43 Promover a criação de um sistema de informações territoriais, georreferenciado, para apoiar o planejamento de programas de habitação e de equipamentos sociais																								
HM 44 Incentivar a unificação da CEHAB-RJ e do ITERJ em uma empresa para atuar na habitação e na urbanização social																								
HM 45 Incentivar a ocupação urbana diversificada																								
HM 46 Incentivar o controle do uso do solo ao longo do Arco Metropolitano																								
HM 47 Incentivar a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do uso no entorno das estações ferroviárias																								
HM 48 Estimular a requalificação das estações do sistema ferroviário suburbano																								
HM 49 Promover a contratação de projetos para a identificação e delimitação do perímetro de interesse do patrimônio, no entorno das estações do sistema ferroviário suburbano para a criação de Zona de Paisagem Cultural Suburbana - ZPCS																								
HM 50 Promover a criação de parques lineares fluviais nas áreas urbanas ao longo de áreas de preservação e parques ao longo corredores de mobilidade																								
HM 51 Criar linhas de transporte público coletivo por ônibus para ligação entre as centralidades a reforçar																								
HM 52 Promover a definição de estações de integração que sejam estratégicas para o desenvolvimento local e otimização do sistema de transporte																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - HABITAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
HM 53 Promoverem articulação com os municípios na adoção de políticas de incentivo aos transportes ativos																								

LEGENDA

- Atividades de Preparação
- Atividades de Preparação / Implementação
- Atividades de Implementação
- Atividades de Implementação / Operação
- Atividades de Operação

2.3.5. PROGRAMA BAÍA REINVENTADA – PBR

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ considera a Baía de Guanabara o coração da metrópole, um espaço simbólico associado aos primórdios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, meio de acesso para as embarcações utilizadas por vários séculos, que implantaram na região um amplo e importante acervo de patrimônio histórico.

Promover a recuperação e a preservação ambiental da Baía de Guanabara é considerado um ponto essencial para o desenvolvimento de toda a Região Metropolitana, uma forma de demonstrar um compromisso com a população local, mas, também, um importante meio de divulgação e de valorização da cidade no plano nacional e no cenário global.

O **Programa Baía Reinventada (PBR)** propõe o resgate e a reinvenção do uso e dos valores culturais, históricos e ambientais presentes na Baía de Guanabara e no seu entorno, e aponta um conjunto de medidas próprias para alcançar seus grandes objetivos, além de incorporar ações dispostas em outros PAPs, totalizando 15 ações prioritárias.

Em primeiro lugar, o Programa Baía Reinventada defende a implantação da rede de esgotamento sanitário em tempo seco, em locais sem rede de esgotamento sanitário, ao longo dos rios contribuintes da bacia hidrográfica da baía, como solução de transição para um sistema separador absoluto, que viabilize a despoluição das águas em tempo relativamente curto, e que possibilite a sua utilização para o lazer e atividades turísticas.

O Programa trata de promover a restauração e a revitalização dos antigos portos marítimos e fluviais da Baía da Guanabara, bem como incentivar a revitalização das paisagens culturais históricas como Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela, entre outras. Também apoia a valorização de ocupações urbanas e a proteção das comunidades tradicionais da orla da Baía, incentivando o seu desenvolvimento econômico e social.

Em outra frente, o Programa propõe investir na valorização e revitalização do Sistema Insular da Baía de Guanabara, destacando as ilhas de Paquetá, com seu inestimável patrimônio histórico e cultural, a ilha de Brocoió, de propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Ilha do Sol, que rememora os feitos de Luz del Fuego, a Ilha do Governador, com destaque para a região de Tubiacanga, entre outras localidades a destacar.

Estimular a criação de Linhas de Transporte Aquaviário de Baixa Capacidade, linha de ação proposta pelo PBR, é uma das formas de valorizar a Baía de Guanabara, possibilitar a integração entre municípios da Região Metropolitana e promover turismo intrametropolitano, nacional e internacional, que deverá contar com rotas turísticas associadas ao patrimônio histórico e cultural.

Apoiar as áreas de preservação ambiental da região da Baía de Guanabara e seu entorno também faz parte do conjunto de ações do PBR, que valoriza a Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Guapimirim e Suruí, entre outras unidades de conservação municipal, que deverão passar a contar com Planos de Manejos, conectividade ambiental e apoio a medidas de gestão.

Não menos importante é o papel da Baía no que tange à prática de esportes náuticos. Poucas são as regiões metropolitanas no mundo que oferecem essas condições de cenário e presença constante de bons ventos. A Baía de Guanabara, que ajuda a construir a marca Rio, com frequência é usada como ponto de passagem de importantes circuitos internacionais de veleiros oceânicos, tendo também sido belíssimo palco das regatas realizadas nos recentes Jogos Olímpicos Rio 2016.

Programa Baía Reinventada

ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
BR 01	Promover a elaboração, a revisão e o apoio à implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba	Promover a elaboração/revisão e apoiar a implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba, incluindo aspecto de contingência para áreas e situações de risco; considerar Plano SEA/BID para a Baía da Guanabara plano de desenvolvimento sustentável da Baía de Sepetiba e projetos dos comitês de recursos hídricos das baías de Guanabara e Sepetiba.	Poluição do meio ambiente decorrente de esgotamento sanitário, atividades portuárias, oleodutos e outros usos de alto risco nas baías e seus entornos.	Baía da Guanabara.
BR 02	Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário, como solução de transição para um sistema separador absoluto	Promover a implantação de rede de tempo seco para esgotamento sanitário, primeiro estágio do processo de captação e tratamento de esgotos urbanos, como solução de transição para um sistema separador, que deverá ser implantado em etapas. A rede remanescente da infraestrutura de captação em tempo seco poderá, futuramente, ser utilizada para tratamento da poluição difusa, quando a rede separadora estiver completamente instalada e operando a contento.	Índices elevados de poluição dos corpos hídricos da RMRJ, associados aos altos custos e prazos para a universalização do serviço de esgotamento sanitário por meio de redes com separador absoluto.	RMRJ.
BR 03	Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento	Promover a captação em tempo seco para interceptar os desvios de função da rede de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento, antes do aporte a corpos hídricos, uma vez que a rede de drenagem separada não prevê o tratamento de suas vazões. As redes com sistema de separador absoluto implantadas tendem a falhar e a aportar esgoto às redes de drenagem, devido a instalações irregulares e aumento da contribuição de esgoto pelos domicílios.	Índices elevados de poluição dos corpos hídricos da RMRJ, mesmo em regiões que contam com serviços de esgotamento sanitário por meio de redes com separador absoluto.	RMRJ.
BR 04	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara para a captação de linhas de drenagem antes do seu aporte à Baía da Guanabara por meio de um cinturão coletor, através do qual suas águas contaminadas seriam direcionadas para uma ETE - estação de tratamento de esgoto antes do despejo na Baía da Guanabara.	Poluição da Baía da Guanabara.	Municípios da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara.
BR 05	Promover a valorização e a revitalização da orla da Baía da Baía da Guanabara	Promover o acesso de todos os municípios limítrofes à Baía e apropriem-se dela, a partir de diferentes atividades (produção, preservação, lazer, atividade portuária etc.) através de elaboração de estudo, plano, programa e projeto.	Subaproveitamento de bens ambientais e culturais, da força cênica e paisagística, bem como das potencialidades do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional e de lazer.	Baía da Guanabara.
BR 06	Promover a valorização das ocupações urbanas e comunidades tradicionais na orla da Baía da Guanabara, apoiando seu desenvolvimento econômico e social	Incentivar a valorização das ocupações urbanas e comunidades tradicionais existentes na orla da Baía da Guanabara, por meio da integração entre diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano, de políticas setoriais e orçamentárias, das esferas federal, estadual e municipais, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais de áreas como mobilidade, saneamento, infraestruturas, educação, saúde, entre outros.	Precariedade das ocupações urbanas tradicionais localizadas às margens da Baía da Guanabara. Ainda há ausência de diretrizes comuns metropolitanas para os instrumentos de gestão urbanísticos e das políticas públicas.	Baía da Guanabara.
BR 07	Incentivar a implantação de projeto de valorização da orla de Gramacho e do Parque do Aterro de Gramacho	Incentivar a implantação de projeto de valorização da Orla de Gramacho e do Parque do Aterro de Gramacho, com objetivo de contribuir para a qualidade de vida dos habitantes de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, a partir da reconversão total do uso daquela área. O projeto é baseado em três vertentes: inclusão social, recuperação e preservação ambiental e qualificação urbana. Isto permite a valorização da orla da Baía da Guanabara e está associado com o projeto de adensamento habitacional. Elaborar estudo e projeto é importante para cumprir objetivo da proposta.	Degradação ambiental e social da área do Aterro Sanitário de Gramacho, utilizado por décadas como depósito de resíduos sólidos do Rio de Janeiro e regiões vizinhas ao depósito.	Duque de Caxias.
BR 08	Incentivar a criação de novo terminal pesqueiro público na Baía da Guanabara e regiões de Niterói, Maricá e Itaguaí	Promover a realização de estudo e programa visando implantar as condições necessárias de infraestrutura para atividade da pesca artesanal, para comercialização, armazenamento, congelamento. É importante o apoio à atividade econômica da pesca, da qual dependem milhares de famílias da RMRJ.	Falta infraestrutura para pescadores artesanais, desde a desativação do entreposto da Praça XV.	Niterói, Maricá e Itaguaí.
BR 09	Promover a atualização e a adequação do projeto e apoiar a implantação da Cidade da Pesca	Promover a atualização do projeto da Cidade da Pesca, visando a sua compatibilização com as diferentes escalas de paisagem do local onde se pretende a sua implantação, bem como sua relação com o nível de atividade econômica, possibilitando a criação de um endereço para pequenos negócios, lazer e maior qualidade de vida à população de São Gonçalo. Também é importante atualizar estudo relacionado com o tema.	Destruição de bens naturais e culturais; território de frente para Baía da Guanabara sem utilização paisagística, econômica, de lazer e de apropriação pela população local.	Baía da Guanabara.

Programa Baía Reinventada

ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
BR 10	Promover a implantação de píeres e atracadouros na Baía da Guanabara, bem como a restauração e revitalização dos portos marítimos e fluviais antigos	Promover, elaborar estudos e apoiar a proposta de implantação de píeres e atracadouros na Baía da Guanabara; e promover, elaborar estudos e apoiar a recuperação dos portos marítimos e fluviais antigos, a fim de reaproximar a Baía da Guanabara do morador da metrópole, a partir da intensificação de seu uso e da apropriação de seus atributos naturais e históricos no cotidiano de todo cidadão metropolitano, possibilitando passeios turísticos, acesso a parques históricos, ilhas, acesso, áreas de lazer. Poderão também servir ao transporte público voltado à ligação aquaviária entre os municípios limieiros à Baía da Guanabara.	Degradação de bens culturais e naturais, subaproveitamento do potencial turístico e econômico dos municípios metropolitanos limieiros à Baía da Guanabara.	Baía da Guanabara.
BR 11	Promover a revitalização das paisagens dos distritos de Magé: Suruí, Guia de Pacobaiba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela	Promover a realização de estudos/projetos e concursos de arquitetura e urbanismo, visando propostas de requalificação urbana e desenvolvimento sustentável dessas localidades, destacando o seu valor enquanto patrimônio histórico cultural e ambiental.	Degradação de bens culturais e naturais; subaproveitamento do potencial turístico e econômico de Magé.	Magé.
BR 12	Promover a valorização e a revitalização do Sistema Insular da Baía da Guanabara	Promover a valorização das ilhas da Baía da Guanabara, assim como a sua preservação ambiental, destacando a sua importância como patrimônio da paisagem cultural; promover o turismo como forma de desenvolvimento socioeconômico dos moradores; considerar a demandas dos habitantes e a necessidade de investimentos em infraestrutura, equipamentos sociais e meios de mobilidade. É importante considerar: a) ilhas naturais; b) ilhas urbanizadas (Fundão e Governador); c) Ilha Fiscal; d) ilhas de Paquetá e Brocoió; e) ilhas do litoral de São Gonçalo; e vi) outras ilhas. Por isso, é necessário elaborar estudo e plano para atingir os objetivos abordados.	Subaproveitamento de bens ambientais e culturais, da força cênica e paisagística bem como das potencialidades do ponto de vista turístico, econômico, científico, educacional e de lazer.	Baía da Guanabara.
BR 13	Promover a outorga de linhas de transporte aquaviário de baixa capacidade para atendimento de demandas locais e regionais	Promover a outorga de linhas de transporte aquaviário de baixa capacidade para atendimento de demandas locais e regionais.	Aproveitamento reduzido ou não aproveitamento das potencialidades de transporte aquaviário pela Baía de Guanabara.	Baía da Guanabara.
BR 14	Incentivar e promover atividades turísticas relacionadas à Baía da Guanabara	Incentivar e promover atividades turísticas intrametropolitanas, nacionais e internacionais, relacionadas à Baía da Guanabara, destacando os seus valores ambientais, culturais e cênicos; promover o patrimônio histórico da região e do seu entorno; valorizar as comunidades tradicionais; desenvolver roteiros turísticos integrados com o entorno; e promover a organização de atividades regulares e promover a elaboração de calendário de eventos.	Subaproveitamento de bens ambientais e culturais, da força cênica e paisagística, bem como das potencialidades do ponto de vista turístico e de lazer da Baía da Guanabara.	Baía da Guanabara.
BR 15	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região. Para isso, são necessárias as seguintes intervenções no território: a) 1ª etapa da adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía da Guanabara; b) 2ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía da Guanabara; c) VLT Vila Inhomirim; d) VLT Saracuruna.	Problema sistêmico de mobilidade: o transporte público na RMRJ é organizado de forma a atender precariamente a demanda radial de transporte de passageiros dirigida para o Centro da RMRJ. O deslocamento transversal de passageiros é difícil e limitado, reduzindo o fluxo de passageiros entre centralidades secundárias da RMRJ. O transporte ativo é limitado pela ausência de ciclovias e calçadas adequadas.	Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
BR 01	Promover a elaboração, a revisão e o apoio à implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba	PNC e SRA	OM12 e OM13	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	População afetada por questões ambientais.	9.419.478	INEA.	1,5 – 3 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitano, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional e elaboração/atualização de planos e identificação de fontes de financiamento.	Elaboração de projetos e apoio a implementação de planos e projetos - início.	Elaboração de projetos e apoio a implementação de planos e projetos.
BR 02	Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário, como solução de transição para um sistema separador absoluto	SRA-ES/DR	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	600 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, análise de viabilidade técnica – econômica, Ambiental e social, elaboração do projeto de implantação de redes de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário.	Identificação e análise de fontes de recursos, licenciamento, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.
BR 03	Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento	SRA-ES/DR	OM11	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	200 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, análise de viabilidade técnica – econômica, Ambiental e social, elaboração do projeto de implantação de redes de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário.	Identificação e análise de fontes de recursos, licenciamento, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.
BR 04	Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara	PNC e SRA-ES/DR	OM11 e OM12	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São João de Meriti, São Gonçalo e Tanguá	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Estadual.	200 milhões.	Financiamento público e financiamento internacional.	Articulação institucional, elaboração de estudos para validação e compatibilização de projetos existentes e análise de viabilidade técnica – econômica, ambiental e social.	Elaboração do projeto de implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, identificação e análise de fontes de recursos e licenciamento.	Articulação institucional, implementação (licitação e execução das obras) e operação da parcela finalizada, com manutenção e avaliação.
BR 05	Promover a valorização e a revitalização da orla da Baía da Guanabara	PNC, EE, REC e SRA	OM01, OM02, OM07, OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	População afetada por questões ambientais e culturais e população dos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	9.309.513	Agência Metropolitana.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; plano: 1,5 – 3 milhões; programa: 1 – 2 milhões; projeto: 5 – 15 milhões.	BIRD - empréstimo para programa adaptável e CAIXA - turismo no Brasil.	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.
BR 06	Promover a valorização das ocupações urbanas e comunidades tradicionais na orla da Baía da Guanabara, apoiando seu desenvolvimento econômico e social	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM01, OM02, OM04, OM05, OM07, OM12, OM13, OM14, OM15, OM16, OM17, OM18 e OM20	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Toda população da RMRJ.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e Agência Metropolitana.	12 milhões, sendo 7 milhões para a revisão dos planos diretores municipais e 5 milhões para a revisão dos planos setoriais metropolitanos.	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Revisão de planos diretores municipais e planos setoriais.	Monitoramento e avaliação.
BR 07	Incentivar a implantação de projeto de valorização da orla de Gramacho e do Parque do Aterro de Gramacho	REC, HES, PNC e SRA	OM11, OM12, OM13, OM14, OM15 e OM18	MDPN	Duque de Caxias	População de Duque de Caxias.	862.416	Agência Metropolitana.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; projeto: 5 – 15 milhões.	Governo Federal, BNDES - Finem - recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade, Fundo Metropolitano, Fecam e organismos internacionais.	Articulação institucional, elaboração de projeto e identificação de fontes de financiamento.	Articulação institucional, elaboração de projetos e licenciamento.	Implementação do projeto.
BR 08	Incentivar a criação de novo terminal pesqueiro público na Baía da Guanabara e regiões de Niterói, Maricá e Itaguaí	PNC, REC e EE	OM01, OM02, OM07, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	População afetada por questões ambientais, pescadores artesanais e população dos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	9.309.513	Agência Metropolitana.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; programa: 1 – 2 milhões.	BNDES Automático - projetos de investimento.	Articulação institucional e constituição de parcerias.	Elaboração de estudos, articulação de financiamento e elaboração de projeto.	Implementação do projeto.
BR 09	Promover a atualização e a adequação do projeto e apoiar a implantação da Cidade da Pesca	PNC, EE	OM01, OM02, OM07, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	População afetada por questões ambientais e culturais e população dos municípios de Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	9.309.513	Agência Metropolitana.	Programa: 1 – 2 milhões.	BNDES PMAT automático - investimento.	Articulação institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos, revisão de projeto e início de implementação do programa.	Implementação do programa.	Apoiar a implantação.
BR 10	Promover a implantação de pieres e atracadouros na Baía da Guanabara, bem como a restauração e revitalização dos portos marítimos e fluviais antigos	PNC, REC e GP	OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPL	Niterói	População de Niterói, pescadores artesanais e população afetada por questões ambientais.	517.881	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES fundo social.	Articulação institucional, constituição de parcerias, elaboração de estudos e início de implementação do programa.	Implementação do programa - início.	Implementação do programa.
BR 11	Promover a revitalização das paisagens dos distritos de Magé: Suruí, Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela	PNC e REC	OM01, OM02, OM07, OM11, OM12, OM13, OM14 e OM15	MDPN e MDPNE	Magé	Populações afetadas por questões ambientais e culturais e população do município de Magé.	233.322	INEPAC.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; projeto: 5 – 15 milhões.	BNDES Finem - desenvolvimento integrado dos municípios e CAIXA - turismo no Brasil.	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto, identificação de fontes de financiamento e início de implementação dos projetos.	Conclusão de implementação dos projetos.
BR 12	Promover a valorização e a revitalização do Sistema Insular da Baía da Guanabara	PNC, EE, REC e SRA	OM11, OM12, OM13, OM14 e	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	Populações afetadas por questões ambientais e culturais e população dos municípios de Duque de	9.309.513	Agência Metropolitana.	Estudo: 2,5 – 5 milhões; plano: 1,5 – 3 milhões.	BIRD - empréstimo para programa adaptável e	Articulação institucional, constituição de parcerias e elaboração de estudos.	Elaboração do projeto e identificação de fontes de financiamento.	Implementação do projeto.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
BR 13	Promover a outorga de linhas de transporte aquaviário de baixa capacidade para atendimento de demandas locais e regionais	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM09	MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	9.309.497	Governo Estadual e municípios.	Estudo: 2,5 – 5 milhões.	Investimento privado.	Articulação institucional, obtenção de recursos, financiamentos e elaboração de estudos e organização de programas e parcerias para a outorga, baseada nas diretrizes de enraizamento e integração.	Constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação. Implementação de projetos	Monitoramento e avaliação.
BR 14	Incentivar e promover atividades turísticas relacionadas à Baía da Guanabara	REC, EE, PNC, MOB e GP	OM01 e OM02	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	População dos municípios e áreas localizadas nas regiões onde a natureza está preservada (franja metropolitana), e próximas às grandes florestas urbanas.	12.150.493	Governo Federal, Governo Estadual e municípios.	O desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável pode custar 500 mil, conforme proposta do PDITS da RMBH. Estruturação de calendários metropolitanos por grandes áreas motrizes e segmentos turísticos, implantação de centros de informação ao turista (locais e web, com versões em inglês e espanhol), divulgação dos calendários e implantação de infraestrutura adequada à tipologia de turismo. Previsão inicial: 2 bilhões.	Financiamento Público, financiamento internacional e investimento privado.	Articulação Institucional e organização de programas e parcerias para elaboração de calendários de eventos descentralizados.	Implementação de programas e parcerias locais, nacionais e internacionais para realização de eventos.	Constituição e implementação de um calendário múltiplo por grandes eventos e destinos motrizes, por segmentos específicos e por locais potenciais a serem desenvolvidos.
BR 15	Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região a) 1ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara b) 2ª etapa da Adequação para sistema de uso misto no Arco Ferroviário da Baía de Guanabara c) VLT Vila Inhomirim d) VLT Saracuruna	REC, EE, PNC, MOB, HES, SRA e GP	OM07	MDPN, MDPNE e MDPL	Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé e Rio de Janeiro	Usuários de transporte público, individual motorizado e não motorizado.	7.771.192	Governo Estadual e municípios.	a) 780 milhões; b) 918 milhões; c) 130 milhões; d) 160 milhões.	Governo Federal (Cide, ICMS, Pró-Transporte, Pró-Cidades, PAC), Governo Estadual (IPVA), municípios (Repasse dos usuários de carro) e investimento privado.	Articulação institucional, reorganização da rede de transporte público por ônibus baseado nas diretrizes de enraizamento e integração, obtenção de recursos e financiamentos para elaboração e implementação do projeto, elaboração e revisão dos projetos propostos e licenciamentos.	Início de Implementação dos projetos.	Implementação dos projetos e constituição e implementação de programas e parcerias de monitoramento e avaliação.

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - BAÍA REINVENTADA

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
BR 01 Promover a elaboração, a revisão e o apoio à implementação de medidas dos planos de recuperação e preservação ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba																								
BR 02 Promover a implantação da rede de tempo seco em locais sem rede de esgotamento sanitário, como solução de transição para um sistema separador absoluto																								
BR 03 Promover a implantação de redes de tempo seco em locais com sistema de separador absoluto atualmente existente ou em implantação para interceptar as redes de drenagem e organizar os escoamentos para tratamento																								
BR 04 Promover a implantação de cinturão interceptor das redes de drenagem da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara																								
BR 05 Promover a valorização e a revitalização da orla da Baía da Guanabara																								
BR 06 Promover a valorização das ocupações urbanas e comunidades tradicionais na orla da Baía da Guanabara, apoiando seu desenvolvimento econômico e social																								
BR 07 Incentivar a implantação de projeto de valorização da orla de Gramacho e do Parque do Aterro de Gramacho																								
BR 08 Incentivar a criação de novo terminal pesqueiro público na Baía da Guanabara e regiões de Niterói, Maricá e Itaguaí																								
BR 09 Promover a atualização e a adequação do projeto e apoiar a implantação da Cidade da Pesca																								
BR 10 Promover a implantação de píeres e atracadouros na Baía da Guanabara, bem como a restauração e revitalização dos portos marítimos e fluviais antigos																								
BR 11 Promover a revitalização das paisagens dos distritos de Magé: Suruí, Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela																								
BR 12 Promover a valorização e a revitalização do Sistema Insular da Baía da Guanabara																								
BR 13 Promover a outorga de linhas de transporte aquaviário de baixa capacidade para atendimento de demandas locais e regionais																								

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - BAIA REINVENTADA

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
BR 14 Incentivar e promover atividades turísticas relacionadas à Baía da Guanabara																								
BR 15 Promover adequação do eixo ferroviário ao redor da Baía da Guanabara, baseando-se na premissa de fortalecimento dos deslocamentos locais àquela região																								

LEGENDA

- Atividades de Preparação
- Atividades de Preparação / Implementação
- Atividades de Implementação
- Atividades de Implementação / Operação
- Atividades de Operação

2.3.6. PROGRAMA GOVERNAR A METRÓPOLE – PGM

O **Programa Governar a Metrópole (PGM)** responde diretamente a uma grande preocupação manifestada pela sociedade civil em todo o processo de elaboração do PDUI que é melhorar a Gestão Pública e o atendimento às demandas da cidadania. Esse propósito parte da obrigatoriedade de se instituir a Governança Metropolitana da RMRJ nos termos estabelecidos no Estatuto da Metrópole para, nesse contexto, realizar alguns ajustes iniciais de Reforma do Estado, em total alinhamento com os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal ao deliberar sobre temas metropolitanos, em que se insiste na necessidade de compartilhamento interfederativo de decisões e iniciativas em tudo que implicar impacto metropolitano. O PGM é composto por 6 ações prioritárias.

Assim, o primeiro passo será envidar os melhores esforços para que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) dê seguimento aos debates de instituição da Governança Metropolitana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por meio da adoção de uma Lei Complementar que a formalize. Ato contínuo, será necessário que a Governança Metropolitana instituída e a mesma ALERJ discutam e aprovem a proposta de PDUI/RMRJ, trazendo iniciativas no âmbito estadual e municipal.

O Programa defende a necessidade de estimular os municípios a cooperarem entre si antes de continuarem a competir ainda mais. A competitividade é importante como atividade externa com relação a outras regiões metropolitanas; porém, no curto e médio prazo, é a solidariedade intermunicipal que vai deslanchar, como atividade interna, o processo de redução das desigualdades territoriais que marcam tão fortemente o território metropolitano fluminense e, ao se avançar nesse sentido, vão-se reforçar as condições de competitividade da RMRJ.

Para esse fim, o Programa vislumbra quatro grupos de iniciativas:

- I. Aquelas destinadas a realizar ajustes na organização da gestão territorial de modo a salientar o destaque metropolitano, que ficou ausente durante mais de 20 anos, inclusive introduzindo pequenas reformas institucionais com prioridade nas áreas de habitação, mobilidade e resiliência;
- II. Aquelas destinadas a alinhar planos, programas e projetos, tanto territoriais como setoriais, em todas as esferas de governo, de modo a reforçar sua convergência e aumentar a eficiência do gasto público, pois os recursos disponíveis ainda são escassos e precisam ser melhor utilizados; entram aqui os ajustes nos Planos Diretores Municipais, plano setoriais de todo tipo e a integração entre as diretrizes metropolitanas e os instrumentos de planejamento urbano, em todas as esferas de governo;
- III. Aquelas que, nessa mesma linha de ação, apoiam e estimulam os municípios para que reforcem suas receitas próprias e ampliem suas bases de contribuintes, sem onerar ainda mais aqueles que já são tributados, o que permitirá, a médio prazo, a alavancagem de recursos financeiros adicionais, seja na forma de empréstimos ou captação não-reembolsável; nesse caso, é essencial a constituição de um Fundo Metropolitano para financiar os investimentos de interesse comum, a ser alimentado inicialmente por contribuições municipais, federais e privadas, até que as finanças estaduais sejam recuperadas e também possam realizar aportes; com esses aportes, será possível estimular o crescimento econômico equalizado atraindo investimentos públicos e privados de modo desconcentrado e descentralizado; e ainda
- IV. Aquelas que reforçarão a capacitação profissional e funcional dos servidores públicos e representantes da sociedade civil em órgãos de gestão pública, aperfeiçoando a participação da sociedade civil nas parcerias com as esferas de governo, especialmente no âmbito municipal.

Concluindo o elenco de propostas, o Programa propõe um sistema de monitoramento da evolução da RMRJ, por meio de uma gestão da informação com base georeferenciada e acesso público, com a parceria da academia e outros segmentos da sociedade civil.

Para agilizar os resultados pretendidos, o PGM está montado a partir de iniciativas que demandam poucos recursos financeiros diretos, embora dependa de muita vontade política e habilidade para intensas negociações interfederativas. Uma boa quantidade dessas iniciativas pode ser levada a cabo em paralelo, sem prejuízo de seu resultado final.

Uma vez formalizada a Governança Metropolitana pela adoção de Lei Complementar, os passos a seguir devem priorizar a capacitação de servidores para a conseguinte etapa de reforço de recursos próprios, especialmente no tocante à ampliação das bases de contribuição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a instituição da Contribuição de Melhoria para a recuperação, ao menos parcial, dos investimentos públicos realizados, de modo a se manter um fluxo contínuo de recursos para investimento na cidade, uma forma da população contribuir para o Direito à Cidade.

Governar a Metrópole

ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
GM 01	Instituir a Governança formal na RMRJ nos termos do Estatuto da Metrópole	Essa proposta supõe a adoção de lei complementar que institua a governança formal na RMRJ, incluindo a criação de um Fundo Metropolitano, a partir da discussão do PLC 10/2015, e a subsequente aprovação do PDUJ por lei específica.	Falta de marco legal para a governança formal nos termos do Estatuto da Metrópole.	RMRJ.
GM 02	Fortalecer a Agência Metropolitana e recuperar a capacidade de planejamento municipal integrada	Aperfeiçoar continuamente a Governança Metropolitana, a reforma do Estado e seus instrumentos, com esquemas eficientes de compartilhamento de decisões e iniciativas: a) promovendo arranjos institucionais que levem a um maior dinamismo metropolitano, incluindo a reforma institucional do Estado para constituir empresas metropolitanas inovadoras; b) estimulando maior apoio dos municípios-polo (Rio de Janeiro e Niterói) aos municípios menores; c) incentivando a cooperação sobre a competição; d) garantindo maior equidade nas decisões municipais de impacto metropolitano; e) estimulando os municípios a instituir instrumentos urbanísticos inovadores, como a transferência do direito de construir para proteger o patrimônio cultural; f) promovendo a integração entre as diretrizes metropolitanas e as políticas setoriais e orçamentos de todas as esferas de governo que incidem no território metropolitano.	Falta de coordenação interna na RMRJ, hegemonia dos polos e desequilíbrio territorial.	RMRJ.
GM 03	Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros adicionais	a) Inovar e reforçar estratégias tributárias e financeiras (IPTU, contribuição de melhoria, conceito do poluidor-pagador para financiar redes de esgoto e estações de tratamento de esgoto - ETEs, otimização da cobrança pelos resíduos sólidos, entre outras); b) alimentação permanente do Fundo Metropolitano para financiar investimentos nas funções públicas de interesse comum (com prioridade para habitação, mobilidade e saneamento ambiental/resiliência); c) incentivos sustentáveis focalizados para atrair investimentos públicos e privados de modo desconcentrado (território) e descentralizado (gestão) d) estimular o crescimento econômico equalizado da metrópole, promovendo uma gestão mais descentralizada de recursos; e) decisões para fortalecer a responsabilidade entre os sujeitos, seus governos e seus territórios.	Excessiva dependência das transferências correntes; desprezo pelas receitas próprias e não utilização de instrumentos fiscais com justiça socioambiental (contribuição de melhoria); excesso de renúncia fiscal; tudo isso provocando insuficiente capacidade de investimentos quando cotejada com o volume de necessidades e carências metropolitanas.	RMRJ.
GM 04	Ampliar a eficiência do gasto público e das políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população	Incentivar a adoção de políticas públicas integradas no território, incluindo: a) o alinhamento dos planos diretores ao PDUJ; b) a promoção da elaboração de planos municipais de resíduos sólidos; c) a promoção da elaboração de planos municipais de drenagem; d) a articulação de ações com instituições que tratam de recursos hídricos; e) apoiando propostas multifuncionais e setoriais que demandem arranjos institucionais diferenciados de gestão pública, como consórcios públicos e PPPs.	Dispersão de prioridades territoriais e desequilíbrio territorial, tendendo a aumentar as desigualdades.	RMRJ.

Governar a Metrópole

ID	Título	Descrição	Questão a ser solucionada	Localização
GM 05	Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada e academia ao processo de planejamento metropolitano e municipal	<p>a) Atrair instituições com foco em gestão pública para cooperar com a gestão metropolitana e municipal;</p> <p>b) Reforços de <u>capacitação profissional e funcional de servidores municipais e estaduais;</u></p> <p>c) incrementar redes de contato dos governos com esses segmentos da sociedade e <u>fortalecendo os espaços de participação existentes;</u></p> <p>d) <u>esses segmentos da sociedade e fortalecendo os espaços de participação existentes adequando-os às novas tecnologias de informação e comunicação.</u></p>	Insuficiente capacitação municipal para a utilização de ferramentas mais modernas de gestão territorial, assim como dificuldades de absorção adequada da participação cidadã.	RMRJ.
GM 06	Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público	Promover a utilização de informações georreferenciadas como insumo para a tomada de decisões, como fonte para uma cultura de informação, incluindo um <u>sistema de monitoramento e avaliação de resultados da RMRJ</u> , aberto ao público, mediante a adoção de indicadores de monitoramento setorial e territorial.	Insuficiente cultura de informação para propor e avaliar os resultados do planejamento e os impactos sobre a melhoria do bem estar da população.	RMRJ.

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
GM 01	Instituir a Governança formal na RMRJ nos termos do Estatuto da Metrópole	GP	OM16, OM17, OM18, OM19, OM20 e OM21	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Todas as entidades federativas participantes.	12.150.493	Governo Estadual do Rio de Janeiro (GERJ) e ALERJ.	Sem custo financeiro direto, mas envolve investimento em tempo e negociações políticas.	Não se aplica.	Leis aprovadas.	-	-
GM 02	Fortalecer a Agência Metropolitana e recuperar a capacidade de planejamento municipal integrada a) promovendo arranjos institucionais que levem a um maior dinamismo metropolitano, incluindo a reforma institucional do Estado para constituir empresas metropolitanas inovadoras; b) estimulando maior apoio dos municípios-polo (Rio de Janeiro e Niterói) aos municípios menores; c) incentivando a cooperação sobre a competição; d) garantindo maior equidade nas decisões municipais de impacto metropolitano; e) estimulando os municípios a instituir instrumentos urbanísticos inovadores, como a transferência do direito de construir para proteger o patrimônio cultural; f) promovendo a integração entre as diretrizes metropolitanas e as políticas setoriais e orçamentos de todas as esferas de governo que incidem no território metropolitano.	GP, REC, PNC, MOB e HES	OM16	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Todas as entidades federativas participantes.	12.150.493	GERJ (Agência Metropolitana), municípios, ALERJ e Câmaras Municipais.	Custo financeiro de estudos básicos estimado em 800 mil, mais o investimento em tempo e negociações interfederativas.	Governo Federal, Governo Estadual, municípios e investimento privado.	a) 3 novos arranjos e objetivos; b) 4 municípios; c) 3 casos; d) 25% das decisões; e) 5 municípios; f) 6 casos.	a) total de 7 novos arranjos e objetivos; b) total de 10 municípios; c) total de 10 casos; d) total de 45% das decisões; e) total de 15 municípios; f) total de 15 casos (as metas de curto prazo estão incluídas nesses totais).	a) total de 15 novos arranjos e objetivos; b) total de 15 municípios; c) total de 15 casos; d) total de 70% das decisões; e) total de 21 municípios; f) total de 25 casos (as metas de curto e médio prazo estão incluídas nesses totais).
GM 03	Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros adicionais a) Inovar e reforçar estratégias tributárias e financeiras (IPTU, contribuição de melhoria, conceito do poluidor-pagador para financiar redes de esgoto e estações de tratamento de esgoto - ETEs, otimização da cobrança pelos resíduos sólidos, entre outras); b) alimentação permanente do Fundo Metropolitano para financiar investimentos nas funções públicas de interesse comum (com prioridade para habitação, mobilidade e saneamento ambiental/resiliência); c) incentivos sustentáveis focalizados para atrair investimentos públicos e privados de modo desconcentrado (território) e descentralizado (gestão); d) estimular o crescimento econômico equalizado da metrópole, promovendo uma gestão mais descentralizada de recursos; e) decisões para fortalecer a responsabilidade entre os sujeitos, seus governos e seus territórios.	GP, PNC, MOB, HES e SRA	OM17	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Todas as entidades federativas participantes.	12.150.493	Municípios (incluídas as câmaras municipais), com apoio técnico eventual da Agência Metropolitana.	Custo financeiro de estudos básicos estimado em 1 milhão, mais o investimento em tempo para negociações interfederativas.	Governo Federal, municípios e BNDES-PMAT.	a) 20%, em valores constantes, sobre a linha de base de 2016; b) existência de lei para cobrança de contribuição de melhoria; c) 30%, em valores constantes (não há linha de base pela inexistência do tributo em 2016); d), e) estudo básico realizado, discutido e aprovado.	a) 50%, em valores constantes, sobre a linha de base de 2016; b) existência de Lei para cobrança de contribuição de melhoria; c) 50%, em valores constantes dos investimentos realizados; d) conceito implementado em legislação adequada e com piloto de instrumento financeiro; e) mecanismo implementado e em operação.	a) 100%, em valores constantes, sobre a linha de base de 2016; b) existência de lei para cobrança de contribuição de melhoria; c) 100%, em valores constantes dos investimentos realizados; d) conceito já em operação, financiando redes de esgotos e estações de tratamento de esgoto - ETEs; e) mecanismo avaliado quanto à eficiência e ajustado segundo o necessário.
GM 04	Ampliar a eficiência do gasto público e das políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população a) o alinhamento dos planos diretores ao PDUJ; b) a promoção da elaboração de planos municipais de resíduos sólidos; c) a promoção da elaboração de planos municipais de drenagem; d) a articulação de ações com instituições que tratam de recursos hídricos; e) apoiando propostas multifuncionais e setoriais que demandem arranjos institucionais diferenciados de gestão pública, como consórcios públicos e PPPs.	GP, REC e SRA	OM18	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Todas as entidades federativas participantes.	12.150.493	Municípios (incluídas as câmaras municipais), com apoio técnico eventual da Agência Metropolitana.	8,4 milhões (média genérica de 400 mil por município da RMRJ).	Governo Federal, municípios, Fundo Metropolitano, patrocínios de universidades e investimento privado.	a) 5 planos diretores - PDs; b), c) 5 planos municipais; d) 5 municípios; e) 3 arranjos.	a) total de 18 planos diretores - PDs (as metas de curto prazo estão incluídas nesses totais); b), c) total de 18 planos municipais; d) total de 15 Municípios; e) total de 10 arranjos.	a) total de 21 planos diretores - PDs; b), c) total de 21 planos municipais; d) total de 21 municípios; e) total de 20 arranjos. (As metas de curto e médio prazo estão incluídas nesses totais).

ID	Título da proposta	Eixos participantes	Objetivos metropolitanos	Macrozona(s) de planejamento	Abrangência (municípios beneficiados)	Público alvo	População beneficiada (estudo de demografia - 2017)	Ente responsável	Custo estimado (R\$)	Fonte de financiamento	Atividades		
											Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
GM 05	<p>Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada e academia ao processo de planejamento metropolitano e municipal</p> <p>a) Atrair instituições com foco em gestão pública para cooperar com a gestão metropolitana e municipal;</p> <p>b) Reforços de capacitação profissional e funcional de servidores municipais e estaduais;</p> <p>c) incrementar redes de contato dos governos com esses segmentos da sociedade e fortalecendo os espaços de participação existentes;</p> <p>d) esses segmentos da sociedade e fortalecendo os espaços de participação existentes adequando-os às novas tecnologias de informação e comunicação.</p>	GP e PNC	OM19	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Funcionários dos municípios e do estado atuando em gestão institucional, bem como membros dos conselhos municipais tutelares e setoriais e seus parceiros nas entidades da sociedade civil, em um total estimado de 800 pessoas (base de 30-40 pessoas por município e estado).	12.150.493	GERJ e municípios.	1 milhão, utilizando preferencialmente ensino à distância e material didático já disponível em portais públicos (Ministério das Cidades, Ministério de Cultura, TCE-RJ, SEBRAE, etc.).	Governo Federal, municípios, Fundo Metropolitano, patrocínios de universidades e investimento privado.	<p>a) 45 pessoas (média de 2 pessoas por município);</p> <p>b) 5 pessoas;</p> <p>c) 200 pessoas (média de 10 pessoas por município);</p> <p>d) 30 pessoas no conjunto dos 3 segmentos.</p>	<p>a) mais 45 pessoas;</p> <p>b) mais 5 pessoas;</p> <p>c) mais 200 pessoas;</p> <p>d) mais 30 pessoas no conjunto dos 3 segmentos.</p>	<p>a) mais um contingente de 45 pessoas;</p> <p>b) mais um contingente de 10 pessoas;</p> <p>c) mais um contingente de 250 pessoas;</p> <p>d) mais um contingente de 40 pessoas no conjunto dos 3 segmentos.</p>
GM 06	Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público	GP e HES	OM20 e OM21	MDPO, MDPN, MDPH, MDPNE e MDPL	Todos	Todas as entidades federativas participantes, assim como entidades do setor acadêmico e organizações da sociedade civil.	12.150.493	GERJ e municípios.	Custo estimado em 1,5 milhão, podendo ser escalonado em função dos avanços tecnológicos em TIC e de parcerias institucionais a serem celebradas.	Governo Federal, Governo Estadual, municípios, Fundo Metropolitano, financiamento público, patrocínios de universidades e investimento privado, via PPP.	<p>Estudo básico aprovado para a estrutura temática e os indicadores, alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS, a mudança climática e a nova agenda urbana, bem como um pacto de parcerias para sua implementação e operação.</p>	<p>Sistema em funcionamento, aberto ao público, subsidiando novos planos e programas setoriais e territoriais.</p>	<p>Sistema integrado à rede estadual e nacional de observatórios urbanos para planejamento e gestão de regiões metropolitanas.</p>

CRONOGRAMA DOS PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (PAPs) - GOVERNAR A METRÓPOLE

IDENTIFICAÇÃO	CURTO PRAZO			MÉDIO PRAZO								LONGO PRAZO												
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
GM 01 Instituir a Governança formal na RMRJ nos termos do Estatuto da Metrópole	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2040 (Implementação/Operação)]																							
GM 02 Fortalecer a Agência Metropolitana e recuperar a capacidade de planejamento municipal integrada	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2040 (Implementação/Operação)]																							
GM 03 Promover bases sustentáveis para a alavancagem de recursos financeiros adicionais	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2040 (Implementação/Operação)]																							
GM 04 Ampliar a eficiência do gasto público e das políticas públicas integradas, para melhor prestação de serviços à população	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2032 (Implementação/Operação), 2033-2040 (Operação)]																							
GM 05 Promover a integração mais eficiente da sociedade civil organizada e academia ao processo de planejamento metropolitano e municipal	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2040 (Implementação/Operação)]																							
GM 06 Promover uma gestão de informação com base georreferenciada e acesso público	[Barra colorida: 2018-2020 (Preparação/Implementação), 2021-2040 (Implementação/Operação)]																							

LEGENDA

- Atividades de Preparação
- Atividades de Preparação / Implementação
- Atividades de Implementação
- Atividades de Implementação / Operação
- Atividades de Operação



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

3 | INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

3. INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Este Capítulo apresenta o primeiro grupo de estratégias de suporte para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os **Instrumentos de Implementação**.

De modo análogo, em paralelo ao desenvolvimento das linhas estratégicas e dos PAPs, foram desenhados os instrumentos de implementação, relacionados a questões institucionais, legais, financeiras, informativas e de participação. Esses instrumentos darão suporte integrado de garantias à execução e efetividade das ações norteadas pelas estratégias desenhadas no PAPs.

A **construção, proposição e escolha dos PAPS** e suas propostas contou com um **conjunto de elementos** que foram considerados para estrutura-los e garantir que sua efetiva execução aconteça. Esses elementos serão complementados com o detalhamento das ações, e de intensificação da análise de cada instrumento e suas indicações para soluções de execução (jurídicas, de financiamento, gestão, etc.), conforme será apresentado a seguir.

3.1. ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Dada a vinculação do arcabouço jurídico brasileiro ao Direito Romano, segue-se o princípio geral de que o poder público só pode fazer aquilo que lhe foi autorizado por Lei, enquanto, em sentido inverso, o setor privado está livre para fazer tudo aquilo que não lhe for proibido por Lei. Essa regra geral não permite “áreas cinzas” de interpretação, porque a presença de qualquer entidade do poder público, de qualquer esfera territorial, em qualquer situação, obriga à observação da legislação que lhe disser respeito. Em sendo assim, sobra pouco espaço para experimentações tentativas, por mais criativas, incipientes e bem-intencionadas que sejam. Essa sistemática é exatamente o contrário do que ocorre nos países de tradição anglo-saxônica, onde a experimentação é sempre bem-vinda e vista como uma etapa inicial para testar uma hipótese. Aqueles experimentos que chegarem a resultados interessantes são então transformados em Lei para que continuem a funcionar bem, conforme o já conseguido, e até melhor (admitindo-se inclusive novas experimentações de hipóteses).

Nesse contexto geral, foi muito bem recebida a Lei Federal de **Parcerias Público-Privadas** (Lei nº 11.079, de 30/12/2004), que institui normas gerais para a contratação desse arranjo institucional. Ainda assim, ficava pendente o fato de que era preciso regulamentar a ação conjunta de entes federativos para a realização de objetivos de interesse comum no território. Muito embora o associativismo municipal seja uma ferramenta bastante comum no ambiente dos governos locais, ele tem limitações quanto a operações de interesse comum dos associados. Então, foi adotada a Lei Federal de **Consórcios Públicos** (Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e sua regulamentação pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007), para abrir novos espaços às parcerias interfederativas com esse propósito. A flexibilidade dada por esse marco legal é que se admite tanto a figura de um ente de direito público como de direito privado, muito embora as questões de licitação e compra de bens e serviços, ao utilizar recursos públicos, precisam ser tratadas dentro das regras de direito público. Ambos instrumentos são vistos como importantes ferramentas para garantir a execução das ações propostas no âmbito de cada um dos Programas de Ações Prioritárias.

Não há mais dúvidas de que a administração pública municipal precisa se modernizar, adotando ferramentas mais ágeis para garantir custo-eficiência de suas operações e eficácia em seus resultados. Entretanto, persistem pelo menos dois obstáculos para esse processo de modernização: (i) a insistência, em nome da autonomia, em não querer compartilhar decisões e operações de interesse comum, mantendo-se o paradigma do individualismo, mesmo quando existem vantagens evidentes para todas as instâncias que aceitarem o associativismo; e (ii) o medo, ou pelo menos desconforto, das autoridades locais eleitas em enfrentar e assumir os custos políticos para recuperar a valorização territorial provocada pelo planejamento e execução de obras públicas em infraestrutura e equipamentos, incrementando com justiça fiscal e socioambiental sua receita

própria, que na realidade é a expressão mesma daquela tão propalada autonomia. Por outro lado, é preciso reconhecer que a população, em geral, tem pouca formação política e conscientização cidadã para entender que o Direito à Cidade implica igualmente em Deveres para com a Cidade. Nesse último ponto, tanto autoridades locais como seus eleitores querem receber muitos benefícios, mas imaginando que seus custos serão assumidos por outrem.

A existência de Consórcios Intermunicipais e Interfederativos com grande eficiência operacional ainda não foi suficiente para convencer os governos locais de utilizar amplamente esse arranjo institucional. Por outro lado, já existem casos de municípios que, ao participar de inúmeros consórcios para atender tantas necessidades em paralelo, consideram abandonar alguns deles, dados os diversos ritos burocráticos para realizar suas operações. Não há ferramenta ideal e uniforme para todos os casos: é importante examinar *ex ante* os resultados pretendidos e só depois identificar a ferramenta que melhor atenda o processo de posta em marcha para consegui-los, avaliando seu custo político, administrativo, financeiro e operacional.

É preciso reconhecer que a boa gestão é fundamental para que se alcancem os resultados de qualquer planejamento; porém, mesmo a boa gestão tem seus limites. No livro “*Se os Prefeitos Dominassem o Mundo*”¹, o autor propugna a ideia de que são as cidades que, atualmente, deveriam liderar as decisões em um mundo cada vez mais urbano. Porém, essa liderança, segundo o autor, precisa estar apoiada em “*pragmatismo, em vez de política; inovação, em vez de ideologia; e soluções, em vez de soberania*”.

3.1.1. CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Os detalhes institucionais e operacionais que serão apresentados a seguir indicarão a pluralidade de iniciativas que podem derivar da conformação de um Consórcio Intermunicipal ou Interfederativo, aumentando a eficiência de custos e a convergência de resultados na gestão de políticas referentes às Funções Públicas de Interesse Comum, mencionadas no Estatuto da Metrópole.

A constituição de um Consórcio Público começa pela definição do seu propósito e resultados esperados, com uma estimativa preliminar dos custos. A seguir, vem a fase denominada de “Pactuação”, com um Protocolo de Intenções assinado por todos os entes federativos interessados. A partir daí, costuma ser criada uma Comissão de Transição, com representação de todos os interessados, para coordenar os passos seguintes até a efetiva constituição do Consórcio. Continuando, vem a fase da “Ratificação”, quando esse protocolo deve ser ratificado pelos órgãos legislativos pertinentes (Câmaras Municipais, no caso de ser apenas intermunicipal, e Assembleia Legislativa, no caso de ser interfederativo – e inclusive o Congresso Nacional, se houver participação do governo federal). Uma vez que todos os interessados tenham procedido a essa ratificação, passa-se à fase de “Contratação”, quando é formalizada a constituição do Consórcio mediante diploma legal que estabelecerá sua governança própria, incluindo o poder de voto, o rateio das despesas, as atribuições específicas do novo ente e o primeiro programa de ação.

Entretanto, ainda existem grandes dificuldades e desafios desse arranjo institucional, começando pela necessidade de modificar a cultura institucional de que o Estado é o único responsável pela gestão das políticas, avançando na busca de maior racionalização e cooperação de serviços municipais e regionais. Outra questão de suma importância reside na dificuldade de os municípios aportarem os recursos financeiros para subsidiar a operacionalização do consórcio e as prestações de serviços planejadas/contratadas. Assim, os principais desafios para consolidação do modelo proposto seguem na maior e mais efetiva participação dos municípios e da sociedade, na obtenção de novas fontes de financiamento que possam apoiar as ações propostas e na criação de instrumentos que permitam aprimorar o gerenciamento desse arranjo institucional de forma mais eficaz, eficiente e transparente.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro abriga 30 Consórcios Públicos, com predominância dos focos em resíduos sólidos (15 casos), saúde (8 casos), meio ambiente (3 casos), desenvolvimento local incluindo segurança alimentar (3 casos) e segurança (1 caso). Os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro participam de 8 (oito) Consórcios Públicos, sendo 3 (três) com foco em resíduos sólidos, 3 (três) em

¹ Original em inglês “If Mayors Ruled the World”, de Benjamin Barber, Yale University Press, 2013, pág.4.

desenvolvimento local incluindo segurança alimentar e 2 (dois) em saúde. O município de Cachoeiras de Macacu participa em 4 (quatro) consórcios; Guapimirim, Japeri, Paracambi e Rio Bonito participam em 3 (três) consórcios; a maioria dos demais participam em 2 (dois) consórcios; Itaguaí, Seropédica e Tanguá participam de apenas 1 (um) consórcio e o município do Rio de Janeiro não participa em nenhum deles. Já o Estado do Rio de Janeiro participa em 2 (dois) deles (CIR Centro Sul 1 e CILSJ), com focos respectivamente em resíduos sólidos e desenvolvimento.

A tabela abaixo indica o detalhamento dessa participação municipal na RMRJ.

Município	Participação dos municípios metropolitanos em Consórcios Públicos								Total
	CIR Centro Sul 1	CIS-Serra	AR Leste Guanabara	CONLESTE	CONSAD Rio Sul	CILSJ	CISBAF	CIR Baixada Fluminense	
Belfort Roxo							X	X	2
Cach Macacu		X	X	X		X			4
Dq Caxias							X	X	2
Guapimirim		X	X	X					3
Itaboraí			X	X					2
Itaguaí							X		1
Japeri	X				X		X		3
Magé				X			X		2
Maricá			X	X		X			2
Mesquita							X	X	2
Nilópolis							X	X	2
Niterói			X	X					2
Nova Iguaçu							X	X	2
Paracambi	X				X				2
Queimados	X						X		2
Rio Bonito			X	X		X			3
Rio de Janeiro									
São Gonçalo			X	X					2
S.João de Meriti							X	X	2
Seropédica							X		1
Tanguá			X						1
Total	3	2	8	8	2	3	11	6	43
Estado RJ	X					X			2

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF) é o que congrega o maior número de municípios da RMRJ (11) e parece ser o mais emblemático entre todos. O CONLESTE – Consórcio Intermunicipal da Região Leste Fluminense, com a participação de 8 (oito) municípios da RMRJ – surgiu em função do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), em Itaboraí, e desenvolveu atividades muito interessantes, tais como a criação de um Observatório Urbano Regional para o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com apoio técnico do ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), mas teve suas operações prejudicadas pela crise institucional da Petrobrás.

Assim como as Associações, os Consórcios Públicos podem ser vistos como uma arena política federativa de cooperação horizontal, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas. Nos últimos vinte anos, eles ganharam maior evidência, diante de um contexto no qual os municípios vêm assumindo maiores responsabilidades na provisão de serviços sociais e execução de políticas públicas. Além de promoverem a cooperação entre os municípios em uma escala local-regional, os consórcios e as associações

foram criados a partir da percepção da necessidade de ações conjuntas para alcançar resultados que seriam muito difíceis de serem conseguidos isoladamente. Os consórcios e associações, assim, evidenciam como a cooperação horizontal pode se apresentar como uma alternativa de política pública intergovernamental quando as demandas por intervenção do poder público transpassam as fronteiras jurisdicionais. Atuando em diversas áreas, como transporte, saúde, educação, segurança, meio ambiente e outras que sejam de comum interesse entre os municípios que compõem o consórcio, este modelo tem como maiores benefícios o rompimento com a fragmentação de ações setoriais, estabelecendo diretrizes e ações de planejamento e gestão regional, melhorando a qualidade dos projetos e agilizando suas execuções, barateando custos, reduzindo custos operacionais, integrando sistemas e dando maior transparência à aplicação de recursos públicos. Além disso, ainda atua no fortalecimento e mobilização dos consorciados junto ao Governo Estadual e Federal na busca de recursos adicionais.

Evidências e resultados já são realidades em muitos Estados e Regiões Metropolitanas. São dignos de nota os casos do Consórcio do Grande ABC, em São Paulo, que incluiu a criação da Agência de Desenvolvimento Regional do Grande ABC como órgão executor de suas políticas de interesse comum; também o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, que articula toda a rede de transportes públicos, incluindo ônibus e metrô; finalmente, o Consórcio Granpal, da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, que partiu da figura de Associação e evoluiu para a criação de um Consórcio como instância executora das decisões referentes a políticas públicas de interesse comum.

Abaixo seguem mais informações ilustrativas de alguns dos casos mencionados acima, como inspiração para os desafios de gestão setorial e territorial na RMRJ.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE - CISBAF²

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF)** começou como uma entidade com personalidade jurídica de direito público, com status de autarquia interfederativa municipal. É o maior consórcio de saúde do Brasil em termos de população abrangida, considerando-se os mais de 3,5 milhões de habitantes de sua jurisdição. Ele é composto por 11 (onze) municípios, a saber: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

A criação do CISBAF, em 2000, teve origem em um cenário marcado por baixa oferta de serviços de saúde, precária capacidade instalada, falta de recursos humanos especializados e abandono da iniciativa privada. O elemento central que desencadeou o processo de articulação da ideia de construção de uma instância política e técnica de gestão regional surgiu da necessidade de uma intervenção sobre a situação de inoperância do Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, a partir de um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde para encontrar uma solução de gestão sustentável do hospital mais tradicional da região. Esse estudo, realizado pelo CEPESC/UERJ, recomendou a formação de um consórcio intermunicipal e elaborou um Plano Diretor com a intenção de estabelecer uma agenda regional para a saúde da Baixada Fluminense.

A estratégia central foi utilizar o consórcio para alcançar compartilhamento de recursos de saúde em uma base territorial regional para obter-se maior eficiência e eficácia do sistema de saúde. O Plano Diretor abrangeu oito objetivos, 21 ações e 40 projetos construídos de forma conjunta com os secretários municipais, técnicos e Conselhos Municipais de Saúde e se transformou na agenda que mobiliza a ação de todas as partes interessadas em uma direção convergente.

Sua constituição interna foi alterada em 2008 para se alinhar com a Lei nº 11.107/2005 sobre Consórcios Públicos. Assim, um novo Protocolo de Intenções foi preparado e publicado em 12/12/2008, seguido de um Regimento Interno, publicado em 08/01/2010, finalizando com a reforma dos Estatutos, publicados em 15/12/2015, pelos quais o Consórcio foi transformado em entidade de direito privado sem fins lucrativos. Desde então, os Prefeitos dos Municípios consorciados vêm se revezando a cada dois anos na Presidência do Consórcio.

² Ver detalhes em www.cisbaf.org.br, visitado em agosto de 2017.

Sua governança interna é constituída por uma Assembleia Geral, formada pelos Prefeitos (Conselho de Municípios), secundada por uma Assembleia de Gestores (Conselho Técnico composto pelos Secretários Municipais de Saúde), com apoio de um Comitê Consultivo, um Conselho Fiscal, uma Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas setoriais (captação de órgãos, fisioterapia, urgência e emergência, saúde mental, saúde bucal, etc).

Sua manutenção é assegurada por um contrato de rateio entre os municípios consorciados e repasses do Ministério da Saúde e outros órgãos conveniados para a execução de políticas públicas, projetos e obras.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO - CILSJ³

Distintamente do caso precedente, o **Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ)** conta com a participação do poder público, de empresas privadas e de representantes da sociedade civil. Além da presença do governo estadual, o consórcio conta com 12 (doze) municípios associados, sendo 3 (três) da RMRJ: Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A missão do Consórcio é implementar políticas públicas de recursos hídricos de forma compartilhada entre o governo estadual e governos municipais, utilizando uma gestão descentralizada, dentro do objetivo geral de planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental de sua área de jurisdição. Sua atuação compreende a Região dos Lagos e parte da Baixada Litorânea, incluindo as bacias hidrográficas do Rio São João, do Rio Una e Cabo de Búzios, da Lagoa de Araruama e da Lagoa de Saquarema. Em 2012 também passou a atuar na região hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras.

O Consórcio tem origem em dezembro de 1999, fruto de um estudo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), apoio dos consórcios intermunicipais das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (SP) e de Santa Maria-Jucu (ES), com articulação política dos prefeitos da região, participação da sociedade civil organizada e integração com empresas privadas interessadas.

O Consórcio tem a forma legal de uma Associação Civil sem fins lucrativos. Ele se mantém mediante contribuição associativa dos municípios e das empresas privadas que também participam do consórcio. Outra fonte de receita é o contrato de gestão firmado com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para assumir a condição de entidade delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João – CBHLSJ. A função operacional do Consórcio é viabilizar politicamente as decisões tomadas pelo CBHLSJ.

Sua estrutura organizacional parte de uma Assembleia Geral (Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, Municípios, empresas privadas, ONGs), cuja Comissão Executiva foi substituída gradativamente pelo CBHLSJ, criado em 2006. Existe ainda uma Plenária de Entidades (Organizações Não Governamentais - ONGs), um Conselho Fiscal e uma Secretaria Executiva. Essas instâncias são apoiadas por diversas Câmaras Técnicas setoriais. A Plenária de Entidades possui regimento interno próprio e tem assento em todas as instâncias decisórias do consórcio, ocupando o equivalente a 1/3 do número de municípios consorciados.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC⁴

O **Consórcio Intermunicipal Grande ABC** foi constituído como uma associação civil de direito privado em 19 de dezembro de 1990 para atuar como órgão articulador de políticas públicas setoriais. Uma série de condicionantes políticas, econômicas e sociais presentes no país e especialmente na região do Grande ABC no final dos anos 1980 levou à criação desta instituição que tem apresentado significativos resultados para o desenvolvimento econômico e social da região, sendo uma referência nacional no tocante à gestão compartilhada na forma de Consórcio Intermunicipal.

³ Ver detalhes em www.lagossaojoao.org.br, visitado em agosto de 2017.

⁴ Ver detalhes em www.consorcioabc.sp.gov.br, visitado em fevereiro e agosto de 2017.

Formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC promove o planejamento e a articulação de ações de caráter regional. A entidade passou a ser o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país em fevereiro de 2010, para se adequar às exigências da Lei de Consórcios Públicos, passando a integrar a administração indireta dos municípios consorciados, com legitimidade para planejar e executar ações de políticas públicas de âmbito regional.

Inicialmente, os municípios empreenderam, com sucesso, ações consorciadas relacionadas à destinação dos resíduos sólidos e à lei de incentivos seletivos. Em seguida, a partir da parceria com o Governo do Estado de São Paulo, foram realizados importantes projetos, tais como: o Plano de Macrodrenagem, a construção do Hospital Regional Mário Covas (Santo André) e do Hospital Regional Serraria (Diadema), implantação das FATECs – Faculdades de Tecnologia (Santo André/Mauá/ São Bernardo do Campo/São Caetano do Sul), o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Movimento Criança Prioridade 1, o Projeto Alquimia de Qualificação Profissional para a Indústria do Plástico, incluindo o acordo para implantação do Trecho Sul do Rodoanel, já inaugurado.

Nos últimos anos, a região desenvolveu importantes programas sociais por meio de convênios de parceria com o governo federal, tais como: Planteq ABC – Plano Territorial de Qualificação Profissional, Brasil Alfabetizado, Construção Coletiva de Espaços e Tempos de Paz nas Escolas, de fortalecimento das Políticas de Gênero e Igualdade Racial, e o Programa Casa Abrigo Regional, que atende mulheres vítimas de violência doméstica. O Consórcio também foi instrumental na articulação de medidas necessárias à expansão do Polo Petroquímico, criação e instalação da Universidade Federal do ABC, liberação de recursos para as obras do Coletor Tronco, implantação do Posto Regional do BNDES, entre outros.

Em 1998, o Consórcio criou a **Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC**, atuando em estreita parceria no que se refere à produção dos diagnósticos sobre a evolução da economia regional e ao apoio às micro e pequenas empresas, por meio do desenvolvimento dos programas de fomento às incubadoras de empresas dos Arranjos Produtivos Locais.

Em 2013, foi aprovado o primeiro PPA Regional Participativo (2014/2017). Em 2015, o Consórcio recebeu autorização do Ministério das Cidades para preparar 21 projetos de captação de recursos da 2ª Etapa do PAC Mobilidade, os quais foram finalizados e apresentados em 2016. Também foram preparados planos regionais de educação, gestão integrada de resíduos sólidos, macro e microdrenagem, diagnóstico habitacional.

Finalmente, o Consórcio é apoiado por outra instância técnica-operacional, o Observatório do Grande ABC (ObservABC), que reúne dados, pesquisas e estudos da região, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão política, que permita aos gestores e à sociedade, realizar melhores diagnósticos, acompanhar as ações acordadas e avaliar seus resultados.

CONSÓRCIO DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - CTM⁵

O **Consórcio de Transporte da Região Metropolitana do Recife (CTM)** foi criado em setembro de 2008, a partir de Leis estadual e municipais de Recife e Olinda, uma vez tomada a decisão de ser extinta a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano – EMTU. Os demais municípios ingressaram no consórcio por adesão, obedecendo a condições estabelecidas no Contrato Social que o rege. Ele está caracterizado como Empresa Pública Multifederativa, parte integrante da administração indireta do Estado e das Prefeituras consorciadas, com pessoal próprio de mais de 300 pessoas com contratos regidos pela CLT.

As quotas de contribuição no custeio da entidade se vinculam à participação acionária, proporcionais às viagens geradas, obtidas por meio de pesquisa domiciliar de origem-destino (atualmente: 40% Estado; 35% Recife; 7,43% Olinda; 17,57% demais municípios). Suas deliberações necessitam de um percentual mínimo de 85% dos votos dos acionistas. Nos casos de investimentos específicos, as quotas de participação financeira são estabelecidas em um Contrato de Rateio para cada caso, aprovadas pela Assembleia.

⁵ Ver detalhes em www.lai.pe.gov.br/web/ctm/institucional, visitado em fevereiro e agosto de 2017.

O CTM, como Empresa Pública que representa os poderes concedentes (pois são seus acionistas), opera contratos de permissão (veículos de pequeno porte), contratos de concessão (ônibus) e contratos de prestação de serviços (Metrô). A evolução de passagem da EMTU para o CTM seguiu uma intenção de fortalecer a gestão compartilhada da Região Metropolitana, com maior incidência municipal apoiada na Lei de Consórcios Públicos, pois enquanto a EMTU era uma empresa pública estadual, o CTM é uma Empresa Pública Multifederativa. Essa transformação facilitou a negociação de novos financiamentos para o sistema de transporte, dada a solidez de sua constituição.

A governança do CTM está assegurada por meio do Conselho Superior de Transportes Metropolitanos (CSTM), onde participam o Governo do Estado, Municípios, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, operadores de transporte e usuários. Entre suas atribuições estão: a definição da política tarifária e preço das tarifas para os usuários; editar normas gerais de regulação relativas ao Sistema de Transporte Público da RMR, arrecadação e utilização das receitas; aprovar e extinguir os contratos de concessão; firmar convênios de gestão.

3.1.2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A Parceria Público-Privada (PPP) é um arranjo de tipo “contrato de prestação de obras e serviços”, cujo valor é igual ou superior a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 anos e máxima de 35 anos, firmado entre uma empresa privada e uma instância de governo (federal, estadual ou municipal). No Brasil, as PPP’s constituem um instrumento essencial para a implementação da política de desestatização: segundo um relatório do BNDES em seu portal (www.bndes.gov.br), usa-se a concessão comum nos casos em que a tarifa cobrada do usuário e as outras receitas de administração do serviço são suficientes para remunerar o concessionário pela prestação do serviço, enquanto as PPP’s são utilizadas nos demais casos, quando existe algum pagamento pelo ente público.

A PPP está regulamentada por um procedimento bastante preciso, iniciado por uma etapa de planejamento institucional, quando são feitas análises da capacidade fiscal do ente público interessado, entre outros estudos do marco jurídico e fiscal, seguindo depois para a estruturação do projeto e elaboração de editais. O processo continua com o leilão da oferta e captação das propostas dos investidores, finalizando com a contratação da proposta que melhor convier ao ente público interessado.

Segundo artigo do jornal “Gazeta do Povo” (Curitiba, 02/07/2017), baseado em relatório do Banco Mundial (2016), o Brasil firmou 450 parcerias público-privadas no período de 2006 a 2015, principalmente na área de infraestrutura. Os Estados com mais contratos de PPP’s são São Paulo (11 casos), Minas Gerais (10 casos) e Bahia (6 casos), enquanto os temas mais frequentes são resíduos sólidos (23 casos), água e esgoto (19 casos), saúde (11 casos) e iluminação pública (10 casos). Cabe comentar que já existe um Observatório das PPP’s (www.pppbrasil.com.br) e uma entidade privada – Radar PPP – com vários patrocínios, que divulga o andamento das diversas iniciativas em curso. As estatísticas diferem um pouco entre esses interessados porque cada um tem uma maneira distinta de apresentar e comentar os empreendimentos que buscam o formato de PPP, segundo o financiamento conseguido. A tabela anexa, já elaborada para o produto 10, mas ainda vigente, traz o detalhamento de todos os casos aprovados no BNDES até o final de 2016, onde se nota que o município de Belo Horizonte, por exemplo, é um campeão no uso desse instrumento com 18 casos, ficando o Estado e o Município do Rio de Janeiro, em conjunto, com apenas 6 casos.

Um caso interessante a destacar é a PPP contratada pelo Estado de Minas Gerais para o tratamento de resíduos sólidos urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que figura como um caso emblemático de processo adequado e resultado eficiente. Essa decisão partiu do fato de que a maioria dos municípios metropolitanos (e sua periferia imediata) destinava os resíduos sólidos a lixões ou aterros controlados. Foi considerada também a incipiente capacidade administrativa desses municípios em lidar com um assunto relativamente complexo, como é a gestão dos resíduos sólidos, à luz da Lei Federal e Política Nacional que tratam desse tema.

As inovações trazidas à luz por essa iniciativa incluem: (i) a subdivisão do território abrangido em dois lotes, estimulando a competitividade entre as empresas interessadas; (ii) a inclusão de critérios de compensação ambiental para avaliar a licitação; (iii) definição de indicadores de desempenho que afetam o critério de

pagamento pelos serviços prestados. Toda a iniciativa foi coordenada pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No Estado do Rio de Janeiro, a listagem da Radar PPP, em seu relatório de 2016, indica 8 projetos, incluindo: três de esgotamento sanitário (Macaé, Paraty e Rio das Ostras); iluminação pública em São João de Meriti; o Estádio Maracanã (Estado); o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (Rio de Janeiro) e mais duas iniciativas municipais associadas às Olimpíadas, o Parque Olímpico e o Porto Maravilha.

Um elemento que afetou o andamento das iniciativas de PPP foi o uso do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), pelo qual o poder público divulga seu interesse e convida a iniciativa privada a elaborar e apresentar estudos de viabilidade para o projeto, a seu próprio risco, mediante o compromisso de indenizar o caso/estudo que vier a ser utilizado. É importante destacar que o lançamento de projetos não significa necessariamente que haverá contrato assinado ao final do processo: segundo relatório da supracitada entidade Radar PPP (www.radarppp.com), a taxa de conversão dos PMI em contratos é ainda bastante modesta: apenas 5 casos em 65 em 2013 (ano de publicação dos PMI), 2 casos em 56 em 2014, nenhum caso em 2015 (161 publicações) ou 2016 (56 publicações), sendo que a crise econômica e a complexidade dos projetos explicam em boa parte essa situação.

Cabem aqui alguns alertas sobre os desafios ainda pendentes para o uso eficiente dessa ferramenta de financiamento e cooperação. O primeiro deles é realizar uma boa etapa de planejamento e visão de futuro, onde constem todos os efeitos previsíveis da adoção de uma PPP, posto que os governos subnacionais (estados e municípios) têm encontrado dificuldades em criar capacidades para administrar corretamente os riscos fiscais inerentes aos compromissos assumidos, incluindo os passivos contingentes, ie os pagamentos incertos que dependem da ocorrência adequada de eventos futuros. Outro desafio é encontrar uma fórmula adequada para incluir entre os potenciais contratados as empresas médias nacionais, assim como empresas estrangeiras, o que ampliará a oferta de proponentes.

Algumas luzes para tudo isso estão disponíveis no portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão⁶, além de ampla documentação no portal do BID, onde existe um estudo chamado “*Os impactos fiscais dos contratos de parceria público-privada: estudo de Caso do ambiente institucional e da prática no Brasil*”⁷.

Concluindo, o Governo Federal tem adotado medidas para reforçar a importância com que veem esse tema na agenda política brasileira. Uma evidência é a Lei Federal Nº 13.334, de 16 de setembro de 2016, que estabeleceu o conceito de “contrato de parceria”, consolidando todas as formas de acordos contratuais entre instâncias de governo e a iniciativa privada para o desempenho de atividades conjuntas, sejam concessões ou não, incluindo o uso de PPPs.

3.2. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Embora a governança da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ainda não esteja estabelecida, a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado contou com a realização de uma série de encontros, eventos e materiais informativos permeados pela consulta pública e pela participação de variado conjunto de segmentos sociais, espalhados pelos 21 municípios que compõem a região. Inversamente ao processo de outros estados nos quais o arranjo de governança antecedeu a elaboração do plano, na RMRJ, foi o processo de elaboração do PDUJ que ancorou a difusão e o fortalecimento do debate público em torno do fato metropolitano. Suas atividades e conteúdos contribuíram para ampliar e dar mais densidade a uma rede de atores engajados com as questões candentes que afetam os serviços e infraestruturas urbanas em seus municípios a partir de um olhar mais holístico, inerente à abordagem metropolitana.

⁶ Ver www.planejamento.gov.br/publicacoes/assuntos-internacionais/SEAIN_Infraestrutura_PPP_web-8fev2017.pdf.

⁷ Ver <https://publications.iadb.org/handle/11319/8142>.

Nesse sentido, foram constituídos grupos e espaços variados de discussão nas diferentes fases do Plano para elaboração, primeiramente, do seu diagnóstico e visão de futuro e, em seguida, na construção dos cenários, PAPs e instrumentos de implementação, restando ainda por fazer a consulta pública em torno do Plano Integrado propriamente. A complexidade dessa escala de planejamento apresenta por si só certos obstáculos para a promoção de engajamento e de apropriação social sobre suas temáticas, na medida em que os atores políticos tendem a se aglutinar majoritariamente em torno de questões locais dos bairros e municípios, isto é, dos lugares onde vivem.

3.2.1. DIAGNÓSTICO

Dentro do contexto apresentado, alguns desafios ainda permanecem no horizonte e devem ser considerados na futura implementação do PDUI como elementos significativos para que haja uma maior adesão social, imprescindível à efetivação política do plano. São eles:

- aumentar a participação em números absolutos;
- promover pluralidade maior de atores envolvidos (em especial, movimentos populares);
- participação mais ativa da academia e sua parceria com o PDUI;
- maior integração das agendas temáticas no território;
- repensar diálogo com os municípios diante da troca das equipes com as eleições municipais (ajustar grupos de acompanhamento, conselhos e comitês);
- realização de mais audiências públicas;
- formas de devolutiva do Plano.

Embora a proposta a seguir apenas considere o cenário em que o PDUI/RMRJ esteja em vigor, isto é, com efeito legal; a aprovação do seu projeto de lei está condicionada à prévia aprovação do PLC N° 10/2015 - em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) desde setembro de 2015 - referente à Governança Metropolitana do Rio de Janeiro. Há conflitos de interesse sensíveis em torno desse projeto, que divide opiniões e dificulta a sua inclusão na pauta para votação, além do cenário de crise econômica e fiscal em que temas emergenciais tomaram conta da agenda política regional e dos municípios. Nesse sentido, parte fundamental para a implementação do PDUI será uma mobilização permanente da sociedade e dos líderes políticos sobre a importância da governança metropolitana para a conversão da atual conjuntura de crise, assim como para a resolução de graves problemas históricos e estruturais da região, referentes à mobilidade, saneamento básico e ordenamento territorial. É preciso que haja um entendimento compartilhado sobre a impossibilidade do tratamento desses desafios de outra forma que não a integrada e coordenada por uma instância de governança metropolitana.

Até o presente momento foi realizada apenas uma audiência pública, em 2016. O projeto recebeu mais de 200 emendas dos deputados e o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e das demais comissões foi favorável à tramitação do projeto, mas deputados solicitaram a realização de audiências públicas antes de novas discussões no plenário. É fundamental que as audiências públicas sejam realizadas com ampla convocação prévia da sociedade, dando conta dos diversos segmentos presentes nos 21 municípios que compõem a região.

No projeto de lei, a Governança Metropolitana tem como órgão executor a Agência Executiva, composta por dois conselhos, um deliberativo e outro consultivo.

Agência Executiva

- Composição: A Agência será administrada por uma diretoria executiva composta por um presidente, com remuneração equivalente à de secretário de Estado, e cinco diretores executivos, nomeados pelo

Governador. Seus integrantes terão mandatos de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos. Ela poderá contar com servidores cedidos por outros entes públicos, sendo que, no caso de servidores integrantes de entes componentes da Região Metropolitana, o cedente se responsabilizará pela remuneração de seus servidores. Também contará com uma Procuradoria, incumbida de sua representação judicial.

A Agência tem a função de executar as decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo, bem como prestar-lhe todo o suporte necessário ao exercício de suas atribuições.

Conselho Deliberativo

- Composição: prefeitos dos municípios da RMRJ e o Governador do Estado.
- Funcionamento: instalação das sessões depende da presença da metade mais um de seus integrantes e as decisões serão tomadas por maioria qualificada de 3/5 (três quintos) dos votos, considerando-se os distintos pesos. O Conselho se reunirá ordinariamente, no mínimo uma vez a cada semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por integrantes representando um terço dos votos.
- Previsão de participação: O Conselho Deliberativo poderá instituir Comitês Técnicos Intersetoriais Metropolitanos, de caráter permanente ou transitório, compostos por representantes do Estado, dos Municípios e por técnicos e especialistas convidados, para tratar de assuntos de caráter temático dentre as áreas de interesse metropolitano. Além disso, poderá convocar audiências públicas para debater estudos, programas e projetos em desenvolvimento na região.

Conselho Consultivo

- Composição: com 45 (quarente e cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, composto por 9 (nove) representantes do poder executivo do estado e dos municípios - indicados pelo Conselho Deliberativo; 9 (nove) representantes do poder legislativo estadual e municipal - indicados pela ALERJ; 9 (nove) representantes do setor empresarial; 9 (nove) representantes de órgãos de classe, da academia e de organizações não-governamentais; e 9 (nove) representantes de segmentos sociais não representados acima. O presidente e o vice-presidente serão escolhidos pelo voto da maioria simples do total de seus membros, para mandatos de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.
- Funcionamento: a instalação de suas sessões depende da presença de metade mais um de seus integrantes. O Conselho se reunirá no mínimo uma vez a cada semestre, ordinariamente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por um quarto de seus integrantes. A convocação será feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias por meio de correio eletrônico a ser informado por cada um dos membros.
- Previsão de participação: as sessões do Conselho serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de obter transcrições.

O Conselho Consultivo é a principal instância de participação social por excelência da governança proposta no PL. Seu objetivo principal é assegurar a participação da população no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como no acompanhamento da execução de serviços e atividades relacionadas às funções públicas de interesse comum. Suas atribuições consistem em:

- propor a adoção de normas, a realização de estudos ou a adoção de providências ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana;
- emitir previamente pareceres sobre as matérias a serem submetidas à deliberação do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, quando assim solicitado pelo Conselho Deliberativo;

- manter permanente acompanhamento e avaliação sobre a execução dos estudos, projetos e programas de interesse metropolitano, apresentando ao Conselho Deliberativo da Região Metropolitana indicações ou sugestões para possíveis correções e ajustes nos procedimentos de implantação dos mesmos;
- exercer o controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

Algumas das questões mais sensíveis do projeto de lei envolvem o tema da participação, seja popular ou dos próprios entes federados, e carecem de espaços de diálogo para sua concertação e devidos esclarecimentos à população e lideranças políticas são:

- Desequilíbrio no poder decisório dentro do Conselho Deliberativo, o que representa na percepção dos municípios metropolitanos uma ameaça à sua autonomia em benefício das decisões e interesses da Capital e do Governo do Estado. Essa desconfiança se baseia no peso dos votos dos municípios, estabelecidos a partir do critério único de seu tamanho populacional. A partir dele foi definido que o voto do Governo do Estado tem peso igual a 30, o voto da Capital, peso 20, e os demais municípios tem votos com peso variando de 1 a 4.
- Espaço muito reduzido para a participação da sociedade civil no processo decisório, o que estaria em desacordo com as determinações do Estatuto da Metrópole na interpretação de alguns. Essa avaliação se baseia na inexistência de representação da sociedade civil no Conselho Deliberativo, restringindo a participação social à instância do Conselho Consultivo. Embora possa acompanhar as reuniões do Conselho Deliberativo, o presidente do Conselho Consultivo possui apenas direito de voz nesse espaço.
- O impacto econômico nas contas do Governo do Estado com a criação de uma nova autarquia (Agência Executiva Metropolitana). Embora em diversas ocasiões já se tenha explicado que não há previsão de novas despesas devido à simples transferência da equipe da atual Câmara Metropolitana de Integração Governamental (alocada na Secretaria de Governo – SEGOV com funcionários cedidos de outros setores) para a Agência; observa-se a necessidade de um debate mais amplo em torno dessa preocupação persistente entre lideranças do legislativo estadual. Nessa mesma linha, também vigora a ideia de que a governança metropolitana traria novas onerações aos municípios em vista da previsão de criação de um Fundo Metropolitanano. Dentre as fontes de receita estipuladas, encontram-se recursos oriundos dos municípios.

A existência desses pontos de tensão indica a importância de que haja audiências públicas com objetivo de esclarecê-los com a disseminação de argumentos convincentes que sustentem os benefícios coletivos da aprovação do PL, ou que, a partir de um debate público vigoroso, se estabeleçam alternativas à atual proposta em tramitação. Independentemente do cenário que se consumará e diante da impossibilidade da previsão dos resultados do processo político que o legitimará, os mecanismos de participação aqui propostos para a implementação do PDUI se basearão na estrutura de governança tal qual prevista no PL. Desse modo, se faz pertinente o destaque de alguns dos seus elementos mais significativos para a construção desse processo participativo.

Outro ponto que merece atenção e impacta na participação, é a necessidade de que Estado e municípios compatibilizem seus planos, programas, orçamentos, investimentos e ações às metas, diretrizes e objetivos estabelecidos nos planos e programas aprovados pelo Conselho Deliberativo. Essa exigência se apresenta como outro elemento importante de se considerar no desenho e execução de espaços de concertação e diálogo interfederativos. Pois, mesmo se aprovada a lei, permanecem brechas no debate jurídico quanto à prevalência do interesse e da vontade locais em relação ao interesse comum.

Assim, a aprovação do PLC 10/2015 não se restringe à discussão sobre um modelo de gestão, mas se estende às questões de governança, *accountability* e compartilhamento de responsabilidades. Em um cenário em que o modelo de participação democrática como um todo precisa ser refundado, a promoção de uma participação metropolitana efetiva tanto se concretizará quanto mais esforços forem empreendidos no diálogo e na reunião das forças políticas municipais, na disseminação de uma identidade metropolitana e na comunicação dos

ganhos reais que a gestão metropolitana poderá proporcionar ao território e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos como um todo na RMRJ.

3.2.2. PROPOSTAS

Diante do cenário de acentuada crise econômica e esparsas possibilidades de investimentos, em especial nos próximos 4 (quatro) anos, impõem a amarração de um **sistema de concertação permanente**; que seja, ao mesmo tempo, viável economicamente e inventivo na restauração de um ambiente de confiança, controle e cooperação entre o poder público e a sociedade. Se no campo dos governos e do repertório de investimento e políticas públicas disponíveis a paisagem encontra-se árida, persiste na sociedade civil fluminense, em suas diversas sub-regiões, uma arena pulsante e culturalmente vigorosa. No reconhecimento desse rico e diverso repertório sociocultural existente, e ofertando continuidade às articulações fortalecidas no decorrer do processo participativo de elaboração do Plano, a metodologia de participação para a sua implementação manterá a estratégia de **ampliar e qualificar os debates** em torno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a **difusão do Plano**, a concertação em torno de seus projetos e rebatimentos territoriais, estimulando a **formação de uma identidade metropolitana**.

A proposta de participação buscará estar em consonância com a demanda por **novos modelos de governança, canais e espaços de participação social inclusivos**, com **ampliação da democracia direta**, possibilitando aos diversos atores da sociedade influenciar nas discussões e nos processos de decisão sobre os destinos da Região Metropolitana. Reconhecendo o PDUI/RMRJ enquanto **um plano que arbitra conflitos de interesse** inerentes aos processos de desenvolvimento, a participação pretende promover ambientes horizontais de **pactuação** que costurem reciprocidades e compreensão entre as dimensões **técnica, social e política** dos efeitos produzidos pelas intervenções no território.

Em sintonia com as agendas internacionais, o processo participativo do PDUI/RMRJ também buscará fortalecer a ideia de **direito à cidade** evidenciada pela Nova Agenda Urbana. Lançada em 2016, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Sustentável (Habitat III). Além disso, cabe igualmente destacar e considerar as recomendações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à governança e participação:

- Garantir a **participação plena e efetiva** das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança (ODS 5);
- Aumentar capacidades para o planejamento e gestão de **assentamentos humanos participativos** (ODS 11);
- Garantir a **tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa** em todos os níveis (ODS 16);
- Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas **instituições de governança global** (ODS 16);
- Assegurar o **acesso público à informação** (ODS 16);
- Desenvolver **instituições eficazes, responsáveis e transparentes** em todos os níveis (ODS 16);
- Reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento para aumentar significativamente a **disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis** (ODS 17);
- Reforçar a parceria global complementada por parcerias multisetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência tecnologia e recursos financeiros (ODS 17).

A participação do PDUI/RMRJ buscará percorrer o caminho de **produção e difusão de conhecimento**, gerando **sentimento de pertencimento** com o reconhecimento da pluralidade dos valores locais e das identidades culturais na promoção de uma cultura metropolitana. Enfim, espera-se que esse movimento contribua para **reduzir distâncias e desigualdades** hoje colocadas. A partir das propostas do PDUI, o processo participativo pretende sensibilizar a população para um **novo imaginário social** sobre a RMRJ. Trabalhando as possibilidades trazidas com o PDUI sobre as centralidades, as conexões intrametropolitanas, o patrimônio natural e cultural, as relações urbano-rurais e o sistema hídrico, o processo participativo será responsável por mostrar os territórios com novos olhares, por um viés de **oportunidade e potência**, traduzidos no PDUI.

Esse movimento, conduzido pela Agência Metropolitana, se consolidará explorando duas dimensões complementares da participação, uma de ordem mais legal, no cumprimento dos **ritos institucionais** necessários para consolidação de mecanismos formais e perenes de participação; e outra, mais informal, voltada para a promoção de ganhos em termos de **legitimidade, aderência e credibilidade social**. Combinando estratégias **temporais e atemporais**, o plano de participação se estruturará em 3 (três) eixos complementares: **Gestão Democrática, Território Inclusivo e Identidade Metropolitana**.

EIXO I - GESTÃO DEMOCRÁTICA

O eixo **Gestão Democrática** se refere às instâncias formais de participação, os ritos institucionais-legais e as esferas de representação política do executivo e legislativo municipais e estaduais, além da estrutura de governança prevista no PLC 10/2015. As propostas de participação desse eixo terão como objetivo fortalecer os canais de diálogo e concertação entre o Governo do Estado, as 21 prefeituras, a ALERJ, as câmaras de vereadores, a Agência Executiva, o Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo, Comitês Técnicos e Conselhos de Políticas Públicas, em torno das deliberações sobre a gestão metropolitana, a priorização do investimento público, os projetos e intervenções de interesse e impacto metropolitano nos municípios. Trata-se, portanto, da rotina institucional de participação na governança metropolitana em si.

As estratégias de participação nesse eixo buscarão incentivar a cooperação intermunicipal, a formação de consórcios públicos, a criação de um sistema de informação integrado, parcerias público-privadas, programas de capacitação técnica de funcionários públicos, debate em torno de mecanismos de financiamento, reformas administrativas e fiscais, aprovação e compatibilização de instrumentos de planejamento, e alinhamento de políticas setoriais.

Estratégia 1 – Consolidação da Governança Metropolitana

Essa estratégia visa enriquecer e fortalecer os mecanismos de participação previstos no PL, buscando especificar formatos e temas de reuniões e sua devida publicização, além de estabelecer espaços de interlocução entre a representação formal da governança e demais grupos organizados dos municípios integrantes da região.

a) Encontros do Conselho Deliberativo para apropriação do PDUI/RMRJ pelas prefeituras

O PL estabelece que o Conselho Deliberativo se reúna no mínimo uma vez a cada semestre, havendo a possibilidade de convocações extraordinárias. No primeiro ano de seu funcionamento, propõe-se que o Conselho realize reuniões trimestrais, para difusão e apropriação dos conteúdos do PDUI pelas prefeituras, além da concertação em torno da priorização dos projetos e intervenções previstos. As atas dos encontros deverão ser publicadas no site da Agência Executiva Metropolitana, a fim de dar transparência aos processos decisórios em torno do desenvolvimento metropolitano.

b) Audiências públicas para discussão dos projetos prioritários do PDUI/RMRJ

Uma vez estabelecidos e acordados os projetos prioritários, o Conselho deverá convocar com um mês de antecedência uma audiência pública, que deverá ser divulgada por correio eletrônico, redes sociais, sites e rádios, com apoio das prefeituras e da Agência Executiva. A convocação deverá abarcar segmentos variados, chegando aos territórios e, sobretudo, aos grupos mais diretamente atingidos pelos projetos e programas em questão. No caso dos projetos discutidos envolverem realocação de populações, deverá haver audiências públicas próximas aos locais, em horários fora do horário comercial, a fim de que a população atingida possa estar presente. Além disso, os projetos apenas poderão ser iniciados, uma vez que já se tenha acordado com a população as medidas de compensação.

c) Instauração de Comitês Técnicos Intersetoriais

Em vista do cenário de restrição orçamentária e da necessidade de busca por fontes alternativas de financiamento de projetos, a criação de Comitês Técnicos Intersetoriais, permanentes e transitórios, de apoio às decisões do Conselho Deliberativo deverá focar, no momento inicial da governança, em estudos e projetos sobre modelagens de concessões, parcerias público-privadas e reformas administrativas e tributárias, buscando dialogar com os projetos estipulados como prioritários pelo Conselho. A presença de pesquisadores de universidades, bem como o estabelecimento de parcerias, pode colaborar com a redução de custos na elaboração de estudos e projetos.

d) Instâncias de diálogo metropolitano nas prefeituras

Para interiorização dos debates dos conselhos nas secretarias dos vários municípios, os prefeitos deverão indicar um órgão responsável para o tratamento das questões metropolitanas no município, delegando-o o papel de dialogar com a Agência Executiva Metropolitana e de promover a comunicação intersetorial dos projetos metropolitanos para dentro das secretarias municipais.

e) Aprovação do Regimento Interno e composição do Conselho Consultivo

Além da difusão e tratamento do PDUI, nesse período inicial, o Conselho Deliberativo deverá aprovar o regimento interno do Conselho Consultivo, determinando as formas de indicação não especificadas na lei. Sendo o Conselho Consultivo a esfera de maior capilaridade social da governança metropolitana, é fundamental que a aprovação do seu regimento leve em consideração a rede de atores que se formou no processo participativo da elaboração do PDUI. Orienta-se, portanto, que o Conselho Deliberativo corrobore a legitimidade adquirida pelo Conselho Consultivo da elaboração do PDUI, conferindo-o a responsabilidade de indicação dos representantes do setor empresarial, de órgãos de classe, academia e organizações não governamentais, e demais segmentos sociais do Conselho Consultivo da governança.

O Conselho Consultivo do PDUI é composto por 170 membros, distribuídos entre sociedade civil, acadêmicos, empresariado, concessionárias, governos municipal, estadual e federal, legislativo e agências internacionais. É, portanto, a partir dessa composição diversa que deverá se constituir a nova composição dos 45 membros previstos do Conselho Consultivo da governança metropolitana.

f) Capilarização do Conselho Consultivo

Uma vez formado o Conselho Consultivo e eleitos seus presidente e vice-presidente, é importante que se estabeleça um modo de funcionamento para a instância capaz de conectá-la com o máximo de organizações, entidades e fóruns existentes nos municípios. Apesar de haver a exigência legal de apenas uma reunião semestral, é essencial que o conselho consultivo mantenha uma agenda de encontros ativa com os diferentes atores da sociedade, buscando formar grupos de trabalho territoriais e temáticos que possam ser liderados por diferentes organizações sociais. Esses grupos de trabalho serão relevantes para o reatamento das discussões da governança metropolitana institucionalizada nos territórios. Uma das funções desses grupos será de conectar as demandas e pautas locais com a agenda metropolitana.

Para que o Conselho exerça o controle social dos serviços públicos de saneamento básico, tal como previsto na lei, é fundamental que ele crie dinâmica de encontros com os Comitês de Bacias, valorizando a importância de sua presença no debate público, junto da universidade, concessionárias do serviço e organizações da sociedade civil que atuam na área. Um Grupo de Trabalho permanente de saneamento básico interfederativo e multidisciplinar poderá ser criado para estabelecer estratégias de ação nos territórios para um controle social mais eficaz e pormenorizado dos serviços prestados.

A ideia é consolidar um Conselho capaz de exercer o papel de tecelão de uma rede metropolitana transescalar, conectada por alguns nós temáticos e territoriais, formados a partir do estabelecimento de Grupos de Trabalho.

O Conselho também deverá se preocupar com a construção de um canal de diálogo permanente com os conselhos municipais e estaduais de políticas públicas a fim de replicar a agenda metropolitana para as esferas institucionais de participação das políticas setoriais. É importante, nesse sentido, que as deliberações tomadas no Conselho Consultivo e nos Conselhos de Políticas Públicas sejam divulgadas por ambas as partes a fim de se buscar sintonia entre as demandas direcionadas ao poder público.

g) Institucionalização da Participação na Agência Executiva

Diante da necessidade contínua de costura entre os municípios, o Estado e os segmentos da sociedade para efetivação dos programas e projetos metropolitanos, é fundamental que a diretoria da Agência Executiva estabeleça, dentre um de seus diretores, a responsabilidade de promover, junto de sua equipe, um plano anual de ações de participação e relações públicas conectadas à agenda de atividades da Agência como um todo.

Estratégia 2 – Valorização das Equipes e Instituições Públicas

a) Workshops de capacitação de equipes

Mediante estabelecimento de convênio com universidades e cursos técnicos, o setor de participação e de relações públicas da Agência Executiva deverá promover uma oferta continuada de eventos e de atividades de formação dos quadros das prefeituras e do Governo do Estado, a fim de que estes se tornem habilitados a elaborar e implementar projetos e programas previstos no PDUJ.

b) Intercâmbio e disseminação de boas práticas entre prefeituras

Com objetivo de incentivar a busca por soluções criativas para o enfrentamento da crise pelas prefeituras a partir de práticas de boa gestão e ações emblemáticas capazes de gerarem resultado no curto prazo, a Agência Executiva deverá viabilizar momentos de troca de experiências entre equipes de governo de diferentes prefeituras, potencializando a criação de uma rede informal de troca de saberes técnicos e gerenciais entre funcionários do setor público. O compartilhamento de bons exemplos tem um grande potencial de gerar novas

experiências bem-sucedidas, além de oferecer oportunidade de diálogo entre funcionários comprometidos, que estão espalhados pelos municípios, e que, isoladamente, muitas vezes, se sentem desmotivados por um ambiente desfavorável à construção de práticas inovadoras na gestão pública.

c) Sistema de Informação Integrado

A fim de enriquecer as possibilidades de apropriação social das informações geradas no âmbito institucional sobre os diversos serviços prestados pelo estado e municípios, deve se estabelecer um diálogo entre a produção de dados oficiais e a produção de dados cidadãos, além do incentivo de que os dados produzidos pelas prefeituras sejam explorados pelas universidades, gerando-se um ambiente de produção de informação e conhecimento regional.

EIXO II - TERRITÓRIO INCLUSIVO

O eixo **Território Inclusivo** se refere aos debates em torno dos conteúdos do PDUI/RMRJ, a partir de projetos, propostas e recortes materializados no território. Seu desafio é viabilizar arranjos de participação informais que disseminem o debate público sobre as propostas do PDUI e sejam capazes de costurar as informações e discussões técnicas do plano com as agendas políticas dos territórios. Nesse sentido, seu público-alvo prioritário são as organizações da sociedade civil, as universidades e entidades de classe. O objetivo de suas estratégias será promover ambiente de troca de diferentes saberes sobre os territórios fluminense, tendo como ponto de partida os projetos e recortes territoriais estabelecidos pelo PDUI. Suas ações buscarão produzir desdobramentos do PDUI com o incentivo à criação coletiva de projetos complementares aos projetos do plano, a partir da elaboração de estratégias de desenvolvimento local e comunitário.

Estratégia 1 – Conferências sobre o Zoneamento Metropolitano (ZM)

Os debates regionais devem ser estimulados e fortemente apoiados pela Agência Metropolitana. A capacidade de mobilização em torno de agendas locais que extrapolam limites municipais é um dos elementos transformadores e fomentadores de um pertencimento metropolitano.

Estratégia 2 – Seminários sobre os Programas de Ações Prioritárias (PAPs)

Os seminários tendem a ser espaços de afirmação e efetividade das oportunidades postuladas no PDUI. Sua inequívoca vocação plural e abrangente permite que as ações sejam expostas de maneira acessível e repetida ao conjunto da população, mas sobretudo os segmentos diretamente afetados.

a) Oficinas Territoriais sobre os Projetos Multifuncionais

O PDUI deve seguir caráter pedagógico em sua intervenção e neste sentido a qualificação da reflexão e disseminação das informações assumem condição essencial de, reafirmar, como feito ao longo da elaboração do Plano Metropolitano, as particularidades, mas impingindo à elas um caráter regional é de suma importância. Por esta razão aposta-se em oficinas territoriais tomando como ponto de referência as intervenções propostas no conteúdo do PDUI.

EIXO III - IDENTIDADE METROPOLITANA

O eixo **Identidade Metropolitana** se debruça sobre a formação de uma cultura metropolitana que seja capaz de superar uma visão fragmentada e excessivamente localista no modo das pessoas entenderem e interpretarem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Se trata, igualmente, de romper com o jogo de visibilidade e invisibilidade...

Estratégia 1 – Campanhas de Sensibilização

Baía Reinventada/ Revitalização das Linhas de Trens/ Centralidades/ Patrimônio Histórico e Cultural

Propõe-se baseado em símbolos de expressão metropolitana constituir a identidade, ou identidades com apelo metropolitano, consolidando um espaço de expressão de pertencimento afetivo e ativo.

Estratégia 2 – Interlocução com a arte, turismo e cultura de vivências metropolitanas

O Estado do Rio de Janeiro reverbera para o mundo suas expressões artísticas, potencialidades turísticas e belezas naturais, mas as promove de maneira desigual. Esta estratégia visa promover através de exposições e concursos artísticos, residências artísticas, ocupação de espaços públicos e editais de fomento medidas de apoio a participação e diálogo cultural. Bem como apoiar iniciativas de roteiros turísticos e vivências metropolitanas que reconheçam espaços como as áreas verdes,

Estratégia 4 – Prêmio Empreendedor Fluminense

Startups/ P, D & I/ Indústria e Economia Criativa/ Cooperativas/ Economia Solidária

Neste ponto se destaca o forte apelo ao uso intensivo de tecnologias que possibilitem um formato de contribuição criativo e dinâmico, sugerindo novos arranjos econômicos, sociais e políticos. O incentivo a realização de premiações e espaços interativos ganha espaço e consistência na tentativa de incidir na agenda pública e privada da metrópole.

3.3. MECANISMOS FINANCEIROS⁸

O hiato de desenvolvimento provocado pela insolvência operacional do Estado do Rio de Janeiro em 2016-2017 só reforçou a observação, já amplamente percebida em todas as oficinas de consulta pública, de que a boa **Gestão Pública** é um elemento incontornável e inescapável para promover o desenvolvimento urbano sustentável, em geral, e o atendimento adequadamente priorizado às demandas de todos os segmentos da população, como rotina específica.

Entre as diversas alternativas de Cenários de Visão de Futuro possíveis, os únicos que permitem alguma viabilidade no curto prazo são aqueles que privilegiam uma melhora na Gestão Pública, tanto municipal como estadual, por meio da melhor qualificação do gasto público, racionalização das despesas comprimíveis e, principalmente, reforço das receitas próprias. Em um primeiro momento (período 2018-2020), parece ser mais factível a melhora da gestão pública municipal, dependendo apenas da vontade política das autoridades eleitas em 2016, que podem ser pressionadas pela sociedade civil e suas organizações cidadãs.

A Prefeitura de Nova Iguaçu, por exemplo, já capturou a oportunidade de atualizar a cobrança do **Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)** utilizando tecnologias modernas de informação, especialmente a nova cartografia digitalizada produzida pelo Governo do Estado por meio do Grupo Executivo de Gestão Metropolitana. Seguindo a diretriz máxima de não onerar ainda mais quem já paga o tributo, mas aumentar a base de contribuintes atingindo quem ainda não o paga ou faz pagamentos irrisórios incompatíveis com a realidade do patrimônio imobiliário, essa Prefeitura conseguiu importante aumento em sua receita tributária, que se repetirá anualmente, criando uma margem adicional de resposta às necessidades de investimento público.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro também decidiu revisar todos os casos de isenção do IPTU – que representam mais da metade dos imóveis da cidade – racionalizando essa diretriz e, com justiça fiscal, trazendo

⁸ Trabalho desenvolvido a partir de documento elaborado pela economista Teresa Cosentino, bibliografia anexa (ANEXO 6).

ao Tesouro Municipal mais recursos próprios para financiar seus investimentos ou para apresentar mais contrapartidas aos empréstimos de terceiros.

Essa linha de atuação precisa ser incentivada pelo Governo do Estado em todos os municípios da RMRJ (e do Estado, em geral). Uma possibilidade, já aventada em discussões prévias, seria a negociação de Metas Fiscais para os recursos próprios municipais, individualizados seletivamente por categoria (IPTU, ISS⁹, ITBI¹⁰, taxas, contribuição de melhoria, etc). O incentivo seria o pagamento de prêmio a quem ultrapassar essas metas, na forma de investimentos adicionais feitos pelo próprio Estado (ou pelo Governo Federal, a pedido do Governo do Estado, durante o processo de recuperação fiscal), evitando a simples transferência de recursos financeiros livres, que poderiam ser gastos de forma não sustentável.

Outra linha de ação, estreitamente vinculada ao tema acima, seria o incentivo à cobrança de **Contribuição de Melhoria** (detalhes adiante), que é um tributo negligenciado pela imensa maioria dos municípios brasileiros. De fato, nenhum município da RMRJ lança mão desse tributo, como demonstram os balanços anuais de orçamento realizado. Entende-se que é trabalhoso o rito procedimental para fazer a captação de recursos derivados da valorização imobiliária de algum investimento público (seja ele municipal, estadual ou federal). Entretanto, há casos emblemáticos no âmbito municipal, como Maringá, no Paraná, e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Curiosamente, até nesses municípios a arrecadação desse tributo vem decrescendo. Não obstante, existem cartilhas de orientação para essa tributação e o próprio Ministério das Cidades está finalizando mais um documento de apoio a esse procedimento, sempre com vistas a reforçar os recursos próprios dos municípios. Mais adiante, dá-se uma orientação passo a passo de como proceder para implementar esse tributo. Cabe lembrar que a esfera municipal, por ser a instância de governo mais próxima da população, acaba sendo pressionada a prestar mais e melhores serviços aos cidadãos, muitas vezes em substituição informal do Estado e da União, mesmo não sendo uma tarefa de sua estrita atribuição constitucional, como está ocorrendo com a segurança pública, a assistência a idosos, o atendimento a migrantes de todo tipo, etc.

A descentralização político-administrativa consagrada pela Constituição de 1988 resultou em um aumento das obrigações na oferta de serviços públicos dos municípios brasileiros, o que coloca em pauta a sua capacidade gerencial e o conhecimento de todas as possibilidades de mobilizar recursos para os investimentos necessários.

Os recursos financeiros podem ser obtidos de diferentes maneiras, tais como:

- arrecadação de tributos de sua competência;
- gerenciamento das receitas advindas de transferências intergovernamentais, transferências constitucionais, legais e voluntárias; e,
- financiamento e empréstimos em bancos nacionais e organismos internacionais.

Depois da explicação sobre a Contribuição de Melhoria, abaixo, este documento vai se concentrar nas **Transferências Legais e Voluntárias** e nos **Financiamentos e Empréstimos**. Cabe ressaltar que este trabalho é uma compilação de textos e informações encontradas em diversas fontes e que podem ajudar municípios a acessarem e mobilizarem recursos necessários ao aprimoramento da oferta de bens e serviços públicos.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria é de competência da União, dos Estados e dos Municípios estabelecida no artigo 145 da Constituição Federal e disciplinada pelo Código Tributário Nacional (CTN), artigo 81.

Seu fato gerador é a realização de obras públicas que resultam em valorização dos imóveis no seu entorno. Importante ressaltar que não é a mera realização de uma obra pública que vai determinar a cobrança da contribuição, mas tão somente a realização de obra pública que tem como consequência a valorização.

⁹ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

¹⁰ Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis

A obra deve estar necessariamente concluída para que possa concretamente incidir a contribuição, até porque deve ser cabalmente comprovada a valorização imobiliária causada pela empreitada.

São atribuídos aos contribuintes garantias e ampla possibilidade de contestar aspectos da cobrança da contribuição, principalmente os montantes da valorização. A que instituir o tributo deverá, ainda, prever o prazo para o contribuinte impugnar administrativamente a cobrança, que não poderá ser inferior a trinta dias.

Os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional tratam das Contribuições de Melhoria:

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 82. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I - publicação prévia dos seguintes elementos:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo da obra;
- c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1 - A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2 - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integraram o respectivo cálculo.

O Decreto-Lei nº 195 de 24/02/1967 estabelece a base de cálculo da contribuição.

“Art. 1º. A Contribuição de Melhoria, prevista na Constituição Federal, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas”.

A base de cálculo do tributo em questão será o valor total da obra (que será suportada por todos os proprietários dos imóveis valorizados), não podendo, no entanto, a parcela individual ultrapassar o correspondente à valorização efetiva do imóvel.

A justificativa para a cobrança da contribuição de melhoria é o princípio da igualdade, uma vez que o grupo de indivíduos que teve sua propriedade valorizada deve devolver esse benefício individual a toda sociedade que, pagando impostos, contribuiu à realização da obra.

A Contribuição de Melhoria, assim como a taxa, é um tributo vinculado a uma atuação do Estado relativa à pessoa do contribuinte. No entanto, contribuição de melhoria e taxa são tributos diferentes. A distinção reside na forma da atuação estatal: nas taxas, o Estado atua no exercício do poder de polícia ou na prestação de um

serviço público, enquanto na contribuição de melhoria ele atua na realização de uma obra pública da qual decorre a valorização do imóvel do contribuinte.

3.3.1. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.

Aqui se faz referência à parcela das receitas federais arrecadadas e destinadas aos Estados e Municípios em decorrência de previsão na Constituição Federal. O principal objetivo dessas transferências é amenizar as desigualdades regionais, ou seja, “promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios”. Para muitos municípios brasileiros, esta é a principal fonte de receitas, mostrando um quadro de dependência em relação à União e aos Estados.

As principais transferências constitucionais são:

- a) Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- b) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide);
- c) Imposto sobre Produto Industrializado – Exportação (IPI Exportação);
- d) Imposto Territorial Rural (ITR);
- e) Imposto Sobre Operações Financeiras – Ouro (IOF Ouro).

Os Municípios ainda recebem dos Estados:

- f) Cota-parte do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação);
- g) Cota-parte do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

Apesar da pouca, ou nenhuma, ingerência dos municípios sobre estas receitas, o que vale dizer que eles têm pouco a fazer para aumentar sua arrecadação, estão listadas abaixo as quatro mais relevantes.

a) **Fundo de Participação dos Municípios (FPM):** é a principal fonte de recursos da maioria dos municípios brasileiros. O Fundo é constituído de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e é distribuído aos municípios proporcionalmente à sua população. Desta forma, os municípios não possuem instrumentos para melhorar o repasse.

b) **Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE):** é uma contribuição que tem como objetivo regular e ajustar as políticas de preço e tributação do setor de petróleo. A contribuição é cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás e álcool etílico. Do total arrecadado, 71% são da União e 29% devem ser compartilhados com Estados e Distrito Federal. Do total repassado aos Estados e Distrito Federal, 25% é destinado aos Municípios.

f) **Cota-parte do ICMS:** o art. 158, inc. IV, da CF estabelece que pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre as operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

g) **Cota-parte IPVA:** a CF prevê, em seu art. 158, inc. III, que pertencem aos Municípios 50% do total arrecadado do IPVA dos veículos automotores licenciados em seu território.

TRANSFERÊNCIAS LEGAIS.

As transferências legais são regulamentadas em leis específicas. Essas leis determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação de recursos e prestação de contas. Há duas formas de transferências legais:

- Transferências automáticas;
- Transferências fundo a fundo: repasse por meio da descentralização de recursos diretamente de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, utilizadas nas áreas de saúde e de assistência social.

Ambas as modalidades de transferências legais dispensam a celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

As três políticas públicas sociais – saúde, educação e assistência – foram formatadas para serem implementadas pelos municípios por meio de transferências da União e dos Estados. Nas três políticas as transferências têm uma série de condicionantes que podem fazer variar bastante os valores recebidos.

a) Saúde

A Constituição estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de forma descentralizada, com direção única em cada esfera de governo.

Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, instituiu o Fundo de Saúde para as três esferas de governo. O Fundo e o funcionamento do Conselho de Saúde, com composição paritária, são condição para o repasse dos recursos da União.

O Ministério da Saúde define e publica, anualmente, utilizando metodologia pactuada na comissão intergestores tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.

Para um município receber as transferências fundo a fundo ele deve estar habilitado em uma das condições de Gestão da Saúde definidas na Norma Operacional Básica do SUS (NOB-SUS nº 01/96) e atualizada pela Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS nº 01/02), que são:

- Gestão Plena da Atenção Básica,
- Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada e
- Gestão Plena do Sistema Municipal.

Cada nível de gestão tem condições mínimas e condições específicas de repasses de recursos.

A Portaria GM/MS n. 204, de 29 de janeiro de 2007, regulamentou o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, com o respectivo monitoramento e controle. Os recursos federais destinados às ações e serviços de saúde passaram a ser organizados e transferidos na forma de Blocos de Financiamento. São 6 (seis), os Blocos de Financiamento:

1 - Atenção Básica:

- I. Componente Piso da Atenção Básica - PAB Fixo;
- II. Componente Piso da Atenção Básica - PAB Variável:
 - a) Programa de Saúde da Família (PSF), quando qualificado;
 - b) Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), quando qualificado;
 - c) Assistência Farmacêutica Básica, quando qualificado;
 - d) Ações Básicas de Vigilância Sanitária;
 - e) Programa de Combate às Carências Nutricionais.

- 2 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
- I - Componente Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC);
- II - Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).
- 3 - Vigilância em Saúde;
- I. Componente da Vigilância e Promoção da Saúde;
- II. Componente da Vigilância Sanitária.
- 4 - Assistência Farmacêutica;
- I. Componente Básico da Assistência Farmacêutica;
- II. Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica;
- III. Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
- 5 - Gestão do SUS;
- I. Componente para a Qualificação da Gestão do SUS;
- II. Componente para a Implantação de Ações e Serviços de Saúde.
- 6 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde.
- A tabela a seguir apresenta os valores repassados da União ao Município do Rio de Janeiro.

Valores Repassados pelo FNS para o Município do Rio de Janeiro - 2016

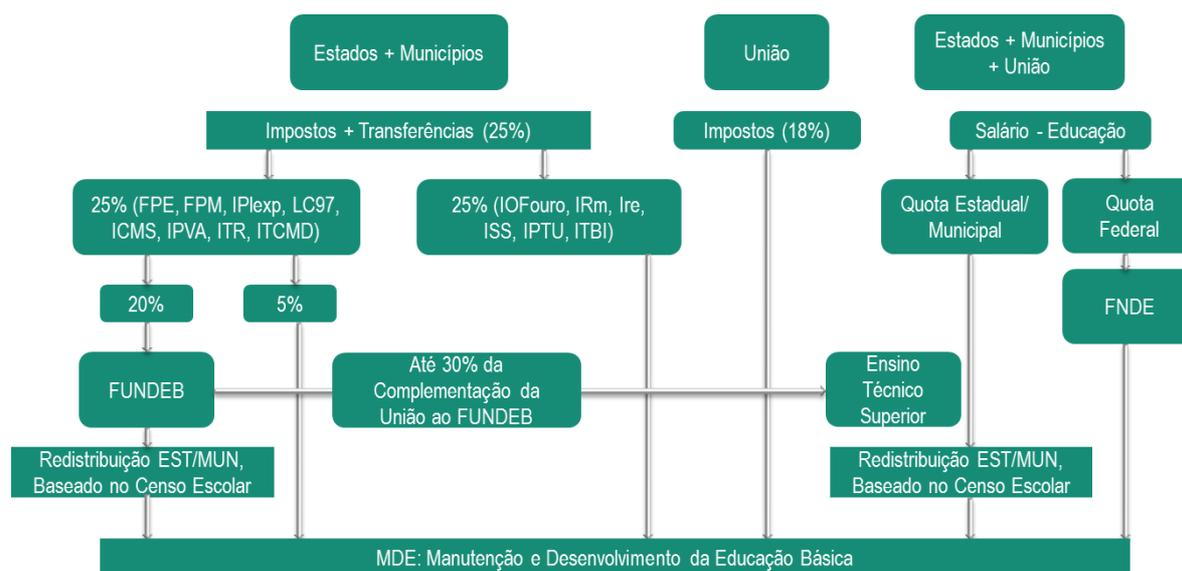
Blocos de Financiamento	Valor Repassado
Assistência Farmacêutica	35.116.618,29
Atenção Básica	367.932.026,75
Agentes Comunitários de Saúde	66.950.364,00
Assistência Financeira Complementar - 95 Por Cento	271.650,60
Atenção Domiciliar	1.100.000,00
Emap - Equipes Multiprofissionais de Apoio	48.000,00
Equipes de Consultórios na Rua	915.200,00
Fortalec. de Pol. Afetas a Atuação da Estratégia de Acs - 5 Por Cento	14.297,40
Inc Adic Assistência Financeira Complementar - Acs - 95 Por Cento	25.045,80
Inc Adic Fort Pol Afetas a Atuação da Estrat De Acs - 5 Por Cento	1.318,20
Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde	5.150.106,00
Incentivo Adicional PSF	2.450.000,00
Incentivo Adicional Saúde Bucal	490.000,00
Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica - Parcela Única	2.913.361,00
Núcleos de Apoio a Saúde da Família	12.220.000,00
PAB Fixo	146.976.669,96
Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	36.563.500,00
Programa de Requalificação de UBS - Reformas	609.999,79
Saúde Bucal - SB	12.297.530,00
Saúde Da Família - SF	78.934.984,00
Gestão do SUS	100.000,00
Programa De Financiamento das Ações de Alimentação E Nutrição (FAN)	100.000,00
Investimento	12.449.456,68
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	2.039.200,00
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	7.574.500,00
Programa De Requalificação De UBS – Construção	154.600,00
Serviços de Atenção as Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	1.214.490,00
Unidades Básicas De Saúde – UBS	1.466.666,68

Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	926.626.583,94
Vigilância em Saúde	65.811.003,65
Ações Contingenciais De Vigilância Em Saúde (PVVS)	527.479,77
Assistência Financeira Complementar - Ace - 95 Por Cento	18.967.377,00
Fortalec. de Pol. Afetas a Atuação da Estratégia de Ace - 5 Por Cento	998.739,30
Inc. Adic. Assistência Financeira Complementar - Ace - 95 Por Cento	3.106.642,50
Inc. Adic. Fort. Pol. Afetas a Atuação da Estrat de Ace - 5 Por Cento	163.507,50
Inc as Ações de Vig. Prev E Cont das Dst/Aids e Hepatite Virais (PVVS)	3.757.211,12
Inc. para Implant. e Manut. Ações Serv. Public. Estrat. de Vig.(PVVS)	849.000,00
Incentivos Pontuais para Ações de Serviços de Vigilância em Saúde IPVS	4.842.842,97
Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) Parcela	23.671.165,76
Piso Fixo de Vigilância Sanitária - Parte Anvisa (Parcela)	204.903,16
Piso Fixo de Vigilância Sanitária Parte - FNS (Parcela)	3.662.447,88
Programa De Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PVVS)	5.059.686,69
Total Geral	1.408.035.689,31

b) Educação

Assim como na saúde, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação¹¹, cofinancia as ações de educação. A partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a política pública de educação se consolidou nos últimos anos.

No diagrama abaixo podemos ver as fontes de recursos e a composição de ambos os Fundos.



Fonte: Sylvia Cristina Toledo Gouveia- Coordenadora-Geral do FNDE- FUNDEB

O FNDE possui alguns programas que destinam recursos a Estados e municípios para a melhoria da educação de crianças e jovens em todo o Brasil. Podemos citar os seguintes programas:

- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações; de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais.

¹¹ Ver detalhes em www.mec.gov.br, visitado em agosto de 2017.

- Programa Brasil Carinhoso: destina recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.
- Programa Formação pela Escola: é um programa de formação continuada, na modalidade a distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.
- Programa PAR- Plano De Ações Articuladas: consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.
- Programa Banda Larga nas Escolas: prevê o atendimento de todas as escolas públicas urbanas de nível fundamental e médio, participantes dos programas E-Tec Brasil.
- Programa PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar: oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar: transferência de recursos financeiros para custear despesas com manutenção da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.
- Programas do Livro: compreendem as ações de dois programas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio dos quais o governo federal provê as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.
- Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar: visa garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil, em dois eixos principais: (i) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE; e (ii) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil.
- Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo): tem o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

A tabela abaixo apresenta os dados das transferências correntes da União para o município do Rio de Janeiro no ano de 2016 para as ações de educação.

Transf. do FNDE Salário-Educação/FNDE – Lei 10832-29/2003	R\$ 375.943.558,21
Transf. do FNDE-PDDE/FNDE - Dinheiro Direto na Escola-PDDE	R\$ 23.840.482,45
Transf. do FNDE-Programa PNAE - Merenda Escolar	R\$ 70.744.564,00
Transf. do FNDE - Programa PROJOVEM Urbano - SME	R\$ 997.060,50
Transferências de recursos do FUNDEB	R\$ 2.190.242.179,93
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela FPM	R\$ 143.961.680,73
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela LC 87/96	R\$ 6.124.511,04
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela ICMS	R\$ 1.683.063.676,38
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela IPI-EX	R\$ 41.191.545,78
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela FPE	R\$ 79.611.505,15
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela ITCM	R\$ 71.612.982,42
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela IPVA	R\$ 164.220.025,92
Transferências de recursos do FUNDEB - Parcela ITR	R\$ 456.252,51
Total das Transferências Correntes da União	R\$2.661.767.845,09

c) Assistência Social

A Constituição Federal reconheceu a Assistência Social como política pública não contributiva, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, integrante do Sistema de Seguridade Social Brasileiro, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8742/1993). Em 2012, a Lei 12.435/2011 inseriu o Sistema Único de Assistência Social - SUAS na LOAS.

A política de assistência social, que integra as políticas públicas sociais junto com saúde e educação, foi a última a ser estruturada e ainda tem um enorme desafio que é passar de uma ação assistencialista, muitas vezes identificada com a primeira dama, para uma política pública. Por ter sido estruturada mais recentemente, podemos observar claras as semelhanças entre o SUS e o SUAS, tanto na estrutura quanto na metodologia de financiamento.

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e a organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, com comando único, considerando os níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

- Para receber recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS o município deve cumprir as seguintes condições:
- A constituição do Conselho de Assistência Social;
- A elaboração do Plano de Assistência Social;
- A instituição e funcionamento do fundo;
- Alocação orçamentária e a destinação de recursos próprios diretamente no Fundo de Assistência Social, consignados exclusivamente à Assistência Social;
- Constituir Unidade Orçamentária para cada Fundo de Assistência Social nas respectivas esferas de governo contemplando os recursos destinados aos serviços, às ações, aos programas, aos projetos e benefícios de Assistência Social (devem ser previstas as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).

A partilha de recursos é realizada com base em critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que possui representantes das três esferas de governo, propiciando a equalização no repasse dos recursos.

O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, é realizado por meio do Ministério do Desenvolvimento Social¹², em Blocos de Financiamento, que se destinam a cofinanciar:

- I. as Proteções Sociais Básica e Especial, em seu conjunto de serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente;
- II. a gestão do SUAS;
- III. a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único; e
- IV. outros, conforme regulamentação específica.

IGDSUAS (Índice de Gestão Descentralizada do SUAS) é o instrumento de avaliação da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e Estados. O índice varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1 melhor desempenho da gestão – maior valor de apoio financeiro como forma de incentivo de aprimoramento da gestão.

¹² Ver detalhes em www.mds.gov.br, visitado em agosto de 2017.

As regras básicas para utilização do IGD são: despesas com o aprimoramento da gestão do SUAS por meio do fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Pelo menos 3% dos recursos transferidos no exercício financeiro deverão ser gastos com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados. Observada a vedação da utilização dos recursos para o pagamento de pessoal efetivo e gratificações de qualquer natureza a servidor concursado de qualquer uma das esferas.

Na Tabela abaixo podemos verificar os valores repassados pelo Governo Federal ao Município do Rio de Janeiro no âmbito da política de Assistência Social. Cabe ressaltar que existe uma Lei Estadual onde o Estado do Rio de Janeiro cofinancia os municípios transferindo a eles um percentual da transferência federal. No ano de 2016, esses recursos não foram repassados e justificados pela crise fiscal pela qual o Estado do RJ passa.

Transferências de Recursos do FNAS	R\$ 42.258.478,80
Transf. do FNAS – Bolsa Família	R\$ 7.870.293,30
Transf. do FNAS – Piso Básico Fixo	R\$ 9.942.702,34
Transf. do FNAS – Piso de Alta Complexidade	R\$ 14.373.917,91
Transf. do FNAS – Piso de Transição de Média Complexidade	R\$ 541.222,46
Transf. do FNAS – Piso Fixo de Média Complexidade	R\$ 8.339.723,53
Transf. do FNAS – Port.União-MDS434/2008- Programa -Benefício de Prestação Continuada na Escola	R\$ 45.360,00
Transf. do FNAS - Índice Gestão Descent/SUS-IGD SUAS	R\$ 678.092,76
Transf do FNAS - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	R\$ 212.166,50
Transf do FNAS – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	R\$ 255.000,00

Um levantamento preliminar mostra que os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possuem margem para aumentar o valor do IDG de forma expressiva. A coluna “Repassado” registra o valor repassado a cada município na rubrica IGDM. Na coluna “Cadastro” o valor possível de ser repassado apenas atualizando o cadastro do Bolsa Família e na coluna “Máximo” registra o valor máximo do IGDM caso o município cumprisse todas as condicionalidades.

Município	Repassado	Cadastro	Máximo	Cadastro/Repassado
Belford Roxo	78.187,22	157.326,84	213.520,45	101,22
Cachoeiras de Macacu	12.091,06	20.054,36	22.182,88	65,86
Duque de Caxias	102.184,36	273.262,47	340.014,68	167,42
Guapimirim	11.968,49	16.577,43	20.760,03	38,51
Itaboraí	33.353,75	79.716,68	89.553,75	139,00
Itaguaí	14.795,48	32.418,47	40.919,45	119,11
Japeri	15.668,99	36.495,91	48.977,50	132,92
Magé	44.287,37	80.331,32	95.002,05	81,39
Maricá	21.584,82	30.187,50	35.306,70	39,86
Mesquita	17.330,52	47.310,45	62.176,40	172,99
Nilópolis	15.594,00	38.318,32	47.697,65	145,72
Niterói	33.145,34	76.752,90	91.083,85	131,56
Nova Iguaçu	120.033,38	275.252,88	335.756,85	129,31
Paracambi	12.194,38	17.890,74	18.722,28	46,71
Queimados	28.867,33	50.503,55	61.464,98	74,95
Rio Bonito	10.493,61	19.236,45	20.373,93	83,32
Rio de Janeiro	667.850,32	1.527.484,66	1.639.584,38	128,72
São Gonçalo	153.574,82	272.057,39	325.800,48	77,15
São João de Meriti	34.443,41	131.463,47	167.070,48	281,68
Seropédica	14.230,34	27.971,01	29.332,88	96,56
Tanguá	6.367,60	13.736,34	15.161,58	115,72

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Os diversos Ministérios fazem, constantemente, programas e ações onde descentralizam recursos financeiros para outras esferas de governo – Estados e Municípios – e para instituições privadas sem fins lucrativos. Durante muito tempo essas transferências eram feitas com base em Convênios. Depois da promulgação da Lei no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, a metodologia foi alterada e chama-se Termo de Cooperação ou Termo de Fomento. As regras estão mais claras, mas um pouco mais sofisticadas.

É fundamental que as gestões municipais tenham um controle sobre as publicações de Editais e possibilidades de mobilização de recursos. É igualmente importante o município ter uma equipe técnica capaz de elaborar projetos, implementá-los, acompanhá-los e preparar a prestação de contas. Esse processo é normatizado pelos órgãos de controle e requer qualificação específica.

3.3.2. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As administrações públicas possuem algumas possibilidades de acesso ao crédito tanto em instituições financeiras brasileiras como em organismos internacionais. No âmbito das instituições financeiras brasileiras, circunscrito ao Estado do Rio de Janeiro, temos: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – Caixa e Banco do Brasil.

O Ministério das Cidades¹³ também oferece apoio aos municípios utilizando-se de agentes financeiros, especialmente os públicos, como Caixa e BNDES.

No âmbito de organismos internacionais podem ser citados o Banco Mundial – BIRD, Banco Interamericano – BID e a Cooperação Andina de Fomento – CAF.

Pode-se observar que poucos municípios do Estado do Rio de Janeiro acessaram estes mecanismos e que os maiores municípios acessam um número maior de vezes e com valores mais elevados. Esta é uma constatação, mas não se pode afirmar os motivos, apenas supor que há problemas tanto do lado dos municípios, como pouca capacidade técnica de elaborar projetos e executá-los; assim como do lado das agências de fomento pela complexidade de seus processos e pouca divulgação de seus mecanismos. Porém, o fato é que do universo dos 21 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro um número bem reduzido teve acesso a estas fontes de financiamento, como poderá ser visto ao longo do trabalho.

É muito importante alertar para o processo sofisticado de autorização prévia à contratação de empréstimos. A instituição financeira deverá exigir a comprovação do cumprimento das exigências legais para a realização de operação de crédito com o Município. Se assim não proceder, a operação será cancelada e a instituição não receberá os juros e demais encargos. O processo de autorização pode ser bastante moroso dependendo da qualidade das informações geradas pelos municípios. Desta forma, recomenda-se que o chefe do poder executivo que deseje contratar um empréstimo interno ou externo se organize para o cumprimento das exigências. Em anexo – Anexo 7 – pode-se verificar o fluxo completo de pedido de autorização em manual elaborado pelo Ministério da Fazenda.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

O BNDES¹⁴, cumprindo seu papel de promotor do desenvolvimento, possui linhas e programas específicos para o setor público. O Banco apoia projetos nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com o escopo do trabalho serão abordados apenas os mecanismos de financiamento a municípios.

As operações com o BNDES podem ser diretas ou indiretas. No segundo caso, haverá um agente financeiro que repassará os valores, o que resulta em um aumento do custo financeiro para o tomador final.

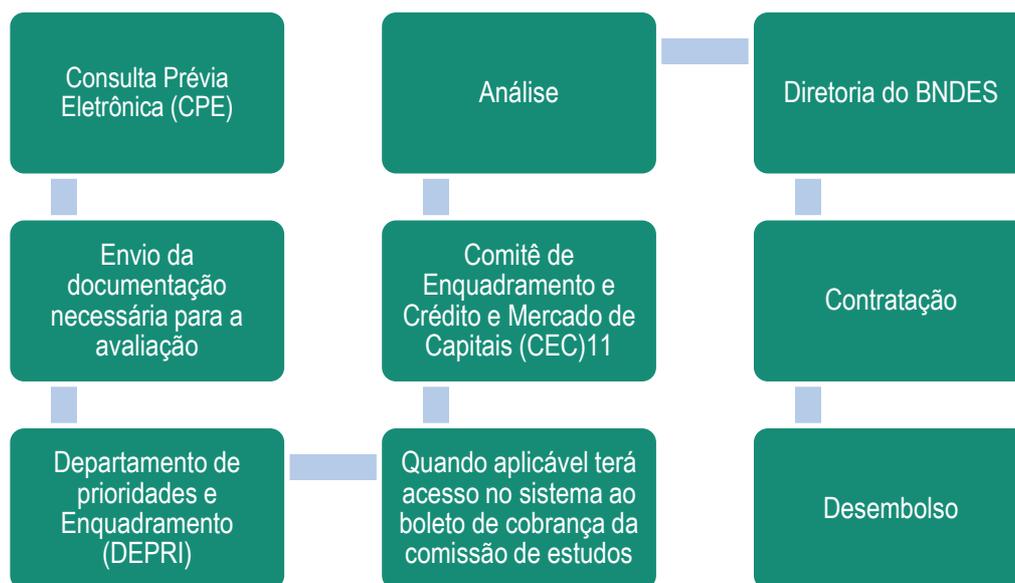
¹³ Ver detalhes em www.cidades.gov.br, visitado em agosto de 2017.

¹⁴ Ver detalhes em www.bndes.gov.br, visitado em agosto de 2017.

A taxa de juros praticada pelo BNDES, TJLP – taxa de juros de longo prazo, é fixada e divulgada pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente a taxa está fixada em 7% ao ano. Segundo a MP 777, que foi votada no Congresso Nacional, a TJLP será substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP) nos contratos do BNDES, firmados a partir de 1º de janeiro de 2018.

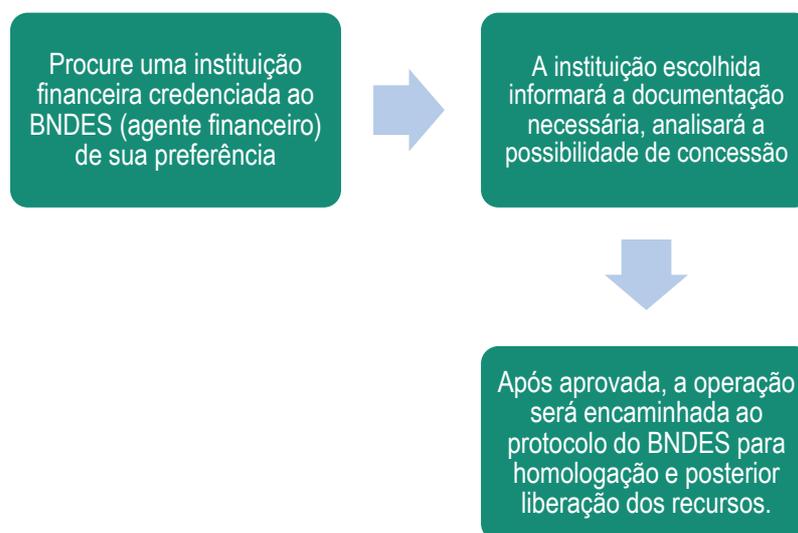
Diversos estudos mostram que esta alteração terá como consequência a elevação do custo financeiro do BNDES para o tomador final.

Uma informação fundamental é conhecer e entender o fluxo de um pedido de empréstimo ao BNDES, diferenciando-se as modalidades direta e indireta. No apoio direto, o município terá um relacionamento sem nenhum intermediário com o BNDES. As etapas a seguir ilustram um fluxo genérico.



Os prazos associados a este fluxo variam muito e dependem também da capacidade de resposta dos municípios. Considerando a necessidade de autorização para endividamento do município, os prazos se dilatam muito.

As operações indiretas possuem um fluxo um pouco diferente, uma vez que existe o agente financeiro intermediando a operação.



Apesar do grande número de programas e linhas destinadas ao setor público verifica-se que os municípios ainda acessam pouco este mecanismo. Restringindo o escopo ao Estado do Rio de Janeiro e a contratos assinados a partir de 1994, verificamos que apenas 17 municípios mantiveram relação econômica com o BNDES.

Tabela 3.2.A – Municípios do estado do RJ com empréstimos no BNDES – 1994 a 2017

Fonte: BNDES – site oficial

Município	R\$ Mil
Barra Mansa	4.595,83
Duque de Caxias	17.606,14
Iguaba Grande	1.105,00
Maricá	10.777,20
Niterói	37.472,57
Nova Friburgo	15.933,74
Nova Iguaçu	8.425,45
Paracambi	2.845,86
Petrópolis	4.191,09
Pirai	487,72
Quatis	2.193,83
Resende	4.213,13
Rio Claro	1.208,00
Rio de Janeiro	5.959.342,06
Santo Antônio de Pádua	758,56
São João de Meriti	18.763,11
Valença	1.105,18
Total	6.091.024,49

Considerando que o PMAT pode ser considerado como o início de uma gestão mais eficiente e eficaz, a situação da RMRJ ainda fica pior, pois apenas 14 municípios acessaram esta linha, conforme tabela abaixo.

Tabela 3.3.3.B – Municípios do estado do RJ com empréstimos no BNDES no Programa PMAT 1994 a 2017

Fonte: BNDES – site oficial

Município	R\$ Mil
Barra Mansa	2.773,80
Duque de Caxias	15.626,29
Maricá	10.777,20
Niterói	34.313,52
Nova Friburgo	2.672,24
Nova Iguaçu	8.425,45
Petrópolis	4.191,09
Pirai	487,72
Quatis	2.193,83
Resende	4.213,13
Rio de Janeiro	170.196,14
Santo Antônio de Pádua	758,56
São João de Meriti	18.450,79
Valença	1.105,18
Total	276.184,96

Segundo o sítio eletrônico do BNDES, existem diversas linhas e programas que atendem a administração pública. A seguir linhas e programas que podem ser acessados por municípios. É importante ressaltar que existe um contingenciamento por parte do Governo Federal. Os Programas PMAT e Avançar Cidades estão descontingenciados por Lei. Pode-se ver a descrição completa dos programas no sítio eletrônico do BNDES.

Forma de Apoio	Objetivo
Avançar Cidades – Saneamento	Condições e critérios de apoio do BNDES a operações de crédito selecionadas no âmbito da Instrução Normativa nº 29 do Ministério das Cidades.
BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos municípios	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para projetos multissetoriais, sustentáveis e integrados alinhados ao planejamento municipal.
BNDES Finem - Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para a modernização da administração tributária, financeira, gerencial e patrimonial das administrações municipais.
BNDES PMAT Automático - investimento	Financiamento de até R\$ 20 milhões para a modernização da administração tributária, financeira, gerencial e patrimonial das dos municípios.
BNDES PMAT Automático - máquinas e equipamentos	Financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos para modernização da administração tributária e patrimonial dos municípios.
BNDES Automático - Projetos de Investimento	Financiamento de até R\$ 20 milhões para projetos de investimento de empresas de todos os setores.
BNDES Finame - BK Aquisição e Comercialização	Financiamento para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas.
BNDES Finem - Eficiência Energética	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para projetos voltados à redução do consumo de energia e aumento da eficiência do sistema energético nacional.
BNDES Finem - Educação, Saúde e Assistência Social	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para melhoria e expansão de serviços de educação, saúde e assistência social.
BNDES Finem - Aquisição de bens de capital	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos.
BNDES Finem - Conteúdos culturais e editoriais	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para produção e distribuição de conteúdos culturais e editoriais (exceto investimentos em inovação e educação).
BNDES Finem - Inovação	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para investimentos em inovação.
BNDES Finem - Outras linhas de financiamento	Financiamentos a investimentos não contemplados nas demais linhas, tais como ampliação de capacidade produtiva de grandes empresas, internacionalização e outros.
BNDES Finem - Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para investimentos na recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade.
BNDES Fundo Social	Apoio não reembolsável a projetos de caráter social voltados à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento social.

As condições financeiras que prevalecem para os municípios é:

- Custo financeiro - Operações diretas: TJLP + 2,7% aa
- Operações indiretas: TJLP + 2,1% aa + taxa do agente financeiro
- Participação do BNDES: 80% (em média)
- Prazo: entre 15 e 20 anos
- Garantias reais

Com as crises fiscais vividas por nossa economia nas últimas décadas novos modelos de oferta de bens e serviços públicos apareceram. Entre eles podemos citar: Parcerias Público-Privadas (PPP) e os consórcios públicos. Em ambos os casos o BNDES pode financiar os projetos.

Parcerias Público-Privado - PPP

A Parceria Público-Privada (PPP) foi formatada pela Lei nº 11.079, de 30.12.2004. Uma PPP é um contrato de prestação de obras ou serviços não inferiores a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal.

A PPP se diferencia de uma concessão comum pela forma de remuneração do parceiro privado. Na concessão comum, o pagamento é realizado com base nas tarifas cobradas dos usuários dos serviços concedidos. Já nas PPPs, o agente privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas cobradas dos usuários dos serviços mais recursos públicos.

De acordo com a lei da PPP, as parcerias podem ser de dois tipos:

- Concessão Patrocinada: As tarifas cobradas dos usuários da concessão não são suficientes para pagar os investimentos feitos pelo parceiro privado. Assim, o poder público complementa a remuneração da empresa por meio de contribuições regulares, isto é, o pagamento do valor mais imposto e encargos.
- Concessão Administrativa: Quando não é possível ou conveniente cobrar do usuário pelo serviço de interesse público prestado pelo parceiro privado. Por isso, a remuneração da empresa é integralmente feita por pelo poder público.

No contrato de Parceria Público-Privado devem constar algumas obrigações como:

- Penalidades aplicáveis ao governo e ao parceiro privado em caso de inadimplência, proporcional à gravidade cometida;
- Formas de remuneração e de atualização dos valores assumidos no contrato;
- Critérios para a avaliação do desempenho do parceiro privado;
- Apresentação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes para a realização da obra ou serviço.

A literatura mostra alguns argumentos que apontam para as vantagens do modelo de PPP, tais como:

- Possibilidade de superar a escassez de recursos públicos para investimentos de grande porte. O setor privado ofertaria esses recursos;
- Redução de custo no ciclo de vida do projeto: nos projetos em PPP que requerem prestação de serviço de operação e manutenção;
- Melhor alocação de risco;
- Melhoria da qualidade do serviço.

Os municípios podem utilizar este modelo, entendendo que aumenta muito o grau de sofisticação para a elaboração do projeto e sua tramitação nos órgãos financiadores. Porém, viabiliza certos investimentos que seriam inexecutáveis apenas com recursos públicos.

O BNDES, assim como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento possuem experiência em financiar esta modalidade e seus produtos financeiros podem ser usados no modelo de PPP.

Consórcios Públicos

Segundo a legislação pertinente define-se Consórcio Público como pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Área de atuação do consórcio público: área correspondente à soma dos seguintes territórios, independentemente de figurar a União como consorciada:

- a) dos Municípios, quando o consórcio público for constituído somente por Municípios ou por um Estado e Municípios com territórios nele contidos;
- b) dos Estados ou dos Estados e do Distrito Federal, quando o consórcio público for, respectivamente, constituído por mais de um Estado ou por um ou mais Estados e o Distrito Federal; e
- c) dos Municípios e do Distrito Federal, quando o consórcio for constituído pelo Distrito Federal e Municípios.

No campo gerencial, os consórcios agilizam a execução de projetos, barateiam custos e atendem mais direta e adequadamente às demandas locais e regionais:

- Garantem maior cooperação, maior descentralização e mais prestígio para os municípios;
- Garantem ganhos de escala, melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira de grupos de municípios;
- Permitem alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou em espaços regionais e territórios, melhorando a prestação dos serviços públicos colocados à disposição dos cidadãos;
- Contribuem para a transparência das ações das esferas de poder envolvidas e para a racionalização e otimização na aplicação dos recursos públicos.

A maior vantagem da constituição de um consórcio é o compartilhamento dos custos, que podem ser muito elevados para apenas um ente da federação, assim como o compartilhamento do serviço ofertado. Muitas vezes um equipamento eficiente tem capacidade muitas vezes superior à demanda de um único município. Porém, se outros municípios usarem esse mesmo equipamento, haverá um ganho de eficiência.

Quando a lei do consórcio foi promulgada houve um otimismo grande na superação de alguns gargalos na oferta de determinados serviços públicos, por exemplo, na gestão de resíduos sólidos. Porém, o modelo não resultou em projetos implantados. As dificuldades se sobrepujaram às vantagens.

Em relação ao modelo de financiamento, mais uma vez, o BNDES possui instrumentos e produtos capazes de oferecer linhas de financiamento adequadas ao modelo utilizado.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA

Criada em 1861 por Dom Pedro II, a Caixa¹⁵ acompanhou a história do Brasil e se tornou um agente financeiro que cumpre papel importante no desenvolvimento brasileiro. Ao longo do tempo especializou-se nos setores de infraestrutura, financiamento imobiliário, saneamento, entre outros.

A Caixa também assumiu o papel de agente financeiro executor de uma série de programas sociais do governo federal, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Além disso, assumiu papel de agente financeiro e diversas transferências realizadas pela União aos municípios são feitas através da Caixa.

Com larga experiência no setor público, a Caixa possui diversas linhas e programas além de atuar como agente financeiro repassando recursos do BNDES ou do Ministério das Cidades. As linhas e programas destinados ao setor público, que constam do sítio eletrônico da Caixa, podem ser vistos a seguir. É importante pontuar que grande parte destes programas não estão acessíveis no momento, como será explicado adiante.

- a) Desenvolvimento Social
 - Agente financeiro do Bolsa Família
 - Programa Caminho da Escola

- b) Meio Ambiente e Saneamento
 - Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário
 - Brasil Joga Limpo
 - Saneamento Ambiental Urbano
 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto
 - Gestão de Recursos Hídricos
 - Infraestrutura Hídrica
 - Resíduos Sólidos Urbanos
 - Sistema de Drenagem Urbana Sustentável
 - Prevenção e Resposta a Desastres Naturais

- c) Urbanização, Transporte e Infraestrutura
 - Pró-Municípios
 - Mobilidade Urbana
 - Pró-Transporte
 - Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC
 - Provias
 - Urbanização e Regulamentação de Assentamentos
 - Acompanhamento – Fortalecimento da Gestão Urbana

- d) Patrimônio Cultural, Histórico e Turismo
 - Turismo no Brasil

- e) Habitação Popular
 - Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR

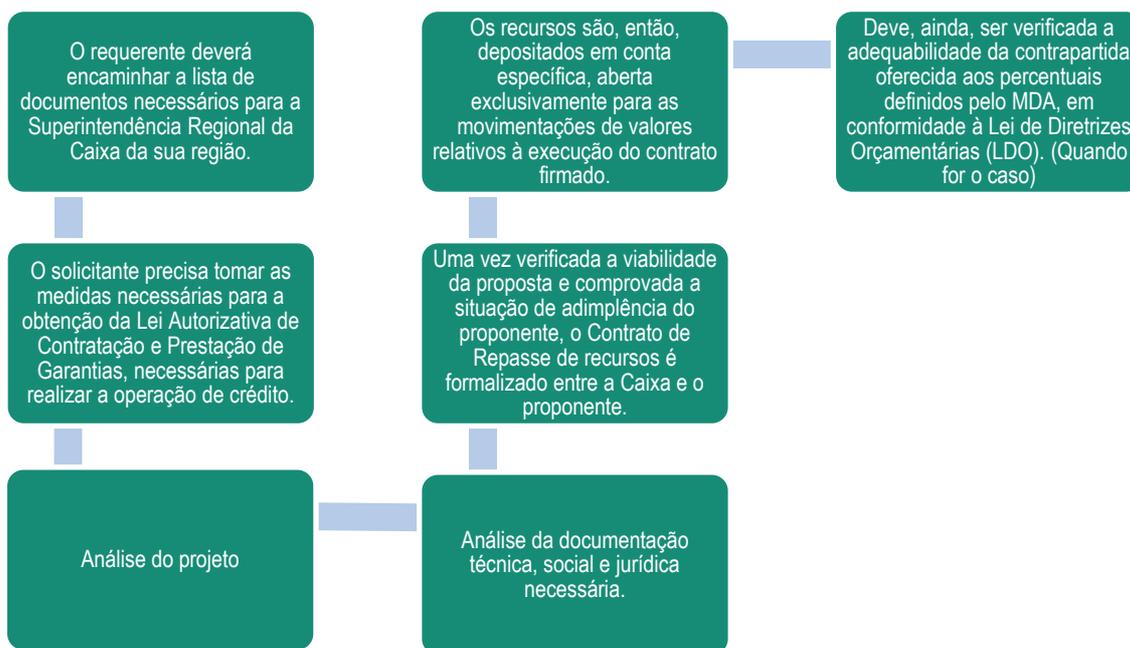
¹⁵ Ver detalhes em www.caixa.gov.br, visitado em agosto de 2017.

Minha Casa Minha Vida Associativo
 Pró-Moradia
 Programa Nacional de Habitação Rural
 Urbanização e Regulamentação de Assentamentos
 Habitação de Interesse Social

Como foi dito acima, estes programas não estão abertos para solicitação de financiamento. Segundo pesquisas realizadas, concluiu-se que a Caixa está operando o Avançar Cidades do Ministério das Cidades, que substituiu o PAC. As condições deste programa já foram apresentadas no bloco do BNDES, uma vez que também é agente financeiro do programa.

Na área de habitação, recebeu-se a informação de que o Ministério das Cidades está concentrando suas ações dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Neste programa, mesmo que o município não seja o responsável pela captação dos recursos, ele possui papel muito relevante em todo o processo de planejamento e implementação dos investimentos.

O fluxo abaixo apresenta um modelo genérico de acesso aos recursos da Caixa.



O sítio eletrônico da Caixa não apresenta as condições financeiras dos programas. Pesquisando os contratos do Estado do Rio de Janeiro com diversas instituições financeiras foram encontrados contratos firmados com a Caixa e as condições podem ser vistas a seguir.

Programa/Objetivo	Correção	Juros	Prazo (Anos)
PNAFE	DÓLAR	2,68% (Libor trimestral + spread vr)	19,35
SANEAMENTO I	TR(FGTS)	6%	22,72
SANEAMENTO II	TR(FGTS)	6%	20,43
CONTRAPARTIDA (FIN. BNDES)	PAC SE TJLP<6%=0; SE TJLP>6%=TJLP/1,06	7,8% (TJLP até 6% +1,8%)	9,63
VIA LIGHT	UPR-CEF	6%	23,99
PROCOI	IPCA	6,6%	20,03

Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

BANCO DO BRASIL

Fundado em 1808 por Dom João VI, o Banco do Brasil¹⁶ foi a primeira instituição financeira do país. Atualmente, o Banco do Brasil se define como um Banco pelo desenvolvimento do Brasil, tendo como missão ser um banco rentável e competitivo, atuando com espírito público em cada uma de suas ações, junto a clientes, acionistas e toda sociedade.

Assim como a Caixa, o Banco do Brasil é um importante agente financeiro do Governo Federal ofertando diversos serviços financeiros aos municípios brasileiros.

Quanto às linhas de crédito aos municípios ofertados pelo Banco do Brasil, segundo o sítio eletrônico do Banco, pode-se listar:

- a) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um modo de os países que não fazem parte do Anexo I da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC) viabilizarem seu desenvolvimento sustentável através da implementação de projeto que contribua para o objetivo final da Convenção e, por outro lado, prestar assistência aos países que fazem parte do Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa.
- b) Educação
 - Caminho da Escola - BNDES
- c) Infraestrutura
 - Linhas de Crédito BNDES
 - Linha de Crédito FINAME
 - Parcerias Público-Privadas
 - Programa Eficiência Municipal é uma solução de crédito para os municípios, que tem como objetivo proporcionar investimentos para a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e softwares, além de projetos para as áreas de saúde, educação, iluminação pública, intervenção viária e modernização da gestão municipal.

Essa linha de crédito possui muita similaridade com o Programa PMAT do BNDES.

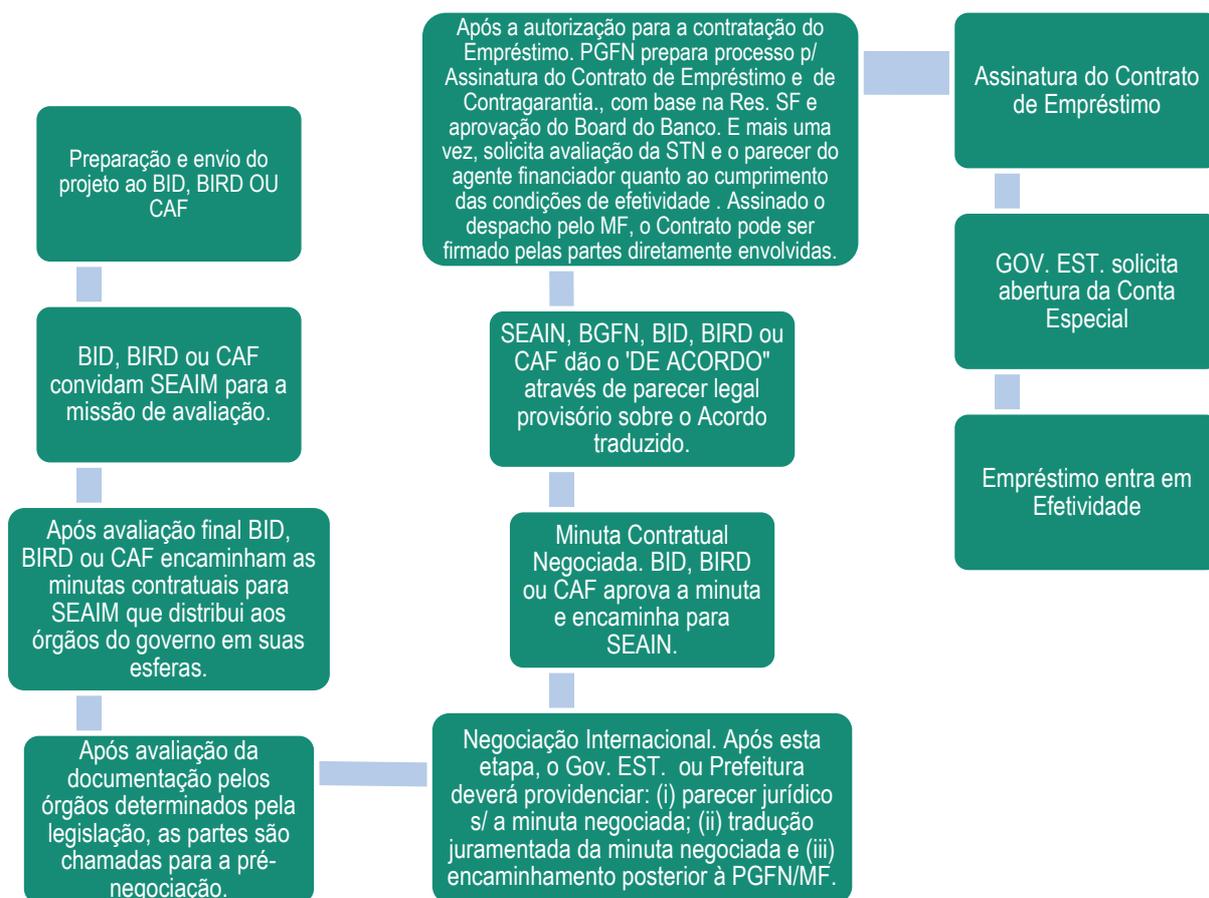
O Estado do Rio de Janeiro tem alguns contratos de financiamento celebrados com o Banco do Brasil. Em sua grande maioria o Banco do Brasil atuou como agente financeiro do BNDES, como foi o caso dos contratos do

¹⁶ Ver detalhes em www.bb.com.br, visitado em agosto de 2017.

Programa PEF I e II, SEAPPA I e II e Proinvest. Diretamente com o Banco do Brasil o Estado possui dois contratos, a saber:

Programa/Objetivo	Correção	Juros	Prazo (Anos)
PRÓ CIDADES	DÓLAR	4,59% (Libor sem. + 3,85%) + IR/s/prest.	20,01
PRÓ CIDADES II	DÓLAR	4,30% (Libor sem. + 3,73%) + IR/s/prest.	20,02

Os organismos internacionais também ofertam recursos financeiros para o setor público. Apesar da sofisticação das demandas destes organismos e da necessidade de qualificação dos gestores públicos, esses recursos são uma opção importante na captação de recursos para o setor público. Abaixo vê-se um fluxograma genérico para empréstimos externos.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA – CAF (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO)

A CAF¹⁷ é um banco de desenvolvimento fundado em 1970 e formado por 19 países, sendo 17 da América Latina e o Caribe, mais Espanha e Portugal, assim como por 14 bancos privados da região. Os países são: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

¹⁷ Ver detalhes em www.caf.com, visitado em agosto de 2017.

O banco promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado da América Latina. Modalidades:

- Empréstimos;
- Empréstimos Sindicados;
- Cooperação Técnica.

Empréstimos

Os empréstimos são a principal modalidade operacional da CAF e podem ter curto prazo (1 ano), médio prazo (de 1 a 5 anos) e longo prazo (mais de 5 anos), e podem ser de diferentes tipos: Empréstimos para o comércio (Pré-embarque e Pós-embarque) e de capital de giro, empréstimos para projetos e de garantia limitada.

Os empréstimos ao setor público são chamados pela CAF de operações de risco soberano e junto com empréstimos ao setor privado compõem a carteira da CAF. Os empréstimos podem ser outorgados em qualquer etapa da execução dos projetos.

A CAF oferta financiamento para projetos em diversas áreas, tais como:

- infraestrutura relacionados a rodovias,
- transporte,
- telecomunicações,
- geração e transmissão de energia,
- água e saneamento ambiental,
- desenvolvimento fronteiriço e a integração física entre os países acionistas.

Empréstimos Sindicados

Muitas vezes um município não consegue acessar uma instituição financeira, o principal motivo é a exposição de risco. Os empréstimos sindicados reduzem a exposição de cada agente financeiro dividindo o risco entre eles. Desta forma, uma instituição financeira pode exercer a liderança de uma operação de crédito e outras instituições participam da operação em um único empréstimo.

Cada instituição, inclusive a CAF, participa proporcionalmente como sócio nos direitos e obrigações que assumiram no contrato de empréstimo, com base no aporte econômico respectivo efetuado. É assim que os credores distribuem os ganhos e as perdas de acordo com a parte da alíquota correspondente.

Os empréstimos sindicados podem ter várias formas, dependendo do nível do juro e risco da instituição financeira líder (titular e/ou administradora do empréstimo) e os Participantes. Com esta premissa, as operações sindicadas na CAF podem assumir a forma de Co-financiamento ou de Empréstimo A/B.

Co-financiamento

Por meio deste produto, a CAF e os Participantes atendem de forma conjunta às necessidades de financiamento de um cliente. Nesta forma, as condições financeiras do crédito podem ser iguais se a CAF e as instituições tiverem condições comuns, ou simplesmente podem se estruturar de forma independente de acordo com os interesses de cada uma delas. Um co-financiamento pode ser estruturado: (i) sob o mesmo contrato de empréstimo; ou (ii) mediante contratos separados, com um acordo entre os credores.

Empréstimos A/B

Os Empréstimos A/B preservam o conceito de “pro rata”, mas modificam a capacidade de cada credor de executar seus direitos. A principal modificação consiste na atuação da CAF como único titular do total do Empréstimo A/B (ou seja, Prestador Oficial de Registro/ Lender of Record), o que acarreta em um maior nível de controle do titular pela administração.

Cooperação Técnica

A CAF financia operações especializadas que complementam a capacidade técnica dos países acionistas com o objetivo de incentivar programas inovadores que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a integração regional. As operações de cooperação técnica estão destinadas a empresas, organizações internacionais ou que fazem parte dos setores público ou privado dos países acionistas. Os pedidos de entidades públicas em vários países são priorizados através de uma única agência governamental que coordena os pedidos de recursos externos para os programas de assistência técnica que fazem parte de seus planos de desenvolvimento nacional ou regional.

Foram encontradas apenas três operações de crédito da CAF para o Estado do Rio de Janeiro, como pode ser visto a seguir:

	Ano	Objetivo	Valor US\$
Estado do Rio de Janeiro	2012	Arco Metropolitano do RJ	200.000.000
Estado do Rio de Janeiro	2012	Maracanã	120.666.000
Estado do Rio de Janeiro	2012	Provias - Rio	319.675.000
Total			640.341.000

As condições financeiras das operações com o Estado são:

Correção	Juros
DÓLAR	2,6505% (Libor semestral + 1,75%)
DÓLAR	2,7068% (Libor semestral + 1,80%)
DÓLAR	2,7571% (Libor semestral + 1,80%)
DÓLAR	2,7839% (Libor semestral + 1,80%)

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

O BID¹⁸ oferece três tipos de empréstimos para o setor público, também conhecidos como empréstimos com garantia soberana:

- Empréstimos de Investimento: este tipo de empréstimo apoia projetos de investimento do setor público e privado na América Latina e no Caribe;
- Empréstimos com base em políticas públicas: estes empréstimos apoiam reformas institucionais e de políticas de âmbito setorial ou subsetorial, por meio de fundos de desembolso rápido;
- Linha de crédito contingente para o desenvolvimento sustentável (DSL): estabelecida como linha de crédito contingente. Os empréstimos individuais são aprovados pela Diretoria Executiva e ajudam os países a lidar com choques econômicos externos.

¹⁸ Ver detalhes em www.iadb.org, visitado em agosto de 2017.

Empréstimos de investimento

Os empréstimos de investimento financiam a criação e reabilitação de infraestrutura social e econômica e desenvolvimento institucional, são eles:

Os empréstimos para projetos específicos são projetados para financiar um projeto de investimento que é totalmente definido no momento em que o empréstimo do Banco é aprovado.

Os empréstimos para vários programas de trabalho são projetados para financiar grupos de trabalhos similares que são fisicamente independentes uns dos outros e cuja viabilidade não depende da implementação de outros projetos de obras.

Os empréstimos de crédito globais são concedidos a instituições financeiras intermediárias (IFIs) ou agências similares nos países emprestados para permitir que eles sejam emprestados para mutuários finais para o financiamento de projetos multissetoriais.

A Facilidade de Crédito Contingente para Desastres Naturais destina-se a facilitar o acesso a recursos para um país atingido por um desastre catastrófico.

Os empréstimos “multiphase” fornecem suporte a longo prazo para programas que exigem operações múltiplas e interdependentes para atingir seus objetivos.

A Instalação de Preparação e Execução de Projetos fornece recursos para o financiamento de uma variedade de atividades associadas à preparação e execução de um projeto.

Os empréstimos baseados em resultados são desembolsados de acordo com a obtenção de resultados concretos em termos de desenvolvimento e execução de projetos.

Empréstimos de política (PBLs)

Esses empréstimos oferecem apoio flexível para reformas institucionais e de políticas no plano setorial ou sub-setorial, por meio de desembolso rápido de recursos. Por solicitação do mutuário, um empréstimo para ajuste setorial pode incluir um componente de investimento, tornando-se um empréstimo híbrido.

Linha de Crédito Contingente para o Desenvolvimento Sustentável

Linha de Crédito para o Desenvolvimento Sustentável estará disponível para apoiar os países que enfrentam doenças sistêmicas exógenas ou condições econômicas específicas exógenas no país. Um país pode assinar uma transação de empréstimo para cobrir choques exógenos, quer sistêmica ou específica, dependendo do país.

A tabela a seguir, extraída do sítio eletrônico do BID, mostra as principais condições de empréstimos do Banco.

Financiamento Concesional Términos y Condiciones para Préstamos Paralelos de Inversión (INV) y de Apoyo a Reformas de Política (PBL)

BID Finanzas

SOLUCIONES FINANCIERAS

Préstamos Paralelos Términos y Condiciones		
	- Términos CO concesional	- Términos estándar ¹ CO regular
Fuente de financiamiento	- Capital Ordinario (CO)	- Capital Ordinario (CO) - Facilidad de Financiamiento Flexible (FFF)
Moneda	- Dólares	- Dólares
Tasa de Interés	- Tasa fija de 0.25%	- Tasa basada en LIBOR
Vencimiento	- 40 años	- PBL: 20 años; INV: 25 años ²
Periodo de gracia	- 40 años	- 5.5 años
Vida Promedio Ponderada (VPP)	- 40 años	- PBL: 12.75 años; INV: 15.25 años
Amortización	- Pago único al término del préstamo (<i>bullet</i>)	- Pagos semestrales iguales
Margen de préstamos	- n/a	- Periódicamente determinado por el BID - Para información sobre cargos financieros dirigirse a www.iadb.org/tasas .

1 Bajo los términos de la Facilidad de Financiamiento Flexible, el Prestatario tiene la opción de solicitar modificaciones en el cronograma de amortización, así como conversiones de moneda y de tasa de interés. En la consideración de dichas solicitudes, el Banco tomará en cuenta aspectos operacionales, de manejo de riesgos, las condiciones prevaletientes de mercado, así como el nivel de concesionalidad del Préstamo, de acuerdo con las políticas aplicables y vigentes del Banco en la materia.

2 Vencimiento máximo para cada tipo de préstamo.

A seguir pode-se verificar os empréstimos contraídos por municípios fluminenses e do Estado do Rio de Janeiro.

Empréstimos Concedidos pelo BID ao Estado do RJ e seus Municípios

Ente da Federação	Ano	Objetivo	Valor em US\$
Niterói Município do Rio de Janeiro	2014	Desenvolvimento Urbano e Moradia	26.470.000
	2012	Desenvolvimento Urbano e Moradia	150.000.000
	2000	Desenvolvimento Urbano e Moradia	180.000.000
	1995	Desenvolvimento Urbano e Moradia	180.000.000
Município de Berford Roxo CEDAE	1995	Água e Saneamento	30.000.000
	2009	Desenvolvimento Urbano e Moradia	13.200.000
Estado do Rio de Janeiro	1972	Água e Saneamento	5.000.000
	1994	Meio Ambiente e Desastres Naturais	300.000.000
	1999	Desenvolvimento Urbano e Moradia	180.000.000
	2010	Modernização do Estado	19.759.050
	2011	Turismo Sustentável	112.000.000
	2012	Água e Saneamento	451.980.000
	2013	Investimento Social	60.000.000
Total			1.708.409.050

Fonte: sítio eletrônico do BID

As condições dos empréstimos feitos ao Governo Estadual são as seguintes:

Programa/Objetivo	Correção	Juros	Prazo (Anos)
PDBG (US\$ 300 milhões)	DÓLAR	4,63% (3,48% + spread vr)	25,02
PDBG (US\$ 50 milhões)	DÓLAR	3%	25,02
PNB	DÓLAR	4,84% (3,69% + spread vr)	25,02
PROFAZ	DÓLAR	1,92% (Libor trimestral + spread vr)	20,01
PRODETUR	DÓLAR	1,92% (Libor trimestral + spread vr)	24,87
PSAM	DÓLAR	1,92% (Libor trimestral + spread vr)	24,52
INCLUSÃO SOCIAL	DÓLAR	1,92% (Libor trimestral + spread vr)	24,52

BANCO MUNDIAL – BIRD

O Banco Mundial¹⁹ é uma instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo. A sede do banco está situada em Washington, D.C., Estados Unidos da América.

A missão do banco é alcançar o duplo objetivo de erradicar a pobreza extrema e de construir uma prosperidade compartilhada. O Banco Mundial é composto por duas organizações que funcionam sob uma mesma estrutura: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD ou BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA ou AID).

Para dar início a um pedido de empréstimo ao Banco Mundial o mutuário precisa passar pelo período de preparação que inclui um estudo de viabilidade e uma avaliação ambiental. Em geral, o próprio mutuário financia as atividades de preparação de seus projetos. Em casos especiais, contudo, o Mecanismo de Preparação de Projetos (MPP) adianta até US\$ 2 milhões por projeto proposto (US\$ 3 milhões para projetos com uma expectativa de custo de US\$ 200 milhões ou mais) para financiar treinamento de pessoal local e para a formulação de programas de ajuste e de capacitação. Os adiantamentos do MPP são feitos somente quando há clara possibilidade de que o Banco venha a aprovar o projeto. Os adiantamentos normalmente são reembolsados com recursos do empréstimo para o projeto, quando este estiver em vigor.

As condições dos empréstimos podem ser resumidas da seguinte forma:

- Tempo estimado para aprovação de empréstimo: a partir de quatro anos.
- Contrapartida exigida: de zero a 50%
- Prazo para pagamento: até 30 anos, com carência de três a cinco anos.
- Taxa de juros: Libor acumulada de seis meses somada a taxa variável ou fixa, geralmente de até 1,0% ao ano. Dependendo do tipo de financiamento, também é cobrada comissão inicial de cerca de 0,25% do valor do projeto.

Verificando as operações do Estado do Rio de Janeiro com o Banco Mundial observa-se que o custo financeiro variou de 1,47% aa (Libor semestral + spread vr) a 1,87% aa (Libor semestral + spread vr)

Empréstimos para Investimentos

Os empréstimos para investimentos financiam uma ampla variedade de atividades voltadas para a criação da infraestrutura física e social necessária para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável.

¹⁹ Ver detalhes em www.worldbank.org, visitado em agosto de 2017.

Empréstimos para Investimento Específico

Os empréstimos para investimentos específicos (EIE) apoiam a criação, recuperação e conservação da infraestrutura econômica, social e institucional. Além disso, podem financiar serviços de consultoria e programas de gerenciamento e treinamento.

Empréstimo para Investimento e Manutenção Setorial

Os empréstimos para investimento e manutenção setorial (EIMS) concentram-se em programas de gastos públicos em determinados setores.

Empréstimo para Programa Adaptável

Proporcionam apoio escalonado para programas de desenvolvimento a longo prazo. Envolvem uma série de empréstimos que aproveitam as lições do(s) empréstimo(s) anterior(es) da série.

Empréstimo para Aprendizado e Inovação

O empréstimo para aprendizado e inovação (EAI) apoia pequenos projetos-piloto de investimento e de fortalecimento da capacidade que, se bem sucedidos, poderiam dar lugar a projetos maiores incorporando as lições e os resultados do EAI.

Empréstimo para Assistência Técnica

O empréstimo para assistência técnica (EAT) é usado para fortalecer a capacidade institucional no país mutuário. Tal empréstimo pode focalizar esquemas organizacionais, métodos de formação de quadros de pessoal e recursos técnicos, físicos e financeiros em órgãos chaves.

Empréstimo para Intermediação Financeira

Os empréstimos para intermediação financeira (EIFs) proporcionam a instituições financeiras locais recursos de longo prazo para financiar as necessidades reais de investimento setorial. As instituições financeiras assumem o risco de crédito de cada subprojeto.

Empréstimos de Emergência para Recuperação

Os empréstimos de emergência para recuperação (EERs) apoiam a restauração de ativos e níveis de produção imediatamente após uma ocorrência extraordinária – como uma guerra, distúrbio civil ou catástrofe natural – que transtorna gravemente a economia do mutuário.

Empréstimos para Ajuste e Outros Empréstimos Não Vinculados a Projetos

Os empréstimos para ajuste proporcionam assistência de desembolso rápido a países com necessidades de financiamento externo para apoiar reformas estruturais em um setor ou em toda a economia.

Empréstimo para Ajuste Estrutural

O empréstimo para ajuste estrutural (EAE) apoia reformas que promovam o crescimento, o uso eficiente de recursos e um balanço de pagamentos sustentável a médio e longo prazo.

Empréstimo para Ajuste Setorial

O empréstimo para ajuste setorial (EAS) apoia mudanças de política e reformas institucionais em um setor específico.

Empréstimo Programático para Ajuste Estrutural

O empréstimo programático para ajuste estrutural (EPAE) é feito no contexto de um esquema plurianual de apoio escalonado a programas governamentais para reforma de políticas e fortalecimento institucional de médio prazo.

Empréstimo Especial para Ajuste Estrutural

O empréstimo especial para ajuste estrutural (EEAE) apoia reformas estruturais e sociais efetuadas por mutuários com bons antecedentes de crédito à beira de uma possível crise ou já em crise e com necessidades excepcionais de financiamento externo.

Encontramos no sítio eletrônico do BIRD menção ao empréstimo realizado ao Brasil nesta modalidade, conforme pode-se ver abaixo:

BRASIL: EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA AJUSTE SETORIAL COM PROTEÇÃO SOCIAL

MONTANTE DO EMPRÉSTIMO: US\$ 252,5 milhões

DATA DE APROVAÇÃO: 7 de janeiro de 1999

DESCRIÇÃO: O empréstimo apoia os esforços do governo para proteger gastos sociais dirigidos aos pobres e os particularmente vulneráveis a dificuldades econômicas – crianças de famílias pobres, aposentados e deficientes de famílias pobres, famílias que necessitam de acesso regular a serviços básicos de saúde de baixo custo, crianças que frequentam escolas primárias públicas e adultos que podem perder o emprego durante períodos de incerteza econômica.

Empréstimo para Recuperação

O empréstimo para recuperação (EPR) apoia programas de reforma de políticas governamentais com vistas à criação de um clima propício aos investimentos do setor privado em que haja necessidade de divisas para recuperação urgente de infraestrutura e instalações produtivas importantes.

Empréstimo para Redução da Dívida

O empréstimo para redução da dívida (ERD) ajuda países elegíveis altamente endividados a reduzir a dívida comercial e o serviço da dívida a um nível tolerável, como parte de um plano de financiamento, a médio prazo, em apoio ao crescimento sustentável.

Garantias do Banco Mundial

As garantias promovem o financiamento em países membros mutuários cobrindo riscos que o setor privado normalmente não se dispõe a absorver ou gerenciar. Todas as garantias do Banco são garantias parciais de dívidas privadas, de modo que os riscos sejam compartilhados entre o Banco e os credores privados.

Produtos e Condições Financeiras

O BIRD oferece dois tipos de empréstimos para novos financiamentos a mutuários elegíveis: empréstimos com margens fixas (EMFs) e empréstimos a juros variáveis em moeda única (EJVMUs).

A variedade de produtos financeiros dá aos mutuários flexibilidade para escolher os termos compatíveis com a sua estratégia de gestão da dívida e apropriados à sua capacidade de serviço da dívida.

Os empréstimos com margens fixas são oferecidos em determinadas moedas: dólares dos Estados Unidos, ienes japoneses, euros, libras esterlinas, francos suíços e outras moedas que o BIRD possa mobilizar eficientemente. Os empréstimos são comprometidos e pagos em uma só moeda ou em parcelas de diferentes moedas, de acordo com a solicitação do mutuário. A taxa de juros variável consiste na LIBOR para seis meses com uma margem que se mantém fixa durante todo o empréstimo. O mutuário pode, durante a vida do empréstimo, mudar a moeda dos montantes desembolsados e a desembolsar; ou pode fixar, desmarcar, fixar novamente, limitar ou usar da preempção na taxa de juros sobre os montantes desembolsados. Durante a preparação do projeto, mas antes da sua assinatura, o mutuário pode também dimensionar as condições de pagamento do EMF (período de carência, prazo de vencimento e estrutura de amortização) dentro dos limites da política financeira existente; uma vez ajustadas, as condições de reembolso não podem ser modificadas.

Os empréstimos com margem variável em moeda única são oferecidos em determinadas moedas: dólares dos Estados Unidos, ienes japoneses, euros, libras esterlinas, francos suíços e outras moedas que o BIRD possa mobilizar eficientemente. Os empréstimos são comprometidos e pagos em uma única moeda ou cesta de moedas, conforme a solicitação do mutuário. A taxa de juros variável é vinculada à taxa LIBOR para seis meses em cada moeda do empréstimo e recalculada semestralmente. A taxa constitui um repasse direto aos mutuários do custo para o Banco da mobilização de recursos para esses empréstimos.

Condições Financeiras para Novos Empréstimos do BIRD

Taxa inicial: 1,00% do montante do empréstimo, pagável na data em que entrar em vigência.

Taxa de juros: As taxas de juros são específicas para cada produto e, no caso de EMFs e EMVMUs, específicas para cada moeda.

Taxa de EIFs: 0,85% nos primeiros quatro anos, compromisso sobre o 0,75% a partir de então. Saldo não desembolsado: outros empréstimos: 0,75%

Todos os empréstimos: pode haver dispensa parcial de juros.

Dispensa de juros: Para mutuários que mantêm os pagamentos em dia, pode-se aplicar uma dispensa parcial de juros sobre saldos desembolsados e pendentes.

Vencimento: Até 25 anos, incluindo um período de carência.

Créditos da AID

Comissão de serviço: 0,75%

Taxa de compromisso: 0%-0,5% sobre o saldo não desembolsado (fixada anualmente; vem sendo de 0% desde 1989).

Vencimento: 40 anos (35 anos para países que recebem uma combinação de créditos da AID e empréstimos do BIRD) com um período de carência de 10 anos.

Consultando a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro foram encontradas as seguintes condições financeiras para os contratos com o Banco Mundial:

Programa/Objetivo	Correção	Juros	Prazo (Anos)
PET Adicional	DÓLAR	4,54% e 3,27%	14,41
PET- II	DÓLAR	1,47% (Libor semestral + spread vr)	24,52
RIO RURAL	DÓLAR	1,47% (Libor semestral + spread vr)	22,85
PRODESF / DPL I	DÓLAR	1,67% (Libor semestral + spread vr)	29,02
PRÓ-GESTÃO I	DÓLAR	1,67% (Libor semestral + spread vr)	19,51
PROHDUMS / DPL II	DÓLAR	1,87% (Libor semestral + spread vr)	29,53
PET - II Adicional	DÓLAR	1,87% (Libor semestral + spread vr)	29,21
PRODESF II / DPL III	DÓLAR	1,81% (Libor semestral + spread vr)	23,31
RIO RURAL Adicional	DÓLAR	1,81% (Libor semestral + spread vr)	22,51
PROMIT / DPL IV	DÓLAR	1,81% (Libor semestral + spread vr)	25,72
PRÓ-GESTÃO II	DÓLAR	1,77% (Libor semestral + spread vr)	25,02

3.4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A partir da década de 1980, com o veloz avanço das tecnologias de comunicação e informação, a sociedade passou a ser influenciada diretamente pelas formas de produção e de edição das informações que, por consequência, também influenciaram a forma como essa mesma informação é distribuída e recebida. Ademais, o volume cada vez maior dessa informação disponibilizada num intervalo de tempo cada vez menor, tornou as empresas, os governos e a própria sociedade, reféns de conteúdos muitas vezes ineficientes e de baixa qualidade.

A **Gestão da Informação** surgiu nesse contexto, aliando conceitos de diversas áreas com o objetivo de sistematizar e organizar o conhecimento, os dados e as informações, resultando assim na valorização e consequentemente no melhor uso da mesma. Entretanto, apesar da melhoria na qualidade e no tratamento das informações ao longo das últimas décadas, ainda encontramos nos governos, principalmente os municipais, enormes limitações na coleta, armazenamento e transparência dos dados e das informações.

Muitas das tecnologias emergentes que influenciam a administração pública se enquadram no título geral de **TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação**. O termo TIC inclui qualquer tecnologia, software ou hardware, usado para transmitir, armazenar e manipular informações sob a forma de dados. Ter uma infraestrutura de TIC mais eficiente, equipada com novas tecnologias, permite que gestores na administração pública façam mais trabalho de forma mais rápida e segura.

Os serviços digitais podem ser uma força importante no desenvolvimento econômico na da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O aumento da inovação digital cria valor agregado e novos serviços para as empresas e o governo. A adoção e uso das TIC pelas empresas, os cidadãos e o setor público contribui para economia, aumentando as receitas do governo e, finalmente, criará as condições para o desenvolvimento de novos negócios e a criação de emprego. O desenvolvimento contínuo de TIC na RMRJ contribuirá para a ampliação da demanda por serviços digitais que irá aumentar a competitividade da região.

A gestão metropolitana, a ser consolidada após a aprovação de sua governança pela Assembleia Legislativa, exigirá a integração dos dados municipais e do Estado por meio de um sistema de informação, fazendo fundamental a implantação de um software de geoprocessamento e de gestão de indicadores estratégicos para garantir a efetiva integração da gestão do território metropolitano.

3.4.1. DIAGNÓSTICO

O **Governo do Estado do Rio de Janeiro** foi por muito tempo negligente quanto à importância da tecnologia. Vários outros estados já utilizam sistemas de informações como ferramenta de suporte para tomada de decisão, mas o Rio de Janeiro, apesar dos vultosos investimentos em obras de grande porte nos últimos dez anos, deu pouca atenção a importância do setor e o mesmo permanece comparativamente inexplorado. No caso do tema metropolitano, soma-se ao fato a extinção da FUNDREM, em 1989, órgão específico que atuava com o foco no desenvolvimento institucional da Região Metropolitana.

Além da **Câmara Metropolitana de Integração Governamental** da Secretaria de Governo, órgão responsável pelo tema metropolitano enquanto a Governança não é estabelecida, outros dois atores no Governo do Estado no segmento TIC colaboram com a questão metropolitana: o **Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Fazenda (PRODERJ/SEFAZ)** e a **Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (CEPERJ/SEPLAG)**. O PRODERJ é o órgão gestor de TIC no Estado, desempenhando o importante papel de propor diretrizes e orientações técnicas voltadas para o estabelecimento da política de TIC no âmbito da administração pública estadual, e o CEPERJ tem como finalidade a pesquisa, produção, disseminação de informações, educação e prestação de serviços de interesse público.

Apesar de contar uma elevada produção de geoinformação e de dados geográficos, o quadro do Governo do Estado é extremamente fracionado, com indicadores pulverizados, que servem praticamente a setores específicos, com grave dificuldade de circulação e disseminação interna e externa, quando se trata da publicidade dos dados estaduais disponíveis à sociedade. Ademais, devido a grave crise financeira que atravessa o Estado, os órgãos que trabalham com o TIC passam por dificuldades, com ausência de infraestrutura adequada e quadro profissional insuficiente, tornando complicado suprir a demanda dos serviços prestados e das responsabilidades institucionais.

A seguir, apresentamos uma lista dos sistemas de informações geográficos estaduais existentes:

- **ISPDados** (www.ispdados.rj.gov.br): página de Dados Abertos do Instituto de Segurança Pública do Estado Secretaria de Estado de Segurança Pública (ISP/SESEG), que possui um sistema que agrega e disponibiliza indicadores gerais de segurança pública, o balanço das incidências criminais e administrativas e a produção de séries históricas para fins de análises sobre o desempenho dos índices de segurança ao longo do tempo e inclui também uma página interativa para consulta do público (<http://public.tableau.com/profile/instituto.de.seguran.a.p.blica.isp#!/>);



Sistema de consulta interativa do ISP

- **Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ)** da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC): promove uma análise do desempenho dos alunos da rede pública estadual do Rio de Janeiro, a partir de indicadores estaduais, como o IDERJ (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro), e indicadores federais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (<http://www.saerj.caeduff.net/saerj/>);
- **Secretaria de Estado de Saúde (SES)**: vem tornando público um número cada vez maior de informações de saúde relativas à população e ao estado, por meio da tabulação de dados e indicadores sociais e de saúde no Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde do Governo Federal, em especial o site do DATASUS e o TABNET (<http://www2.datasus.gov.br/>);



Sistema de consulta SES

- **Sistema de Informações Geográficas do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (SIGITERJ)** da Secretaria de Estado de Habitação (SEH): fruto de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAP), tem como objetivo a disponibilização, em ambiente web, de importantes informações georreferenciadas a respeito das áreas abrangidas pelas comunidades urbanas e rurais assistidas pelo ITERJ (<https://iterj.maps.arcgis.com/>);
- **Sistema de Integração Agropecuária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SIAPEC/SEAPPA)**: promove o Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA), por meio de um banco de dados com informações relativas ao quantitativo da produção e do faturamento dos produtores agrícolas do estado. Há dados sobre safras e culturas em escala municipal (<http://www.siapec.agricultura.rj.gov.br/siapecest/login.wsp>);

Abaixo segue lista de bancos de dados estaduais disponíveis para consulta:

- **Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (CEPERJ/SEPLAG)**: disponibiliza base de dados composta por informações socioeconômicas municipais e/ou agregadas para Estado,

Região de Governo, Mesorregião e Microrregião com mais de 6000 variáveis distribuídas em 6 seções (território, demografia, área social, infraestrutura, economia e administração estadual) e 32 capítulos, sendo que para grande parte destas variáveis são disponibilizadas séries históricas, por meio de seu Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP). Além do Relatório de Governo Anual, com um conjunto de indicadores socioeconômicos, ambientais e financeiros que retratam o desempenho das regiões e municípios do estado, a fundação é responsável pelo cálculo e publicação do ICMS Verde, índice de referência para o repasse da cota aos municípios fluminenses. A Fundação vem desenvolvendo uma ferramenta de consulta (CEPERJ em Dados), recuperação e análise, integrada a uma página web acessível em qualquer navegador de Internet, independente de sistema operacional e dispensando processos de instalação. Há ainda um banco de dados geoespaciais com as seguintes bases: (i) Levantamento Aerofotogramétrico da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, realizado em 1996, nas escalas de 1:20.000 e 1:8.000; (ii) Mapeamento Digital nas escalas 1:50.000; 1:10.000; 1:2.000, realizados no período de 1996 a 1999; (iii) Levantamento Aerofotogramétrico da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, realizado em 2003, na escala de 1:33.500; (iv) Geração de Ortofotos na escala de 1:10.000, realizada em 2003. Todos estes dados e informações, além de antigos acervos técnicos de instituições extintas - FUNDREM, FIDERJ, CIDE, Departamento Geográfico - estão sob a guarda da CEPERJ (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).

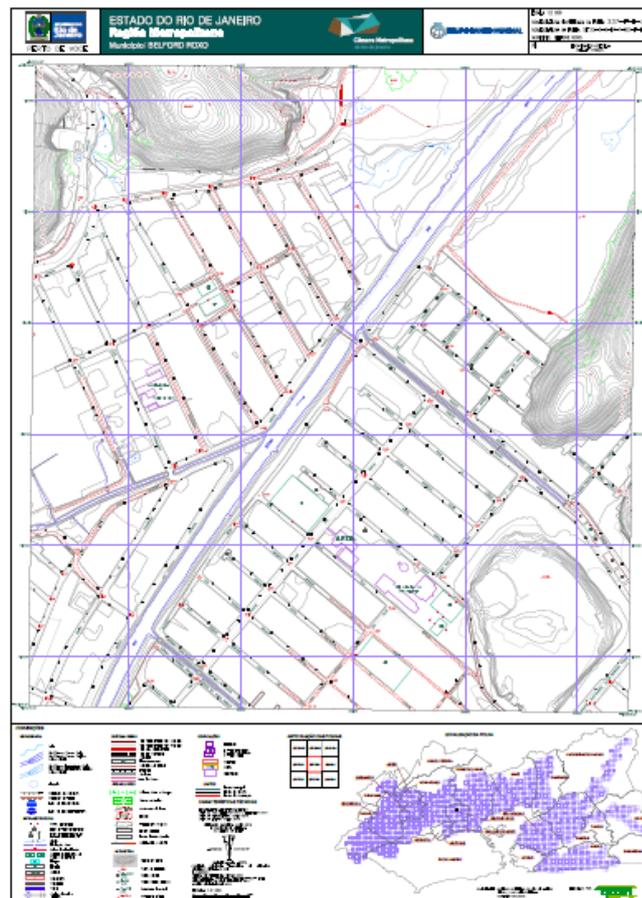
- **Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM)** da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara também conta com uma base de dados com informações sobre os planos municipais de saneamento e com diagnósticos de estrutura de saneamento municipal (<https://pmsbguanabara.wordpress.com/>);

Site de consulta PSAM

- **Companhia Estadual Habitação do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Habitação (CEHAB/SEH):** possui uma base de dados com indicadores referentes à habitação e infraestrutura urbana no Estado do Rio de Janeiro. As informações estão agregadas por regiões de governo (<http://www.cehab.rj.gov.br/estats/>);

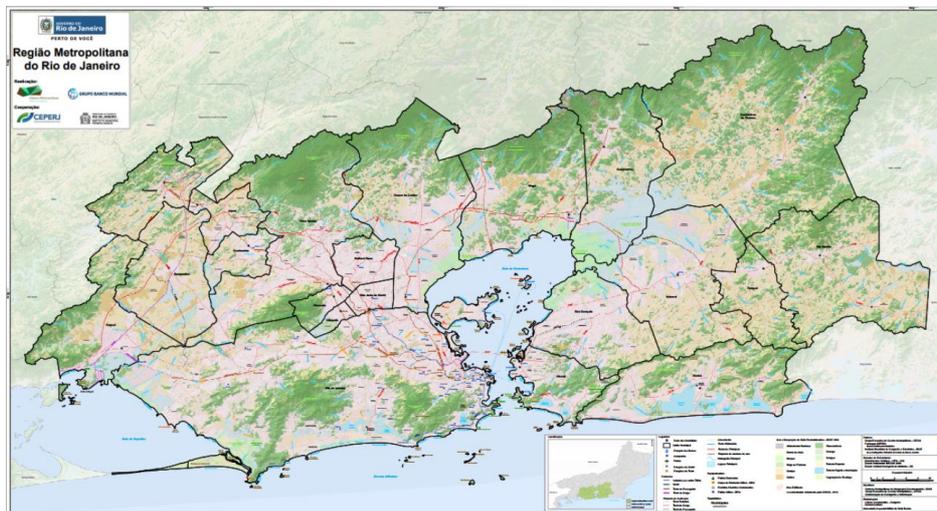
Quanto ao mapeamento e a produção cartográfica:

- **Fundação CEPERJ:** responsável técnico pela análise e produção cartográfica do Estado, incluindo: (i) Mapa Político-administrativo do Estado do Rio de Janeiro (atualizado em 2010); (ii) Mapa de uso e Cobertura do solo; (iii) Corredores prioritários para a Conservação da biodiversidade 2007; (iv) Mapa do Turismo do Estado; e (v) Mapa da Ciência (FAPERJ);
- **Instituto Estadual do Ambiente (INEA/SEA):** aquisição de imagens de satélite para fins de cadastro de propriedades rurais e unidades de conservação; Mapeamento das unidades de conservação; bacias hidrográficas, zoneamento ecológico;
- **Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ)** da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico (CASA CIVIL): Cartografia de Risco Iminente a Escorregamentos de Encostas em 85 municípios do Estado; Cartografia Geotécnica de Aptidão Urbana onde foram geradas cartas geotécnicas preliminares e finais referentes a 10 municípios; e Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro;
- **Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC):** mapeamento das áreas de risco de escorregamento, estiagem, alagamentos e inundações.
- **SEAPPA:** mapeamento do uso e cobertura da terra de áreas estratégicas; mapas de microbacias como subsídio para o Programa Rio Rural de apoio aos produtores do Estado (<http://www.microbacias.rj.gov.br/>);
- **ITERJ/SEH:** bases cartográficas das comunidades atendidas pelo programa de regularização fundiária;



Cartografia RMRJ

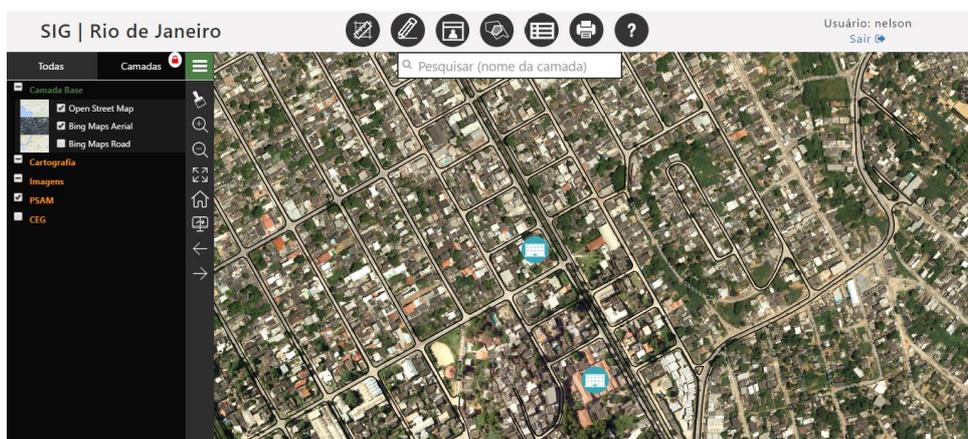
- **Câmara Metropolitana de Integração Governamental:** aquisição de cartografia da Região Metropolitana destinada ao planejamento regional e ao ordenamento territorial dos municípios, com mapeamento do uso do solo e áreas urbanas dos 21 municípios integrantes; Modelo Digital de Terreno e cartografia em formatos CAD e SIG (escala 1:2.000), além de Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro realizado em parceria com o CEPERJ.



Mapa Metropolitano

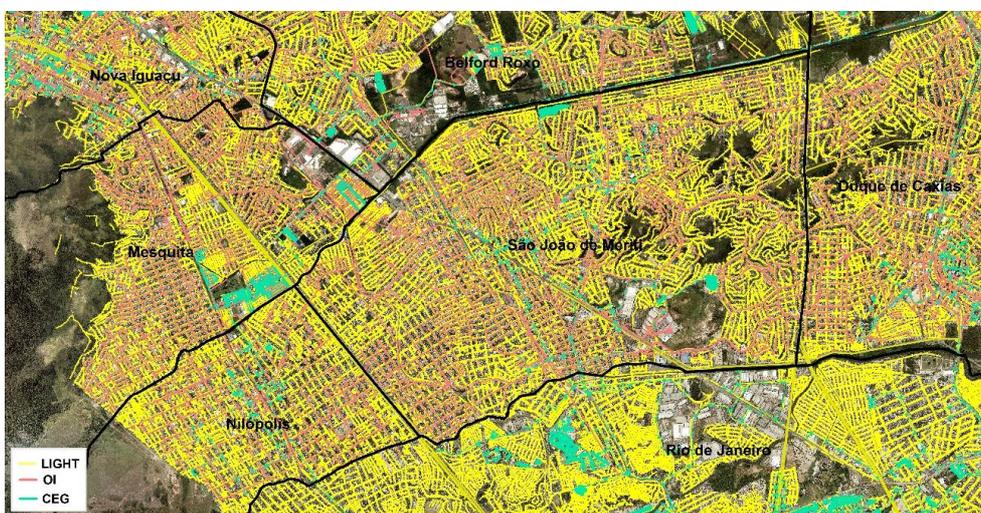
A Câmara Metropolitana também possui dois sistemas de informações em operação com foco somente em auxiliar a gestão da RMRJ:

- **SIG Topovision:** plataforma Geoweb desenvolvida especificamente para o projeto da atualização cartográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com o objetivo de disponibilizar, compartilhar e democratizar o acesso aos dados e informações produzidos no âmbito do projeto. O acesso é feito por meio do site oficial (<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br>) com login e senha, onde o usuário pode consultar alguns produtos, como os mosaicos das ortofotos e do modelo digital de terreno, localização de alguns equipamentos (administração pública, assistência social, saúde e educação, entre outros), modelo digital de terreno, assim como limites municipais, áreas de restituição, vias pavimentadas e não pavimentadas, entre outros. No mesmo site está disponível todo o material cartográfico para download, Os arquivos estão disponibilizados por município e por tipo de material (Ortofotos, Ortofotocartas, MDT, entre outros).



Topovision

- **SIG Geovias Metropolitanas:** permite que desenvolvedores, investidores e população tenham acesso a uma imagem clara dos desenvolvimentos que estão ocorrendo na RMRJ e ajuda a trabalhar em conjunto de forma eficaz, por exemplo, para planejar a fase de projetos reduzindo as interrupções e os custos e para manter a evolução dos desenvolvimentos e tomar melhores decisões de investimento. O compartilhamento das redes de infraestrutura (de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento de gás, fornecimento de energia elétrica, redes de telefonia e dados, dutovias, transportes urbanos, etc.) atende, no âmbito dos 21 municípios da RMRJ, às demandas da gestão e da coordenação integrada das obras, planejamento de projetos para expansão das redes de infraestrutura, apoio ao planejamento e ordenamento do território no que concerne, principalmente, as áreas de expansão urbana, combate ao furto de água e energia elétrica e o aumento da segurança na execução de serviços. As Concessionárias de Serviços Públicos que hoje participam do projeto são: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG); Serviços de Eletricidade S/A (LIGHT); AMPLA – Grupo ENEL; Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE); TIM; Claro S.A.; Telemar Norte Leste S/A – Oi; FETRANSPOR e TRANSÔNIBUS, havendo tratativas para inclusão de demais concessionárias e prestadoras de serviços de porte que atuem na Região Metropolitana (<http://www.geovias.org>).



Estes dois sistemas foram o primeiro passo para o estabelecimento de uma política pública que garanta o desenvolvimento urbano da metrópole suportado por infraestrutura planejada e entregue de forma coordenada, eficiente e financeiramente sustentável, ou seja, ao invés de serem reativos, os futuros projetos de infraestrutura serão antecipados e proativos para serem verdadeiramente sustentáveis.

Em paralelo a estas iniciativas, a Câmara Metropolitana iniciou processo para o desenvolvimento de um **Sistema de Informações** com foco na troca de informações entre os municípios e o Estado. Tal projeto seria financiado com recursos do Banco Mundial, por meio do Programa Pro Gestão II, mas devido ao fim do prazo do programa o projeto foi suspenso.

Todos os **municípios componentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro** possuem implantados sistemas corporativos **EPR - Enterprise Resource Planning**, cujo foco principal é a melhoria da gestão na administração municipal, nas áreas de gestão escolar, gestão financeira, tributária, suprimentos, patrimonial, protocolos, recursos humanos, saúde, transparência e informação ao cidadão. A utilização desses softwares de gestão que permitem a melhoria da arrecadação própria e a forma de utilização dos recursos.

Avaliando estes sistemas municipais, constatam-se diferenças significativas entre as prefeituras envolvidas, no que diz respeito, entre outros fatores, ao atual estágio do emprego das tecnologias em relação à organização dos sistemas de arrecadação vinculados aos imóveis (IPTU, ISS, Taxas etc.), bem como à disponibilidade e abrangência do Cadastro Técnico Multifinalitário implantado em cada município. A respeito da desatualização das informações, a grande maioria das prefeituras dispõe de cadastro automatizado, em condições restritas ao

cálculo e impressão de boletos de cobrança do IPTU. Contudo, a base cadastral que apoia a aplicação se encontra isolada, sem estruturação em sistema de gerenciamento de banco de dados e, muito menos, integrada a um ambiente de geoprocessamento.

A falta de recursos humanos e infraestrutura computacional só agravam a situação. Apenas Duque de Caxias e Niterói possuem sistema de informações geográficas implantado ou em fase de implantação. Somente as prefeituras de Seropédica, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói e Maricá possuem em seu quadro técnico profissionais especializados em geoprocessamento. Todos os municípios possuem um departamento ou área de TIC dedicado a atender as necessidades da prefeitura, mas a maioria delas não possui infraestrutura tecnológica (servidores, conectividade, estações de trabalho, etc) suficiente para atender com qualidade as demandas municipais.

A seguir segue resultado do diagnóstico realizado em julho de 2016.

Prefeitura	Cartografia Atualizada nos últimos 5 anos	Cadastro Atualizado nos últimos 5 anos	Cadastro Geocodificado na Base Cartográfica	Sistema de Informações Geográficas	Equipe de Fiscais Atualizando o Cadastro	Software Gestão IPTU	Estações de Trabalho e Servidor	Profissional de Geoprocessamento
Itaguaí						✓	Precário	
Seropédica						✓	Precário	✓
Paracambi						✓	Precário	
Japeri						✓	Precário	
Queimados						✓	Precário	
Nova Iguaçu			✓		✓	✓	Precário	✓
Mesquita	✓*	✓			✓	✓	Precário	
Nilópolis						✓	Precário	
São João de Meriti					✓	✓	Precário	✓
Belford Roxo	✓	✓				✓	Precário	✓
Duque de Caxias	✓			✓**	✓	✓	Precário	✓
Mage						✓	Precário	
Guapimirim						✓	Precário	
São Gonçalo					✓	✓	Precário	✓
Niterói	✓*			✓**	✓	✓	Precário	✓
Itaboraí						✓	Precário	
Maricá	✓	✓			✓	✓	Precário	✓
Tanguá						✓	Precário	
Rio Bonito						✓	Precário	
Cachoeira de Macacu						✓	Precário	

✓ * Base cartográfica não possui lote nem edificação. Não contribui para o cadastro imobiliário.

✓ ** Sistema em fase de desenvolvimento.

À exceção é a cidade do Rio de Janeiro, os demais municípios da Região Metropolitana se encontram em condições limitadas no que se refere a vários aspectos em relação à produção de informações de qualidade. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) que é centro de referência de dados e conhecimento sobre a cidade do Rio de Janeiro. Estes dados são utilizados para a formulação e acompanhamento de políticas públicas, municipais ou não, uma vez que as informações produzidas estão abertas para o uso e consulta da imprensa e de toda a população do Rio de Janeiro. Ainda há o IPLANRIO, que é a empresa municipal responsável pela administração dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação da cidade do Rio de Janeiro, atuando no desenvolvimento de soluções integradas, serviço de datacenter e serviço de rede e conectividade.

No âmbito das prefeituras, as informações que contemplem saneamento básico e abastecimento de água, educação, cultura, patrimônio cultural, ambiente, energia, telecomunicações, localidades, saúde, serviço social, transporte, administração pública estão defasadas ou incompletas.

3.4.2. PROPOSTAS

A Governança Metropolitana, por meio de um Instituto ou Agência Metropolitana (ou similar), ou pela Câmara Metropolitana de Integração Governamental até lá, deve ter um plano de investimento contínuo na modernização da sua infraestrutura tecnológica e de comunicação, através da aplicação de recursos em pesquisas e novas tecnologias. Abaixo serão descritos objetivos a serem alcançados ao longo do tempo através de atividades de forma contínua.

CURTO PRAZO (2018-2020)

É necessária, de modo compartilhado entre o ente metropolitano, o Estado e os municípios, a retomada do desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio da promoção de ações para a melhoria da informação, do planejamento e da gestão integradas. Desta forma é imprescindível priorizar componentes e atividades de forma a atingir a maior abrangência física e temática, buscando otimizar os recursos e atingir a qualificação dos serviços em toda a RMRJ. As propostas de curto prazo têm foco nessas ações integradas, de baixo custo de investimento e retorno de alto impacto na RMRJ.

A complexidade inerente a uma região metropolitana, como a do Rio de Janeiro, não pode prescindir da utilização de ferramentas de geoprocessamento para a efetiva gestão do território, mormente consideradas as presentes particularidades, num contexto em que o compartilhamento das ações de interesse comum impõe uma dinâmica própria, fundamentada no estabelecimento de padrões que vão além do próprio intercâmbio, incorporando mútuas responsabilidades das esferas institucionais para a estruturação, a atualização e o emprego das informações que auxiliam todo o processo.

Sistema de Informações Metropolitanas Geoespaciais do Rio de Janeiro – SIMGeo

É fundamental o desenvolvimento e implantação do SIMGeo, tal sistema contará com 21 Módulos Municipais e um Módulo Metropolitano de informações consolidadas. Este instrumento irá atender a inúmeros trabalhos que estão sendo desenvolvidos, no âmbito estadual e municipal que necessitam do cruzamento de informações e dados que envolvem temáticas diferenciadas, tempos distintos, análises espaciais e produção de mapas, de forma que possibilitem a elaboração de documentos e serviços para suporte à tomada de decisão; aos projetos; ao monitoramento e à elaboração de políticas públicas. E seus objetivos estratégicos são os seguintes:

- Simplificar o cotidiano nas rotinas de trabalho estratégicas, táticas e operacionais dos municípios e da Metrópole;
- Prover recursos de tecnologia da informação e comunicação que viabilizem a execução das atividades-fim do Estado e dos municípios inseridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
- Assegurar à sociedade acesso a dados e informações qualificadas no espaço metropolitano;
- Melhorar o planejamento integrado de ações públicas e privadas no território Metropolitano e apontar tendências de desenvolvimento;
- Padronizar qualificação e obtenção de dados através de procedimentos e roteiros eletrônicos na execução das atividades.

O escopo do projeto contempla ainda:

- Constituir, implantar e integrar bancos de dados municipais, estaduais e federais e bases cartográficas:
 - Instalar e configurar extensão espacial em Banco de Dados;
 - Realizar a execução de migrações e transferências de dados entre bases;
 - Promover a carga de dados geográficos existentes;
 - Realizar a instalação, criação e configuração de novos Bancos de Dados;
 - Desenvolver interface ou componentes para mapas interativos via web;
 - Realizar o Georreferenciamento de informações tabulares, cartográficas disponíveis.

- Desenvolver um aplicativo móvel integrado para atualização de cadastro Multifinalitário e obras públicas;
- Treinar e capacitar equipes do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais para utilização do Sistema;
- Criar Portais/Módulo Web personalizados para cada município componente da Região Metropolitana e um consolidado da Região Metropolitana;
- Estruturação da sistematização de indicadores de informações estratégicas.

O SIMGeo ainda deverá se constituir em elemento significativo para a adequação da Região Metropolitana ao atendimento das exigências de enquadramento à ISO 37120. O acompanhamento dos indicadores de serviço e de qualidade de vida de cada ente federativo integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro conforma-se, mais uma vez, com a premissa da gestão compartilhada das funções públicas de interesse comum.

A construção desse sistema deverá buscar o desenvolvimento de suas modelagens, de forma a identificar as informações de natureza literal e gráfica que formarão os insumos para a fácil obtenção desses indicadores. Além da simples identificação dessas informações, há de se definirem os procedimentos de entrada dos dados e se estimularem os usuários encarregados de proceder a sua carga. Muitos indicadores encontram paralelo em instituições oficiais em nível federal (IBGE, por exemplo), estadual e também municipal. Tem-se aí uma gama de instituições onde buscar as informações, embora isso não signifique que se terão, num primeiro momento, plenas condições de incorporação desses dados ao sistema em razão da forma em que estão disponíveis.

O custo orçado para este projeto é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e o prazo de execução é de 12 meses. É necessário adicionar o custo de treinamento periódico nos municípios metropolitanos, uma vez que há alta rotatividade nesse campo com a realização das eleições municipais. O custo estimado é de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) a cada dois anos.

Sistema de Gerenciamento de Desempenho

Em relação ao PDUI/RMRJ sugere-se o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de desempenho. O Plano Estratégico definirá metas (específicas, mensuráveis, alcançáveis, orientadas a resultados e tempo limite) e o sistema de gerenciamento de desempenho irá demonstrar por meio de um conjunto de métricas tanto na eficiência quanto na eficácia nas ações para o atendimento destes objetivos definidos e se suas estratégias estão sendo efetivamente implementadas. Dentre as funcionalidades esperadas citamos as seguintes:

- Avaliar e modificar suas medidas de desempenho para se adaptarem a um ambiente de mudança rápida e competitiva;
- Definição de processo de quantificação da efetividade e eficiência de ações;
- Indicadores numéricos de atividades relacionadas aos objetivos estratégicos, que indiquem necessidades de melhoria;
- Desenvolvimento de estratégias ou objetivos e a necessidade de ações para melhorar o desempenho com base nas perspectivas oferecidas pelas medidas de desempenho.

Ressaltamos que muitas vezes os indicadores de desempenho são incompreendidos e mal utilizados pelos departamentos governamentais, ao concentrarem no desempenho, ou seja, os que eles estão alcançando, em vez de estratégias, podem ser obtidas conclusões erradas. Fazer esta análise exige do gestor uma compreensão muito maior das questões envolvidas.

Este sistema possui um custo de desenvolvimento inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e pode ser desenvolvido de forma a ser integrada pelo SIMGeo em um período curto de tempo, aproximadamente 6 meses.

Softwares ETL's (Extract, Transform and Load)

Outra solução necessária é o desenvolvimento de softwares ETL's (*Extract, Transform and Load*) que trata da sistematização do tratamento e limpeza dos dados oriundos dos diversos sistemas organizacionais municipais, estaduais e federais existentes de forma automática. O processo de ETL é essencial para a criação de um repositório único de informações. Tal processo é complexo, custoso, devido ao fato que ele tem que ser personalizado para cada sistema onde o dado estará disponível. O custo e o prazo desse projeto demandam um estudo profundo de quais dados são necessários e o tipo de tecnologia que serão empregadas.

BIM (Building Information Modeling)

É proposto que a utilização do BIM (*Building Information Modeling*) se torne obrigatória na concepção de projetos públicos de grande porte. A sua utilização reduz conflitos e mudanças durante a construção, aumenta a qualidade do projeto, diminui o ciclo de aprovação do projeto e melhora o controle dos custos do projeto. Um grande número de governos nacionais em todo o mundo tem obrigado ou tem a intenção de obrigar o uso do BIM em seus projetos e obras, como por exemplo, Estados Unidos, Singapura, Reino Unido, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Hong Kong, Coréia do Sul e Holanda. Cabe ao ente metropolitano capacitar seus servidores nesta tecnologia e fomentar a utilização desta prática dentro dos municípios através de cursos e workshops sobre o tema. O custo estimado da assinatura anual do software mais utilizado no mercado é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e o de capacitação é de aproximadamente R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais). Com a assinatura de 100 licenças anuais por 4 anos e capacitação de pelo menos 300 servidores, o custo do investimento é de R\$6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais). É necessário, a cada 4 anos realizar novamente o mesmo investimento, uma vez que há uma troca nos governos municipais, e a grande maioria da equipe técnica não possui cargos efetivos nas prefeituras.

Atualização da Base Cadastral Imobiliária

Nas reuniões e oficinas de integração sobre desempenho e eficiência tributária nos municípios da RMRJ - com os secretários de fazenda, planejamento, urbanismo e chefes de cadastro dos municípios da RMRJ - identificou-se a necessidade de modernização da administração tributária municipal, a fim de proporcionar aos municípios uma gestão eficiente, que promova a correta e justa cobrança dos impostos e conseqüente aumento de receitas, sobretudo quanto aos impostos territoriais, principalmente nas áreas urbanas. As evidências das carências e desafios desses municípios para efetivar essa modernização, culminaram na conclusão dos técnicos do governo estadual de que para atender à componente de sustentabilidade fiscal de maneira abrangente, há que se dar o devido apoio a estes municípios quanto ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica das administrações municipais.

Com o desenvolvimento de um Sistema de Informações Metropolitanas e o investimento em infraestrutura de suporte, a única demanda pendente, e de suma importância para o fechamento do ciclo do processo de modernização e atualização das informações, é a de Cadastro. A necessidade de uma atualização da real ocupação para auxiliar os municípios a alcançar a justiça fiscal, ou seja, todos pagando o valor correto pela ocupação do território, conforme a legislação, vai trazer para a administração municipal maior capacidade financeira para investir em melhorias das estruturas urbanas. Portanto, fortalecer a gestão fiscal e tributária dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com ênfase no planejamento físico-territorial, social, fiscal e tributário se caracteriza como uma demanda primordial na implementação de políticas e obras públicas de caráter metropolitano e das Prefeituras locais para atingir a sustentabilidade socioeconômica.

A atualização dos cadastros técnicos municipais (logradouros/equipamentos públicos, faces de quadra, rural, imobiliário e mobiliário urbano) é indispensável para fortalecer a gestão fiscal e tributária dos municípios da RMRJ, integrará também a base das informações do Sistema de Informações Metropolitanas – SIMRio. As Prefeituras se beneficiarão de uma cartografia e um cadastro imobiliário atualizado e georreferenciado. Estas três ações garantem a qualidade e uniformização da informação Municipal e Metropolitana.

Espera-se que com a atualização dos cadastros municipais se obtenha um incremento de arrecadação anual, o que trará uma maior sustentabilidade aos municípios, diminuindo a dependência de repasses do Governo Estadual. Por outro lado, o Estado se beneficia do aumento do ITBI e ICMS com o desenvolvimento dos Municípios. O Investimento para realizar esta ação é alto em comparação com as demais, mas o retorno financeiro acontece no ano seguinte à atualização. O custo de investimento se aproxima da atualização destes cadastros em 20 municípios (não contabilizada a cidade do Rio de Janeiro) é de aproximadamente R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) e o prazo de execução é de 12 meses.

Infraestrutura de Hardware

Neste cenário, em que o ente metropolitano investe cada vez mais em tecnologia, a necessidade de soluções de gerenciamento de TIC também aumenta. Problemas relacionados à lentidão e queda do servidor, ataques de vírus, softwares ilegais e indisponibilidade de serviços, por exemplo, comprometem a produtividade e podem gerar diversos tipos de prejuízo relacionados ao funcionamento de equipamentos e das equipes que ficam impossibilitadas de trabalhar. O suporte ideal para a infraestrutura deve considerar desde as questões mais simples do dia a dia do usuário até a garantia de funcionamento de servidores e de todo o conjunto da infraestrutura.

Com a implantação do Sistema de Informações Geográficas da Região Metropolitana, é necessária a implementação de infraestrutura de TIC para suportar os sistemas e serviços que atendem a esta operação. É previsto que seja criado um repositório único de informações dos municípios metropolitanos. Com aquisições de novos servidores permitirá interconectividade através de rede estruturada em alta velocidade e segura. Esta ação é fundamental uma vez que os servidores que hoje disponíveis não dispõem de recursos adequados para alocação desse serviço, o que pode causar instabilidade, paralizações e até perda de informações. Estima-se que o custo de aquisição de uma infraestrutura capaz de suportar todas essas operações, com suporte, garantia e capacitação de colaboradores é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e o prazo de execução é de implantação é de 90 dias com suporte e garantia de 2 anos.

Outra opção em relação a esta infraestrutura local seria o armazenamento em nuvem, porém a diversos fatores que deverão ser avaliados, seu custo total depende da quantidade de armazenamento, do volume e do tipo das transações de armazenamento e das transferências de dados de saída, bem como da opção de redundância de dados escolhida e do tipo de suporte. Para se chegar a um custo de operação tem que ser avaliado todos esses fatores. De forma conservadora, com poucos serviços agregados, estima-se que o custo anual desse serviço iniciaria em R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), com aumento progressivo anual de 25% no seu uso, ou seja, R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) no segundo ano, e R\$937.500,00 (novecentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) no terceiro ano, totalizando R\$2.287.500,00 (dois milhões duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Equipe de TIC

O ente metropolitano deverá promover a melhoria contínua da gestão e governança de TIC, investindo de forma massiva em desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas, especificação e apoio à formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação, entre outras. É fundamental a criação de uma equipe mínima de TIC para gerir todos esses sistemas neste processo. Desta maneira, inicialmente sugere-se a seguinte composição:

Profissional	Quantidade	Salário Médio	Encargos Sociais (84%)	Custo Total Mensal	Custo Anual (Unitário)	Custo Total
Coordenador Geral	1	R\$ 16.000,00	R\$ 13.440,00	R\$ 29.440,00	R\$ 353.280,00	R\$ 353.280,00
Analista de Sistema	2	R\$ 12.000,00	R\$ 10.080,00	R\$ 22.080,00	R\$ 264.960,00	R\$ 529.920,00
Analista de Processos	1	R\$ 10.500,00	R\$ 8.820,00	R\$ 19.320,00	R\$ 231.840,00	R\$ 231.840,00
Administrador de Banco de Dados	1	R\$ 10.500,00	R\$ 8.820,00	R\$ 19.320,00	R\$ 231.840,00	R\$ 231.840,00
Desenvolvedor	2	R\$ 14.000,00	R\$ 11.760,00	R\$ 25.760,00	R\$ 309.120,00	R\$ 618.240,00
Cartógrafo	1	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 176.640,00
Geógrafo	1	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 176.640,00
Estatístico	1	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 176.640,00
Total	10	Custo Anual				R\$ 2.495.040,00
Custo de Infraestrutura	1			R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00
					TOTAL	R\$ 2.675.040,00

Esta equipe ficaria alocada no ente metropolitano e conforme a demanda de trabalho o quadro técnico seria readequado.

Quadro Resumo de Investimentos no Curto Prazo

Projeto	Investimento
SIMRio – Geo	R\$ 8.000.000,00
Treinamento adicional	R\$ 2.000.000,00 (a cada 2 anos)
Sistema de Gerenciamento de Desempenho	R\$ 500.000,00
ETL's	Indefinido
Building Information Modeling	R\$ 6.300.000,00 (a cada 4 anos)
Atualização do Cadastro Imobiliário	R\$ 68.000.000,00
Infraestrutura de Hardware	R\$ 4.000.000,00 (Infraestrutura Local) R\$2.287.500,00 (Infraestrutura em nuvem)
Equipe TIC	R\$ 2.675.040,00 (anual)

A execução dos projetos acima trará a metrópole uma ferramenta indispensável para auxiliar no desenvolvimento sustentável da região, possibilitando diversas aplicações de interesse metropolitano e municipal, nas seguintes áreas, entre outras:

a) Planejamento Regional

- Criação e unificação da base de dados da Região Metropolitana;
- Suporte à elaboração dos planos setoriais de desenvolvimento metropolitano;
- Desenvolvimento de planos de mobilidade;
- Análise e planejamento da utilização de recursos hídricos, naturais e outros.

b) Planejamento Urbano

- Desenvolvimento e acompanhamento da política de uso e ocupação do solo;

- Suporte à elaboração dos planos de desenvolvimento local;
 - Projetos de novas escolas, hospitais, rodoviárias, mercados, moradias e outros.
- c) Finanças Públicas Municipais
- Aumento da base de lançamento fiscal;
 - Efetivo controle da arrecadação de tributos;
 - Estabelecimento e controle de roteiros otimizados para fins de fiscalização.
- d) Projetos e Obras Públicas
- Cadastramento e mapeamento das obras e projetos;
 - Acompanhamento dos serviços por tipo de obra (emergência, implantação, ampliação, manutenção e outras);
 - Análise e estudo de viabilidade de projetos.
- e) Ambiente
- Análise de impacto ambiental;
 - Elaboração de zoneamento ambiental;
 - Monitoramento dos focos de poluição e das áreas de extração mineral;
 - Preservação de Parques, Florestas e outras unidades de conservação.
- f) Segurança Pública
- Criação e otimização de rotas de viaturas policiais;
 - Mapeamento de áreas de risco;
 - Planejamento de abordagem de áreas a serem ocupadas ou retomadas, incluindo cativeiros;
 - Dimensionamento de população e residências sob risco.
- g) Rede Viária/ Mobilidade Urbana
- Planejamento da manutenção e monitoramento da infraestrutura e pavimentação;
 - Monitoramento das sinalizações;
 - Planejamento de operações;
 - Planejamento de rotas otimizadas de transporte;
 - Análise, simulação, planejamento e projeto de novas vias;
 - Planejamento de interligação dos meios de transporte de diferentes naturezas.
- h) Saúde
- Planejamento de ações profiláticas;
 - Controle de endemias e epidemias e previsão de seus impactos;
 - Programas de saúde da família;
 - Acompanhamento de doenças transmissíveis;

- Condições de saneamento.
- i) Educação
- Otimização nos processos de matrícula;
 - Distribuição de vagas considerando aspectos de proximidade (domicílio/escola);
 - Distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino;
 - Planejamento de rotas da frota de transporte escolar.
- j) Serviços públicos
- Planejamento da coleta de lixo;
 - Planejamento de rotas otimizadas de coleta de lixo;
 - Planejamento das áreas depositárias, de transbordo e de depósito e beneficiamento do lixo;
 - Planejamento de extensão de redes de serviços públicos (energia, telefonia, gás, água, esgoto, internet e outras)
 - Planejamento e monitoramento do uso e consumo;
 - Controle de consumo e arrecadação;
 - Cadastramento do consumidor/moradia.

MÉDIO PRAZO (2021-2028)

O ente metropolitano, como meta de médio prazo, deverá incluir em seu orçamento anual uma porcentagem mínima de gastos com TIC, para assim poder se organizar melhor e definir melhor suas estratégias de governo, assim como faz o Governo Federal por meio do ENCIT (Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação), que estabeleceu como objetivo oficial atingir 2% do PIB até 2019 em investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com recursos financeiros garantidos, para uma região metropolitana mais equânime e competitiva é necessário investir em conectividade, comunicação, operações em tempo real, engajamento do cidadão, armazenamento em nuvem, recursos humanos, processos e cidades inteligentes. Abaixo segue uma sucinta explicação destes itens.

- **Conectividade:** é necessário que todos os cidadãos tenham de acesso a serviços e recursos governamentais e treinamento de prontidão digital para o alcance da cidadania digital. A falta de acesso a uma conexão - seja para procurar um emprego, para buscar uma informação, ou se comunicar com o governo - coloca os cidadãos em grave desvantagem e deve ser considerado prejudicial para uma democracia.
- **Operações em tempo real:** o ente metropolitano deve ter a capacidade de operar em tempo real. Os órgãos com dados atualizados podem resolver pequenos problemas antes de se tornarem grandes problemas. O que acontece hoje é que geralmente os dados são atualizados mensalmente ou trimestralmente, embora haja a necessidade de tomar decisões críticas todos os dias. Isso muda com implantações de software que ajudem os governos a usar os dados atuais para tomar decisões mais informadas sobre como eles podem alocar recursos públicos de forma eficaz, por exemplo.
- **Aumento do envolvimento do cidadão:** é necessário o engajamento da sociedade para se atingir os ideais de democracia e eficiência, o desenvolvimento de uma plataforma que encorajam a participação do cidadão é fundamental para o conhecimento das necessidades dentro de um território. Esta forma de comunicação tecnológica continuará a crescer e são vitais para democracias. A utilização de mídias

sociais ajuda os administradores públicos a se comunicar de forma mais direta e sucinta com o público, mas é fundamental sempre que esta seja uma via de dois sentidos, com a pergunta e a resposta do administrador.

- **Comunicação:** a internet é uma plataforma de compartilhamento de conhecimento graças a ela é possível encontrar qualquer informação em questão de segundos. Conforme descrito no diagnóstico, não há de ferramentas que permitam com facilidade o compartilhamento de informações. Ferramentas projetadas especificamente para dados governamentais permitirão que os governos adotem a processos inerentes de compartilhamento de conhecimento da internet. Quando isso acontecer, o governo não só poderá compartilhar informações, mas também serviços. É necessário redesenhar fluxos de trabalho, contribuindo para uma melhor administração pública e a construção de uma Região Metropolitana mais eficiente e transparente.
- **Armazenamento central em nuvem:** o objetivo do repositório central de dados é permitir o acesso fácil a dados governamentais precisos, consistentes e integrados para uma tomada de decisão melhor e mais rápida e para fins estatísticos. Com um único banco de dados coeso com uma abordagem centrada no assunto, é mais prático obter e realizar análises e avaliações, além de realizar consultas seletivas e informações inter-relacionadas de todos os Sistemas de Informação do Governo, especificamente estruturados para consultas e análises dinâmicas. Esses dados serão analisados por meio de sistemas especiais de apoio à decisão, fornecendo assim aos executivos do governo uma visão global e a facilidade para monitorar efetivamente as tendências para diversos assuntos, obter conclusões úteis e tomar decisões rápidas. Ao armazenar dados em servidores remotos, os administradores podem acessar os dados de qualquer lugar, mesmo fora da rede local do escritório.
- **Investimento em recursos humanos:** investimentos em recursos humanos são um dos fatores importantes para melhorar o desempenho do setor público. A capacitação dos servidores em métodos modernos de gerenciamento e tomada de decisão com o uso de sistemas de informação aumentará a eficiência geral e a produtividade do setor e a qualidade dos seus serviços. Uma administração pública responsável e eficiente requer transparência e administradores qualificados, motivados e adequadamente pagos.
- **Processos:** estudos técnicos em relação à processos de gestão que, com a melhoria, poderiam resultar em uma melhor experiência cidadã - por exemplo, agilizando as interações que envolvem muitas tarefas manuais, custam muito ou demoram muito tempo. Deve investigar os benefícios incrementais que o uso da tecnologia pode fornecer em cada área potencial de aplicação.
- **Cidades mais inteligentes:** Estudos sobre migração no mundo indicam que mais pessoas estão se movendo para as cidades, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não é diferente. As elevadas taxas de urbanização forçarão as cidades a usar seus recursos existentes de forma mais eficiente. Infraestruturas em rede - incluindo estradas, linhas telefônicas, redes a cabo, satélites e internet - serão parte importante da solução para este desafio. Cidades em todo o mundo já estão aproveitando as oportunidades apresentadas pela tecnologia da informação para conectar redes diferentes. Esta iniciativa também deve incluir coleta, agregação e uso de dados para ajudar as comunidades locais a integrar privacidade e segurança em tecnologias emergentes, como serviços de compartilhamento de viagens, economia de energia, emissão de poluentes, informações turísticas, internet das coisas e etc.

O grande desafio deste plano é a capacidade dos entes metropolitanos para interagir com êxito uns com os outros em busca de metas de governo e de forma mais ampla, para que os atores trabalhem em parceria à medida que os recursos e a responsabilidade são mais próximas onde existem problemas ou oportunidades.

As lideranças políticas e estratégicas devem abraçar as TIC como facilitador no cumprimento dessas metas. Isso cria uma demanda nos governos para fornecer um ambiente que assegure abertura, eficiência na prestação de serviços e espaços para maior competitividade. Tal demanda, juntamente com o aumento das expectativas, exige que o governo cada vez mais otimize o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na governança.

As instituições implementam uma série de diferentes estruturas de gerenciamento e serviços de TIC, que foram determinadas pela estrutura e gerenciamento do órgão. Para fornecer um serviço consistente em todo o governo, os entes, que historicamente foram muitos descentralizados, devem trabalhar em conjunto para garantir que seus sistemas individuais sejam compatíveis e possam ser vinculados.

O uso apropriado das TIC possibilita a transformação nos processos de políticas, administração e na entrega de programas de governo, dentre eles o PEDUI. O ritmo das mudanças pode ser acelerado para melhorar a eficiência e eficácia no governo. Com o uso de TIC permite que os projetos sejam alinhados, direcionados e monitorados para apoiar os objetivos de todo o governo.

O resultado é uma tomada de decisão governamental mais consistente e a prestação de serviços, levando a uma maior eficiência. Além disso, os cidadãos possuem maior comodidade e serviços mais racionalizados e integrados.

É fundamental que as estruturas de governança, alinhadas com estratégias de TIC, são necessárias para a entrega dos resultados pretendidos do PEDUI, portanto a proposta para o médio prazo - 12 anos - é a implantação de uma Governança Compartilhada de TIC na RMRJ.

As oportunidades oferecidas pelos serviços compartilhados, com benefícios típicos de racionalização e maior eficiência, devem ser consideradas no planejamento estratégico de uma instituição. Sujeito a um tratamento adequado de privacidade e segurança, o compartilhamento de informações e serviços podem melhorar a eficiência dos processos de negócios dentro do governo e agilizar a prestação de serviços governamentais aos cidadãos e às empresas.

O principal desafio é de que forma superar obstáculos intergovernamentais para permitir o maior compartilhamento de serviços e dados. Alcançar este objetivo depende da maximização da eficácia do desenvolvimento de políticas públicas do tema na execução de programas, planejamento e arranjos orçamentários, processos de tomada de decisão, estruturas organizacionais, relações no local de trabalho e gerenciamento de pessoas.

O desenvolvimento de princípios arquitetônicos de tecnologia e de governança compartilhada ajudará a garantir a facilidade de acesso a informações e serviços governamentais.

Decisões sobre investimentos e governança em TIC são atualmente feitos de forma individual por cada órgão e ente metropolitano. Uma abordagem de "metropolitana" é necessária ao considerar essas questões, para que as decisões se apoiem em casos que abranjam mais de um ator e os investimentos sejam feitos com a visão do retorno em todos os governos, e não apenas de forma individual. O investimento em TIC, assim como em mobilidade, saneamento, saúde deve ser uma atividade compartilhada entre a demanda do grupo e o fornecimento para garantir a realização e entrega dos serviços e dos benefícios esperados.

Outro aspecto importante, com o crescimento de sistemas de gerenciamento e de redes de dados, o gerenciamento efetivo de informações está se tornando cada vez mais dependente da adoção de padrões e protocolos que suportam a interoperabilidade entre município, estado e federação. A interoperabilidade não consiste apenas na técnica, mas também na interoperabilidade funcional, permitindo que as pessoas usem sistemas diferentes, através de interfaces padronizadas. Com os serviços e a informação cada vez mais atendidos em linha, esse foco é um elemento crítico de princípios e estratégias arquitetônicas. Também é essencial que os padrões incentivem, ao invés de inibir, o uso do meio on-line.

Desta forma, de modo a apoiar a estratégia institucional propostas neste PEDUI, propõe-se:

- As ações de TIC são comandadas dentro de um único quadro integrado de governança;
- Serviços de TIC centralizados na RMRJ;
- Estratégia de TIC formulado a partir da estratégia institucional de cada ente metropolitano;

- Estratégia de implantação, com os requisitos arquitetônicos para integração e padronização, requisitos de infraestrutura e capacidade e necessidades de aplicações individuais (referência cruzada da estratégia para reforçar o alinhamento institucional);
- Priorização de investimentos e orçamentos;
- A estratégia de TIC está alinhada com o desenvolvimento e revisão da estratégia PDUI;
- Promoção no engajamento da alta administração com a visão e implementação de serviços compartilhados;
- Critérios de desempenho e níveis de serviço de qualidade.

Serviços de TIC compartilhados e centralizados, que proporcionam uma base sólida para a capacidade TIC da RMRJ. Ele fornece uma tomada de decisão clara e visível no nível adequado de alta administração e com as TIC incorporadas em todos os níveis, encoraja uma gestão de mais responsável, criando foco, compreensão e melhor atendimento das metas. O alinhamento e a centralização podem oferecer reduções de custos, melhoria da qualidade de serviços, e estratégias de crescimento competitivo e de diversificação. As estruturas institucionais e os serviços de TIC são harmonizados para permitir uma melhor execução dos objetivos institucionais.

A melhoria da visibilidade e da responsabilidade das TIC permite que os governos aprendam com suas atuais experiências e promovam melhorias para o futuro. Os mecanismos para permitir exceções à estratégia garantem um argumento claro; valor e justificação são visíveis e entendidos.

O modelo proposto de governança, considerando os atores atuais, é o seguinte:

- **Liderança:** graças ao seu papel atuante na RMRJ, caberia ao ente metropolitano a liderança desse processo de implantação dessa governança, agindo como mediadora para assegurar a melhor comunicação e o compartilhamento de ideias e divulgação de melhores práticas em todos os organismos públicos. Seu papel incluiria a identificação de problemas comuns entre os entes metropolitanos que podem ser tratados de forma mais apropriada no nível metropolitano para otimizar os resultados de uma perspectiva de todos os governos.
- **Conselho Gestor:** a proposta é que o conselho forneça um papel consultivo na política e estratégia de TIC e é responsável pela comunicação e legitimação dessas decisões em todo o serviço público em geral. O conselho deve ter representante de todos os municípios e do ente metropolitano de modo que se mantenha o alinhamento da política e estratégia de TIC dentro de todos os órgãos, setores e do serviço público em geral. Sua responsabilidade seria a definição da direção estratégica e gerenciamento das responsabilidades e investimentos nas atividades propostas, além da promoção de políticas que agreguem valor à temática.
- **Grupos Técnicos de Trabalho:** deverão ser formados grupos de trabalhos de acordo com demandas levantadas, onde entes grupo podem projetar, adquirir, desenvolver ou aprimorar aplicativos e sistemas para compartilhar dados e integrar processos com as partes apropriadas. Um modelo de divisão de despesas compartilhadas para novas aplicações irá equilibrar os custos de desenvolvimento, suporte, treinamento, além da facilidade de uso e redução da complexidade de integração. Ao projetar aplicativos ou componentes de aplicativos, os entes devem considerar a flexibilidade e sua infraestrutura tecnológica para integração como um todo. As aplicações devem ser escaláveis em tamanho, capacidade e funcionalidade para atender às mudanças nos requisitos técnicos de todos os parceiros. As políticas de segurança, acessibilidade, confidencialidade e privacidade aplicáveis também precisam ser incluídas no desenvolvimento de sistemas.
- **Grupo de Apoio e Suporte:** caberia ao grupo de apoio e suporte, por exemplo, propor arquitetura com complexidade reduzida que permita a integração e a interoperabilidade, além de princípios e padrões devem encorajar, não inibir, o uso das TIC para suportar os processos. Planejar e executar a integração de sistemas e aplicações existentes, a fim de melhorar e aumentar o uso eficiente dos sistemas.

Caberia ao grupo de informações, por exemplo, manter e gerenciar os recursos de dados e informações da RMRJ para garantir informações confiáveis e atualizadas disponíveis para gerenciamento estratégico e operações. Gerenciar os sistemas de informação da RMRJ e garantir a confiabilidade e integridade da informação. Implementar o arranjo de compartilhamento de informações. Gerenciar os riscos associados ao compartilhamento de dados. A criação de uma equipe multidisciplinar mínima de é prevista nas atividades de curto prazo e de acordo com proposto, dimensiona-se, neste momento, a necessidade de aproximadamente 20 profissionais e aumentando progressivamente conforme a demanda.

Profissional	Quantidade	Salário Médio	Encargos Sociais (84%)	Custo Total Mensal	Custo Anual (Unitário)	Custo Total
Coordenador Geral	1	R\$ 16.000,00	R\$ 13.440,00	R\$ 29.440,00	R\$ 353.280,00	R\$ 353.280,00
Analista de Sistema	3	R\$ 12.000,00	R\$ 10.080,00	R\$ 22.080,00	R\$ 264.960,00	R\$ 794.880,00
Analista de Processos	1	R\$ 10.500,00	R\$ 8.820,00	R\$ 19.320,00	R\$ 231.840,00	R\$ 231.840,00
Analista de Requisitos	1	R\$ 10.500,00	R\$ 8.820,00	R\$ 19.320,00	R\$ 231.840,00	R\$ 231.840,00
Administrador de Banco de Dados	2	R\$ 10.500,00	R\$ 8.820,00	R\$ 19.320,00	R\$ 231.840,00	R\$ 463.680,00
Desenvolvedor	5	R\$ 14.000,00	R\$ 11.760,00	R\$ 25.760,00	R\$ 309.120,00	R\$ 1.545.600,00
Analista de Testes e Programação	2	R\$ 12.000,00	R\$ 10.080,00	R\$ 22.080,00	R\$ 264.960,00	R\$ 529.920,00
Cartógrafo	1	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 176.640,00
Geógrafo	2	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 353.280,00
Estatístico	2	R\$ 8.000,00	R\$ 6.720,00	R\$ 14.720,00	R\$ 176.640,00	R\$ 353.280,00
Total	20	Custo Anual				R\$ 5.034.240,00
Custo de Infraestrutura	1			R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
					TOTAL	R\$ 5.334.240,00

O custo anual estimado dessa equipe é de R\$5.334.240,00 (cinco milhões trezentos trinta e quatro mil e duzentos e quarenta reais), considerado os 22 principais atores (estado e municípios), caso haja a divisão igualitária desse custo é aproximadamente R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais).

Como agenda inicial para o trabalho estratégico futuro deve incluir:

- Identificação de questões importantes relacionadas ao investimento e à governança de infraestrutura de TIC compartilhada;
- Desenvolvimento de um modelo de arquitetura, governança e investimento;
- Desenvolvimento de uma proposta para um novo plano de ação para a prestação de serviços integrados, com base em ações que contemplem mais de um ator metropolitano, com plano de ação e investimento, para consideração pelo governo;
- Formalização oficial de estrutura organizacional.

A comunicação é peça chave para a execução bem-sucedida deste projeto. A capacidade de abordar e equilibrar as prioridades no planejamento estratégico intensifica a necessidade de comunicação entre os diversos atores municipais envolvidos. Além da validação sobre os requisitos estratégicos é importante ressaltar sobre o retorno sobre esse investimento. Em outras palavras, os custos e os benefícios nem sempre estarão alinhados entre os diferentes entes envolvidos, e o prazo para o retorno pode ser diferente para cada município metropolitano. Nessas circunstâncias, os governantes podem ficar relutantes em comprometer seus fundos nesta infraestrutura compartilhada.

Também no Governo do Estado não existe um planejamento orçamentário de curto prazo, nem financiamento para sustentar essas iniciativas de forma contínua. Esta lacuna é a principal dificuldade desta ação. No entanto, o Governo do Estado deve analisar as suas necessidades a médio prazo para informar o seu próprio planejamento e, mais tarde, solicitar montantes numa base anual até que o processo geral de planejamento de capital seja reformado. Ressaltamos que o horizonte para o planejamento institucional está mudando e a estratégia de TIC precisa refletir isso. Para se tornar mais flexível e ágil, deve sincronizar-se com o planejamento estratégico e a mudança institucional.

LONGO PRAZO (2029-2040)

No campo da tecnologia realizar uma projeção de longo prazo, 25 anos, é algo muito distante e inatingível. Além do surgimento de novas ferramentas e recursos, há a evolução daquilo que já utilizado. Podemos avaliar os aspectos demográficos, onde temos projeções que apontam para o envelhecimento da população, migração para as cidades, taxas de urbanização, além de projeções sociais, mas no campo tecnológico qualquer projeção é apenas um “chute” ou adivinhação e palpite. Dentro dessa lógica, a tendência geral é a convergência de mídias, computação em nuvens, sensores conectados em todos os produtos, alta velocidade na transmissão de dados e alta interatividade da sociedade através de equipamentos eletrônicos. Os conceitos de tecnologia aplicados para resolver problemas urbanos e ecológicos, como a utilização de carros com células combustíveis renováveis, captação dos raios solares e sua transformação em eletricidade ao ponto de possibilitar uma redução de preços desse serviço, melhorias contínuas nos sistemas de comunicação e nas tecnologias de rede, darão mais mobilidade às pessoas além de avanços nos campos da nanotecnologia, biotecnologia, inteligência artificial e robótica.

3.5. AJUSTES JURÍDICOS

O ambiente metropolitano no Brasil se reveste de uma dificuldade suplementar, em comparação com as demais Federações, que é a especificidade brasileira do município ser considerado constitucionalmente como um ente federativo, ao contrário do que ocorre em todas as outras 24 federações no mundo. Nesses casos, a esfera intermediária de governo (Estado, Província, Departamento, Região, etc.) simplesmente orienta seus municípios sobre a disposição que melhor atende aos interesses comuns dessa esfera territorial e cada município a implementa em seu território. Essa grande autonomia brasileira, com ares de uma “quase soberania” provoca um conflito institucional com a esfera estadual que não foi resolvida com a aprovação do **Estatuto da Metrópole** (Lei n. 13.089/2015). Esse diploma, com hierarquia de simples Lei Ordinária, não prevalece sobre nenhuma outra Lei de hierarquia maior (como o Estatuto da Cidade, que é uma Lei Complementar) e faz com que seja necessária uma reforma profunda do conteúdo para alcançar seu principal propósito de equilibrar as relações institucionais entre os municípios e o Estado ao qual estão vinculados.

Alterações legislativas também podem se fazer necessárias nas instâncias estadual e municipais, dependendo do que vier a ser estabelecido e aprovado na Governança Metropolitana para alcançar os objetivos propostos no PDUI/RMRJ. Para garantir a adoção e a implementação das propostas apresentadas no Plano, foram sistematizados os instrumentos legais e a necessidade de eventuais ajustes do marco legal.

De início, é possível afirmar que para a configuração da **gestão plena** da Região Metropolitana, segundo o Estatuto da Metrópole é necessária a elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado** aprovado mediante Lei Estadual (art. 2º, inciso III, alínea c/c art. 21, inciso I, alínea b) e, considerando a obrigatoriedade de elaboração do referido plano, o primeiro instrumento legal a ser aprovado é a Lei Complementar Estadual que formalize, delimite e estabeleça a estrutura de governança interfederativa, na qual o plano deverá ser discutido e aprovado, antes de ser remetido à Assembleia Legislativa²⁰.

²⁰ O Projeto de Lei Complementar 10/2015 que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão está a tramitar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro desde 09/09/2015, já tendo recebido parecer favorável de todas as comissões da casa de leis estadual.

Isto sem contar a necessidade de o Estado do Rio de Janeiro atender ao acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.842/RJ** proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em face da legislação estadual fluminense (Lei Complementar 87/1997), ainda pendente de julgamento de 3 (três) embargos de declaração opostos contra a referida decisão. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a transferência de funções e serviços públicos de interesse comum ao estado por violação à autonomia municipal.

Com efeito, decidiu a Suprema Corte que, na **divisão de responsabilidades entre estado e municípios**, deve ser evitada a concentração do poder nas mãos de um único ente federativo. Em outras palavras: as funções e serviços de interesse comum devem ser de competência do colegiado composto por municípios e pelo estado, sem necessidade de que a participação dos entes seja paritária.

No que diz respeito às propostas de **reconfiguração espacial**, os municípios são os executores da política urbana e detentores das competências de legislar sobre assuntos de interesse local e promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Significa dizer que todas as propostas relativas à utilização de instrumentos urbanísticos, notadamente aqueles previstos no Estatuto da Cidade, devem ser submetidos ao futuro Conselho Deliberativo da Região Metropolitana (governança interfederativa) e, posteriormente, submetidos às câmaras municipais dos entes envolvidos para serem aprovados.

Neste ponto, é importante destacar, uma vez mais, a necessidade de garantia de profícuo diálogo com os municípios integrantes da Região Metropolitana na elaboração do Plano Metropolitano, na tentativa de evitar conflitos posteriores. Em respeito à autonomia municipal, deve ser assegurada participação efetiva do ente na tomada de decisões, o que afiançará o equilíbrio entre o interesse local e o interesse comum metropolitano em termos de uso e ocupação do solo, sendo possível a criação de um zoneamento da região, onde se pondere as atuais previsões legais e as propostas dos municípios.

Após a instituição da instância deliberativa de governança interfederativa e a criação de um zoneamento metropolitano, o plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana poderá regular a adoção de mecanismos de financiamento da política urbana. A título ilustrativo, pode-se citar as operações consorciadas interfederativas, instrumento instituído pelo Estatuto da Metrópole (art. 9º, inciso IV c/c art. 34-A, da Lei nº 10.257/2001 inciso I, alínea b).

O Estatuto da Metrópole determina, ainda, que uma vez aprovado o PDUI, os municípios integrantes da Região Metropolitana deverão adequar seus **Planos Diretores** às prescrições metropolitanas.

No que concerne às propostas para a **expansão econômica**, duas demandariam a instituição de instrumentos legais: (i) incentivar a instalação de indústrias das cadeias de inteligência dos setores de óleo e gás, economia da saúde, defesa, segurança e naval, especialmente em locais de grande potencial e baixa exploração exigiria a alteração das leis municipais de uso e ocupação do solo urbano; (ii) o selo de qualidade de origem, de forma a valorizar os produtos oriundas da Região Metropolitana poderia ser instituído por resolução do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana.

Relativamente ao **patrimônio natural**, inúmeros são os instrumentos legais que poderiam viabilizar as propostas, notadamente as de redes de conectividade ambiental, tais como a criação de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000), de áreas de preservação permanente (Lei nº 12.651/2012), de reserva legal (Lei nº. 12.651/2012), etc.

Para viabilizar a implantação dos parques lineares em áreas urbanas, segundo pesquisa realizada pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, poderiam ser utilizados os seguintes instrumentos legais: (i) desapropriação; (ii) transferência do potencial construtivo ou (iii) outorga onerosa de potencial construtivo. O instituto da desapropriação deveria ser utilizado em áreas onde não haveria interesse de ação conjunta com proprietários privados, mas que seriam prioritárias para a implantação dos parques. Na hipótese de existir real interesse dos proprietários (particulares) e do mercado imobiliário em investir na área delimitada para a implantação de eventual parque linear, a

intervenção urbana em comento poderia ser concretizada por meio de transferência do potencial construtivo e da outorga onerosa de potencial construtivo, precedido, obviamente, de estudos de viabilidade e, posteriormente, de lei municipal específica, especificando, dentre outras coisas, a delimitação da área e os instrumentos a serem utilizados²¹.

Quanto ao **patrimônio cultural**, a criação de zonas especiais de centro (no entorno das estações) e a regulamentação do instrumento de transferência de potencial construtivo são ações de competência dos municípios. A elaboração de cadastro único para bens culturais, bem como a criação de um calendário de eventos culturais poderiam ser viabilizadas por resoluções do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana.

Em relação à **mobilidade urbana**, a proposta de criação de uma entidade que seria a responsável pelo planejamento, fiscalização e gestão do transporte público na Região Metropolitana do Rio de Janeiro poderia ser posta em prática por meio de consórcio público (Estatuto da Metrópole, art. 9º, VI), observando, para tanto, os ditames da Lei nº 11.107/2005. A solução preconizada exigiria que do protocolo de intenções do consórcio público a ser instituído constasse a autorização para a gestão associada de serviços públicos, onde deveria ser explicitado as competências cujo exercício se pretende transferir ao consórcio público; os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que seriam prestados e a autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços. E o referido protocolo deve, necessariamente, ser ratificado, mediante leis, pela assembleia legislativa do Estado e pelas câmaras municipais.

A vantagem da utilização deste instrumento legal reside no fato de que a autonomia dos municípios eventualmente participantes do consórcio restará preservada. Isto porque não há dúvidas de que os transportes intermunicipais se inserem na competência do Estado. Contudo, os serviços de transporte público de competência dos municípios, mas que tenham impacto metropolitano, mesmo com a edição da lei complementar, permanecem na competência dos entes municipais, não havendo transferência nem renúncia de suas responsabilidades.

No tocante à proposta de criação de um **banco de terras** de terras públicas e privadas, poderia ser viabilizada por lei estadual, onde se estabeleça o objetivo e o funcionamento do referido banco, bem como sua gestão. O mesmo se pode afirmar com relação à proposta de transformação da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB – RJ e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ em Empresa Urbanizadora Social, ou seja, demandaria a edição de lei autorizativa específica, cuja iniciativa seria do Chefe do Executivo estadual.

A respeito das propostas atinentes ao manejo dos **resíduos sólidos**, poderiam ser implementadas por meio da constituição de consórcio público para gestão de resíduos sólidos urbanos, tendo por objetivo organizar as ações e atividades relacionadas ao sistema de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados.

O referido consórcio teria como missão procurar soluções para problemas comuns, ou seja, o tratamento e a destinação final do lixo proveniente da coleta domiciliar, de varrição e limpeza dos logradouros públicos, realizadas de forma direta ou indireta pelos municípios que efetivamente integrem o consórcio.

Por fim, cabe destacar a existência de debate judicial relevante sobre o planejamento e a gestão das regiões metropolitanas ainda pendente de análise Supremo Tribunal Federal: O Democratas (DEM) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Complementar nº 41/2001, que criou a entidade metropolitana de Salvador, na Bahia. A lei estadual questionada foi aprovada antes da edição do Estatuto da Metrópole, mas é possível que o STF entre em debates constitucionais relevantes para os estados e municípios que estejam em processo de elaboração do PDUI e não apenas ratifique o entendimento consignado na ADI 1.842. E a razão é simples: a significativa alteração da composição da Suprema Corte desde o julgamento da ADI 1.842/RJ. Por enquanto, o que se pode afirmar é que o Ministério Público Federal se manifestou de forma contrária à pretensão.

²¹ BONDUKI, N.; FERREIRA, J. S. W. (Coord.). Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no município de São Paulo: Relatório 2 – Instrumentos legais necessários à implantação de parques lineares. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (FAUUSP). 2006. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/produos/pesquisa_analise_instrumentos-parqueslineares.pdf.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

4 | PROGRAMAS COMPLEMENTARES

4. PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Neste Capítulo é apresentado o segundo grupo de estratégias de suporte para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que são os **Programas Complementares de Comunicação, Capacitação e Monitoramento e Avaliação (M&A)**, finalizando a lista de componentes que colaborarão de maneira incisiva no efetivo desenvolvimento e na implementação de cada uma das ações previstas nos seis **Programas de Ações Prioritárias (PAPs)**.

4.1. COMUNICAÇÃO

A execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro deverá contar com um trabalho de comunicação estratégica integrada e continuada, por um período inicial de quatro anos (primeira fase de execução do projeto), considerando-se as premissas de informação, transparência, diálogo e engajamento com os públicos de interesse.

Um dos primeiros objetivos da estratégia de Comunicação será alcançar a conscientização dos atores sociais do que é a metrópole e de que metrópole é essa em que vivem. O esclarecimento e o sentimento de pertencimento a essa região são de total importância para que o planejamento urbano se dê, de fato, com a participação e com o engajamento dos agentes sociais (sociedade, indústrias, comércio, instituições do terceiro setor, academia, imprensa, sindicatos, governos etc). Ao se reconhecerem nela, serão seus principais porta-vozes e agentes no processo de supervisão da implementação das ações.

O Programa de Comunicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado deverá considerar como uma das principais condições para o sucesso do trabalho a integração de suas ações com a área de Participação e de Comunicação, para a conquista dos melhores resultados nesses quatro primeiros anos de implementação do PDUI/RMRJ.

Premissas do Programa de Comunicação Social do PDUI/RMRJ



Informação, transparência e equalização das mensagens

O princípio do trabalho é prover informação clara e acessível aos públicos de interesse sobre a visão de futuro, objetivos e ações do PDUI/RMRJ. Oferecer informações nos canais oficiais a serem criados a partir da implantação da estrutura de governança do Plano, bem como na imprensa e em outros canais associados, como das prefeituras metropolitanas, de parceiros, institutos, universidades, ONGs, entre outros.

Diretamente ligada ao princípio de total acesso à informação, está a premissa da transparência do processo, prevista desde o início do trabalho, e que deverá acontecer em todas as fases até a finalização dos quatro anos de implementação. A base da comunicação do PDUI/RMRJ com seus públicos deve passar, necessariamente, pela correta informação, inclusive quando há problemas de execução ou de rumos nas ações previstas. Aqui, considera-se que o planejamento para situações de crise seja essencial para o bom desempenho do trabalho de comunicação.

Considerando-se os Programas de Ações Prioritárias, traçados para a Região Metropolitana, a equalização das mensagens em uma interlocução permanente com os demais agentes de comunicação dos municípios deverá ser um desafio, mas também um objetivo a ser percorrido. Por isso, a metodologia de trabalho a ser adotada deverá contemplar atividades de planejamento e de gestão da informação entre a rede de parceiros, a partir de temas prioritários e correlatos.

Diálogo permanente com os públicos de interesse e engajamento no PDUI/RMRJ

Envolver a sociedade e demais atores nas atividades do Plano. O diálogo permanente com os públicos de interesse será fundamental para a difusão das ações a serem executadas. Mas, além disso, será por meio do diálogo que se obterá uma escuta dos cidadãos da Região Metropolitana. Esse diálogo pode ser alcançado por diferentes canais de comunicação e de estratégias compartilhadas, desde o uso das mídias mais tradicionais – jornais, revistas, rádios e tevês –, às mais modernas (canais como Facebook, Instagram, Youtube, Twitter), principalmente as que atingem públicos jovens e sobre os quais se poderá trabalhar na construção de novas narrativas sobre a metrópole.

Outro ponto da estratégia trata do engajamento dos agentes sociais na implementação do Plano, como atores principais na cobrança da implementação das medidas propostas, de forma a que sejam executadas pelos órgãos públicos e governos, locais e estadual. A sociedade, com o apoio da imprensa e dos formadores de opinião, tem papel relevante nessa cobrança para que as políticas traçadas sejam colocadas em prática. Além da cobrança, caberá aos públicos de interesse a avaliação e o retorno sobre o que foi executado, de forma que os técnicos possam medir periodicamente os impactos do Plano sobre os territórios, seu desenvolvimento e suas populações. As redes sociais, pela sua abrangência e característica de participação, são um dos meios mais importantes para se criar o engajamento pretendido com os públicos, desde que haja espaços de interatividade. As campanhas de relações públicas também são meios para se alcançar a mobilização social.

Defesa da narrativa metropolitana

O estágio mais avançado das premissas que norteiam o Plano de Comunicação é quando se obtém a “defesa” dos princípios metropolitanos, é quando o público for capaz de se reconhecer como tal, abraçando projetos, propostas e tornando-se embaixador de ideais mais complexos que extrapolem as soluções mais emergentes. Aqui se dá, para além do engajamento dos atores, a internalização de um verdadeiro “espírito” metropolitano, ou uma verdadeira mudança de paradigma e de comportamento. Perseguir esse objetivo elevará o Plano Metropolitano a patamares mais importantes, para que se obtenha uma mobilização da sociedade fluminense no sentido de políticas que conduzam a níveis de maior igualdade socioeconômica entre os habitantes da metrópole. O principal desafio do Programa de Comunicação será ampliar a compreensão do que é a Região Metropolitana.

IDENTIFICAÇÃO DE PÚBLICOS-ALVO

Para estruturar o Programa de Comunicação Social do Plano Metropolitano do Rio de Janeiro deve-se estabelecer como ponto de partida a definição dos diferentes públicos e os níveis de relação de cada um com o PDUI. Esse ponto de partida é a referência para articular ações que levem a uma efetiva mudança de atitude em relação aos objetivos propostos no curto prazo (2018-2020), sem deixar de lado o objetivo maior do PDUI que é construir uma metrópole mais justa sob todos ângulos. A mudança, nesse caso, significa uma sensibilização especialmente em relação à construção de um sentimento e de uma atitude realmente metropolitana por parte de todos os envolvidos, e não apenas guiada por interesses dirigidos. Para Stuart Hall:

“a comunicação está inevitavelmente ligada ao sucesso, à eficácia ou à ineficácia, das teorias da formação social como um todo, porque é nesse contexto que deve ser teorizado o lugar da comunicação no mundo social moderno (...) a comunicação moderna não pode ser conceituada como externa ao campo das estruturas e práticas sociais porque ela é, cada vez mais, internamente constitutiva delas. Hoje, as instituições e relações comunicativas definem e constroem o social; elas ajudam a constituir o político, elas medeiam às relações econômicas produtivas; elas se tornaram uma força material nos modernos sistemas industriais; elas definem a própria tecnologia; elas dominam o cultural”.

Com essa perspectiva, o fortalecimento da imagem do Plano deve ser encarado como o uso instrumental de técnicas e ferramentas de comunicação com vistas à adesão a uma ação que tem por finalidade a melhoria das condições de vida da própria metrópole, assegurando um processo de fortalecimento da cidadania, da responsabilidade compartilhada, apontando que as intervenções visam à melhoria integral das condições de vida da população. Importante também fixar a ideia de que este é o primeiro passo na direção de um projeto maior, que deverá ser executado até 2040 e que trará mudanças e melhorias estruturais para a região. Assim, o Plano de Comunicação Social é estruturado de forma a atender às demandas de informação, de sensibilização, de engajamento e por fim de defesa dos princípios e objetivos.

ABRANGÊNCIA

O Plano de Comunicação Social visa atender às demandas de informação para mobilização, organização e informação das comunidades da área do projeto, ou seja, todos os 21 municípios da Região Metropolitana, destacando-se que aí se encontra também a capital.

Em uma breve definição, o Plano Metropolitano atinge um extenso público, podendo assim ser dividido para a construção do Programa de Comunicação Social do PDUI/RMRJ:

- a) Sociedade (a população da região metropolitana, organizações comunitárias, grupos de ação local);
- b) Prefeituras (dos 21 municípios da RM);
- c) Governo (estadual e federal);
- d) Imprensa (nacional, regional e local);
- e) Formadores de opinião;
- f) Órgãos legislativos (Câmaras e Assembleias);
- g) Institutos e associações;
- h) Órgãos de classe e sindicatos;
- i) Universidades e centros de pesquisa;
- j) ONGs, fundações e outras representações civis.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comunicação Institucional difunde informações de interesse público sobre as políticas, práticas e objetivos do PDUI/RMRJ para tornar as propostas compreensíveis; trabalha o fluxo de informação interno e a comunidade externa ligada ao Plano; cuida da imagem institucional e elabora produtos de comunicação para circulação interna e externa. As atividades na área de Comunicação Social partem de dois pressupostos: (i) o impacto

gerado na população, pela dimensão das intervenções; (ii) o direito do cidadão à informação. Levando em consideração todo escopo de ações do PDUI/RMRJ, a Comunicação Social vai trabalhar na perspectiva da intervenção estratégica, com abordagens multidisciplinares. Os produtos gerados deverão ser facilitadores da interação com os públicos para legitimar as atividades desenvolvidas, demonstrar os benefícios alcançados, bem como identificar o PDUI/RMRJ como agente ativo de mudanças estruturais no desenvolvimento de todo o território. Buscando a uniformidade de conceitos e mensagens, os produtos gerados pela assessoria de Comunicação terão direcionamento voltado, ainda, para a gestão dos relacionamentos junto aos diferentes atores que o PDUI/RMRJ possui.

TEMAS PRIORITÁRIOS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi elaborado com base em ações multidisciplinares e projetos multifuncionais, reunidos em seis Programas de Ações Prioritárias (PAPs), conforme as seguintes classificações:

1. PROGRAMA METRÓPOLE INTELIGENTE - PMI
2. PROGRAMA METRÓPOLE SUSTENTÁVEL - PMS
3. PROGRAMA EQUILIBRAR A METRÓPOLE - PEM
4. PROGRAMA HABITAR A METRÓPOLE - PHM
5. PROGRAMA BAIA REINVENTADA - PBR
6. PROGRAMA GOVERNAR A METRÓPOLE - PGM

Nos seis programas, há um vasto conjunto de temas que foram desenvolvidos pelos especialistas do PDUI/RMRJ, dos quais destacamos os principais, indicados como os grandes guarda-chuvas temáticos estratégicos para a Comunicação do Plano. Esses grupos temáticos tanto devem ser pensados como possíveis pautas mais abrangentes.

1. **Governança:** ainda em tramitando para aprovação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o tema da Governança deverá merecer uma intensa ação de esclarecimento e principalmente de mobilização da sociedade e das instituições em favor da sua rápida implementação. É ponto primordial para a execução do PDUI que a governança esteja definida e instituída, sem a qual qualquer iniciativa torna-se inviável. Para isso, algumas ações de Comunicação devem ser compartilhadas simultaneamente, incluindo-se aí organização de encontros e reuniões mobilizadoras, campanha nas redes sociais, campanha com matérias espontâneas e artigos de opinião na mídia fluminense (jornais, rádios, tevês e blogs).
2. **Ordenamento territorial e adensamento da metrópole:** a busca de uma metrópole formada por uma rede de cidade compacta e eficiente, inclusiva, equitativa, diversa e sustentável, adensada nas centralidades e ao longo dos eixos de transporte de passageiros de maior capacidade, promovendo-se assim a proximidade entre moradia, trabalho e transporte. Polinucleação, redes de cidades, redistribuição de equipamentos públicos são subtemas que deverão merecer especial atenção nas estratégias de comunicação.
3. **Expansão econômica:** fortalecer os distintos perfis econômicos da metrópole, transformar as dependências existentes em uma rede colaborativa. Alguns segmentos econômicos ancoram o trabalho da Comunicação: plataforma logística, economia da saúde, turismo, corredor tecnológico e inovação, e economia criativa. De forma estratégica, deve se destacar a necessidade de implantação de uma estrutura urbana policêntrica, a fim de superar a concentração de atividades econômicas, serviços e equipamentos públicos na região central da metrópole. A RMRJ pode ser vista no centro internacional de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aproveitando os setores de óleo e gás, saúde, defesa, indústria naval e energia.
4. **Conectividade ambiental:** a preservação do ambiente se dá por meio do apoio às Unidades de Conservação, para elaborar Planos de Manejo, bem como, por meio do apoio à implantação de uma

extensa rede de conectividade ambiental entre unidades de conservação da Região Metropolitana, entre outras ações. A preservação ambiental também se dá pela promoção da recuperação ambiental e a governança da Baía de Guanabara, que foi destacada como um Programa Prioritário do PDUI/RMRJ, bem como, pela proteção da Baía de Sepetiba, sistema lagunar das regiões Leste e Oeste da RM, e demais corpos hídricos da região. Destaca-se a estratégia de promover a implantação de redes de esgoto de tempo seco, tratamento prioritário de efluentes em ETEs existentes subutilizadas, implantação de cinturão receptor na Baía de Guanabara e lagoas e redes com separador a longo prazo.

5. **Segurança hídrica:** apoio à implantação de programa de redução de perdas físicas de água. É preciso conscientizar a população para evitar desperdícios e reduzir o volume de consumo, bem como estimular a utilização de recursos hídricos alternativos para a indústria – Cavas de Seropédica, águas reutilizadas do Saracuruna, reserva de Lages. Outras medidas de resiliência ambiental visam promover destinação final adequada de resíduos sólidos a reciclagem, a logística reversa, e o reaproveitamento; promover obras de diques, canais e reservatórios de macrodrenagem para evitar enchentes decorrentes de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas, mitigação de riscos de escorregamento de encostas em áreas habitadas; entre outras medidas.
6. **Mobilidade e circulação:** estimular a redução da estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos é o primeiro objetivo do PDUI nessa área. Entre as ações a se dar visibilidade, destacam-se a otimização dos recursos em mobilidade e a reorientação do uso do transporte individual motorizado. Promover a recuperação de estações ferroviárias, requalificação urbana e paisagística do seu entorno é uma estratégia adotada pelo PHM como indutora da revitalização das áreas próximas às estações dos trens suburbanos, contribuindo para a valorização da autoestima da população e da descentralização urbanística.
7. **Moradia, urbanização e infraestrutura:** o Programa defende alcançar melhorias no bem-estar nas cidades e garantir o acesso à infraestrutura urbana; aos serviços e equipamentos sociais; a melhores condições de urbanidade e moradia; acesso à mobilidade; segurança e resiliência ambiental. Também destaca a importância de se promover progressivamente a urbanização e a regularização fundiária de favelas (aglomerados subnormais), loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais degradados e outros assentamentos precários. Também indica a necessidade de produção de moradias de mercado para baixa renda, além de moradias para aluguel social, idosos, reassentamento de famílias em áreas de risco; moradias e assentamentos rurais e projetos de autogestão, com assistência técnica profissional. Infraestrutura nas localidades centrais, urbanização e regularização fundiária.
8. **Baía Reinventada:** resgate e a reinvenção do uso e dos valores culturais, históricos e ambientais presentes na Baía de Guanabara e no seu entorno, e aponta um conjunto de medidas próprias para alcançar seus grandes objetivos. O projeto Baía Reinventada trata de promover a restauração e revitalização dos antigos portos marítimos e fluviais da Baía de Guanabara, bem como incentivar a revitalização das paisagens culturais históricas como Guia de Pacobaíba, Vila Inhomirim, Piedade e Vila Estrela, entre outras. O Programa apoia a valorização de ocupações urbanas e a proteção das comunidades tradicionais da orla da Baía de Guanabara, apoiando o seu desenvolvimento econômico e social.

4.1.1. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA

Apresentamos, a seguir, os principais passos e processos do ciclo anual de planejamento e implantação do Programa de Comunicação do PDUI/RMRJ. Sua metodologia de elaboração e implementação deverá concentrar-se nas seguintes linhas de trabalho:

1. Diagnóstico e leitura de cenários;
2. Definição de públicos, linhas de argumentação e posicionamentos (principal e secundários);

3. Planejamento Estratégico por áreas (Assessoria de Imprensa, Relações Públicas, Mídias Sociais, Publicações, Audiovisual, Eventos);
4. Desenho de equipes e de redes de distribuição da informação;
5. Criação e gestão de conteúdos e de canais;
6. Assessoria de Imprensa e RP;
7. Mídias Sociais, Site e Audiovisual;
8. Comunicação Interna e Publicações;
9. Gerenciamento de Crises;
10. Programa de Treinamentos;
11. Metodologias de avaliação de resultados.

A estratégia deverá considerar diferentes ações de Comunicação voltadas para os objetivos a serem alcançados. Essas ações poderão contar com diferentes canais de difusão e de ampliação da participação dos públicos envolvidos. Assim, com base nessas diretrizes de metodologia, seguem abaixo as principais ações a serem realizadas para a elaboração do Programa de Comunicação, abrangendo os primeiros 4 anos de execução do PDUI:

1. Diagnóstico e leitura de cenários

- Checagem dos objetivos propostos no produto final para compreensão do trabalho;
- Análise de cenários – político, econômico e social;
- Análise de imagem do PDUI/RMRJ:
 - Análise editorial da cobertura da mídia;
 - Análise de mídias digitais;
 - Construção de matriz de oportunidades e ameaças.

2. Definição de públicos, linhas de argumentação e posicionamentos (principal e secundários)

- Identificação dos públicos de interesse para o correto endereçamento das mensagens;
- Definição de mensagens-chave, posicionamentos e narrativas;
- Identificação dos formadores de opinião para ações de relacionamento e adesão ao tema;
- Construção de mailings (imprensa, formadores de opinião, atores, influenciadores e detratores).

3. Planejamento Estratégico por áreas (Assessoria de Imprensa, Relações Públicas, Mídias Sociais, Publicações, Audiovisual, Eventos)

- Elaboração de cronograma de planejamento anual para cada público prioritário indicado;
- Plano de trabalho de assessoria de imprensa e interface com imprensa nacional, regional e local;
- Plano de aproximação dos porta-vozes com a imprensa;
- Plano de ação de Relações Públicas que criem visibilidade e engajamento com stakeholders;
- Análise e projeto de acervo audiovisual, com a indicação de produção de vídeos institucionais e tevê-releases para a melhor divulgação do Plano e construção de memória do projeto;
- Plano de cobertura fotográfica e constituição de banco de fotos permanentemente atualizado ao longo do processo de implementação do PDUI/RMRJ, criando uma base de dados;
- Planejamento de eventos de comunicação para difusão e engajamento no Plano Metropolitano;
- Elaboração de orçamento geral da proposta para o planejamento anual de Comunicação, com dimensionamento de equipes, contratações e desenvolvimento de produtos e serviços.

4. Desenho de equipes e de redes de distribuição da informação

- Definição de equipe diante das necessidades e abrangência da nova fase do projeto;

- Análise e definição dos canais de comunicação adequados à nova fase do projeto;
- Mapeamento dos principais centros de distribuição de informações nas cidades da Região Metropolitana;
- Plano de aproximação com as assessorias de comunicação das prefeituras e órgãos correlatos;
- Seleção dos canais de instituições parceiras que possam ampliar a difusão de notícias dos temas metropolitanos;
- Construção de uma plataforma de comunicação integrada.

5. Criação e gestão de conteúdos e de canais

- Estudo para otimização de canais proprietários: análise do site, das páginas nas redes sociais e das publicações ligadas ao PDUI para adequação à nova fase do projeto;
- Criação, manutenção ou mudança em boletins, *newsletter* e outros materiais gráficos;
- Definição de sistemas de gestão da equipe, mecanismos de supervisão, de acompanhamento de demandas da imprensa e de outras ações de comunicação;
- Produção de banco de pautas para imprensa (geral e setorizado);
- Criação de dinâmica de envio de rádio *releases* à imprensa regional;
- Criação de sistema de envio de release e *follow-up* para todo o mailing nacional e setorial;
- Criação de sistema de transmissão de entrevista por *broadcast*;
- Redação de *releases*, notas, *position papers*, notícias e textos de publicações.

6. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas

- Criação de *mailings* de jornalistas, atores e formadores de opinião;
- Montagem de banco de pautas;
- Apuração de notas e pautas;
- Redação e distribuição de releases;
- Follow-up e controle de demandas de imprensa;
- Criação de eventos para os diferentes públicos e objetivos;
- Montagem de agenda com jornalistas e formadores de opinião;
- Negociação de pautas especiais;
- Criação e desenvolvimento de campanhas de Comunicação.

7. Mídias Sociais, site e audiovisual

- Planejamento e criação/remodelagem de site do Plano;
- Planejamento e criação de campanhas digitais;
- Redação de textos e notícias para o site e atualizações;
- Elaboração e criação de posts;
- Respostas e interface com o público;
- Criação e gerenciamento de profissionais para desenvolvimento de produtos audiovisuais;
- Banco de fotos e de vídeos.

8. Comunicação Interna e publicações

- Criação e desenvolvimento de produtos para comunicação com público interno;
- Redação de boletins, jornais e outros produtos;
- Edição e diagramação de produtos editoriais;
- Revistas institucionais; *position papers*; boletim virtual (*newsletter*); boletim impresso; livros; kits institucionais; vídeos reportagens; web sites para situações específicas; vídeos institucionais; cartaz; folder; panfleto; outdoor etc.

9. Gerenciamento de Crises

- Levantamento de temas sensíveis e riscos;
- Desenvolvimento de plano de gestão de crises;
- Desenvolvimento de manuais de crise e sistemas de prevenção e gestão de crise;
- Definição de Comitê de Crise;
- Metodologia de montagem de *war room*.

10. Programa de Treinamentos

- Programa de treinamento de porta-vozes para maior visibilidade às ações;
- Programa de treinamentos para o enfrentamento de crises;
- Workshops e seminários de comunicação para integração de equipe do Plano e prefeituras.

11. Metodologias de avaliação de resultados

- - Definição de sistemas de acompanhamento e métrica de resultados;
- - Contratação de clippings de imprensa e programas de monitoramento digital;
- - Definição de modelos de relatórios e periodicidade.

4.1.2. CENTRALIDADE E INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

O resultado do planejamento da Comunicação será alcançado por meio de ferramentas integradas, num conjunto de ações que mobilizem e produzam a participação dos agentes envolvidos no programa. O desafio será articular a Comunicação do projeto de uma forma interligada e, ao mesmo tempo setorizada, já que há diferentes interesses e instâncias tanto nos agentes da sociedade civil, quanto nos da gestão pública. O Plano Estratégico de Comunicação na fase de implementação do PDUI/RMRJ terá que considerar a mobilização em torno dos seus objetivos por parte também das assessorias de comunicação dos 21 municípios integrantes da Região Metropolitana, além da Câmara e da Agência Metropolitana, entre outros agentes. Manter a centralidade dos objetivos propostos deverá ser a diretriz do trabalho, que exigirá um planejamento bastante detalhado, com a proposição de ações e cronogramas, fluxos e métricas de resultados.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Para a execução do Programa de Comunicação do PDUI/RMRJ nos primeiros anos do projeto será necessária uma equipe mínima constituída de quatro profissionais:

- 1 Jornalista/Editor sênior
- 2 Assessores de Comunicação de nível pleno
- 1 Fotógrafo

Essa equipe ficará alocada na Agência Metropolitana, dentro de uma estrutura de Comunicação da Agência, mas dedicada exclusivamente ao PDUI/RMRJ e deverá se relacionar de forma constante com as assessorias de comunicação das prefeituras dos 21 municípios metropolitanos, bem como com a assessoria de comunicação do Governo do Estado, para convergência de pautas, campanhas, temas prioritários, análises de cenários, mapeamento de riscos, unificação de discursos e definição de atuação. Devem-se estabelecer as competências de cada parte, designando-se pontos focais em cada lado para o melhor fluxo da comunicação. A rotina de trabalho deverá contemplar a realização de reuniões de pauta mensais, além de outras que se façam necessárias ao longo do processo. Considera-se nessa formação de equipe que haverá um coordenador geral da Agência e uma equipe para serviços de design, por isso esses cargos não serão diretamente inseridos nesse projeto.

À assessoria de Comunicação para implantação do Plano Metropolitano caberá os melhores esforços para que os temas sejam trabalhados e alcancem divulgação a partir de uma perspectiva metropolitana, de forma a alcançar os objetivos estabelecidos neste Produto.

Controle e Fluxo de Informação

A busca das informações relevantes deverá se dar junto às diversas fontes, tais como: governo, secretarias, prefeituras, parceiros, servidores, beneficiários, organizações civis e comunidade. As informações colhidas serão trabalhadas conforme as regras estabelecidas no planejamento-plano-estratégia de comunicação, de modo a se conseguir:

1. evitar a dispersão de meios e esforços;
2. possibilitar uma visão geral e integral das pautas e dos problemas;
3. pormenorizar as vantagens, estabelecidas pelos objetivos do público a que se deseja atingir;
4. evitar improvisações;
5. definir metas e responsabilidades;
6. possibilitar a flexibilização e a ação integrada de diversos setores;
7. estabelecer uma unidade de discurso nas mensagens.

MECANISMO DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Para o acompanhamento dos resultados do trabalho do Programa de Comunicação, consideram-se dois tipos de avaliações: mensais (avaliação de ações e resultados) e anuais (resultados quantitativos e qualitativos). Essas deverão se ater a análises macro para correção de rumos, se necessário, redefinição de estratégias e objetivos, reposicionamento e novas narrativas. Essa avaliação deverá levar em conta os objetivos prioritários do Programa, de forma a medir qual o nível de realização das metas propostas, considerando os cenários políticos.



Relatórios mensais: de desempenho, com pequenas análises de cenários, tendências e riscos, números de atendimentos à imprensa e matérias, espaços de cobertura de mídia, realização das ações e eventos, imagem na mídia no período, pontos de atenção (imprensa e mídias sociais).



Relatórios anuais: quanti e qualitativos, com análises de desempenho das estratégias de comunicação, análise de reputação, análises de risco e indicação de correção de rumos. Esse relatório deverá ser baseado em clippings, análises editoriais, monitoramento digital, análise de repercussão de eventos e outras participações.

Para o acompanhamento das ações e validação dos relatórios indicados, é importante a contratação de um serviço diário de clipagem das notícias bem como de serviço de monitoramento digital. É indicada também a produção de análises editoriais trimestrais para balizamento de cenários e análise qualitativa da presença das ações de implantação do Plano na mídia.

ORÇAMENTO

Para a contratação da equipe de trabalho proposta o orçamento a ser considerado é o seguinte:

Profissional	Quantidade	Salário (R\$)	Encargos Sociais R\$ (84%)	Custo Total Mensal (R\$)	Custo Anual Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Jornalista/Editor	1	12.000	22.080	22.080	264.960	264.960
Assessor de Comunicação	2	8.000	14.720	29.440	353.280	706.560
Fotógrafo	1	8.000	14.720	14.720	176.640	176.640
TOTAL	4	28.000	51.520	66.240	794.880	1.148.160

Além dos custos de contratação de profissionais, o Projeto de Comunicação do PDUI/RMJ deverá considerar os custos de media training (1), clipping e desenvolvimento/manutenção de site. Assim, o custo total para o Projeto de Comunicação Social é:

Serviços	Quantidade	Valor (R\$)	Custo Total Unitário (R\$)	Custo Total Anual (R\$)
Clipping/Monitoramento	1	6.000	6000	72000
Media Training	1	25.000	25000	25000
Desenvolvimento Site	1	30.000	30000	30000
Hospedagem e manutenção do site	1	1.000	1000	12000
Contratação de equipe				1.148.160
TOTAL GERAL				1.287.160

4.2. CAPACITAÇÃO

A capacitação dos envolvidos na elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é estratégia fundamental no processo de implementação de um plano que reúne atores e contextos diversos e deverá ocorrer de modo contínuo. Esse processo oferecerá conhecimentos específicos para um conjunto de diversos atores, com o objetivo de instrumentalizá-los para que se dê conta de alcançar os objetivos propostos para o PDUI/RMJ.

A gestão territorial moderna utiliza uma série de ferramentas cada vez mais potentes em tecnologia incorporada, deixando ao servidor público a tarefa de interpretar os resultados e propor as diretrizes que reforcem aquilo que foi considerado bom ou adequado, e ao contrário, reformulem aquilo que acabou se desviando do propósito originalmente planejado. Além disso, mesmo que o planejamento original tenha sido adequado, há contextos supramunicipais, ou dependentes de decisões e compromissos de outras esferas de governo, que vão requerer essa reformulação, para continuar promovendo uma integração de políticas públicas no território.

Independentemente daquilo que vier a ser adotado como política metropolitana, ou iniciativa de impacto metropolitano, ainda persistirão muitas outras decisões de caráter eminentemente local, cuja implementação poderá, a futuro, apoiar ou não iniciativas de política metropolitana pensadas para um período de tempo mais à frente. É muito importante que as equipes municipais estejam preparadas para visualizar esse possível impacto e entender as alternativas a serem adotadas para alinhar essas iniciativas ou fazer com que venham a ser reciprocamente empoderadoras.

Nesse sentido, o público alvo prioritário destas capacitações será um conjunto estratégico de servidores públicos municipais e estaduais atuando em gestão institucional, acrescido de membros dos diversos setores que integrarão o Conselho Consultivo da Governança Metropolitana a ser instituída.

No caso específico dos técnicos dos governos estadual e municipais, merece especial atenção o fato de que a prioridade de capacitação deve ser dada ao corpo permanente de servidores públicos, ie aquelas pessoas que fizeram concurso e tem estabilidade funcional. Um dos grandes problemas é a perda de investimento em capacitação ao se privilegiar o corpo de ocupantes de cargo em comissão, que entram e saem junto com cada autoridade eleita, desfalcando a capacidade institucional das organizações.

Já se demonstrou em documentos anteriores que o corpo técnico municipal da RMRJ é relativamente fraco em comparação com outras regiões metropolitanas. Pesquisa realizada pelo IBGE em 2011 com servidores municipais de todas as regiões metropolitanas mostrou a falta de suficiente educação formal em cerca de 18-20% desse contingente. Ora, sem essa formação básica será muito difícil encaminhar essas pessoas para cursos mais especializados, tais como gestão territorial, gestão financeira, planejamento de uso e ocupação do solo, gestão de habitação de interesse social, regularização fundiária e de edificações, sistema viário, mobilidade e transporte, geração de emprego e renda, promoção de economia criativa, entre outras prioridades emergentes nas cidades metropolitanas.

Assim, uma tarefa inicial, no curto prazo (2018-2020), será atualizar essa pesquisa realizada em 2011 de modo a estabelecer, de forma mais clara, quais são os recursos humanos disponíveis que já poderiam ser encaminhados para cursos afinados com as prioridades de curto prazo definidas nos seis Programas de Ações Prioritárias (PAPs), identificando ainda aqueles contingentes que vão precisar de um apoio adicional para completar pelo menos o ensino formal de 1º grau, e em seguida serem direcionados a cursos complementares, de tipo profissionalizante ou não.

Outra estratégia de capacitação, já para o médio (2021-2028) e longo (2029-2040) prazos, poderia ser o compartilhamento de servidores muito bem capacitados, na forma da constituição de consórcios públicos, segundo temas que demandem esse tipo de capacitação mais sofisticada, pois não seria custo-eficiente que cada município fizesse semelhante investimento inicial se seu resultado não corresponde a uma tarefa cotidiana ou pelo menos muito frequente. Com o tempo, outros servidores poderão vir a ser capacitados em forma complementar e, paulatinamente, todos os municípios, dos menores aos médios, conseguirão dispor de equipes técnicas treinadas e afinadas com a boa resolução dos desafios que os esperam na direção da implementação do PDUI e da promoção do desenvolvimento urbano e metropolitano sustentável e sustentado.

No caso específico de monitoramento e avaliação, as capacitações deverão ficar à cargo da Rede de M&A – a ser estabelecida - que realizará, no curto prazo, as seguintes capacitações: (i) usos práticos das ferramentas de gestão (planejamento, monitoramento e avaliação) e (ii) análises e usos de dados em M&A. Estas capacitações tem o objetivo de contribuir para o composição e/ou fortalecimento dos quadros técnicos da Agência Metropolitana, dos governos estadual e locais, e da sociedade civil, que irão efetivamente possibilitar a institucionalização de uma cultura de monitoramento e avaliação. Elas deverão ocorrer de maneira contínua no processo de implementação do Plano, visando garantir que a qualidade do seu processo de monitoramento e avaliação não seja prejudicado com eventuais mudanças de equipe. Cabe enfatizar, que as capacitações podem e devem também ter um formato à distância, para não somente ampliar e facilitar o acesso, mas também baratear o seu custo.

Reforçando a perspectiva de institucionalizar uma cultura de M&A no processo implementação do PDUI/RMRJ, as capacitações dos diversos atores envolvidos entram como uma forma de promover a integração entre a sociedade civil organizada e a academia, no processo de planejamento local e metropolitano. Neste sentido, cabe a busca por instituições parceiras com foco na gestão pública que possam agregar valor às capacitações de servidores municipais e estaduais. Além de qualificar os servidores para uso de ferramentas de gestão mais modernas, cabe também diluir a resistência e ampliar os espaços à sociedade civil, por meio de participação cidadã.

Para dar conta dessas capacitações recomenda-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro contribua na articulação de seus entes, que desempenham estas funções, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), além de mobilizar o setor privado, por meio da Responsabilidade Social Empresarial e bolsas de estudo para essas entidades. Assim, o Governo do Estado poderá também estabelecer convênios de cooperação técnica, como por exemplo, com a Escola de Gestão, em Campo Grande (MT).

4.3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (M&A)¹

A criação da Agência Metropolitana, que neste momento aguarda a aprovação do Projeto de Lei Complementar Nº 10/2015 na ALERJ, terá como uma de suas atribuições a implementação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão da RMRJ. Dentre esses instrumentos, consta um **Sistema de Informações Metropolitanas** que abará o processo de coleta, tratamento e armazenamento de informações físico-territoriais, demográficas, econômico-financeiras, urbanísticas, sociais, culturais e ambientais, com vistas a subsidiar o planejamento e a execução dos interesses metropolitanos.

Com o objetivo de potencializar as ações da Agência Metropolitana, tendo em vista a importância do monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos, como mecanismos de apoio à gestão pública para a tomada de decisões estratégicas e oportunas, recomenda-se que para além do Sistema de Informações Metropolitanas, seja criado um núcleo/equipe permanente de M&A na Agência Metropolitana. Esse núcleo/equipe poderá ser responsável pelo Sistema de Informações, bem como pelo M&A dos demais Instrumentos de Planejamento e Gestão e outras ações da RMRJ, sob a responsabilidade da Agência Metropolitana. Este núcleo/equipe poderá prover relatórios periódicos com o monitoramento dos processos e resultados das ações, bem como os alertas das necessidades de ajustes oportunos à gestão, além de contribuir para a prestação de contas ao Conselho Deliberativo.

Neste sentido, sendo o PDUI parte dos Instrumentos de Planejamento e Gestão Metropolitana, com o objetivo definir um conjunto de elementos de referência para orientar o processo de tomada de decisões por parte dos órgãos deliberativo e executivo da RMRJ, se faz necessário um **Plano de Monitoramento e Avaliação**, direcionado especificamente para o PDUI.

Para embasar a composição do Plano propõe-se a utilização do modelo de M&A de **Implementação de Processos, Resultados e Impactos**, regulamentado pela *American Evaluation Association* (AEA)². Este modelo consiste em monitorar e avaliar o que foi diagnosticado e planejado, que será implementado e acompanhado na linha do tempo, por meio de indicadores e suas respectivas metas de curto, médio e longo prazo, com foco no alcance de resultados e impactos.

A premissa deste modelo é o diálogo entre as ferramentas de gestão: planejamento, monitoramento e avaliação, com foco nas fases de implementação para a obtenção de resultados e impactos, frente aos objetivos, estratégias e ações planejadas. Pressupõe-se, a relação direta entre as informações empíricas utilizadas para o planejamento, por meio de diagnósticos, compostos por fontes oficiais e disponíveis para consultas, que identifiquem as necessidades de mudanças à serem implementadas. Estas por sua vez devem ser mensuradas em uma linha de base que, por meio da composição de indicadores; específicos, adequados, mensuráveis, realistas e temporais, possibilitem a estruturação de metas a serem monitoradas e avaliadas na linha do tempo.

Cabe ressaltar, que para a eficácia e a efetividade deste modelo sejam obtidas na prática, faz-se necessário o rigor no cumprimento de seu passo a passo, mencionado acima. É claro que, por meio do uso adequado das ferramentas de gestão, o Plano de M&A pode e deve ser ajustado/replanejado sistematicamente. É fundamental que o Plano seja uma ferramenta de gestão útil e que subsidie a tomada de decisão dos gestores, técnicos e demais envolvidos em sua implementação. Neste sentido, ao se observar mudanças nos cenários planejados,

¹ Proposta elaborada pelas especialistas em monitoramento e avaliação Verônica Machado e Barbara Bravo.

² Evaluation Theory, Models & Applications – Stufflebeam Daniel and Shinkfield Anthony, 2007, US.

bem como novas informações contextuais que possam interferir no alcance das metas, deve-se imediatamente retomar o Plano e fazer os ajustes necessários. O Plano de M&A deve ser um documento vivo e dinâmico, tendo em vista que estamos lidando com diferentes contextos e cenários, que em algumas vezes, se quer foram percebidos e planejados.

Ainda sob perspectiva da obtenção da eficácia e da efetividade prática, neste modelo do Plano, é muito importante o envolvimento dos diferentes atores interessados/implicados na implementação, nos resultados e nos impactos do Plano. Segundo PATTON'S³, envolver os diferentes atores interessados de segmentos distintos, de forma participativa e colaborativa, faz muita diferença para a eficácia da implementação e a efetividade do uso que as ferramentas de M&A podem proporcionar. Neste sentido, faz-se necessário o envolvimento participativo dos atores interessados, mantendo-os durante todos os processos de monitoramento e avaliação das informações obtidas pelo Plano de M&A.

SUBSÍDIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE M&A DO PDUI

Como o Plano de M&A do PDUI faz parte dos Programas Complementares que são transversais aos seis PAPs - Programa Metrópole Inteligente, Programa Metrópole Sustentável, Programa Equilibrar a Metrópole, Programa Habitar a Metrópole, Programa Baía Reinventada, Programa Governar a Metrópole - o volume de informações a serem coletadas, armazenadas e sistematizadas é enorme. Para que as ações de M&A sejam efetivas, será imprescindível a composição de uma equipe técnica permanente que esteja vinculada à Agência Metropolitana, ente responsável pela implementação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão da RMRJ.

Com vistas a contribuir para a implementação do Plano de M&A, recomenda-se que a equipe de M&A realize o conjunto das atividades. Cabe ressaltar, que as atividades referentes a Implementação do Plano, bem como do Sistema de Informação em M&A são primordiais para que o Plano deixe de ser apenas uma proposta e comece a ganhar vida. As atividades referentes às Visitas de M&A e à Rede de M&A irão funcionar como subsídios estratégicos para a qualidade técnica do processo de implantação do Plano.

Para a implementação do Plano é fundamental que se tenha uma equipe mínima permanente de quatro pessoas na Agência Metropolitana, bem como a criação de um Sistema de M&A, que agregue num só lugar as informações referentes aos indicadores e as metas contidas no Plano de M&A.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM M&A

O Sistema de Informação em M&A é uma ferramenta fundamental para dar conta do processo de implementação do Plano, tendo em vista que seu cerne está no M&A dos indicadores dos PAPs, que provém de fontes e bases distintas de informações. Neste sentido, seguem algumas funcionalidades básicas que devem fazer deste sistema: (i) agregar as diferentes fontes de coleta de informações e bases de dados quantitativos e cartográficos; (ii) tratar/processar as diferentes fontes de informações, com foco na extração dos dados referentes aos indicadores; (iii) armazenar para propiciar uma tabulação simples para análise; e (iv) processar e tabular os cruzamentos dos dados para disponibilizar informações e indicadores, por meio de relatórios oportunos.

Com relação ao desenvolvimento do Sistema de Informações em M&A seguem duas sugestões para sua viabilização técnica: (i) contratação de um técnico de TI como membro da equipe permanente de M&A para o desenho e a construção do banco de dados, com a possibilidade de ter que comprar algum software para a limpeza, tratamento e hospedagem das informações, e (ii) estabelecimento de parcerias com o PRODERJ ou CEPERJ, instituições estaduais que têm expertise para tal trabalho, e que dependendo das negociações podem pelo menos viabilizar a hospedagem do sistema.

Tendo em vista que, um dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, que constam no PLC N° 10/2015 é o Sistema de Informações Metropolitano, a ser implementado pela Agência Metropolitana, com suporte financeiro

³ Patton's, Michael Utilization-Focused Evaluation, Sage, 2008, US.

do Fundo Metropolitan, faz todo sentido que este contemple o Sistema de Informações em M&A do PDUI. Assim, haverá um único sistema que agregue todas as informações e as bases de dados da RMRJ.

VISITAS DE M&A

As visitas de monitoramento e avaliação consistem em uma estratégia de oferecer a prestação de assistência técnica aos entes locais na obtenção, reporte e uso dos dados e indicadores do Plano. As visitas tendem a contribuir para a melhoria das relações entre os técnicos locais e a equipe de M&A, no que tange à coleta e análise dos indicadores. Pragmaticamente, as visitas a serem realizadas devem ser agendadas previamente, com periodicidade semestral, ou seja, uma vez ao semestre a cada um dos 21 municípios. Caso haja alguma demanda específica de tal assistência, a equipe de M&A deve atendê-la. As visitas também têm como objetivo a disseminação de uma cultura local de M&A, bem como contribuir para a sensibilização e o processo de formação dos parceiros locais para o M&A. Para a composição do conteúdo técnico das visitas, devem ser elaborados roteiros, de acordo com a situação local de cada município e enviados previamente, tendo em vista que o objetivo não é fazer auditoria e sim, fortalecer a parceria com os entes locais;

REDE DE M&A

A composição de uma Rede de Monitoramento e Avaliação do PDUI é compreendida como uma estratégia para fortalecer a parceria entre os atores envolvidos e interessados, dos 21 municípios e do Governo do Estado, no processo de Implementação do PDUI, por meio do compartilhamento e de discussões acerca das informações oriundas do Plano de M&A. A Rede também pode ser considerada como uma estratégia de apoio à gestão, ao reunir os atores envolvidos e interessados numa perspectiva de horizontalidade a partir da transparência dos processos de implementação de M&A, com foco em fortalecer a visão de futuro proposta pelos indicadores dos PAPs.

Recomenda-se que a Rede de M&A seja composta por representantes governamentais e da sociedade civil dos municípios, em caráter paritário, envolvidos nos segmentos temáticos dos PAPs. Cabe a equipe de M&A, a convocação inicial e a apresentação da proposta da Rede, para a adesão de membros. Para tanto, deverá ser feita uma chamada estratégica, com base nos registros existentes das Oficinas Municipais, do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo e demais fontes de informações. Após a composição inicial da Rede, recomenda-se que seja feito um regimento interno, com a aprovação consensuada de seus membros, bem como eleição de pontos focais para cada um dos seis PAPs em cada município, que deverão se reunir trimestralmente para a mobilização e realização do M&A em âmbito local. A Rede terá como missão inicial contribuir para a mobilização e a articulação dos municípios para o M&A do PDUI/RMRJ, ressaltando a sua importância e seus respectivos ganhos ao usar adequadamente as ferramentas de gestão de forma conjunta e participativa, para o alcance das metas planejadas e da visão de futuro que se espera para obter para a RMRJ, prezando pela disseminação e transparência das informações.

A Rede de M&A promoverá reuniões presenciais semestrais, com o conjunto de seus representantes, com as seguintes sugestões de pauta: (i) discussões e debates sobre os dados, informações e indicadores; (ii) desafios e propostas de soluções para os processos de implementação do Plano de M&A; e (iii) compartilhamentos das lições aprendidas em âmbito local.

Os membros da Rede de M&A também participarão de processos de formação em M&A, com foco nos usos práticos das ferramentas de gestão e na análise de dados. Recomenda-se que as formações estejam acopladas às reuniões presenciais da Rede, podendo também ser enriquecidas por formações à distância, de acordo com as demandas temáticas, bem como da necessidade de ampliar o número de atores locais com formações em M&A.

Recomenda-se fortemente, a criação de um site que disponibilize as informações da Rede, para o conjunto de seus membros, bem como para toda a sociedade. Este site pode conter áreas de discussões/fóruns, disponibilização de documentos oficiais do M&A do PDUI, compartilhamento e publicações de boas práticas.

Cabe ressaltar, que caso a Agência Metropolitana crie uma Rede Metropolitana, com foco em integrar o conjunto de instrumentos e ações, deve-se criar formas de integrar as Redes, com foco no fortalecimento estratégico da RMRJ. Para dar conta deste conjunto de atividades será necessária uma equipe mínima de três profissionais, sendo um coordenador e dois assistentes, mais um técnico da própria equipe de TI da Agência.

INDICADORES DO PLANO A PARTIR DA VISÃO DE FUTURO E DO PROGRAMA DE AÇÕES PRIORITÁRIAS – PAPs

A Matriz de Indicadores do Plano de Monitoramento e Avaliação do PDUI/RMRJ⁴ congrega em uma grande fotografia, a síntese do processo de M&A. Essa fotografia panorâmica tem como perspectiva abranger desde as informações coletadas nos diagnósticos, que são as demandas transformadas em propostas a serem solucionadas - por meio dos PAPs - até seus indicadores e metas. Neste sentido, os PAPs são os eixos condutores do Plano para a composição do que será monitorado e avaliado. A partir dos PAPs foram compostas linhas de base, como marcadores contextuais do ponto de partida, que deram origem aos indicadores de curto, médio e longo prazos, com suas respectivas metas a serem alcançadas.

Tendo em vista as diversidades dos PAPs e suas respectivas convergências em uma proposta de visão de futuro para a RMRJ, a composição de alguns indicadores se tornou um desafio a ser cuidado na linha do tempo. No quadro atual, constam os indicadores de processos e resultados dos eixos de Saneamento e Resiliência Ambiental, Mobilidade e Gestão Pública para cada um dos problemas a serem solucionados. Com relação à Habitação e Equipamentos Sociais cerca de 60% dos problemas a serem solucionados possuem indicadores a serem monitorados e avaliados, necessitando um reforço para os problemas da área de equipamentos sociais. Para o eixo de Estruturação Econômica, os indicadores de resultados respondem a duas questões a serem solucionadas, sem a composição de indicadores de processo. Tendo em vista, que o eixo de Reconfiguração Espacial e Centralidades tem a lente panorâmica e convergente sob o conjunto do Plano, não há atualmente, a previsão de indicadores.

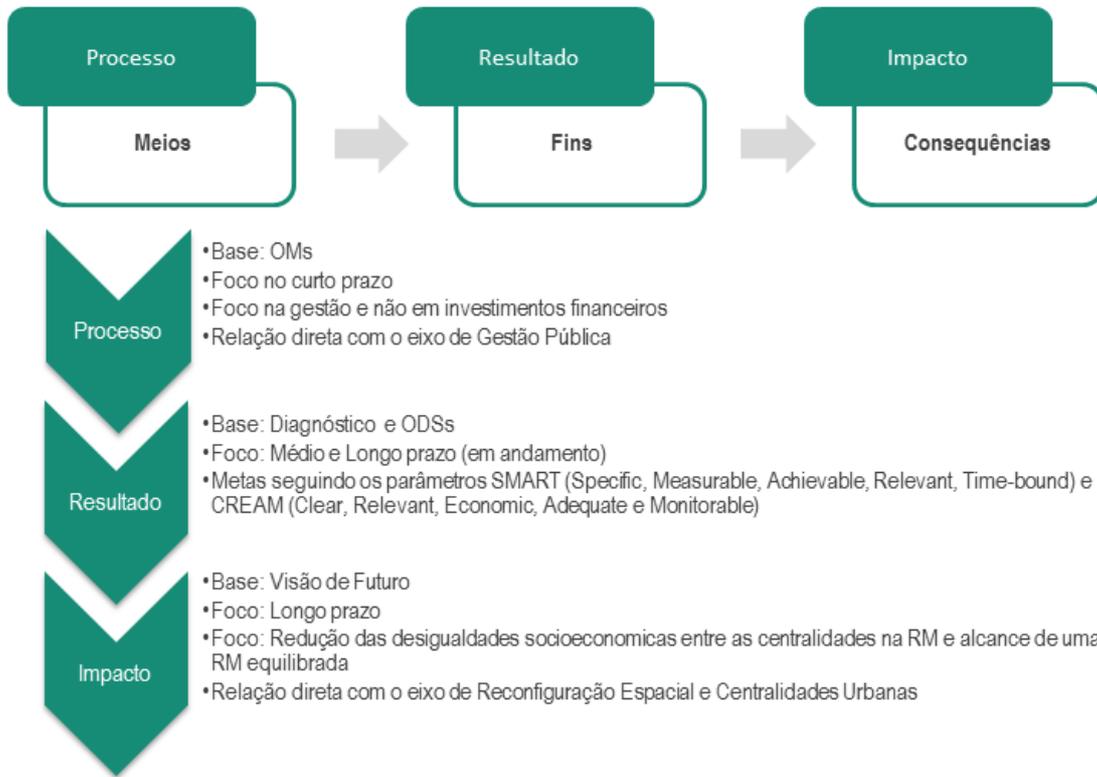
O Plano de M&A para ser útil e factível deve ser um instrumento vivo e dinâmico, a ser ajustado e replanejado de acordo com as necessidades de sua implantação. Grande parte dos Planos de M&A, que são implementados, têm suas revisões periódicas, de acordo com os amadurecimentos de seus processos em suas equipes, bem como as mudanças de cenários e contextos dentro de sua abrangência.

Considera-se este Plano de M&A para o PDUI/RMRJ, como um documento que neste momento dá conta dos condicionantes do cenário atual e contribuirá ao processo efetivo de implementação da Agência Metropolitana, após sua criação e composição de uma equipe de M&A especializada para dar conta deste trabalho.

A seguir serão apresentados alguns fluxos de indicadores, que refletem o modelo teórico de Plano de M&A composto para este documento. A aplicação prática deste modelo no formato do Plano está condicionada a revisão da Matriz de Indicadores quando esta for implementada, tendo em vista os contextos conjunturais.

⁴ A composição dos indicadores ficou à cargo dos especialistas responsáveis pelos PAP's, com suporte técnico das consultoras de M&A.

INDICADORES





modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

5 | RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA

5. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA RMRJ

Neste capítulo serão apresentados os textos e os mapas que definem os principais instrumentos de planejamento elaborados para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e que se referem à proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM) e ao Macrozoneamento Metropolitano (MZM), e a Reconfiguração Espacial a partir dos Programas de Ações Prioritárias (PAPs).

A **Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM)** busca contemplar de forma integrada os elementos orientadores da ocupação territorial, considerando as propostas apresentadas no processo participativo do Plano, os diagnósticos e as análises dos eixos estruturantes. A proposta de REM apresenta referências para conter o espraiamento da mancha urbana; adensar, qualificar e diversificar a ocupação urbana; fortalecer as centralidades secundárias, terciárias e de estruturação do território; valorizar o meio ambiente e o Arco Rural (Agroecológico), área ainda predominantemente rural da metrópole; qualificar os espaços já urbanizados carentes de infraestrutura; implantar áreas de atividades econômicas e industriais; entre outros aspectos.

Neste capítulo, apresenta-se também o **Macrozoneamento Metropolitano (MZM)**, que considera os princípios que embasam a proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana. São identificadas Macrozonas Metropolitanas e delineadas diretrizes gerais para uso e ocupação do solo; são apontados os principais eixos metropolitanos, que recebem tratamento específico. O Macrozoneamento Metropolitano apresentado constitui uma proposta de ordenamento de grandes porções do território que deverão ser posteriormente debatidas e consensuadas com os municípios integrantes da RMRJ, contando com articulação da Governança Metropolitana, de modo a serem rebatidas nos Planos Diretores Municipais.

A **Reconfiguração Espacial em função dos PAPs** considera o cronograma de atividades das ações dos PAPs, reconhecendo e destacando as atividades de implementação, previstas para curto, médio e longo prazos, especialmente aquelas que têm uma implicação espacial direta, que se desdobra em marcas visíveis no território. Outros aspectos indiretos da reconfiguração espacial decorrente dos PAPs deverão ser avaliados, considerando indicadores mais adequados para cada tema analisado. Essa reconfiguração depende diretamente da viabilização das ações, que dependem da assertividade das medidas de gestão pública, em geral previstas para o curto prazo.

5.1. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA (REM)

A **Reconfiguração Espacial Metropolitana** elaborada no âmbito do **Eixo Estratégico Reconfiguração Espacial e Centralidades**, apresenta uma linha de raciocínio que se desenvolve a partir do reconhecimento da configuração atual do território metropolitano, onde são identificados os elementos históricos e naturais que moldaram a ocupação da RMRJ e a sua ocupação urbana. Sua proposta interage com o Macrozoneamento e impacta diretamente nos Programas de Ações Prioritárias, que estruturam o PDU/RMRJ.

O Plano Metropolitano deve, sempre que isso for possível, buscar um viés conciliatório com os **Planos Diretores Municipais** e oferecer diretrizes de interesse metropolitano para que na revisão desses planos sejam efetuados os ajustes que eventualmente venham a se fazer necessários. Deve-se prever a atualização e modernização dos instrumentos municipais de planejamento urbano, com especial atenção na definição das áreas de expansão urbana e dos perímetros urbanos.

A proposta de Reconfiguração Espacial prevê uma estrutura metropolitana composta por uma **rede de cidades compactas, eficientes, inclusivas e sustentáveis**, com diversidade de atividades institucionais, comerciais e de serviços, assim como o adensamento nas centralidades e ao longo dos eixos de transporte de passageiros de maior

capacidade, promovendo assim a proximidade entre moradia, trabalho e transporte. Essa proximidade e a oferta de transporte público de qualidade significam menores deslocamentos de automóvel, favorecem deslocamentos não motorizados – a pé e de bicicleta, entre outros – otimizam o uso da infraestrutura urbana e dos equipamentos sociais, reduzem a demanda energética e a emissão de carbono, e atenuam a expansão urbana e a pressão sobre os recursos naturais e ambientais.

A implementação do conjunto de propostas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro deverá integrar os **trinômios da qualidade de vida urbana**, que é vida, trabalho e mobilidade; e o da **sustentabilidade econômica, social e ambiental**. Em relação à vertente econômica é fundamental o fortalecimento das centralidades, incluindo: fortalecimento do comércio, em especial de produtos de melhor qualidade, como forma de fixar o consumo nos municípios; reequilibrar, nos municípios, as dinâmicas econômica e habitacional, de forma a distribuir melhor os deslocamentos e a captura da riqueza produzida pelos residentes; fortalecimento da oferta de empregos, com foco nos municípios onde há intenso desequilíbrio entre a oferta desses (notadamente formais) e a população economicamente ativa.

A vertente social compreende ações na área da habitação de interesse social, da implantação de equipamentos sociais (educação, saúde, assistência social, segurança, entre outros) e da qualificação dos serviços urbanos. A vertente urbana/ambiental se apoia na requalificação e na otimização dos espaços públicos – como parques, praças, corredores de transporte, vias e seus passeios – por meio de intervenções de desenho urbano.

5.1.1. A CONFIGURAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO

A atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi delimitada pela Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1974, posteriormente modificada pela Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013, e abrange 21 municípios (Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica e Tanguá). A Região, que alcança uma área total de 6.744,63 km², conta, atualmente, com uma população de 12.330.186 habitantes (Figura 5.1.1.A).

Figura 5.1.1.A - Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



A ocupação do território da RMRJ segue a lógica da sua geografia física e da busca pelo acesso – e, quando possível, também pela proximidade – às oportunidades de emprego (trabalho e renda) e aos serviços e equipamentos sociais oferecidos nas porções mais estruturadas das áreas urbanas e na região central da metrópole. A acomodação da progressiva ocupação urbana ao sistema natural, formado pelas baías, montanhas,

praias, lagoas e rios, também foi conduzida, em diferentes momentos históricos, pelos principais eixos de mobilidade que, ao longo da história, foram implantados na metrópole para atender às atividades e ciclos econômicos que tornaram possível o desenvolvimento da região (Figura 5.1.1.B).

Figura 5.1.1.B - Ocupação Urbana

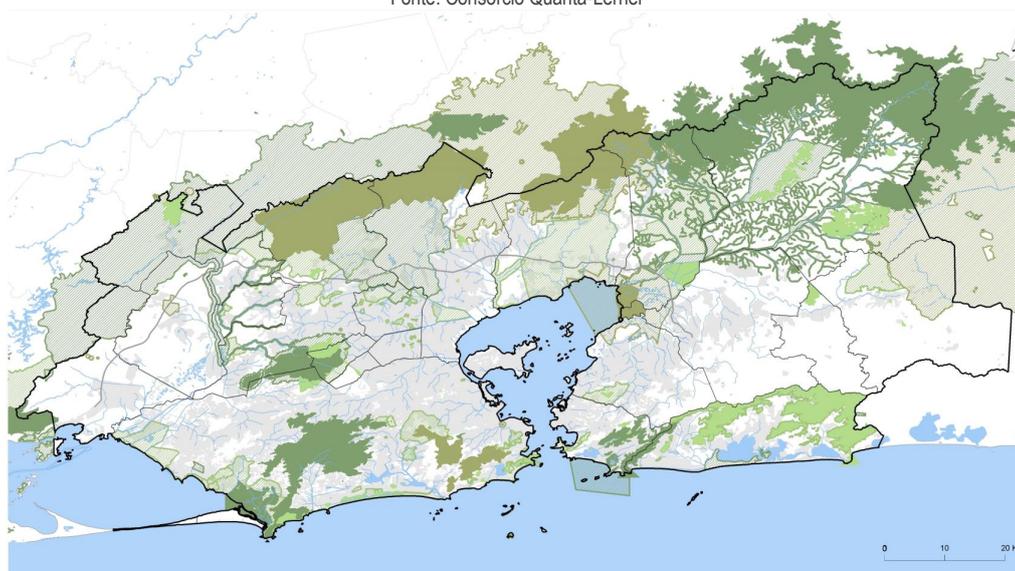
Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



A RMRJ é limitada, nas suas porções norte e oeste, pela Serra do Mar, que forma um extenso arco, protegido por unidades de conservação em grande parte da sua extensão. Serras como as da Tiririca e de Maricá, maciços como os do Medanha, da Pedra Branca e da Tijuca, e outras áreas de preservação integral e sustentável – como os manguezais e as Áreas de Proteção Ambiental – compõem uma extensa área protegida, como demonstrado pelos mosaicos de áreas protegidas denominados Carioca e Central Fluminense (Mapas 01 e 02).

Mapa 01 - Unidades de Conservação na RMRJ

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

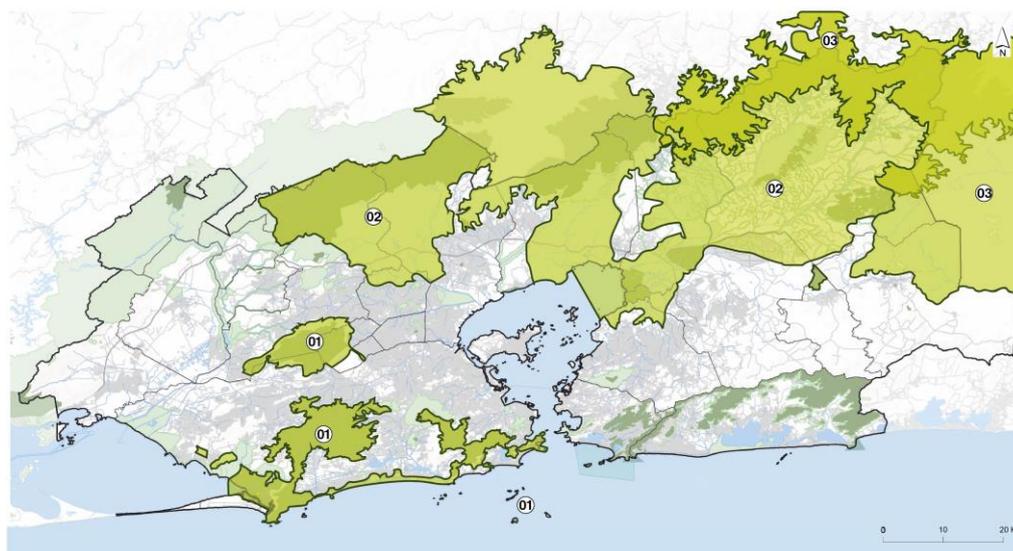
Legenda

- Unidades de Conservação Federal de Proteção Integral
- Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável
- Unidades de Conservação Estadual de Proteção Integral
- Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável
- Unidades de Conservação Municipal de Proteção Integral
- Unidades de Conservação Municipal de Uso Sustentável

Mapa das Unidades de Conservação

Mapa 02 - Mosaicos Carioca, Central Fluminense e do Mico Leão Dourado

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

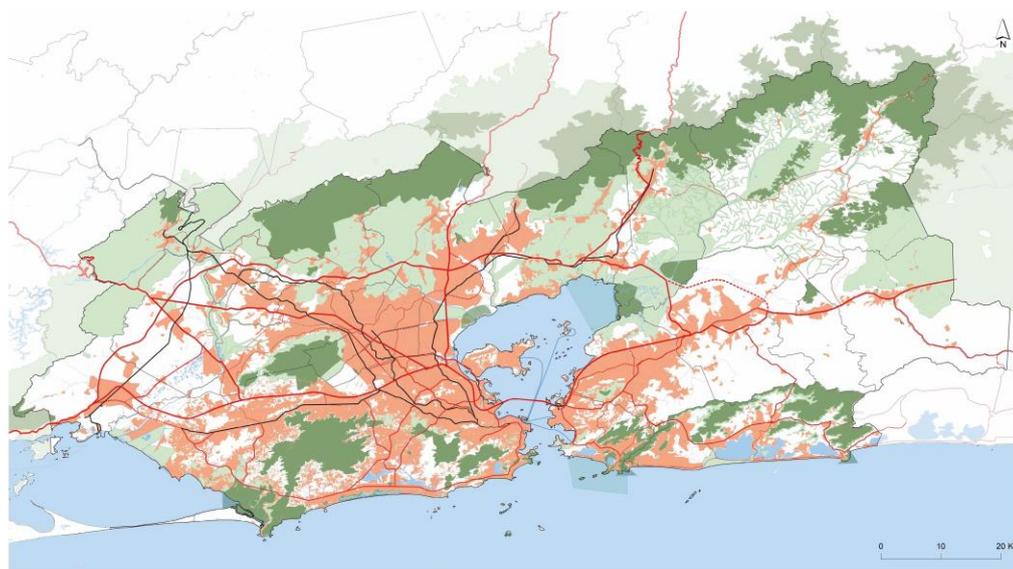
- 01 Mosaico Carioca
- 02 Mosaico Central Fluminense
- 03 Mosaico Mico Leão Dourado

Mapa dos Mosaicos Ambientais

A base ambiental da RMRJ é complementada pelas baías de Guanabara (coração da metrópole) e Sepetiba, pelas lagoas localizadas na Barra da Tijuca, Niterói e Maricá, por cerca de 70 km de praias, manguezais ainda preservados, por uma extensa rede de cursos de água, grandes áreas de floresta urbana de Mata Atlântica, incluindo a maior floresta urbana do mundo, a Floresta da Tijuca, entre outros valores ambientais com os quais a metrópole convive e na qual se assenta. O patrimônio formado pelos ambientes natural e construído, que fazem da RMRJ esse conjunto espetacular é, por vezes, também aquilo que a fragmenta, o que dificulta maior integração de suas áreas ocupadas, cuja mancha urbana foi induzida, em grande parte, pelo conjunto formado pelos eixos ferroviários e rodoviários – trem, estradas e metrô (Mapa 03).

Mapa 03 - Ocupação Territorial

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- Ocupação Urbana
- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Mapa de Ocupação Territorial

Em relação ao Mapa 03, cabe observar:

- Há uma expressiva convergência dos principais corredores de transporte de passageiros em direção ao Rio de Janeiro e Niterói que, no lado oeste, são formados pelo conjunto dos eixos ferroviários e rodoviários que se dirigem à área central do Rio de Janeiro e, no lado leste, pelos eixos viários que convergem para a região central de Niterói, configurando uma estrutura urbana ainda predominantemente radial e onde a tendência do crescimento da área de ocupação urbana, de forma geral, se dá ao longo desses eixos;
- A RMRJ é limitada nas suas porções norte e oeste pela Serra do Mar, que forma um extenso arco protegido por unidades de conservação em grande parte da sua extensão. Serras como as da Tiririca e de Maricá, maciços como os do Medanha, da Pedra Branca e da Tijuca, e outras áreas de preservação integral e sustentável – como os manguezais e as Áreas de Proteção Ambiental – compõem uma extensa área de fragilidade ambiental que influenciou a dinâmica de ocupação do território;
- A figura evidencia a fragmentação urbana já mencionada, resultado da existência de componentes geográficos como a Baía de Guanabara, as áreas alagadiças e manguezais, mas sobretudo os maciços já mencionados no item anterior – do Medanha, Pedra Branca e Tijuca, e as serras da Tiririca e de Maricá;
- A mancha urbana existente se estende de forma contínua e homogênea, independentemente dos limites municipais, especialmente na região que vai da Zona Norte do Rio de Janeiro à Baixada Fluminense, e na região de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.
- A RMRJ ainda conta com uma extensa área onde predomina o uso rural, com diferentes graus de proteção ambiental, localizadas nas extremidades Leste, Nordeste, Norte e Oeste do território metropolitano.

No ambiente urbano da RMRJ a água é uma presença constante. Ao mar, baías e lagoas somam-se os rios, reservatórios e cavas resultantes da extração de areia, formando um conjunto que permeia todo o território metropolitano. Propostas para solucionar demandas de saneamento básico apontam para questões relacionadas ao abastecimento de água potável e à drenagem urbana que guardam – com maior ênfase nas questões de drenagem – relação direta com a ocupação do território, pois as inundações e alagamentos urbanos surgem como um elemento de interrupção dos serviços urbanos, de redes de infraestrutura, do funcionamento de equipamentos comunitários e do sistema de habitação (Figura 5.1.1.C).

Figura 5.1.1.C - Locais vulneráveis e eventos críticos de inundação

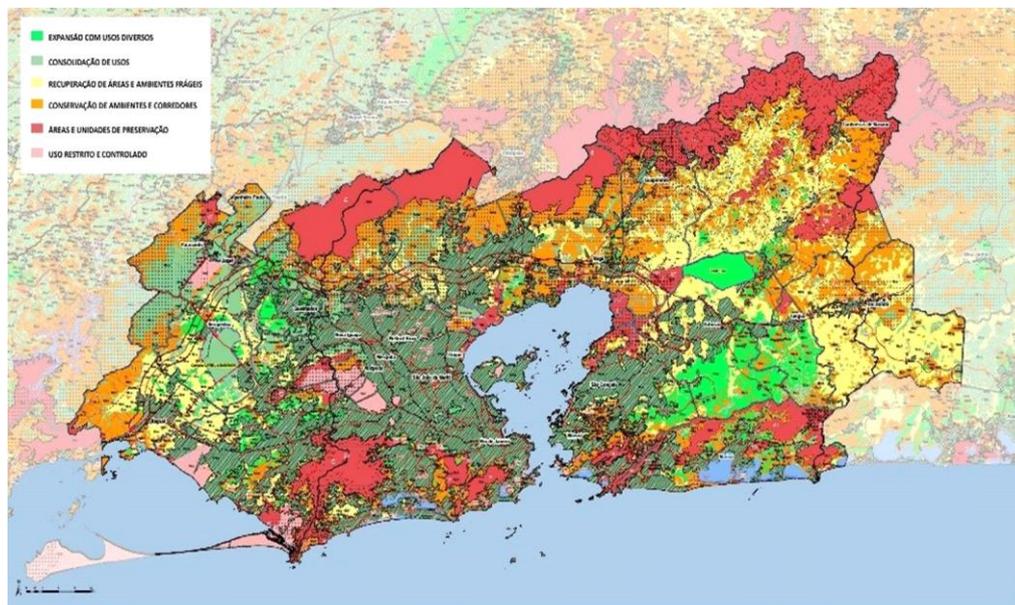
Fonte: INEA/SEA



Áreas de maior fragilidade ambiental são identificadas na RMRJ pelo Zoneamento Ecológico Econômico, ainda em fase de elaboração pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) da Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), que mapeia essas áreas e indica as que são – sempre do ponto de vista ambiental – mais propícias à expansão e novos usos, indicadas na cor verde na figura, que também evidencia os vazios urbanos mais significativos como Gericinó/Deodoro e a Cidade dos Meninos, entre outros. (Mapa 04)

Mapa 04 - Zoneamento Ecológico Econômico

Fonte: INEA/SEA

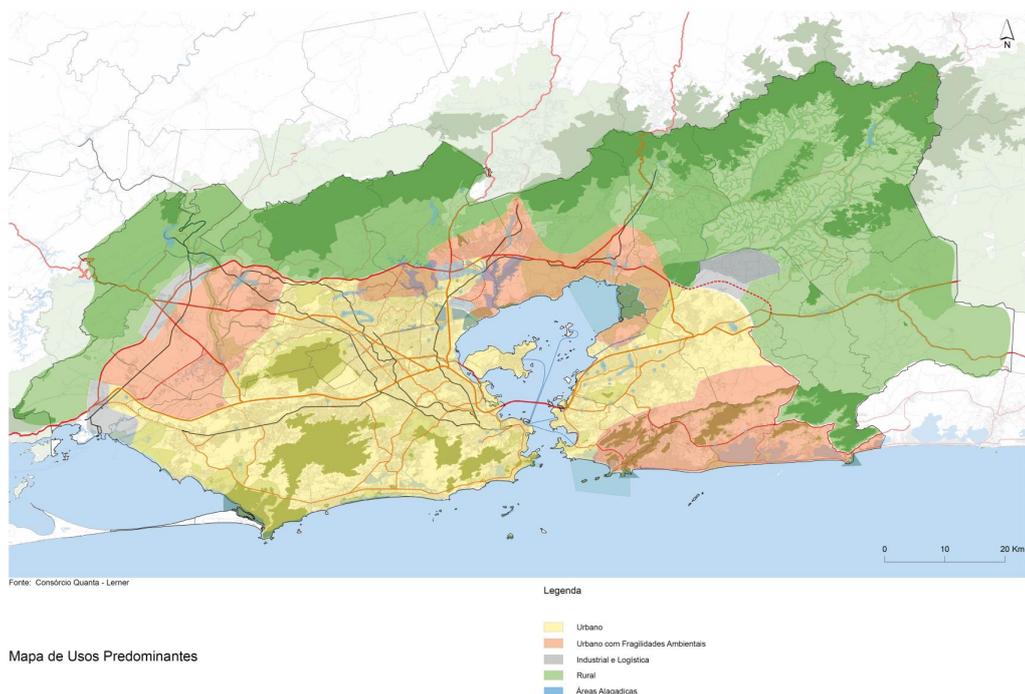


Cabe notar que há uma extensa parte do território metropolitano constituída por áreas que ainda são predominantemente rurais. Dentro de uma visão global da região, essas áreas se localizam, em sua maior parte, na porção leste e norte da RMRJ. As áreas predominantemente urbanas encontram-se em ambos os lados da Baía de Guanabara, com maior abrangência no lado oeste.

Essa imensa área, que compreende a mancha urbana contínua da Região Metropolitana, é permeada tanto por áreas de proteção ambiental – maciços, mangues e outros – como por áreas de maior fragilidade ambiental onde a ocupação urbana exige orientações e cuidados especiais, tais como a região localizada entre o fundo da Baía de Guanabara e a Serra do Mar, a região de Maricá e a região da bacia do rio Guandú (Mapa 05).

Mapa 05 - Usos Predominantes

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner

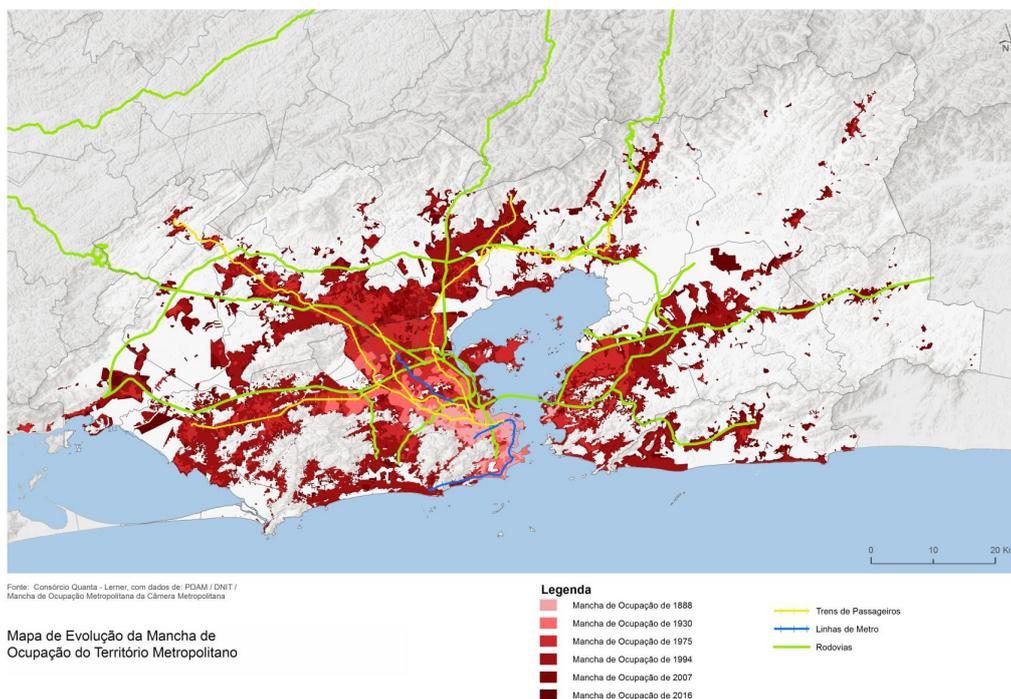


É importante destacar que, apesar das limitações geográficas enfrentadas ao longo de séculos, em especial nas últimas décadas, quando o processo de urbanização foi mais intenso, a mancha urbana passou por um processo contínuo de expansão, em função da valorização da região central da cidade, da migração campo-cidade, da busca por moradia das famílias de menor renda - sem acesso ao mercado formal de habitação - entre outros fatores. Nas últimas décadas, a expansão urbana alcançou cerca de 30 km² por ano, uma área equivalente ao município de São João de Meriti, na maior parte das vezes em ocupações informais, exigindo novos e vultosos investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos.

Sempre em busca de novos espaços, o movimento de expansão cria uma espécie de esquecimento dos ambientes já ocupados e traz, como consequência, um tipo de “desurbanização”. É possível observar um extenso conjunto de áreas urbanas servidas ou cercadas por infraestrutura, mas que não são aproveitadas para usos urbanos ou são ocupadas com baixas densidades habitacionais. A grande fronteira urbana da metrópole está na sua reurbanização: na melhoria do que já se faz presente, tomando partido de todo um valioso conjunto de estruturas e infraestruturas formadas ao longo de séculos. (Mapa 06)

Mapa 06 - Evolução da Ocupação

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner com dados de PDAM/DNIT



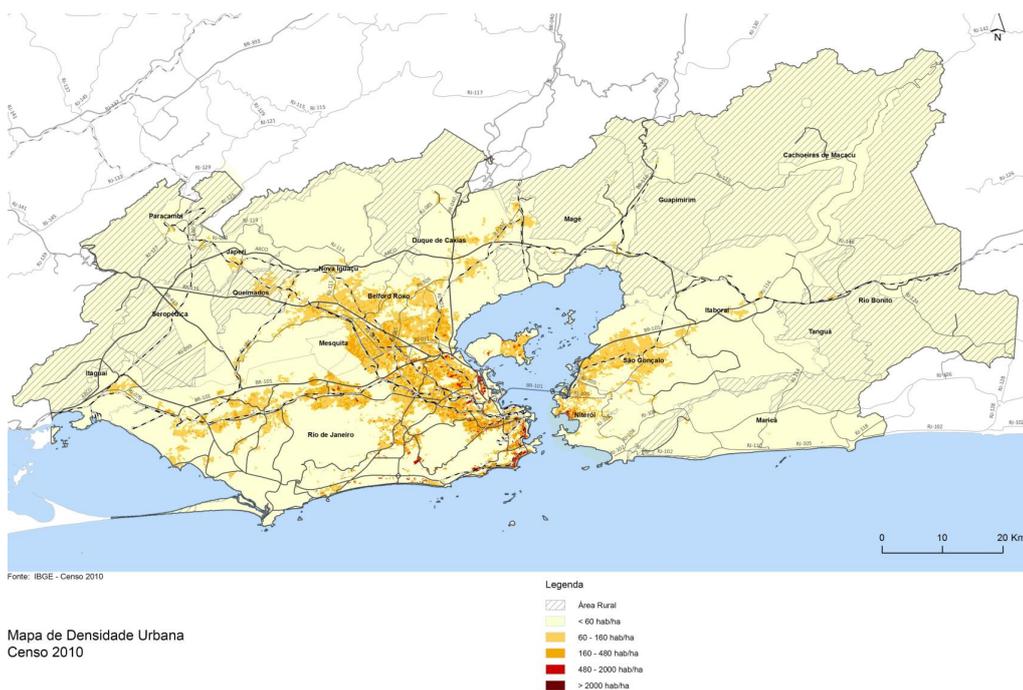
5.1.2. A CONFIGURAÇÃO ATUAL DA ÁREA URBANA

A área urbana da RMRJ caracteriza-se pela baixa e média densidade habitacional (de 0 a 60 hab/ha e de 60 a 160 hab/ha, respectivamente), que são identificadas na maior parte do espaço antropizado. As manchas urbanas com taxas de ocupação do solo mais altas, por sua vez, se concentram na região central da cidade, na faixa litorânea e em algumas centralidades secundárias nos municípios que constituem a RMRJ.

A taxa de expansão da mancha urbana, entre os dois últimos censos demográficos realizados pelo IBGE, em 2000 e 2010, foi de 3,85%, o que faz com que o espraiamento da mancha urbana seja acompanhado de uma redução da densidade habitacional. O Plano do Arco Metropolitano estima que a densidade média populacional urbana decresceu de 8.783 hab./km² em 2000-2001 para 6.475 hab./km² em 2010, ou seja, uma diminuição de 26,3%. Essa circunstância, em que a mancha urbana segue ampliando-se mais rapidamente que o incremento populacional, onera o poder público na implantação da infraestrutura urbana básica e na dotação de serviços e equipamentos públicos essenciais (Mapa 07).

Mapa 07 - Densidade Urbana

Fonte: IBGE – Censo 2010



Mapa de Densidade Urbana
Censo 2010

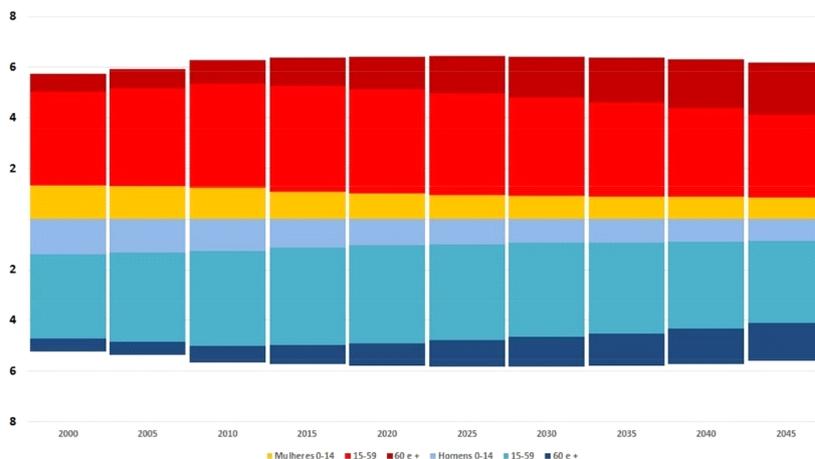
No sentido contrário ao da expansão da mancha urbana, observamos que os dados mais recentes apontam para uma redução da taxa de crescimento anual da população metropolitana. De acordo com os dados do IBGE, no período de 2000 a 2010 o aumento da população na Região Metropolitana foi de 978.043 habitantes, sendo 462.542 habitantes no Município do Rio de Janeiro e 515.501 nos demais municípios.

No Rio de Janeiro, o crescimento mais acentuado da população ocorreu na Barra da Tijuca e na Zona Oeste. Do acréscimo nos municípios metropolitanos, 54,4% se concentraram em 4 municípios: São Gonçalo (108.609), Duque de Caxias (79.592), Maricá (50.724) e Nova Iguaçu (41.738). A maior variação nesse período deu-se em Maricá (39,8%), seguido de Guapimirim (26,3%), Itaguaí (24,8%), Seropédica (16,5%) e Tanguá (15,2%). Outro dado interessante é o relacionado aos fluxos migratórios na Região Metropolitana, que confirmam a antiga tendência na qual o movimento de saída supera os de entrada no município do Rio de Janeiro. Os dados do censo de 2010 apontam que os saldos mais significativos ocorreram em Duque de Caxias (21.246), Nova Iguaçu (20.032), Maricá (14.246) e Belford Roxo (12.285).

No relatório final dos Estudos Demográficos para a RMRJ, parte integrante do conjunto de estudos do PDUI, está projetado, após uma fase de crescimento inicial, o declínio e envelhecimento da população no período de 2010 a 2045, tanto pela base (queda da fecundidade) quanto pelo topo (queda da mortalidade). O Gráfico 5.1.2.A apresenta a projeção até 2045 por grandes grupos etários: crianças e jovens (0-14 anos), adultos em idade ativa (15-59 anos) e idosos (60 anos e mais).

Gráfico 5.1.2.A - Evolução da população na RMRJ

Fonte: Projeção quinquenal da população residente na RMRJ



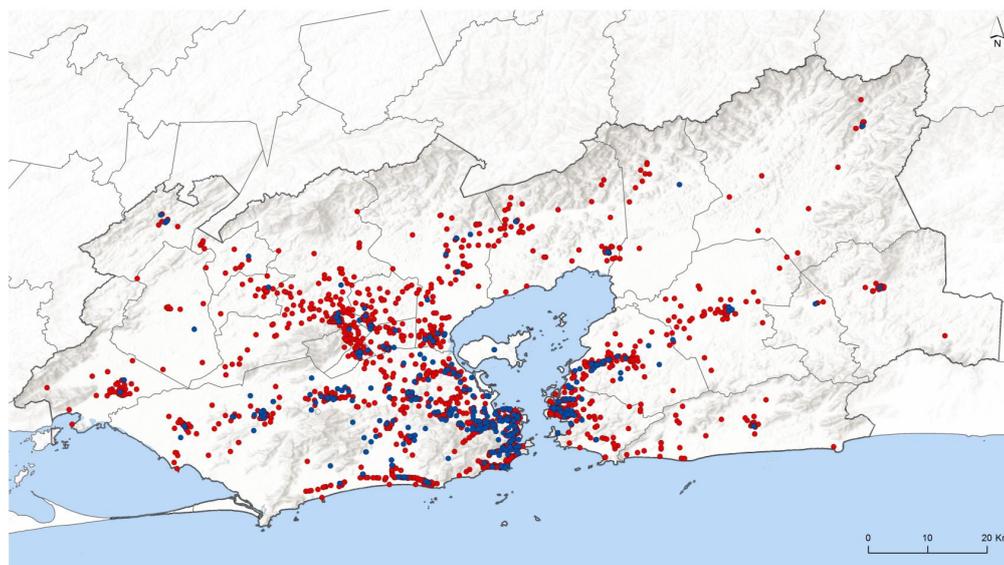
Por outro lado, as projeções apontam para um aumento dos domicílios, sobretudo em resultado do fenômeno da redução do tamanho das famílias e de alterações na composição da unidade familiar. Para o período 2010-2040 está previsto um acréscimo de 1.192.945 domicílios, assim distribuídos conforme os horizontes de curto, médio e longo prazos previstos no PDUJ:

- Até 2020: 583.556 domicílios
- 2021-2028: 352.780 domicílios
- 2029-2040 256.608 domicílios

A população do Rio de Janeiro convive com assimetrias estruturais e socioeconômicas, encontradas em desequilíbrios verificados no território, o que aparece de maneira evidente em alguns aspectos como na oferta de equipamentos sociais e de infraestrutura urbana. Estudos realizados para a elaboração do PDUJ destacam, por exemplo, a grande concentração de equipamentos de saúde de maior complexidade, como hospitais, na região central do município do Rio de Janeiro e Niterói (Mapa 08).

Mapa 08 - Equipamentos de Saúde

Fonte: CNES – Censo 2014



Fonte: CNES - Censo 2014

Legenda

- Hospitais
- Unidades Básicas de Saúde

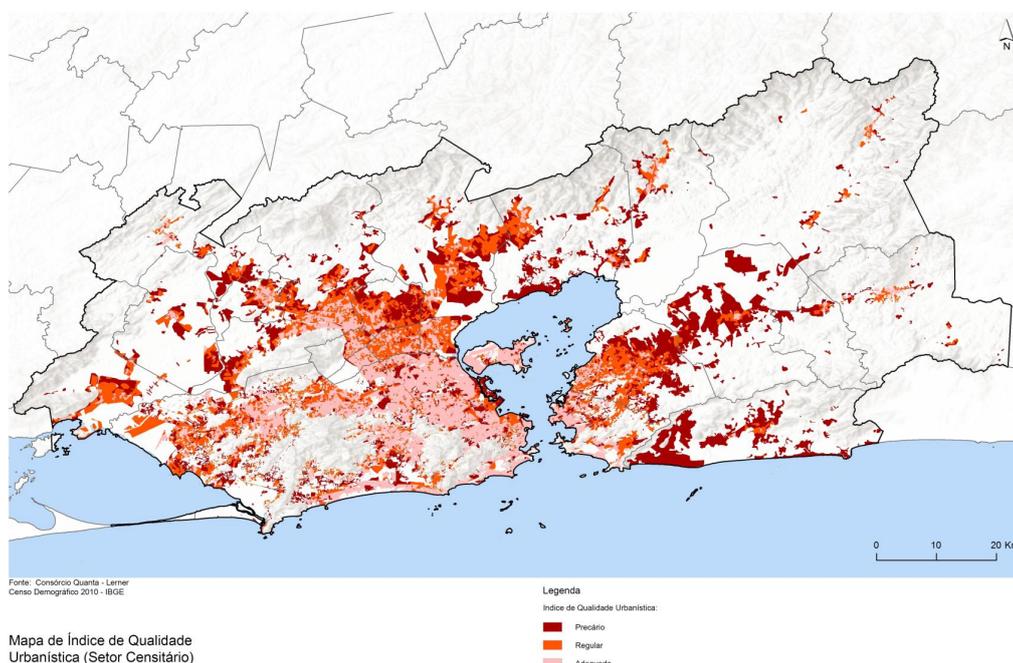
Mapa de Equipamentos de Saúde

Por outro lado, apesar de se verificar a existência de um expressivo conjunto de equipamentos básicos de saúde em toda a extensão da RMRJ, isso não significa a garantia de um atendimento de qualidade para a população das regiões de periferia. Nessas regiões, também é possível notar sinais de fragilidade da infraestrutura social básica, a exemplo da demanda de salas de aula pelo nível de educação fundamental, tendo sido identificado um déficit expressivo com base nas referências e indicadores do Ministério da Educação.

A deficiência de equipamentos públicos está somada à precariedade da infraestrutura urbana, principalmente nas regiões da periferia da Região Metropolitana. O cruzamento dos indicadores de infraestrutura referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e iluminação pública, apontados pelo Índice de Qualidade Urbanística, elaborado pelo PDUI/RMRJ, com base em dados do Censo de 2010 (IBGE), revelou um conjunto de áreas precárias, localizadas principalmente na periferia da RMRJ, extensas áreas com recursos intermediários de infraestrutura, e pequenas áreas com excelência em infraestrutura urbana (Mapa 09).

Mapa 09 - Índice de Qualidade Urbanística

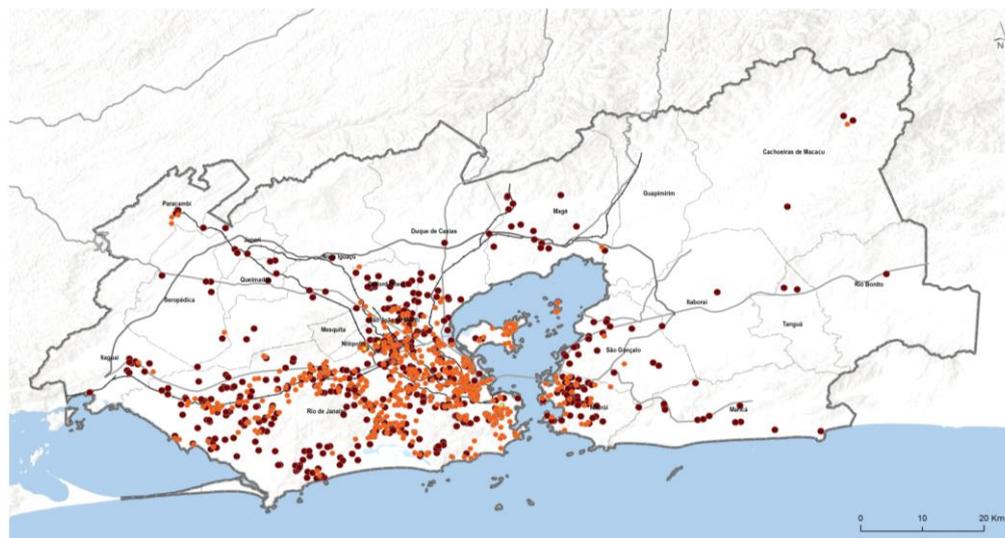
Fonte: Consórcio Quanta-Lerner / Censo Demográfico IBGE 2010



Para os aglomerados subnormais foi adotado um modelo simplificado de construção de um índice de hierarquização do nível de precariedade das mesmas, utilizando-se de um conjunto de variáveis que ficou restrito às seguintes: (i) domicílios com ligação à rede pública de água; (ii) domicílios ligados à rede pública de esgoto ou fluvial; (iii) domicílios com coleta de lixo; e, (iv) renda domiciliar. Os níveis classificatórios escolhidos e respectivos intervalos de ponderação são: Muito precário (0 a 80%); Precário (80% a 95%); e Incipiente (95% a 100%) (Mapa 10).

Mapa 10 - Índice de Precariedade dos Aglomerados Subnormais

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner / Censo Demográfico IBGE 2010



Fonte: Elaboração Consórcio Quanta - Lerner com base nos dados do Censo demográfico 2010 - IBGE

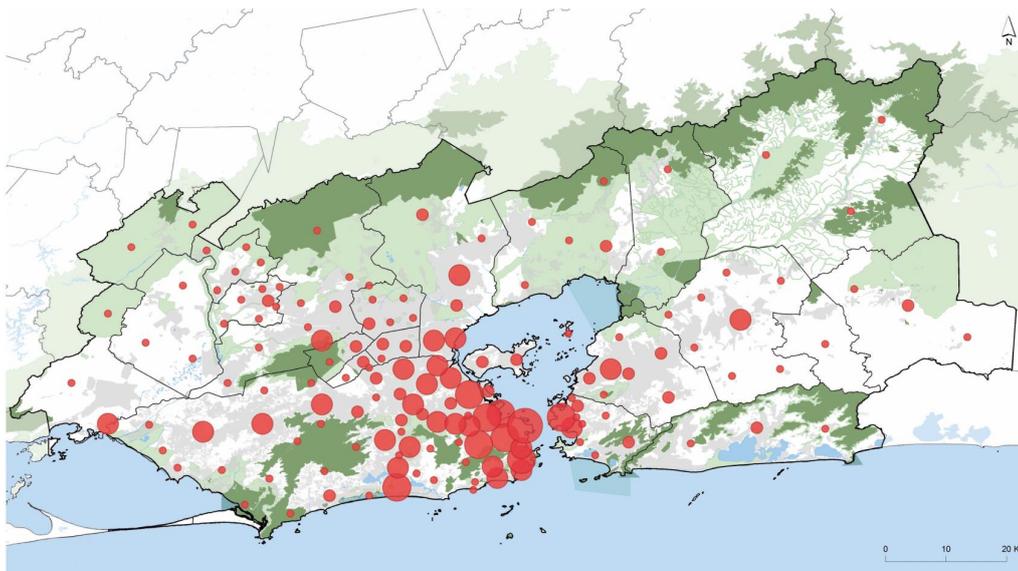
Índice de Precariedade dos Aglomerados Subnormais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Aglomerados Subnormais
Índice de Precariedade
 ● 0 - 80% - Muito Precário
 ● 80 - 95% - Precário
 ● 95 - 100% - Incipiente

Somadas às limitações de equipamentos sociais e infraestrutura urbana, cabe observar a expressiva concentração de empregos na região central do município polo, a capital do Estado. Outros municípios e regiões com oferta significativa de empregos são Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, bem como a Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas em proporção muito reduzida se observado o computo geral das informações. Nessas regiões da periferia, a oferta de empregos mais qualificados é ocupada por uma população de maior renda vinda de outras áreas da cidade, onde estão concentradas pessoas com maior nível educacional. (Mapa 11).

Mapa 11 - Distribuição e Concentração de Empregos por UMI

Fonte: IETS – Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IETS - Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

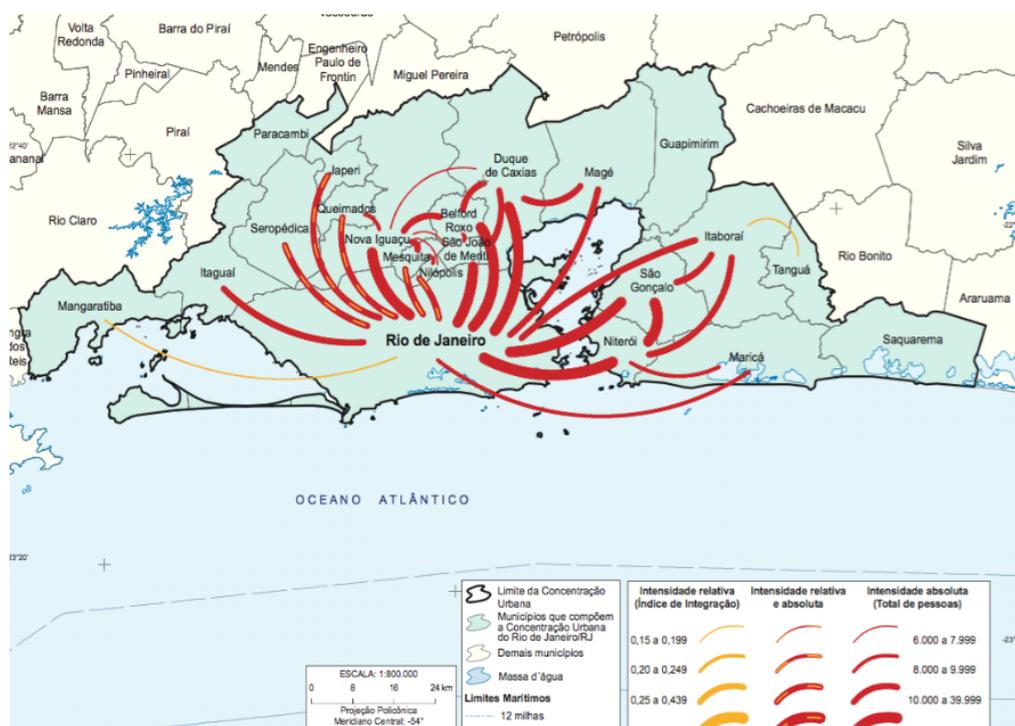
Mapa de Distribuição e Concentração de Empregos por UMI

Legenda
 ● 177.795 - 564.784
 ● 75.581 - 177.794
 ● 27.940 - 75.580
 ● 9.586 - 27.939
 ● 0 - 9.587

Esses aspectos – de concentração de equipamentos, infraestrutura e empregos – estão refletidos na estruturação radial do território metropolitano, onde a expansão urbana se deu, sobretudo, ao longo dos seus principais eixos ferroviários e rodoviários, resultando em deslocamentos predominantemente radiais dos municípios da Região Metropolitana em direção ao município polo, como mostra o mapa de fluxos a seguir. Os principais direcionamentos para trabalho e estudo ocorrem entre o município do Rio de Janeiro e os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Niterói, São Gonçalo e Belford Roxo. Chama atenção, além dos deslocamentos citados, que o maior fluxo indicado na figura ocorre entre os municípios de São Gonçalo e Niterói, bem como a informação de que parte significativa dos deslocamentos está relacionada ao ensino superior. (Figura 5.1.2.A).

Figura 5.1.2.A - Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana do Rio de Janeiro

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

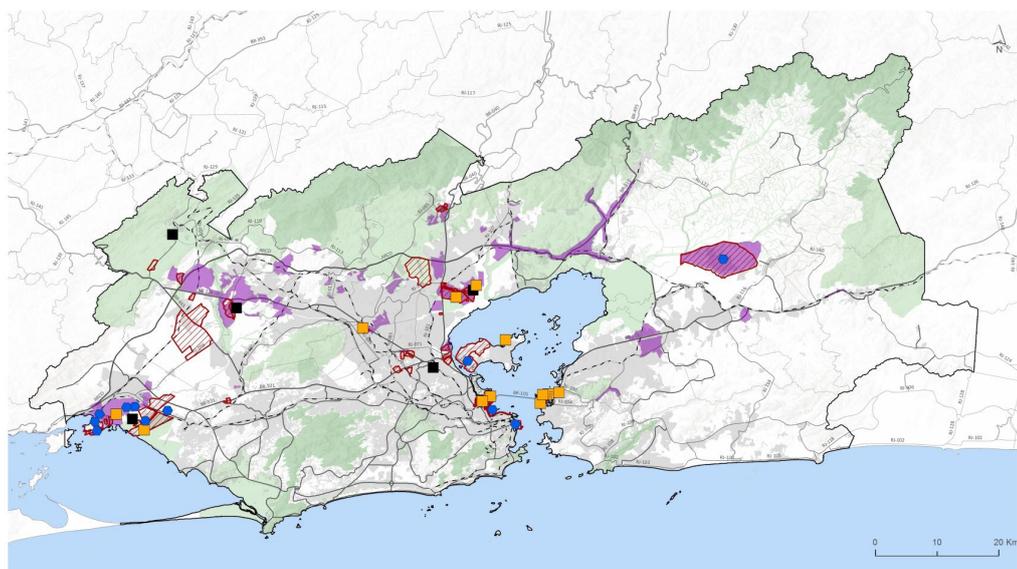


Novos empreendimentos e ações relativamente recentes, como o Porto de Itaguaí e o Arco Metropolitano, possivelmente já contribuem para uma alteração nesse quadro, no sentido de promover maior descentralização da oferta de empregos. Empreendimentos futuros, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e, eventualmente, o Porto de Jacaré, também deverão contribuir no mesmo sentido quando estiverem concluídos e em operação.

Na mesma direção, espera-se maior capacidade de geração de empregos relacionados às atividades do Porto de Itaguaí, às áreas industriais no extremo oeste do município do Rio de Janeiro e no município de Itaguaí, ao conjunto das áreas com previsão de uso industrial em Queimados, Seropédica e Paracambi, às áreas industriais em Duque de Caxias, ao COMPERJ e às áreas orientadas para o uso industrial em Magé, Guapimirim, São Gonçalo e Itaboraí todos localizados junto ou nas imediações do Arco Metropolitano (Mapa 12).

Mapa 12 - Áreas Industriais e de Logística

Fonte: PELC / Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- Ferrovias
- Arco Metropolitano
- Via Federal
- Via Estadual
- Via Municipal
- PELC - Distrito Industrial
- PELC - Empreendimento Aderente
- PELC - Empreendimento Âncora
- Ancoras Levantadas no Estudo
- Zona Municipal de Uso Industrial e/ou Logística

Mapa de Áreas Industriais e de Logística

Acredita-se que a dinâmica de geração de empregos relacionada ao Porto de Itaguaí e às áreas industriais localizadas nesse município e no extremo oeste do município do Rio de Janeiro, bem como o conjunto de áreas industriais em Queimados, Seropédica e Paracambi, poderão criar condições para uma alteração na dinâmica dos deslocamentos e da ocupação urbana na RMRJ, o que já se observa no significativo crescimento urbano que Itaguaí e Seropédica apresentaram nos últimos censos demográficos, como vimos anteriormente.

A infraestrutura terrestre de transportes básica, o significativo aparato de estaleiros e de terminais marítimos – alguns com profundidades adequadas para receber navios graneleiros e porta-contêineres de grande porte, o aeroporto internacional, a proximidade das maiores jazidas de petróleo do país são alguns dos elementos que fazem com que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tenha condições de avançar na posição de plataforma logística de classe mundial. A descentralização da geração de empregos depende também de outras dinâmicas econômicas, relacionadas ao setor de petróleo, aos setores de desenvolvimento tecnológico, à economia criativa, ao turismo, entre outras iniciativas que visem reforçar centralidades secundárias da estrutura urbana presentes no território da RMRJ.

A configuração e as tendências das centralidades urbanas da RMRJ são de extrema importância para a compreensão da evolução da Região. O estudo elaborado pelo IETS (Instituto Econômico Trabalho Social) sobre as Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta uma hierarquia de **Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, com base no recorte espacial baseado nas Unidades Metropolitanas de Informação (UMIs), considerando 30 com maior centralidade na vida metropolitana, que foram agrupadas em quatro categorias: **centro metropolitano, subcentro metropolitano, centro regional e subcentro regional**. Esse estudo apresenta as avaliações mais recentes e aprofundadas e está sendo utilizado com base importante para o PDUI.

A análise dos resultados apresentada no estudo do IETS destaca que o resultado da hierarquização das centralidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro reforça a forte centralidade do centro da cidade do Rio de Janeiro, que atingiu, em um índice de 0 a 1 o escore de 0,849, bastante distante dos Subcentros Metropolitanos de Campo Grande (0,477) e Barra da Tijuca (0,473). Foram considerados como Centro Regional as UMI's que atingiram Índice de Centralidade Superior a 0,300 e inferior a 0,400, totalizando 8 UMI's, com destaque para os centros das

idades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Niterói. Por fim, foram identificados 18 Subcentros Regionais, compreendidos entre o Índice de Centralidade de 0,229 e 0,300, onde aparecem os centros de São João de Meriti e São Gonçalo, além da Ilha do Governador, Alcântara e Gramacho (Tabela 5.1.2.A e Mapa 13).

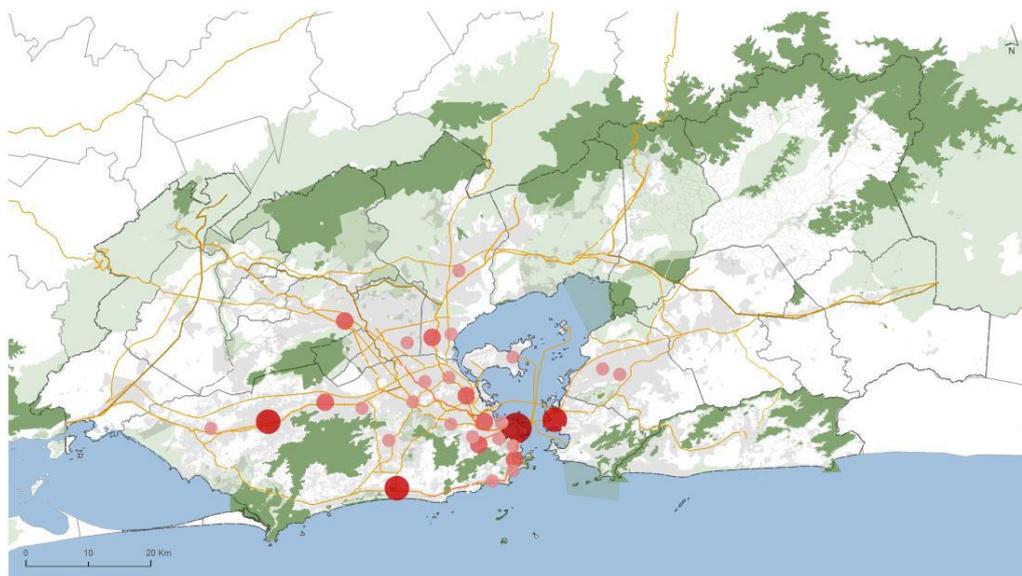
Tabela 5.1.2.A - Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: IETS

Centro Metropolitano		
Rio de Janeiro	Centro Rio de Janeiro	0,849
Subcentro Metropolitano		
Rio de Janeiro	Campo Grande	0,477
Rio de Janeiro	Barra da Tijuca	0,473
Centro Regional		
Nova Iguaçu	Centro Nova Iguaçu	0,353
Rio de Janeiro	Tijuca	0,349
Rio de Janeiro	Bonsucesso/Ramos/Olaria	0,335
Rio de Janeiro	Botafogo	0,330
Duque de Caxias	Centro Duque de Caxias	0,313
Rio de Janeiro	Bangu	0,305
Rio de Janeiro	São Cristovão	0,302
Niterói	Centro Niterói	0,300
Subcentro Regional		
Rio de Janeiro	Rio Comprido	0,288
Rio de Janeiro	Penha	0,287
Rio de Janeiro	Vila Isabel/Maracanã	0,275
Rio de Janeiro	Meier	0,273
Rio de Janeiro	Ipanema/Leblon	0,271
Rio de Janeiro	Copacabana	0,270
Rio de Janeiro	Santa Cruz	0,269
São João de Meriti	Centro São João de Meriti	0,268
Rio de Janeiro	Flamengo	0,266
Rio de Janeiro	Taquara	0,254
São Gonçalo	Alcântara	0,253
Rio de Janeiro	Ilha do Governador	0,244
Rio de Janeiro	Irajá	0,240
Rio de Janeiro	Realengo	0,235
Rio de Janeiro	Madureira	0,234
São Gonçalo	Centro São Gonçalo	0,233
Rio de Janeiro	Portuária	0,233
Duque de Caxias	Jardim Primavera	0,232
Duque de Caxias	Gramacho	0,229

Mapa 13 - Hierarquia das Centralidades da RMRJ – IETS

Fonte: IETS



Fonte: IETS - Centralidades da RMRJ

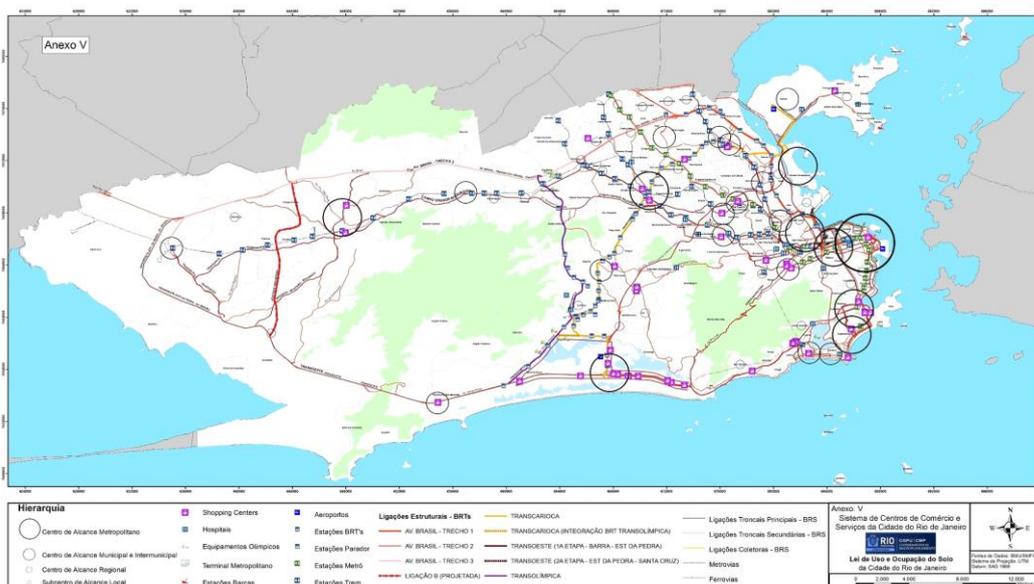
Hierarquia das Centralidades

- Legenda**
- Centro Metropolitano
 - Subcentro Metropolitano
 - Centro Regional
 - Subcentro Regional

Outro estudo de centralidades, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que utiliza indicadores relacionados aos números de viagens atraídas, de vínculos empregatícios e de estabelecimentos, além da arrecadação de ISS, traz resultados um pouco diferentes para esse município, conforme indicado na figura a seguir. Nela, a região central do Rio de Janeiro é indicada como centro de alcance metropolitano, e centralidades como Campo Grande, Barra da Tijuca, Botafogo, Copacabana, Tijuca, Meier e Madureira constituem centros de alcance municipal e intermunicipal (Figura 5.1.2.B).

Figura 5.1.2.B - Diagnóstico Centralidades

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



Os dois estudos – do IETS e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – apresentam um retrato atual das centralidades. No entanto, o crescimento apresentado em municípios e regiões mais afastados da Região Central do polo metropolitano, bem como a premissa da formatação de uma estrutura espacial polinucleada, composta por uma rede de cidades compactas, eficientes e conectadas, apontam para a necessidade de se identificar novas centralidades que venham, a médio e longo prazo, a complementar essa rede. O objetivo é buscar uma estrutura urbana metropolitana mais equitativa e com melhor qualidade de vida. Tanto para as centralidades existentes como para as que vierem a ser propostas será fundamental seu fortalecimento econômico e a ampliação e qualificação da infraestrutura e dos equipamentos e serviços urbanos.

Em que pese o processo de conurbação existente entre vários municípios, de modo geral os planos diretores municipais – e, por consequência, as orientações e instrumentos legais relacionados ao uso do solo, sistema viário e proteção do meio ambiente, entre outros, são elaboradas de forma a contemplar apenas o território de cada município, sem que seja prevista uma articulação mais efetiva das políticas de ocupação do território com os municípios vizinhos. Além disso, a expansão urbana mais significativa em alguns municípios tem estimulado a ampliação dos seus perímetros urbanos, resultando no avanço da ocupação urbana sobre áreas rurais e, também, a ocupação irregular de áreas com fragilidade ambiental.

5.1.3. A PROPOSTA DE RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA (REM)

A proposta de **Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM)**, o que inclui a proposta de Centralidades prevista no PDUI, se baseia em um conjunto de premissas, estabelecidas na origem e ao longo do processo de elaboração do Plano, destacando-se: (i) elementos orientadores da ocupação territorial; (ii) propostas apresentadas no processo participativo do PDUI; (iii) diagnósticos e propostas dos eixos estruturantes; (iv) parâmetros gerais para reconfiguração espacial. Os elementos orientadores da ocupação territorial mais importantes, foram a Baía de Guanabara (Baía Reinventada), os Eixos Ferroviários e de Mobilidade (Trilhos e Trilhas) e o Arco Metropolitano (Mapa 14).

A **Baía de Guanabara** é uma das principais referências da paisagem da Região Metropolitana, tanto no seu aspecto natural como cultural, como elemento integrador dos municípios que a circundam. A Baía foi, durante os séculos iniciais da cidade do Rio de Janeiro, a principal porta de entrada da cidade e seu porto. Nas suas águas eram transportadas mercadorias provenientes do seu entorno e do interior. Devolver a Baía à população, por meio da criação ou fortalecimento de pontos de contato com as suas águas, do saneamento e da balneabilidade de suas águas, da criação de roteiros para serem compartilhados pelas pessoas da metrópole, pelo estímulo à permanência de comunidades e atividades econômicas tradicionais, pela requalificação de antigas áreas e bairros, restauração dos patrimônios históricos e preservação das áreas naturais, consiste em uma das metas a serem perseguidas na elaboração do PDUI.

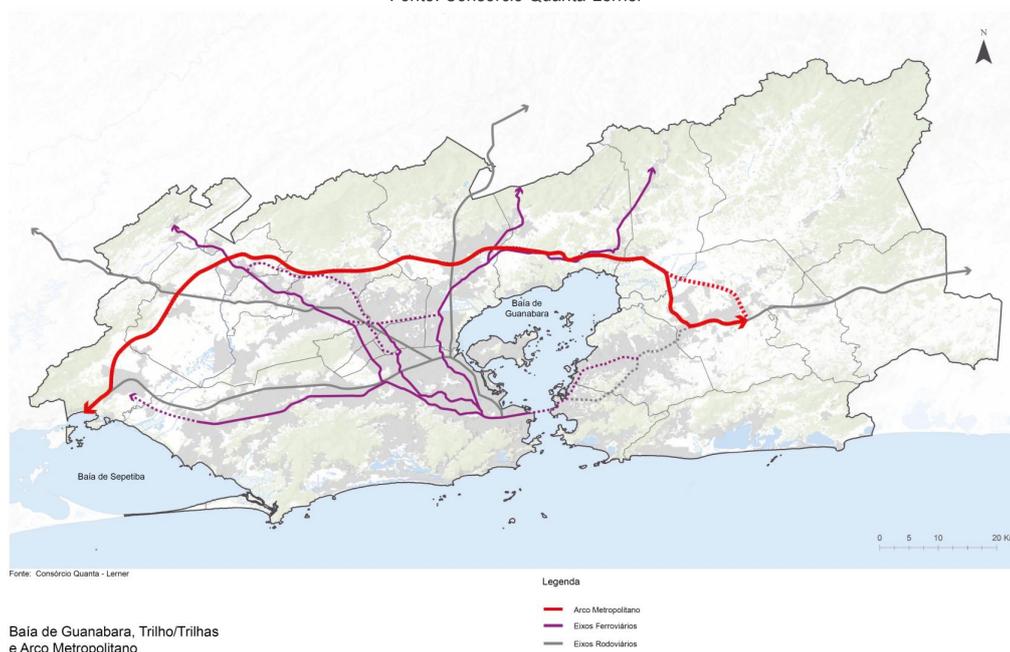
O termo **Trilhos e Trilhas** refere-se, sobretudo, aos eixos ferroviários, caminhos da história da ocupação inicial da Zona Oeste e de toda Zona Norte e Baixada Fluminense. Suas estações foram indutoras de núcleos urbanos que se desenvolveram ao longo do percurso das ferrovias, cada uma com a sua própria história e cultura, que devem ser preservadas e valorizadas. Simultaneamente, e desde que em conformidade com as condições existentes, pode ser estimulado o adensamento urbano com uso misto de habitação, comércio e serviços.

O **Arco Metropolitano** se configura como um imenso ‘guarda-chuva’ que induz espacialmente a implantação e desenvolvimento de grandes empreendimentos portuários, industriais e logísticos; complementado pelo vetor radial em direção aos complexos do Aeroporto do Galeão e do Porto do Rio. O reconhecimento da logística como elemento econômico estruturador confere ao tema possibilidades imensas para o desenvolvimento social e econômico dos municípios periféricos, desde a notável perspectiva de investimentos públicos e privados, descentralizando e reorganizando os centros de empregos em todo o território da RMRJ, como da reorganização

positiva de suas estruturas urbanas – ou seja, resultando em qualidade de vida para as populações.

Mapa 14 - Baía de Guanabara, Trilhos/Trilhas e Arco Metropolitano

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Além do trinômio Baía da Guanabara, Trilhos e Trilhas e Arco Metropolitano, há outros **aspectos territoriais** que, por suas **especificidades ambientais** e/ou culturais, são orientadores do PDUI:

- A Baía de Sepetiba, por sua vulnerabilidade ambiental e cultural e pela presença de atividades portuárias e industriais de grande porte no seu entorno;
- A área de transição entre o fundo da Baía de Guanabara e a Serra do Mar, igualmente por sua vulnerabilidade ambiental e cultural e pela pressão da expansão urbana;
- A região de Maricá, por seu patrimônio natural e cultural, formado pelo conjunto de serras, lagos e praias, monumentos históricos e componentes culturais.

Entre as propostas apresentadas no **processo participativo** de elaboração do PDUI, relacionadas ao tema da reconfiguração do território e centralidade, pode-se destacar alguns pontos debatidos com mais ênfase, tais como: (i) a contenção do espraiamento urbano; (ii) a promoção de um adensamento urbano orientado; (iii) o fortalecimento de centralidades secundárias; e (iv) o papel do Arco Metropolitano na RMRJ. A partir dessas e outras contribuições do processo participativo, e tendo como base o diagnóstico e a visão de futuro elaborados na segunda fase do Plano, foi incorporado ao PDUI um conjunto de diretrizes, a saber:

- Conter o espraiamento urbano e promover uma urbanização mais coesa;
- Formatar uma estrutura policêntrica com o fortalecimento das centralidades urbanas secundárias;
- Buscar a aproximação entre moradia e trabalho, serviços e equipamentos públicos e população;
- Estimular a ocupação de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas;
- Preservar os ambientes com valor ou fragilidade ambiental;
- Promover o desenvolvimento sócio econômico das áreas rurais – Arco Rural;

- Valorizar a orla das Baías de Guanabara e de Sepetiba;
- Valorizar o entorno das estações ferroviárias;
- Orientar e limitar a ocupação urbana ao longo do Arco Metropolitano;
- Fortalecer os instrumentos de gestão.

Já o **diagnóstico e as propostas** dos eixos estruturantes do PDUI aportam um conjunto de variáveis que embasaram escolhas e definições adotadas para a reconfiguração espacial da metrópole. Esses conteúdos puderam ser conhecidos a partir da análise dos diagnósticos e das proposições apresentadas nesse trabalho, por eixo estruturante. Considerando as proposições do processo participativo e os conteúdos dos eixos, foi apontado um **conjunto de parâmetros** gerais considerados relevantes, quais sejam:

- Valorizar, preservar e reconhecer o meio ambiente como de grande importância para os habitantes e para a economia da RMRJ;
- Promover a redução das desigualdades socioeconômicas, na oferta de infraestrutura e de equipamentos sociais;
- Criar “uma estrutura espacial polinucleada” é uma das premissas do PDUI/RMRJ, que deverá buscar estabelecer o fortalecimento de centralidades secundárias e terciárias;
- Propor densidades maiores para uso do solo em áreas próximas a eixos de mobilidade e centralidades secundárias e outras centralidades estruturadoras do território, considerando para tanto a função estruturante da produção de habitação, tanto a de interesse social como a orientada para outros segmentos da população;
- Buscar a integração da própria Região Metropolitana do Rio de Janeiro, priorizando a integração entre as centralidades secundárias, evitando-se a concentração atual na capital da metrópole;
- Estimular a diversidade de usos no tecido urbano, com diferentes extratos da população, onde possam conviver habitação, comércio, serviços e unidades produtivas;
- Garantir o atendimento das demandas por equipamentos de infraestrutura urbana econômica e social, incluindo todos os aspectos de moradia;
- Ampliar a resiliência das estruturas urbanas da metrópole, a fim de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

A **reconfiguração espacial metropolitana** busca corroborar com a construção de uma rede de cidades mais justa e sustentável, mais inclusiva e menos desigual econômica e socialmente, mais comprometida e integrada com o meio ambiente, mais equilibrada territorialmente, mais resiliente para enfrentar as mudanças climáticas, mais preparada para as mudanças demográficas, valorizando os idosos, mais aberta à diversidade cultural, racial e de gênero, mais inteligente e eficiente na utilização dos seus recursos, mais aberta para o futuro. Ela promove a limitação da expansão da mancha urbana e a contenção do espraiamento da cidade na direção da periferia, e a consequente exigência de ampliação contínua da infraestrutura urbana, além dos efeitos danosos ao meio ambiente. Ademais, a REM pressupõe a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas urbanas que já contam com infraestrutura, bem como prevê a qualificação dos espaços já urbanizados onde há carência de infraestrutura. A promoção de uma ocupação urbana mais coesa deverá contribuir para a redução do espraiamento urbano, diminuindo, por consequência, a pressão sobre áreas de fragilidade e de proteção ambiental, bem como o avanço sobre o território rural.

A proposta de reconfiguração espacial objetiva uma rede de cidades com maior equilíbrio territorial e, para tanto, busca fortalecer uma estrutura metropolitana policêntrica, com diversidade de atividades institucionais, comerciais e de serviços. Prevê o adensamento habitacional e a diversidade de usos nas centralidades secundárias e terciárias e ao longo dos eixos de transporte de passageiros com maior capacidade. A proposta busca uma conformação urbana onde haja maior proximidade entre moradia, trabalho, transporte, serviços e lazer. A reconfiguração estimula o uso misto e a oferta de equipamentos e espaços públicos nas centralidades e junto de intersecção dos principais eixos de mobilidade urbana e de transferência multimodal de transporte público (pontos nodais), de acordo com a vocação e o adensamento potencial de cada centralidade secundária.

A proximidade entre moradia, trabalho e mobilidade deve ser o resultado de políticas urbanas integradas, tanto metropolitanas como estaduais e locais, relacionadas ao transporte de passageiros, à habitação e equipamentos sociais, à dinamização da economia e ao uso e ocupação do solo. É essencial implantar programas de urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários, de maneira a garantir condições mínimas de vida para os seus habitantes, de forma integrada à dinâmica urbana. A aplicação dessas políticas na rede de centralidades proposta busca aproximar bens e serviços comerciais, sociais e institucionais, bem como possibilitar o uso de transporte coletivo e reduzir as distâncias de viagens aos locais de trabalho.

A rede de centralidades e suas conexões constituem os principais componentes da organização do território, que deve contemplar tanto a complementariedade possível entre essas centralidades, como a busca da autonomia de cada um dos seus municípios, tornando-os capazes de manter e prover as relações de vida e trabalho para sua população. Há duas narrativas que se entrelaçam nesse mosaico regional: a metropolitana – o todo e a municipal – esta construída para e pertencente a cada localidade. Ainda que por suas diversas características haja uma hierarquia diferenciada dessas centralidades, cada qual se fortalece por pertencer ao todo e por suas singularidades. Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu já despontam nesse quesito, e outras podem seguir.

Enriquecer as narrativas locais, por meio de reforços em suas bases econômicas e na capacidade de gestão, bem como, por intervenções que alimentem a autoestima de seus cidadãos – identidade, patrimônio material e imaterial – são essenciais à construção de um modelo que melhor equilibra o território e avança para um sistema sinérgico. Esse é o princípio do conceito das ‘centriférias’, uma hipótese de relação dinâmica bipolar em constante intercâmbio de papéis entre centralidade e periferia. Essa rede contempla ainda a relação histórica entre o Centro do Rio de Janeiro e Niterói, de forma a preservar a característica de metrópole duocêntrica da RMRJ.

CENTRALIDADES URBANAS

Para a reconfiguração espacial da metrópole foi considerada uma **Rede de Centralidades**, tendo-se adotado como base o estudo elaborado pelo Instituto Econômico do Trabalho Social – IETS, que estabeleceu níveis de centralidade utilizando dados referentes à atividade econômica e educacional: centro metropolitano (**nível 1**), subcentro metropolitano (**nível 2**), centro regional (**nível 3**) e subcentro regional (**nível 4**) - ver Tabela 5.1.2.A e Mapa 12.

Para alcançar os propósitos de estruturação e equilíbrio territorial, a reconfiguração espacial propõe reforçar um conjunto dessas centralidades, de forma a configurar ao longo do tempo uma rede de centralidades mais equilibrada.

Isso(iii) significa dotar as centralidades propostas das condições necessárias para atender ao conjunto de parâmetros mencionados no item anterior, com especial atenção; (i) à promoção da redução das desigualdades socioeconômicas, na oferta de infraestrutura e de equipamentos sociais; (ii) à promoção de densidades habitacionais maiores nas centralidades estruturadoras do território; (iii) ao estímulo à diversidade de usos no tecido urbano, com diferentes extratos da população, onde possam conviver habitação, comércio, serviços e unidades produtivas; e (iv) ao atendimento das demandas por equipamentos de infraestrutura urbana econômica e social, incluindo todos os aspectos de moradia.

Entre os resultados esperados espera-se, entre outros, a redução da necessidade dos deslocamentos na metrópole, tanto em número como em distância. Como exemplo, a oferta de equipamentos sociais citada no item (i) deverá reduzir significativamente o elevado percentual de deslocamentos intermunicipais para estudo e serviços de saúde apontados no diagnóstico da RMRJ.

Inicialmente, cabe reconhecer que o centro do Rio de Janeiro tem importância histórica e econômica e se articula em várias direções, destacando-se sua relação com a centralidade de Botafogo, no vetor que se desenvolve em direção à Zona Sul (Flamengo, Botafogo, Copacabana e Ipanema/Leblon). Há um segundo vetor formado pelo centro do Rio de Janeiro e suas áreas contíguas de desenvolvimento histórico-econômico ancoradas em importantes infraestruturas como o porto (Portuária), o trem (São Cristóvão, Rio Comprido e depois as regiões de Ramos/Olaria, Irajá, Madureira), e o aeroporto/universidade (Ilha do Governador). Intervenções mais recentes como o Porto Maravilha, a revitalização de espaços urbanos e culturais e a implantação do VLT, entre outros, trouxeram um novo dinamismo ao Centro Metropolitano. O centro do Rio de Janeiro mantém ainda uma forte relação com o município de Niterói, que serve de contato com todo o Leste Metropolitano.

A centralidade de Madureira cresce em importância na estrutura metropolitana pela sua potencialidade, em função da sua localização e disponibilidade de meios de transporte, pela possibilidade de articular diversas centralidades e regiões localizadas no seu entorno, desempenhando uma importante função de transição e articulação urbana entre o Rio de Janeiro (Centro, Barra da Tijuca, Zona Norte e Zona Oeste) e a Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo e Mesquita). Nesse sentido, **Madureira** é uma das centralidades a ser reforçada no nível 4.

Um terceiro vetor segue a partir do Centro em direção à Zona Oeste (Taquara, Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz), onde se propõe o fortalecimento da conexão entre Campo Grande, importante centralidade de segundo nível – com Santa Cruz e Itaguaí. Nesse vetor, as centralidades a serem reforçadas são **Campo Grande** (nível 2), e **Santa Cruz** (nível 4), mantendo o mesmo nível, enquanto **Itaguaí** deverá ser reforçada e elevada ao nível 4.

Ainda no município do Rio de Janeiro, a centralidade da Barra da Tijuca apresenta características específicas que em parte são resultado do seu compartimento territorial. O principal propósito nessa centralidade é o de buscar o equilíbrio entre suas funções urbanas – especialmente entre moradia e trabalho – e fortalecer sua conexão com Madureira.

Na Baixada Fluminense, propõe-se o fortalecimento da articulação entre as centralidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, envolvendo ainda os municípios de Nilópolis, Mesquita, São João do Meriti e Belford Roxo. Nessas centralidades, o fortalecimento econômico, o adensamento urbano e a implantação de equipamentos públicos, entre outras medidas necessárias, promoverá a gradativa redução da dependência desse conjunto de municípios em relação ao Centro do Rio de Janeiro. As centralidades a ser reforçadas são **Duque de Caxias** (nível 3) e **Nova Iguaçu**, sendo esta última elevada ao nível 2.

Do outro lado da Baía de Guanabara, na região Leste da metrópole, propõe-se o fortalecimento da articulação entre as centralidades de Niterói e São Gonçalo/Alcântara, num primeiro momento, mas também com Itaboraí. O fortalecimento desse eixo tem forte relação com a implantação da Linha 3 do Metrô, particularmente do trecho entre Alcântara e Niterói. Em São Gonçalo, particularmente em Alcântara, foram identificadas oportunidades para a implantação de eixos urbanos transversais. Nesse vetor do Leste Metropolitano as centralidades a serem reforçadas e elevadas de nível são **Niterói** para o nível 2, **São Gonçalo/Alcântara** para o nível 3 e **Itaboraí** para o nível 4.

Ainda na região Leste da metrópole, o fortalecimento da centralidade de **Maricá**, elevando-a ao nível 4, visa oferecer suporte ao acentuado crescimento dessa porção do território metropolitano. As centralidades de **Magé** (elevada ao nível 4) e **Jardim Primavera** (nível 4) teriam como principal função articular as áreas urbanas

localizadas na porção norte do território metropolitano, bem como servir como áreas urbanas de apoio às proposições relacionadas à valorização da Baía de Guanabara nessa região.

As centralidades de **Queimados** (elevada ao nível 4) e **Seropédica** (elevada ao nível 4) constituem, na proposta, núcleos urbanos de apoio à expansão das atividades econômicas que estão – de acordo com o eixo econômico – previstas para essa região, com ênfase nas atividades retroportuárias, industriais e de logística.

Entre os critérios utilizados para a proposição dessa rede de centralidades são relevantes: (i) a distribuição geográfica das centralidades de forma equitativa na RMRJ, promovendo a autonomia de cada uma das regiões metropolitanas e confirmando as centralidades indicadas nas Macrozonas de Planejamento; (ii) a possibilidade do agrupamento de centralidades por região, conforme indicado no texto acima e no mapa a seguir (Mapa 15), reforçando as conexões entre elas e buscando a complementariedade e cooperação entre as mesmas; e (iii) o apoio às áreas e propostas de desenvolvimento econômico indicados pelo Eixo de Expansão Econômica (Mapa 16).

Observa-se que no propósito do atendimento a esses critérios para a rede de centralidades propostas, nas centralidades a serem reforçadas algumas mantêm o nível de centralidade identificado no estudo do IETS e outras mudam de nível. Isso acaba caracterizando dois conjuntos de centralidades, onde o critério da distribuição geográfica mais equitativa é especialmente determinante para proposição do conjunto das centralidades mais afastadas, como é o caso de Magé e Maricá.

O fortalecimento proposto de centralidades maiores, como Campo Grande, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo/Alcântara, todas localizadas a uma distância intermediária em relação ao Centro Metropolitano, busca a consolidação de um conjunto de centralidades mais expressivas (níveis 2 e 3) como uma importante alternativa de crescimento e de qualificação dos equipamentos e serviços urbanos. Nesse primeiro conjunto, mudam de nível Nova Iguaçu (nível 3 para nível 2) e São Gonçalo/Alcântara (nível 4 para nível 3).

Um segundo arco de centralidades a serem reforçadas, mais distante, é composto pelas centralidades de Itaguaí, Seropédica, Queimados, Jardim Primavera, Magé, Itaboraí e Maricá, todas inicialmente de nível 4 ou abaixo. Apesar de os propósitos que conduziram à proposição do seu fortalecimento serem distintos, no seu conjunto todas essas centralidades contribuirão para o equilíbrio metropolitano e para a autonomia das diversas regiões que compõem a Região Metropolitana, como centralidades de nível 4.

Tabela 5.1.3.A – Proposta de Centralidades Reforçadas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

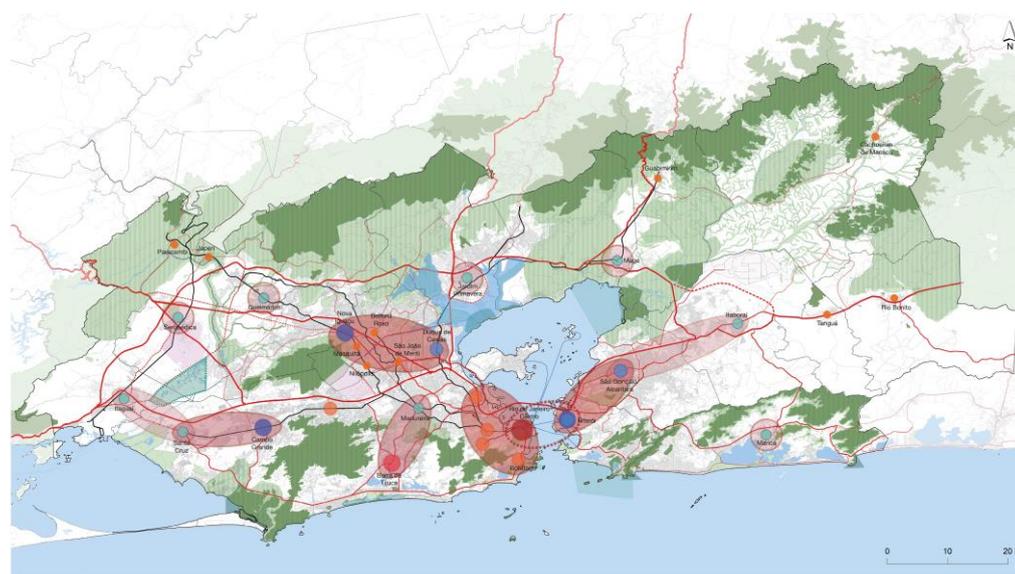
Fonte: Consórcio Quanta-Lerner

Município	Centralidade	Nível Atual	Nível Proposto
Rio de Janeiro	Campo Grande	2º Nível	2º Nível
Niterói	Centro Niterói	3º Nível	2º Nível
Nova Iguaçu	Centro Nova Iguaçu	3º Nível	2º Nível
Duque de Caxias	Centro Duque de Caxias	3º Nível	3º Nível
São Gonçalo	Alcântara	4º Nível	3º Nível
Rio de Janeiro	Santa Cruz	4º Nível	4º Nível
Rio de Janeiro	Madureira	4º Nível	4º Nível
Duque de Caxias	Jardim Primavera	4º Nível	4º Nível
Itaboraí	Itaboraí Sede	Incipiente	4º Nível
Itaguaí	Itaguaí Sede	Incipiente	4º Nível
Magé	Magé Sede	Incipiente	4º Nível
Maricá	Maricá	Incipiente	4º Nível
Queimados	Queimados Centro	Incipiente	4º Nível
Seropédica	Seropédica Sede	Incipiente	4º Nível
Queimados	Industrial	Incipiente	4º Nível

O mapa a seguir (Mapa 15) apresenta a rede proposta de centralidades.

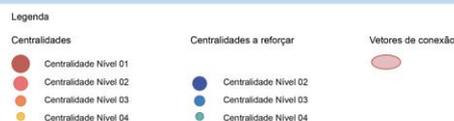
Mapa 15 – Rede Proposta de Centralidades

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Centralidades



Cabe destacar que, entre as centralidades indicadas, algumas são entendidas como resultado de um conjunto maior de centralidades, geralmente de níveis diferentes, também identificadas no estudo realizado pelo IETS. Exemplos nesse sentido são o município de Duque de Caxias, que além da sua principal centralidade (Centro), conta com centralidades como Jardim Primavera e Gramacho; o município de São Gonçalo, que conta com as centralidades do Centro de São Gonçalo e de Alcântara; dentre outros municípios da RMRJ.

As sedes municipais de Paracambi, Japeri, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Rio Bonito se caracterizam como centralidades mais “autônomas”, em níveis variados de independência. Por sua localização, algumas dessas áreas urbanas seguirão mantendo vínculos com centralidades vizinhas, como é o caso de Tanguá em relação a Itaboraí, por exemplo. Em outras sedes municipais a autonomia é mais evidenciada, como acontece em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim.

Em complementação ao terceiro critério acima mencionado, de apoio às propostas de desenvolvimento econômico, cabe citar os argumentos indicados pelo eixo da economia, a seguir:

No PDUI/RMRJ, a análise realizada pelo eixo da economia conduziu à proposição de que seja, na vertente econômica, priorizado o reforço das centralidades ‘que possuem maior infraestrutura de base (melhor urbanização, acesso a modos de transporte de maior capacidade, melhor posicionamento em relação à rede de mobilidade e logística e população de entorno capaz de ser absorvida pelo crescimento, acelerando a economia interna, que poderia ser denominado de relação trabalho-consumo’. Nesse sentido, o eixo da economia aponta como áreas prioritárias:

- **Itaguaí:** aproveitando o conjunto Complexo Portuário, zona industrial, Arco Metropolitano;
- **Seropédica:** aproveitando o conjunto Zona de Interesse Industrial (19km²), Arco Metropolitano e ramal ferroviário;
- **Queimados:** (aproveitando o conjunto Distrito Industrial e Rodovia Presidente Dutra);

- **Japeri:** (Engenheiro Pedreira e Santo Antônio) aproveitando o conjunto área de interesse industrial e logístico e Arco Metropolitano;
- **Nova Iguaçu:** (Austin, Adrianópolis) aproveitando o conjunto Arco Metropolitano, Arco Ferroviário e Rodovia Presidente Dutra;
- **Duque de Caxias:** (Xerém, Imbarié e Cidade dos Meninos, aproveitando o conjunto Arco Metropolitano, Arco Ferroviário, Rodovia Washington Luiz e Distrito Industrial de Xerém);
- **Belford Roxo:** (Lote XV e Coelho da Rocha) aproveitando o conjunto Estrada de Ferro, Avenida InterBaixada e espaços ocupáveis;
- **Itaboraí:** a retomada das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), anunciada para 2018, poderá, até 2028, representar uma retomada do crescimento econômico regional, em especial da oferta de empregos, com a atração de novos empreendimentos da cadeia gasquímica e petroquímica, com impactos diretos sobre Magé e Guapimirim, se estendendo por São Gonçalo, Rio Bonito e Tanguá.
- **Maricá:** Apesar das resistências ambientalistas, o Terminal de Ponta Negra, se construído dentro dos mais rigorosos padrões de segurança e menor impacto ambiental, poderá trazer desenvolvimento e arrecadação para o município. O projeto não apresenta sustentabilidade dentro de uma visão de porto misto, com movimentação de contêineres, carga geral, apoio *off shore*, tancagem e estaleiro para reparos de embarcações de apoio à exploração e O&G. Porém, dentro de um modelo de terminal de petróleo e gás, com conexões com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro via oleoduto e gasoduto, modelo que não exige grandes obras e infraestrutura que alterem de forma intensa o tecido regional, há um grande potencial para o terminal, considerando as restrições para esse serviço nas baías da Ilha Grande, Sepetiba e da Guanabara.

Finalmente, os objetivos citados pelo eixo da economia foram:

- Reduzir a dependência econômica da Região Metropolitana em relação à cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido o objetivo é aumentar a geração e riqueza nos municípios da franja metropolitana, sendo que, para isso, é importante estruturar formas de atrair investimentos para as áreas anteriormente destacadas. Os planos setoriais integrados permitirão estabelecer o destino dos investimentos de acordo com seus perfis, alinhados aos perfis de cada município, conforme as atividades de interesse e potencial metropolitano. O objetivo é aumentar a dinâmica em novas áreas, sejam os centros regionais, sejam as áreas identificadas como de interesse para serem novos centros regionais ou metropolitanas (caso da região do COMPERJ).
- Garantir melhor distribuição dos empregos na Região Metropolitana, reduzindo a enorme concentração na cidade do Rio de Janeiro, em especial seu centro expandido. A expectativa é de que, considerando um programa de melhor distribuição de investimentos pelo território e de fortalecimento de atividades que possuem localização específica (indústria naval em Niterói e São Gonçalo, petroquímica e gasquímica em Duque de Caxias e futuramente em Itaboraí, portuária e logística em Itaguaí – além do centro do Rio de Janeiro – e futuramente em Maricá).

A indicação de Maricá como centralidade a ser reforçada está, portanto, também relacionada à definição da implantação do Terminal de Ponta Negra (Porto de Jacané), bem como ao perfil desse porto, e deverá ser objeto das revisões previstas para o PDUI.

A proposta de reconfiguração metropolitana conta com o fortalecimento das atividades rurais, do chamado Arco Rural (Agroecológico), mediante a dinamização da economia dessa região, com a produção de alimentos para a metrópole, a adoção de práticas ambientais adequadas e de medidas de proteção do solo, criação de distritos agroecológicos, a valorização do turismo rural e ambiental, entre outras ações possíveis. Espera-se que a consequente valorização do solo rural também constitua, de forma indireta, um desestímulo para a sua

transformação em território urbano.

EIXOS METROPOLITANOS

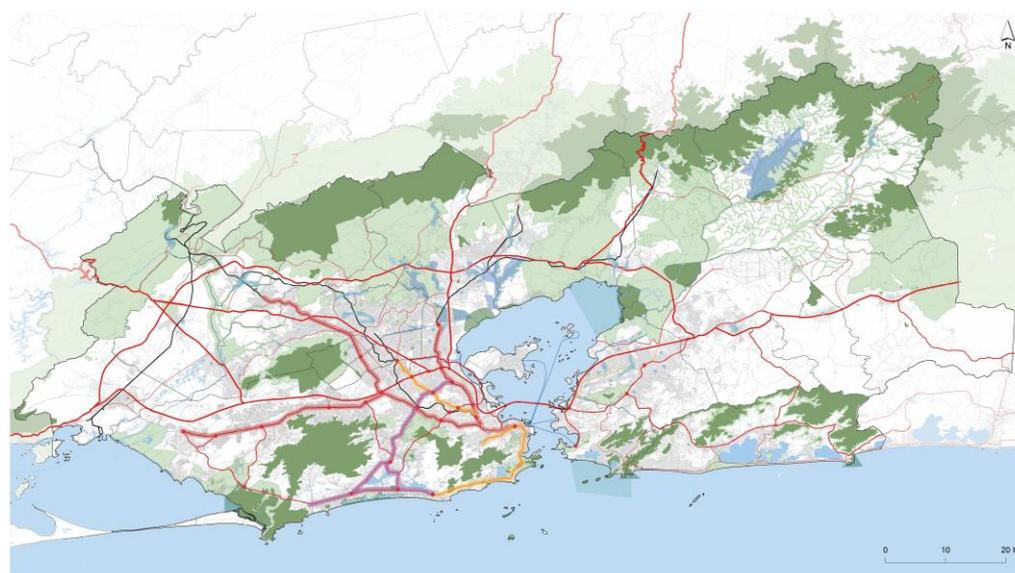
A proposta de Reconfiguração Espacial Metropolitana reconhece os eixos estruturantes de mobilidade que conduziram a ocupação do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente os ferroviários, formados pelas linhas de trens suburbanos, posteriormente complementados pelas linhas do metrô, mas também os eixos rodoviários, destacando os mais importantes, a Avenida Brasil, que se prolonga no lado Leste da RM pela Rodovia Mário Covas, as rodovias Washington Luiz e Presidente Dutra e o Arco Metropolitano. Esses eixos estruturantes são predominantemente radiais e se dirigem para a região do centro da metrópole, onde há maior concentração de emprego e renda.

Mais recentemente, foram implantados novos eixos na RM, orientados para a região da Barra da Tijuca, localizada na Zona Oeste, onde há maior dinâmica imobiliária, de comércio e de serviços, o que inclui a Linha Amarela, destinada ao uso de automóveis, as vias de BRT Transoeste, Transcarioca e Transolímpica, e o Metrô Linha 4.

Os **eixos ferroviários** correspondem aos ramais Deodoro – Santa Cruz, Japeri, Belford Roxo e Saracuruna. A primeira linha de trens suburbanos, a Dom Pedro II (Central do Brasil), seguido da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, e da Estrada de Ferro da Leopoldina, da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, depois incorporada à Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil). Seus trilhos formaram subúrbios imediatos e núcleos nas zonas norte e oeste, o que facilitou a ocupação da baixada fluminense. No ano de 1979 entra em operação o metrô – as linhas 1 e 2 percorrem regiões que em grande parte já se encontram bastante adensadas, configurando, portanto, eixos de adensamento já existentes.

Mapa 16 - Eixos radiais existentes

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Eixos Existentes

Legenda
 Rodovias
 Ferrovias
 Metrô
 BRT

Os eixos metropolitanos, predominantemente radiais, devem ser complementados por novos eixos transversais – compondo uma malha viária e/ou redes transversais de corredores de transporte público, ao longo dos quais se propõe promover o adensamento urbano prevendo-se uma ocupação com uso misto de habitação, comércio e serviços, ampliando-se a oferta de equipamentos e serviços públicos, buscando romper a lógica do movimento radial para a região central da metrópole.

O incentivo ao adensamento e à diversificação urbana ao longo dos eixos de mobilidade deverá ser aprofundado em estudos e planos específicos mais detalhados, no sentido de se identificar os trechos em que tal recomendação poderá ser aplicada, por serem mais favoráveis ao adensamento e uso múltiplo, e aqueles em que esta diretriz é desaconselhável ou não se justifica. Cabe considerar as questões sociais e habitacionais, demandas por equipamentos públicos e infraestrutura, aspectos ambientais, configuração das propriedades, interesse do mercado formal, entre outras.

Onde esses eixos de mobilidade se cruzam são formados pontos nodais que, além de constituírem importantes locais de transbordo para os sistemas de transporte coletivo, são estratégicos para a localização de equipamentos urbanos e comunitários e poderão – de acordo com as potencialidades de cada lugar – ser fortalecidos no contexto urbano. Dentro dessa trama linear dos eixos principais do transporte público de maior capacidade e das grandes vias de acessibilidade regional, os pontos nodais podem caracterizar núcleos estruturados que venham fortalecer a identidade de cada município dentro da metrópole.

O adensamento urbano e habitacional proposto para ocorrer ao longo dos eixos metropolitanos, considera as projeções demográficas, mencionadas no item anterior, que indicam um período inicial de crescimento da população, que perdurará aproximadamente até o ano de 2025, e uma progressiva estabilização da população metropolitana que, em 2040, deverá estar muito próxima da atual. Prevê-se, no entanto, um aumento expressivo no número de domicílios, devido a mudança no perfil das famílias.

Tabela 5.1.3.B - Domicílios na RMRJ

Fonte: Projeção quinquenal da população residente na RMRJ

DOMICÍLIOS SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RM DO RIO DE JANEIRO - 2010/2040								
	2010	2020	2028	2040	10-20	20-28	28-40	20-40
BELFORD ROXO	145.743	168.673	181.677	189.650	22.930	13.004	7.973	20.977
CACHOEIRAS DE MACACU	17.855	21.769	23.803	25.409	3.914	2.034	1.606	3.640
DUQUE DE CAXIAS	269.577	310.939	335.834	351.755	41.362	24.895	15.921	40.816
GUAPIMIRIM	15.752	18.961	20.579	21.662	3.209	1.618	1.083	2.702
ITABORÁ	66.234	76.142	82.396	86.538	9.908	6.254	4.142	10.396
ITAGUAÍ	33.941	38.663	41.512	43.111	4.721	2.848	1.600	4.448
JAPERI	28.424	33.611	35.953	37.092	5.187	2.341	1.139	3.480
MAGÉ	70.465	84.892	91.986	96.855	14.427	7.094	4.869	11.963
MARICÁ	42.846	49.502	54.047	57.480	6.656	4.545	3.433	7.978
MESQUITA	53.117	62.941	68.861	73.484	9.824	5.920	4.623	10.543
NILÓPOLIS	50.535	60.741	67.017	72.538	10.206	6.276	5.521	11.797
NITERÓI	169.331	208.688	235.187	263.219	39.357	26.499	28.032	54.531
NOVA IGUAÇU	248.321	291.850	316.471	333.119	43.529	24.621	16.648	41.269
PARACAMBI	15.470	17.716	19.441	20.825	2.246	1.725	1.384	3.108
QUEIMADOS	42.241	49.963	53.836	56.155	7.722	3.873	2.319	6.192
RIO BONITO	17.191	21.276	23.393	25.163	4.085	2.117	1.771	3.887
SÃO GONÇALO	326.079	375.327	410.958	439.353	49.248	35.630	28.396	64.026
SÃO JOÃO DE MERITI	147.516	172.201	187.505	198.940	24.685	15.304	11.435	26.739
SEROPÉDICA	24.272	29.113	31.467	33.006	4.841	2.354	1.539	3.893
TANGUÁ	9.667	11.439	12.438	13.125	1.772	999	687	1.686
RIO DE JANEIRO	2.277.795	2.551.521	2.714.350	2.826.837	273.726	162.828	112.488	275.316
DOMICÍLIOS DA RM DO RIO DE JANEIRO - 2010/2040								
	2010	2020	2028	2040	10-20	20-28	28-40	20-40
MUNICÍPIOS METROPOLITANOS	1.794.578	2.104.408	2.294.360	2.438.480	309.830	189.952	144.120	334.072
RIO DE JANEIRO	2.277.795	2.551.521	2.714.350	2.826.837	273.726	162.828	112.488	275.316
RM DO RIO DE JANEIRO	4.072.373	4.655.929	5.008.710	5.265.317	583.556	352.780	256.608	609.389
						1.192.945		

Assim, se considerarmos o período de 2020-2040 (médio e longo prazos do PDU), temos que do total do aumento

previsto de 609.389 domicílios na região metropolitana, 275.316 (45%) se dará no município do Rio de Janeiro e 334.072 (55%) nos demais municípios da RMRJ. Em relação a esse último número, temos que no lado leste da região metropolitana o conjunto dos municípios formado por Niterói, São Gonçalo e Itaboraí totaliza um aumento de 128.953 domicílios (38%), e na Baixada Fluminense o conjunto dos municípios formados por Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João do Meriti soma um aumento de 152.141 domicílios (45%).

Considerando a tabela acima, as recomendações do PDUI/RMRJ de buscar o **adensamento nas centralidades, pontos nodais e ao longo dos principais eixos estruturantes de mobilidade**, visando a contenção do espraiamento urbano e a otimização da infraestrutura e serviços urbanos já instalados, resultará sobretudo no aumento do índice de dom/ha nessas regiões.

Entre os **eixos transversais** propostos destaca-se a **Interbaixada 1**, ao longo do rio Sarapuí, que fortalece a conexão entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu e aproxima diversos municípios da Baixada Fluminense, articulando eixos importantes como a rodovia Washington Luís, a rodovia Presidente Dutra, a Via Light e, eventualmente, a Avenida Brasil. O desenho de implantação do eixo transversal está estreitamente vinculado à proposta de macrodrenagem dessa região.

O aumento progressivo da capacidade da RJ 105 no seu percurso entre Nova Iguaçu e a rodovia Washington Luís, em Duque de Caxias, criaria condições para o fortalecimento de um eixo transversal complementar à Interbaixada 1, como mais um importante elemento de conectividade entre as centralidades do município de Duque de Caxias (Jardim Primavera) e Nova Iguaçu. A continuidade desse eixo transversal, caracterizado pela RJ 105, em direção à Zona Oeste do Rio de Janeiro permitiria a articulação dessas centralidades da Baixada Fluminense com as da Zona Oeste do Rio de Janeiro e o eixo metropolitano da Avenida Brasil.

Propõe-se ainda a previsão de uma nova conexão entre Nova Iguaçu e Campo Grande, utilizando-se, a princípio, a implantação de transporte coletivo padrão BRS ou BRT, na Estrada de Madureira, – prevendo-se também a alternativa de implantar uma nova via urbana cujo traçado teria como percurso a faixa de domínio da Light, no sentido oeste, seguindo pelo eixo viário norte-sul proposto que interliga a rodovia Presidente Dutra e a Avenida Brasil, fazendo uso tanto de faixas de domínio existentes como de áreas ainda pouco ocupadas. Além de ser uma importante alternativa viária para a RJ 105 (Estrada da Madureira), a conexão proposta facilitaria os deslocamentos entre Nova Iguaçu/Queimados e Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, garantindo o espaço necessário para, se houver demanda nesse sentido, permitir a implantação de um futuro corredor de transporte coletivo de passageiros que se interligaria com outros eixos metropolitanos de mobilidade.

No lado Leste da RM, destaca-se a proposta do Eixo Transversal de Alcântara. Como um espelho da região Oeste da RM, em menor tamanho, as ocupações urbanas mais antigas se deram ao longo da linha férrea (desativada) e da rodovia Amaral Peixoto; as mais recentes, em contiguidade à faixa litorânea, que configuram no seu conjunto os eixos radiais ao longo dos quais se deu o desenvolvimento urbano de São Gonçalo e Itaboraí. A necessidade de obras de drenagem junto aos rios Alcântara e Guaximtiba, localizados no município de São Gonçalo, abre a possibilidade de se agregar soluções integradas de mobilidade, qualificação urbanística e adensamento urbano. O Eixo Transversal de Alcântara cresce em importância quando se considera a implantação da Linha 3 do Metrô, prevista para conectar São Gonçalo a Niterói (primeira etapa) e São Gonçalo a Itaboraí (segunda etapa).

Um eixo estruturante de mobilidade importante, a **Avenida Brasil** – trecho urbano da BR 101 – estende-se por todo o município do Rio de Janeiro e é também o principal eixo de serviços, logística e indústrias da Região Metropolitana, bem como é responsável pelo maior fluxo viário da cidade, em função do transporte de mercadorias e pelo deslocamento diário, tanto de carro como de ônibus, de moradores da Baixada Fluminense, da Zona Norte e da Zona Oeste ao Centro da cidade. A Avenida Brasil interliga importantes áreas industriais, como o Distrito Industrial de Santa Cruz (CSA) e o Distrito Industrial de Campo Grande (AMBEV), além de empreendimentos de logística

como os existentes na Estrada da Lama Preta e no Polo de Pavuna, entre outros. Ressalta-se a importância do sistema de transporte coletivo de BRT Avenida Brasil, que se estende do Centro até Deodoro, atualmente em implantação, bem como, suas conexões possíveis com regiões da Baixada Fluminense.

O mesmo destaque pode ser dado a outros dois eixos estruturantes de mobilidade e importantes eixos de serviços, logística e indústrias na RMRJ, a **Rodovia Presidente Dutra** (BR 116) e a **Rodovia Presidente Washington Luiz** (BR 040). A Via Dutra é o principal eixo de ligação rodoviária com o Estado de São Paulo e a Baixada Fluminense e corta nove municípios da RMRJ: Rio de Janeiro, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí e Paracambi; enquanto a Washington Luiz conecta a região à Minas Gerais e Brasília, passando pelos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias.

Propõe-se a realização de estudos mais aprofundados para detalhar propostas urbanísticas para o entorno dessas vias, ressaltando as características e as políticas urbanas associadas a cada trecho: como usos, equipamentos urbanos, atividades geradoras de emprego e renda, urbanização de favelas, produção de habitação de interesse social, entre outros.

É importante considerar também a consolidação do **Arco Metropolitano** como **eixo logístico**, evitando a ocupação ou adensamento urbano no seu entorno, bem como, incentivando a criação de um conjunto de áreas retroportuárias, de indústrias e de logística na região de Seropédica, Queimados e Japeri, além de apoiar o funcionamento do COMPERJ, possibilitando a implantação de uma área industrial/logística em Itaboraí, ao longo do contorno proposto do Arco Metropolitano.

Por atravessar áreas já urbanizadas e outras de fragilidade ou de proteção ambiental, o Arco Metropolitano não oferece condições uniformes de ocupação ao longo do seu percurso e, portanto, apresenta condicionantes aos usos mencionados – ocupação industrial, de logística ou de serviços de maior porte – em alguns trechos.

O Porto de Itaguaí e as áreas industriais localizadas nesse município e no extremo oeste do município do Rio de Janeiro, bem como o conjunto de áreas industriais em Queimados, Seropédica e Paracambi criam condições para uma alteração na dinâmica dos deslocamentos e da ocupação urbana na Região Metropolitana, que já se encontra em curso. Como vimos anteriormente, Itaguaí e Seropédica apresentaram significativo crescimento urbano de acordo com os últimos censos.

Localizado junto ao cruzamento do Arco Metropolitano com a Via Dutra e a antiga estrada Rio – São Paulo, o entorno da cidade de Seropédica oferece amplas oportunidades para a expansão de atividades industriais, de logística e retroportuárias, motivo pelo qual a cidade é contemplada como uma das novas centralidades a ser fortalecida. Os municípios de Queimados e Japeri estão inseridos nesse contexto, pois ambos também estão localizados próximos ao Arco e criaram – ou têm previsão de criar – áreas destinadas aos mesmos usos econômicos. Nessas regiões deve-se buscar a articulação e o equilíbrio cuidadoso entre as áreas econômicas e as de expansão urbana, considerando as necessidades de todos os usos envolvidos e as fragilidades ambientais existentes.

A consolidação econômica e de expansão urbana prevista para o município de Itaguaí e para o conjunto dos municípios de Seropédica, Queimados e Japeri permite prever a ampliação de um fluxo inverso na porção oeste da RMRJ, com um possível aumento de deslocamentos entre Itaguaí e a Zona Oeste do Rio de Janeiro, assim como entre Nova Iguaçu e Queimados, Seropédica e Japeri, resultando em um novo arranjo da ocupação metropolitana.

Na revisão dos planos diretores municipais e dos planos setoriais desses municípios cortados pelo Arco Metropolitano deverão ser previstas tanto a organização da ocupação do seu entorno, de forma a evitar conflitos futuros entre sua escala rodoviária e os usos lindeiros, como as conexões entre as áreas urbanas e as áreas destinadas aos usos econômicos – retroportuário, logística e industrial. As soluções nesse sentido devem evitar a

circulação local e o transporte coletivo urbano no seu trecho. Ainda ao longo do Arco Metropolitano, prevê-se a consolidação das áreas industriais, de serviços e de logística em Duque de Caxias e o estudo de áreas destinadas para atividades econômicas de baixo impacto ambiental nos municípios de Magé e Guapimirim.

Já do outro lado da Baía de Guanabara, onde o **Arco Metropolitano se encontra com a BR 101**, propõe-se a criação de um traçado alternativo para o Arco, de forma a contornar a área urbana de Itaboraí, ao longo do qual poder-se-ia estudar a possibilidade da implantação de uma área de serviços e industrial, que estaria assim localizada entre a cidade de Itaboraí e a COMPERJ. Esse conjunto permite prever a possibilidade de que venha a ocorrer nessa região o aumento de um fluxo inverso.

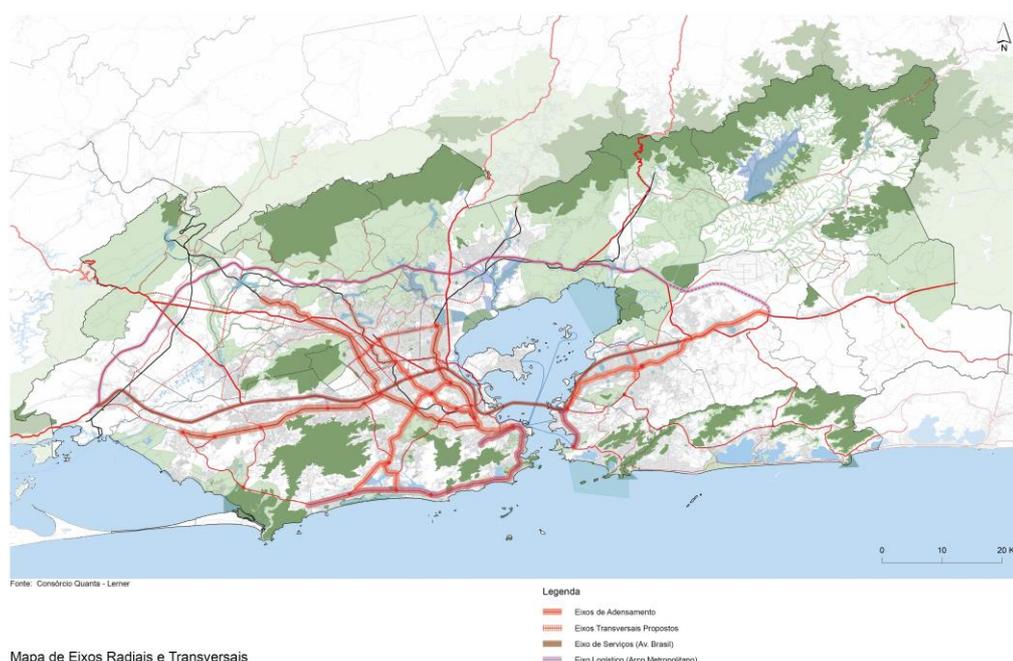
Desaconselha-se a extensão do **Arco Metropolitano até o futuro Porto de Jaconé**, com localização prevista no município de Maricá, se esse vier a ser implantado. Apesar de ser polêmico, o projeto do porto já foi licenciado pelo INEA e o Plano Metropolitano deve prever a hipótese de sua implantação, definindo estratégias alternativas para a região se isso vier a ocorrer. Nesse caso, o PDUI recomenda que o perfil do porto não traga demandas significativas relacionadas à acessibilidade – com a utilização de dutos, por exemplo – e que parte das ações compensatórias e mitigadoras esteja voltada para atenuar a pressão para a expansão urbana no município de Maricá.

Outro eixo que vem sendo considerado pelo PDUI/RMRJ é o denominado Pavuna – Arco Metropolitano, que conta com a cooperação técnica da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para desenvolvimento de um plano de requalificação urbana do entorno dos corredores de transporte estruturantes, e tem como escopo: (i) reestruturação do espaço urbano articulando novos conceitos de mobilidade e acessibilidade; (ii) avaliação da possibilidade de utilização parcial da faixa de domínio da ferrovia de carga (MRS), como eixo indutor do processo de desenvolvimento urbano regional; (iii) transformação e adequação das conexões, redes e interfaces urbanas no âmbito da área de intervenção e nas áreas limítrofes; (iv) criação e/ou reforço das centralidades urbanas; fomento às atividades imobiliárias (residencial e comercial); e (v) segregação da via férrea com eliminação das travessias em nível.

A seguir apresentamos o conjunto dos eixos existente e propostos (Mapa 17).

Mapa 17 - Eixos radiais e transversais propostos

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



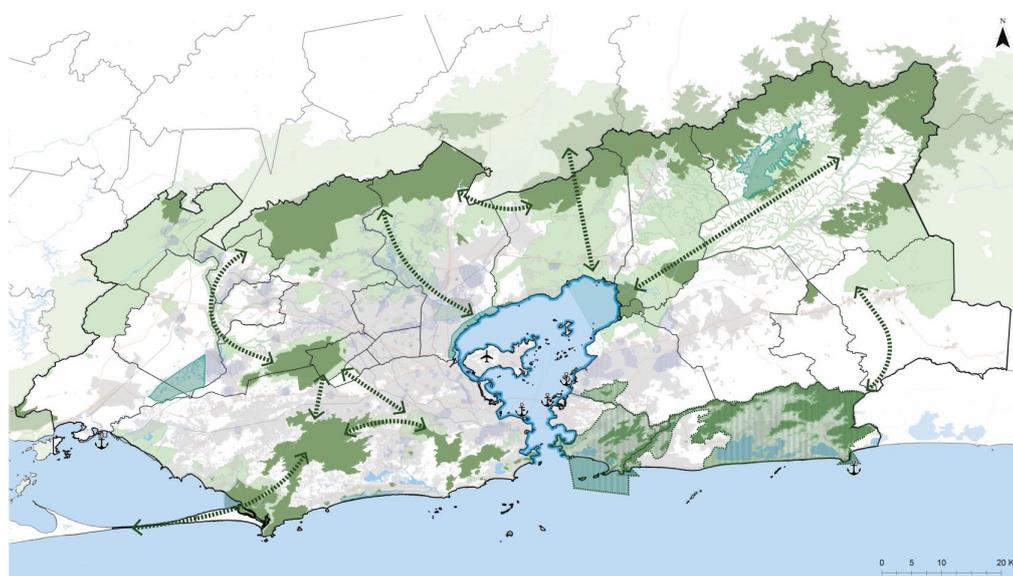
PATRIMÔNIO NATURAL

Em consonância com a limitação da mancha urbana, se faz necessário o reconhecimento dos conjuntos das áreas de proteção ambiental e defesa das áreas de fragilidade ambiental, particularmente aquelas sujeitas às inundações constantes, o que contribui para ampliar a capacidade de resiliência da metrópole.

As áreas de proteção ambiental são destacadas, o que é confirmado pelos desenhos dos mosaicos existentes – Carioca, Central Fluminense e do Mico Leão Dourado (ver Mapa 2) e pelas propostas da área ambiental que integrarão os PAPs. As conexões ambientais entre as áreas protegidas ambientalmente e a proposta de criação do Mosaico Leste Metropolitano são parte da Reconfiguração Espacial Metropolitana, que também valoriza e dá destaque para as paisagens culturais: as litorâneas, as da região de Magé e as das estações do transporte ferroviário.

Mapa 18 - Propostas Patrimônio Natural

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Propostas Patrimônio Natural



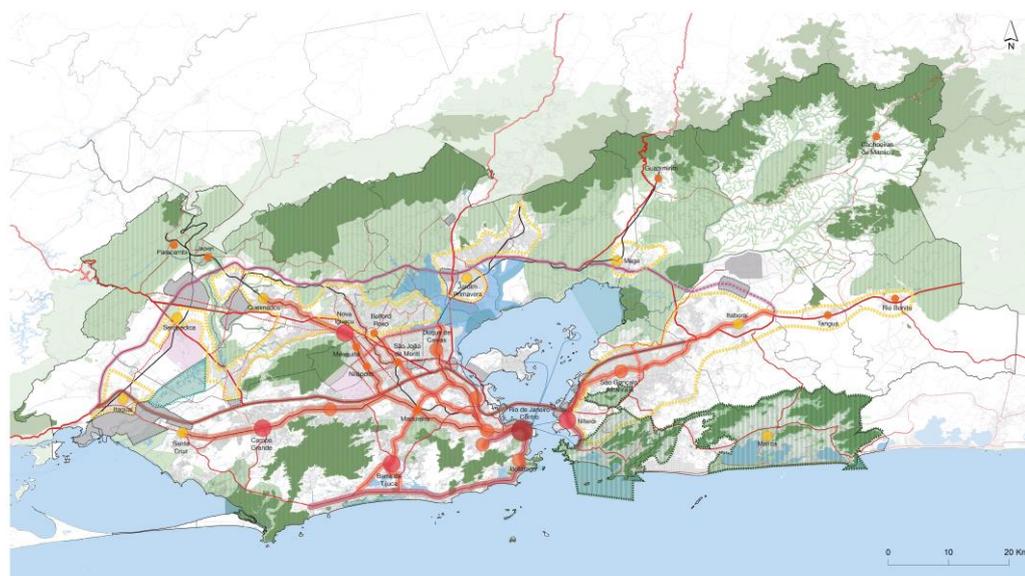
ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO

A sobreposição das informações relacionadas à rede de centralidades e a malha formada pelos eixos radiais e transversais oferece uma visão inicial para a formatação da estrutura proposta para o território metropolitano. Outra orientação incluída no mapa de estruturação do território (Mapa 19) está relacionada à contenção do espraiamento urbano, sendo proposto um perímetro indicativo da mancha urbana, no qual se propõe a consolidação progressiva das áreas urbanizadas internas e a contenção à ocupação urbana nas áreas externas ao perímetro.

O traçado desse perímetro indicativo deverá ser ajustado durante o processo de discussão com os municípios que compõem a região metropolitana, no processo de revisão de Planos Diretores Municipais. A proposta do PDUI/RMRJ para o perímetro da área urbana é apresentada no bojo do Macrozoneamento Metropolitano (MZM).

Mapa 19 - Estruturação do território metropolitano

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

Contenção do Espalhamento Urbano	Áreas de Recuperação Ambiental	Eixos Rodoviários
Uso Industrial e de Logística	Eixos de Adensamento	Eixos Ferroviários
Áreas Institucionais	Eixos de Adensamento Propostos	Centralidade Nível 01
Unidades de Conservação de Uso Integral	Eixo de Serviços (Av. Brasil)	Centralidade Nível 02
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	Eixo de Logística (Arco Metropolitano)	Centralidade Nível 03
		Centralidade Nível 04

Mapa de Estruturação do Território

5.2. MACROZONEAMENTO METROPOLITANO (MZM)

O debate e a elaboração do **Macrozoneamento Metropolitano (MZM)** tiveram por base o conjunto de informações construído nas etapas anteriores do Plano (Diagnóstico, Visão de Futuro e Cenários), incluindo a definição das **Macrorregiões de Planejamento (MDP)**, como principal ferramenta para a espacialização das propostas no território, e a versão preliminar do **Zoneamento Metropolitano (ZM)**, apresentada nos relatórios intermediários desta fase de Consolidação dos PAPs (P13 – Programa de Ações Prioritárias e P14 – Relatório de Propostas Detalhadas).

As **Macrorregiões de Planejamento** definem territórios de planejamento, a partir de características de grandes áreas regionais, considerando estudos de diagnóstico e norteadas pelos Objetivos Metropolitanos, que representam as referências de Visão de Futuro do PDU. Já o **Macrozoneamento Metropolitano** consolida a proposta de ordenamento do território metropolitano que deverá ser posteriormente debatida e consensuada na Governança Metropolitana com os municípios integrantes da RMRJ, de modo a ser debatido nos Planos Diretores Municipais.

O MZM identifica os principais propósitos metropolitanos no que se refere à proteção ambiental, à ocupação urbana, ao uso rural e ao interesse econômico. A definição de diferentes macrozonas visa pactuar o padrão de uso e ocupação do solo para toda a Região Metropolitana, a partir de uma visão de conjunto do território e deverá condicionar a revisão dos Planos Diretores Municipais.

Os principais objetivos do Macrozoneamento Metropolitano são a identificação e a caracterização das áreas com propósitos comuns da região metropolitana, de acordo com sua função predominante proposta no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sendo assim, o Macrozoneamento Metropolitano aqui proposto é composto por:

- Macrozona de Preservação (MPR)
- Macrozona de Consolidação (MCO)
- Macrozona de Qualificação (MQU)
- Macrozona Agroecológica e de Contenção (MAC)
- Macrozona de Atividade Econômica (MAE)

A Macrozona de Preservação está delimitada de acordo com os instrumentos legais de criação das diversas Unidades de Conservação (UCs) que a compõem. As demais estão indicadas de forma preliminar, e seu detalhamento e formato final deverão ser construídos e pactuados em parceria com as Prefeituras Municipais, demais órgãos públicos e entidades da sociedade envolvidas com o tema.

MACROZONA DE PRESERVAÇÃO (MPR)

Caracterizada pelo conjunto das áreas de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são áreas de grande valor ambiental a serem integralmente protegidas. Nestas UCs serão permitidos os usos indicados na legislação do setor e nos respectivos Planos de Manejo.

Nas unidades de conservação em que for permitida a visitação pública, o ecoturismo poderá ser uma estratégia para a preservação e fonte de receita sustentável. A organização e definição das atrações, bem como o fortalecimento da gestão do ecoturismo, é essencial para que estes espaços possam receber turistas de forma sustentável.

O PDUI propõe a formação de pequenos reservatórios para a captação de água na Serra do Mar, cuja localização depende de estudos específicos ainda a serem realizados. Apesar de não ser provável que essa localização venha a ocorrer na Macrozona de Preservação, caberá avaliar, se isso vier a acontecer, da permissividade e condições em que esses reservatórios possam ser implantados nessa Macrozona.

MACROZONA DE CONSOLIDAÇÃO (MCO)

A Macrozona de Consolidação é aquela composta pelas áreas mais adensadas do ponto de vista habitacional e/ou com maior concentração de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, que já alcançou um grau básico de urbanização, mas ainda requer qualificação urbanística em algumas regiões, com especial atenção aos aglomerados subnormais. Nela pretende-se estimular a ocupação integral do território, ampliando a urbanização existente e as oportunidades de emprego por meio de:

- Melhoria da qualidade dos espaços públicos e do meio ambiente;
- Estímulo às atividades de comércio e serviços;
- Preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico, paisagístico e cultural;
- Reorganização da infraestrutura e serviços urbanos e do transporte coletivo;
- Regularização fundiária e urbanística dos assentamentos irregulares e favelas;
- Estímulo à ocupação das áreas ociosas como forma de dar melhor aproveitamento à infraestrutura existente e equilibrar a relação entre oferta de empregos e moradia.

A densidade habitacional predominante para a Macrozona de Consolidação pode preferencialmente variar de média-baixa densidade (60-160 hab/ha) a alta densidade (>480 hab/ha).

MACROZONA DE QUALIFICAÇÃO (MQU)

Caracteriza-se por apresentar infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos incompletos, podendo ainda haver deficiência de comércio e serviços. Nessa macrozona pretende-se estimular a ocupação qualificada do território, ampliando a urbanização existente e as oportunidades de emprego por meio de:

- Estímulo ao adensamento urbano de uso misto, especialmente junto às centralidades e ao longo dos eixos de adensamento metropolitanos;
- Estímulo à ocupação dos vazios urbanos existentes;
- Estímulo às atividades de comércio e serviços e outras atividades produtivas e terciárias não incômodas aproveitando-se as localizações privilegiadas junto aos eixos estruturadores propostos, aproximando locais de trabalho às áreas ocupadas por residências;
- Estímulo à produção imobiliária, especialmente para população de média e baixa renda;
- Regularização fundiária e urbanística dos assentamentos irregulares e favelas;
- Qualificação de aglomerados subnormais;
- Ampliação e consolidação da infraestrutura e dos serviços e equipamentos públicos;
- Ampliação e consolidação do transporte público;
- Promoção de atividades produtivas e terciárias não incômodas.

Nessa macrozona se concentra parte expressiva das propostas contidas nos Programas de Ações Prioritárias, os PAPs, com o propósito de buscar o equilíbrio da qualidade urbanística e do acesso aos serviços e equipamentos urbanos e às oportunidades de emprego e renda no território metropolitano.

A densidade predominante para a Macrozona de Qualificação pode variar de baixa densidade (<60 hab/ha) para média-baixa densidade (60-160 hab/ha). No detalhamento dessa macrozona poderá ser prevista a média densidade (160-480 hab/ha) em lugares específicos, como nas centralidades (nível 2, 3 e 4), ao longo dos eixos de adensamento e nos pontos nodais.

Muitas dessas áreas são alvo constantes de inundações e ações de drenagem são imprescindíveis para qualificar esses territórios. Nesse sentido, espaços livres podem ser utilizados como reservatórios de amortecimento, diminuindo os picos de vazão nos eventos extremos. Reservatórios de retenção e lagos permanentes aumentariam a infiltração, retirando parte da água do sistema (Figura 5.1.3.A).

A reorganização desses espaços livres pode permitir:

- O escoamento mais controlado de enchentes
- A introdução de parques fluviais para o lazer e atenuação do microclima
- O incremento da biodiversidade no ambiente construído
- O uso de caminhos verdes com fins de mobilidade e conexão de áreas fragmentadas
- A valorização imobiliária do entorno

Figura 5.2.1.A - Parques fluviais com uso múltiplo

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



MACROZONA AGROECOLÓGICA E DE CONTENÇÃO (MAC)

Essa macrozona é predominantemente composta por áreas urbanas de baixíssima densidade, por áreas rurais, por áreas de transição junto a unidades de conservação ambiental, e por outras áreas onde se pretende desestimular e até mesmo restringir a ocupação urbana. As áreas rurais terão uso predominante voltado às atividades relacionadas com a produção rural, tais como agricultura, pecuária e silvicultura, e a atividades complementares, como o turismo rural e a agroindústria. A densidade predominante para a Macrozona Agroecológica e de Contenção é de baixa densidade (<60 hab/ha).

O fortalecimento das atividades rurais e da produção de alimentos para a região metropolitana na Macrozona Agroecológica e de Contenção resultará em uma nova dinâmica econômica para esta vasta porção do território metropolitano. Para tanto é fundamental o estímulo à criação de associações ou cooperativas de produtores rurais, a implantação de pequenas e médias agroindústrias e a criação de canais de comercialização, bem como promover a criação de selo de procedência, como proposto no PAP Metrópole Inteligente, de forma a valorizar os produtos e garantir a fixação dos produtores locais, o que estimulará a proteção do território.

Parte das áreas dessa macrozona é constituída por APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e outras unidades de conservação ambiental que preveem a proteção sustentável. São áreas passíveis dos usos e ocupações previstos nos planos de manejo, que geralmente consistem em atividades de baixo impacto ambiental e ocupações urbanas de baixa densidade, respeitadas todas as restrições ambientais existentes.

Importante destacar que algumas dessas áreas encontram-se parcialmente ocupadas por assentamentos irregulares e favelas, muitas das quais localizadas em áreas de risco geotécnico ou de inundação, de modo que os processos de regularização fundiária e urbanística, respeitando as legislações vigentes, deverão ser estimulados pela Governança Metropolitana.

Nas áreas já urbanizadas, como nas cidades e outras centralidades existentes, deve-se buscar a harmonização entre os usos urbanos e as funções rurais e ambientais.

MACROZONA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (MAE)

As Macrozonas de Atividades Econômicas caracterizam-se por apresentar predominantemente usos industriais e de serviços de médio e grande porte, instalações de logística e outras estruturas econômicas de maior vulto, que são reconhecidas como importantes para a Região Metropolitana.

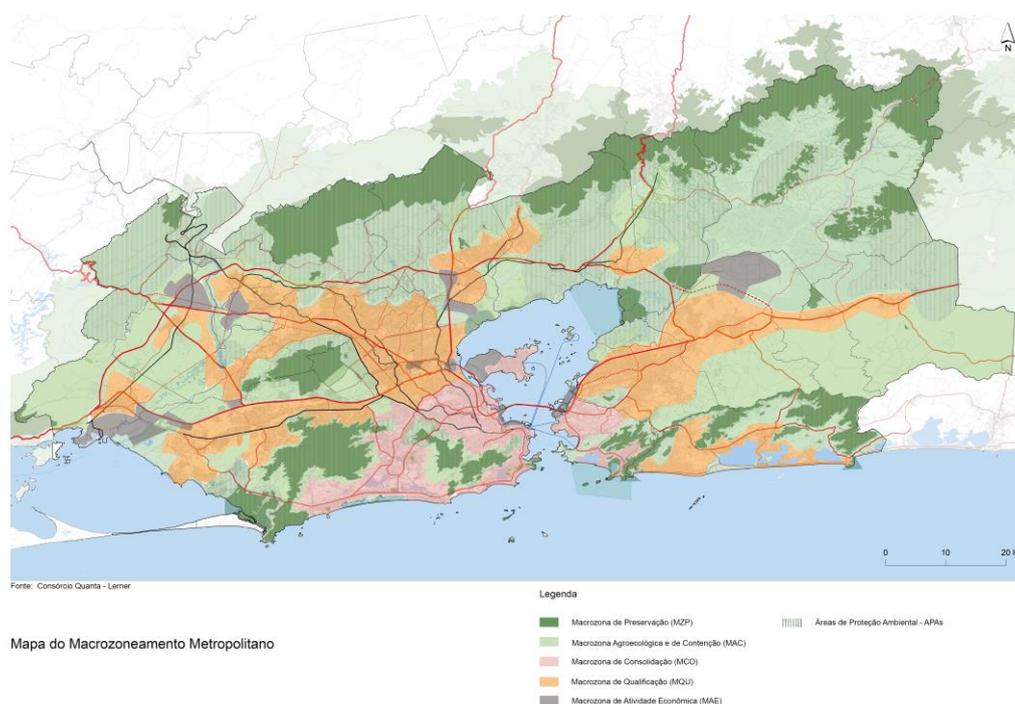
Essas macrozonas são compostas por áreas consolidadas ou em fase de consolidação econômica, bem como por áreas que apresentam potencial para a expansão de atividades industriais, de logística e retroportuárias identificadas na elaboração do Plano, tais como, entre outros:

- Itaguaí (complexo portuário e zona industrial);
- Seropédica, Japeri e Queimados (zona de interesse industrial, arco metropolitano, ramal ferroviário, distrito industrial e rodovia Presidente Dutra);
- Nova Iguaçu e Duque de Caxias (áreas industriais, arco metropolitano, arco ferroviário, rodovia Presidente Dutra e rodovia Washington Luiz); e
- Itaboraí (COMPERJ).

Ainda de acordo com o eixo da economia, um dos objetivos das macrozonas de atividades econômicas consiste em reduzir a dependência da Região Metropolitana em relação à cidade do Rio de Janeiro, ao aumentar a dinâmica econômica em novas áreas.

Mapa 20 – Macrozoneamento Metropolitano (MZM)

Fonte: Consórcio Quanta – Lerner



5.3. ZONAS DE INTERESSE METROPOLITANO (ZIMs)

O Estatuto da Metrópole prevê, como um dos instrumentos a ser utilizado no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas, a criação de zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades. Nesse sentido, são propostas as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs), que compõem um grupo de diferentes zonas que consistem em territórios delimitados em que o interesse metropolitano prevalece sobre o local e se sobrepõem as demais macrozonas.

São entendidas como porções do território voltadas para a implementação de políticas públicas e/ou ações de interesse comum, podendo prever parâmetros de uso e ocupação do solo específicos conforme o interesse metropolitano. Para estas Zonas, como prevê a legislação em vigor, poderão ser aplicados instrumentos do Estatuto

das Cidades (Lei Federal 10257/2001), atendendo aos interesses metropolitanos e na forma interfederativa. Propõe-se a caracterização das ZIMs conforme o seu propósito:

- Zona de Interesse Metropolitano Ambiental (ZIM-A)
- Zona de Interesse Metropolitano Econômico (ZIM-E)
- Zona de Interesse Metropolitano Urbano (ZIM-U)

As ZIMs são áreas onde é importante que a decisão sobre o território sempre seja tomada por mais de um ente federativo, em especial por mais de um município. Por isso, elementos como áreas e eixos de conexão metropolitana são importantes, pois dar a eles o mesmo "tratamento urbanístico" de recuperação é de extrema relevância, garantindo a harmonização do território ao evitar a competição ou a ampliação das desigualdades.

Nesse sentido destacam-se os eixos de conexão metropolitana – como o Arco Metropolitano, a Avenida Brasil/Mário Covas e os Eixos de Adensamento Urbano – que se caracterizam por ter importância estrutural para a Região Metropolitana, apresentando propósitos específicos para ao seu entorno, considerando o seu papel e inserção na RMRJ, por meio da adoção de parâmetros diferenciados quanto ao uso e ocupação do solo em suas áreas lindeiras. De modo geral, esses eixos metropolitanos apresentam condições heterogêneas ao longo do seu percurso que precisarão ser observados por ocasião do seu detalhamento.

ZONAS DE INTERESSE METROPOLITANO AMBIENTAL (ZIM-A)

O patrimônio natural é uma presença constante na RMRJ e deve ser valorizado, contribuindo para a estruturação espacial do território metropolitano. Ao mar, baías e lagos somam-se as serras, os parques naturais, os rios, os reservatórios e as cavas resultantes da extração de areia, formando um conjunto que permeia o território metropolitano.

– ZIM-A 1: Cavas de Seropédica

Prevê a elaboração de um projeto específico para essa extensa área de cavas, resultante da extração de areia nos municípios de Itaguaí e Seropédica, visando conciliar a progressiva redução da extração mineral com o abastecimento de água, uso múltiplo e implantação de parque metropolitano, conciliando meio ambiente, lazer e habitação. A exemplo de regiões impactadas de forma semelhante em outras cidades, essa região poderá se constituir em um extenso parque metropolitano, junto à bacia do Rio Guandú, no qual a proteção ambiental convive com usos compartilhados e de baixo impacto ambiental.

Figuras 5.3.A e 5.3.B – Cavas de Seropédica

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– ZIM-A 2: Reservatório de Guapiaçu

Além do reservatório previsto para o abastecimento de água na porção leste da Região Metropolitana, essa Zona de Interesse Metropolitano prevê um projeto de desenvolvimento regional, com uso múltiplo nas áreas do entorno do reservatório, cujo perímetro final deverá ser definido em projeto específico, envolvendo a proteção ambiental, a produção rural e o turismo, entre outros.

Figura 5.3.C – Reservatório de Guapiaçu

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– **ZIM-A 3: Sistema Insular da Baía de Guanabara**

Nesta ZIM propõe-se investir na valorização, revitalização e proteção ambiental desse sistema insular, destacando-se a Ilha de Paquetá (patrimônio histórico e cultural), a Ilha de Brocoió, a Ilha do Sol e a Ilha do Governador (região de Tubiacanga e outros).

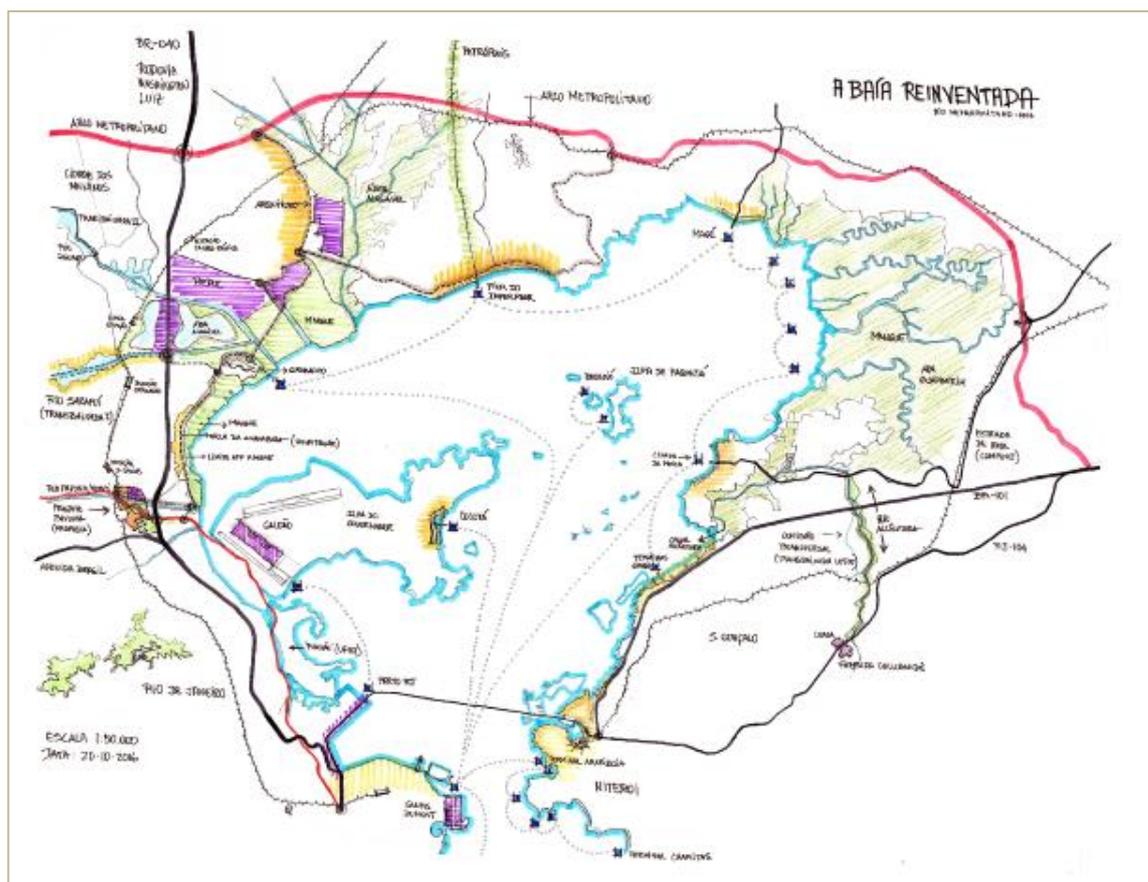
– **ZIM-A 4: Orla da Baía de Guanabara**

A Baía de Guanabara é considerada atributo natural e cultural fundamental, e deve ser valorizada como espaço de integração, associando desenvolvimento imobiliário controlado, espaços públicos, lazer, vida social e cultural bem como um enorme conjunto de atividades econômicas. Esta Zona de Interesse Metropolitano consiste em uma faixa com largura de 500m ao longo da orla da Baía de Guanabara, envolvendo os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, visando a implementação de ações relacionadas ao esgoto (tempo seco), saneamento básico, proteção ambiental, proteção das comunidades tradicionais, revitalização urbana da orla e estímulo ao turismo.

A valorização – ou reinvenção – da Baía de Guanabara tem como objetivo a “construção de uma frente” para a Baía. Nesse sentido, a criação e/ou valorização de cenários e ocupações urbanas na sua orla criariam um sentimento de pertencimento por parte da população. Para tanto contribuiriam ainda a criação de roteiros turísticos e de transporte, a permanência de populações e atividades econômicas tradicionais como os pescadores, a requalificação de antigas áreas e bairros, a restauração de patrimônios históricos, e a implantação de acupunturas – *waterfronts* e parques, entre outros (Figura 5.1.3.F).

Figura 5.3.D - A Baía Reinventada

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– **ZIM-A 5: Orla de Caxias**

Trecho da orla da Baía de Guanabara, situado entre a foz dos rios Pavuna e Sarapuí, onde o plano propõe a implantação de um projeto urbano de ocupação da orla mediante a realização de uma parceria público-privada. Essa proposta integra a proposta da Orla da Baía de Guanabara (ver ZIM-A 5), ao criar uma frente urbana planejada para a baía no município de Duque de Caxias, preservando a extensa faixa de manguezais existentes e com a previsão de espaços públicos e usos compartilhados junto à orla.

Figura 5.3.E - Frente para a Baía de Guanabara

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



- **ZIM-A 6: Parque do Gramacho**
Área do antigo lixão do Gramacho, com o objetivo de promover a implantação de um parque metropolitano junto à orla oeste da Baía de Guanabara.
- **ZIM-A 7: Parque de Itaoca**
Área do antigo lixão de Itaoca, com o objetivo de promover a implantação de um parque metropolitano próximo à orla leste da Baía de Guanabara.

ZONAS DE INTERESSE METROPOLITANO ECONÔMICO (ZIM-E)

- **ZIM-E 1: Arco Metropolitano**
O Arco Metropolitano (Eixo de Desenvolvimento 1) é um eixo de logística e elemento distribuidor e articulador de regiões metropolitanas e de usos e atividades econômicas – industrial, de logística ou serviços de maior porte. Composto por uma faixa com 800m de largura de cada lado da rodovia, e envolvendo os municípios de Itaguaí, Seropédica, Japeri, Queimados, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí, essa Zona de Interesse Metropolitano visa o estímulo às atividades industriais e de logística nos trechos apropriados para a implantação desses usos – como a implantação de atividades de logística e de apoio ao funcionamento do Porto de Sepetiba e do COMPERJ, a proteção ambiental nos trechos de maior fragilidade e a restrição ao uso habitacional.
- **ZIM-E 2: Avenida Brasil / Rodovia Mário Covas: serviços e atividades industriais e de logística**
Caracterizado como o Eixo de Desenvolvimento 2, é composto por uma faixa com 500m de largura de cada lado, e envolvendo os municípios de Itaguaí, Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, essa ZIM prevê o planejamento compartilhado dos diversos usos que poderão existir ao longo do seu percurso.
A Avenida Brasil é um eixo de serviços, logística e indústrias de caráter metropolitano, responsável pelo maior fluxo viário da cidade, em função do transporte de mercadorias e pelo deslocamento diário de passageiros, por meio de automóveis e de ônibus convencionais, transportando habitantes da Baixada Fluminense, da Zona Norte e da Zona Oeste que se dirigem ao Centro Metropolitano.

Nesse Eixo de Desenvolvimento está sendo implantado um sistema de transporte coletivo de média capacidade, o BRT TransBrasil, que parte do Centro do Rio de Janeiro e se estende até a região de Marechal Deodoro, o que deverá corroborar para uma alteração no perfil desse trecho da via, ressaltando-se aspectos relativos à transformação de usos das áreas lindeiras.

Na Avenida Brasil, além dos usos mencionados – serviços, logística e indústrias – poderá vir a ser estimulada a ocupação urbana de áreas lindeiras por meio de edificações de uso misto, com habitação, comércio e serviços de pequeno porte, bem como e a implantação de equipamentos sociais, levando-se em conta as diferentes características de uso e ocupação existentes nos diversos trechos da Avenida.

O Eixo de Desenvolvimento 2 se prolonga no lado leste da Região Metropolitana, se estendendo a partir da Ponte Rio-Niterói, na direção do município de Itaboraí, um trecho urbano que recebe a denominação de Rodovia Mário Covas. Nesse trecho, o Eixo Metropolitano de Desenvolvimento 2 deverá apoiar a implantação de serviços, logística, indústrias e equipamentos públicos, respeitadas as condicionantes ambientais. No seu outro extremo o eixo se prolonga até o Arco Metropolitano, no município de Itaguaí.

– **ZIM-E 3: Zona de Interesse Econômico Itaguaí/Santa Cruz**

Envolve os municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí e prevê o planejamento compartilhado das atividades portuárias, industriais e de logística existentes.

– **ZIM-E 4: Zona de Interesse Econômico Seropédica**

Composto por uma extensa área estrategicamente localizada na região onde se cruzam o Arco Metropolitano, a Rodovia Presidente Dutra e a ferrovia. Nela se prevê o estímulo a atividades retroportuárias, industriais, de serviços de grande porte e de logística.

– **ZIM-E 5: Zona de Interesse Econômico Queimados**

Localizada ao longo da Rodovia Presidente Dutra e composto pelo distrito industrial de Queimados e áreas localizadas no seu entorno, prevê o estímulo à ampliação e consolidação das atividades industriais, de serviços de grande porte e de logística.

– **ZIM-E 6: Zona de Interesse Econômico Duque de Caxias**

Localizada ao longo do Arco Metropolitano e composto por áreas industriais do município de Duque de Caxias, prevê o estímulo à ampliação e consolidação das atividades industriais, de serviços de grande porte e de logística.

– **ZIM-E 7: Zona de Interesse Econômico Itaboraí**

Localizado ao longo do traçado alternativo proposto para o Arco Metropolitano no município de Itaboraí, junto à área do COMPERJ, prevê o estímulo à ampliação e consolidação das atividades industriais, de serviços de grande porte e de logística.

ZONAS DE INTERESSE METROPOLITANO URBANO (ZIM-U)

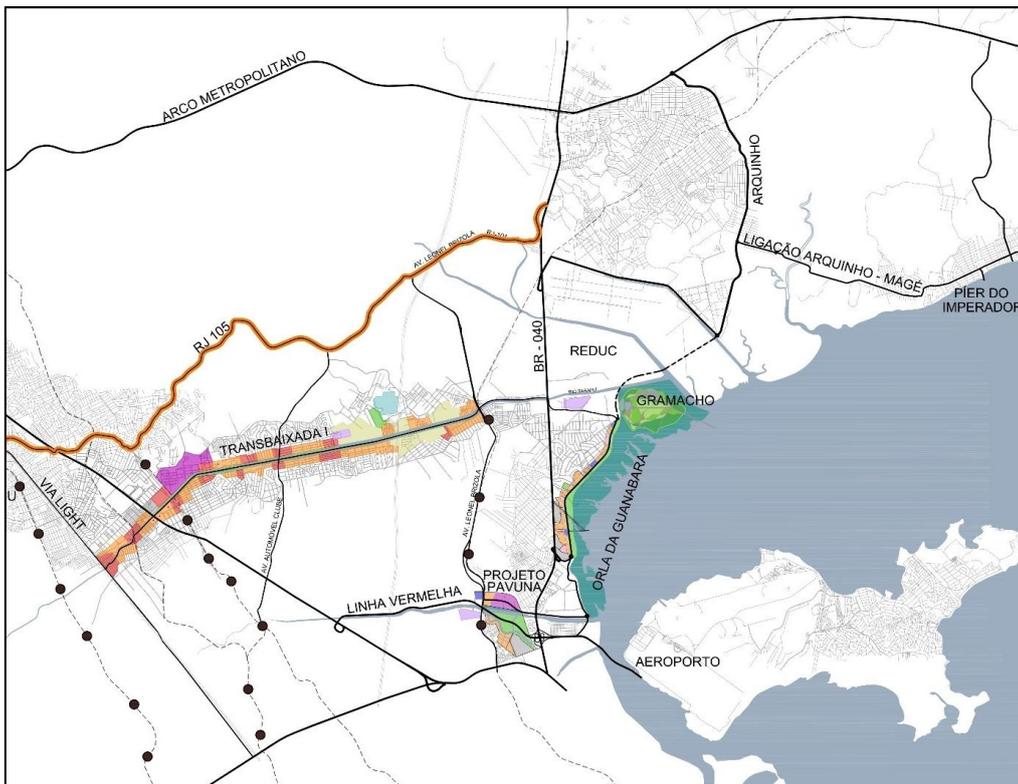
– **ZIM-U 1: Interbaixada 1**

Composto pelo eixo urbano proposto ao longo do rio Sarapuí e sua área de influência, e envolvendo os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo e São João do Meriti, essa ZIM prevê o planejamento e implementação compartilhada de ações relacionadas a macrodrenagem e saneamento, adensamento, transporte público, infraestrutura e equipamentos urbanos.

A Interbaixada 1 desenvolve-se da Estação Edson Passos (avenidas Presidente Costa e Silva e Carmela Dutra) até a BR-040, estendendo-se até o Parque do Gramacho e fazendo conexão com a Orla de Caxias (ZIM-A 5).

Figura 5.3.H - Interbaixada 1

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– **ZIM-U 2: Eixo Transversal Alcântara**

Composto por áreas lindeiras ao rio Alcântara, essa ZIM prevê o planejamento e implementação do Eixo Transversal Alcântara, com intervenções relacionadas a macrodrenagem, sistema viário, transporte coletivo e criação de parque urbano linear. Ao longo do eixo poderá ser previsto, nos trechos mais adequados para tanto, o adensamento urbano de uso misto. Na sua extremidade norte o eixo Alcântara fará conexão com a orla da Baía de Guanabara, na região de Itaoca, e no extremo sul se estenderá até Colubandê.

Figura 5.3.I - Eixo transversal Alcântara

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– **ZIM-U 3: Eixos de adensamento**

Consistem nos Eixos de Adensamento Propostos no Macrozoneamento Metropolitano, compostos por faixas de 500m de cada lado desses eixos, e envolvem os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João do Meriti, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Essas ZIMs preveem o planejamento e implementação compartilhados de ações relacionadas ao adensamento com uso misto e estímulo à habitação multifamiliar ao longo dos eixos de mobilidade.

Os eixos de adensamento não são necessariamente iguais ou contínuos, podendo ter parâmetros de uso e ocupação do solo diferentes de eixo para eixo ou então ao longo do percurso de um mesmo eixo, de acordo com as condicionantes sociais, ambientais e de infraestrutura existentes.

Nas áreas apropriadas, localizadas ao longo dos eixos, a densidade predominante pode variar de média-baixa densidade (60-160 hab/ha) para média densidade (160-480 hab/ha). No detalhamento do macrozoneamento, onde os eixos de adensamento se encontrarem com centralidades e/ou pontos nodais, será definido um perímetro de maior abrangência para os mesmos e poderá ser prevista a ocupação com alta densidade (480-2.000 hab/ha) nas Centralidades de maior porte (nível 2 e 3).

– **ZIM-U 4: Eixo Santa Cruz – Itaguaí**

Consiste no fortalecimento da ligação entre Santa Cruz e Itaguaí, visando a futura implantação de um sistema de transporte de passageiros de maior capacidade mediante a complementação do eixo ferroviário.

– **ZIM-U 5: Gericinó**

Composto por um vazio urbano situado junto à Avenida Brasil, para o qual deverá ser elaborado um projeto específico. Essa área poderá conciliar funções urbanas e ambientais, considerando aspectos relacionados ao controle e mitigação de alagamentos, criação de áreas verdes e parques urbanos, ocupação urbana de uso misto de habitação, comércio e serviços de pequeno porte, entre outros.

– **ZIM-U 6: Cidade dos Meninos**

Composto por um vazio urbano situado junto ao Arco Metropolitano, para o qual deverá ser elaborado um projeto específico. Essa área deverá observar as restrições decorrentes dos passivos ambientais existentes, controle e mitigação de alagamentos com a criação de áreas e parque inundáveis, e ocupação urbana de uso misto de habitação, comércio e serviços de pequeno porte, entre outros.

– **ZIM-U 7: Estações ferroviárias**

Essas ZIMs são destinadas ao planejamento e implementação de ações relacionados à recuperação de estações ferroviárias e a requalificação urbana, o adensamento habitacional e a diversificação do uso no seu entorno, contribuindo para o fortalecimento de centralidades de diversos níveis.

Nesse sentido, deverá ser previsto o detalhamento para a requalificação do entorno das estações ferroviárias, considerando uma área de influência com raio de 800m a partir das mesmas, sugerindo-se como ponto de partida a realização de estudos para as estações de Nova Iguaçu (Ramal Japeri), Queimados (Ramal Japeri), Duque de Caxias (Ramal Sacaruna), Campo Grande (Ramal Santa Cruz) e Marechal Hermes (Ramal Deodoro-Santa Cruz).

Figuras 5.3.J, 5.3.K e 5.3.L - Caminhos do trem

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



– **ZIM-U 8: Pontos Nodais**

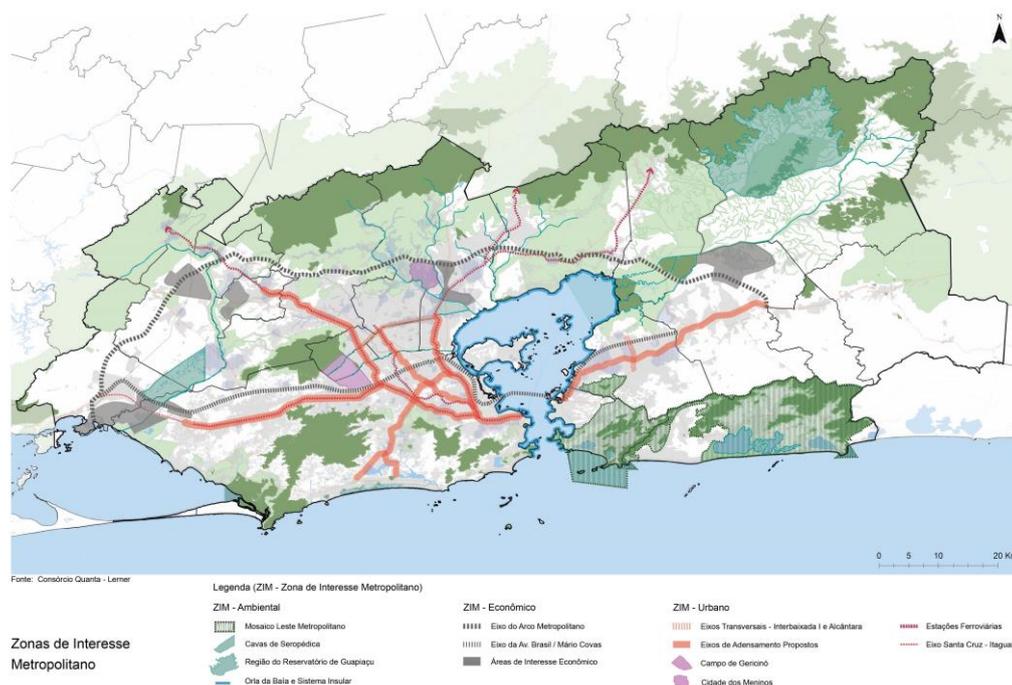
Essas ZIMs são destinadas ao planejamento e implementação de ações relacionadas ao fortalecimento e consolidação dos pontos de encontro entre os principais eixos de mobilidade. Nessas áreas deverão ser aplicados os princípios expostos para a reconfiguração espacial metropolitana, respeitadas as vocações e condicionantes existentes, onde: (i) se pressupõe a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas urbanas que já contam com infraestrutura, bem como prevê a qualificação dos espaços já urbanizados onde há carência de infraestrutura; (ii) se busca uma conformação urbana onde haja maior proximidade entre moradia, trabalho, transporte, serviços e lazer; (iii) se busca uma conformação urbana onde haja maior proximidade entre moradia, trabalho, transporte, serviços e lazer; e (iv) se respeita e valoriza a identidade e o patrimônio material e imaterial do lugar.

Os pontos nodais podem ser identificados em localidades já existentes, que serão reforçados pelas propostas do Plano e por políticas de infraestrutura e equipamentos comunitários, bem como em localidades a serem “criadas”, dependendo da importância de novos eixos de mobilidade e/ou adensamento propostos, o que exigirá uma política específica. Os pontos nodais que constituem Zonas de Interesse Metropolitano visam fortalecer e consolidar a estrutura metropolitana proposta, e devem prever o detalhamento para a requalificação do seu entorno, considerando uma área de influência com raio de 1.000m.

Propõe-se a consolidação de pontos nodais relacionados aos eixos transversais propostos, como no cruzamento do Eixo Transversal de Alcântara com a futura linha do Metrô 3 (**Alcântara**), e no cruzamento da Interbaixada 1 com os principais eixos de mobilidade existentes, como com a Rede Ferroviária e a Rodovia Leonel Brizola (**Gramacho**), nas proximidades da Estação Coelho da Rocha e Rua da Matriz (**Coelho da Rocha**), e junto à estação Edson Passos e avenidas Carmela Dutra e Presidente Costa e Silva, entre Mesquita e Nilópolis (**Edson Passos**). Outros pontos nodais mais evidentes são **Marechal Deodoro**, um ponto de encontro de vários modais de transporte, conta com terrenos públicos disponíveis, uma centralidade insipiente e possibilidade de instalar equipamentos públicos e empreendimentos comerciais; e **Manilha**, que é um entroncamento rodoviário importante, ainda tem alguns terrenos grandes, está passando por rápida transformação e vem assumindo funções urbanas.

Mapa 21 – Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs)

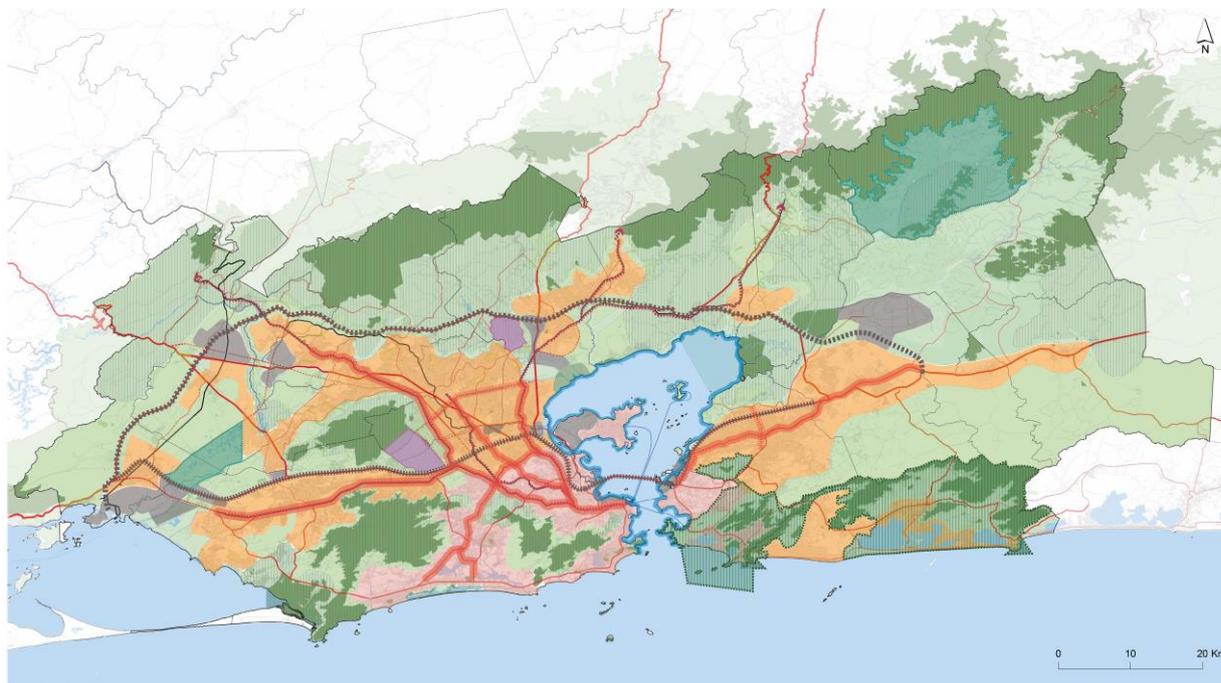
Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



O mapa a seguir (Mapa 23) apresenta a consolidação das Macrozonas e das Zonas de Interesse Metropolitano.

Mapa 22 – Consolidação das Macrozonas e Zonas de Interesse Metropolitano

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

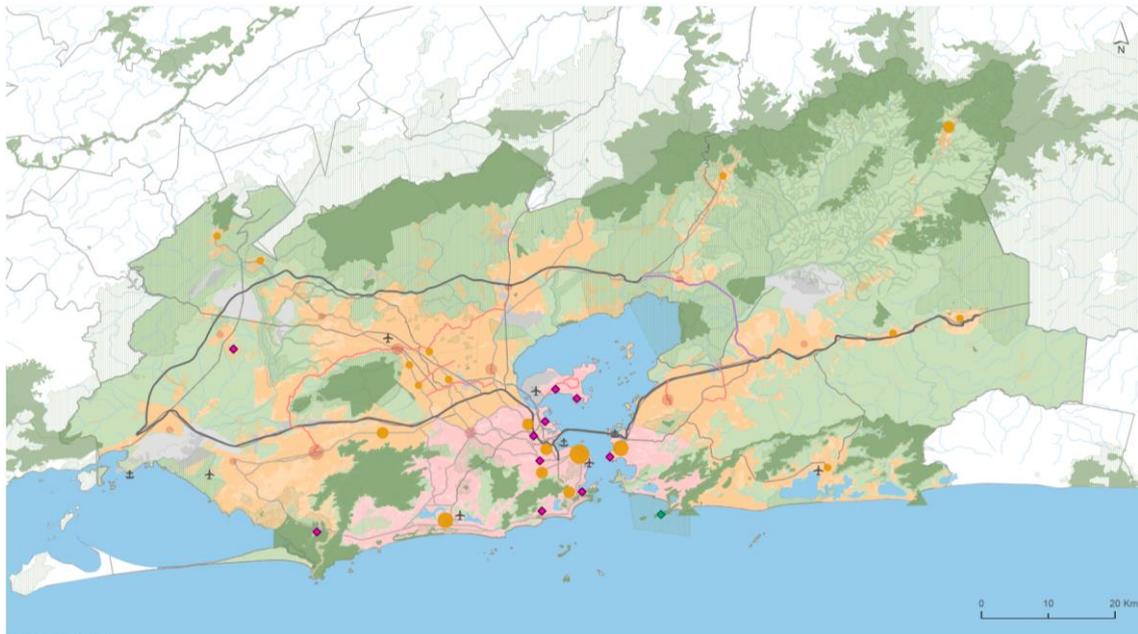
Legenda			
ZIM - Ambiental	ZIM - Econômico	ZIM - Urbano	Macrozonas
<ul style="list-style-type: none"> Mosaico Leste Metropolitano Cavas de Seropédica Região do Reservatório de Guapiá Orla da Baía e Sistema Insular 	<ul style="list-style-type: none"> Eixo do Arco Metropolitano Eixo da Av. Brasil / Mário Covas Áreas de Interesse Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Eixos Transversais - Interbaixada I e Alcântara Eixos de Adensamento Propostos Campo de Genicimó Cidade dos Meninos Estações Ferroviárias Eixo Santa Cruz - Itaguaí 	<ul style="list-style-type: none"> Macrozona de Preservação (MZP) Macrozona Agroecológica e de Contenção (MAC) Macrozona de Consolidação (MCO) Macrozona de Qualificação (MCU) Macrozona de Atividade Econômica (MAE)

5.4. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL EM FUNÇÃO DOS PAPS

A **Reconfiguração Espacial em Função dos PAPS** consolida todo o processo de reconfiguração espacial metropolitana proposto para o PDUI/RMRJ - REM e MZM – levando em consideração o cronograma das ações dos Programas de Ações Prioritárias, reconhecendo e destacando as atividades de implementação, previstas para os cenários de curto, médio e longo prazos, especialmente aquelas que têm uma implicação espacial direta, que se desdobra em marcas visíveis no território. Essa reconfiguração, apresentada nos mapas a seguir (24 a 26) depende diretamente da viabilização das ações, que dependem da estruturação da governança metropolitana e das ações voltadas à melhoria da gestão pública, previstas para o período de curto prazo.

Mapa 23 – Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Curto Prazo (2018-2020)

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

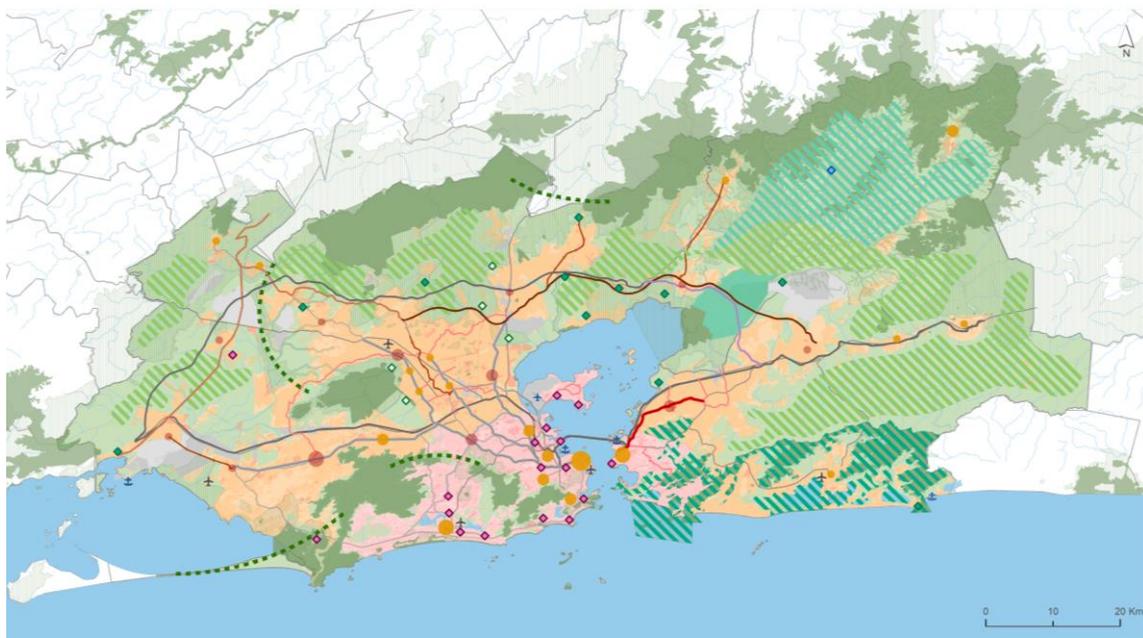
Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Curto Prazo

Legenda

- Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação
- Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável
- Área Urbana - Zona de Consolidação
- Área Urbana - Zona de Qualificação
- Áreas de Apoio Logístico / Caldeiras Produtivas
- Expansão de Áreas de Apoio Logístico / Caldeiras Produtivas
- ◆ Preservação de Patrimônio Natural e Cultural
- ✈ Aeroportos
- ✈ Portos
- ◆ Inovação Tecnológica / Estúdios para Setores de Manufatura Avançada
- Eixo de Logística - Área Metropolitana - existente
- Eixo de Serviço - Au. Brasil / Rod. Manoel Cavalcante
- Vias de Logística - Complementações Planejadas
- Eixos Transversais - BR/RS - Planejadas
- Centralidades
- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04
- Centralidades a Reforçar
- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03

Mapa 24 – Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Médio Prazo (2021-2028)

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

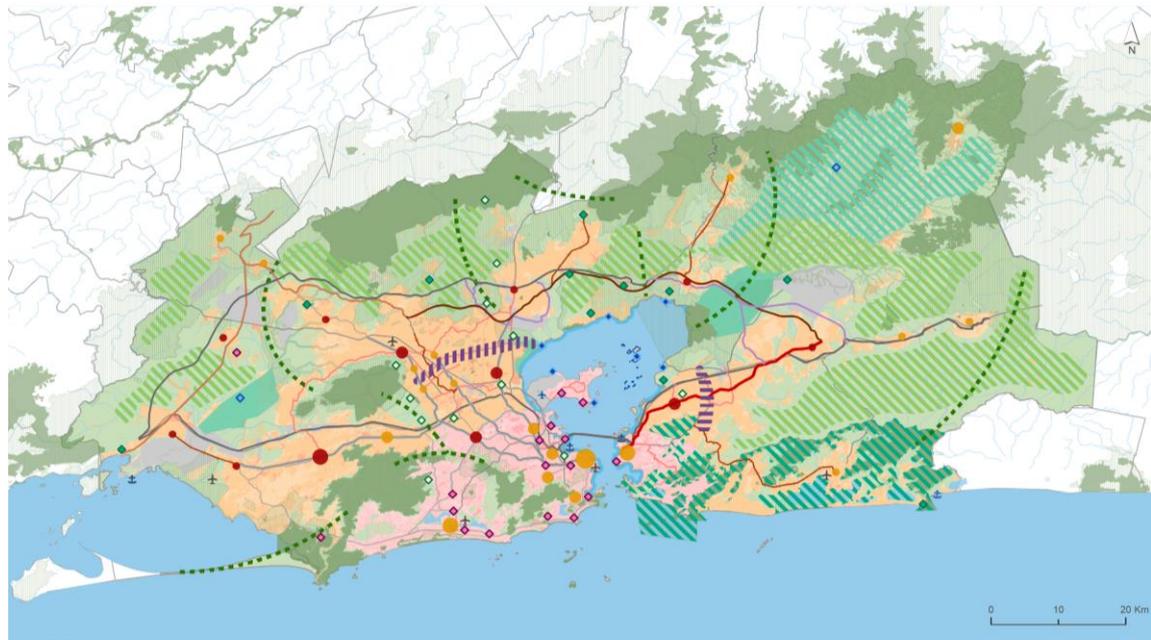
Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Médio Prazo

Legenda

- Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação
- Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável
- Área Urbana - Zona de Consolidação
- Área Urbana - Zona de Qualificação
- Áreas de Apoio Logístico / Caldeiras Produtivas
- Expansão de Áreas de Apoio Logístico / Caldeiras Produtivas
- Áreas de Recuperação Ambiental (Cuapemirim)
- Área Rural (Agronegócio)
- Área de Desenvolvimento Regional (Comarcas)
- Municípios Leste (região de Itaboraí, Maricá e São Gonçalo)
- ◆ Preservação de Patrimônio Natural e Cultural
- ✈ Aeroportos
- ✈ Aeroportos - Complementação de Infraestrutura
- ✈ Portos
- ✈ Portos - Complementação de Infraestrutura
- ◆ Terminal Ponta Negra
- ◆ Intervenções de Manejo Integrado
- ◆ Obras de Abastecimento de Água
- ◆ Controlador Tecnológico
- ◆ Aglomerados Suburbanos
- ◆ Eixos de Consolidação
- Eixo de Logística - Área Metropolitana - existente
- Eixo de Serviço - Au. Brasil / Rod. Manoel Cavalcante
- Vias de Logística - Complementações Planejadas
- Ferrovias de Carga - Existentes
- Eixos Ferroviários Existentes - Adensamento
- Eixo Transporte BRT - Adensamento
- Eixo de Metrô Planejados (Linha 3) - Adensamento
- Eixos Transversais - BR/RS/RS - Planejadas
- Eixos Ferroviários - Complementações Planejadas
- Centralidades
- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04
- Centralidades a Reforçar
- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03

Mapa 25 – Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Longo Prazo (2029-2040)

Fonte: Consórcio Quanta-Lerner



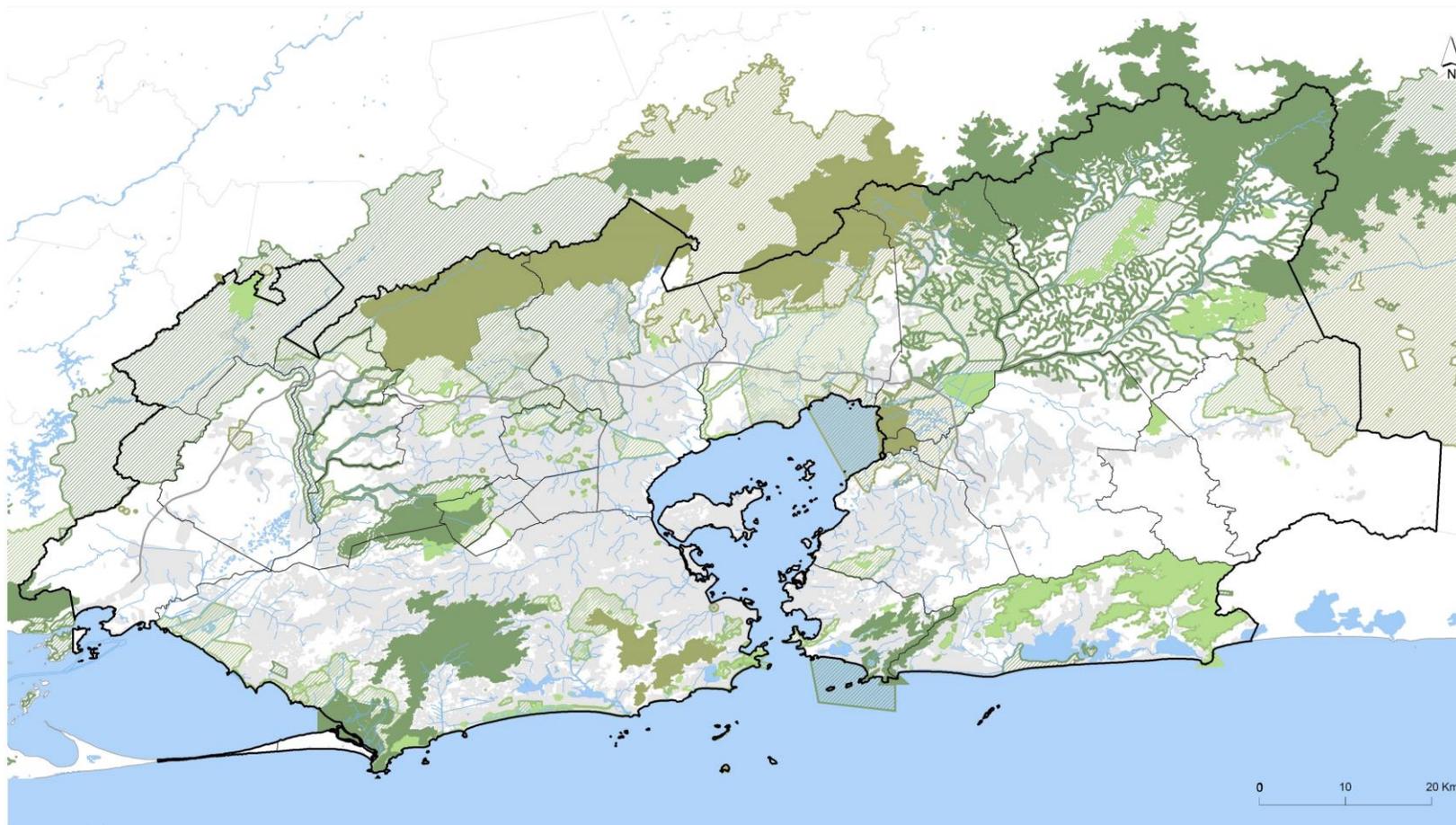
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Longo Prazo

Legenda

- | | | | |
|--|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ■ Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação ■ Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável ■ Área Urbana - Zona de Consolidação ■ Área Urbana - Zona de Qualificação ■ Área de Apoio Logístico / Centros Produtivos ■ Expansão de Área de Apoio Logístico / Centros Produtivos ■ Áreas de Recuperação Ambiental (Quapemim) ■ Área Rural (Agropecuária) ■ Área de Desenvolvimento Regional (Duapaja) ■ Mosaisco Verde (Projeto de Niterói, Maricá e São Gonçalo) | <ul style="list-style-type: none"> ● Preservação de Patrimônio Natural e Cultural ✚ Aeroportos ✚ Aeroportos - Complementação de Infraestrutura ⊙ Portos ⊙ Portos - Complementação de Infraestrutura ⊙ Terminal Porto Negro ⊙ Interseções de Massorotagem ⊙ Obras de Abastecimento de Água ⊙ Corredor Tecnológico ⊙ Aglomerações Suburbanas ⊙ Estão de Conectividade | <ul style="list-style-type: none"> — Eixo de Logística - Arco Metropoliano - existente — Eixo de Serviço - Ar. Brasil / Rod. Mario Covas — Arco Ferroviário - Projeto — Vale de Logística - Complementações Planejadas — Ferrovias de Carga - Existentes — Eixo Ferroviários Existentes - Adensamento — Eixo Transporte BRT - Adensamento — Eixo de Metrô Planejados (Linha 3) - Adensamento — Eixo Transversais - BRT/BRSA - Planejamento — Eixo Ferroviários - Complementações Planejadas | <ul style="list-style-type: none"> ● Centralidades ● Centralidade Nível 01 ● Centralidade Nível 02 ● Centralidade Nível 03 ● Centralidade Nível 04 ● Centralidades e Reforçar ● Centralidade Nível 01 ● Centralidade Nível 02 ● Centralidade Nível 03 |
|--|--|---|--|

Mapa 1 – Unidades de Conservação na RMRJ



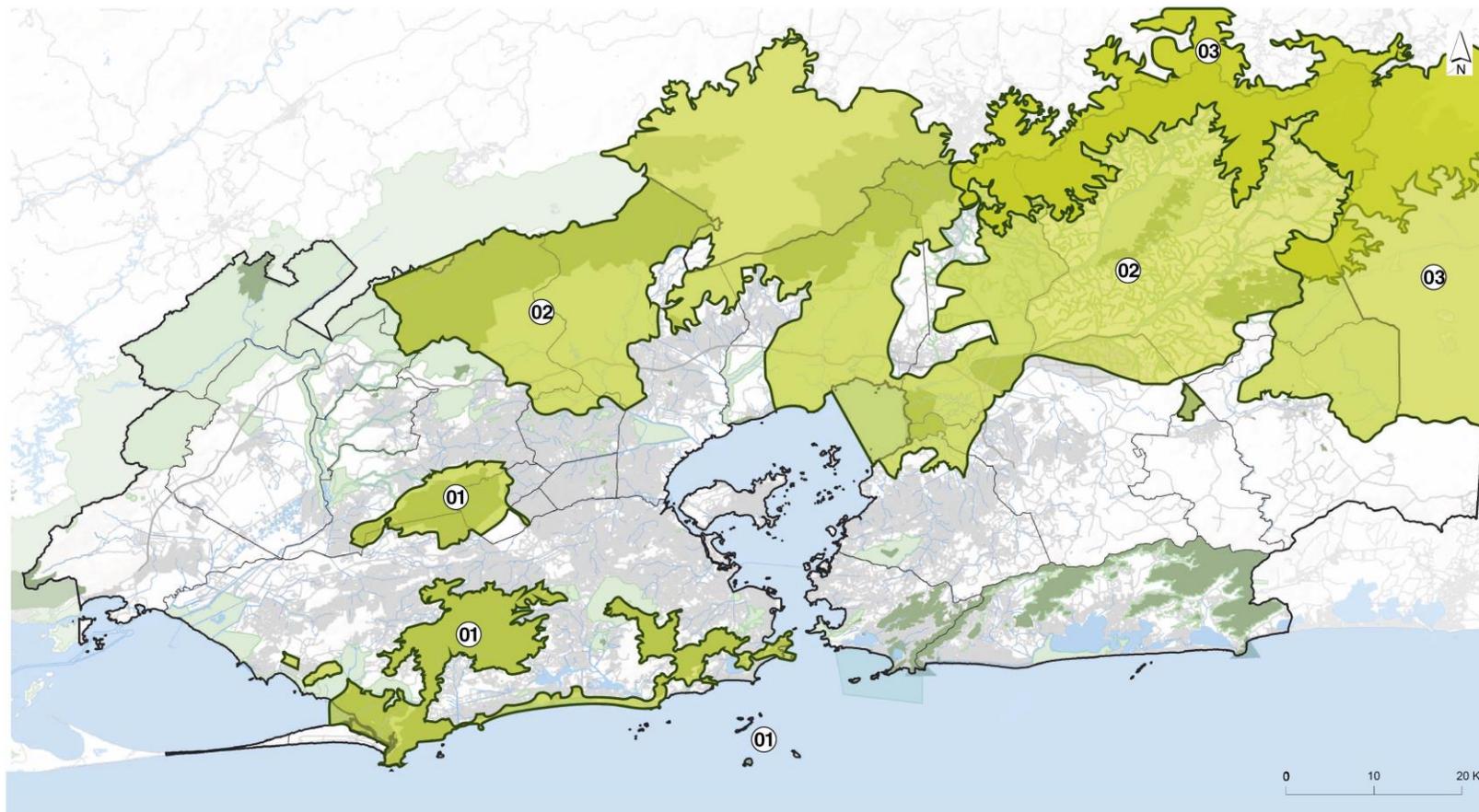
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- | | | | |
|---|---|---|--|
|  | Unidades de Conservação Federal de Proteção Integral |  | Unidades de Conservação Municipal de Proteção Integral |
|  | Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável |  | Unidades de Conservação Municipal de Uso Sustentável |
|  | Unidades de Conservação Estadual de Proteção Integral | | |
|  | Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável | | |

Mapa das Unidades de Conservação

Mapa 2 – Mosaicos Carioca, Central Fluminense e do Mico Leão Dourado



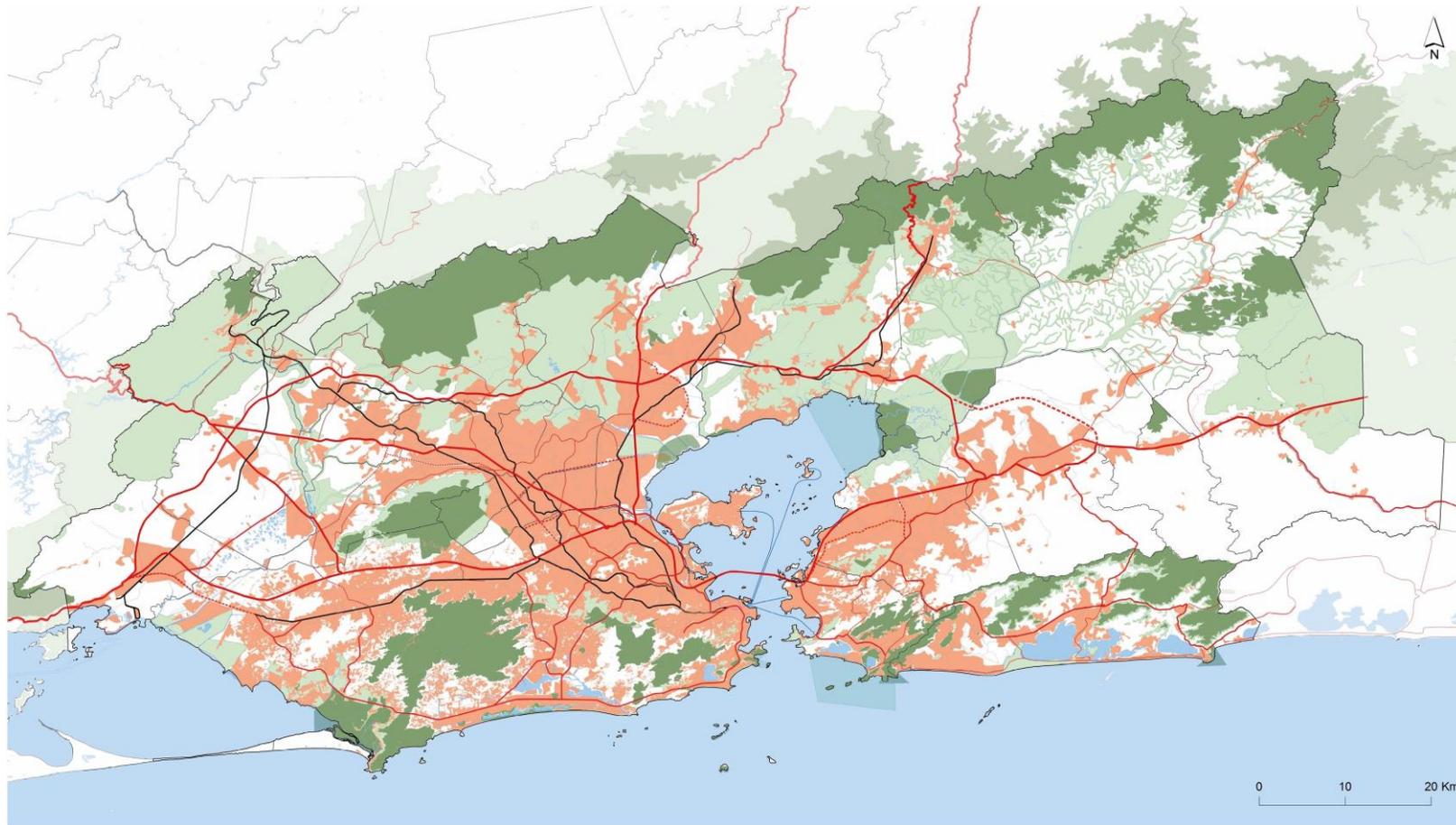
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- 01 Mosaico Carioca
- 02 Mosaico Central Fluminense
- 03 Mosaico Mico Leão Dourado

Mapa dos Mosaicos Ambientais

Mapa 3 - Ocupação Territorial



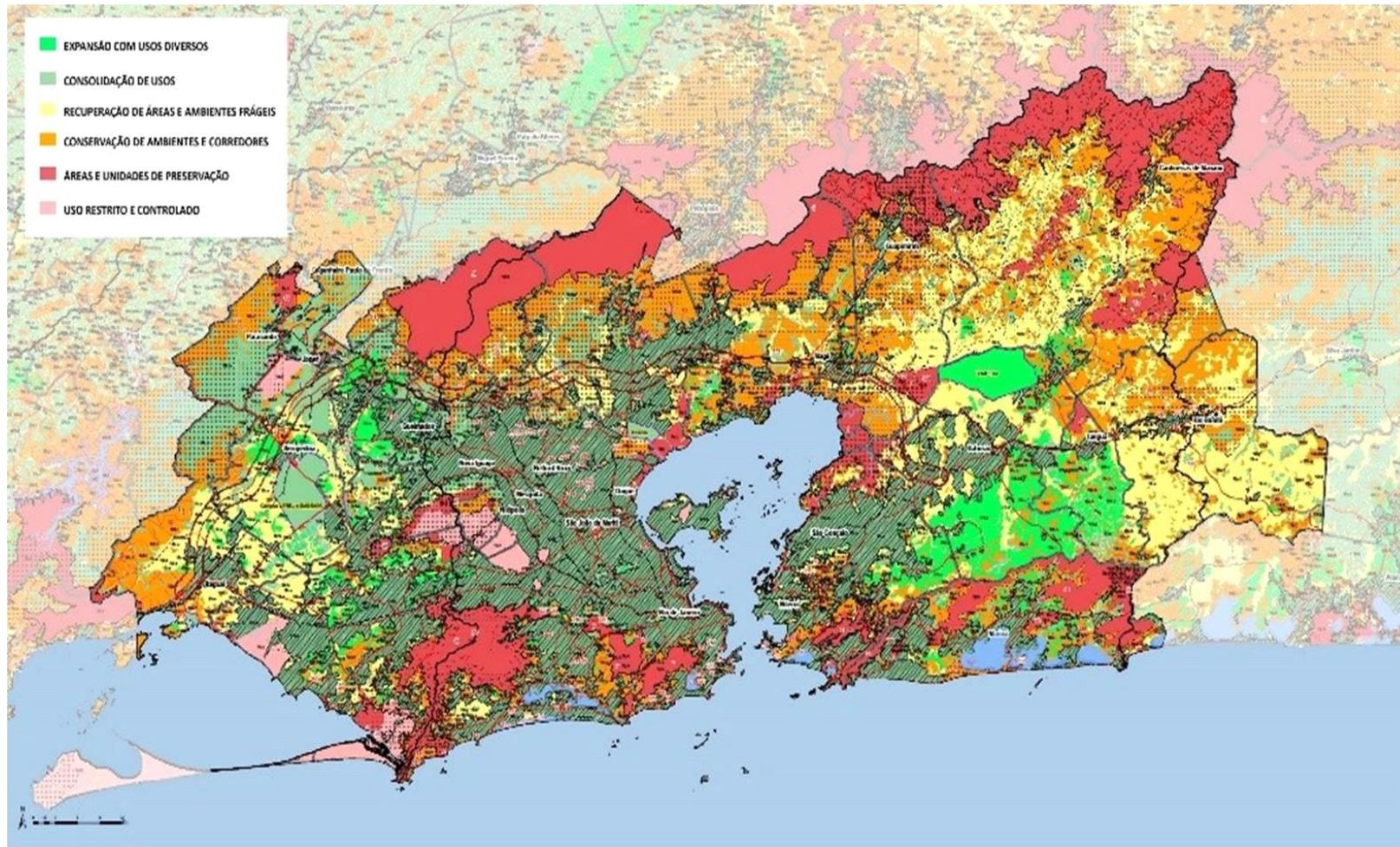
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- Ocupação Urbana
- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Mapa de Ocupação Territorial

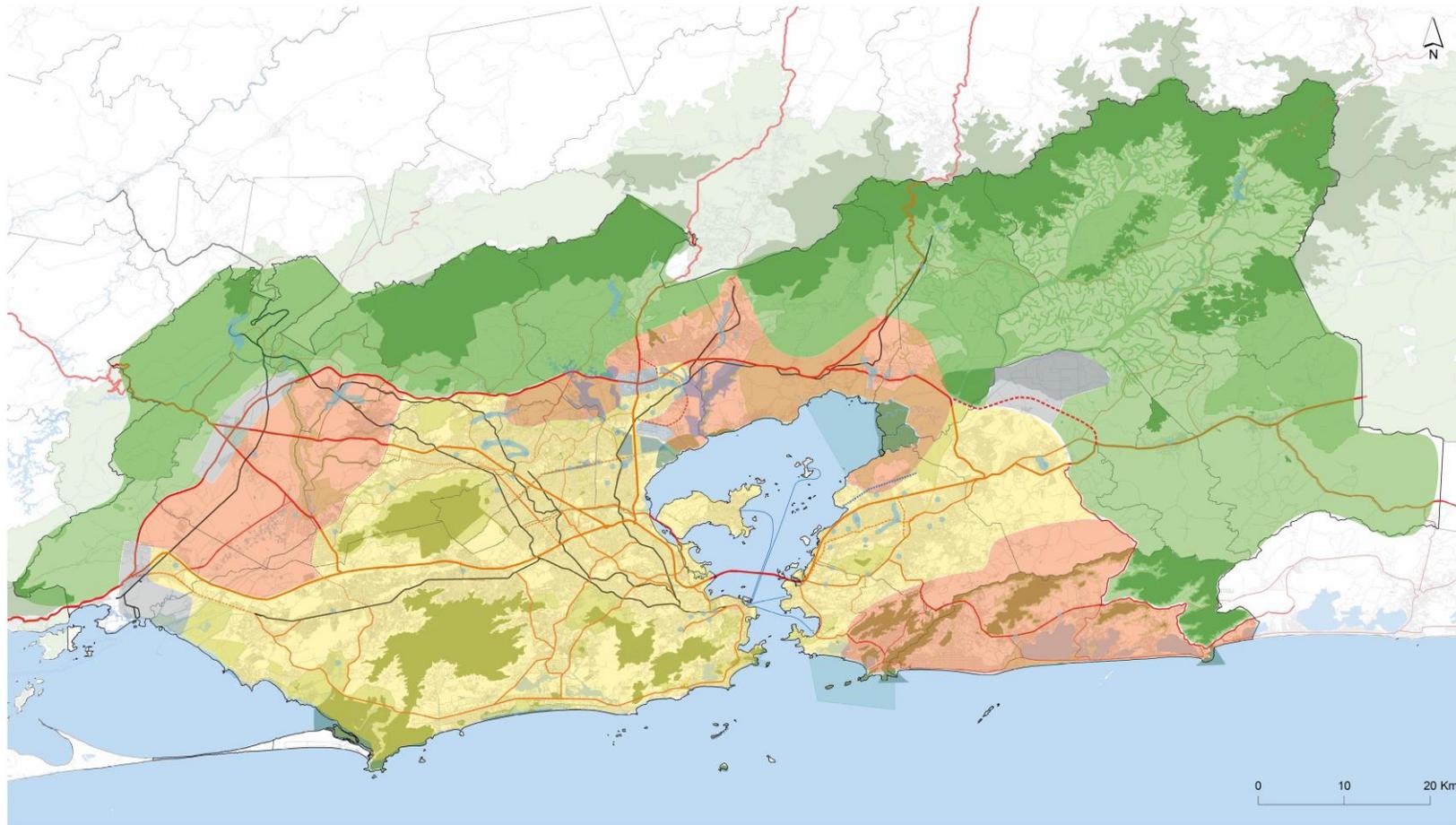
Mapa 4 – Zoneamento Ecológico Econômico



Fonte: INEA / SEA

Mapa de Zoneamento Ecológico Econômico

Mapa 5 – Usos Predominantes



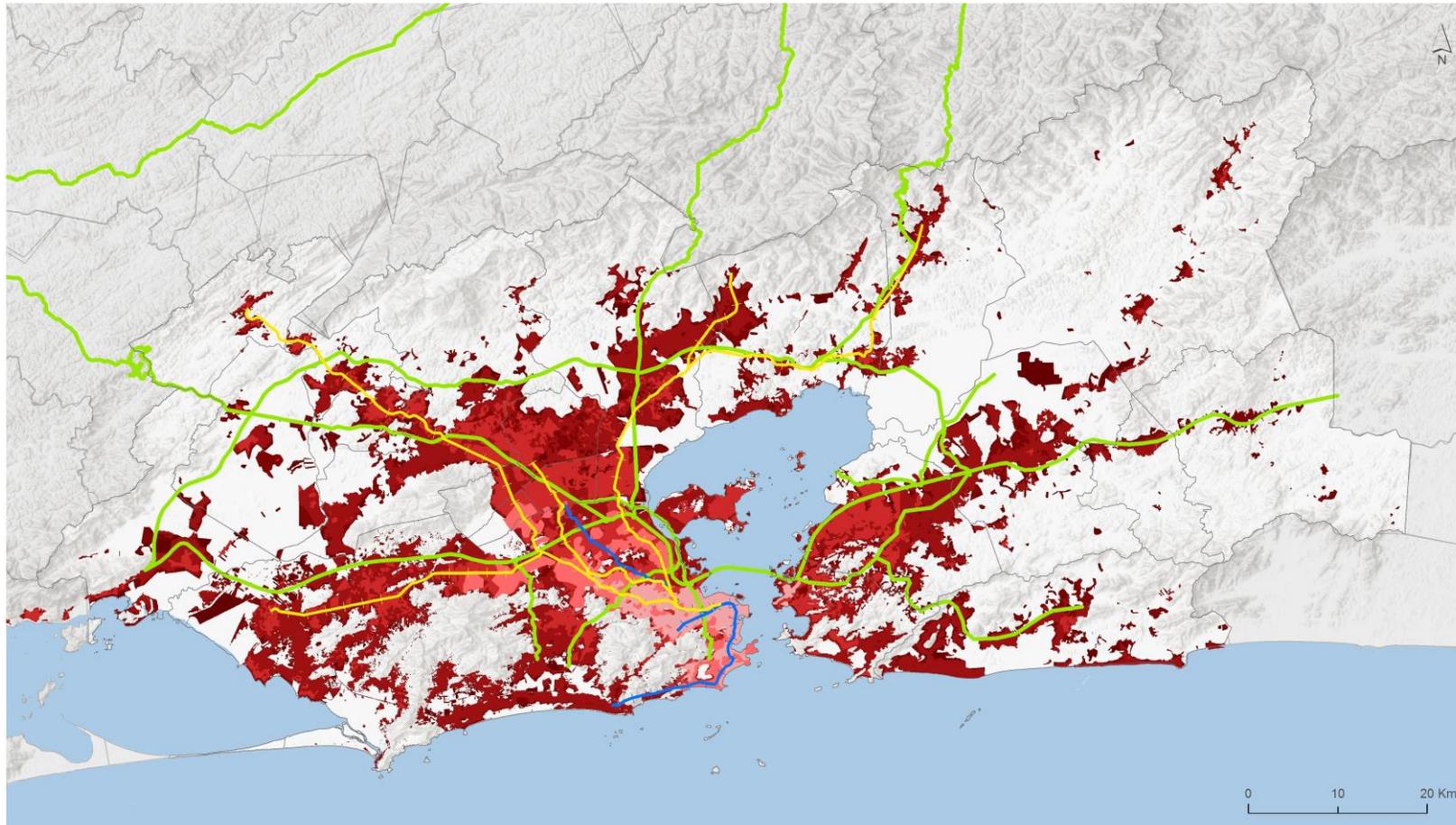
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- Urbano
- Urbano com Fragilidades Ambientais
- Industrial e Logística
- Rural
- Áreas Alagadiças

Mapa de Usos Predominantes

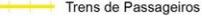
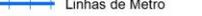
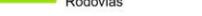
Mapa 6 – Evolução da Ocupação



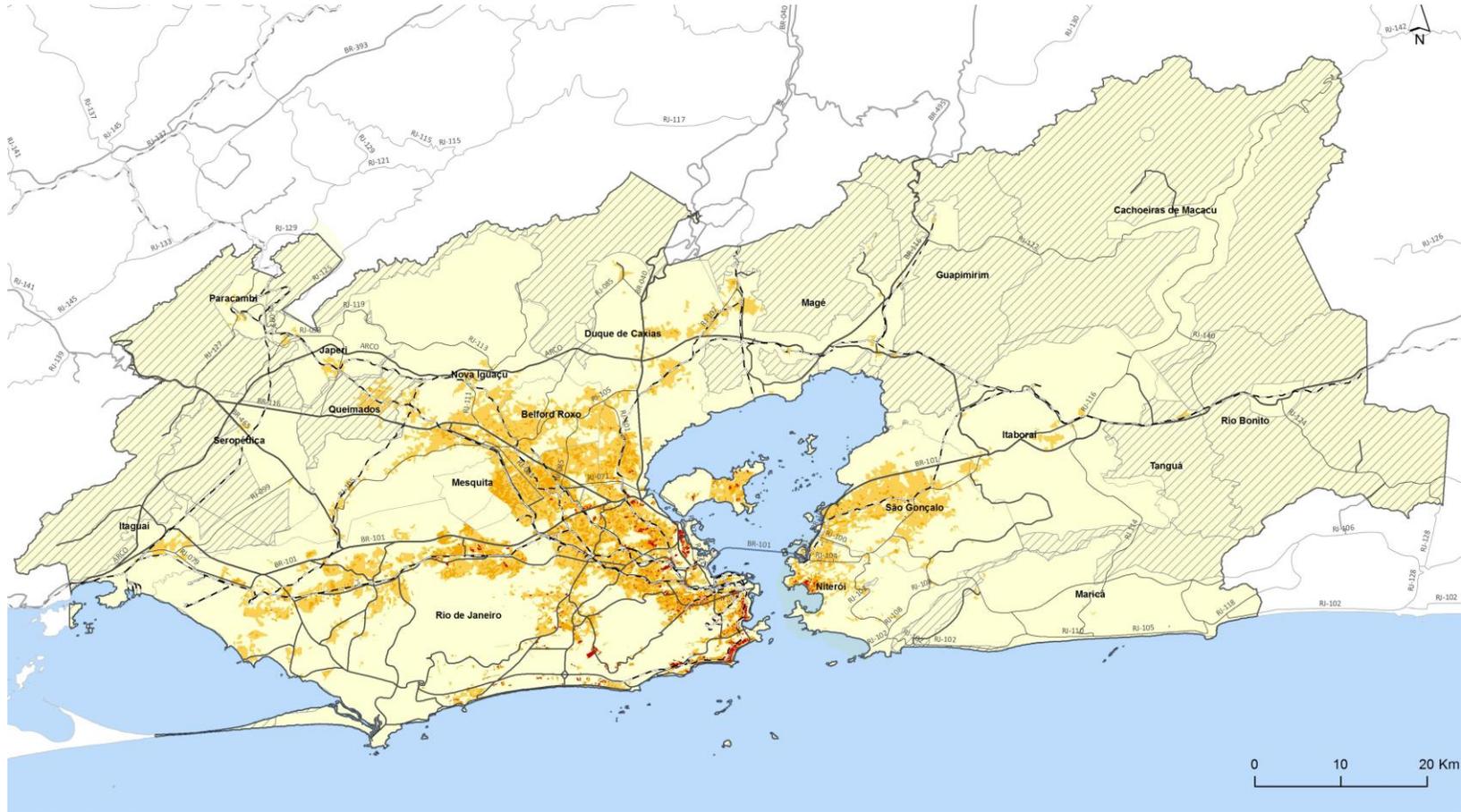
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner, com dados de: PDAM / DNIT /
Mancha de Ocupação Metropolitana da Câmara Metropolitana

Mapa de Evolução da Mancha de
Ocupação do Território Metropolitano

Legenda

- | | | | |
|---|----------------------------|---|----------------------|
|  | Mancha de Ocupação de 1888 |  | Trens de Passageiros |
|  | Mancha de Ocupação de 1930 |  | Linhas de Metro |
|  | Mancha de Ocupação de 1975 |  | Rodovias |
|  | Mancha de Ocupação de 1994 | | |
|  | Mancha de Ocupação de 2007 | | |
|  | Mancha de Ocupação de 2016 | | |

Mapa 7 – Densidade Urbana



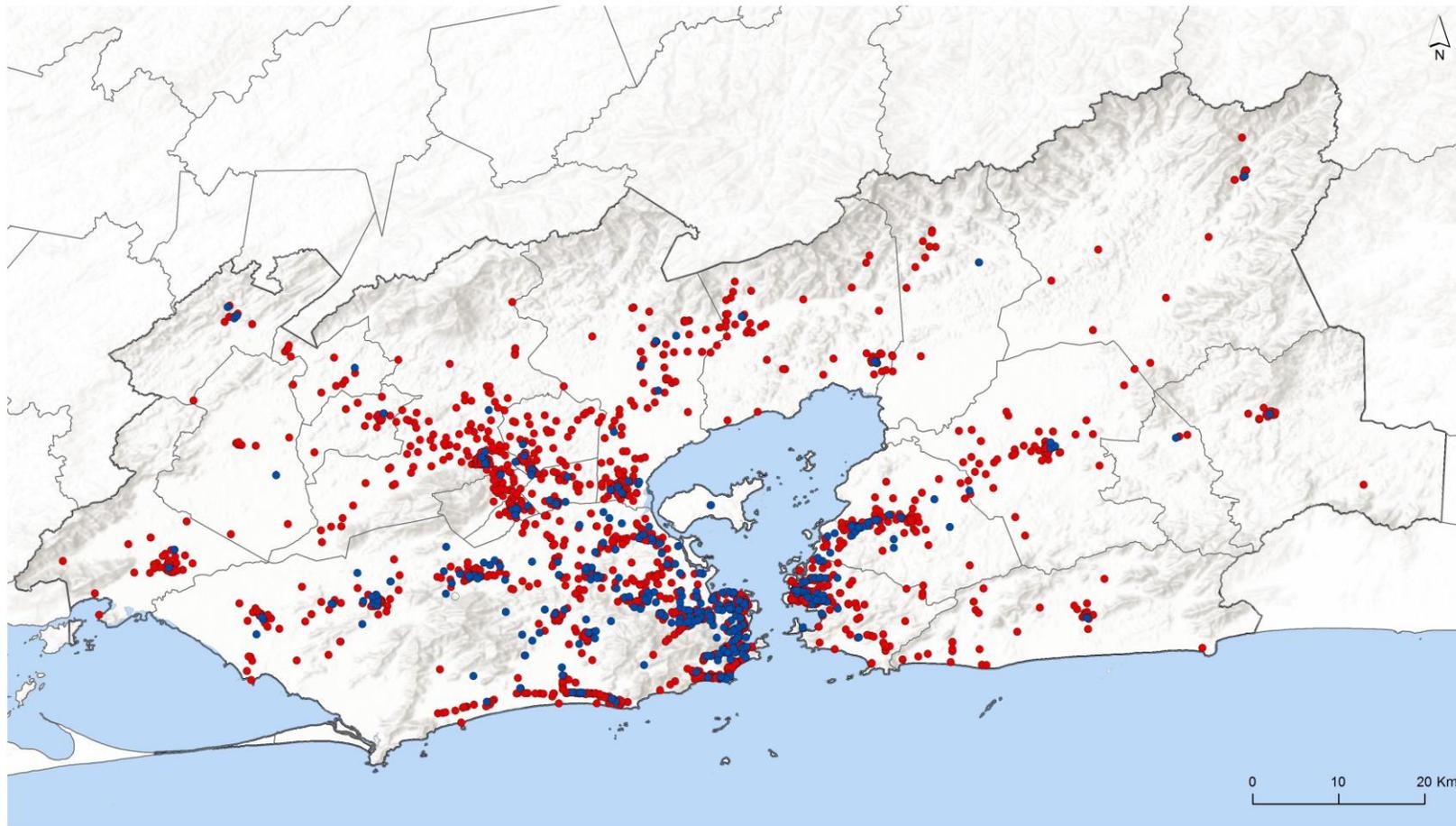
Fonte: IBGE - Censo 2010

Mapa de Densidade Urbana
Censo 2010

Legenda

- Área Rural
- < 60 hab/ha
- 60 - 160 hab/ha
- 160 - 480 hab/ha
- 480 - 2000 hab/ha
- > 2000 hab/ha

Mapa 8 – Equipamentos de Saúde



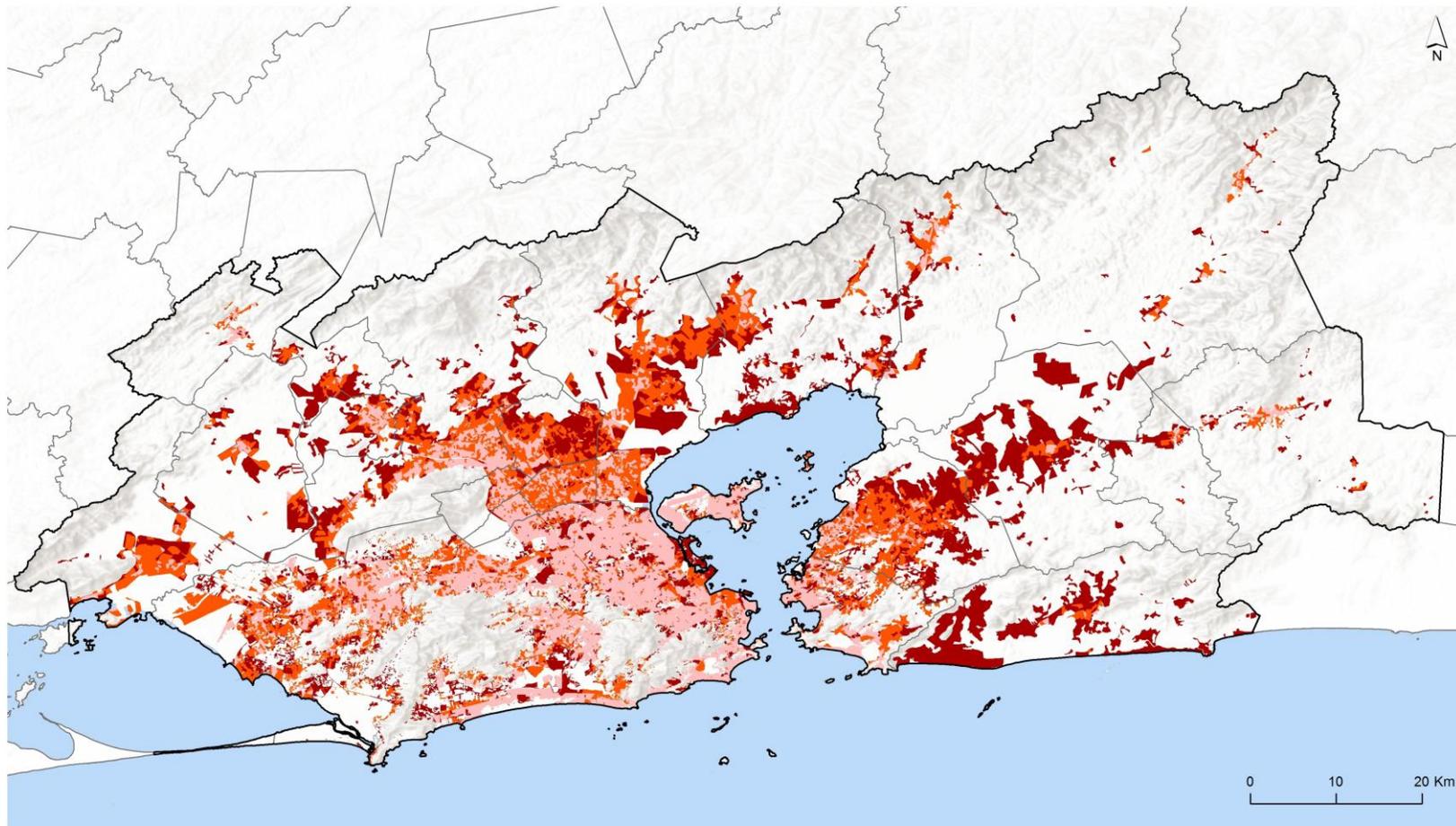
Fonte: CNES - Censo 2014

Legenda

- Hospitais
- Unidades Básicas de Saúde

Mapa de Equipamentos de Saúde

Mapa 9 – Índice de Qualidade Urbanística



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner
Censo Demográfico 2010 - IBGE

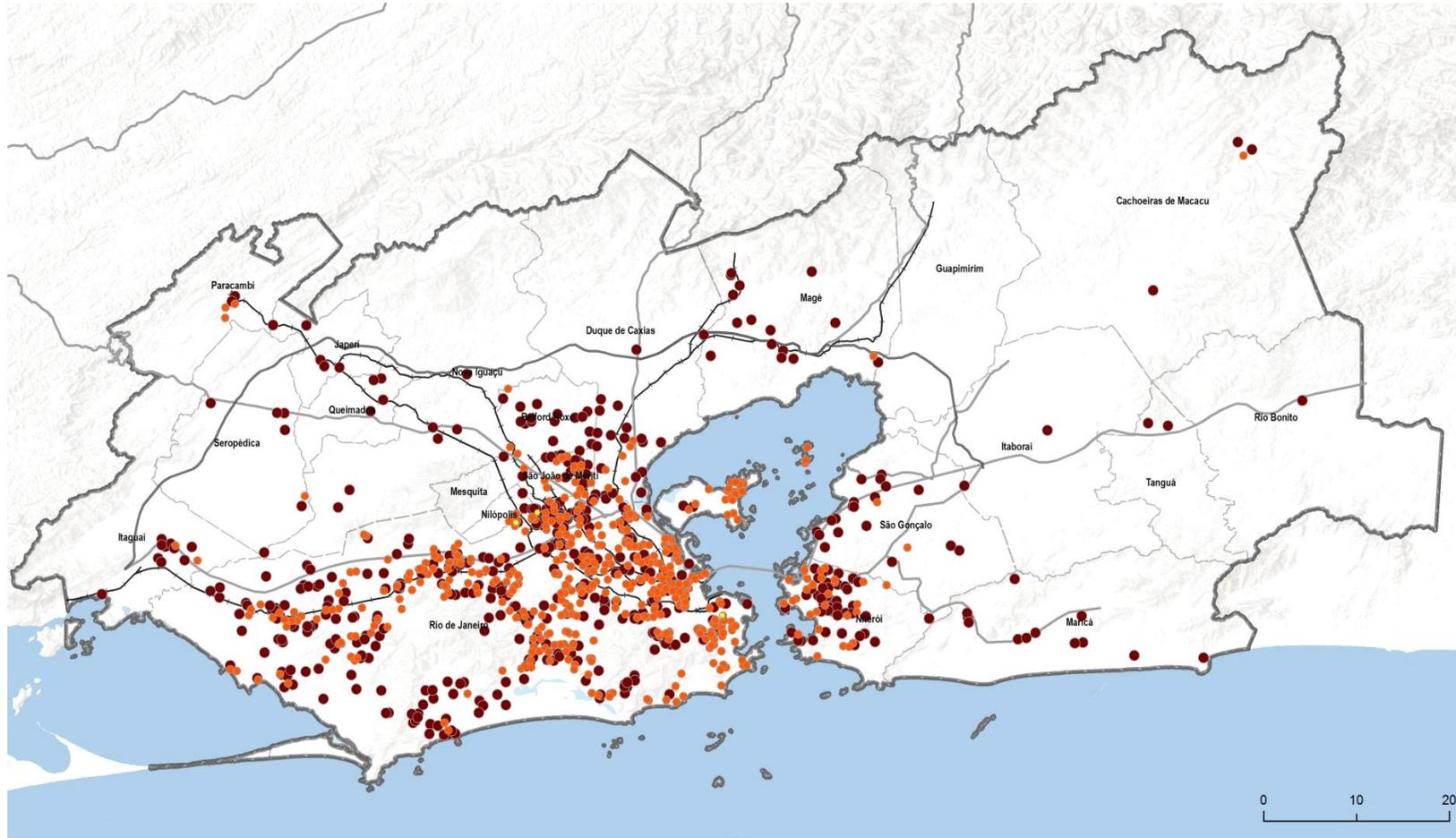
Mapa de Índice de Qualidade Urbanística (Setor Censitário)

Legenda

Índice de Qualidade Urbanística:

- Precário
- Regular
- Adequado

Mapa 10 – Índice de Precariedade dos Aglomerados Subnormais



Elaboração Consórcio Quanta - Lerner com base nos dados do Censo demográfico 2010 - IBGE

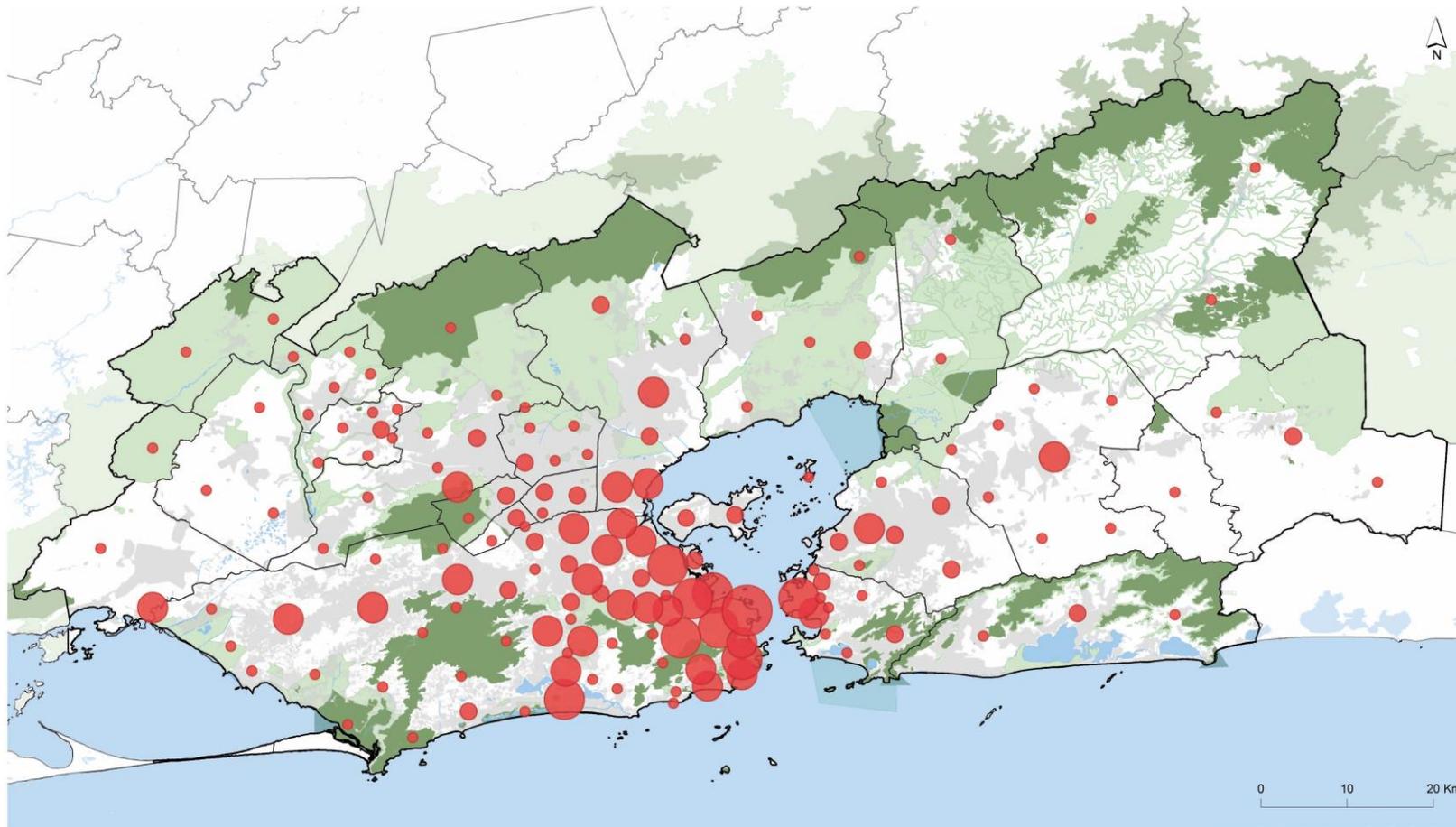
Índice de Precariedade dos Aglomerados Subnormais
Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Aglomerados Subnormais

Índice de Precariedade

- 0 - 80% - Muito Precário
- 80 - 95% - Precário

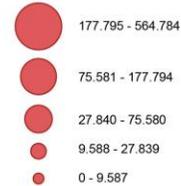
Mapa 11 – Distribuição e Concentração de Empregos por UMI



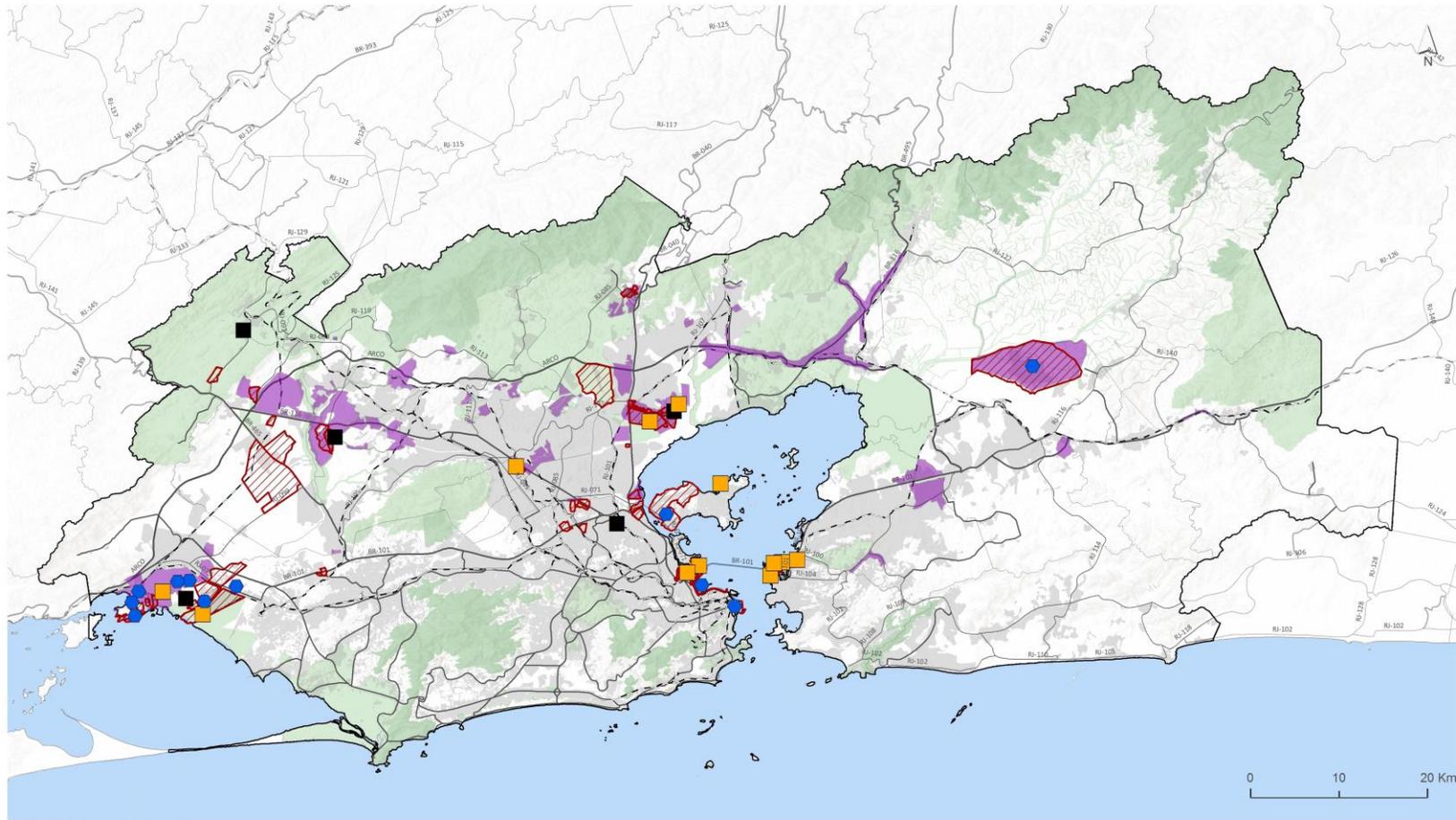
Fonte: IETS - Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Mapa de Distribuição e Concentração de Empregos por UMI

Legenda



Mapa 12 – Áreas Industriais e de Logística



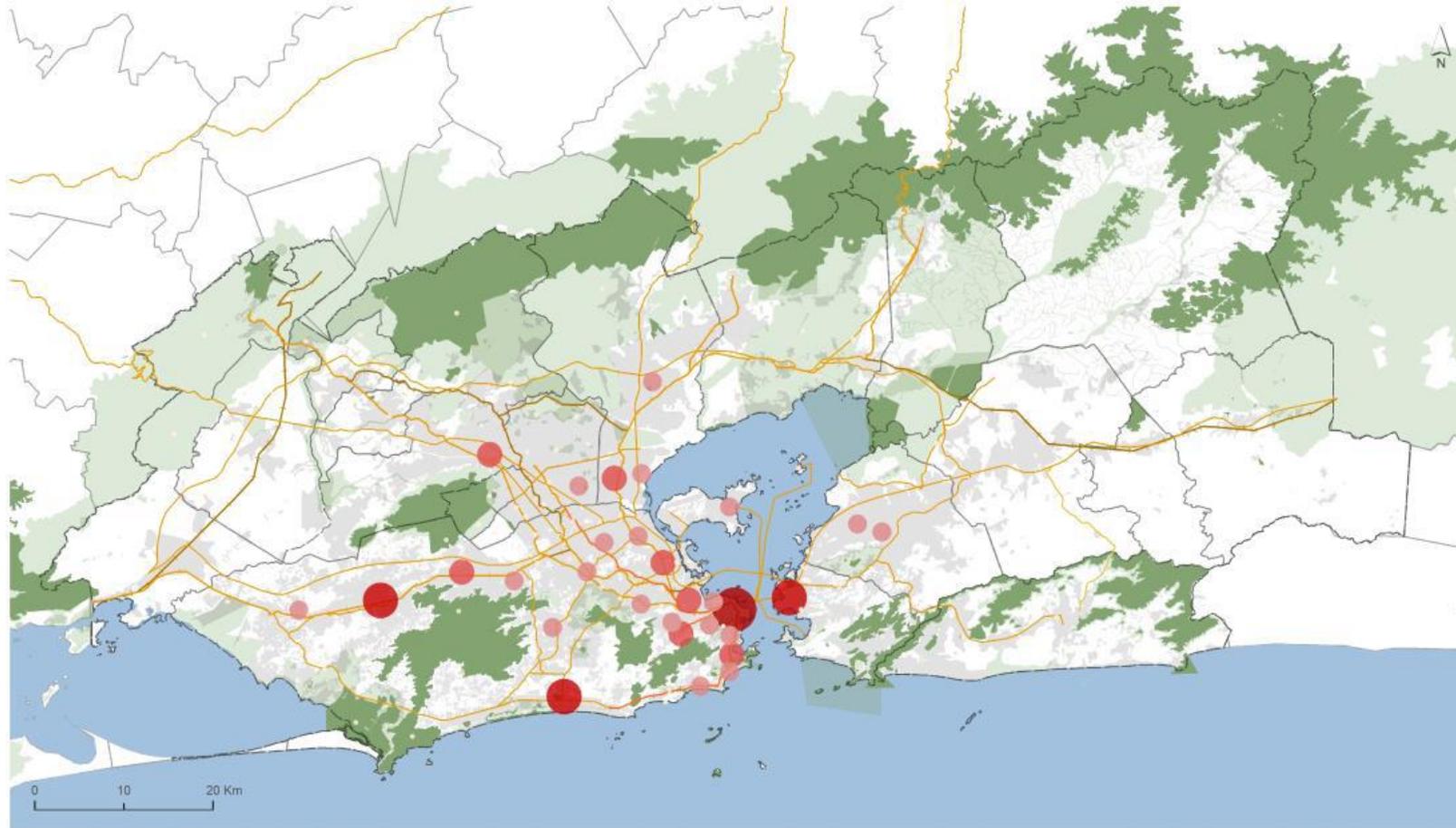
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Áreas Industriais e de Logística

Legenda

- | | |
|--|---|
| Unidades de Conservação de Proteção Integral | PELC - Distrito Industrial |
| Unidades de Conservação de Uso Sustentável | PELC - Empreendimento Aderente |
| Ferrovias | PELC - Empreendimento Âncora |
| Arco Metropolitano | Ancoras Levantadas no Estudo |
| Via Federal | Zona Municipal de Uso Industrial e/ou Logística |
| Via Estadual | |
| Via Municipal | |

Mapa 13 – Hierarquia das Centralidades da RMRJ – IETS



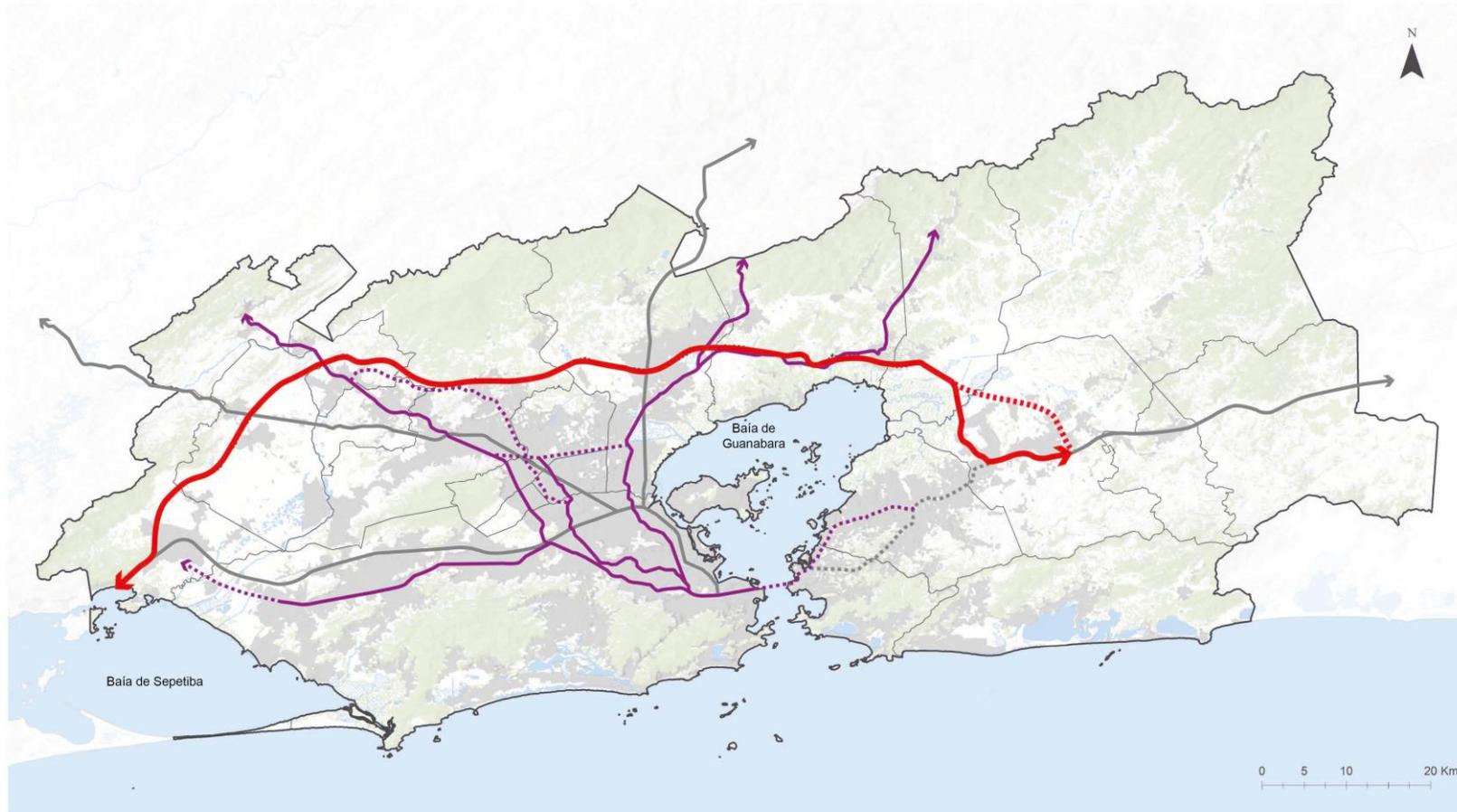
Fonte: IETS - Centralidades da RMRJ

Hierarquia das Centralidades

Legenda

-  Centro Metropolitano
-  Subcentro Metropolitano
-  Centro Regional
-  Subcentro Regional

Mapa 14 – Baía de Guanabara, Trilhos/Trilhas e Arco Metropolitano



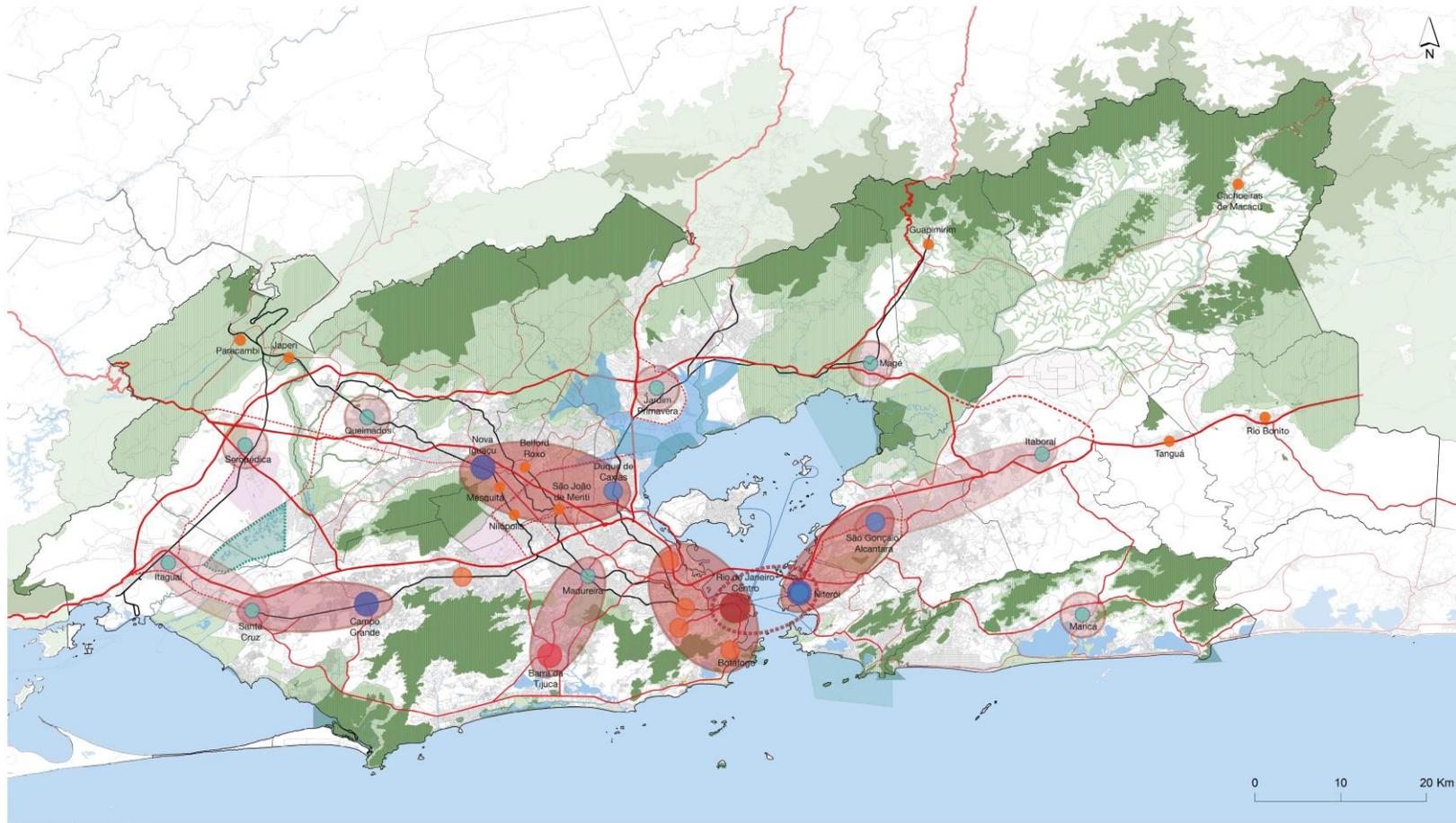
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Baía de Guanabara, Trilho/Trilhas e Arco Metropolitano

Legenda

- Arco Metropolitano
- Eixos Ferroviários
- Eixos Rodoviários

Mapa 15 – Rede Proposta de Centralidades



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Centralidades

Legenda

Centralidades

- Centralidade Nível 01
- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

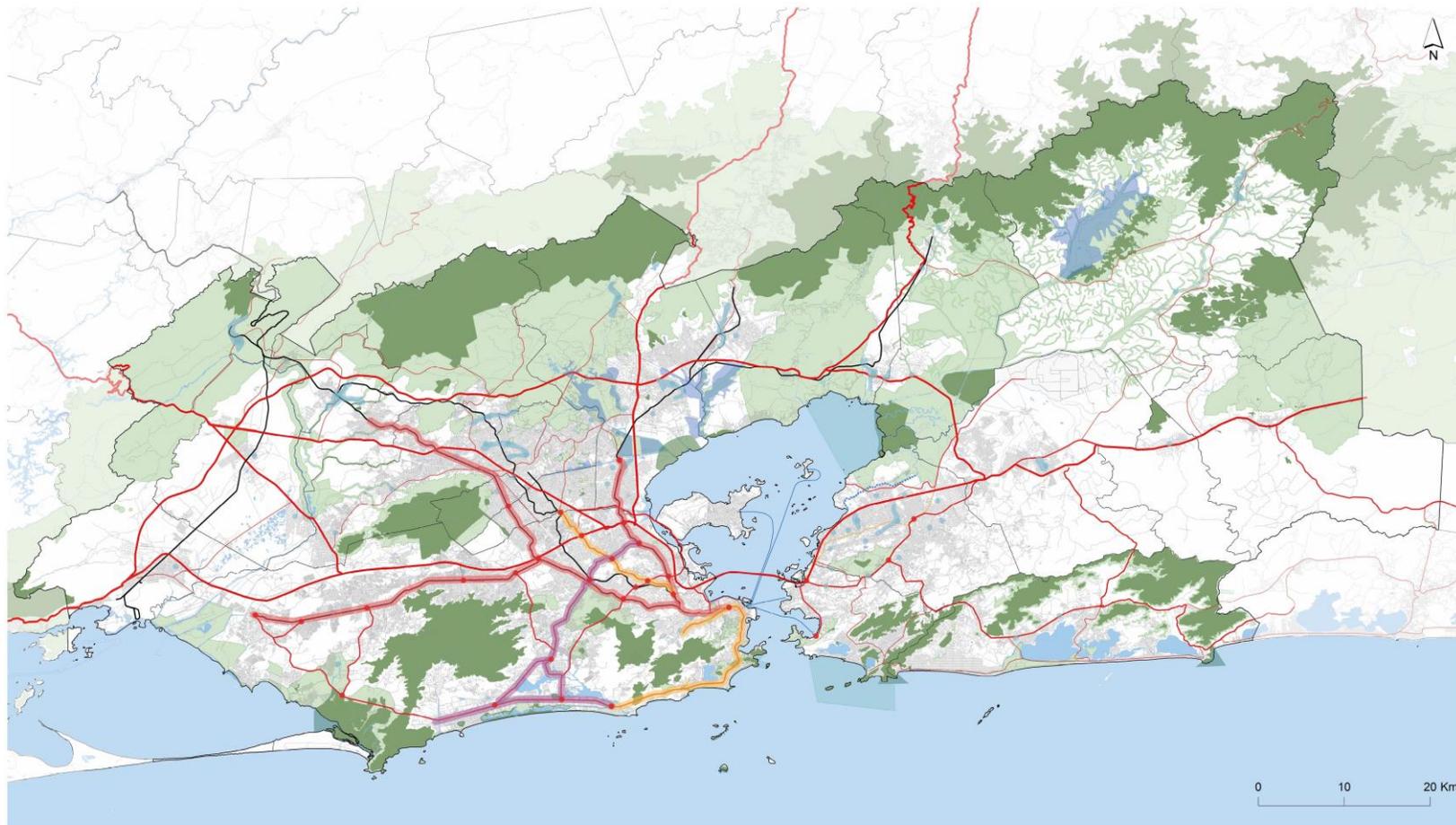
Centralidades a reforçar

- Centralidade Nível 02
- Centralidade Nível 03
- Centralidade Nível 04

Vetores de conexão



Mapa 16 – Eixos radiais existentes



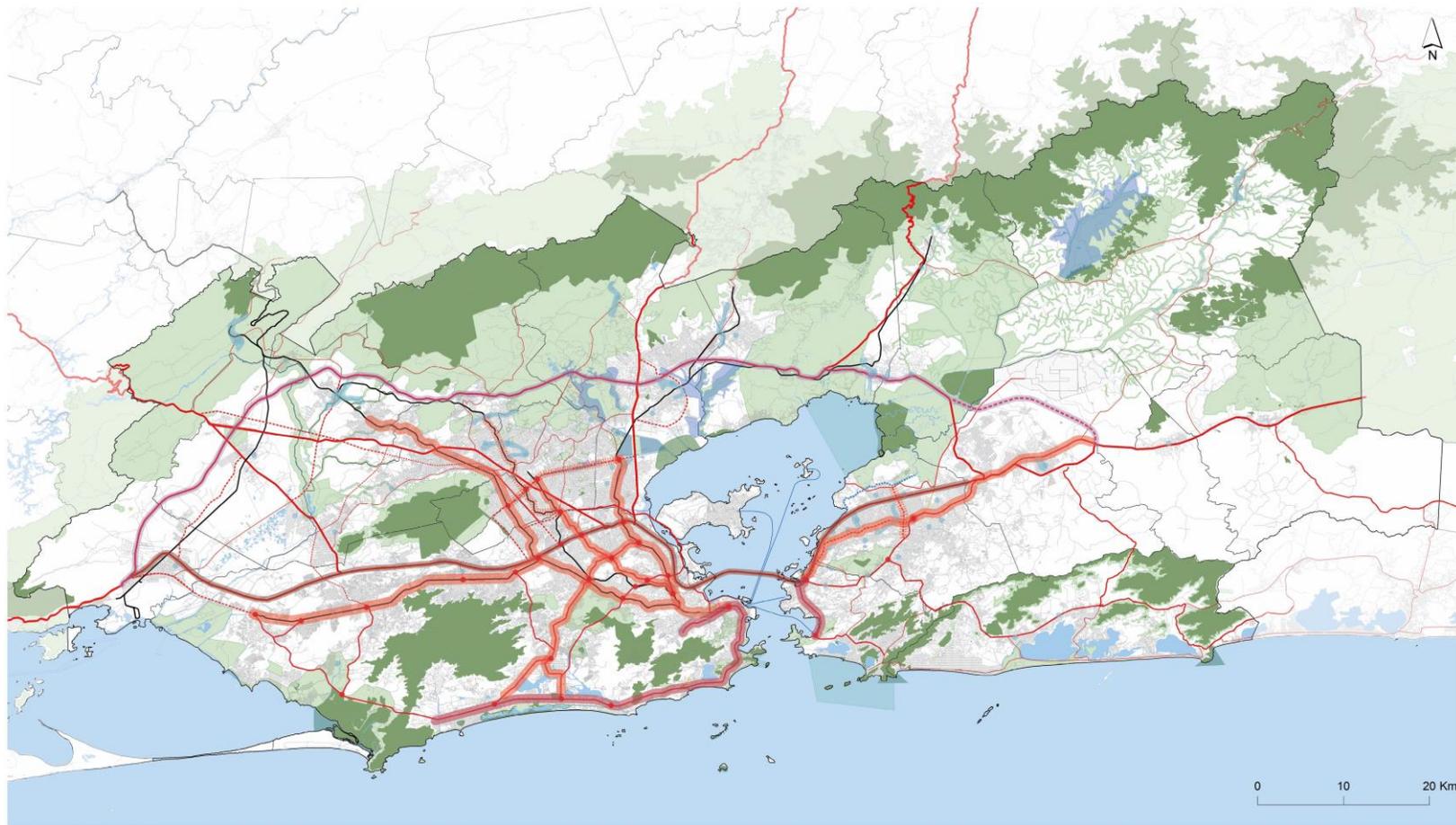
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

- Rodovias
- Ferrovias
- Metrô
- BRT

Mapa de Eixos Existentes

Mapa 17 – Eixos radiais e transversais propostos



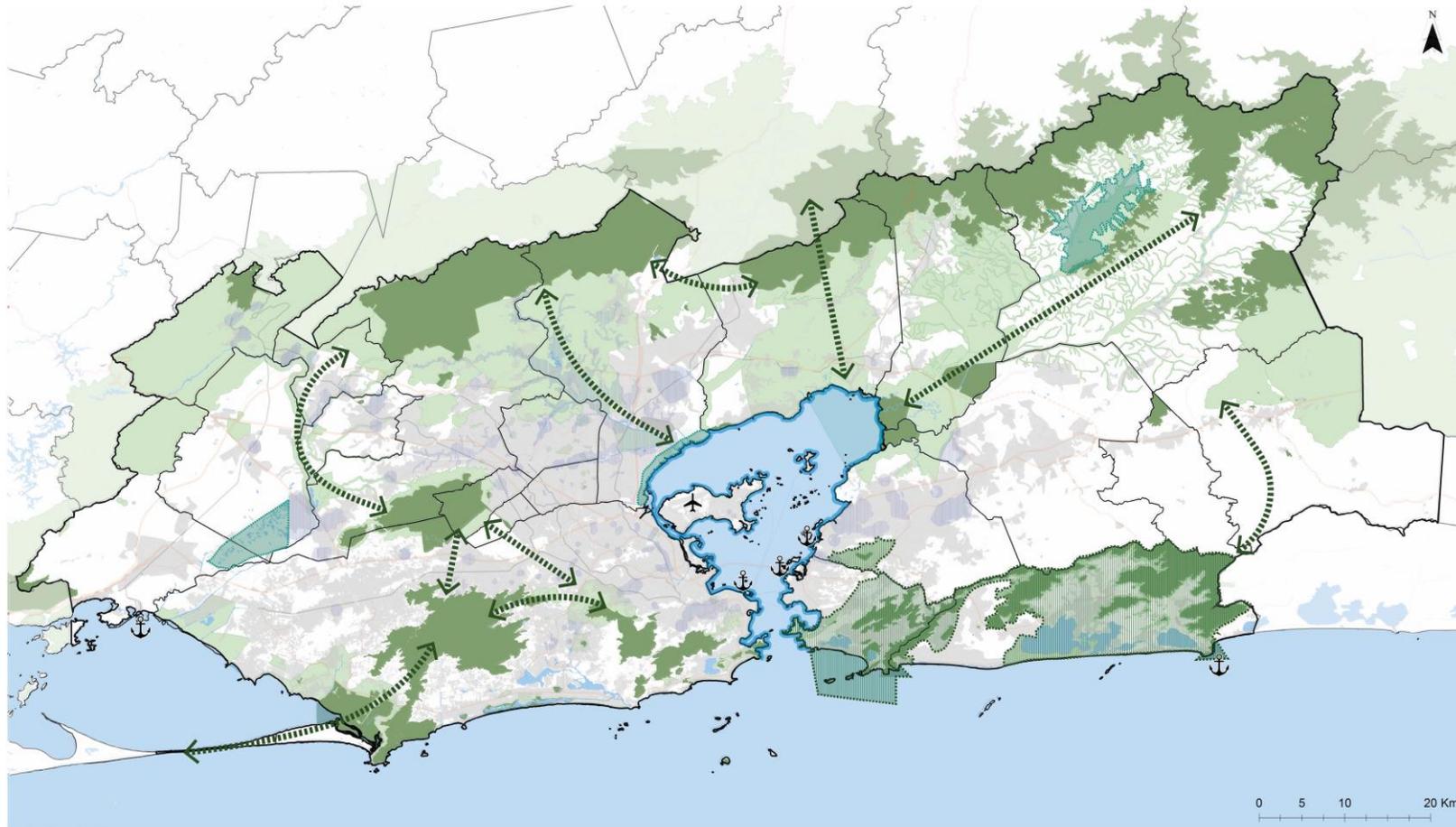
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

-  Eixos de Adensamento
-  Eixos Transversais Propostos
-  Eixo de Serviços (Av. Brasil)
-  Eixo Logístico (Arco Metropolitano)

Mapa de Eixos Radiais e Transversais

Mapa 18 – Propostas Patrimônio Natural



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda

Patrimônio Natural

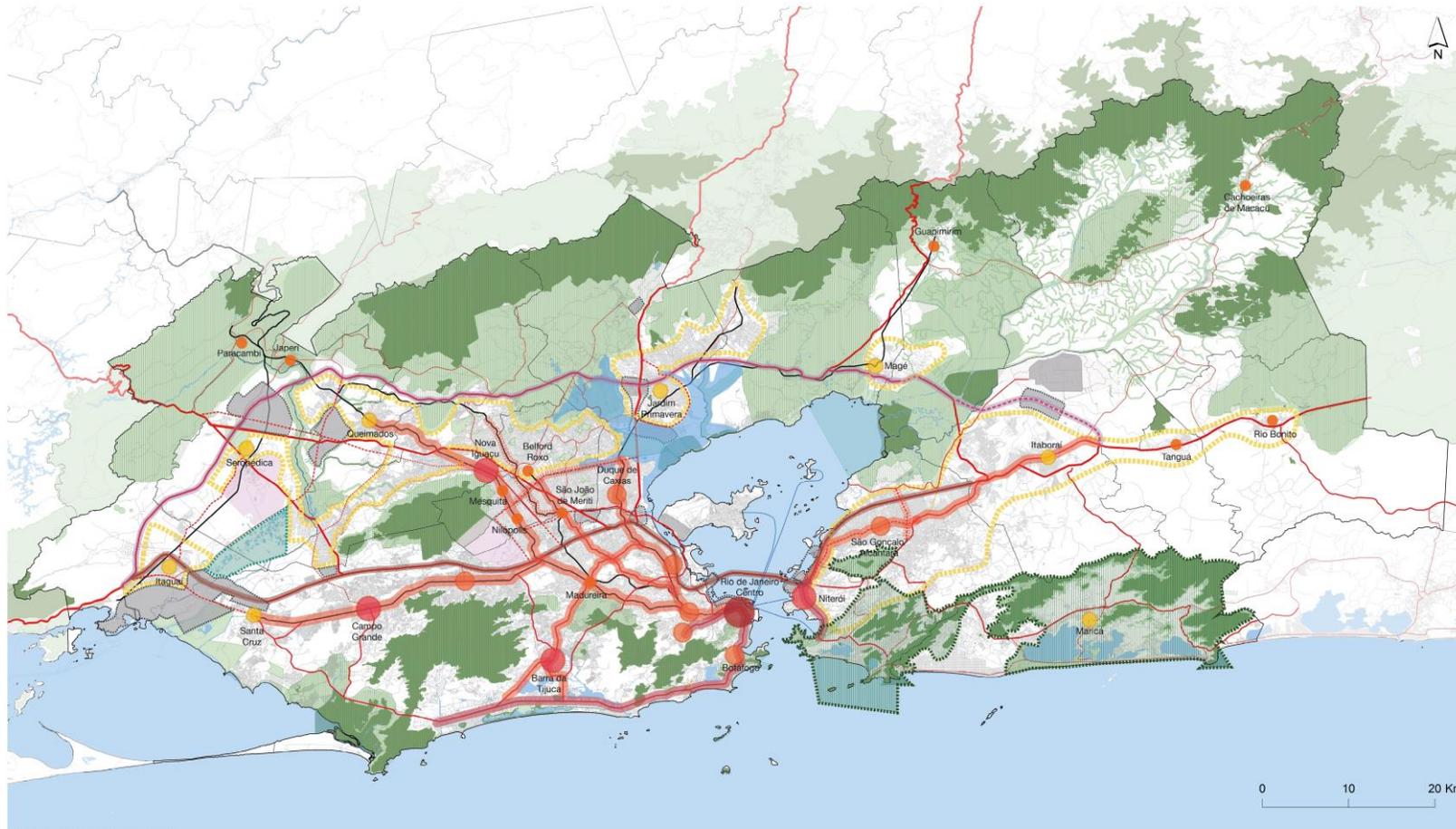
- Eixos de conectividade ambiental
- Mosaico leste metropolitano

Patrimônio Natural

- Parque Metropolitano de Gramacho
- Recuperação e revitalização das cavas de Seropédica
- Elaboração de projetos para o entorno do reservatório de Guapiaçu
- Revitalização do sistema insular da Baía
- Revitalização da orla da Baía

Mapa de Propostas Patrimônio Natural

Mapa 19 – Estruturação do território metropolitano



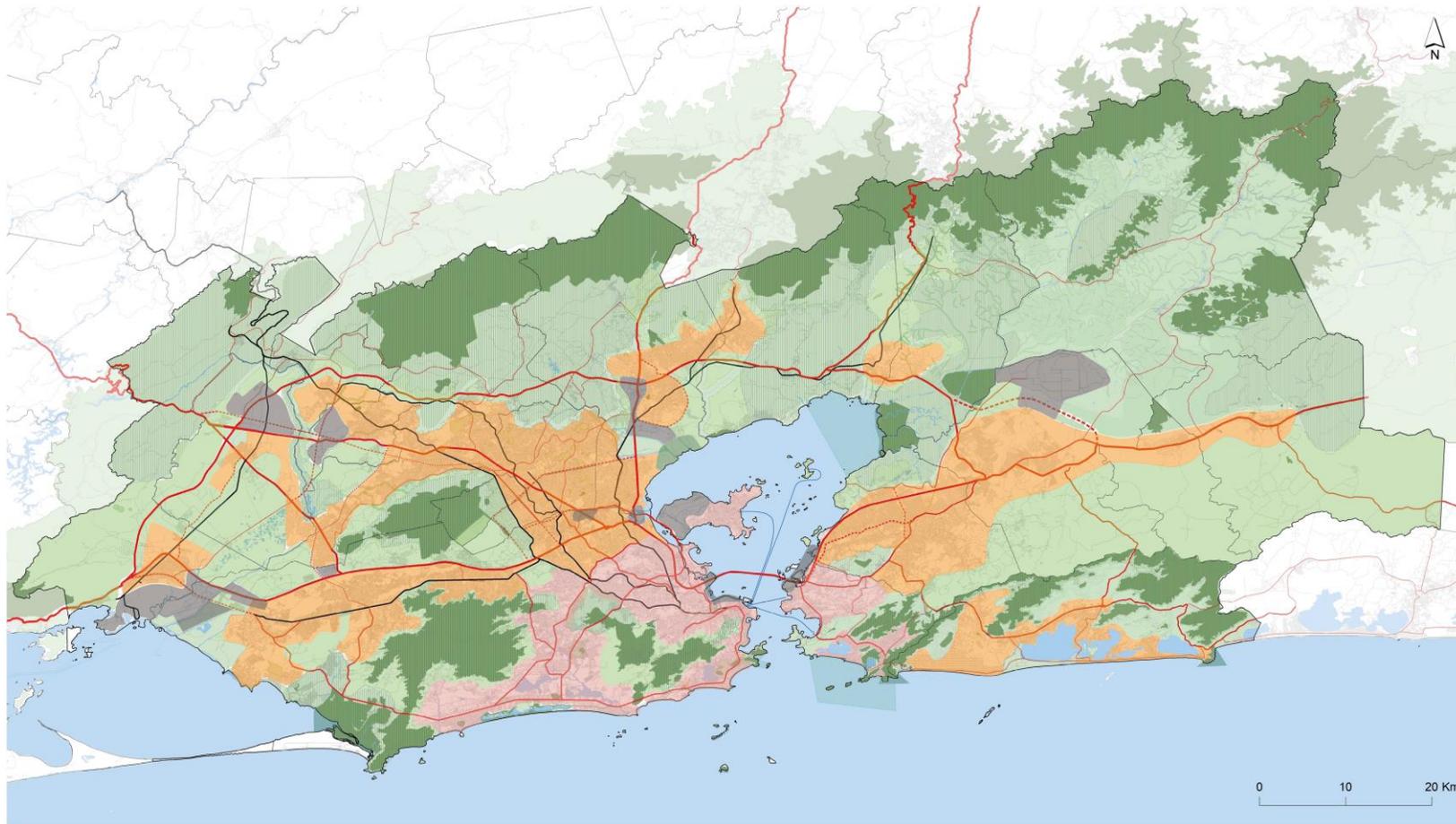
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa de Estruturação do Território

Legenda

- | | | |
|--|--|-----------------------|
| Contenção do Espriamento Urbano | Áreas de Recuperação Ambiental | Eixos Rodoviários |
| Uso Industrial e de Logística | Eixos de Adensamento | Eixos Ferroviários |
| Áreas Institucionais | Eixos de Adensamento Propostos | Centralidade Nível 01 |
| Unidades de Conservação de Uso Integral | Eixo de Serviços (Av. Brasil) | Centralidade Nível 02 |
| Unidades de Conservação de Uso Sustentável | Eixo de Logística (Arco Metropolitano) | Centralidade Nível 03 |
| | | Centralidade Nível 04 |

Mapa 20 – Macrozoneamento Metropolitano (MZM)



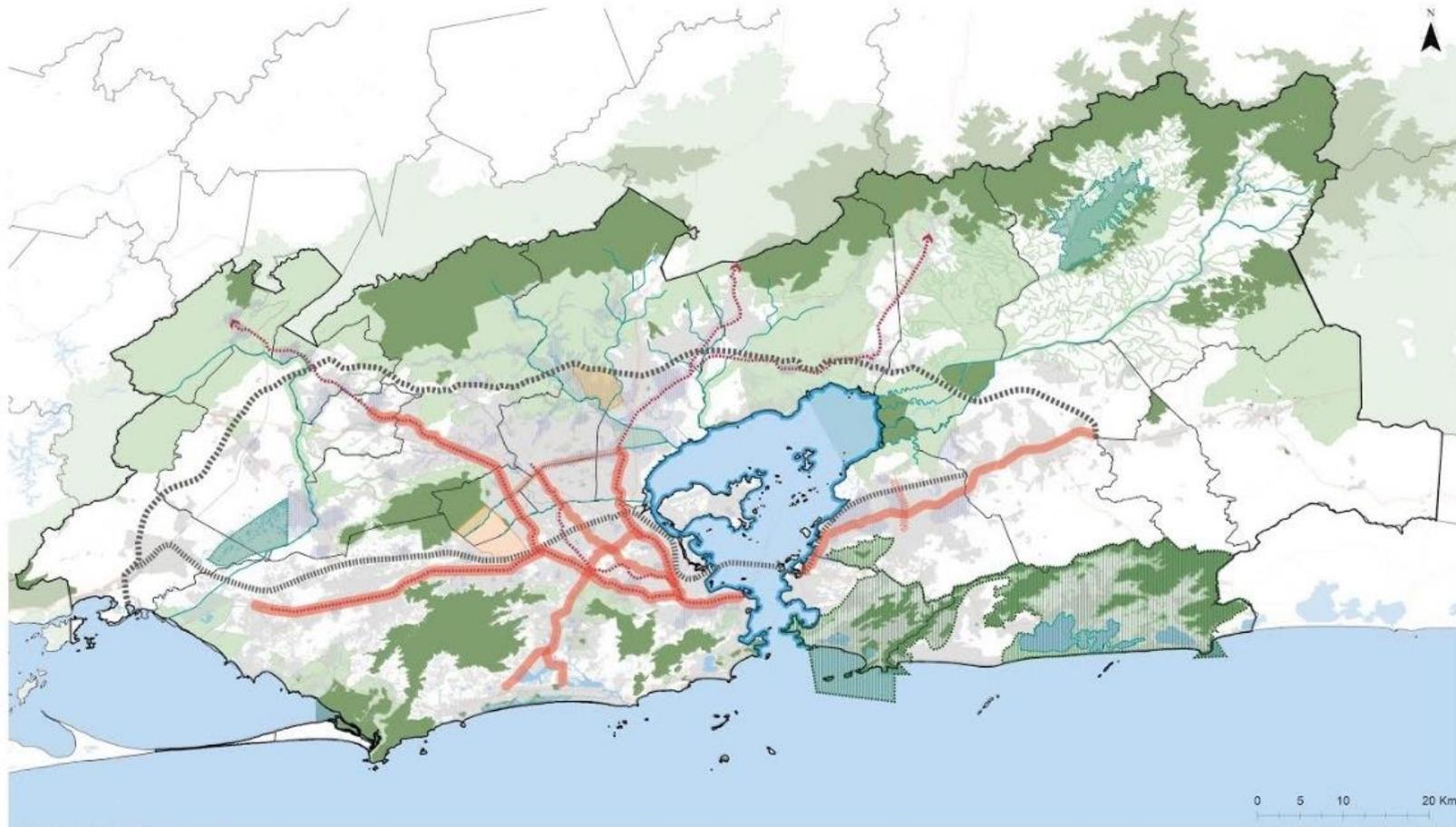
Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Mapa do Macrozoneamento Metropolitano

Legenda

- Macrozona de Preservação (MZP)
- Macrozona Agroecológica e de Contenção (MAC)
- Macrozona de Consolidação (MCO)
- Macrozona de Qualificação (MQU)
- Macrozona de Atividade Econômica (MAE)
- Áreas de Proteção Ambiental - APAs

Mapa 21– Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs)



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Legenda (ZIM - Zona de Interesse Metropolitano)

ZIM - Ambiental

- Mosaico Leste Metropolitano
- Cavas de Seropédica
- Região do Reservatório de Guapiaçu
- Orla da Baía e Sistema Insular

ZIM - Urbano

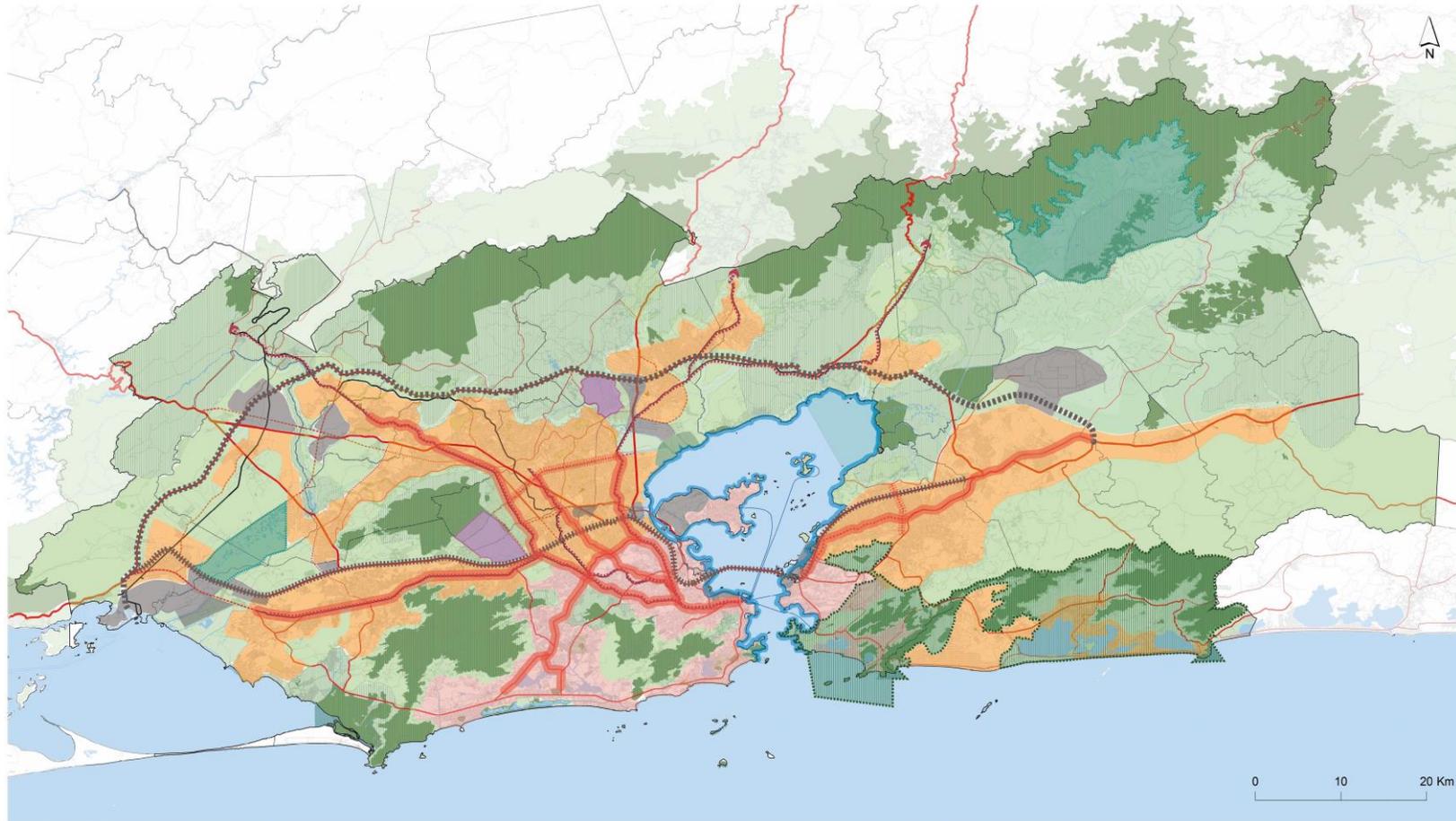
- Eixos Transversais - Interbaixada I e Alcântara
- Eixos de Adensamento Propostos
- Campo de Gerició
- Cidade dos Meninos
- Requalificação das Estações de Trem e Áreas de Entorno

ZIM - Econômico

- Eixo do Arco Metropolitano
- Eixo da Av. Brasil / Mário Covas

Zonas de Interesse
Metropolitano

Mapa 22– Consolidação das Macrozonas e Zonas de Interesse Metropolitano



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Consolidação das Macrozonas e Zonas de Interesse Metropolitano

Legenda

ZIM - Ambiental

- Mosaico Leste Metropolitano
- Cavas de Seropédica
- Região do Reservatório de Guapiçu
- Orla da Baía e Sistema Insular

ZIM - Econômico

- Eixo do Arco Metropolitano
- Eixo da Av. Brasil / Mário Covas
- Áreas de Interesse Econômico

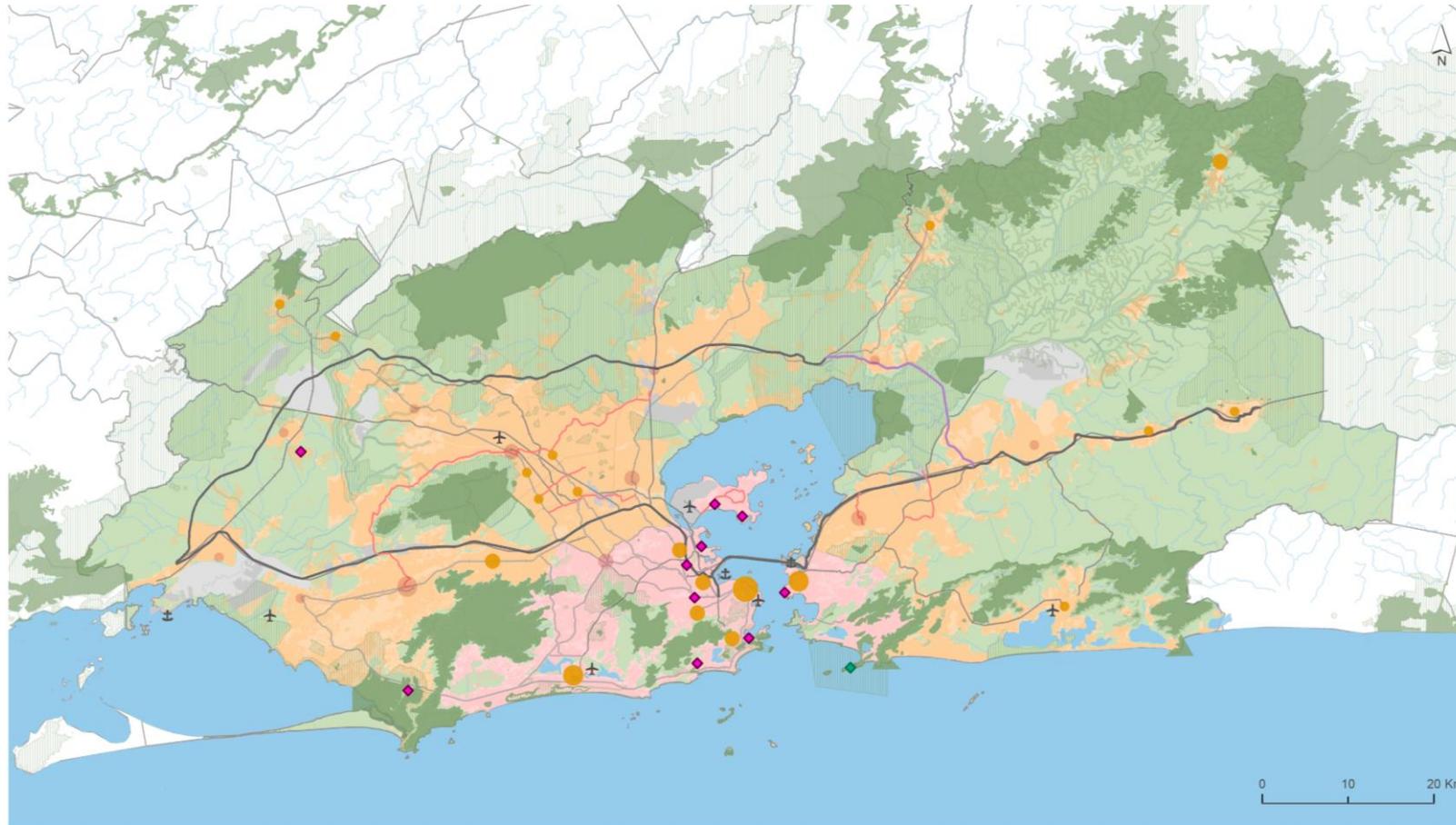
ZIM - Urbano

- Eixos Transversais - Interbaixada I e Alcântara
- Eixos de Adensamento Propostos
- Campo de Gericinó
- Cidade dos Meninos
- Estações Ferroviárias
- Eixo Santa Cruz - Itaguaí

Macrozonas

- Macrozona de Preservação (MZP)
- Macrozona Agroecológica e de Contenção 1 (MAC-1)
- Macrozona Agroecológica e de Contenção 2 (MAC-2)
- Macrozona de Consolidação (MCO)
- Macrozona de Qualificação (MQU)
- Macrozona de Atividade Econômica (MAE)

Mapa 23– Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Curto Prazo (2018-2020)



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Curto Prazo

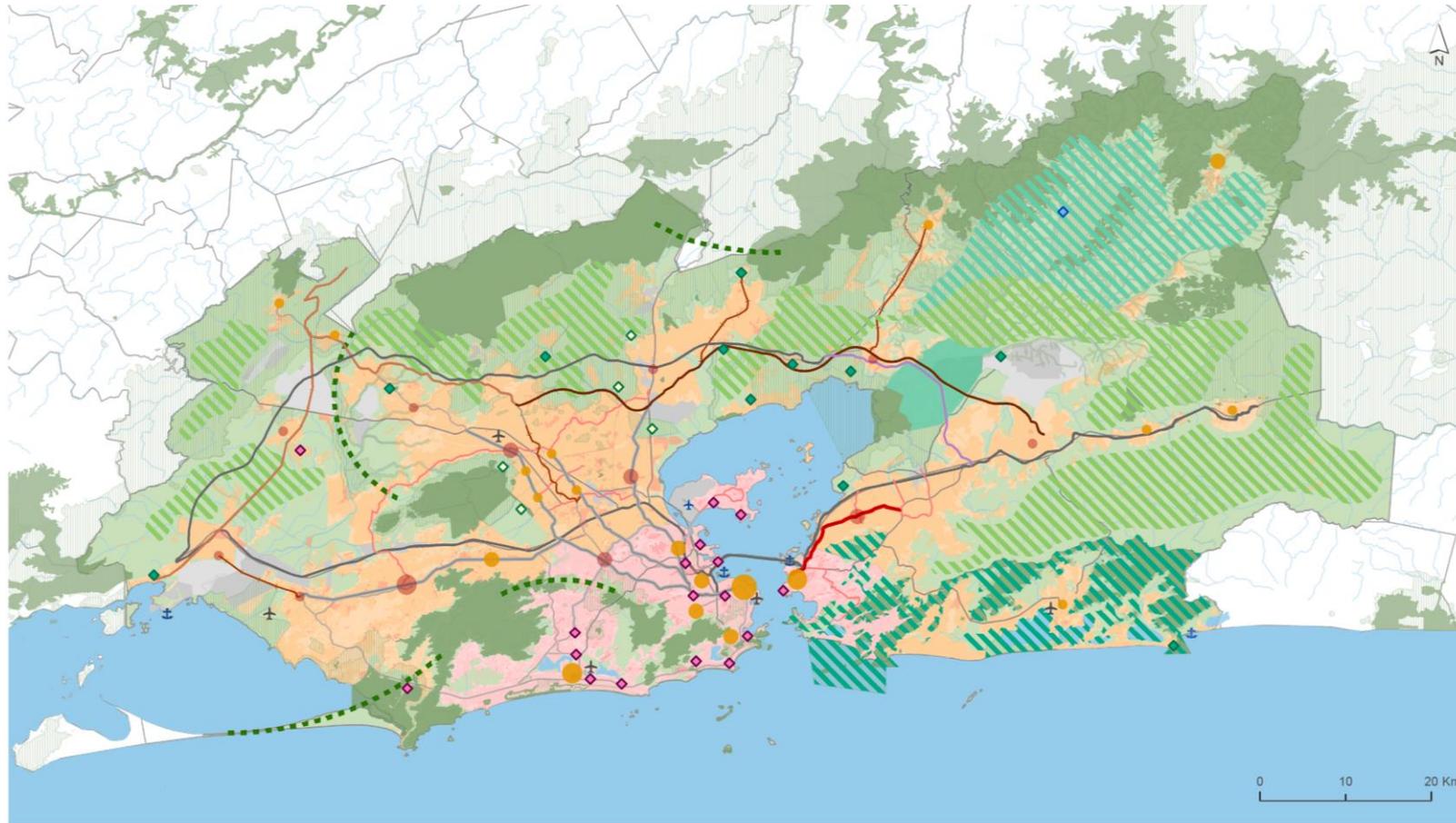
Legenda

- Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação
- Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável
- Área Urbana - Zona de Consolidação
- Área Urbana - Zona de Qualificação
- Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas
- Expansão de Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas

- ◆ Preservação de Patrimônio Natural e Cultural
- ✈ Aeroportos
- ✈ Portos
- ◆ Inovação Tecnológica / Estudos para Setores de Maior Valor Agregado
- Eixos de Logística - Arco Metropolitano - existente
- Eixo de Serviço - Av. Brasil / Rod. Mario Covas
- Vias de Logística - Complementações Planejadas
- Eixos Transversais - BRs Planejadas

- Centralidades**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03
 - Centralidade Nível 04
- Centralidades a Reforçar**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03

Mapa 24 – Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Médio Prazo (2021-2028)



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Médio Prazo

Legenda

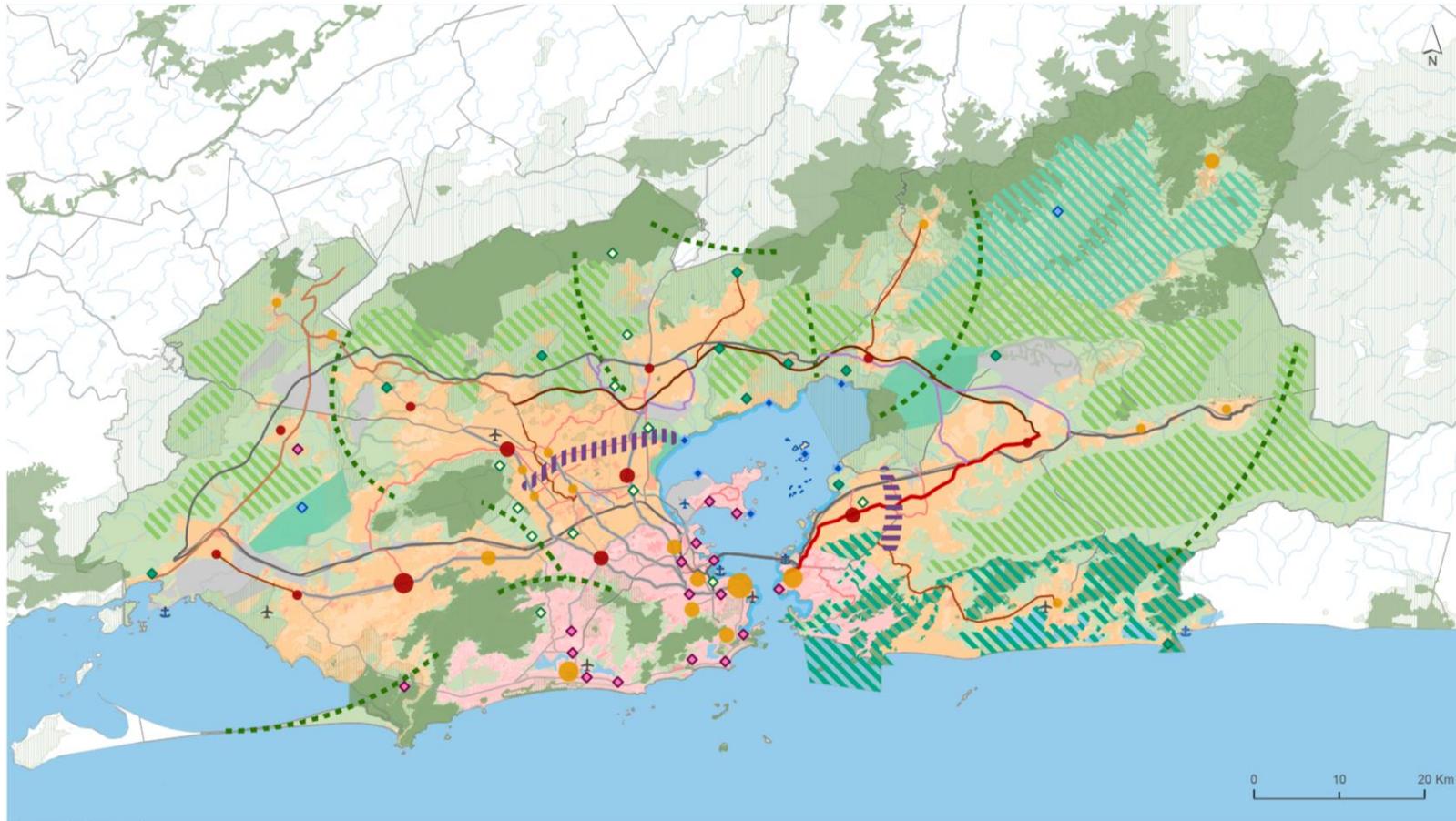
- Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação
- Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável
- Área Urbana - Zona de Consolidação
- Área Urbana - Zona de Qualificação
- Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas
- Expansão de Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas
- Áreas de Recuperação Ambiental (Guapimirim)
- Arco Rural (Agroecológico)
- Área de Desenvolvimento Regional (Guapiaçu)
- Mosaico Leste (região de Niterói, Maricá e São Gonçalo)

- ◆ Preservação de Patrimônio Natural e Cultural
- ✈ Aeroporto
- ✈ Aeroporto - Complementação de Infraestrutura
- ⚓ Portos
- ⚓ Portos - Complementação de Infraestrutura
- ⚓ Terminal Ponta Negra
- ◆ Intervenções de Macrodrenagem
- ◆ Obras de Abastecimento de Água
- ◆ Corredor Tecnológico
- Aglomerados Subnormais
- ◆ Eixos de Conectividade

- Eixos de Logística - Arco Metropolitano - existente
- Eixo de Serviço - Av. Brasil / Rod. Manoel Covas
- Arco Ferroviário - Projetado
- Vias de Logística - Complementações Planejadas
- Ferrovias de Carga - Existentes
- Eixos Ferroviários Existentes - Adensamento
- Eixo Transporte BRT - Adensamento
- Eixo de Metrô Planejado (Linha 3) - Adensamento
- Eixos Transversais - BRTs/BRSA - Planejados
- Eixos Ferroviários - Complementações Planejadas

- Centralidades**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03
 - Centralidade Nível 04
- Centralidades a Reforçar**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03

Mapa 25 – Cenário de Implementação dos PAPs na Reconfiguração Espacial Metropolitana: Longo Prazo (2029-2040)



Fonte: Consórcio Quanta - Lerner

Cenários de Implementação dos Programas de Ações Prioritárias da Reconfiguração Espacial Metropolitana: Longo Prazo

Legenda

- Áreas de Proteção Integral - Unidades de Conservação
- Áreas de Proteção Ambiental - Uso Sustentável
- Área Urbana - Zona de Consolidação
- Área Urbana - Zona de Qualificação
- Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas
- Expansão de Áreas de Apoio Logístico / Cadeias Produtivas
- Áreas de Recuperação Ambiental (Guapimirim)
- Arco Rural (Agroecológico)
- Área de Desenvolvimento Regional (Guapiaçu)
- Mosaico Leste (região de Niterói, Maricá e São Gonçalo)

- ◆ Preservação de Patrimônio Natural e Cultural
- ✚ Aeroportos
- ✚ Aeroporto - Complementação de Infraestrutura
- ± Portos
- ± Portos - Complementação de Infraestrutura
- ± Terminal Ponta Negra
- ◆ Intervenções de Macrodrainagem
- ◆ Obras de Abastecimento de Água
- ◆ Corredor Tecnológico
- Aglomerados Subnormais
- Eixos de Conectividade

- Eixos de Logística - Arco Metropolitano - existente
- Eixo de Serviço - Av. Brasil / Rod. Mario Covas
- Arco Ferroviário - Projetado
- Vias de Logística - Complementações Planejadas
- Ferrovias de Carga - Existentes
- Eixos Ferroviários Existentes - Adensamento
- Eixo Transporte BRT - Adensamento
- Eixo de Metrô Planejado (Linha 3) - Adensamento
- Eixos Transversais - BRTV/BRSs Planejados
- Eixos Ferroviários - Complementações Planejadas

- Centralidades**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03
 - Centralidade Nível 04
- Centralidades a Reforçar**
- Centralidade Nível 01
 - Centralidade Nível 02
 - Centralidade Nível 03



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

6 | PRÓXIMOS PASSOS

6. PRÓXIMOS PASSOS: ETAPA 4

O **Produto 15 – Consolidação dos Programas de Ações Prioritárias** é o último documento que compõe a **Etapa 3 - Cenários, Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos**, a penúltima fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nele foi apresentado não somente todo o arcabouço metodológico no qual os 6 (seis) **PAPs** - Programa Metrópole Inteligente (PMI); Programa Metrópole Sustentável (PMS); Programa Equilibrar a Metrópole (PEM); Programa Habitar a Metrópole (PHM); Programa Baía Reinventada (PBR); e Programa Governar a Metrópole (PGM) – foram elaborados, mas principalmente o detalhamento das **propostas estratégicas** que o compõem seus 5 (cinco) **instrumentos de implementação** e 3 (três) **programas complementares**.

Com a finalização do Produto 15, todos os **elementos necessários** à elaboração da **primeira versão** consolidada do **PDUI/RMRJ**, prevista para acontecer na **Etapa 4 - Plano Integrado**, que se inicia no Produto 16 e termina com a publicação final no Produto 19, serão entregues. Entretanto, a execução dessa próxima etapa não será possível, conforme explicado no Produto 12 - Relatório de Planejamento e Ajustes do Plano de Trabalho.

Nesse sentido, apesar dos esforços que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em especial a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, vem realizando para garantir recursos para concluir esse Plano, foram diversos os fatores que impossibilitam que, dentro do prazo inicialmente previsto, a última etapa de elaboração do PDUI/RMRJ seja executada no âmbito da vigência do atual contrato. O Consórcio Quanta-Lerner e sua equipe de especialistas asseguram o compromisso de que, em se revertendo o quadro, todas as atividades que possibilitarão a concretização do Plano Metropolitano serão retomadas.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

ANEXOS



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

1. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017

1. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 18-06-2017

Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e explicando que, a partir de algumas etapas do PDUI, surgiu a necessidade de aprofundamento em temas específicos tratados no Plano, o que justifica o convite aos presentes para falar da expansão urbana sem controle na Região Metropolitana do Rio. Loureiro informou que a região tem crescido a uma razão de 25 a 30km² por ano de maneira dispersa, com loteamentos periféricos e favelas, o que gera um passivo importante do ponto de vista da oferta de infraestrutura, seja em saneamento, mobilidade, equipamentos sociais, urbanização etc.

Ricardo Mansur, diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio), informou que há diversas atividades agrícolas sendo desenvolvidas no entorno do Arco Metropolitano e que a principal delas é a fruticultura, representando 50% da produção agrícola local. Na sequência estão as olerícolas de raízes, de frutas, de cana-de-açúcar, de folhas, de palmito e de grãos. Nesse contexto, há aproximadamente 9.100 produtores dos municípios do entorno do Arco, ocupando uma área de 23 mil hectares, com um faturamento bruto anual da ordem de 400 milhões de reais. No que diz respeito à fruticultura, Mansur informou que a principal fruta produzida pelos agricultores locais é a banana (31%), seguida da laranja, da goiaba, do limão, do coco verde, tangerina, maracujá, manga e caqui. Com relação às olerícolas de raiz, a principal delas é o aipim, seguido da batata doce e do inhame. O diretor enfatizou que é importante que as pessoas conheçam esses números, porque na hora da composição da merenda escolar, é preciso levar em consideração aquilo que se produz na região. Mansur ainda forneceu dados de outras atividades produtoras antes de encerrar sua apresentação.

O secretário de Agricultura de Nova Iguaçu, Fernando Cid, elogiou o fato de a agricultura estar no radar do planejamento metropolitano. Segundo Fernando Cid, essa atividade tem, além do aspecto econômico, com a criação de empregos, uma forte contribuição ambiental na proteção à Reserva Biológica do Tinguá. Isso sem falar no componente social, colaborando com o desafio de produzir o alimento cada vez mais próximo às nossas cozinhas. Em seguida, o secretário falou sobre a criação do Consórcio Intermunicipal de Agricultura da Baixada Fluminense, que une os municípios de Nova Iguaçu, Paracambi, Japeri, Queimados, Caxias, Magé, Guapimirim e Mesquita, já com as manifestações de Seropédica e de Belford Roxo para fazerem parte do grupo. Segundo o secretário, as condições da região são propícias para o desenvolvimento do consórcio por causa da união de fatores como: oferta de água e de terras, mão de obra farta querendo plantar e quatro milhões de pessoas para serem alimentadas todos os dias. Associado a isso, temos a presença de instituições como Universidade Rural, Emater, Incra, Embrapa, Terj, e o problema é que essas instituições e prefeituras não se comunicavam. O consórcio nos dará uma visão mais holística da região e uma racionalização dos esforços.

Depois foi a vez de Nelson Teixeira - Superintendente de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) - falar do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (Rio Rural). Segundo ele, o programa tem a missão de promover o setor agropecuário fluminense. Nelson explica que o desenvolvimento sustentável é um processo evolutivo e contínuo de geração de renda e equidade social, que não se pode resolver da noite para o dia, e conta que a metodologia adotada pelo programa é a de microbacias, que existe no país há mais de 40 anos. Atualmente, o projeto atua em 370 microbacias em 72 municípios. Segundo Nelson, o desenvolvimento sustentável não se faz de cima pra baixo, mas precisa ser construído de baixo para cima, junto com os produtores.

Por último, Aline Abreu, da Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, falou sobre o envolvimento da Coordenadoria com a Câmara Metropolitana, totalmente fundamentada no Pacto de Milão. Segundo Aline, a finalidade do Pacto é aprimorar a qualidade das políticas de alimentação municipais envolvendo escolas e municípios, e priorizando políticas sustentáveis. Aline explica que, dentro desse Pacto, há algumas metas e compromissos que as cidades assinam. Para ela, o grande desafio será o de articular melhor a produção da RMRJ e o consumo das escolas e hospitais para valorizar o trabalho dos pequenos produtores.

Em seguida, a reunião foi aberta a perguntas do público.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

2. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017

2. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 04-07-2017

Vicente Loureiro, diretor executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, abriu a reunião registrando a presença do deputado Eliomar Coelho e dos presidentes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Pedro da Luz, e da Seaerj, Haroldo de Mattos, e em seguida convocou os presentes para comporem a mesa.

Gerard Andres Fischgold, Superintendente de Projetos da Câmara Metropolitana, explicou a dinâmica do evento e convidou Rômulo Dante, professor da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em Planejamento de Transporte Público do Consórcio Quanta-Lerner, para iniciar sua fala.

Dante apresentou a síntese do diagnóstico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo o eixo de Mobilidade e fez referência ao Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU), que traz, como síntese de diagnóstico, objetivos estratégicos como conter espraiamento, fortalecer centralidades selecionadas e promover desenvolvimento econômico e social. Para ele, a mobilidade precisa estar articulada a esses três objetivos. No âmbito das soluções, o especialista apontou que é necessário repensar a rede de transporte coletivo e as integrações que apoiem essa lógica, além de reorientar o transporte individual. Para tanto, o professor apresentou soluções como enraizamento (atendimento às demandas por atividade dentro da própria centralidade) e integração de transbordo e tarifária. Alguns dos desafios apresentados por Rômulo foram o de incluir todos os diferentes serviços de transporte na estratégia de desenvolvimento da RMRJ, além de incentivar os serviços locais, não impor transbordos excessivos e desnecessários, adotar padrão de qualidade em todos os serviços, compensar os riscos do não cumprimento dos compromissos de integração, garantir quantidade e qualidade, entre outros.

Nilton Leão, da Secretaria de Transportes, ressaltou que o PDTU foi um importante instrumento que levou o governo a mapear o transporte e criar soluções, e lembrou que a integração física e tarifária foi um dos instrumentos que surgiram também no desenvolvimento do PDTU. Lamentou que o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ainda não tenha se consolidado no centro da cidade do Rio de Janeiro como um sistema de integração de transporte e reclamou do intervalo de 15 a 20 minutos entre cada carro. Leão afirmou que, se quisermos resolver o problema da integração, precisaremos primeiro resolver a dispersão tarifária que atrapalha a consolidação do Bilhete Único. Como soluções, o especialista falou sobre a adoção de redes com integração modal ou multimodal para privilegiar os fluxos principais e avaliar os impactos. Ainda segundo Leão, as novas redes deverão diminuir as deficiências e melhorar as qualidades observadas dentro de uma visão mais conjuntural.

Sergio Marcolini, da Secretaria de Transportes, também falou sobre o Bilhete Único, instrumento instituído por lei em dezembro de 2009 como facilitador das viagens intermunicipais. Lembrou que Bilhete Único do Rio de Janeiro foi o primeiro a ser implantado no país, atendendo a 20 municípios da RMRJ, e explicou sua lógica de funcionamento aos presentes. Até hoje, já foram cadastradas 4 milhões e meio de usuários no sistema.

Depois foi a vez da Clarisse Linke, diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, da sigla em inglês para *Institute for Transportation and Development Policy*), fazer sua apresentação sobre o tema. Segundo ela, mobilidade não é apenas oferecer uma infraestrutura de deslocamento à população, mas oferecer a oportunidade de as pessoas acessarem equipamentos, oportunidades econômicas e que é preciso debater a distribuição de serviços e oportunidades na cidade como um todo. Segundo Clarisse, no momento atual, em que se fala de mudanças climáticas, nos deparamos com o aumento de taxas de motorização, com 900 milhões de veículos em todo o mundo. Para a especialista, países em desenvolvimento como China e Índia ainda levarão a um rápido crescimento desse número. E lembrou que, entre 2001 e 2012, o aumento da motorização na RMRJ foi de 73%, o que correspondeu a 1.2 milhão de veículos a mais nas ruas. Segundo Clarisse, o objetivo é criar um sistema de transporte público que seja atrativo para quem está migrando para o carro e para a moto por causa de conforto, segurança, mobilidade e conveniência, tudo o que o sistema público não oferece.

Por último, o presidente do Conselho de Transporte e Logística da Associação Comercial do Rio de Janeiro, José Gustavo, falou sobre integração de modais. Para ele, cada modal tem um papel específico e não adianta que projetos tentem fazer com que um atue no campo do outro. José Gustavo lembrou que o serviço de barcas vem sendo largamente reduzido ao longo dos últimos anos e que em mais algum tempo não mais existirá. E finalizou afirmando

que o sistema de transportes hoje do Rio de Janeiro é inviável, simplesmente porque não existe integração. Para ele, a medida será fundamental para resolver diversas questões, entre elas, a redução tarifária.

Após a fala dos especialistas, foi aberto espaço para perguntas e respostas.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

3. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017

3. RELATÓRIO SÍNTESE - OFICINA SEAERJ 11-07-2017

Vicente Loureiro, diretor presidente da Câmara Metropolitana de Integração Governamental, abriu a reunião agradecendo a presença de diferentes pessoas no evento. Ele explicou que alguns temas ganharam muito destaque no desenvolvimento do PDUI, e que por isso se fez necessária a realização de reuniões para o aprofundamento dos debates sobre esses assuntos específicos. Informou ainda que a partir do dia 21 de julho, serão realizados em cada uma das 21 cidades da RMRJ debates mais detalhados sobre suas perspectivas para o PDUI.

Em seguida, o superintendente da Câmara Metropolitana Luis Firmino lembrou que são três os temas que chamam mais atenção quando se trata de infraestrutura na periferia da RMRJ, que são água, energia e comunicação, especialmente a digital. Firmino enfatizou que, sem resolver essas questões de infraestrutura, todo o trabalho do PDUI não terá sentido.

Luiz Edmundo afirmou que uma grande falha dos governantes é a falta de visão da região metropolitana, e que, apesar das pequenas distâncias entre a cidade do Rio e as demais cidades da RMRJ, elas pouco se conhecem. Falou ainda sobre a importância da industrialização da RMRJ, que não pode viver apenas de agricultura. Luiz Edmundo elogiou a estrutura logística da cidade de Caxias, que hoje é cortada pelo Arco Metropolitano e pela BR-40 e se encontra próxima ao aeroporto e aos portos do Rio e de Itaguaí. Mas lamentou a precariedade da infraestrutura de segurança, saúde, de conservação de estradas e tantas outras. Para Luiz Edmundo, essas dificuldades só serão superadas através do desenvolvimento de atividades econômicas, como indústria e serviço.

O ex-secretário de Desenvolvimento Urbano e Regional, Haroldo de Matos Lemos, falou sobre a segurança do abastecimento de água da RMRJ. Haroldo alertou que não temos nenhum esquema de segurança para o caso de problemas no rio Paraíba do Sul, e que, se tivermos uma seca mais prolongada aqui no Rio de Janeiro, teremos problemas de abastecimento hídrico. A solução apontada por Haroldo seria a diversificação das fontes de abastecimento de água para a cidade. Ainda segundo o ex-secretário, futuramente, outra solução seria a dessalinização da água do mar que, por causa da tecnologia atual, já se encontra mais viável economicamente. Uma região apontada para a construção de uma usina de dessalinização seria a Barra da Tijuca ou o Recreio dos Bandeirantes, locais que apresentaram um crescimento considerável nos últimos anos e que estão com precariedade no abastecimento.

Luciano, engenheiro do Grupo Claro e da Embratel, falou sobre a estrutura de telecomunicações montada para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro sobre sua responsabilidade e fez um comparativo da estrutura desenvolvida para os Jogos Olímpicos de Barcelona. Falou também sobre a importância do desenvolvimento de um projeto de Telecomunicações mais amplo e que contemple os 21 municípios da RMRJ, aproveitando a iniciativa privada e trazendo o cidadão para o centro da discussão. Lembrou que cidades menores já receberam dinheiro do BID com modelos sustentáveis de desenvolvimento urbano e que é isso que precisamos para implantar grandes projetos na RMRJ. Ao final, Luciano alertou que, se ficarmos aguardando pelas condições perfeitas, nossos projetos de engenharia jamais sairão do papel.

A sessão foi aberta para perguntas e respostas.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

4. 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO – 24/07/2017 SEAERJ

4. 4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO – 24/07/2017 SEAERJ

Ata 4ª Reunião do Conselho Consultivo

Data	Local
Rio de Janeiro, 24 de julho de 2017	SEAERJ

Participantes

Conforme lista de assinaturas no Livro de Registro Consórcio Quanta/Lerner

Objetivos

Apresentar e debater com os participantes do Conselho os cenários propostos para o desenvolvimento do PEDUI/RMRJ.

Tópicos discutidos

A reunião foi aberta pelo anfitrião, Haroldo Matos de Lemos, presidente do SEARJ, dando as boas-vindas e designando Vicente Loureiro como “presidente adjunto” do SEAERJ. Anunciou a realização de importante evento no próximo dia 10/08, que consagrará a parceria do SEAERJ com a ONU – Centro Rio cujo foco será o acompanhamento dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Vicente Loureiro, anunciou a presença de Aspásia Camargo, Subsecretária de Planejamento e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro, lembrando que a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem sido proativa na interface com o tema metropolitano, tanto nessa secretaria, quanto na de Habitação e urbanismo, tendo especialmente Sydnei Menezes como interlocutor.

Aspásia focou nos desafios que atual crise exige, destacando a necessidade de união da “inteligência” do RJ, na passagem de um ciclo pré-agônico para um novo ciclo. Informou sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, em fase final de elaboração, em um processo participativo que terá ainda dois meses de debates e duas audiências públicas, reiterou que os planos municipais não podem ser descolados dos planos metropolitanos; é necessário casar os vários planos, Planos Diretores e interagir com a RMRJ; articular as propostas, especialmente as intersecções entre TransBrasil e TransOeste; garantir a “cadeia produtiva” do planejamento, com articulação e definição de estratégias e políticas, e uma carteira de projetos.

Vicente, ao agradecer a presença de todos, destacou:

- a celebração do lançamento do mapa metropolitano;
- a disponibilização da base cartográfica para toda a RMRJ, insumo que já vem sendo utilizado pelas prefeituras para vários estudos e boas práticas, especialmente relativas aos cadastros imobiliários e capacidade de ampliação das receitas de IPTU;
- as parcerias da Câmara Metropolitana com as concessionárias de serviços públicos, em ambiente de cooperação, com vistas a plotar até o final do ano todas as redes de infraestrutura para apoio na definição e escolhas de políticas públicas e investimentos dos segmentos;
- as dificuldades enfrentadas na elaboração do PEDUI/RMRJ, com arresto de recursos e paralização dos trabalhos. Apesar das dificuldades, o Consórcio Quanta/Lerner continuou trabalhando, concluindo o diagnóstico e visão de futuro e o Caderno Metropolitano que está sendo lançado. Apontou que mais de 2 mil pessoas participaram dos debates até o momento, apontando diretrizes e propostas. Lembrou que o PL 10/2015 segue na ALERJ, sem perspectiva para sua aprovação.

Paulo César passou a palavra a Luiz Firmino, para descrição do percurso já realizado no PDUI/RMRJ. Este sintetizou que a 1ª fase se constituiu do diagnóstico e visão de futuro, tendo sido recebidas pela coordenação do projeto 800 propostas. A partir dessas etapas foram definidos 21 objetivos metropolitanos e criada uma matriz para interlocução entre os múltiplos temas tratados pelo Plano. Gerou-se o PAP – Programa de ações prioritárias, visando avaliar que propostas se sustentam nos cenários preconizados. Considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelo estado do Rio de Janeiro e pelo país, optou-se por redefinir os períodos para os cenários, a saber: curto prazo 1 a 4 anos; médio prazo 4 a 12 anos; longo prazo 12 a 25 anos.

Firmino apresentou ainda o mapa-síntese (não definitivo) desenvolvido pelo Consórcio Quanta/Lerner para discussão, que indica, entre outras: as áreas para adensamento, as áreas para não adensamento; o cinturão ecológico; as ligações transversais; as áreas de interesse metropolitano (que deverão influenciar os Planos Diretores Municipais).

Alberto Paranhos, economista do Consórcio Quanta/Lerner discorreu sobre a metodologia para a definição e escolha dos cenários utilizada, que parte das variáveis:

- Crescimento da Expansão Econômica, sobre a qual não se tem domínio e
- Qualidade da Gestão Pública, que pode ocorrer a qualquer tempo, buscando ser o mais racional e efetivo com os recursos disponíveis.

Apontou, como considerandos iniciais, que há um reconhecimento geral de que a gestão Pública precisa ser melhorada, o que exige vontade política e capacitação dos servidores públicos; que de acordo à IFI no Senado Federal a capacidade de endividamento do Estado do RJ está esgotada e só haverá condições de retomada de investimentos impactantes a partir de 2028/2029; os municípios serão os principais atores no curto prazo; PPPs poderão ser uma solução importante.

Apresentou a matriz que cruza o ritmo de crescimento da expansão econômica com a gestão pública, nos cenários ruim; tendencial; provável; alvo, como referência para identificar qual caminho para chegar aos resultados esperados no curto, médio e longo prazo. No curto prazo, cita o exemplo de Nova Iguaçu, melhorando as receitas próprias não pelo aumento dos tributos, mas pela inclusão dos que não estão pagando, garantindo melhores condições de financiamento local. No médio prazo, até 2028, a necessidade de manter a qualidade dos gastos, com olhar diferenciado na qualidade x impacto. Para tanto, os municípios devem deixar de olhar apenas para seu território e sim se articular, com organização da sociedade civil. Propõe não um estado maior e sim um estado menor, com sociedade maior.

Após a apresentação de Paranhos, Vicente retomou a palavra, destacando aspectos metropolitanos evidenciados pelo PEDUI:

- menos de 30% da população metropolitana mora a menos de 10 minutos a pé de transporte de média e alta capacidade;
- há baixas densidades nos principais corredores, o que conduz à insustentabilidade dos sistemas, porém adensamento não se faz por decreto; caberiam melhores conexões nos modais?

Pergunta: qual é a estratégia? Qual o modelo a perseguir? Que projetos devemos consagrar? Como o modelo ficará de pé? Quais as soluções mais eficientes e mais justas, por exemplo, para moradia e saneamento? Propõe que não se fique preso à cortina de fumaça dos números, apontando sonhos que não se realizam, fazendo mais do mesmo, com acúmulo de passivos, NÃO melhorar para mudar a vida das pessoas, mas SIM mudar para melhorar; ter coragem de apontar novos caminhos (exemplo: enfrentar a discussão do saneamento e a tecnologia do tempo seco).

Os debates se iniciaram com a contribuição de Teresa Carvalho, que destacou que justiça social é socioespacial: premissa de compensação das condições sócioespaciais da população. Portanto, deve-se escolher as formas de mudar para muitos, checar as escolhas. Os economistas trabalham a grande escala, os urbanistas falam em modais de transporte alternativos. Deve-se reforçar as conexões entre municípios e centralidades mais próximas, para percorrer e repercutir no território maior. Também lembra da relevância da capacitação do servidor público, mas de forma que ele permaneça na área de atuação.

Paranhos reitera a necessidade de cooperação entre municípios, antes da competição; do reforço aos centros das cidades e dos bairros com equipamentos em escala para toda a cidade, melhor uso dos ativos urbanos; concessões de alvará mistos /co-working.

Demeter Anastasakis propõe a mudança de foco, em função da crise. Lembra que há 550 bilhões do FGTS, recursos baratíssimos que podem subsidiar o mutuário e também as mais valias públicas, o que poderia trazer mais população para o entorno do eixo da Central, em torno de negócios – edifícios sem vagas de garagem, aumento do número de usuários do trem. Aponta que as prefeituras não compreendem as operações urbanas, sem recursos municipais, utilizando os recursos do direito de construir oriundo da mais valia, não acreditam em geral na cultura de não depender da verba federal, têm preconceito com a iniciativa privada e recursos que não venham da fonte rica.

Armando Abreu lembra a necessidade de união dos 21 municípios metropolitanos e a experiência da criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Alberto Paranhos propõe mudanças nos critérios dos órgãos de planejamento e financiamento, devendo as prefeituras não aceitar empreendimentos não adequados aos desenhos propostos. Exemplifica com o Programa Minha Casa minha Vida, onde conjuntos são construídos em áreas distantes do tecido urbano, onde há déficit de cidade, onerando o poder público e ampliando a ocupação rarefeita das áreas urbanas. Propõe a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade e a revisão dos parâmetros de ocupação – especialmente o coeficiente de aproveitamento e o IPTU progressivo, como forma de financiamento dos empreendimentos.

Vicente responde a Armando, informando sobre o PL da criação do ente metropolitano, em tramitação na ALERJ; destaca o binômio Governança + Planejamento como essenciais. Responde também a Demeter e Teresa, destacando o papel das centralidades e a premissa da polinucleação, centralidades que podem ser reforçadas com equipamentos de saúde e educação. O Mercado contribui, mas o estado é indutor e deve reforçar as várias centralidades, e não eleger um único território.

Rilley Rodrigues, da FIRJAN e do Consórcio Quanta-Lerner, traz a notícia da perspectiva colocada pelo Ministério dos Transportes e ANTT, para o longo prazo, da integração do Arco com CRT – BR 116 e da ferrovia Nova Iguaçu/Cariacica (Rio/Vitória), sob concessão da MRS, trazendo maior grau de importância ao projeto de logística e possibilidade de recuperação da linha Atlântica, que poderia liberar o eixo Pavuna/Arco para uso de passageiros, com impacto na mobilidade urbana e qualificação do território, com adensamento ao longo desse eixo. Respondendo a Demeter, afirma que a utilização mista da ferrovia – carga e passageiros – é possível com bitolas mistas adequadas.

Firmino indaga sobre a possibilidade do pedágio do Arco financiar outros investimentos no entorno, além da área estrita da concessão, ao que Rilley lembra que é obrigatório, pela concessão a colocação de fibra ótica na faixa de domínio. Apesar de a lei atualmente não permitir implantação de outras infraestruturas para o entorno – o que implicaria recalcular a TIR a valor do pedágio, há receitas acessórias que poderiam ser utilizadas para tal.

Vicente encerrou a reunião, tendo considerados validados os cenários apresentados e escolhidos e informando dos próximos passos e a perspectiva de consolidar as propostas para o PEDUI nos próximos 60 dias.

Próxima reunião do projeto

Ampla agenda participativa ao longo do mês de agosto, incluirá reuniões dos GDs.

Informações adicionais

Sem informações.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

5. COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATÉGIAS METROPOLITANAS - 17/08/2017

5. COMITÊ ESTADUAL DE ESTRATÉGIAS METROPOLITANAS - 17/08/2017

O seminário ocorrido no dia 17 de agosto de 2017 teve como propósito discutir propostas para RMRJ. O superintendente de Planejamento da Câmara Metropolitana do Rio, Luiz Firmino Martins Pereira, colocou as seguintes questões a serem tratadas na reunião: definir as Áreas de Interesse Metropolitano, quais projetos de impacto seriam abraçados pelo PDUI e respectivas abrangências metropolitanas, e quais seriam as áreas que o Plano deveria consagrar. Uma vez estabelecidos os pontos acima, os municípios teriam até dois anos para se adaptarem ao PDUI. O superintendente também alertou para a ausência de um olhar para a segurança pública que, por exemplo, contribuiu para a decadência econômica de centralidades como São João de Meriti/Pavuna e Madureira.

Identificou-se que algumas regiões, como a Baixada Fluminense, possuem um enfoque predominantemente rodoviário, em detrimento de outros modais. Daí a necessidade de se buscar fortalecer outros meios de transporte menos onerosos ambiental e financeiramente. Em contrapartida, Firmino alertou que o custo das indenizações com desapropriações em centralidades como Nova Iguaçu seria alto demais para abrir novas vias.

O superintendente enfatizou que o PDUI propõe que sejam desenvolvidos projetos de valorização histórica da Baía de Guanabara e que se dê destaque às economias dos municípios de seu entorno. Segundo ele, não é só o turismo e atividades de extração de petróleo que devem ser incentivadas, mas também a pesca e os modos de vida tradicionais, o extrativismo artesanal, a cultura, a informação, os serviços e a agroecologia urbana.

Henrique Silveira, da Casa Fluminense, elogiou o tratamento dado pelo PDUI ao adensamento ao longo das linhas de trem. Mas lamentou que os ramais ferroviários a partir de Saracuruna estejam sucateados, precisando ser revitalizados. Silveira falou ainda sobre a importância do Trilho como vetor de crescimento e enfatizou que o Plano deve ter como prioridade o transporte ferroviário de passageiros e exploração do potencial turístico.

Especificamente em relação à região do Fundo da Baía, uma questão central levantada no encontro foi a necessidade da preservação dos territórios ao sul da Serra do Mar e do controle da ocupação irregular na Baixada para a manutenção da vegetação e renovação dos rios que nascem nos maciços. Essa proteção deve ser feita através de iniciativas que apoiem o pequeno produtor e incentive a produção de mercadorias de maior valor agregado. Neste sentido, a ideia do Cinturão Agroecológico foi bem aceita. Sobre as políticas que envolvem o incentivo à agricultura, estas não podem se restringir a territórios rurais, visto que é importante apoiar também o agricultor urbano. Também foi discutida a importância de criar um cordão de interesse hídrico que contribua para a rede de abastecimento.

Sobre a região Oeste Metropolitana, foi identificada uma possível contradição em um trecho do BRT Transcarioca. Ao norte de Jacarepaguá, o eixo cruza a conexão ambiental proposta entre o maciço da Pedra Branca e o maciço da Tijuca. Como solução, foi proposta a necessidade de um tratamento diferenciado desse ponto de interseção, controlando o adensamento e priorizando a conexão ambiental. Também foi identificada a necessidade de primeiro prover a infraestrutura para depois se adensar as áreas de interesse. Além disso, prover a infraestrutura tornaria essas áreas mais valorizadas e convidativas, o que poderia ser um mecanismo de atração do interesse do mercado imobiliário.

No distrito areeiro de Seropédica-Itaguaí, os presentes concordaram com a ideia de fazer um reservatório de água em parceria com as empresas mineradoras. Na medida em que a areia for sendo extraída do local, novas cavas irão surgir formando grandes reservatórios de água. Contudo, foram levantadas ressalvas quanto à qualidade da água. Seguindo esse raciocínio, foi proposto abastecer as indústrias da região de Duque de Caxias com água de reuso das estações de tratamento de esgoto próximas, em vez da água potável que atualmente é utilizada.

Foi também levantada preocupação com a AP3, na qual dois pontos se destacaram para requalificar essa área, tida como tradicionalmente esquecida pelo planejamento. Demarcar áreas verdes de conservação na região do maciço da Serra da Misericórdia, entre as baixadas de Inhaúma e Irajá e sanear a AP3.

Sobre a mobilidade, foi bem recebida a ideia dos eixos transversais. Entretanto, não ficou claro para os membros sobre quais modos serão incentivados nesses corredores transversais, se individuais ou coletivos. Houve, também, preocupação em trazer as ligações transversais para os outros municípios da periferia, o que foi chamado, por um dos participantes de Caminhos Metropolitanos.

Entre as propostas, estão a de estender o ramal Santa Cruz até Itaguaí, não com o propósito de adensar esse trecho, mas de facilitar o deslocamento dos trabalhadores àquela região. Outro ponto importante foi o de incentivar a criação de uma rede de transportes, na qual os diversos modos – incluindo o transporte alternativo – trabalhem em complementaridade, não em concorrência.

Sobre a região Oeste Fluminense 2, os maiores desafios apontados foram a recuperação do manguezal de Jardim Gramacho e o abastecimento da Região das Cavas. Já para o município de Itaguaí, foram propostas as seguintes medidas: consolidação de uma centralidade de uso misto em Itaguaí, reativando a linha ferroviária, sem incentivar o adensamento; esticar a Transbaixada até Bangu; conter o espraiamento e a ocupação do Aquífero de Guaratiba com regulamentação de usos adequados etc.

Para a região Leste Fluminense, foram identificadas diversas regiões na orla da Baía de Guanabara, especialmente no município de São Gonçalo, que poderiam ser utilizadas para alavancar o turismo na região. A valorização dessas áreas poderia estar associada à criação de linhas hidroviárias específicas para turismo. Também foi indicado que essas áreas devam ser avaliadas com vistas a evitar conflitos com estaleiros já instalados na região e com regiões de maior densidade. Também foi ressaltada a importância de integração institucional não só entre os municípios, como entre as entidades do governo do estado para que a proposta seja eficaz.

Tornou-se consenso que o projeto que altera o traçado do arco metropolitano, convergindo para além da área urbanizada de Itaboraí é positivo para o desenvolvimento da região leste, pois é mais eficaz em limitar o espraiamento.

As perspectivas de projetos futuros como do COMPERJ e do porto de Jaconé foram vistos com ressalvas pelos participantes. Eles foram considerados uma boa ferramenta para dinamizar a região e equilibrar a receita e as oportunidades na Região Metropolitana. Porém, devido à escala e aos recentes problemas com a construção do COMPERJ, como os congestionamentos em Itaboraí devido à massa de trabalhadores que o município teve de aportar, destacou-se que as cidades devam estar preparadas com uma rede de conexões e áreas destinadas para aportar essas massas, desde a concepção dos projetos.

Por fim, outras duas questões abordadas foram a necessidade de descentralizar as oportunidades de empregos e a oferta de serviços e a importância de se conectar os municípios do eixo leste entre si. Os presentes ressaltaram a dificuldade de conseguir vagas no ensino superior nos municípios do leste da Região Metropolitana, e que outros municípios como São Gonçalo, com população superior a um milhão de habitantes, não possuem sequer uma universidade. Como possível solução para o desaquecimento da economia dos municípios locais, foram sugeridos investimentos que melhorem as conexões dos municípios de Maricá e Itaboraí. Mas essa proposta foi dada com a ressalva de que antes é preciso resolver problemas mais urgentes, como a própria conexão entre Niterói e São Gonçalo.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - MECANISMOS FINANCEIROS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - MECANISMOS FINANCEIROS

BANCO MUNDIAL – BIRD. Diretrizes para aquisições de bens, obras e serviços técnicos financiados por empréstimos do BIRD e créditos & doações da AID, pelos mutuários do BIRD. Janeiro 2011.

BANCO MUNDIAL - BIRD. Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Aquisições em operações de financiamento de projetos de investimento. Bens, Obras, Serviços Técnicos e Serviços de Consultoria. Julho de 2016.

BANCO MUNDIAL – BIRD. Instrumentos de Empréstimos do Banco Mundial. Resultados para Impactos no Desenvolvimento. Julho 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. FUNDEB: O que os Municípios precisam saber. 3a edição. Brasília 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Nota Técnica nº 003/2012. Informações sobre valores do Fundo para o exercício de 2017. Brasília 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 05.10.1988.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Secretaria Federal de Controle Interno. Gestão de Recursos federais – Manual para Agentes Municipais. Brasília 2006.

DOCUMENTOS PADRÃO PARA AQUISIÇÕES - Solicitação Padrão de Propostas. Seleção de Consultores. Banco Mundial – BIRD. Abril de 2015.

FINANÇAS MUNICIPAIS – O QUE TENHO DE RECURSOS? A GESTÃO DE RECURSOS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Coletânea Gestão Pública Municipal. Gestão 2017-2020. Brasília – 2016.

GOUVEIA, Sylvia Cristina Toledo. Ministério da Educação. FUNDEB no Contexto do Financiamento da Educação Brasileira.

Lei Federal 11.079 de 30.12.2004.

UERJ. CONASEMS/COSEMS-RJ/LAPPIS/IMS. Manual do Gestor Municipal do SUS. Diálogos do Cotidiano. Rio de Janeiro 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual para a Instrução de Pleitos. Versão Eletrônica.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NOB-SUAS.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Portaria nº 113. 10.12.2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS. Manual de financiamentos externos: organismos internacionais de financiamento. Brasília: MP 2013.

MINISTÉRIO de PLANEJAMENTO E GESTÃO. Diretoria de Projetos Internacionais - Secretaria Executiva. Manual para contratação de Pessoa Jurídica com recursos externos BIRD e BID. Junho de 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS. DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS. Guia de Orientações Rápidas. Brasília, Janeiro de 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Consórcios Públicos.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Orientação para o Gestor Municipal. Brasília – 2012.

SIMÕES, Walter Filho. Assistência social - legislação e programas sociais do governo federal. Março/2010.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

7. MANUAL PARA INSTRUÇÃO DE PLEITOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

7. MANUAL PARA INSTRUÇÃO DE PLEITOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

O Ministério da Fazenda elaborou um manual para facilitar o acesso à informação por parte de estados e municípios que desejam assinar contrato de empréstimo com instituição financeira no Brasil ou no exterior. Abaixo reproduzimos parte deste manual que pode ser encontrado no sítio eletrônico <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>.

Inicialmente, o Estado, o Distrito Federal ou o Município deve entrar em contato com uma instituição financeira, agência de fomento ou outras instituições de crédito, a fim de negociar as condições da operação pretendida, observando os limites e condições previstos na legislação em vigor.

Definidas as condições da operação, a instituição financeira escolhida adotará as providências cabíveis relativas ao regulamento do crédito ao setor público (Resolução nº 2.827/2001 e alterações), estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e operacionalizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), na qualidade de entidade executiva do CMN.

Essas providências não serão necessárias quando a operação de crédito não envolver instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. É o caso de uma operação de crédito externo ou interno cujo credor não seja uma instituição financeira (instituição não financeira).

As instituições financeiras, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, poderão (a partir de 05/02/2017) realizar diretamente a verificação de limites e condições prevista no art. 32 da Lei Complementar nº 101/2001 desde que sigam os critérios definidos na Portaria MF nº 413, de 4 de novembro de 2016. Maiores informações no capítulo 16.

Uma vez que a Portaria STN nº 9, de 05/01/2017 estabeleceu o envio de pedido de verificação de limites, condições e garantia da União por meio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, é necessário que tanto o Ente Federativo quanto a Instituição Financeira possuam Certificado Digital, a fim de que possam ter acesso ao referido sistema. Informações adicionais sobre Certificado Digital e sobre o SADIPEM, estão disponíveis em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem.

Atendidas todas as condições relativas ao regulamento do crédito ao setor público, a Instituição Financeira deve cadastrar o Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) da operação pretendida no SADIPEM, contendo todos os documentos necessários à análise do pleito definidos neste Manual.

No caso de operações de crédito interno com entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (instituições não financeiras), o envio do PVL no SADIPEM poderá ser feito pelo próprio Ente interessado.

Os Entes que já acompanham a observância de seus órgãos quanto aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal não terão dificuldades para a instrução do processo. É recomendável que seja delegada atribuição a uma unidade administrativa do Ente para efetuar esse acompanhamento de forma permanente.

O atendimento dos requisitos prévios para a realização de operações de crédito significa, em outros termos, o cumprimento regular da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Resolução CMN nº 3.751/2009, definiu procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras em relação ao disposto no art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito. **A instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional** deverá centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em resoluções do Senado Federal e na LRF, conforme disposto no art. 1º, § 1º daquela Resolução. Após essa verificação, a instituição financeira se responsabilizará pelo encaminhamento,

via SADIPEM, do pedido de verificação de limites e condições para contratar a operação de crédito interno, bem como dos documentos constantes deste Manual ao Ministério da Fazenda (art. 1º, § 3º da Resolução CMN nº 3.751/2009).

A Instituição Financeira, com base nos dados fornecidos pelo Ente, é responsável por cadastrar o PVL e informações sobre o pleito no SADIPEM, por meio de certificado digital. Após esse procedimento, o PVL é enviado ao Chefe do Poder Executivo do Ente, a fim de que este possa ratificar as referidas informações do pleito cadastradas no SADIPEM, também utilizando certificado digital. Se porventura, o Chefe do Poder Executivo verificar alguma inconsistência nessas informações apresentadas pela Instituição Financeira, este poderá retificar tais informações e enviar o PVL, com dados ajustados, ao crivo da Instituição Financeira. Uma vez a Instituição Financeira e o Chefe do Poder Executivo do Ente estejam de acordo com as informações sobre o pleito da operação de crédito contidas no SADIPEM, o PVL é enviado, por meio desse sistema, para análise da STN.

Durante o preenchimento do PVL no SADIPEM, também devem ser enviados, como “Documentos Anexos” nesse sistema:

- Lei Autorizadora;
- Parecer do Órgão Jurídico;
- Parecer do Órgão Técnico;
- Certidão do Tribunal de Contas;
- Comprovante do Encaminhamento das Contas ao Poder Executivo do Estado, somente para municípios;
- Anexo 1 da Lei nº 4320, somente necessário até 30/03 do exercício corrente; e
- Minutas Contratuais, somente se for operação crédito com garantia da União

Conforme estabelecido no art. 2º da Resolução do CMN 3.751/2009, proposta firme emitida sem a verificação completa da instrução documental na forma do art. 1º não terá validade, devendo o pedido ser restituído à instituição financeira a fim de que seja novamente instruído. Adicionalmente, a STN informará ao Banco Central do Brasil a emissão de proposta firme em desacordo com os termos estabelecidos na Resolução, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º. Contudo, com o advento do SADIPEM, as propostas firmes inseridas nesse sistema podem ser devolvidas à Instituição Financeira para que estas façam ajustes dentro do próprio SADIPEM e, posteriormente, encaminhar PVL corrigido à análise da STN, não havendo necessidade, portanto, de restituição dos documentos à Instituição Financeira.

Dessa forma, para efeito de cumprimento desse artigo, a STN fará uma pré-análise dos documentos encaminhados por meio do SADIPEM, sendo necessária a observância do **Roteiro de conferência de documentos para envio à STN – Operações de Crédito Interno**.

A STN manifesta-se no prazo de até 10 dias úteis, após análise dos itens necessários. A análise é realizada conforme a ordem cronológica de protocolo do pleito ou das informações complementares. Ressalte-se que o prazo para início da análise está sujeito à quantidade de operações protocoladas no período, aspecto sobre o qual não há perfeita previsibilidade.

Se as informações inseridas no SADIPEM não estiverem completas, a STN solicitará à instituição financeira ou ao Ente interessado (nos casos de operações com instituição não financeira) os documentos e informações complementares, por meio de ofício, sendo então concedido prazo de até 60 dias corridos para encaminhamento. É importante lembrar a necessidade de rápido atendimento à solicitação de informações complementares, pois muitos dos documentos têm validade limitada, em razão das exigências da LRF.

Nos termos do art. 4º, inciso III, da Portaria STN nº 9/2017, ao findar esse prazo e se não houver resposta às solicitações, o pleito poderá ser arquivado. Persistindo o interesse das partes na verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, bastará ser solicitada a reanálise do pleito, devendo ser observado se as regras de contingenciamento de crédito do setor público continuam aplicáveis ao pleito.

Para a realização das operações de crédito interno deverão ser atendidos os limites e as condições, **cujos limites, forma de cálculo dos limites e condições encontram-se detalhados em outra parte do Manual.**

Exceções aos limites de endividamento

As operações de crédito abaixo listadas têm tratamento excepcional (exceção) em relação aos limites de endividamento:

1. Contratadas pelos Estados e pelos Municípios com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal;
2. Contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24/07/2000;
3. Contratadas diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou com seus agentes financeiros credenciados, no âmbito do programa de empréstimo aos Estados e ao Distrito Federal de que tratam os artigos 9-H e 9-N da Resolução nº 2.827, de 30/03/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e suas alterações;
4. As operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas (capítulo 10 deste Manual); e
5. As operações financeiras no limite das perdas apuradas entre a média recebida nos exercícios de 2013 e 2014 e nos anos de 2015 e 2016, dando em garantia os royalties a serem recebidos (RSF nº 2/2015).

As operações listadas abaixo seguem os mesmos trâmites e estão sujeitas às mesmas vedações das operações de crédito interno, entretanto não estão sujeitas aos limites de endividamento estabelecidos no art. 7º da RSF nº 43/2001:

- Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT);
- Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal (PNAFM);
- Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE);
- Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO);
- Programa Emergencial de Financiamento (PEF);
- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE).

Significa dizer que, mesmo não havendo margens disponíveis em algum dos limites, as operações poderão ser contratadas.

Cumprir destacar que as operações a serem realizadas no âmbito do PMAE não se sujeitam à verificação dos limites estabelecidos pelo art. 7º da RSF nº 43/2001 apenas quando descontingenciadas com base no art. 9º-H da Resolução CMN nº 2.827/2001.

Quanto às operações referentes ao PROINVESTE e ao PEF, devem estar enquadradas no art. 9º-N da Resolução CMN nº 2.827/2001.

Deve-se lembrar que, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão os seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Cabe esclarecer que documentos não previstos no § 3º do art. 21 da RSF nº 43/2001 são solicitados com vistas a cumprir exigências específicas da LRF e/ou da Constituição Federal, como é o caso dos pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos e verificação da regra de ouro.

Os documentos e informações necessários à instrução de pleitos para contratar operações de crédito estão previstos na LRF e na RSF nº 43/2001. Nos termos da Portaria da STN nº 9, de 05/01/2017, o envio de pedidos de verificação de limites e condições relativos à contratação de operação de crédito e de concessão de garantias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser efetuado por meio do SADIPEM, conforme orientações contidas neste Manual.

Diante do exposto, o ente federativo e a instituição financeira devem acessar o SADIPEM e preencher os formulários nele contidos com todas as informações necessárias para o envio eletrônico do pleito a esta Secretaria, inclusive os documentos anexos, os quais encontram-se discriminados neste roteiro de conferência.

O roteiro objetiva avaliar as condições para anexação de documentos no SADIPEM, com o propósito de permitir a conclusão da análise de forma mais célere, obedecendo às regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.751/2009.

Cabe observar que essa é a conferência mínima necessária para abertura de processo pela STN e que todos os documentos devem estar "válidos" (atualizados) nas datas das assinaturas do PVL pelo ente e pela instituição financeira no SADIPEM.

1. Autorização do Órgão Legislativo

Devem ser anexadas no SADIPEM a lei autorizadora e leis que a alterem. Deve ser informado na Declaração do Chefe do Poder Executivo.

Será aceita a publicação em diário oficial eletrônico ou no endereço eletrônico do Ente na internet.

- Indicação do agente financeiro
- Indicação do valor a ser contratado
- Indicação da destinação dos recursos

2. Parecer do Órgão Técnico

- Relação custo-benefício
- Interesse econômico e social da operação
- Assinatura do representante do órgão técnico devidamente identificado Assinatura do chefe do Poder Executivo

3. Parecer do Órgão Jurídico

Não é solicitado o protocolo do Tribunal de Contas competente. Cópias do Parecer Jurídico e da Declaração do Chefe do Poder Executivo, encaminhada por meio SADIPEM, serão enviados pela STN aos Tribunais de Contas competentes ao final da análise.

- Identificação da operação de crédito (valor, destinação e instituição financeira)
- Autorização legislativa
- Informação sobre a inclusão na LOA do exercício em curso (ou no PLOA, caso a liberação de recursos seja no exercício subsequente)

- Inciso III do art. 167 da CF/1988 - Regra de Ouro
- Cumprimento dos demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e LRF
- Conclusão
- Assinatura do representante do órgão jurídico
- Assinatura do Chefe do Poder Executivo
- Data

4. Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 – Publicado com a Lei Orçamentária do Exercício em Curso

Este documento precisa ser enviado apenas até 30 de março.

Os valores equivalem à previsão e à dotação iniciais. Não se referem à execução orçamentária.

- Valores de Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas
- Informação do exercício em curso
- Assinatura do Chefe do Poder Executivo

5. Certidão do Tribunal de Contas

O ateste de cumprimento do art. 167, inciso III da CF/88 (ou §2º do art. 12 da LRF) e arts. 33 e 37 da LRF deve referir-se ao Ente, de forma global.

No caso de a certidão apresentar prazo de validade, essa deverá estar válida na data de envio do documento pelo SADIPEM. Já aquelas em que a validade não seja explicitada, será considerado como tal a data de publicação de relatório exigível pela LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e /ou de Gestão Fiscal).

- Informação sobre o art. 167, inciso III da CF/88 (ou §2º do art. 12 da LRF) - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 167, inciso III da CF/88 (ou §2º do art. 12 da LRF) - Exercícios ainda não analisados
- Informação sobre o art. 23 da LRF - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 23 da LRF - Exercícios ainda não analisados
- Informação sobre o art. 23 da LRF - Exercício em curso
- Informação sobre o art. 33 da LRF - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 37 da LRF - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 52 da LRF (Poder Executivo) - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 52 da LRF (Poder Executivo) - Exercícios ainda não analisados
- Informação sobre o art. 52 da LRF (Poder Executivo) - Exercício em curso
- Informação sobre o art. 55, § 2º da LRF - Exercício analisado
- Informação sobre o art. 55, § 2º da LRF - Exercícios ainda não analisados

- Informação sobre o art. 55, § 2º da LRF - Exercício em curso
- Discriminar com clareza o último exercício analisado
- Prazo de validade

6. Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União

Este não é um documento que precisa ser enviado, mas é um item que será verificado.

- LRF - art. 51, § 1º (CAUC - Item 3.3)

7. Comprovação de Encaminhamento de suas Contas ao Poder Executivo do Estado

- Encaminhamento ao Poder Executivo do Estado
- Indicação do exercício conforme o art. 51, § 1º, I da LRF

8. Siconfi

Este não é um documento que precisa ser enviado, mas é um item que será verificado.

As informações deverão estar com o status "Homologado" ou "Retificado" no Siconfi, para o Balanço Anual dos exercícios anteriores e, para os demais demonstrativos, com o status "Homologada" ou "Retificado" no Siconfi para os 2 (dois) exercícios anteriores e o exercício em curso.

- Homologação do RREO
- Homologação do RGF
- Homologação do Balanço Anual

9. Cadastro da Dívida Pública - CDP

Este não é um documento que precisa ser enviado, mas é um item que será verificado.

Nos termos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, providenciar a finalização do CDP no SADIPEM.

Os valores informados na coluna "RGF (R\$)" do "Quadro consolidado" do CDP devem ser iguais aos informados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) homologado no Siconfi. Caso a inconsistência esteja no RGF, será necessário retificá-lo no Siconfi com os dados ajustados.

O Chefe do Poder Executivo deve assinar eletronicamente as informações preenchidas no Cadastro da Dívida Pública (CDP).

Fluxo (em passos) da operação de crédito interno sem garantia

No fluxo de operações internas não foram incluídos procedimentos de análise de garantia da União, tendo em vista que a maior parte dessas operações não conta com a referida garantia.

1. O ente da Federação ou a instituição financeira encaminha, por intermédio do SADIPEM, Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL). Siga para o passo 2.
2. O PVL aguarda análise na fila única de pleitos. Siga para o passo 3.

3. Análise do pleito. O prazo de conclusão para pleitos que atendem aos requisitos mínimos é de dez dias úteis, conforme definido no art. 31 da RSF nº 43/2001. Siga para o passo 4.
4. Caso os documentos estejam corretos e não exista questionamento jurídico, siga para o passo 7. Caso não estejam corretos e/ou exista questionamento jurídico, siga para o passo 5.
5. É encaminhado ofício de exigência à instituição financeira e, caso exista questionamento jurídico, consulta-se a PGFN. A instituição financeira é informada a respeito da eventual consulta. Siga para o passo 6.
6. Após os novos documentos serem enviados por intermédio do SADIPEM, e, se for o caso, após a resposta da PGFN ao questionamento jurídico, o processo retorna à fila única de pleitos (retorne ao passo 2). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 8. Observação: A partir de 30/01/2017, a Lei Autorizadora, Parecer do Órgão Jurídico, Parecer do Órgão Técnico, Certidão do Tribunal de Contas, Comprovante do Encaminhamento de Contas ao Poder Executivo do Estado, Anexo 1 da Lei 4.320 antes da exigibilidade do 1º RREO e demais documentos deverão ser enviados anexados ao processo no SADIPEM.
7. São encaminhados ofícios ao ente da Federação e à instituição financeira comunicando o cumprimento, por parte do ente, dos limites e condições para a contratação da operação pleiteada. Siga para o passo 8.
8. O processo é arquivado.

Fluxo (em passos) da operação de crédito interno com garantia

O ente da Federação encaminha à STN, em conjunto com instituição financeira nacional, por intermédio do SADIPEM, Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) e a solicitação de concessão de garantia da União. Siga para o passo 2.

O PVL e a solicitação de concessão de garantia da União aguardam análise na fila única de pleitos. Siga para o passo 3.

Análise concomitante do PVL e das condições para concessão de garantia da União. Siga para o passo 4.

Caso a operação de crédito pleiteada não seja elegível para obtenção de garantia da União, o pleito é indeferido e o processo é arquivado. Siga para o passo 8.

Caso os documentos e informações encaminhados estejam corretos e a operação de crédito seja elegível para obtenção de garantia da União, conforme critérios definidos pelas RSF nº 43/2001 e nº 48/2007, e não exista questionamento jurídico, siga para o passo 9. Caso os documentos e informações encaminhadas não estejam corretos e/ou exista questionamento jurídico, siga para o passo 6.

É encaminhado ofício de exigência à instituição financeira e, caso exista questionamento jurídico, consulta-se a PGFN. A instituição financeira é informada a respeito da eventual consulta. Siga para o passo 7.

Após os novos documentos e informações serem inseridos no SADIPEM pelo ente e pela instituição financeira, e, se for o caso, após a resposta da PGFN ao questionamento jurídico, o processo retorna à fila única de pleitos (retorne ao passo 2). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 8.

O processo é arquivado (fim).

A STN emite parecer único de verificação dos limites e condições estabelecidos no art. 32 da LRF e na RSF nº43/2001 e de condições para recebimento de garantia da União, conforme disposto na RSF nº48/2007. Siga para o passo 10.

O processo é encaminhado à PGFN. Siga para o passo 11.

Caso algum documento ou informação esteja vencido, o processo retorna à STN, siga então para o passo 12. Caso não tenha ocorrido vencimento, siga para o passo 16.

A STN analisa o processo em relação à garantia da União. Caso os documentos estejam corretos, siga para o passo 15. Caso estejam incorretos, siga para o passo 13.

É encaminhado ofício de exigência referente à garantia da União ao ente da Federação. Siga para o passo 14.

Após os novos documentos serem inseridos no SADIPEM pelo ente, o processo retorna à fila única de pleitos e segue então para nova análise (retorne ao passo 12). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 8.

A STN emite parecer complementar de condições para recebimento de garantia da União. Retorne ao passo 10.

A PGFN emite parecer e encaminha a matéria ao ministro da Fazenda. Siga para o passo 17.

Se favorável à concessão da garantia da União, o Ministro da Fazenda autoriza e o processo é encaminhado à PGFN para assinatura de contrato.

Fluxo (em passos) da operação de crédito externo

No fluxo de operações externas foram incluídos os procedimentos de análise de garantia pela União, tendo em vista que a maioria dessas operações contam com a referida garantia. A tramitação das operações externas envolve outras instituições governamentais: o Banco Central do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP), a Presidência da República e o Senado Federal.

Apresentação da carta consulta – GTEC COFIEIX (SEAIN/MP). Siga para o passo 2.

Reunião da COFIEIX (SEAIN/MP). Siga para o passo 3.

O ente da Federação envia o Pedido de Verificação de Limites e Condições e a solicitação de concessão de garantia da União à STN por intermédio do SADIPEM. Siga para o passo 4.

O PVL e a solicitação de garantia aguardam análise na fila única de pleitos. Siga para o passo 5.

Análise do pleito. O prazo para a conclusão da análise pelo Ministério da Fazenda e para o conseqüente envio ao Senado Federal é de 30 dias úteis, conforme definido no art. 25 da RSF nº 43/2001. Siga para o passo 6.

Caso os documentos estejam corretos e não exista questionamento jurídico, siga para o passo 10. Caso não estejam e/ou exista questionamento jurídico, siga para o passo 7.

É encaminhado ofício de exigência ao ente da Federação e, caso exista questionamento jurídico, consulta-se a PGFN. O ente da Federação também é informado a respeito da eventual consulta. Siga para o passo 8.

Após os novos documentos serem anexados no SADIPEM pelo ente, e, se for o caso, após a resposta da PGFN ao questionamento jurídico, o processo retorna à fila única de pleitos (retorne ao passo 4). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 9.

O processo é arquivado por decurso de prazo (fim).

A STN solicita à SEAIN/MP o agendamento de negociação. Siga para o passo 11.

A SEAIN agenda a Negociação. Siga para o passo 12.

A Negociação é concluída. Siga para o passo 13.

O ente da Federação faz a inclusão dos dados para fins de credenciamento no Registro de Operações Financeiras (ROF). Siga para o passo 14.

A STN verifica a consistência das informações no ROF. Caso estejam corretas, siga para o passo 15. Caso estejam incorretas, a STN solicita ao ente que realize os ajustes necessários. Nesse caso, retorne ao passo 13.

É realizada pela STN a análise pós-negociação do pleito. Siga para o passo 16.

Caso os documentos estejam corretos e não exista questionamento jurídico, siga para o passo 19. Caso não estejam e/ou exista questionamento jurídico, siga para o passo 17.

É encaminhado ofício de exigência pós-negociação ao ente da Federação e, caso exista questionamento jurídico, consulta-se a PGFN. O ente da Federação também é informado a respeito da eventual consulta. Siga para o passo 18.

Após os novos documentos serem anexados no SADIPEM pelo ente, e, se for o caso, após a resposta da PGFN ao questionamento jurídico, o processo retorna à fila única de pleitos e segue então para nova análise (retorne ao passo 15). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 9.

A STN manifesta-se no ROF, no processo de credenciamento do ente da Federação (apenas uma vez). Siga para o passo 20.

O Banco Central do Brasil encaminha ofício/fax ao Ministério da Fazenda informando a respeito do credenciamento do ente. O documento é anexado ao processo. Siga para o passo 21.

A STN emite parecer único de verificação dos limites e condições estabelecidos no art. 32 da LRF e na RSF nº43/2001 e de condições para recebimento de garantia da União, conforme disposto na RSF nº 48/2007. Siga para o passo 22.

O processo é encaminhado à PGFN. Siga para o passo 23.

Caso algum documento ou informação esteja vencido, o processo retorna à STN, siga então para o passo 24. Caso não tenha ocorrido vencimento, siga para o passo 28.

A STN analisa o processo em relação à garantia da União. Caso os documentos estejam corretos, siga para o passo 27. Caso estejam incorretos, siga para o passo 25.

É encaminhado ofício de exigência referente à garantia da União ao ente da Federação. Siga para o passo 26.

Após os novos documentos serem anexados no SADIPEM pelo ente, o processo retorna à fila única de pleitos e segue então para nova análise (retorne ao passo 24). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 9.

A STN emite parecer complementar de condições para recebimento de garantia da União. Retorne ao passo 22.

A PGFN emite parecer e encaminha a matéria ao Ministro da Fazenda. Siga para o passo 29.

Se favorável à concessão de garantia da União, o Ministro da Fazenda encaminha o processo à Presidência da República. Siga para o passo 30.

O processo é encaminhado ao Senado Federal. Siga para o passo 31.

Caso o Senado autorize o pleito, o processo é encaminhado à PGFN. Siga para o passo 32.

Caso algum documento ou informação esteja vencido, o processo retorna à STN, siga então para o passo 33. Caso não tenha ocorrido vencimento, siga para o passo 37.

A STN analisa o processo em relação à garantia da União. Caso os documentos estejam corretos, siga para o passo 36. Caso estejam incorretos, siga para o passo 34.

É encaminhado ofício de exigência referente à garantia da União ao ente da Federação. Siga para o passo 35.

Após os novos documentos serem anexados no SADIPEM pelo ente, o processo retorna à fila única de pleitos e segue então para nova análise (retorne ao passo 33). Caso o ente não envie os documentos solicitados em até 60 dias, o pleito pode ser arquivado. Nesse caso, siga para o passo 9.

A STN emite parecer complementar de condições para recebimento de garantia da União. Retorne ao passo 32.

A PGFN emite parecer e encaminha a matéria ao Ministro da Fazenda. Siga para o passo 38.

Se favorável à concessão de garantia, o Ministro da Fazenda autoriza a assinatura do contrato. Siga para o passo 39.

O contrato é assinado. Siga para o passo 40.

Caso pretenda realizar alteração contratual, o ente encaminha pedido à SEAIN/MP. Siga para o passo 41.

O GTEC Execução da SEAIN/MP discute o pedido. Caso a recomendação seja desfavorável, A depender da decisão do GTEC, o pleito deve ser alterado, postergado ou arquivado. Caso seja favorável, siga para o passo 42.

A STN analisa o pleito de alteração contratual e o encaminha à PGFN. Siga para o passo 43.

A PGFN analisa o pleito e o encaminha ao Ministro da Fazenda. Siga para o passo 44.

Caso o Ministro da Fazenda seja favorável, autoriza a assinatura do contrato. Siga para o passo 45.

Os aditivos contratuais são assinados (fim).

Atribuições dos agentes externos à STN:

- Banco Central do Brasil: efetua o credenciamento no Registro de Operações Financeiras (ROF);
- Senado Federal: autoriza a contratação de operações de crédito externo;
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): emite pareceres jurídicos e firma a garantia da União; Secretaria de Assuntos Internacionais, do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP): coordena o relacionamento com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - GESTÃO DA INFORMAÇÃO

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ACCENTURE, 2001. EDMV's Driving the Public Online.
[/http://www.accenture.com/d/xd.asp?it=enWeb&xd=industries/Government/gove_edmv.xS](http://www.accenture.com/d/xd.asp?it=enWeb&xd=industries/Government/gove_edmv.xS).

Anderson, M.C., Banker, R.D., and Ravindran, S. "Value Implications of Investments in Information Technology," Management Science – 2006.

Caderno Metropolitano 3 – Cartografia e Informação – Estratégia para o Planejamento – 2017.

Diagnóstico da Geoinformação na Administração Estadual – SEPLAG – 2016.

<http://sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/bim.pdf>.

HUNTINGTON, Samuel P. (1968), *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

Kassem, M. & Amorin, S. (2015). BIM. Building Information Modeling no Brasil e na União Europeia. Brasília, 2015.

SRFP 001/2016 – Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento e implantação de Sistema de Informações Geográficas – SIMRio – Geo.



modelar a metrópole

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

9. REFERÊNCIAS - ESTRUTURA DA EQUIPE DE M&A

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - ESTRUTURA DA EQUIPE DE M&A

Recomenda-se que as atribuições do Coordenador Técnico da equipe de M&A, para a implementação do Plano de M&A do PDUI, sejam:

- Coordenar os processos de implementação, atualização e usos estratégicos do Plano de Monitoramento e Avaliação do PDUI, junto à Agência Metropolitana;
- Coordenar a equipe de M&A e garantir o cumprimento técnico dos processos de trabalho para a implementação do Plano de M&A;
- Assegurar a qualidade técnica e a confiabilidade dos dados produzidos pelo Plano de M&A;
- Subsidiar a gestão da Agência Metropolitana com informações estratégicas para a tomada de decisões oportunas, com base no Plano de M&A;
- Subsidiar a gestão da Agência Metropolitana com as informações necessárias a serem apresentadas ao Conselho Deliberativo da RMRJ;
- Coordenar os processos de planejamento, implementação e de disseminação das informações do Plano de M&A;
- Desenhar e coordenar a composição dos relatórios técnicos de M&A necessários à Agência Metropolitana, Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, sociedade civil e demais parceiros;
- Subsidiar a alimentação do Sistema de Informações Metropolitanas, no que tange às informações referentes ao Plano de M&A;
- Coordenar a implementação das ações para a efetivação de uma Rede de M&A¹, junto aos municípios da RMRJ, no que tange ao PDUI;
- Coordenar e acompanhar os processos de formação em M&A junto aos membros da Rede de M&A;
- Representar a equipe de M&A nas reuniões demandadas pela Agência Metropolitana;
- Acompanhar o desenho e a implementação de estudos e pesquisas necessários à implementação do Plano de M&A;
- Coordenar e acompanhar as visitas de monitoramento e avaliação nos municípios;
- Fortalecer as capacidades dos membros da equipe de M&A por meio de formações específicas às necessidades de implementação do Plano de M&A.

Para dar conta destas atribuições, recomenda-se que o Coordenador da Equipe de M&A tenha o seguinte perfil:

- Curso superior completo em Ciências Humanas e/ou Ciências Sociais e/ou Sociais Aplicadas;
- Pós-graduação ou mestrado Ciências Humanas e Ciências Sociais e/ou Sociais Aplicadas;
- Experiência mínima de 5 anos de trabalho com equipes de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de políticas públicas ou projetos sociais;
- Experiência mínima de 3 anos na coordenação e gestão equipes de trabalho em gestão de políticas públicas, com foco em RM;
- Experiência comprovada na produção de relatórios e documentos formais, que contenham análises técnicas e descritivas de dados quantitativos e qualitativos;
- Domínio do uso das ferramentas de gestão, do pacote Office e de softwares de análise de dados quantitativos e qualitativos como SPSS e NVivo.

Recomenda-se que as atribuições do Técnico de TI, para a implementação do Plano de Monitoramento e Avaliação do PDUI sejam:

¹ Caso haja a implementação de uma Rede de M&A ou de uma Rede Metropolitana no âmbito da Agência Metropolitana que contemple o conjunto dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, a proposta da Rede de M&A do PDUI, deverá ser adequada à Rede Metropolitana, com foco na convergência e no fortalecimento de ações integradas, sem sobreposições.

- Desenhar e construir um Sistema de Informações em M&A que: (i) agregue as diferentes fontes de coleta de informações e bases de dados quantitativos e cartográficos; (ii) possibilite o tratamento/processamento das diferentes fontes de informações, com foco na extração dos dados indicadores; (iii) armazene e propicie uma tabulação simples para análise; e (iv) processe as tabulações e cruzamentos de dados que disponibilizem informações e indicadores, por meio de relatórios oportunos.
- Realizar a manutenção periódica do Sistema de Informações em M&A;
- Subsidiar a Coordenação de M&A com sugestões para a implementação efetiva do Sistema de Informações em M&A;
- Desenhar e implementar os processos e fluxo de M&A, no que tange à coleta, tratamento e ao armazenamento dos dados e das fontes de informações, incluindo as bases cartográficas para alimentação do Plano de M&A, em parceria com o assistente de M&A;
- Para dar conta destas atribuições, recomenda-se que o Técnico Em TI tenha o seguinte perfil:
- Formação em TI;
- Experiência comprovada, de pelo menos 5 anos, no desenho e na construção de sistemas de informações e banco de dados;
- Experiência comprovada, de pelo menos 3 anos, de trabalho com bases de dados e indicadores sociodemográficos;
- Experiência comprovada, de pelo menos 3 anos, de trabalho com bases de dados cartográficas;

Recomenda-se que as atribuições dos Assistentes Técnicos de M&A, para a implementação do Plano de M&A do PDUI sejam:

Assistente 1

- Desenhar e implementar os processos e fluxo de M&A, no que tange à coleta, tratamento e ao armazenamento dos dados e das fontes de informações, incluindo as bases cartográficas, para alimentação do Plano de M&A, em parceria com o técnico de TI;
- Identificar as incompatibilidades e incongruências entres os dados coletados e os dados necessários à alimentação oportuna do Plano de M&A;
- Contribuir para a análise técnica quantitativa e qualitativa dos dados do Plano de M&A;
- Subsidiar a coordenação da equipe de M&A com os dados, informações e relatórios oportunos referentes ao Plano de M&A;
- Subsidiar a coordenação da equipe de M&A com os dados e informações oportunas à alimentação do Sistema de Informações Metropolitano a partir dos dados e informações referentes ao Plano de M&A do PDUI;
- Subsidiar a coordenação da equipe de M&A com as necessidades técnicas de complementação dos dados e fontes de informações referentes ao Plano de M&A;
- Contribuir para sistematização e disponibilização dos dados e informações do Plano de M&A junto à Rede de M&A de forma oportuna;
- Contribuir para a formação dos membros das Rede de M&A, com foco na utilização e usos das informações referentes ao Plano de M&A;
- Subsidiar as reuniões da Rede de M&A com dados e informações referentes ao Plano de M&A;
- Subsidiar com as informações necessárias e participar das visitas de M&A aos municípios.

Para dar conta destas atribuições, recomenda-se que o Assistente Técnico 1 da Equipe de M&A tenha o seguinte perfil:

- Curso superior completo em Ciências Sociais, em Economia ou Estatística;
- Domínio de métodos quantitativos e qualitativos em Ciências Sociais;
- Mínimo de 3 anos de experiência profissional ou acadêmica que envolvam o uso de métodos quantitativos;

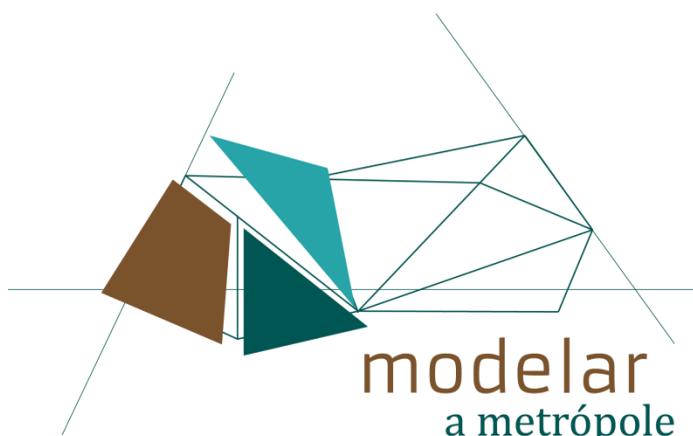
- Domínio de Excel, SPSS e demais pacotes estatísticos e cartográficos;
- Mínimo de 2 anos de experiência com políticas públicas;
- Experiência comprovada de trabalho com a produção e usos de relatórios e documentos formais em M&A.

Assistente 2:

- Contribuir para a implementação, funcionamento e gestão da Rede de M&A junto aos municípios da RMRJ, no que tange ao PDUI;
- Desenhar as propostas de relatórios técnicos e demais formas de apresentação dos dados e informações de M&A a serem pactuados e disponibilizados à Rede de M&A;
- Desenhar e implementar uma proposta de formação em M&A para os membros da Rede de M&A;
- Desenhar, planejar e realizar as visitas de M&A nos municípios;
- Elaborar os documentos e relatórios para e sobre a Rede de M&A que subsidiem à Coordenação da Equipe de M&A;
- Contribuir para a composição de relatórios técnicos analíticos quantitativos e qualitativos que subsidiem à Coordenação da Equipe de M&A.

Para dar conta destas atribuições, recomenda-se que o Assistente Técnico 2 da Equipe de M&A tenha o seguinte perfil:

- Curso superior completo em Ciências Sociais ou afins;
- Domínio de métodos quantitativos e qualitativos em Ciências Sociais;
- Mínimo de 3 anos de experiência profissional ou acadêmica que envolvam a análise de dados e informações quantitativas e qualitativas;
- Domínio do pacote Office;
- Experiência de pelo menos 2 anos de trabalho com políticas públicas;
- Experiência de pelo menos 3 anos com redes ou grupos de M&A;
- Experiência comprovada de trabalho com a produção e usos de relatórios e documentos formais em M&A.



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



jaime lerner
arquitetos associados

